COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

Tomo II

Francisco Adolfo de Varnhagen
Visconde de Porto Seguro

História Geral do Brasil

antes da sua separação e independência de Portugal

Tomo II

8ª edição

Revisão e notas de Rodolfo Garcia

Edições do Senado Federal
Vol. 305-B

Brasília, 2023

SENADO FEDERAL

Edições do

Senado Federal

Vol. 305-B

Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF
Editoração eletrônica: SEGRAF
Ilustração de capa: J.B. Von SPIX e C.F.P Von MARTIUS. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1938.
Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal (SEFPRO)

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70165-900 – DF
cedit@senado.leg.br
https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1

Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878.
História geral do Brasil : antes da sua separação e independência de Portugal / Francisco Adolfo de Varnhagen ; revisão e notas de Rodolfo Garcia. — 8. ed. — Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2023.
5 v. (3040 p.). — (Edições do Senado Federal ; v. 305-A-B-C-D-E) (Coleção 200 anos da Independência do Brasil)

978-65-5676-381-1 (obra completa). — 978-65-5676-382-8 (v.1) — 978-65-5676-383-5 (v.2) — 978-65-5676-384-2 (v.3) — 978-65-5676-385-9 (v.4) — 978-65-5676-386-6 (v.5).

1. Período Colonial (1500-1822). 2. Independência do Brasil (1822). 3. Brasil, história, fontes. I. Título. II. Série.

CDD 981.03

Bibliotecária Cláudia Coimbra Diniz CRB1-1179

Sumário

Explicação à 3ª edição, integral

Rodolfo Garcia

Com o falecimento de Capistrano de Abreu, quando apenas se dava por terminada a revisão das provas do primeiro tomo da *História Geral* e se iniciavam as anotações do segundo, ficou este livro privado de seu principal comentador, daquele que o lera diuturnamente e lhe sabia por miúdo todos os primores, que são muitos, como lhe conhecia as falhas, que também as tem.

Dir-se-ia que um fado malfazejo se obstinara em impedir que se tirasse nova edição à obra de Varnhagen: um incêndio foi causa de que não prosseguisse a de 1906, em que o mestre se empenhara; com a sua morte, agora, perda irreparável para as letras nacionais, a muitos havia de parecer que esta, como a outra, estava condenada a parar no primeiro volume. Contra os fados, se realmente existem, pode muito a vontade humana, fortalecida pelo exemplo e pelo estímulo. Assim, assumindo a responsabilidade de continuar por si a obra encetada, o discípulo bisonho que o ajudava na tarefa espera levá-la ao final. É verdade que, sem o tapejara admirável que o vinha guiando até aqui, o caminho se lhe há de apresentar eriçado de erradas, a exigir redobro de esforços e de cuidados para que se não transvie e possa atingir bem ou mal o termo da viagem. Uns e outros não lhe hão de faltar, mercê de Deus, porque o domina não só o entusiasmo pelo trabalho como também um desejo imenso de acertar.

Do atraso em que se acha esta publicação se em parte cabe culpa ao revisor, pelas razões que se inferem do que acaba de alegar; devido também é à Empresa editora, pelo acúmulo de seus trabalhos, que tomam proporções extraordinárias no comércio nacional do livro.

Para o plano da obra, arrumação das notas e marcação de sua autoria, vigora quanto ficou estabelecido no primeiro tomo.

Abril 1930.

Aditamento para a 4ª edição integral

Na presente edição nada foi suprimido da anterior; muitas notas foram acrescentadas e várias correções foram feitas. Diversos documentos arquivais, que eram inéditos e no intervalo saíram publicados, são agora citados na forma atual, para maior facilidade da consulta a quem se dispuser a verificar os fatos apontados. Algumas notas de fim do capítulo, para melhor arrumação da matéria, passaram a notas de rodapé e vice-versa.

Janeiro 1949.

Seção XXIII

O Brasil em 1584.
Misericórdias. Literatura contemporânea.

O Brasil e Gândavo e Camões. Gabriel Soares. Fernão Cardim. Seus serviços. Situação das capitanias. Itamaracá. Pernambuco, Engenhos, riqueza, luxo, etc. A Bahia. População. Edifícios. Trato. Riqueza. Ilhéus. Porto Seguro. Duque d'Aveiro. Espírito Santo. Rio de Janeiro. Seu adiantamento. São Vicente e Santo Amaro. Atraso das capitanias do sul. Suas vilas. São Paulo. Seus habitantes. Produção total do açúcar. Importações. Riqueza. Misericórdias e irmandades. Leis absurdas. Camões e seus contemporâneos. Góis e Sá de Miranda. Pedro Nunes. O sol dos trópicos.

É tempo de pararmos um pouco a contemplar os progressos feitos durante meio século de colonização. Antes, porém, cumpre que dediquemos algumas linhas para dar a conhecer dois escritores contemporâneos, que nos vão servir de guias e que fazem já honra ao Brasil-colônia, onde muitos anos viveram e onde faleceram.

As obras de Gabriel Soares e de Fernão Cardim não só se devem considerar como produções literárias de primeira ordem no século XVI mas também, principalmente com relação ao nosso fim, como verdadeiros monumentos históricos, que nos ministram toda a luz

para avaliarmos o estado da colonização do nosso país, na época em que escreveram o primeiro em 1584 e o segundo um ano antes[1].

Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa nesse período. Nos assuntos de que trata, apenas fora precedido uns dez anos pela obra (I) muito mais lacônica, mas que lhe serviu de estímulo, do gramático Pero de Magalhães de Gândavo, autor que publicou o primeiro livro em português acerca do Brasil e que ainda mais estimamos, por haver sido amigo de Camões e por haver, por assim dizer, posto em contato com nosso país o grande poeta, quando este escreveu em verso a epístola oferecendo-a a d. Lioniz Pereira, antigo governador de Malaca.

> A breve história sua que ilustrasse
>
> A terra Santa Cruz pouco sabida[2].

---

1 A estes dois autores deve-se acrescentar Anchieta, cujas *Informações e fragmentos históricos* completam, a mais de um respeito, Gabriel Soares e Fernão Cardim. Fundado nelas, Rio Branco avalia a população das colônias portuguesas no Brasil em cerca de 57.000 habitantes, dos quais 25.000 brancos, 18.500 índios mansos e 14.000 escravos africanos: *Le Brésil en 1889,* 116. – (C.). – Essa população vem assim distribuída, op. et loc. cit.: brancos – 250 em Itamaracá, 8.000 em Pernambuco, 12.000 na Bahia, 750 em cada uma das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro, 1.500 na de São Vicente; índios mansos – 2.000 em Pernambuco, 8.000 na Bahia, 4.500 no Espírito Santo, 3.000 no Rio, 1.000 na capitania de São Vicente; escravos africanos – 10.000 em Pernambuco, 3 a 4.000 na Bahia, 100 no Rio de Janeiro. – Anchieta, para algumas capitanias, dá os algarismos da população; para outras dá apenas o número de fogos (vizinhos). O cálculo de Rio Branco é de cinco pessoas por fogo. Veja *Informação* do último de dezembro de 1585, *Informações e fragmentos históricos,* págs. 31/56, Rio, 1886. – (G.).

2 Camões: dedicatória da *História* de Gândavo. – (A.).

Nos *Lusíadas* apenas Camões se lembrou do Brasil, escrevendo uma vez este nome, e outra o de *Santa Cruz*[3]; nunca o de América.

Seja embora rude, primitivo e pouco castigado o estilo de Soares, confessamos que ainda hoje nos encanta o seu modo de dizer; e ao comparar as descrições com a realidade, quase nos abismamos ante a profunda observação que não cansava nem se distraía, variando de assunto (II).

Como corógrafo, o mesmo é seguir o roteiro de Soares que o do Pimentel ou de Roussin; em topografia ninguém melhor do que ele se ocupou da Bahia; como fitólogo faltam-lhe naturalmente os princípios da ciência botânica; mas Dioscórides ou Plínio não explicam melhor as plantas do velho mundo que Soares as do novo, que desejava fazer conhecidas. A obra contemporânea que o jesuíta José de Acosta publicou em Sevilha em 1590[4], com o título de *História*

---

3 "De Santa Cruz o nome lhe poreis."
(*Lusíadas,* 10, 140).
Referência direta ao nome do *Brasil* encontra-se no canto 10. estr. 63, quando fala de Martim Afonso de Sousa:
"...que já será ilustrado
No Brasil com vencer e castigar
O pirata francês ao mar usado."
Outras alusões: cantos 2, 45; 5, 4; e 7, 14. – (A. & G.).

4 A primeira edição da obra de Acosta saiu em Salamanca, 1589, em latim. Vertida em castelhano na edição citada no texto (*Historia Natural y Moral de las Índias en que se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas, y animales dellas: y los ritos, y ceremonias, leyes y gobierno, y guerras de los Indios,* etc.) Sevilla en casa de Iuan de Leon, 1590, in-4º – Logo no ano seguinte teve outra na mesma cidade e ainda em Barcelona. Existem dela traduções em línguas italiana, francesa, holandesa, alemã e inglesa. – Acosta foi provincial dos jesuítas no Peru, onde residiu dezessete anos; nasceu em Medina del Campo em 1539 e faleceu em Salamanca em 1600. – (G.).

natural e moral das Índias, e que tanta celebridade chegou a adquirir, bem que pela forma e assuntos se possa comparar à de Soares, é-lhe muito inferior quanto à originalidade e cópia de doutrina. O mesmo dizemos das de Francisco Lopez de Gomara[5] e de Gonçalo Fernández de Oviedo[6]. O grande Azara[7], com o talento natural que todos lhe reconhecem, não tratou instintivamente, no fim do século XVIII, da zoologia austro-americana melhor que o seu predecessor português; e numa etnografia geral dos povos bárbaros, nenhumas páginas poderão ter mais cabida pelo que respeita ao Brasil que as que nos legou o senhor de engenho das vizinhanças do Jequiriçá. Causa pasmo como a atenção de um só homem pôde ocupar-se em tantas cousas "que juntas se veem raramente" como as que se contêm na sua obra, que trata há um tempo, em relação ao Brasil, de geografia, de história, de topografia, de hidrografia, de agricultura entretrópica, de horticultura brasileira, de matéria médica indígena,

---

5 *Primera y segunda parte de la historia general de las Indias con todo el descubrimiento y cosas notables que han acaecido donde que ganaron ata el año de 1551. Con la conquista de México y de la nueva España.* Em Zaragoza, 1553, in-fol. – Outra edição: *Conquista de México: Segunda parte de la Crónica general de las Indias, que trata de la Conquista de México.* – Medina del Campo, 1553, in-fol. peq. – Mais outra edição em Anvers, 1554, in-12; outras edições modernas. – Gomara nasceu em Sevilha, em 1510. – (G.).

6 *La historia general de las Indias, Primera parte de la historia y general de las Indias, islas y tierra firme del mar océano...* Sevilla, 1535, in-fol. pág. – Há outra edição, Valladolid, 1537, in-fol., e a edição clássica da Real Academia de la Historia de Madrid, 1851, 4 vols. in-fol. – (G.).

7 *Viaggi nell'America Meridionale fatti tra il 1781 e il 1801.* – Milano, 1807, **2** vols. *in* 16º. A edição francesa de C. A. Walckenaer, *Voyages dans l'Amerique Méridionale: publiés les manuscrits de l'auteur,* Paris, Dentu, 1809, 4 tomos, in-8º, é mais pedestre.

das madeiras de construções e de marcenaria, da zoologia em todos os seus ramos, de economia administrativa e até de mineralogia.[8]

Pouco depois de haver o Brasil passado ao domínio do rei da Espanha, avisava profeticamente ao governo da metrópole o dito Gabriel Soares:

> Vivem os moradores tão atemorizados, que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato, como fazem com a vista de qualquer nau grande, temendo serem corsários: a cuja afronta S. M. deve mandar acudir com muita brevidade; pois há perigo na tardança, o que não convém que haja; porque, se os estrangeiros se apoderarem desta terra, custará muito lançá-los fora dela, pelo grande aparelho que têm para nela se fortificarem; com o que se inquietará toda a Espanha, e custará a vida de muitos capitães e soldados, e muitos milhões do ouro em armadas, e no aparelho delas, ao que agora se pode atalhar acudindo-lhe com a presteza devida"[9].

---

8 A 1ª edição começou-se na Tipografia do Arco do Cego, in-fol.; mas não se concluiu nem se expôs ao público: realizou-se a publicação pela primeira vez nas *Memórias* da Academia de Lisboa em 1825, no tomo III das do Ultramar. Os primeiros 29 capítulos se deram de novo à luz pelo ms. da Bibl. R. de Paris, no jornal *O Patriota Brasileiro,* Paris, 1830. Porém, a edição mais correta é a do Rio de Janeiro, 1851 (*Revista do Instituto,* tomo XIV), com os comentários que lhe juntou o A. da presente história, quando primeiro-secretário do Instituto. Soares partiu para Europa em 1584 (Carta de Cristóvão de Barros, de agosto de 1584), depois de haver feito testamento na Bahia em 10 de agosto deste ano, aprovado em 21 do mesmo mês. – (A.).

9 *Tratado descritivo do Brasil em 1587,* 14-15. Linhas antes escrevia Gabriel Soares ainda mais profeticamente:
"Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo cuidado que sua majestade mandar ter deste novo reino; pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberana, que seja um dos estados do mundo..." Ibidem*,* 13. – (G.).

A obra de Fernão Cardim, que só viu a luz em Lisboa, em 1847, com o título posto pelo editor (o próprio autor desta história) de *Narrativa epistolar,* por constar verdadeiramente de duas cartas que dirigiu ao provincial da Companhia em Portugal, é seguramente mais insignificante e destituída de mérito científico que a precedente; entretanto, recomenda-se pelo estilo natural e fluente, e pela verdade da pintura feita com os objetos à vista, e as impressões, ainda de fresco recebidas dos encantos virgens que regalavam os olhos de quem acabava de deixar a Europa nos fins do inverno. Cardim, que havia chegado ao Brasil com o governador Teles Barreto em 1583, prestou depois à Companhia, da qual foi mais tarde eleito provincial no Brasil (cargo que exerceu ainda muitos anos do século seguinte), serviços importantes, no número dos quais devemos incluir o haver a ela atraído tão valente campeão como veio a ser o padre Antônio Vieira (III).

Passemos, porém, a aproveitar do conteúdo destas obras, para oferecer aos olhos do leitor um quadro do estado em que se achavam então as várias capitanias existentes no Brasil.

A Paraíba, acabada de fundar, tinha um engenho em construção por conta da fazenda[10]. Começava esta nova capitania a render

---

10 Ao levantamento do primeiro engenho na Paraíba faz menção fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* São Paulo-Rio, 1918, 324: "...e no fim do mês de janeiro de 1587 se foi (Martim Leitão) ao rio Tibim, duas léguas acima da cidade, ao longo da várzea da Paraíba, fazer um forte para engenho de açúcar de el-rei, que já estava começado, e para defender a aldeia do Assento de Pássaro e mais fronteiras..."

A seguir diz ainda fr. Vicente do Salvador, ibidem, 343, 3ª ed., 1931: "Ficando a capitania da Paraíba, na forma que dissemos... entregue ao capitão João Tavares, começou logo a fazer um engenho não longe do de el-rei, com que corria um Diogo Correia Nunes, e pelo conseguinte os moradores mui contentes começaram logo a plantar as canas que nele se haviam de moer..."

ao Estado quarenta mil cruzados, que em tanto se arrendou o seu contrato do pau-brasil.

Na ilha de Itamaracá, do mesmo donatário que Santo Amaro, seguia prosperando a pequena vila da Conceição, situada no seu extremo meridional; e nos rios ou córregos imediatos moíam três engenhos[11].

Passemos a Pernambuco, que era então sem dúvida a capitania mais adiantada e rendosa, e de todo o Brasil a única em que realmente havia já luxo e trato cortesão. Contavam-se nesta capitania mais de dois mil colonos e outros tantos mil escravos: daqueles mais de cem teriam passante de cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito e dez mil. E dava-se na terra a circunstância de serem todos gastadores, de modo que, ainda com tais rendas, que eram enormes para aquele século, havia muitas dívidas, em virtude dos escravos de Guiné, que morriam em grande número. Eram frequentes as festas e os jantares; trajavam os homens veludos, damascos e sedas, e

---

Esses dois engenhos tomaram os nomes de Tibiri de Cima e Tibiri de Baixo, que vieram ter às mãos de Fernandes Vieira e sua mulher d. Maria César, que os houveram dos herdeiros de Jorge Homem Pinto e do dr. Luís Sanches de Baena; em 17 de janeiro de 1697 possuía-os d. Luzia de Andrade, viúva do capitão João de Freitas Correia, e vendia-os ao capitão-mor José Cardoso Moreno, conforme a escritura pública, saída à luz na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **6**, n. **42**, 302/307.

O engenho real era possivelmente o Tibiri de Cima, mais perto do forte, e que era ainda moente e corrente por ocasião daquela escritura, ao passo que o outro já estava de fogo morto. – (G.).

11 Os engenhos da ilha de Itamaracá eram os do Obu, de Araripe de Baixo e de Araripe de Cima, mencionados no *Sommier discours ouer den staet vande vier geconquesteerde Pernambuco, Itamarica, Paraíba en Rio Grande, inde Noorderdeelen van Brasil* (Arquivo de Hilten. Utrecht, 1879). Dos últimos um era propriedade de Filipe Cavalcanti. – (G.).

despendiam briosamente com cavalos de preço, com selas e guiões, das mesmas sedas da roupa. Para o complemento do luxo de hoje só faltariam carruagens, que em Pernambuco e outras terras do Brasil nem tinham ainda entrado, segundo parece, no tempo de Vieira[12]. Além dos cavalos, havia cadeirinhas, ou palanquins, introduzidas da Ásia, e as serpentinas ou tipoias, que eram como liteiras ou padiolas, feitas de uma rede e levadas por dois homens. Só em vinhos se consumiam anualmente em Pernambuco muitos mil cruzados. Filhos da vila de Viana eram a melhor parte dos ricaços da terra; e a tal ponto tinham ali influência que diz o jesuíta, talvez por graça, que em lugar de *aqui d'el-rei* se gritava *aqui de Viana!*[13] Admirava-se o padre visitador[14] dos leitos de damasco carmesim, franjados de ouro, das ricas colchas da Índia, que lhe ofereciam na cama de dormir, e dos presentes, visitas e convites que recebia. Segundo o testemunho de Cardim, havia então na capitania sessenta e seis engenhos, que lavravam por ano duzentas mil arrobas de açúcar, de modo que eram necessários quarenta ou mais navios para o levar[15]. Possuía Olinda uma boa igreja matriz, quase acabada, de três naves, e muitas capelas, um colégio da Companhia, com lições de casos, de latim e de primeiras letras, e boa casaria de pedra e cal. Em Pernambuco,

---

12 *Sermões*, VIII, 436. – (A.).

13 Conf. Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil,* Rio, 1925, 335. – (G.).

14 Cristóvão de Gouveia. – (C.). – A visita a Pernambuco durou três meses, de 14 de julho a 16 de outubro de 1584. – Fernão Cardim, op. cit., 327/336. – (G.).

15 Quando Cardim estava em Pernambuco faleceu a viúva do velho Duarte Coelho, d. Brites de Albuquerque, conf. tomo I desta *História*, 539. Em suas exéquias, pomposamente realizadas no colégio de Olinda, fez-lhe a oração fúnebre o bispo d. Antônio Barreiros, que antes fora prior de Avis, como informa fr. Vicente do Salvador, que foi seu vigário-geral, *História do Brasil,* 3ª ed., 1931, 220. – (G.).

exclamava Cardim, se encontra mais vaidade que em Lisboa! As senhoras também ostentavam luxo e gostavam mais de festas que de devoções. Em Recife apenas havia um começo de povoado, com alguns armazéns, e uma ermida com a invocação do Corpo Santo. O pau-brasil estava arrendado, por dez anos, em vinte mil cruzados cada ano; e o dízimo dos engenhos em dezenove mil[16]. O donatário Jorge de Albuquerque cobrava para si uns dez mil cruzados do tributo do pescado, redízima e outras rendas. No sul da capitania, para as bandas de Porto Calvo, se ia estabelecer Cristóvão Lins, que chegou a possuir sete engenhos[17].

Quanto à Bahia, capitania da Coroa, mais conhecida que as outras a deixamos pelo seguimento da nossa história: havia então nesta capitania também uns dois mil colonos, quatro mil escravos africanos e seis mil índios cristianizados. Exportava anualmente para cima de cento e vinte mil arrobas de açúcar (o melhor de toda a costa) de seus trinta seis engenhos; donde resultava que o termo médio do produto de cada engenho regulava por três mil e trezentas arrobas. Contava dezesseis freguesias, um colégio dos padres, um mosteiro de São Bento[18], outro de Capuchos[19], além de mais

---

16 O contratador dos dízimos reais era Bento Dias de Santiago, tomo **I**, 705. – (G.).

17 Conf. tomo I desta *História*, 699. – (G.).

18 De notícia de Gabriel Soares, *Tratado descritivo,* pág. 123, infere-se que os frades de São Bento chegaram à cidade de Salvador, com licença de Sua Majestade para fundar seu mosteiro, em 1586. Nesse ano, aos 16 de junho, Francisco Afonso, o Condestável, e sua mulher Maria Carneira faziam doação aos mesmos frades, para assento do mosteiro, do terreno junto à ermida de São Sebastião naquela cidade. – Conf. *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de Salvador,* págs. 400/410, Bahia, 1945. – (G.).

19 O mosteiro de capuchos foi estabelecido mais tarde. – (C.).

quarenta igrejas e capelas. Os barcos e canoas de remo, só no Recôncavo, avaliavam-se em mil e quatrocentos. Tinha já a cidade do Salvador bons edifícios, porém a sé estava, como a de Pernambuco, por concluir. Havia nela cinco dignidades, seis cônegos, dois meios-cônegos, quatro capelães, um cura e coadjutor, quatro moços de coro e mestre de capela, dos quais muitos não eram sacerdotes, em geral mais mal pagos que os capelães dos engenhos, cujos lugares os eclesiásticos preferiam. O edifício do colégio era grande, bem acabado; e havia nele aulas de teologia, de casos, duas de humanidades, um curso d'artes, além das primeiras letras. Tinha de renda três mil cruzados e sustentava de ordinário uns sessenta discípulos. Entre os habitantes notava-se igualmente muita abundância e rico trato, se bem que menos luxo que em Pernambuco. Nas casas havia bons serviços de prata. As senhoras tinham bastantes joias. Também se viam cavalos bem ajaezados, e até os peões trajavam de cetim e damasco, e suas mulheres vasquinhas e gibões das mesmas telas. E, pois que nesta capitania as comunicações se faziam principalmente por água, eram os jovens baianos menos amigos de montar a cavalo que os pernambucanos. A capital contava apenas oitocentos moradores livres, e as casas não passavam ainda fora das portas de São Bento e do Colégio, ou sé atual. As rendas da câmara não excediam de cem mil-réis anuais.

Seguem as três capitanias dos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, que, apesar de seu fecundo solo, e dos muitos rios que as retalham, e dos frequentes portos que oferecem ao comércio, haviam progredido mui pouco, como seguiu sucedendo até hoje. Tão nociva lhes foi à influência da falta de uma colonização simultânea, que pudesse absorver os selvagens, em vez de se deixar por eles tragar.

A capitania dos Ilhéus achava-se reduzida à vila de São Jorge, apenas com uns cinquenta colonos, em vez de quatrocentos ou quinhentos que tivera; e unicamente contava três engenhos, de oito ou nove que possuíra[20], e algumas roças de algodão e mantimento. Para cada lado da vila, os habitantes não se estendiam mais de duas ou três léguas, pela ourela da costa, e apenas meia légua para o sertão.

Não era mais lisonjeiro o estado da capitania de Porto Seguro; se bem que nesta havia, além da vila capital, com quarenta colonos, a de Santa Cruz, e duas aldeias de índios, a de São Mateus e a de Santo André. A gente era pobre: havia um só engenho de açúcar[21]; o gado vacum morria de certo capim *mata-pasto*[22]; mas em troco os jumentos e cavalos cresciam em tal quantidade que daqueles havia bravos pelos matos. As árvores de espinho eram sem conta, e os habitantes fabricavam, para exportar, água de flor de laranja. Era donatário o primeiro duque de Aveiro, d. João d'Alencastre, por

---

20 "...a qual capitania [dos Ilhéus] Jerônimo de Alarcão, filho segundo de Jorge de Figueiredo, com licença de S. A. vendeu a Lucas Giraldes, que nela meteu grande cabedal com que a engrandeceu de maneira que veio a ter oito ou nove engenhos. Mas deu nesta terra esta praga dos aimorés, de feição que não ficaram ali mais que seis engenhos, e estes não fazem açúcar, nem há morador que ouse plantar canas, porque em indo os escravos ou homens ao campo não escapam a estes alarves, com medo dos quais foge a gente dos Ilhéus para a Bahia, e tem a terra quase despovoada..." – Gabriel Soares, *Tratado descritivo,* Pág. 57. – (G.).

21 Gabriel Soares, op. cit., págs. 61/62, menciona em Porto Seguro dois engenhos de açúcar, pertencentes a Manuel Rodrigues Magalhães e a Gonçalo Pires, além de dois outros extintos, um de João da Rocha e o que esteve na ponta da Curumbabo. – (G.).

22 Com esse nome conhecem-se diversas espécies do gênero Cássia, família das leguminosas. As folhas e vagens do mata-pasto vermelho (*Cassia stipulata*) são tidas como tóxicas. – (G.).

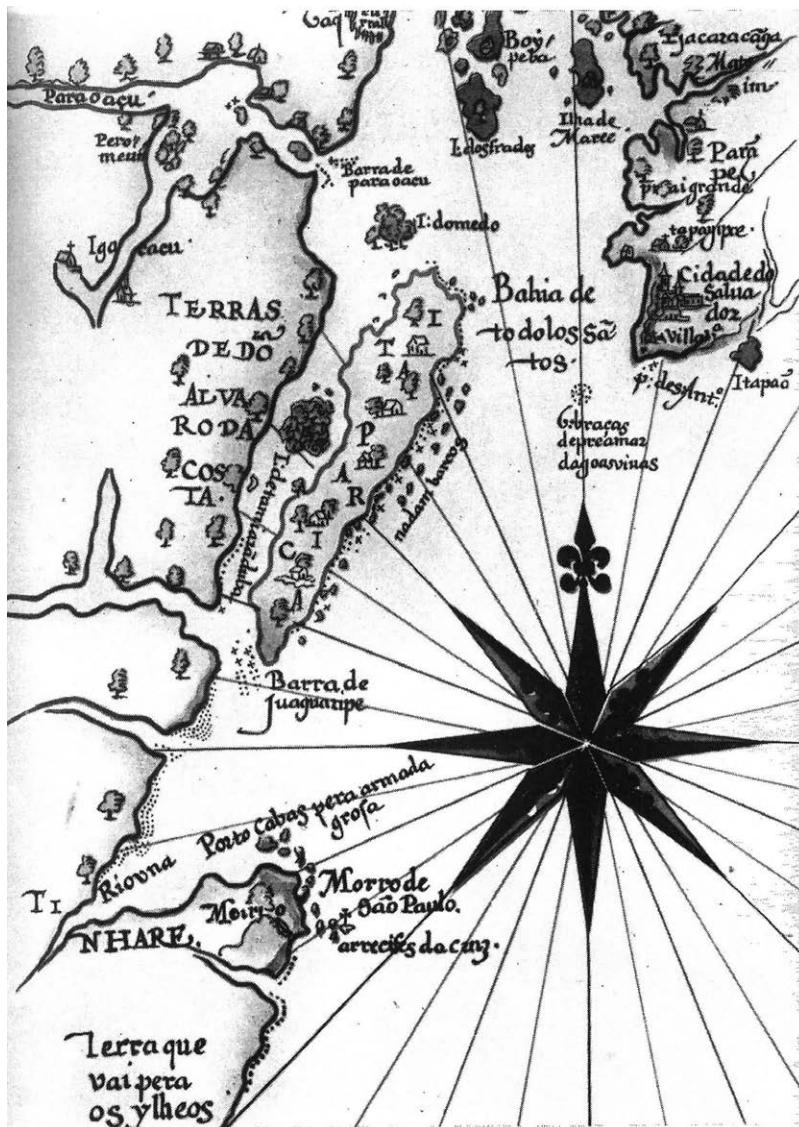
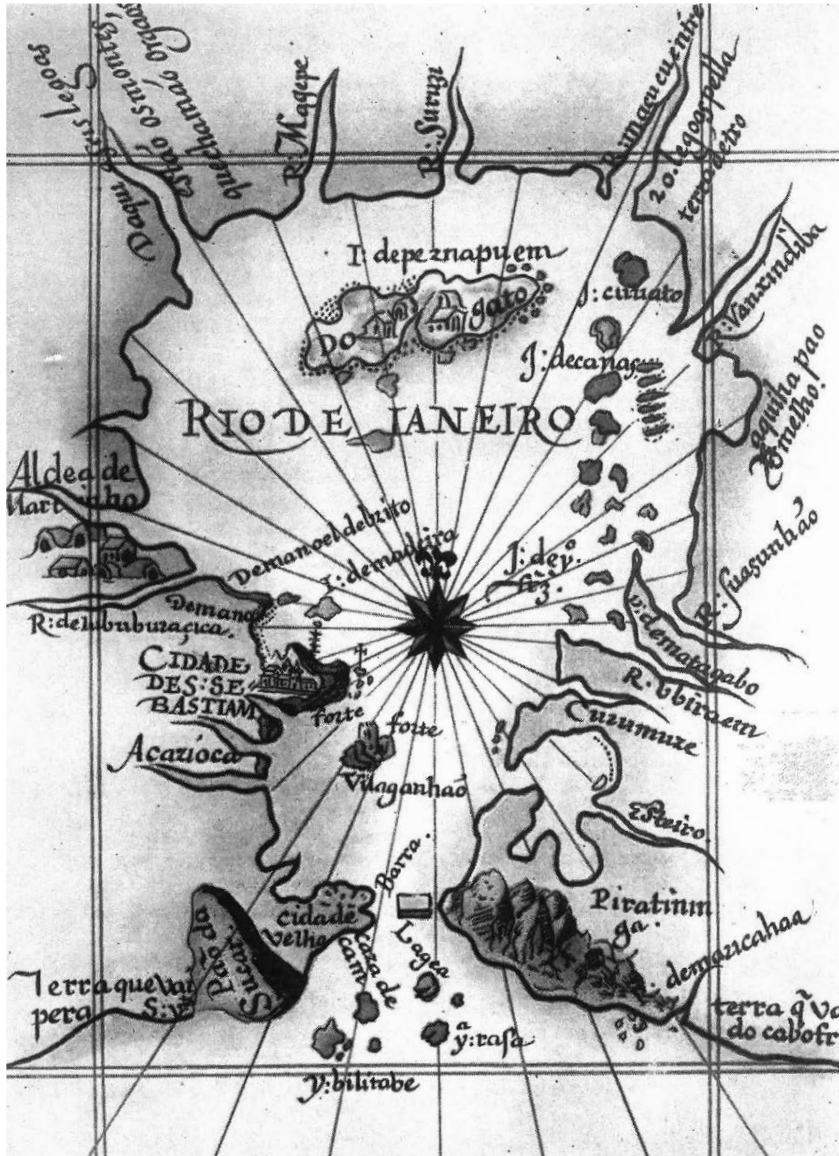
contrato que, segundo dissemos[23], fizera com a terceira donatária d. Leonor do Campo.

Um tanto melhor se achava a capitania do Espírito Santo: contava sobre cento e cinquenta vizinhos, que possuíam seis engenhos de açúcar, muito gado e algodões. A Companhia tinha também seu colégio e igreja regular e várias aldeias que administrava[24]. Havia aqui mais gentio manso que em nenhuma outra parte; e os colonos serviam-se muito dele, de modo que apenas existia escravatura africana. Era desta capitania segundo donatário Vasco Fernandes, filho do outro de igual nome, de quem já tratamos; mas pouco depois faleceu, ficando governadora d. Luísa Grinalda, sua mulher, que fez antes de muito entrega ao quarto donatário Francisco de Aguiar Coutinho.

A capitania do Rio de Janeiro, bem que apenas contava vinte anos desde fundada, tinha cento e cinquenta colonos e três engenhos, trabalhados principalmente pelos índios. Havia um colégio da Companhia, em que se ensinava o latim e que recebia das rendas públicas dois mil cruzados. Igualmente seguiam subsistindo a casa de misericórdia e o hospital, quase no próprio sítio em que ainda hoje estão. Abundava a fruta e a hortaliça, e era tanto o pescado que valia o de escama a quatro réis, e o de pele a real e meio a libra. Ainda então vivia Martim Afonso Arariboia, comendador de Cristo, índio antigo, *abaeté e moçacara* (*Mboçácára*, o que é muito honrado, Montoya, *Tesoro,* fls. 215) que servira muito aos colonos na conquista

---

23 Veja seção XVIII, 558. – (A.).

24 Anchieta, *Informações e fragmentos históricos,* págs. 40/41. A Companhia não tinha colégio no Espírito Santo, apenas casa, onde residiam de ordinário oito – cinco padres e três irmãos; essa casa era subordinada ao colégio do Rio de Janeiro. – (G.).

A baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador. Do códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda – Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, que há na costa do Brasil.

A baía do Rio de Janeiro e a cidade de São Sebastião.
Do códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda. Roteiro...

desta paragem. Os três engenhos de que fizemos menção eram: um de Cristóvão de Barros, de água; outro do próprio governador, na sua ilha, movido por bois; e finalmente um terceiro, começado por Salema e por concluir, do patrimônio real[25].

"Está tão mística a capitania de São Vicente com a de Santo Amaro [dizia um dos escritores contemporâneos que nos vão guiando] que, se não foram de dois irmãos, amanharam-se muito mal os moradores delas"[26]. Já então na prática se começavam a realizar os temores de Gabriel Soares, e principiavam a germinar as questões, que pouco depois foram levadas ao julgamento dos tribunais. Reservando para o diante o tratarmos de qual era verdadeira linha de raia, nos limitaremos aqui a consignar que, falecido o primeiro donatário em 1571, e morto o segundo, seu filho, nos campos africanos de Alcácer-Quibir, era já, por confirmação régia, Lopo de Sousa, neto do primeiro, o possuidor da capitania de São Vicente. A de Santo Amaro, por morte de Pero Lopes, passara sucessivamente a dois de seus filhos, e por falecimento destes recaíra em uma irmã deles, d. Jerônima, já viúva de d. Antônio de Lima, de quem tivera d. Isabel de Lima, que veio a ser a quinta donatária[27].

---

25 Conf. tomo I desta *História,* 631/632 e 677, Gabriel Soares, *Tratado descritivo,* 91. – (G.).

26 Gabriel Soares, loc. cit., 97. – (G.).

27 Esta d. Isabel, apesar de casar-se, não deixou descendentes. Segundo a *História Genealógica* [tomo **XII**, parte II, pág. 1131], a desposou Francisco Barreto [de Lima]; e segundo um documento que recolheu Taques. *Revista do Instituto Histórico,* **9**, pág. 163, um André de Albuquerque, que vivia em Setúbal. Naturalmente casou-se duas vezes. Em tal caso da segunda vez foi com Francisco Barreto. – (A.). – André de Albuquerque era o donatário em 1584, como assegura Anchieta, *Informações e fragmentos históricos,* 32. – (C.).

Apesar, porém, de haver nas terras chamadas de São Vicente duas capitanias e dois donatários, na realidade quase que se imaginavam uma só; e inclusivamente tinha um só provedor, contador e alcaide-mor, que era o velho[28] Brás Cubas[29]; se bem que as sesmarias, nas terras julgadas do neto de Martim Afonso, eram unicamente

---

28 Brás Cubas teria então uns oitenta anos, pois faleceu com oitenta e cinco em 1592, como se colige de seu epitáfio da hoje matriz de Santos, que consigna os seus principais feitos, que explanará a sua biografia melhor do que esta história e pudera aqui tentar. – (A.). – Desta biografia anunciada aqui pelo autor ignora-se o paradeiro. – (C.). – Na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, tomos **13**, 241/249, e **18**, 13/36 e 37/43, ocorrem bons subsídios de Eugênio Egas, F. C. de Almeida Morais e Benedito Calixto sobre o fundador de Santos. O epitáfio supramencionado diz assim:

"Sª DE BRÁS CUBAS
CAVALLEIRO FIDALGO DA CASA D'EL-REY
FUNDOU E FEZ ESTA VILA SENDO
CAPITÃO E CASA DE MISERICÓRDIA
ANO 1543
DESCOBRIU OURO E METAIS
ANO 60
FEZ FORTALEZA POR MANDO D'EL-REY
D. JOÃO III
FALECEU NO ANO DE 1592 A."

A *História da colonização portuguesa do Brasil,* **III**, 250/261, insere três documentos importantes sobre Brás Cubas. – (G.).

29 Brás Cubas foi provido nos ofícios de provedor e contador das rendas e direitos da capitania de São Vicente por provisão de d. João III, dada em Almeirim, a 18 de junho de 1551. Esses ofícios, por um alvará de lembrança, pertenceram a Pedro Henriques, escrivão da Câmara real; por seu falecimento, em apostilha, o rei fez deles mercê a Leonor da Costa, viúva de Pedro Henriques; porque Leonor se metesse freira em convento, passaram os ditos ofícios à sua filha Beatriz da Costa, para que seu avô Ambrósio Rodrigues os pudesse vender a pessoa apta, o que foi feito a Brás Cubas, com licença real e notificação a Tomé de Sousa, governador-geral, para metê-lo na posse daqueles cargos, que devia servir em dias de sua vida. – *Documentos históricos,* **XXXV**, págs. 146/148. – (G.).

concedidas pelo seu lugar-tenente Jerônimo Leitão, e as da neta de Pero Lopes pelo governador Salvador Correia, seu bastante procurador para isso. Entretanto, para a resenha que vamos fazendo, as consideraremos uma única e nos ocuparemos indistintamente das vilas e povoações de ambas.

É necessário confessar que, por este lado, principalmente perto da costa, o Brasil se tinha porventura atrasado em vez de melhorar. Vimos que quarenta anos antes havia já aí seis engenhos e uns seiscentos vizinhos. A colonização do Rio de Janeiro, e os maiores atrativos de prosperidade na Bahia e Pernambuco, e a bondade do clima de Piratininga tinham privado São Vicente de muitos moradores, e a escassez de navios de comércio para ali, e a presença dos últimos piratas, haviam-na despojado de muita da sua riqueza. Bem que em pior estado, as duas capitanias sustinham, entretanto, ainda os mesmos engenhos.

A vila de São Vicente se empobrecera de um modo sensível; e estava reduzida a uns oitenta colonos, além dos padres do colégio da Companhia que, a pedido da gente de Santos, o visitador Cristóvão de Gouveia ordenava agora que para esse porto se transferissem[30]. Eram apenas seis, os quais ali "estão como eremitas, por toda a semana não haver gente, e aos domingos pouca"[31].

Menos habitantes colonos, e mais pobres, contava a vila da Conceição de Itanhaém, dez léguas pela praia, caminho da foz do rio de Iguape.

---

30 Azevedo Marques, *Apontamentos,* **I**, pág. 97, dá a escritura da doação do terreno para o colégio. – (C.).

31 Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil,* pág. 358. – (G.).

Poucos mais moradores que São Vicente tinha Santos: em uma e outra vila escasseavam os braços; e pouco antes haviam ambas dirigido uma súplica a Jerônimo Leitão para proceder contra os índios, que tanto mal haviam feito à capitania[32]. Naturalmente menos população que todas teria a vila de Santo Amaro, junto da qual possuía um engenho Francisco de Barros. Ao norte da ilha de Santo Amaro havia bem guarnecidas as duas fortalezas de São Filipe e de Santiago, à boca da barra da Bertioga; e da banda do sul, à entrada de São Vicente, e nas terras que haviam sido de Estêvão da Costa[33], havia (no forte que pouco antes se fizera) uma guarnição de cem soldados, com capitão e alcaide[34].

São Paulo de Piratininga era a terra mais povoada do distrito e continha tanto e meio dos colonos da de Santos ou da de São

---

32 Arq. da Câm. de São Paulo, L. 1585-1586, fls. 13 v. e 14. – (A.). – *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* **1**, 275/279, São Paulo, 1914. A súplica ou requerimento tem a data de 10 de abril de 1585. – (G.).

33 Sobre as terras de Estêvão da Costa, veja tomo **I**, 248. – (G.).

34 Por provisão de 16 de fevereiro de 1553, fez saber o provedor-mor da fazenda, Antônio Cardoso de Barros, a Brás Cubas, provedor das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, que Sua Alteza lhe ordenara em seu regimento que, quando corresse as capitanias desta costa, mandasse fazer em cada uma delas casa para alfândega e contos; que por ver que na de São Vicente era preciso havê-la pela muita necessidade que disso se tinha, a mandasse fazer na vila do porto de Santos, no lugar e sítio onde estava o que então servia para o efeito. As alfândegas a construir seriam por esta maneira: duas casas por baixo de trinta palmos de largo e quarenta de comprido cada uma; do mesmo comprimento e largura seriam também as outras duas, por cima assobradadas, cobertas de telhas, e bem emadeiradas, de pedra e cal, com um tabuleiro entre elas e o mar, da compridão das mesmas casas à maneira de Cais, onde, fosse necessário, pôr-se-ia artilharia, se se pudesse fazer; haveria uma varanda coberta sobre o tabuleiro, para que ficasse a artilharia ao abrigo da água e do sol; que se contratassem os pedreiros à sua avença, e a delas e não em pregão, e que o pagamento das obras se fizesse pelas rendas de sua Alteza, etc. – *Documentos históricos,* **XXXVIII**, págs. 239/240. – (G.).

Vicente. Já seus habitantes se mostravam naquele tempo amigos de cavalgar e fazer "escaramuçar e correr seus ginetes". Os paulistas "do meio daquele sertão e cabo do mundo" vestiam-se ainda à moda antiga, "de burel e pelotes pardos e azuis, de petrinas compridas...", e iam nos domingos à igreja "com roupões ou bornéus de cacheira, sem capa"[35]. Não tinham na vila pároco[36], e seis ou sete padres da Companhia eram os seus únicos eclesiásticos. Havia muito gado, e muitas vinhas, de cuja uva se fazia certo vinho que se bebia "antes de ferver de todo". Igualmente abundavam, entre as árvores da Europa, os marmeleiros, e se fazia muita marmelada. O trigo e cevada produziam bem, se os semeavam[37]; escassos eram, porém, os vestuários pelo pouco trato do comércio. O fabrico do tal vinho cessou acaso com as proibições, que depois se fizeram em favor do comércio de Portugal[38]. Os habitantes eram servidos pela

---

35 Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil,* págs. 355/356. Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 382, 3ª ed., 1931, diz que os "homens e mulheres se vestiam de pano de algodão tinto e, se havia alguma capa de baeta e manto de sarge, se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta de igreja; porém, depois que chegou d. Francisco de Sousa e viram suas galas e de seus criados e criadas, houve logo tantas librés, tantos periquitos e mantos de soprilhos que já parecia outra coisa". – (G.).

36 Por primeiro vigário foi mandado, alguns anos depois, o padre Lourenço Dias Machado, *Revista do Instituto Histórico,* **2**, 435. – (A.). – Esse vigário devia ter sido nomeado em 1593, quando o administrador das partes do sul esteve em visita a São Paulo; dois anos depois, por provisão datada da Bahia, em 8 de outubro de 1595, d. Francisco de Sousa mandou dar-lhe a côngrua que percebiam os vigários de São Vicente e Santos, ibidem. – (G.).

37 Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil,* pág. 108. – (G.).

38 No tempo de Cardim, já se começava a fazer vinhos, ainda com muito trabalho para conservá-los, "porque em madeira fura-lha a broca logo, e talhas de barro não nas têm..." – *Tratados,* 108. – (G.).

escravaria da terra, e nas vizinhanças havia, entre outras aldeias, a da Conceição dos Pinheiros[39].

Tratando da principal produção do Brasil naquela época, a do açúcar, contavam-se em Pernambuco sessenta e seis engenhos; na Bahia trinta e seis, e nas outras capitanias juntas metade deste número. Total dos engenhos cento e vinte. Referimos o número dos engenhos, porque cremos este o melhor meio de dar uma ideia do estado de prosperidade e riqueza do país. Um engenho por si é ainda hoje equivalente a uma grande povoação, e representa não só muitos braços como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, além da casa do engenho, da de moradia, senzalas e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas[40] de massapé (a novecentas braças quadradas por tarefa), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro e cobre juntas de bois e outros animais.

---

39 Havia ainda a aldeia de São Miguel, como refere Anchieta, *Informações e fragmentos históricos,* 45. – (C.).

40 A *tarefa*, como medida agrária equivalente a 30 braças em quadra, ou 4.356 m^2, é peculiar à Bahia, destinada à cultura da cana-de-açúcar. Uma *tarefa,* no ato de plantar, consome ordinariamente cinco carros de semente, se a plantação é feita a enxada, ou seis, se por arado. A esta se chama *tarefa de rego; tarefa de soca,* quando a cana já foi cortada uma ou mais vezes e cujos brotos se vão sucedendo anualmente. A moagem de uma *tarefa* de cana, em bom engenho movido por água, pode ser executada em 24 horas, produzindo pelo menos oito *meladuras,* o que se chama *tarefa redonda.* – Conf. Morais, *Dicionário,* e Beaurepaire Rohan, *Dicionário de vocábulos brasileiros,* s. v. – *Massapé* é uma argila compacta, anegrada e extremamente fértil. Na Bahia essa espécie de terreno é produzida pela decomposição de quistos cretáceos e em outros Estados pela decomposição de rochas graníticas. Em Pernambuco se diz *massapê* – Conf. Rodolfo Garcia, *Dicionário de brasileirismos,* s. v. – (G.).

Anualmente produziam os ditos engenhos uns setecentos mil quintais de açúcar ou setenta mil caixas, número igual ao dos mil cruzados que pagava o mesmo açúcar de direito de saída, na razão de cruzado por caixa de dez quintais.

O consumo no Brasil de gêneros estrangeiros vindos do Reino avaliava-se em quatrocentos mil cruzados, e, portanto, em oitenta mil a renda que produzia às alfândegas de Portugal o não estarem os nossos portos abertos ao comércio das outras nações.

As fortunas eram geralmente, sobretudo em Pernambuco, na Bahia e no Rio, isto é, nas terras que já recebiam escravaria africana[41], bastante desiguais; e um dos meios com que mais dinheiro se juntava era o tráfico dos pretos. Às vezes associavam-se alguns senhores de engenho e mandavam navios por escravos africanos, que lhes saíam assim muito mais em conta do que comprando-os aos traficantes, os quais, principalmente a prazos, efetuavam as vendas com muita usura.

---

41 No Rio de Janeiro, em 1583, lavrou-se um auto de avença, que Salvador Correia de Sá, como governador e provedor da fazenda real, fez com João Gutierres Valério, obrigando-se este a pagar certa quantia por escravo que de África conduzisse em seu navio. – *Revista do Instituto Histórico,* **1**, 161. Foi o primeiro contrato para a importação de africanos no Rio de Janeiro – Rio Branco, *Le Brésil en 1889,* 117. – "Os traficantes de negros [informa J. B. de Almeida Prado, *Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil,* **I**, pág. 270, São Paulo, 1939] costumavam carregar os navios de janeiro a março, estação mais favorável nas costas da África, onde aportavam com mercadorias europeias. Estes mesmos navios [continua, citando a *Relação* de Antônio Dinis sobre o comércio de Angola] se lhes pagam em escravos, como digo, e os carregam para o Brasil, outros para as Índias (espanholas). Os resgatados nessa quadra custavam, pela terra dentro, 10$000, ficando na costa para o mercador em 22$000, se era peça das Índias. Quando iam para o Brasil pagavam uma taxa de 3$600 e 400 réis de avanços, e para as possessões espanholas 7$000". – (G.).

Os pobres encontravam já, em algumas povoações, apoio eficaz numa instituição pia introduzida em Portugal no século anterior, a fim não só de recolher os peregrinos, como as antigas albergarias, mas de curar os enfermos, de enterrar os mortos, de educar e dotar as desvalidas órfãs e de praticar as obras de misericórdia. Pelo que o estabelecimento, onde em cada povoação isso era adotado, se chamou *Santa Casa da Misericórdia* ou simplesmente *A Misericórdia* ou *A Santa Casa,* como entre nós se diz muito[42]. A primeira casa de misericórdia em Portugal foi a de Lisboa, instituída pela rainha d. Leonor, em agosto de 1498; bem que recomendada a instituição às outras cidades e vilas do reino, pela C. R. de 14 de março de 1499, como... "uma confraria para se as obras de misericórdia haverem de cumprir, especialmente acerca dos presos pobres e desamparados... e assim em muitas obras piedosas"[43], etc. Em Santos foi a instituição introduzida em 1543 por Brás Cubas, e não nos consta de povoação brasileira que antes a tivesse. Nas cidades do Salvador e de S. Sebastião foram elas erigidas contemporaneamente com as mesmas cidades[44]; e tanto a elas como às de outras cidades do Brasil, os reis

---

42 Destes assuntos tem-se ocupado Vítor Ribeiro, autor de uma história da casa de misericórdia de Lisboa [Vítor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,* Lisboa, 1902], e de estudos publicados no Instituto de Coimbra. – (C.).

43 O seu compromisso foi confirmado por alvará régio de 4 de julho de 1564, reformado em 10 de maio de 1618. O compromisso dado à dita misericórdia de Lisboa se declarou extensivo à do Espírito Santo por alv. de 1 de julho de 1605; à de Olinda por resolução régia de 26 de janeiro de 1606, e à de Itamaracá por dita de 8 de abril de 1611. – O alv. de 18 de out. de 1806 o fez extensivo a todas as misericórdias que não tivessem outro. A ordem terceira de São Francisco da Penitência do Rio data de 1622. – (A).

44 Há quem date a Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro da era de 1540, antes de povoada a cidade! Vejam-se os trabalhos de Francisco de Sá e Félix Ferreira. Atribuem outros a criação a José de Anchieta por ocasião de aportar

não tardaram em conceder privilégios análogos aos de que gozava no reino a de Lisboa. Além das misericórdias para os pobres desamparados, havia também irmandades, ou comunidades, em que sob a invocação de algum santo, e com certas práticas devotas, os irmãos se obrigavam, por compromissos, a se prestarem vários auxílios. Dessas irmandades, as ordens terceiras, que depois estenderam tanto, anexas a ordens religiosas ou delas derivadas, produziram, e produzem ainda, com seus hospitais, benefícios incalculáveis.

à gente de Diogo Flores. Da relação de Sarmiento, que chama os jesuítas de Teatinos, como os chamava d. Cristóvão de Moura, nada consta a respeito. – (C.). – Na *Sumaria Relación de Pedro Sarmiento de Gamboa, gobernador y capitán general del estrecho de Magallanes,* in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias,* **5**, pág. 306, Madrid, 1866, vem a referência aos Teatinos, ordem de clérigos regulares, que Sarmiento confundiu com a dos jesuítas. Nessa mesma *Sumaria Relación* trata-se (pág. 303) da chegada da armada de Diogo Flores de Valdez ao porto do Rio de Janeiro, a 24 de março de 1582, onde invernou até fins de novembro do mesmo ano. Nesse tempo morreram muitos da tripulação, "*que venían enfermos del mar, y enfermaron muchos otros de nuevo, de un mal del seso, que es peste de aquella tierra, que es fácil de curar, entendiéndose, y si no se entiende a no se cura, pasados dos o tres días sin remediarlo, es incurable, y mata con bascas; llámale el mal de la tierra. En estas enfermedades los portugueses de la ciudad de San Sebastián se ofrecieron de curar los enfermos, pidiendo a Diego Flores algún socorro de limosna, de la hacienda real, que V. M. enviaba para semejantes y otras necesidades; y Diego Flores dio una vez algunos reales, pocos, que no llegaron o no pasaron de ciento, para más de doscientos enfermos. Y haciendo de su parte el gobernador, Salvador Correa, y los vecinos del pueblo lo que era en su posible, siendo pobrísimos, nunca más Diego Flores los proveyó ni aun de ración ordinaria de sanos, y así murieron más de ciento y cincuenta, y otros viendo esto, se huyeron. Pedro Sarmiento, viendo el peligro en la mano, hizo alojar los pobladores por las casas de los vecinos de la tierra, donde fueron recreados y curados, y no murieron cuatro; y para los oficiales de fortificación hizo casas de ramada de palma arrimadas, a las casas de su morada, donde los alojó y visitaba y medicinaba todas las horas, conque a gloria de Dios fueron guarecidos, que no murió sino una, de ciento cincuenta y tantos que eran*". – (G.).

O Brasil se podia considerar a mais importante das possessões portuguesas que Filipe II havia agregado à sua Coroa, pois que as colônias da Ásia iam em manifesta decadência, e o comércio do Oriente, desde o princípio, longe de criar raízes em Lisboa, não serviu senão a dar maior importância ao mercado de Amsterdã e a fazer levantar a Holanda[45]. Portugal se locupletara, sim, com as primeiras riquezas da Ásia; mas por outro lado perdera a sua prosperidade real, desprezando a agricultura e a indústria; de modo que, apenas lhe faltou a força, não pôde nutrir o comércio do Oriente, que passou a mãos estranhas, onde estavam os capitais, que algumas providências absurdas faziam desviar do reino e possessões. Nesse número se devem contar a perseguição, impoliticamente exercida, contra os judeus e cristãos-novos[46], a Inquisição e talvez não menos uma lei proibindo que se cobrassem juros ao dinheiro[47]. Por lei de 30 de junho de 1567, provisão de 2 de junho e alvará de 2 de julho

---

45 Conf. Zimmermann, *Die Kolonialpolitik Portugals und Spaiens,* **I**, págs. 110/116, Berlim, 1896. – (C.).

46 Declaradas de novo em vigor por leis de 18 de janeiro de 1580 e 26 de janeiro de 1587. Essa proibição foi levantada em 31 de julho de 1601, estando a corte em Valhadolid, mediante 200.000 cruzados oferecidos pelos judeus, acrescentando-se, em 24 de novembro desse mesmo ano, que ninguém lhes chamasse "cristãos-novos, confessos, marranos ou judeus". Foi isso outra vez revogado em 13 de março de 1610, voltando tudo ao ordenado em 1587. Tornou em 17 de novembro de 1629 a proteção de 1601; porém, uma consulta de 29 de abril de 1630 opinava que se devia revogar na parte em que se lhes consentia passar às colônias (*Regs. Reais,* **IV**, 72 e 73; **V**, 23; **VI**, 25). – (A.).

47 Além desta lei de 16 de junho de 1570, contrária a toda economia política, dessa que já se conhecia antes de ter tal nome, promulgou nesse mesmo ano d. Sebastião outra mais absurda, em 28 de abril, na qual ordenou que "pessoa alguma não pudera comer nem dar a comer à sua mesa mais que um assado e um cozido, e um picado ou 'desfeito', ou arroz ou cuscuz, e nenhum doce, como manjar branco, bolos de rodilha, ovos mexidos, etc.". – (A.).

de 1573, foi proibido passarem os cristãos-novos às colônias. Estas disposições foram revogadas pelo alvará de 21 de maio de 1577[48].

O domínio da maior parte dos litorais da Ásia que, segundo alguns, concorrera à desmoralização dos portugueses produziu por outro lado nos ânimos tal energia que, além da glória marítima e militar que a nação adquiriu (e que será perdurável para sempre nos fastos da história universal e nos do progresso do espírito humano), talvez que a essa energia deveu o grande desenvolvimento que então tiveram a sua literatura e língua. Os escritores *quinhentistas,* isto é, do século XVI, são ainda os mais lidos e preferidos pelos melhores puristas. Desta época é o primeiro escritor português, chamado príncipe dos poetas de toda a Espanha – o grande Camões. O argumento capital de sua epopeia é a navegação do Oriente; e Camões não houvera produzido tal poema, no juízo de Humboldt, uma das primeiras obras do engenho humano em relação à vida marítima, se não tivesse peregrinado até a China "novos perigos vendo e novos danos". As *Décadas* de Barros (depois prosseguidas por Couto) são em prosa a história dos feitos portugueses na Ásia, ilustrada também pela descritiva pena de Lucena, na conquista espiritual, e pelas admiráveis, e às vezes fantásticas, pinturas das maravilhas da Ásia, que devemos ao livro das *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto. Às obras destes escritores deve a língua portuguesa muito. Como autores de crônicas se assinalavam Damião de Góis, escrevendo as de d. João II e d. Manuel (que o bispo Osório depois magistralmente latinava), e Francisco de Andrade a de d. João III. Entre os poetas contemporâneos de Camões, recomendam-se o filósofo e moralista

---

48 Algumas dessas leis estão notadas em Figueiredo, *Sinopse cronológica,* **2**. – (C.).

Francisco de Sá de Miranda, o suavíssimo Bernardes, cantor do rio Lima, e o douto Ferreira[49], autor da primeira tragédia sobre Inês de Castro. Góis e Sá de Miranda interessam mais que os outros ao Brasil, como irmãos que eram um do donatário das terras de Campos Pero de Góis[50] e outro do terceiro governador do Estado, Mem de Sá. Poetas conhecidos foram também Jerônimo Corte Real e Vasco Mousinho. Como prosadores recomendáveis mencionaremos Jorge Ferreira de Vasconcelos, autor de uma novela de cavalarias acerca das proezas de uma segunda *Távola Redonda*[51] e de mais três novelas comédias, intituladas *Eufrosina, Ulissipo* e *Aulegrafia;* e contentar-nos-emos em citar os *Diálogos* de Heitor Pinto e de Amador Arrais, pois fora divergir de nosso intento tratar deles por extenso. Com mais razão devemos ser desculpados se não tratarmos de outros de menos nomeada e se não fizermos dissertações acerca da literatura castelhana desta época, que alguma voga, especialmente a dramática, veio a ter no Brasil.

Nas ciências as maiores ilustrações como que se desenvolviam no Oriente. O grande matemático Pedro Nunes[52], o seu discípulo d.

---

49 "Que por modos diversos
Ou deu versos às leis ou leis aos versos." – Dinis. – (A.).

50 O fato não parece muito certo; pelo menos tem sido ultimamente contestado. – (C.). – Pedro de Azevedo, *História da colonização portuguesa do Brasil,* **III**, 212/213, não admite mais dúvida a respeito. – (G.).

51 Veja a nossa publicação *Da literatura dos livros de cavalarias,* com o respectivo aditamento [Viena, 1872]. – (A.).

52 Está hoje verificado que Pedro Nunes, o matemático, não esteve na Índia, como afirmou o autor, em nota à primeira edição desta *História,* **1**, 467/468. Conf. Luciano Pereira da Silva, *Revista da Universidade de Coimbra,* **2**, 246/253, 532/539, Coimbra, 1913. – Além de outras obras de matemática, Pedro Nunes escreveu o *Tratado da Esfera* com a *Teórica do sol e da lua,* etc., Lisboa,

João de Castro, o médico observador Garcia da Orta[53], todos talvez deveram ao sol dos trópicos o reflexo da sua glória: sendo certo que concorre muito a fecundar o gênio a contemplação da natureza, em o maior número de paragens da Terra, diversas em clima e em produtos naturais; bem como o trato dos homens e a vista dos objetos d'arte contribuem a apurar o gosto e a formar o artista; quer este maneje o pincel, o escopro, ou o compasso; quer possua o segredo de fundir em palavras ou sons articulados, quer em sons músicos, os seus pensamentos, isto é, quer seja pintor ou escultor e arquiteto, quer poeta ou músico. Para nós é certo que (ocupando-nos só da

---

1537 – obra de universal celebridade e caríssima, ao ponto de não existirem mais de dez exemplares conhecidos em todo o mundo. Maggs Bros., em sua *Bibliotheca Brasiliensis,* Londres, 1930, enumera nove exemplares: dois nos Estados Unidos, um no Brasil (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) e seis na Europa. Como aquela biblioteca possua duplicata do *Tratado,* o número de Maggs Bros. fica acrescido de mais um. – (G.).

53 *Colóquios* [*dos simples e drogas*] *da Índia*. Veja-se a 2ª edição publicada, página por página, conforme a 1ª de Goa em 1563, pelo autor desta *História* em 1872. – (A.). – Reeditados admiravelmente pelo conde de Ficalho [Lisboa, 1891/1892, em dois volumes], que, além disso, consagrou uma erudita monografia ao ilustre médico português. – (C.). – *Garcia da Orta e o seu tempo,* Lisboa, 1886. Referindo-se à edição de 1872, escreveu o conde de Ficalho nessa monografia, pág. 389: "Esta edição foi, como todos sabem, dirigida por F. A. Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Não seria difícil apontar alguns dos seus numerosos erros e incorreções, muitos deles reconhecidos e emendados pelo zeloso e erudito editor no Post Editum, datado de Viena de Áustria; e devidos a circunstâncias independentes da sua vontade e da sua notória competência. É-nos, porém, muito mais agradável dizer que a edição, tal qual está, é ainda assim um excelente serviço prestado às letras portuguesas. Pôs a leitura dos *Colóquios* ao alcance de muitas pessoas, que nem teriam ensejo de encontrar algum dos raros exemplares da edição de Goa, nem disporiam da paciência suficiente para penetrar naquelas páginas, crivadas de erros de ortografia e de pontuação."

Dos *Colóquios* há tradução inglesa por *sir* Clements R. Markham, Londres, 1913, edição limitada, da qual possui um exemplar, talvez o único existente no Rio, o ilustre bibliófilo e camonista prof. Simões Correia. – (G.).

poesia) Camões não houvera sido o que foi e o que é, se não tivesse tido tanto trato com diferentes povos e se, com as cenas novas e originais que de contínuo lhe deviam proporcionar as terras, os mares e as cidades da Ásia, não houvesse tanto enriquecido a fantasia.

NOTAS DA SEÇÃO XXIII

I
(Pág. 720)

História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil: feita por Pero de Magalhães de Gândavo, dirigida ao muito Ills. Sñor Don Lionis Pª governador que foi de Malaca & das mais partes da sul da Índia [Armas dos Pereiras] In fine*: Impresso em Lisboa, na oficina de Antônio Gonçalves. Ano de 1576*. In-4º, de 48 ff. num. no verso, com 2 estampas intercaladas no texto.

A *História* de Gândavo foi concomitantemente reeditada em 1858 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo **21**, e na *Coleção de Opúsculos reimpressos relativos à história das navegações, viagens e conquistas dos portugueses,* pela Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo **1**, n. **3**. A essas publicações precedeu, porém, a edição francesa de Ternaux-Compans, na coleção intitulada *Voyages, relations et mémoires pour servir à l'histoire de la découverte de l'Amérique,* tomo II, Paris, Arthus Bertrand, 1837, in 8º.

Para a reimpressão da *Revista do Instituto* utilizou-se o texto da 1ª edição pelo exemplar que se conserva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, coleção Barbosa Machado; à dos *Opúsculos* serviu cópia manuscrita existente na Biblioteca da Academia: reputa-se a primeira mais fiel do que a outra.

Pertence também à autoria de Gândavo o *Tratado da Terra do Brasil, no qual se contém a informação das cousas que há nestas partes,* que só veio a lume em 1826, na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas:* publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo **IV**, n. IV. Na *Revista do Instituto Histórico,* tomo **2**, 1840, págs. 425-426, saiu a *Introdução* a esse *Tratado,* a qual não é da lavra de Gândavo.

O *Tratado* deve ter sido escrito antes da *História,* antes mesmo de 1573, porque não se refere à divisão do Brasil em dois governos, de que aquele já faz menção; que o fosse antes de 1570 não é de estranhar, porque uma nota marginal que se lê

em cópia adiante citada, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, aumenta de 23 para 60, em 1587, os engenhos de açúcar da capitania de Pernambuco.

A obra complexa de Gândavo conta duas reimpressões modernas:

I – Na coleção *Documents and Narratives concernings the Discovery and Conquest of Latin America,* editada pela Cortez Society, New York, 1922, 2 vols., compreendendo a *História,* em fac-símile e com tradução inglesa, introdução e notas por John B. Stetson, Jr., e o *Tratado,* igualmente traduzido para o inglês, sendo aproveitado o texto da *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas.* É o n. 5 dessa importante coleção americana.

II – Na coleção *Clássicos Brasileiros,* edição do *Anuário do Brasil,* Rio, 1924, com uma *Advertência* de Afrânio Peixoto, *nota bibliográfica* de quem escreve estas linhas e uma *Introdução* de Capistrano de Abreu. Aí vem em primeiro lugar o *Tratado,* por cópia do apógrafo existente na Biblioteca do Porto, mais completo do que o impresso na citada *Coleção de Notícias,* e a seguir a *História,* conforme as publicações do Instituto Histórico e da Academia das Ciências, colacionadas com o exemplar da Biblioteca Nacional.

Do autor bem pouco se sabe: era natural de Braga, descendia de flamengos, como seu nome indica – Gândavo, diz Capistrano de Abreu na *Introdução* referida, corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand. Sua estada no Brasil deve ter coincidido com o governo de Mem de Sá (1558-1572) – conjetura ainda o mestre. – A um Pero de Magalhães, que bem pode ser o Gândavo, refere-se este alvará de d. João III, de 29 de agosto de 1576:

"Eu el-Rei faço saber aos que este meu alvará virem que havendo eu respeito a Pero de Magalhães, meu moço da câmara servir na Torre do Tombo em trasladar alguns livros e papéis de meu serviço, e por confiar dele que no que encarregar servirá bem e fielmente, hei por bem por lhe fazer mercê que ele sirva de provedor de minha fazenda na capitania da cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos nas partes no Brasil por tempo de seis anos, não sendo primeiro provida a pessoa que tem o dito cargo, ou não mandando eu no dito tempo contrário, o qual cargo servirá conforme ao regimento dos provedores da dita capitania, e haverá com ele de ordenado em cada um ano trinta mil-réis, pelo que mando ao governador das ditas partes, e ao provedor-mor delas, que lhe doem posse do dito cargo e lho deixem servir e haver o dito mantimento, o qual lhe pagará o almoxarife da dita capitania, etc. 29 de agosto de 1576." – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* tomo **I**, fls. 68-68 v.

Humanista insigne e excelente latino publicou Gândavo as *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa, com um diálogo que adiante segue em defensão da mesma língua,* Lisboa, por Antônio Gonçalves, 1574, in-4º, que tiveram mais de uma edição. Teve cadeira pública de latim entre Douro e Minho, onde foi casado. Era amigo de Camões, que lhe dedicou os tercetos célebres e o soneto, que servem de pórtico à primeira *História do Brasil.* – (G.).

II
(Pág. 721)

Zeferino Cândido consagrou um capítulo inteiro de seu livro *Brasil* à demonstração de que Gabriel Soares não foi o verdadeiro autor do *Tratado descritivo*. Seus argumentos são em resumo:

1º Barbosa Machado, em quem Varnhagen se apoiou para afirmar a identidade, condimenta suas afirmações de tantos erros que suas palavras não inspiram confiança;

2º Varnhagen, ora afirmando que nada se sabe de Gabriel Soares, ora traçando-lhe uma biografia completa, mostra a pouca segurança de suas convicções;

3º Ferdinand Denis, em 1837, disse poder demonstrar que o *Tratado* tinha por autor Francisco da Cunha;

4º O autor falando de si na primeira pessoa e de Gabriel Soares na terceira mostra bem que se trata de pessoas diferentes;

5º As interpolações do *Tratado* não permitem aceitar-se a data de 1584, fixada por Varnhagen para a composição do livro.

A força desta argumentação é só aparente:

1º Antes de Barbosa Machado, já Pedro de Mariz tinha citado e extratado livro de Gabriel Soares, e o aditador de Pinelo assinalado sua existência na biblioteca do conde de Vimioso. Os erros da *Biblioteca Lusitana,* incontestáveis, e diga-se também inevitáveis, porque eram desconhecidos os documentos e desde 1624 Simão Estácio da Silveira começara a confundir os fatos, não podem ter efeito retroativo.

2º Varnhagen, no que escreveu antes de 1858, afirmou ignorar-se tudo a respeito do autor do *Tratado.* Em 1858 João Francisco Lisboa encontrou vários documentos na Torre do Tombo, mais um capítulo da obra de fr. Vicente, e deu-se pressa em comunicá-los ao autor da *História Geral,* que logo os publicou na *Revista do Instituto Histórico* [tomo **21**, 455-468]. Que culpa tem ele de Zeferino Cândido considerar simultâneas publicações separadas por vinte anos e de atribuir-lhe contradições que não existem na realidade?

3º Se em 1837 Ferdinand Denis atribuiu o *Tratado* a Francisco da Cunha, vinte e sete anos mais tarde, em 1864, escreveu: "*Il est reconnu aujourd'hui que ce livre si remarquable, composé em 1587, par Gabriel Soares*..." – Yves d'Évreux, *Voyage dans le Nord du Brésil,* 418, Leipzig, 1864.

4º Berredo, nos *Anais históricos do Maranhão,* § 19, escreve: "defensas exteriores a que já tinha dado princípio o governador Pereira de Berredo..."; e logo no § 20 lê-se: "por ser tirado dos meus próprios exames, quando governei aquele Estado". Seria lícito concluir daí que Berredo não é o autor dos *Anais,* porque na mesma

página fala de si na primeira e na terceira pessoa? Gabriel Soares fala de si na terceira quando quer dar uma noção geográfica, como na descrição dos engenhos, na viagem de Adorno, etc.

5º É impossível evitar interpolações em manuscritos, e a nota marginal com o tempo incorpora-se fatalmente ao texto. Admira que tão poucas interpolações existam no *Tratado descritivo,* e isto só se explica pelo fato de terem vindo poucas cópias, e só tarde, ao Brasil.

Passemos a examinar outra questão em que Zeferino Cândido também tocou: qual o ano da composição do *Tratado descritivo?* Varnhagen, atendendo ao momento em que Gabriel Soares deixa as guerras da Paraíba, fixa a data em 1584, até certo ponto com razão, pois agora sabemos por Pedro Sarmiento [*Documentos inéditos del Archivo de Indias,* **5**, 402] que em setembro daquele ano Gabriel Soares aportou a Pernambuco, de viagem para a Europa. Entretanto, o prólogo escrito em Madri em alguns códices traz 1587, em outros 1589. Ambas as datas são possíveis.

Uma obra como o *Tratado* pedia anos. – (C.).

Conf. supra, nota 8. – Varnhagen, editando a obra de Gabriel Soares na *Revista do Instituto Histórico,* tomo **XIV**, 1851, outorgou-lhe o título de *Tratado descritivo do Brasil em 1587,* que muito bem a definiu. Entretanto, tem-se verificado que fatos e descrições contidos no livro são evidentemente anteriores àquela data. Jaime Cortesão, em sua sábia monografia *Cabral e as origens do Brasil* (*Ensaio de topografia histórica*), págs. 25-26, Rio de Janeiro, 1944, opina que o livro deve ter sido coligido e composto até o mês de agosto de 1584, em que seu autor embarcou na Bahia para Portugal. Wanderley Pinho, no prefácio com que iluminou o *Livro Velho da Tomba da Bahia,* págs. XVII-XVIII, Bahia, 1945, confere com documentos ali transcritos a chegada dos frades de São Bento à cidade de Salvador em 1580, com o tópico em que Gabriel Soares (*Tratado,* pág. 123) declara que "haverá três anos que foram a esta cidade [os beneditinos] com licença de S. Majestade fundar este mosteiro, que lhes os moradores dela fizeram à sua custa com grande fervor e alvoroço". De onde se infere haver Gabriel Soares composto pelo menos a descrição da cidade, em 1583, recuando-se assim de quatro anos a data que Varnhagen assinalara para a terminação do *Tratado*.

– A edição de 1851 foi reproduzida na mesma *Revista* em 1879, com defeituosa revisão, e alcançou outra na *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939. Sua última edição, com o título de *Notícia do Brasil,* saiu na Biblioteca Histórica Brasileira da Livraria Martins Editora, São Paulo, s/d (1945), 2 tomos, dirigida pelo sábio professor Pirajá da Silva, que a opulentou com exaustiva introdução e eruditos comentários e notas, tudo relacionado com a história dos primeiros povoadores, sua genealogia, a etnografia, a corografia, a agricultura, flora, fauna e mineralogia do Brasil quinhentista. São lições de mestre, que tornam o livro do senhor de engenho do Recôncavo ainda mais valioso e, para tudo dizer, insuprível em qualquer biblioteca brasileira. – (G.).

III

(Pág. 724)

Fernão Cardim era natural de Viana de Alvito, arcebispado de Évora, filho de Gaspar Clemente e sua mulher d. Inês Cardim, de família antiga e importante em Portugal. Nasceu cerca de 1548 e entrou para a Companhia de Jesus em 9 de fevereiro de 1566. Já era professo dos quatro votos e ministro do Colégio de Évora, quando foi designado, em 1582, para companheiro do visitador Cristóvão de Gouveia; passou a Lisboa em princípios de outubro daquele ano e ali esteve cinco meses, até que, a 5 de março de 1583, com o governador Manuel Teles Barreto, o visitador e outros padres e irmãos, embarcou para o Brasil na nau *Chagas de São Francisco,* chegando à Bahia a 9 de maio seguinte. Acabada a visita, em que esteve na Bahia, nos Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, uma e mais vezes, foi reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, onde por algum tempo lhe fez companhia Josef de Anchieta, antes de ir morrer em Reritiba, no Espírito Santo, a 7 de junho de 1597. Em 1598 foi eleito na congregação provincial para procurador da Província do Brasil em Roma; regressava dessa missão, em 1601, com o padre João Madureira, que vinha por visitador, quando foi tomado por corsários ingleses. Madureira morreu no mar, Cardim chegou à Inglaterra, onde ficou até ser resgatado. Foi então despojado dos papéis que conduzia – um tratado sobre o clima e as produções naturais, outro sobre os índios do Brasil, mais tarde, com tradução inglesa, publicados na famosa coleção *Purchas his Pilgrimes,* vol. **IV** (Londres, 1625), págs. 1289-1320, sob o título *A Treatise of Brazil written a by a Portugal wich had long lived there*.

Em 1604 tornou ao Brasil com o cargo de provincial, que exerceu até 1609, e foi em seguida reitor, pela segunda vez, do Colégio da Bahia e vice-provincial. Faleceu na aldeia do Espírito Santo, depois Abrantes, onde se refugiara da fúria dos invasores holandeses, a 27 de março de 1625, no mesmo ano em que saíam à luz em Londres os seus escritos.

Dos tratados de Cardim o que primeiro foi divulgado na própria língua e com autoria declarada foi a *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica,* etc., por Varnhagen, que lhe deu esse título, em Lisboa, 1847. Os outros, antes citados, só o foram no Rio de Janeiro, 1881 e 1885, pelo meritório Capistrano de Abreu, que, confrontando cópias da Biblioteca de Évora com as publicações de Purchas, chegou à feliz conclusão de tratar-se de idênticos escritos e de pertencerem à lavra de Cardim.

A obra integral desse notável jesuíta pode ser lida nos *Tratados da terra e gente do Brasil,* editores J. Leite & Cia, Rio, 1925, onde se encontra mais completa notícia biobibliográfica. – Segunda edição na *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939. – (G.).

Seção XXIV

Governos interinos, de d. Francisco e de Diogo Botelho. Colonização de Sergipe e Rio Grande. Malogros em Minas e no Ceará.

Governo do bispo e do provedor-mor. Insulto, por navios ingleses, à Bahia. Giraldes, governador nomeado. Não chega ao Brasil. Malogro de uma relação. Vinda de só três desembargadores. Um provedor de defuntos e ausentes. Expedição contra Sergipe e fundação dessa nova capitania. Cidade de São Cristóvão. O índio Porquinho. Governador d. Francisco de Sousa. Expedição do escritor Gabriel Soares de Sousa a Minas. Seus grandes privilégios e completo malogro. Morte do mesmo Soares. Seu testamento. Corsários estrangeiros. Tributo do Consulado. Saqueio do Recife por James Lancaster. Pain de Mil em Sergipe. Hostilidades de uma esquadra francesa contra os Ilhéus e Paraíba. Anarquia nessa Capitania. Passa a governá-la Feliciano Coelho. Fundação da capitania do Rio Grande. Forte dos reis magos. Cidade do Natal. d. Francisco visita o Espírito Santo, o Rio e vai a São Paulo até o morro do ferro. Aumento da supremacia dos jesuítas. Bandeiras dos Paulistas contra os índios. Governador Diogo Botelho. d. Francisco consegue escapar-se da residência ou sindicância de seu governo. Severidade do governador Botelho. Questões com os jesuítas. Malogro da colonização do Ceará pelo capitão-mor Pero Coelho de Sousa. Seu regresso e grandes calamidades. Quem foram os culpados. Frutos colhidos dessas tentativas malogradas. Potiguares na Bahia e no Itapicuru, índio Sorobabé. Sua desgraça e exílio em Évora. Pesca das baleias. Ataque à Bahia por navios holandeses. O governador persegue os prevaricadores e promove a criação de novas justiças e outros empregados necessários. Sebastião de Carvalho. Conselho da Índia. Malogro da missão dos jesuítas na serra de Ibiapaba.

Por morte de Manuel Teles Barreto, recaiu o governo em mãos do bispo d. Antônio Barreiros, associado ao provedor-mor da Fazenda, Cristóvão de Barros[1], que já, com o título de capitão, governara o Rio de Janeiro e era filho do primitivo donatário do Ceará, depois primeiro provedor-mor da fazenda do Estado, o malogrado Antônio Cardoso de Barros, morto às mãos dos selvagens de Sergipe[2], em companhia do primeiro bispo do Brasil, d. Pedro Fernandes Sardinha.

A estreia desses dois governadores interinos foi pouco afortunada. Acabava Cristóvão de Barros de ausentar-se da cidade para o Recôncavo, a fim de recolher esmolas para a Casa da Misericórdia, de que fora nesse ano eleito provedor, quando duas naus inglesas e uma zavra[3], tomando fora da barra um patacho espanhol, que partiu para o rio da Prata, e sabendo, pela tripulação dele, que na cidade estava de chefe um bispo, abalançaram-se a entrar, assenhoreando-se logo de todos os navios fundeados no porto, incluindo nesse número uma urca artilhada do mercador flamengo Duarte Osquer (Esquert?), cuja tripulação se lhes uniu; e, todos juntos, começaram às bombardadas contra a cidade, com intento de rendê-la e obrigá-la, sem dúvida, a pagar um bom resgate. Os moradores começavam já a ausentar-se,

---

1 As vias de sucessão atribuíam o governo, por morte do governador, ao provedor-mor da Fazenda, associado ao bispo e ao ouvidor-geral, que era Martim Leitão. Verificada a vacância, entraram a governar somente o provedor e o bispo, por achar-se ausente o ouvidor, ocupado nas guerras da Paraíba. Como secretário serviu o contador-mor Antônio de Faria. – (G.).

2 Conf. tomo **I**, 507, de onde se infere, com maior exatidão, que o bispo e Cardoso de Barros morreram às mãos dos selvagens das Alagoas. – (G.).

3 Variante de "zabra (árzawraq)" – subst. feminino, que significa: embarcação a vela, semelhante a uma pequena fragata, usada principalmente pelos portugueses e espanhóis nos séculos XVI e XVII" – in dicionário *online* de português, www.dicio.com.br. – (N. do E.).

quando acudiu felizmente do Recôncavo o dito Cristóvão de Barros e os obrigou a todos a fazer pé atrás, no que foi muito ajudado por um morador, chamado Antônio de Araújo, e até por uma mulher, cujo nome infelizmente não encontramos mencionado, a qual veio a cavalo desde Itapuã e, com o seu exemplo, obrigou a retroceder os que fugiam.

Vendo os agressores que a cidade não se rendia, e não se atrevendo a correr o risco de efetuar um desembarque, passaram a roubar pelo Recôncavo; mas isso apenas durante alguns dias, enquanto o mesmo Cristóvão de Barros não acabou de organizar uma esquadrilha de barcaças dos engenhos, guarnecida de soldados com paveses, da qual, confiando o mando a Sebastião de Faria, obrigou os invasores a retirarem-se depois de saírem malogrados em algumas tentativas, sendo a mais notável a derrota que sofreram em um desembarque efetuado na ilha de Itaparica, em que foram mui escarmentados por Antônio Álvares Caapara, que, ao saber que eles haviam passado a fazer aguada no Camamu, ainda para lá se dirigiu, com toda a sua gente, a persegui-los (I).

O sucessor efetivo de Barreto não foi pela corte nomeado senão a 9 de março de 1588[4]. Recaiu a escolha em Francisco Giraldes,

---

4 Da Carta que se passou a Francisco Giraldes da governança do Brasil, de 9 de março de 1588, ocorre cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, 142:

"Dom Filipe, etc. faço saber aos que esta minha virem que vendo eu como pera o carreguo de governador geral das partes do Brasil se requer uma pessoa de tal qualidade e recado e confiança como para carreguo de tanta importância convém e como Francisco Giraldes do meu conselho pelas partes que nele concorrem me poderá e saberá bem servir na dita governança como até ora o tem feito nas cousas em que tem servido e com resão se deve esperar que fará daqui em diante no mais de que for encarregado e por

do conselho do rei, e quinto donatário dos Ilhéus; e veio a ser o segundo que teve o título de *governador-geral.* Em 19 do mesmo mês, foi nomeado Antônio de Magalhães para acompanhar o mesmo governador, como sargento-mor do Estado, cargo novamente criado; competindo-lhe, além das obrigações que tinha no Reino, as que havia em cada comarca, que era a inspeção das ordenanças, tudo quanto respeitava às fortificações e artilharia.

Pretendeu também a corte que com o dito governador-geral viessem desde logo os membros da nova *Relação* ou tribunal que, no ano anterior (1587), resolvera criar na Bahia, e ao qual já dera até o competente regimento (25 de setembro)[5], havendo depois designado

---

folgar de lhe fazer mercê, ei por bem e me praz de o enviar as ditas partes do Brasil para me servir no dito cargo de governador geral delas em quanto o eu houver por bem e não mandar a contrário e que juntamente de capitão e governador na cidade de Salvador e capitania de todos os santos que é minha e aja cada ano de ordenado em quanto assim servir os ditos cargos oitocentos mil-réis em cada ano que começará a vencer do dia em que nas ditas partes do Brasil lhe for dado a pose deles em diante e lhe serão pagos no tesoureiro geral da dita capitania da Bahia aos quartéis do ano...”

O regimento que trouxe ou devera trazer Francisco Giraldes está publicado na *Revista do Instituto Histórico,* **67**, parte 1ª, 220/236. – (G.).

5 Liv. 1º das Leis, desde 1570 a 1612, fol. 172 a 180. – (A.). – Publ. em resumo por Figueiredo, *Sinopse cronológica,* **2**, 239/290. Por alvará de 23 de janeiro do ano seguinte determinou-se a ordem que devia haver entre os desembargadores, “tanto nos assentos como no dar dos votos: devendo preceder a todos em uma e outra cousa o chanceler dela [Relação]; depois dele os desembargadores do agravo, precedendo uns aos outros conforme a antiguidade no serviço, e depois deles os mais oficiais de desembargadores pela ordem seguinte: o ouvidor-geral das causas cíveis e crimes, o juiz dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, o provedor dos órfãos e resíduos das ditas partes do Brasil; o provedor dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco; o promotor de justiça e os desembargadores extravagantes da dita Relação, que se precederam conforme a sua antiguidade ou nos graus da Universidade”. – Ibidem, 242/243. – (G.).

a ordem das categorias dos dez ministros que a deviam compor, a saber: chanceler, desembargadores do agravo, ouvidor-geral, juiz dos feitos, provedor dos órfãos e resíduos, dito dos feitos, promotor da justiça e desembargadores extravagantes.

Em 21 de março, foi nomeado chanceler Luís Machado de Gouveia[6], e, em diferentes datas, antes e depois, os demais ministros, entrando nesse número Antônio Coelho de Aguiar e Gaspar de Figueiredo – que vieram depois a exercer o cargo de ouvidor-geral–, e Baltasar Ferraz, que já escrevia da Bahia aos 22 de outubro desse ano e que mais tarde (12 de fevereiro de 1591) veio a ser encarregado de uma sindicância fiscal, e que ainda na Bahia vivia no cargo de provedor-mor da fazenda, vinte anos depois[7]. De todos os demais

---

6 O alvará arbitrando o ordenado do chanceler da Relação, de 21 de março de 1588, lê-se no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **1**, 124. – (G.).

7 Pelo que lhe foi revogada a licença, que lhe dera o governador Diogo Botelho, para efetuar a compra de um engenho. – (A.). – De 12 de fevereiro de 1591 é o regimento que foi dado ao licenciado Baltasar Ferraz para cobrar o que era devido à fazenda real, *Revista do Instituto Histórico,* **67**, parte 1ª, 237/241. Dois alvarás, ambos de 15 de março do mesmo ano, referem-se a essa comissão de Baltasar Ferraz: um para que tenha e haja ordenado de 300$000 em cada um ano, pagos aos quartéis no tesoureiro das rendas da Bahia, enquanto andar ocupado no mesmo negócio; outro mandando ao governador, ao provedor e mais oficiais que lhe deem e façam dar e aos oficiais e pessoas que consigo levar as embarcações necessárias para os lugares em que forem em serviço. – Cópias no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **1**, 167/168. Em 22 de abril de 1609, da Bahia, o governador d. Diogo de Meneses escrevia ao rei: "Sobre o que V. M. me manda o informe de como Baltasar Ferraz comia o seu ordenado, o que achei nos livros mando por uma certidão do que consta que é não levar mais do ordenado que trezentos mil-réis cada ano, como consta pelas certidões e alvarás de V. M. Quanto ao rever das contas, parece que no alvará de V. M. lhe ordena fosse rever as contas que pelas capitanias houvesse e fizesse tomar contas a todos os almoxarifes, não acho que ele se bulisse nunca daqui nem fosse fazer as diligências que parece V. M. lhe mandara quando lhe encarregou

desembargadores, cujos nomes nem mencionaremos, foram estes três somente (até onde temos podido averiguar) que chegaram ao Brasil; e dois deles (Gaspar de Figueiredo veio só em 1591) porque se embarcaram separadamente dos demais companheiros; os quais, tendo chegado a partir, em companhia do dito governador-geral nomeado, e havendo o navio em que vinham sofrido duas arribadas, não ousaram meter-se por terceira vez no mar[8]; falecendo o governador algum tempo depois, e deixando a metrópole em traspasso, por muitos anos, o tornar efetiva a instalação da Relação decretada.

Dessa mesma época data a criação de um provedor de defuntos e ausentes, sendo nomeado para o cargo André Martins Tinoco, e dando-se-lhe regimento em 23 de março do dito ano (1588)[9].

A metrópole não tratou logo de nomear sucessor a Francisco Giraldes. E tanto foi nisso a demora que o mencionado duunvirato, do bispo e provedor-mor, permaneceu no governo interino durante uns quatro anos proximamente, e teve tempo para empreender e levar a cabo uma grande empresa de civilização – a fundação da capitania de Sergipe.

---

rever as contas...” – Torre do Tombo, *Corpo cronológico,* parte 1ª, maio 115, n. 95. – Publicada nas *Anais da Biblioteca Nacional,* **LVII**, págs. 51/59. – (G.).

8 O governador, logo depois de nomeado, ainda em março de 1588, embarcou-se em Lisboa para tomar posse de seu cargo, no galeão *São Lucas,* que vinha na conserva das naus da Índia. Durante quarenta dias sua embarcação andou à matroca da Madeira para a costa de Guiné, sem alcançar a linha equatorial, arribando afinal às Antilhas sem tocar no continente americano, até que, depois de ano de navegação, voltou a Lisboa, nos fins de setembro do ano seguinte, ao mesmo tempo em que regressava da Índia a frota com que havia saído do Tejo. – (G.).

9 O regimento de 23 de março de 1588 lê-se na *Legislação manuscrita,* coleção do Instituto Histórico, **3** (1571/1600), fls. 203/209. Aí o nome do provedor vem como André Martins Rolo, que era licenciado. – (G.).

Além das razões que deviam mover os dois governantes a cometer a ação piedosa de reduzir à cristandade a terra onde havia tido lugar o martírio do primeiro prelado do Brasil, antecessor de um deles, e do pai do outro, militavam ademais outras de estado, mui poderosas, que aconselhavam a ocupação dessa paragem[10]. Por meio dela, se ia assegurar, ao mesmo tempo, todo o distrito, desde a desembocadura do rio de São Francisco, para o sul e para o norte, e se ia facilitar o trato por terra da Bahia até Pernambuco[11], cuja comunicação por mar, em barcos de vela, era difícil, por haver que esperar a monção; de modo que muitas vezes se obtinham na Bahia respostas de Portugal, antes que de Pernambuco.

Além disso, os navios franceses frequentavam muito essas paragens, a buscar aí pau-brasil, algodão e pimenta da terra, e a enseada de Vaza-Barris era o proverbial escolho, mui frequente infelizmente, dos navios que saíam da Bahia ou a demandavam; e não convinha que estivesse tal paragem em mãos inimigas para que, ao menos em terra, encontrassem refúgio seguro aqueles que o mar tivesse arrojado de si[12].

---

10 Veja a nota 2 desta seção. – (G.).

11 Segundo Capistrano de Abreu, o artigo 16 do regimento de Francisco Giraldes, *Revista do Instituto Histórico,* **67**, parte 1ª, 224, mandando fazer guerra aos índios de Jacuípe, que no caminho de Pernambuco para a Bahia impediam o livre trânsito, já continha a autorização para a expedição a Sergipe feita por Cristóvão de Barros. Conf. *Prolegômenos* à *História do Brasil* de fr. Vicente do Salvador, 246. – (G.).

12 Na carta de sesmaria de Brás de Abreu, de 15 de maio de 1623, publicada por Felisbelo Freire, *História de Sergipe,* 418, Rio, 1891, se lê que queriam os franceses por mar e o gentio por terra tomar a Bahia, se lhes não viera dar guerra o governador Cristóvão de Barros. Posterior de trinta anos ao sucesso, o documento pode não ser ilibado. – (G.).

Foi, assim, projetada e resolvida definitivamente a ocupação e colonização dessas terras, e o estabelecimento aí de uma nova capitania régia, que veio a chamar-se de *Sergipe de el-Rei.* O nome de Sergipe proveio do de *Cirizipe* ou *Cerigipe,* dado ao rio, em virtude de um chefe poderoso que pouco antes aí dominava. Etimologicamente este nome parece querer significar "Ferrão de Ceri" como a respeito de outro já fica dito em uma seção precedente[13].

A empresa se apresentava como fácil, desde que esse chefe, depois da conquista do rio Real e fundação da Vila de Santa Luzia, se havia submetido, juntamente com outro, por nome Apiripé, e que caíra morto de bala, a um terceiro, não menos temível, por nome Surubi[14].

Submetido o projeto à corte, veio de lá aprovado, com o que se facilitou muito a sua realização, porque sendo, por essa aprovação, declarada justa a guerra, declaração que só a corte podia fazer, em virtude da recente lei de 22 de agosto de 1587, ficariam considerados justamente tomados e escravizados os índios que resistissem, o que seria, como efetivamente foi, um grande incentivo para se oferecerem a tomar parte nela os principais moradores da Bahia e até de Pernambuco, cobiçosos de aumentarem a sua escravaria.

Apregoada a guerra, e apelidados os que a ela quisessem concorrer, chegou-se a reunir, em fins de 1589, uma força respeitável, levando

---

13 Veja a nota 36 da seção XVII, tomo I, pág. 522. – (G.)

14 Veja tomo I, seção XXI, pág. 649 e nota 4, pág. 654. – A aldeia do Surubi devia estar situada nas margens do Vaza-Barris, "da banda do sul onde se chama Itaporangua", o que se infere da carta de sesmaria, de 7 de agosto de 1602, de Sebastião da Silva, Francisco Rodrigues e Gaspar Fontes, publicada por Felisbelo Freire, *História de Sergipe,* 385, Rio, 1891. Essa sesmaria compreendia "a tapera de Serobim". Itaporanga é hoje cidade e município de Sergipe. – (G.).

consigo seis peças de bronze, dois falcões de dado e uma peça de colher[15], à frente da qual se pôs o próprio Cristóvão de Barros em pessoa; e, deixando a Bahia ao cuidado do bispo, empreendeu a marcha ao longo do mar, confiando a vanguarda a Antônio Fernandes e a retaguarda a Sebastião de Faria; e encarregando ao mesmo tempo aos dois irmãos Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins[16] que, com mil índios e cento e cinquenta moradores (entre brancos e mamelucos), caminhassem pelo sertão, arrebanhando, em sua ajuda, quantos índios pudessem.

Esses últimos desempenharam tão bem o encargo que, a pouco andar, se encontraram com perto de três mil flecheiros e se julgaram bastante fortes para desde logo seguirem seu caminho e se lançarem a acometer os inimigos, sem esperar pela chegada de Cristóvão de Barros, com as suas tropas regulares e artilharia. E bem caro lhes ia custando o anojo, pois o inimigo, em muito maior número, chegou a tê-los cercados, e em grande aperto, e teria dado cabo de todos, se não corre tão pronto Cristóvão de Barros aonde eles estavam, obrigando os sitiantes a fugir, com perda de uns seiscentos, a troco de apenas seis dos nossos, o que sucedeu no dia 23 de dezembro de 1589.

Era chefe ou morubixaba principal em todo esse distrito um índio nos documentos antigos designado por *Mbapeva* ou também

---

15 Lê-se no livro da *Rezão do Estado* (ms. do Instituto Histórico): "...seis peças de artilharia de bronze, falcões de dado de seis, e sete quintais, e uma peça de colher de bronze de quinze quintais, que joga quatro liuras; toda esta artilharia está sem serviço, e sem repairos, e foi a que trouxe Cristóvão de Bairros, quando veio a conquista, e lhe ficaram as ditas peças no forte da barra já dito do ponto... os falcões servem para a fundição de Pernambuco por que não têm serviços". – (G.).

16 Eram dos Adornos da Cachoeira. Veja Jaboatão, "Catálogo genealógico", in *Revista do Instituto Histórico,* **52**, parte 1ª, 140/141, e *Primeira visitação do Santo Ofício, Denunciações da Bahia,* 389/390, 565/566. – (G.).

Baepeba. Passou esse chefe a postar-se, com toda a sua gente, que se calculou chegar a uns vinte mil flecheiros, na Várzea de Vaza-Barris, perto do litoral, e aí se fortificou em três cercas ou tranqueiras que se prestavam mútua defensa. Avançaram contra elas os nossos, entrincheirando-se igualmente por sua parte e tomando-lhes a água de que bebiam o que custou várias escaramuças com perda de uma e outra parte. Seguiram-se dois ataques dos nossos à primeira e segunda das cercas, que não deram mais resultado do que novas perdas de gente de ambos os lados, maior, porém, da dos contrários, que não tinham artilharia. Afinal, vendo *Baepeba* que o sítio continuava apertado, e falto de água, resolveu-se a empreender um ataque, efetuando, a um tempo, uma arrancada de todas as suas três cercas. Para transmitir as ordens às duas outras cercas, escolheu vários emissários, que se expuseram a atravessar o campo pelos nossos ocupado, e dois deles conseguiram chegar a seu destino.

Saíram, pois, os das duas outras cercas, como retirando-se, e queriam os nossos persegui-los; mas Cristóvão de Barros não lho consentiu e mandou apenas contra eles os de cavalo, que eram em número de sessenta. Desse modo se apertou mais o sítio contra a única cerca restante, na qual estava *Baepeba*. Este, vendo-se mais apertado, resolveu a abrir-se caminho a ferro e fogo; e assim o pôs por obra, na noite do dia de Ano Bom (1º de janeiro) de 1590. Tomados de surpresa, retiraram-se os nossos a princípio; mas, animados pela presença e instâncias de Cristóvão de Barros, obrigaram os inimigos a recolher-se de novo à cerca. E, entrando nela após eles, mataram uns mil e seiscentos e fizeram cativos uns quatro mil, fugindo ainda muitos para o sertão[17].

---

17 A narrativa da luta, com alguma alteração de forma, é a mesma de fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 334/336, 3ª ed., 1931. Omitiu-se, entretanto,

Desassombrado assim todo o distrito de inimigos, passou Cristóvão de Barros a cuidar no melhor modo de assegurá-lo e povoar. Junto à foz do próprio rio de Sergipe, atual Cotindiba, sobre o istmo que perto do mar forma aí o deságue do Poxim, levantou um forte, que ainda anos depois era reconhecido com o nome de *Forte Velho,* e junto a ele fundou um verdadeiro arraial, a que já deu o nome de cidade. De modo que da "fortaleza e cidade de São Cristóvão do rio de Sergipe" datou várias sesmarias, começando pela, antes doação, que, em 9 de abril (de 1590), fez a seu filho Antônio Cardoso de Barros (para não dizer a si próprio) "de todas as terras desde o mesmo rio até o de São Francisco"[18]. E, depois de haver distribuído outras terras, deixando aí por capitão a Tomé da Rocha[19], dos que o ajudaram na empresa, e incumbindo a Rodrigo Martins de perseguir o gentio, que se havia escapado para a banda do norte do mesmo rio de São Francisco, se recolheu à Bahia.

Os pastos de Sergipe eram de bastante boa qualidade, e os moradores começaram logo a meter gado neles[20]; e com tanta for-

---

a circunstância de, após a vitória e curados os feridos, Cristóvão de Barros ter armado alguns cavaleiros, como se fazia em África, por provisão do rei, que para isso tinha. – (G.).

18 Do *Traslado das terras de sesmaria que se deram a Antônio Cardoso de Bairros* ocorre cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **2***,* 124/126. Do ano de 1599 ao de 1604 constam de um livro que viu Jaboatão, *Novo orbe seráfico,* **1***,* 130/131, Rio, 1858, cartas de sesmarias passadas a João Dias, a Manuel da Fonseca, a João Filipe, a Diogo Lopes Ulhoa e ao alcaide-mor da Bahia, Duarte Moniz Barreto, "que vieram em companhia do governador Cristóvão de Barros a ganhar a terra ao gentio, e aos franceses." – (G.).

19 Em 10 de dezembro de 1604 tiveram aprovação régia novos empregados nomeados para essa capitania, mas não encontramos registro de patente régia de capitão anterior à carta de 19 de maio de 1611 a João Mendes. – (A.).

20 O livro da *Rezão do Estado* informa: "Tem esta capitania [Serigipe del-Rei] mais de duzentos moradores brancos separados uns dos outros a respeito das criações para as quais são tão cobiçosos de ocupar terra, que há morador, que tem trinta léguas de sesmaria em diferentes partes, e Antônio Cardoso de Bairros tem de sesmaria desde o rio de Serigipe até o rio de São Francisco

tuna, que daí a poucos anos essa nova capitania abastecia de bois os engenhos da Bahia e até os de Pernambuco.

Os primeiros moradores não se deram, entretanto, muito bem no local escolhido pelo fundador da colônia e preferiram passar-se a um outeiro na outra margem[21], fazendo aí nova fortaleza e levantando a igreja matriz, com a invocação também de São Cristóvão, como a primeira, em honra do dito fundador, Cristóvão de Barros, deram igualmente à nova cidade.

Como as terras ao norte do rio de São Francisco eram de Pernambuco, não tardaram em opor-se a Rodrigo Martins uns chefes de bandeira, que se diziam autorizados pelo donatário dessa capitania. Foi um deles Francisco Barbosa da Silva, que, prosseguindo nas empresas em que andava contra os índios, e em que fora já uma vez desbaratado, veio nelas a perder a vida[22]. Sucedeu-lhe Cristóvão da Rocha, que chegou em um caravelão, com quarenta homens; e este se uniu a Rodrigo Martins para marcharem juntos contra os mesmos índios.

Empreenderam ambos a marcha, seguindo, rio acima, pela margem do dito rio de São Francisco, e haviam passado já além do

---

por costa, e pela terra dentro mais de oito léguas, e outros moradores desta maneira; tem ocupado com quatro currais terra em que se podem acomodar muitas gentes, e sobre estas posses há grandes diferenças, e não é possível comumente fazer o que convém ao bem comum, suruiço de sua Mag." – (G.).

21 Provavelmente foi essa a mudança a que, segundo refere Jabotão [*Novo orbe seráfico,* **1**, 131, Rio, 1858], teve lugar em 1595 ou 1596. Sabemos que esse escritor pretende que a segunda mudança foi para a margem direita do Poxim; mas nesse caso haveria que admitir terceira para São Cristóvão de que se apoderaram os holandeses em 1637, e foi ao depois incendiada. – (A.).

22 Sobre Francisco Barbosa da Silva, veja fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 230, 339, 3ª ed., 1931. – (G.).

Sumidouro deste quando, no rancho de um índio chamado *Tumã,* se desavieram, querendo cada um ter melhoria em seu quinhão dos índios cativados; pretendendo Cristóvão da Rocha ter maior parte, posto que houvesse concorrido com menos gente[23]. Com essa dissidência, quebraram-se os concertos, e Rodrigo Martins retirou-se, associando-se o dito Rocha a Antônio Rodrigues de Andrade, também de Pernambuco, que levava consigo cem escravos pretos, e com o qual pôde melhor entender-se; e ambos se concertaram para irem contra um célebre índio[24], que os nossos haviam denominado *Porquinho* (provavelmente *Preá*) e que nessa ocasião, já muito velho, se converteu e foi batizado com o nome de Manuel, falecendo pouco depois; e deixando os seus sacrificados à cobiça dos dois sócios que, depois de feitas as partilhas, se retiraram.

---

23 Cristóvão da Rocha alegava que vinha com licença dos Albuquerques de Pernambuco, sem a qual os moradores da Bahia não podiam conquistar nem fazer resgates naquele sertão. – Conf. fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 340, 3ª ed., 1931. – (G.).

24 O pretexto para tal ataque foi o boato, possivelmente verdadeiro, de que a gente do Porquinho matara quatro ou cinco homens que lá tinham ido com dois padres da Companhia, fr. Vicente do Salvador, ibidem, 3ª ed., 1931. Com Cristóvão da Rocha foi o famoso mameluco Domingos Fernandes Nobre, alcunhado *Tomacaúna,* que já havia participado de diversas entradas, desde a de Antônio Dias Adorno à conquista do ouro, outra ao sertão do Orobó, em que foi por capitão, mais outra ao tempo do governador Lourenço da Veiga, em companhia de Luís Lopes Pessoa, ainda outra por mando do governador Manuel Teles Barreto para desfazer a abusão da *Santidade,* e quantas mais – grande língua, vivendo entre selvagens como selvagem, praticando as mesmas gentilidades, tatuado de riscos para se fazer temido, o que lhe salvou a vida de certa vez que os índios se levantaram contra ele – conforme tudo confessou à mesa do Santo Ofício, *Primeira Visitação, Confissões da Bahia,* 220/227. De muitas e graves culpas foi acusado: veja as *Denunciações da Bahia,* 355, 348, 472, 474, 475. Era natural de Pernambuco, filho do ferreiro Miguel Fernandes, homem branco, e de Joana, do gentio do Brasil; foi casado com Isabel Beliaga, branca, e tinha 46 anos de idade em 1592. – (G.).

A ocupação de Sergipe e das terras ao norte do rio de São Francisco vieram a facilitar muito o desenvolvimento da colonização das Alagoas, do que, desde pouco, cuidavam, pelo lado do norte, os moradores de Pernambuco. Em 5 de agosto de 1591 cedia Pedro Homem de Castro[25], procurador do donatário de Pernambuco, a Diogo de Melo uma data de sete léguas para o sertão e cinco à beira do mar, sendo três para o sul e duas para o norte do rio de São Miguel, foz das Alagoas; e, logo depois, começavam a erigir-se em uma pequena enseada, no fundo da Alagoa do Norte, a vila chamada *Nova de Santa Luzia,* por devoção do seu fundador que era cego. A vila da Madalena (hoje cidade das Alagoas) foi fundada uns vinte anos depois, segundo veremos.

D. Francisco de Sousa, imediato sucessor de Giraldes, só veio a ser nomeado no 1º de dezembro de 1590; e não chegou à Bahia senão a 9 de junho[26] do ano seguinte (1591). Devia esse governador efetivo ter partido no mês de março, e provavelmente o acompanharia o novo sargento-mor do Estado, Pedro de Oliveira, nomeado em

---

25 Era sobrinho de Jorge de Albuquerque Coelho, Jaboatão, *Novo orbe seráfico,* **2**, 187, Rio, 1858. – (G.).

26 "Domingo da Santíssima Trindade", diz um escritor antigo. – (A.). – Esse escritor antigo é Fr. Vicente do Salvador; a referência acha-se à pág. 347 de sua *História do Brasil,* da 3ª ed., 1931. Em Capistrano de Abreu, *Um visitador do Santo Ofício,* **7**, Rio, 1922, lê-se que com d. Francisco de Sousa chegou à capital baiana Heitor Furtado de Mendonça, nomeado a 2 de março de 1591 visitador dos bispadas de Cabo Verde, São Tomé, Brasil e administração de São Vicente ou Rio de Janeiro. – A carta de governança do Brasil, passada a d. Francisco de Sousa, a 1 de dezembro de 1590, lê-se no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **1**, 109. – De 8 do mesmo mês e ano é o alvará para que, em benefício da povoação e lavoura, desse terras de sesmarias a todas as pessoas que fossem com suas mulheres e filhos a qualquer parte do Brasil, *Revista do Instituto Histórico,* **3**, 377. – (a).

princípios desse mês[27]. Nessa sua primeira administração, que durou mais de dez anos, d. Francisco conseguiu fazer-se querer dos povos e das autoridades, nem sempre em vantagem do serviço público e do da colônia, cujo governo lhe fora confiado.

Três foram os assuntos a que dedicou mais particular atenção: o descobrimento de minas; o defender-se de contínuos ataques de corsários, levantando novas fortificações em alguns portos; e a ocupação definitiva do Rio Grande do Norte, fundando aí uma nova capitania. Foi esse último o serviço de mais consideração que prestou ao Brasil, graças ao muito que para ele o ajudaram os capitães de Pernambuco, Manuel Mascarenhas, e da Paraíba, Feliciano Coelho. Ocupemo-nos, porém, um a um, mais particularmente dos três assuntos mencionados.

Da ideia de grandes descobrimentos de minas vinha já, desde a Europa, mui imbuído o dito governador, provavelmente em virtude das conversações que aí teria tido com Gabriel Soares de Sousa que, depois de haver gastado, principalmente em Madri e em Lisboa, uns

---

27 Por carta de 1 de março de 1591, cujo teor é a seguinte: "D. Filipe, etc. Faço saber aos que esta virem que por confiar de Pedro de Oliveira, cavalheiro fidalgo de minha casa e meu capitão do número que no de que o encarregar me servirá com aquele cuidado e vigilância que a meu serviço cumpre, hei por bem e me praz de o encarregar do ofício de sargento-mor do Estado do Brasil, que ora irá servir em companhia do governador dele Dom Francisco de Sousa, e o servirá em quanto o eu houver por bem e não mandar o contrário, com o qual ofício terá e haverá de ordenado em cada um ano que o servir oitenta mil-réis, que lhe serão pagos aos quartéis no tesoureiro de minhas rendas na cidade de Salvador", etc. Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **1**, 145. – O ofício de sargento-mor do Estado foi criado em 1588, como já se viu, sendo nele provido Antônio de Magalhães, que devia acompanhar o governador Francisco Giraldes e de cujas vicissitudes é provável participasse, porque nenhum rasto seu se encontra no Brasil. – (G.).

seis anos em requerimentos, a fim de alcançar certos privilégios e proteção das autoridades para a empresa de tais descobrimentos, era justamente despachado de tudo, dezessete dias (18 de dezembro) depois de nomeado o dito governador, e vinha a partir de Lisboa quase ao mesmo tempo em que ele; achando-se um e outro já de partida, quando foi expedida a carta de 27 de março (1591) ordenando que regressassem com açúcares as duas urcas, em que vinham. Na véspera, em 26 de março, fora ainda assinada a patente de Agustinho de Soutomaior, chegado de Monomotapa[28], como provedor das minas do Brasil[29]; e consta-nos que, além deste, foram nomeados pela mesma ocasião, para igualmente servirem no Brasil, Cristóvão, lapidário de esmeraldas, e mais tarde (5 de novembro de 1591) João Correia, feitor de minas de ferro.

Os primeiros cuidados de d. Francisco, logo que chegou à Bahia, foram os de dar cumprimento e execução às ordens recebidas para que auxiliasse ao atual Estado de Minas, subindo pelo Paraguaçu até as suas cabeceiras e passando depois destas às vertentes do rio de

---

28 Referência ao Império Monomotapa, estado africano extremamente poderoso – uma vez que controlava uma grande cadeia de minas e de metalurgia de ferro e ouro, cujos produtos eram muito procurados por mercadores de outras regiões do mundo – e que floresceu entre os séculos XV e XVIII na região sul do rio Zambeze, entre o planalto do Zimbabue e o oceano Índico, com extensões provavelmente até o rio Limpopo. – (N. do E.).

29 Do alvará de 26 de março de 1591 existe cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **1**, 156: "Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz que Agustinho de Soutomaior, castelhano, vá às partes do Brasil com Dom Francisco de Sousa, governador delas, servir o ofício de provedor das minas daquelas partes, o qual cargo servirá por tempo de três anos e pelo mais que eu houver por bem, não mandando antes disso o contrário, e haverá com ele por cada um ano que servir cem mil-réis que lhe serão pagos aos quartéis no tesoureiro das minhas rendas das ditas partes da baía de Todos os Santos", etc. – (G.).

São Francisco, segundo um roteiro que, conforme dissemos, uns sete anos antes recebera, deixado por seu irmão João Coelho de Sousa, o qual, depois de haver percorrido os sertões durante três anos, e de haver neles descoberto metais preciosos e, segundo parece, até já diamantes, ao falecer, quando regressava de tais descobrimentos, nas cabeceiras do rio Paraguaçu, lhe mandara entregar a sua derrota por um portador de confiança.

Era Gabriel Soares nascido em Portugal, talvez na própria cidade de Lisboa, onde tinha duas irmãs. Em 1567, passava a Monomotapa, acompanhando a Francisco Barreto, quando, arribando à Bahia, preferiu ficar nessa cidade, onde foi medrando, chegando a fazer-se até senhor de um grande engenho de açúcar no rio Jequiriçá. Por morte de seu irmão João Coelho, de quem já tratamos, herdeiro do seu itinerário do descobrimento de várias minas nos sertões, resolveu passar à Europa, a requerer concessões e privilégios; mas houve tal dilação no despacho de seus requerimentos que, tendo partido da Bahia em fins de agosto de 1584[30], só depois de meados de dezembro de 1590 foi despachado. Nesse intervalo, talvez com objeto de recomendar-se, ofereceu, no 1º de março de 1587, a d. Cristóvão

30 Em setembro (1584) chegou ao porto de Pernambuco a nau de Pedro Sarmiento, a buscar breu, mantimentos e roupas, para tornar ao estreito. E para isso levou mil quintais de pau-brasil. A nau, não podendo entrar pela barra por falta de fundo, teve de deitar ao mar, com parecer do provedor da fazenda Martim de Carvalho, mais de trezentos quintais da mercadoria; e com tudo isso "*no hubo piloto que se atreviese a meter la mano, hasta que Pedro Sarmiento, en el batel, fue a sondar, e hizo senãl a la nao con una bandera, y la nao vino, y entró segura, y tras ella otra nao grande de la bahia, cargada de azúcares, en que venia Gabriel Xuarez, que al presente [1589] está en esta Corte*". – *Sumaria Relación,* in *Colección,* **V**, pág. 402. – (G.).

de Moura, estadista influente no governo, o precioso escrito acerca do Brasil de que já demos notícia[31].

As concessões obtidas pelo mesmo Soares reduziram-se[32]:

- a uma carta régia ao governador do Brasil, a fim de que fossem postos às suas ordens duzentos índios frecheiros;
- e a mais oito alvarás, todos da mesma data, dispondo:

---

31 Por esse tempo, no mesmo lugar e ao mesmo ministro ofereceu Gabriel Soares os *Capítulos contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil,* que constituem, com as respostas dadas pelos padres, um documento da mais alta importância para a história do Brasil em fins do século XVI. Os padres foram avisados das denúncias de Gabriel Soares por um seu parente a quem as ele mostrou, e escreveram as justas respostas que se interpolam aos *Capítulos*, conservadas no Arquivo Geral da Companhia em Roma (*Archivum S.I. Romanum, Brasilia,* **15**, 383/384). – Subscreveram as respostas, que datam de 1592, na Bahia, os padres Marçal Beliarte, provincial; Inácio Tolosa, que acabava de deixar esse posto; Rodrigo de Freitas, procurador da província; Quirício Caxa; Luís da Fonseca, reitor, e Fernão Cardim; e mais dois, cujas assinaturas se recortaram mais tarde à tesoura no documento, e que deviam ser Luís da Grã e José de Anchieta, presentes na Bahia para a congregação provincial. Graças ao eminente autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil,* padre Serafim Leite, S.I., foram os *Capítulos* publicados, com brilhante introdução, in *Anais da Biblioteca Nacional,* **LXII**, págs. 337/381– (G.).

32 Os documentos referentes às concessões obtidas por Gabriel Soares leem-se na *Revista do Instituto Histórico,* **XXI**, págs. 459/465. Foram publicados por Varnhagen, por cópias que lhe forneceu João Francisco Lisboa, juntamente com o capítulo 24 do livro IV da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, o qual se inscreve: *Da jornada que Gabriel Soares de Sousa fazia às minas do Sertão, que a morte lhe atalhou – Revista* citada págs. 466/468. No Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros,* **1**, fls. 77/180, acham-se cópias autênticas daqueles documentos. De um escrito de d. Francisco de Sousa, que Capistrano de Abreu descobriu na Biblioteca Nacional, adiante aproveitado, sabe-se que entre as mercês prometidas a Gabriel Soares estava o título de marquês, se fosse bem sucedido na empresa das minas. – (G.).

• que o mesmo Gabriel Soares de Sousa, "capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do rio de São Francisco", teria o direito de nomear, por seu falecimento, um sucessor que gozaria dos mesmos títulos e poder;

• em ter faculdade de prover todos os ofícios da justiça e da fazenda no seu distrito;

• em lhe ser concedido, para quatro cunhados e dois primos, que com ele iriam, o hábito de Cristo, com 50$000, e, no fim da jornada, o foro de fidalgo e moradia para os mesmos; e mais dois hábitos para os capitães que o acompanhassem;

• em poder conceder o foro de cavaleiros fidalgos até a cem pessoas das do seu séquito;

• em poder fazer promessas de mais recompensas aos que se distinguissem;

• em lhe ser facultado o tirar das prisões, para levar consigo, os condenados a degredo que escolhesse, sendo de ofícios mecânicos, mineiros, etc.;

• em ser a estes contado, como tempo do degredo, o da expedição;

• finalmente, em ficar autorizado, se quisesse, a prosseguir os descobrimentos ainda mais além do rio de São Francisco; e, por conseguinte, até dos próprios terrenos dos atuais Estados de Goiás e Mato Grosso, se lá chegasse.

Os alvarás, mandados passar por Estêvão da Gama, foram escritos por João da Gama, ambos mui provavelmente ainda aparentados com o famoso descobridor da Índia, Vasco da Gama. Depois de chegar a

Lisboa, para se embarcar, obteve o mesmo Soares mais duas graças, em 27 de janeiro imediato, a saber: uma ordem para nesse porto se lhe dar embarcação e mantimento ordinário às pessoas que com ele iam, e outra para o governador do Brasil lhe dar cinquenta quintais de algodão em caroço, do que houvesse pertencente à Fazenda, a fim de se fazerem armas, para os que o deviam acompanhar à nova conquista.

Auxiliado com tantos favores, partiu afinal de Lisboa o novo "capitão-mor e governador" Gabriel Soares de Sousa, na urca flamenga denominada *Grifo Dourado,* em 7 de abril de 1591, conduzindo consigo uns trezentos e sessenta homens, incluindo quatro religiosos carmelitas, um dos quais, fr. Jerônimo de Canavazes, veio até a ser depois provincial.

O projeto de Soares era chegar às cabeceiras do rio de São Francisco, onde se deviam encontrar as minas, de que nos lugares de que levava nota pelo roteiro de seu irmão, dava conta o mesmo roteiro, cuja existência veio a confirmar-se no seguinte século; pois essas minas se achavam evidentemente no distrito que, pelas que depois nele se descobriram, se ficou chamando de *Minas,* como sabemos.

Infelizmente, o seu completo descobrimento e exploração, e, por conseguinte, o princípio da colonização nesse distrito, ainda então teve de ficar aprazado, em virtude dos sucessivos malogros que acompanharam a dita expedição de Gabriel Soares, incluindo a sua própria morte, sucedida proximamente na paragem onde tivera lugar a de seu irmão e a de um índio, por nome *Araci* (o Sol), que lhe servia de guia[33].

---

33 Melhor tradução desse vocábulo tupi seria "aurora", por *ára,* dia, e *cy,* mãe: mãe do dia, a aurora. "Sol" é *guaraci* ou *quaraci,* que aliás é o nome que ao

O princípio do malogro da expedição procedeu de haver, em meados de junho, naufragado a urca em que vinham todos, em Vaza-Barris, onde, graças à recente colonização por Cristóvão de Barros, não caíram vítimas dos índios.

Salvando-se a maior parte da tripulação, passou o mesmo Soares à Bahia, onde, refeito com os auxílios que lhe deu d. Francisco de Sousa, empreendeu a expedição, indo primeiro às suas terras, onde acabou de prover-se de carnes e farinhas, e logo varou até meter-se no conhecido Boqueirão, por onde forçosamente devia entrar para seguir caminho, subindo com o rio Paraguaçu pela margem direita.

Seguiu sempre subindo mais ou menos encostado à margem direita do mesmo rio até uma paragem em que, com parte da gente que levava, deixou assentado um arraial, porventura pelas imediações do próprio chamado depois de João Amaro; pois tinha ordem de ir deixando no caminho pequenas povoações, ou arraiais fortificados, de cinquenta em cinquenta léguas, proximamente. No caminho, até esse arraial, lhe adoeceram muitos homens de sezões e perdeu muitos animais mordidos dos morcegos, pragas estas que deviam ser mui nocivas, quando os sertanejos tiveram mais tarde que abandonar este caminho, cortando do Boqueirão ao arraial de João Amaro, pela chamada *Travessia,* terreno sem pastos e quase sem água.

Desse primeiro arraial prosseguiram, sempre pela margem direita do Paraguaçu acima, não sem grandes trabalhos para evitar ciladas dos gentios, a abrir picadas e juntar os animais, que se extraviavam e às vezes de todo se perdiam já mordidos das cobras, já comidos pelos tigres; e finalmente pelos obstáculos oferecidos pelo próprio

---

guia de Gabriel Soares dá fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 352, 3ª ed., 1931. – (G.).

rio, que ladeavam; o qual, com suas súbitas cheias, deixavam muitas vezes os expedicionários ilhados e na necessidade de esperarem que as águas baixassem.

Por fim, chegaram às primeiras grandes vertentes que vêm do S.O.; e tomaram por uma delas, começando a subida da serra, não longe, ao parecer, da atual povoação de Santa Isabel do Paraguaçu. Para transpor a dita serra, gastaram alguns dias, cobertos de nevoeiros, com bastante frio, não havendo por aí lenha para se aquecerem nem pasto para os animais, que já estavam mui dizimados, de nada lhes servindo muito salitre que tinham à vista. Aqui começaram todos a esmorecer; e, como perfaziam já cinquenta léguas desde o arraial anterior, decidiu-se Gabriel Soares a fundar o segundo; mas logo, cansado dos trabalhos, adoeceu e faleceu pouco depois (II).

Substituiu-o imediatamente no mando o mestre de campo Julião da Costa; o qual, vendo-se privado do guia índio *Araci,* porventura esmoreceu. Retirou-se com todos os da expedição para uma paragem mais sadia e daí escreveu ao governador, narrando-lhe o sucedido e pedindo-lhe novas ordens. Resolveu este mandar regressar toda a expedição e, apoderando-se de todos os roteiros, premeditou já então vir a recolher dela os frutos, como particular, apenas largasse o governo. É o que devemos concluir em vista do que depois praticou, vindo a requerer e obter os mesmos privilégios e concessões outorgados a Soares, e ainda outros mais.

O grande interesse que nos merece Gabriel Soares, como chefe dessa expedição, embora malograda, e ainda mais como um dos primeiros escritores acerca do Brasil em todos os ramos, e com especialidade das notícias etnográficas dos índios, nos induzem a

incluir aqui as cláusulas principais do seu testamento[34], que deixou na Bahia, feito em 10 de agosto de 1584, antes do embarcar-se para a Europa, a requerer. Depois do cabeçalho, e de mais seis itens, encomendando-se à Virgem e a vários santos, prossegue:

> Donde quer que eu faleça, me enterrarão no hábito de São Bento, havendo mosteiro de sua ordem, onde me enterrarão; e não havendo maneira deste hábito e, havendo mosteiro de São Francisco, me enterrarão no seu hábito, e os religiosos de ambas estas ordens me acompanharão, e a cada um darão de esmola cinco mil-réis, e pelo hábito dez cruzados.
>
> Se Deus for servido que eu faleça nesta cidade e capitania, meu corpo será enterrado em S. Bento da dita cidade, na capela-mor, onde se me porá uma campa com um letreiro que diga *AQUI JAZ UM PECADOR;* o qual estará no meio de um escudo, que se lavrará na dita campa; e sendo Deus servido de me levar no mar ou em Espanha, todavia se porá na dita capela-mor a dita campa com o dito letreiro, em a qual sepultura se enterrará minha mulher Ana de Argolo.
>
> Acompanhará o meu corpo, se falecer nesta cidade, o cabido, a quem se dará a esmola costumada, e os padres de S. Bento levarão de oferta um porco e seis almudes de vinho e cinco cruzados.
>
> Acompanhar-me-ão dous pobres, cada um com sua tocha ou círios nas mãos, e darão de aluguel à confraria donde forem, um cruzado de cada uma, e a cada pobre pelas levarem dous tostões.

---

34 O testamento de Gabriel Suares foi primeiro publicado por Melo Morais, *Brasil-Histórico,* 2ª série, **1**, 248 e 251/252, Rio, 1866. – (G.).

Não dobrarão sinos por mim, e somente se farão os sinais que se fazem por um pobre quando morre.

Deixo à casa da Santa Misericórdia desta cidade quarenta mil-réis de esmola, para se dourar o retábulo, e para missas (?) cinco mil-réis.

Deixo à confraria do SS. Sacramento cinco mil-réis e à de Nossa Senhora do Rosário dous mil-réis.

Far-me-ão no mosteiro de S. Bento, quer faleça nesta capitania, quer em outra qualquer parte, três ofícios de nove lições, em três dias a fio; tanto que eu falecer, ou se souber a certeza de minha morte, em cada ofício se dará de oferta um porco e cinco alqueires de farinha, e não me farão pompa nenhuma; somente me porão um pano preto no chão, com dous bancos cobertos de preto, e em cada um cinco velas acesas.

Em cada ofício destes me dirão cinco missas rezadas, à honra das cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, com seus responsos sobre a sepultura.

Nos outros dias seguintes, me dirão em três dias a fio cada dia cinco missas rezadas; as primeiras cinco à honra dos gozos de Nossa Senhora, e a outro dia as outras cinco à honra dos cinco mistérios gloriosos da Madre de Deus, conforme a contemplação do Rosário, e no outro dia as outras cinco à honra dos cinco passos dolorosos da Madre de Deus.

Me dirão na mesma casa, acabados os ofícios atrás, cento e cinquenta missas rezadas e quinze cantadas, e às cantadas darão de oferta a cada uma sua galinha e canada de vinho, e umas e outras sairão com seu responso sobre a minha sepultura, e as missas se repartirão pela maneira seguinte.

Nos primeiros cinco dias se dirão, em cada dia, dez missas rezadas e uma cantada, como acima fica dito, à honra dos prazeres que se contemplam no rosário de Nossa Senhora.

Nos outros cinco dias logo seguintes, se dirão em cada dia outras dez missas rezadas e uma cantada, à honra dos cinco mistérios dolorosos da Virgem Nossa Senhora.

Nos outros cinco dias seguintes se dirão em cada dia outras dez missas rezadas e uma cantada à honra dos cinco mistérios gloriosos da Virgem Madre de Deus. E se não houver padres no dito mosteiro, que bastem para dizerem estas missas juntas, humildemente peço ao padre abade que ordene com os padres do colégio ou da Sé, com que se possam dizer estas missas, como tenho declarado, porque tenho confiança na Madre de Deus que, no cabo destas missas, sairá minha alma do Purgatório.

Como se acabar de dizer estas missas, como tenho declarado, ao outro dia seguinte se me diga um ofício de nove lições, como os que acima tenho declarado.

Mando que se digam pela alma de meu pai e mãe cinquenta missas rezadas, as quais dirão como se acabarem as que acima tenho declarado.

Mando que se tome de minha fazenda a valia de quinhentos cruzados, que se repartirão por cinco moças pobres, cem cruzados por cada uma, para ajuda de seus casamentos, o que repartirá o padre abade, com informação do provedor da Santa Misericórdia.

Eu tenho duas irmãs viúvas; uma se chama d. Margarida de Sousa e outra Maria Velha, ambas moradoras em Lisboa, e não tenho herdeiro forçado, e darão a uma delas de minha fazenda, do

rendimento dela, vinte mil-réis cada uma, e falecendo alguma delas ou sendo já falecida, darão à que ficou viúva, cada ano quarenta mil-réis em sua vida tão somente, os quais lhe mandarão por letra a Lisboa, de maneira que lhe seja paga a dita quantia.

Declaro que tenho um livro das contas que tenho com as pessoas a quem devo pelo qual se fará conta com as pessoas a quem estou em obrigação, ao pé de cujo título fica assinado por mim, ao qual livro se dará inteiro crédito, porque, pelas declarações dele, deixo desencarregada minha consciência.

Neste mesmo livro de minha razão tenho escrito o que tenho de meu, assim de fazenda de raiz, como escravos, bois de carro e éguas, e outros móveis, índios forros; e nele tenho em lembrança os encargos em que estou assim às pessoas que me servem e servirão, como a outras pessoas, ao qual se dará, outrossim, inteiro crédito; por que o fiz só a fim de concertar minha consciência, o que não posso tratar nem esmiuçar neste testamento pelas mudanças que o tempo faz, e eu não saber qual há de ser a derradeira hora que meu Senhor há de chamar-me, para a qual não achei melhor remédio que este.

Depois do meu falecimento se ordenará o inventário de minha fazenda, e se fará conta do que devo, e se porá em ordem de se pagarem as minhas dívidas, para o que se venderão os móveis de casa, bois e éguas, e açúcar que se achar, e para o que restar se concertarão meus testamenteiros com os credores para se pagarem pelos rendimentos de minha fazenda, se disso forem contentes, o que se há de negociar de maneira que a minha alma não pene na outra vida, por isso; e não querendo eles esperar, em tal caso se arrependerá o engenho de antemão ou venderão as novidades dele; e quando isto não bastar, se venderão as terras que tenho na Jequiriçá, que com as éguas e fazenda valem muito, por serem muitas e boas: em tudo farão meus testamenteiros de maneira que eu fique desencarregado.

Declaro por meus testamenteiros ao rev. padre fr. Antônio Ventura e a minha mulher Ana de Argolo, para que ambos façam cumprir este meu testamento como se nele contém; e sendo caso que ela, ou por não estar presente na cidade, ou por suas indisposições, não possa acudir a fazer cumprir este meu testamento, que tudo o feito pelo rev. padre somente fica valioso. E porque o tempo faz grandes mudanças, que com elas há viver, e morrer, e ausentar, não podendo por algum lícito impedimento cumprir o rev. padre este meu testamento, digo que em tal caso seja meu testamenteiro o rev. padre que lhe suceder no cargo de abade do dito mosteiro de S. Bento; mas ainda que o rev. padre fr. Antônio Ventura não seja abade, sempre quero que ele seja meu testamenteiro.

Como Nosso Senhor não foi servido que eu tivesse filhos de minha mulher, nem outros alguns, nem sobrinhos, filhos de meus irmãos, nem herdeiros forçados a quem pertença minha fazenda, e porque não herdei de meus pais, nem de meus avós, e adquiri por minha indústria e trabalho, e porventura alguns encargos de consciência que ora não sei declarar, digo e declaro por meu herdeiro de toda a minha fazenda ao mosteiro de S. Bento da cidade de Salvador, Baía de Todos os Santos, com condição que eu e minha mulher Ana de Argolo nos enterraremos ambos na dita capela-mor que ora é, e falecendo antes que se faça a capela-mor da igreja nova, passarão a nossa ossada à dita capela-mor da igreja nova, onde estará a minha sepultura, com a campa no meio da capela, com o letreiro[35] que atrás fica declarado.

---

35 Acha-se com efeito na capela-mor uma campa com a inscrição. – (A.). – Fr. Vicente do Salvador assim encerra o cap. vigésimo quarto, liv. IV, de sua *História do Brasil,* 3ª ed., 1931, 352/353: "Os ossos de Gabriel Soares mandou seu sobrinho Bernardo Ribeiro buscar, e estão sepultados em São Bento com um título na sepultura, que declarou em seu testamento pusesse, e o título é: *Aqui jaz um pecador*. E não sei eu que outra mina ele nos pudera descobrir

Serão obrigados o abade e religiosos que ora são, e ao diante forem, me dizerem cada dia uma missa rezada por minha alma, para enquanto o mundo durar, com seu responso sobre a sepultura, e cada ano, pela semana dos santos, um ofício de nove lições.

E sendo caso que Deus se sirva de me levar para si no mar ou em Espanha, donde meus ossos não podem ser trazidos a este mosteiro, digo que, sem embargo disso, se me ponha esta sepultura na capela-mor dele, para lembrança de se me dizer o responso sobre ela e para se enterrar minha mulher tão somente.

Declaro que os chãos, que tenho nesta cidade, que houve de Antônio de Afonseca, de Ana de Paiva, de Pedro Fernandes e de Brás Afonso, e a terra que tenho valada no caminho da Vila Velha, da banda do mar e da outra banda que foi de Antônio de Oliveira, queria que ficasse tudo a meu quinhão, por tudo ser mui necessário para o mosteiro, onde podem fazer muitas terezenas ao longo do mar para alugar, e pelo *caminho acima muitos foros de casas, e muitas casas ao longo da estrada, que tudo, pelo tempo adiante, virão a render muito para o convento*.

E porque hei este testamento por acabado, pelo qual dou por revogados todos os que tenho feito antes deste, e este só quero que valha,

---

de mais verdade, se vivera, pois, como afirma o evangelista São João, se dissermos que não temos pecado, mentimos e não há em nós verdade."

Por intermédio do senador Miguel Calmon obteve-se a fotografia da lápide que se dá aqui. O atual abade do Mosteiro de são Bento, na Bahia, d. Bento de Sousa Leão Faro, em carta àquele senador, diz que "a sepultura está no interior do Mosteiro, em frente à sala capitular, que outrora servia de sacristia, e não em frente ao altar-mor, como alguns julgavam". É possível que houvesse posterior mudança, como que fosse renovada a inscrição, cujos caracteres são evidentemente modernos. – (G.).

porque esta é a minha derradeira vontade, o qual fiz por minha mão e assinado por mim. – Gabriel Soares de Sousa.[36]

Entretanto, assuntos mais graves que os de minas demandavam agora toda a atenção do governador. Tratava-se nada menos que da conservação e defesa do território. O litoral via-se cada vez mais ameaçado de corsários e piratas não só ingleses e holandeses como também franceses. Estes últimos se achavam quase de posse de todos os portos do Rio Grande para o norte, contavam por aí com toda a indiada a seu favor e tinham sempre em cheque a Paraíba.

Esta última capitania, depois de pacificada, fora, por ordens vindas da metrópole, mandada entregar ao seu capitão-mor de direito, Frutuoso Barbosa, que, por seu procurador d. Pedro de la Cueva, soubera na corte fazer valer os seus direitos. Recompensou Barbosa o serviço do mesmo Cueva, confiando-lhe o mando de todos os soldados espanhóis que tinha na capitania; mas, dentro de pouco, esses dois chefes se desavieram, e os índios, sempre auxiliados pelos franceses, ameaçaram de novo absorver a capitania. Foi necessário que regressasse de Itamaracá o capitão Pero Lopes Lobo, que bateu os índios, varrendo deles os sertões a grande distância.

Com aquiescência do ouvidor-geral Antônio Coelho de Aguiar, resolveu-se então Frutuoso Barbosa a transferir-se (1591) para junto do Inhobi; porém, distraindo para o forte que aí construiu forças do Cabedelo, caíram sobre este os índios e o arrasaram, bem como todas as obras que na ilha da Restinga, então chamada da

36 A aprovação deste testamento foi feita em 21 de agosto de 1584, e a abertura em 10 de julho de 1592. – (A.). – Conf. nota 8 da seção anterior. – (G.).

Conceição[37], tinha um Manuel de Azevedo que a recebera de sesmaria. Acudiu, porém, a salvá-la, em 1592, Feliciano Coelho, nomeado capitão dela. Esse novo chefe viu-se obrigado a expulsar os padres da Companhia (1593), confiando suas aldeias aos franciscanos, aos quais também logo (1596) expulsou, depois de haver derrotado, em vários recontros, os índios sublevados, com reforços que lhe foram enviados de Olinda. Em um desses encontros foi ferido, vindo a ficar aleijado de uma perna[38].

O frequente uso, até então seguido, de preferirem os comerciantes de Lisboa o fretarem, para o Brasil, urcas flamengas, mais bem construídas e artilhadas do que os barcos portugueses, não só foi prejudicial à marinha de guerra, que da mercante se alimenta, como levou ao Brasil muitos estrangeiros que, com o andar do tempo, se converteram em espias e em inimigos declarados, especialmente desde que, com a sua união à demais Espanha, os Países Baixos começaram a considerar como inimigos, sempre que isso lhes convinha, Portugal e as suas colônias. O crescimento das piratarias, e do comércio menos lícito, que se havia feito em algumas alfândegas, levou a metrópole, primeiro, a ordenar (12 de fevereiro de 1591) ao desembargador Baltasar Ferraz que sindicasse a tal respeito,

---

37 Veja tomo I, seção XXI, nota 41, pág. 672; seção XXII, pág. 691. – (G.).

38 Sobre os sucessos da Paraíba, conf. Jabotão, *Novo orbe segráfico,* **2**, 56/80, Rio, 1858: veja também em Hakluyt, *Principal navigations,* **11**, 62/72, Glasgow, 1904, uma carta de Feliciano Coelho de Carvalho (grafado Feliciano Cieza de Carualsho), da Bahia, 20 de agosto, 1597, interceptada e traduzida em inglês; veja ainda, e sobretudo, Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 241/242, 3ª ed., 1931, onde estão admiravelmente compendiadas as informações contidas em Jabotão e Hakluyt. – (G.).

dando-lhe um regimento em vinte artigos[39], no qual lhe ordenou que fosse correr a costa, chamando a si os livros das alfândegas e almoxarifados, desde quinze anos antes, tirando devassas acerca até de descaminhos de munições e artilharia do Estado, e no ano seguinte (30 de outubro), a criar uma espécie de mesa ou tribunal, com o título de *consulado* (III), que, mediante um aumento nos direitos de três por cento de entrada e saída na mesma metrópole, devia cuidar de assegurar o comboio dos navios das conquistas, mantendo sempre uma esquadra de doze navios armados. Infelizmente, o tributo ficou estabelecido; mas tal esquadra nunca apareceu, e os corsários cresciam em audácia. E por sua parte Baltasar Ferraz não se moveu da Bahia, nem o governador a isso o obrigou.

Em 1591 o inglês Tomás Cavendish veio tentar fortuna aos nossos próprios portos, e de intento lhe consagraremos mui poucas linhas. Suas proezas se reduziram a saquear Santos, a queimar São Vicente, vindo a encontrar resistência, não só em Santos, ao voltar aí segunda vez, como também na capitania do Espírito Santo; concluindo por falecer no mar, dentro de pouco tempo, provavelmente ralado pelos remorsos (IV).

Daí a perto de quatro anos, teve lugar o saque do Recife pelo corsário James Lancaster, com três navios, juntos a mais quatro de um pirata Venner: todos se apresentaram diante do porto em Sexta-feira de Paixão, último de março de 1595[40]. Os agressores ataca-

---

39 Veja nota 6 desta seção. – (G.).

40 A data em Hakluyt, *Principal navigations,* **XI,** págs. 43/47, Glasgow, 1904, é 30 de março, ou 9 de abril, atendendo-se à correção gregoriana. Mas note-se que Sexta-feira da Paixão, em 1595, caiu a 24 de março, e não no último dia desse mês, como se lê no texto. – Os navios às ordens de James Lancaster

ram o forte que defendia a terra, guarnecido de sete canhões; e os defensores, acobardando-se à vista de tanta audácia, se retiraram para Olinda, deixando os corsários e piratas senhores de Recife, onde se demoraram trinta e um dias, que tantas lhes foram necessários para transportar, em quinze barcos (incluindo, além dos seus alguns holandeses e franceses, que no próprio porto fretaram), tudo quanto encontraram armazenado no mesmo Recife.

Em 1597, apesar do estado de guerra em que estavam a Espanha e a França, dois navios desta nação vindos d'África, desesperados com a invasão das bexigas a bordo, foram apresentar-se na Bahia, e

---

eram o *Consent,* o *Salomon* e o *Virgin,* que com duzentos e setenta e cinco homens lhe tinham sido confiados pelos vereadores de Londres; o *Peregrine,* o *Wellcome* e uma pinaça de Plymouth estavam sob a mando de Venner, que contava ainda com três grandes navios holandeses. – Conf. Charles de la Roncière, *Histoire de la Marine Française,* **IV**, pág. 338, nota, Paris, 1910. A permanência dos corsários em frente ao Recife foi de trinta e um dias. A 23 de abril (14 no calendário juliano), Lancaster encarregou seu imediato Edmond Burke de atacar o reduto dos pernambucanos, que se supõe ter sido o istmo de Olinda. Burke marchou com duzentos e setenta e cinco ingleses e franceses, indo às suas ordens os chefes das duas forças francesas, Venner e Jean Noyer. Foi repelido com a perda de trinta e cinco mortos e muitos feridos. Entre os primeiros o próprio Burke, Noyer, os capitães Cotton, John Baker e Rachel, francês. Na mesma noite as esquadras fizeram-se de velas para a Paraíba e Pataju, algumas léguas ao norte. – La Roncière, op. cit., **IV**, pág. 339. – Rio Branco, *Efemérides brasileiras,* pág. 539, ed. de 1946.

Na ocasião governava a capitania de Pernambuco o ouvidor Martim Leitão, que organizou a resistência heroica que fez amargar aos piratas o doce açúcar roubado aos armazéns do Recife – *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil – Denunciações de Pernambuco,* introdução, pág. XII, São Paulo, 1929. Ao tempo encontrava-se em Pernambuco o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, visitador do Santo Ofício; dois denunciantes nessa visitação, Gonçalo Dias e Lourenço Rodrigues, que ainda estavam presos na cadeia pública de Olinda por não irem à vigia, reportaram-se aos sucessos, op. cit., págs. 444/445. – (G.).

outro, comandado por *Pain de Mil* (V), foi tomado em Sergipe, onde ficaram prisioneiros cento e dezesseis homens que o tripulavam.

Onde, porém, os franceses se apresentavam em aberta hostilidade nesse ano foi na Paraíba. Trezentos e cinquenta homens, desembarcados de treze navios, acometeram o forte de Santa Catarina do Cabedelo[41], apenas defendido por vinte homens e cinco pequenas peças de artilharia; mas tal foi a resistência que apresentaram que os atacantes se viam obrigados a reembarcar-se, com grande perda. O comandante do forte morreu nessa heroica defesa. Deixando ao seu sucessor, João de Matos Cardoso, um digno exemplo que ele soube imitar trinta e quatro anos depois contra os intrusos holandeses. Muito provavelmente esta frota de treze navios era a mesma que havia pretendido antes saquear os Ilhéus, entrando dez barcos e ficando ao mar três maiores. Os habitantes, repostos do primeiro pânico, fizeram pé atrás no monte da ermida da Vitória, donde obrigaram os agressores a retroceder para a vila, que começaram a saquear, depois de se fortificarem na casa de um Jorge Martins. Elegendo então os habitantes por chefe a um mameluco, por alcunha o *Catuçadas*, este, ajudado de um Cristóvão Leal e de vinte sócios mais, obrigou os invasores a embarcar-se com grande perda[42].

---

41 Desse ataque trata a carta de Feliciano Coelho de Carvalho, de 20 de agosto de 1597, já citada, Hakluyt, **XI**, págs. 64/72. – Conf. Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au seizième siècle,* págs. 363/364, Paris, 1878. – (G.).

42 Jabotão, *Preâmb.,* pág. 55. – (A.). – Correspondente às págs. 89/90 do *Novo orbe seráfico* **1**, Rio, 1858. A alcunha do mameluco F *Catuçadas*, corrigiu Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 244, 3ª ed., 1931, "porque assim chamava as estocadas na língua de sua mãe" – lê-se em Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário mariano,* **9**, 232, que nesse passo se utilizou de um dos capítulos do frade baiano, conforme apurou Capistrano de Abreu, ibidem, 432, 425. – Na língua brasileira *catucar,*

As naus francesas passaram da Paraíba ao Rio Grande, ainda não ocupado. O capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho, achava-se então ausente no sertão, donde acorreu ao litoral apenas avisado do que se passava, e por duas vezes foi atacar nos seus próprios alojamentos, no mês de julho desse ano, os que haviam favorecido os invasores, em cujo número entravam alguns franceses, que na terra se achavam, desde que, com o capitão Jacques Riffault, haviam naufragado nos baixos da ilha de Santa Ana, do Maranhão, e dos quais, nessa ocasião, o mesmo Feliciano Coelho tomou prisioneiros quatorze.

Sem dúvida esses acontecimentos haverão muito contribuído para que não se aprazasse por mais tempo a ocupação do Rio Grande, já mui expressamente recomendada pelo soberano, ao próprio governador e ao capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascaranhas, que devia obrar com a ajuda e conselho do mesmo Feliciano Coelho, para quem vinham também, a esse respeito, diretamente ordens régias[43]; recomendando-se, ao mesmo tempo, ao governador que da Fazenda real gastasse quanto fosse para isso necessário e desse provisão a Manuel Mascaranhas para fazer outro tanto em Pernambuco.

Tais ordens foram pontualmente cumpridas, e eram todas necessárias; pois que a nova Capitania do Rio Grande não se chegou a

---

ou *cutucar*, *catucada,* ou *cutucada,* provém do verbo tupi *cutuca*, Beaurepaire Rohan, *Dicionário de vocábulos brasileiros,* 56, Rio, 1889. Melhor composição tupi seria *cutucaba* ou *cotucaba,* que, no *Dicionário português-brasiliano,* 38, Lisboa, 1795, significa "estocada". – (G.).

43 Cartas régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597. Veja a resposta de Feliciano Coelho, de 20 de agosto desse último ano, mais de uma vez citada, Hakluyt, **4**, 216, ou **11**, 64/72, da nova ed. de Glasgow. – (A. & G.).

erigir senão à custa de ainda mais gastos, sangue e trabalhos que a sua vizinha da Paraíba. O governador desde logo aplicou para seus gastos não só o restante do produto dos dízimos como os direitos de saída do açúcar, e da sisa dos escravos vindos d'África, e mais doze mil cruzados, parte do que tomara a uma nau da Índia, que arribara à Bahia[44].

---

44 Essa nau devia ser provavelmente de Diogo Dias [Querido], chamada *São Francisco*, da qual o governador tomou, ao todo, o valor de trinta mil cruzados. – Frei Vicente do Salvador, **IV**, *23* [*História do Brasil*, pág. 349, 3ª ed., 1931]. – (A.). – "Manuel Mascaranhas e Feliciano Coelho, quando foram a conquistar e povoar o Rio Grande sessenta léguas de Pernambuco... o governador d. Francisco de Sousa, antes de tratar da expedição, fizera o provimento da *Jornada* com 12 mil cruzados em dinheiro da nau da Índia, que foi ter à Bahia de Todos os Santos, e deu todos os direitos dos escravos de Angola, e pôs um cruzado de tributo sobre cada caixa de açúcar que se carregava naquele porto, e mandou que se tomasse todo o dinheiro que estava recolhido dos defuntos, e absentos, afora os sobejos dos dízimos, e afora o que gastaram muitos particulares por servir a sua majestade, em que houve homem, que só de sua fazenda gastou dez mil cruzados naquela *Jornada*...; além disto Alexandre de Moura estava naquele tempo no Recife assistindo a mandar ao dito Rio Grande todos os navios de provimento, vinhos, azeites, comidas, assim como chegavam, do reino...; sua majestade também mandou em duas grandes urcas, pela grande diligência, e zelo do conde meirinho-mor, que governava a fazenda do dito senhor em Portugal, nove peças de alcance de bronze, e muitas de ferro coado, com tantas munições, armas, e comida que hoje parece incrível. Também veio ordem ao dito Manuel Mascaranhas para nomear, e dar cargos, e ordenados, quais bem parecesse, como com efeito deu. E com tudo isto dizem que a *Jornada* estava tão arriscada a se largar de mão, que tiveram feito assento disso, se Feliciano Coelho de Carvalho não chegara com o socorro da gente da Praia." Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão*, in Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*, **III**, págs. 173/174.

Diogo Dias Querido, referido no princípio desta nota, era cristão-novo, natural do Porto, residiu na Bahia, sendo mercador, andara por Flandres e era sujeito abonado de bens de fortuna. – "Livro das Denunciações que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à cidade do Salvador, em 1618", in *Anais da Biblioteca Nacional*, **XLIX**, pág. 123. – (G.).

E Manuel Mascaranhas não só deixou ordens ao seu locotenente em Pernambuco que aplicasse para mantimentos quanto pudesse forrar das despesas como lançou mão de 8:992$333 réis do cofre dos defuntos e ausentes, os quais depois teve que restituir à sua custa[45], embargando-se-lhe para isso as rendas de uma comenda! Também o capitão da Paraíba, Feliciano Coelho, contribuiu com gente, que acompanhou em pessoa, e do seu locotenente recebeu mantimentos e vitualhas. Isso além do socorro que, segundo veremos, enviou diretamente a metrópole ao Rio Grande, e de muitos particulares, que morador houve que, só à sua parte, contribuiu com dez mil cruzados. Partiu Manuel Mascaranhas de Olinda por terra, para a Paraíba, levando três companhias de gente de pé e uma de cavalo, das quais iam por capitães Jerônimo de Albuquerque, Jorge de Albuquerque, seu irmão, Antônio Leitão Mirim e Manuel Leitão.

Na Paraíba os esperava uma esquadra mandada da Bahia pelo governador, e constante de seis navios e cinco caravelões, de que era capitão-mor Francisco de Barros Rego e almirante Antônio da Costa Valente; e nela se embarcou Manuel Mascaranhas, levando

---

45 Ouvida a Mesa da Consciência por carta régia de 20 de julho de 1604, e mandada sobrestar a execução por dois meses, foi por fim obrigado a pagar pela carta régia de 31 de julho de 1606. – (G.). – A carta régia de 20 de julho de 1604 lê-se em J.J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **2**, 87. Outra, de 30 de agosto de 1605, ib., 140, vendo "uma consulta da Mesa da Consciência sobre a pretensão que tem Aires de Miranda Henriques, como procurador de Manuel Mascaranhas, seu cunhado, que se lhe desembargue a comenda, que por ordem da dita Mesa está embargada pelo dinheiro dos defuntos que tomou em Pernambuco", mandou que, dando fiança, se lhe deferisse o pedido; ainda outra, de 20 de setembro do mesmo ano, ib., 142, prorrogou por dois meses o prazo da fiança a prestar. A carta régia citada, de 31 de julho de 1606, vem na mesma *Coleção*, 213, e em todas elas o nome de Manuel Mascaranhas está como Manuel *Mariz*. – (G.).

consigo, por engenheiros, dois padres jesuítas (Gaspar de Sampère, e Lemos) e, como línguas, dois capuchos, fr. Bernardino das Neves (filho do capitão João Tavares) e fr. João de s. Miguel; e, por terra, se incumbia de seguir Feliciano Coelho, à frente das quatro companhias de Pernambuco e de uma da Paraíba, de que era capitão Miguel Álvares Lobo, em número total de cento e setenta e oito homens, além dos índios auxiliares: estes passavam de oitocentos, guiados por seus principais, entrando neste número o Pedra-Verde (*Metaraobi*) de Pernambuco, o *Piragibe* da Paraíba e o Pau-Seco[46] das extremas da Paraíba, do lado do norte.

Pouco depois de passarem as fronteiras da Paraíba, em 17 de dezembro de 1597, o mal das bexigas invadiu de tal modo estas forças, que chegaram a cair por dia dez e doze; à vista do que Feliciano Coelho se julgou obrigado a retroceder para a Paraíba, com todos, prometendo voltar quando estivessem curados. Só o capitão Jerônimo de Albuquerque seguiu logo.

Manuel Mascaranhas chegou com a esquadra em frente do Rio Grande, em princípios de 1598[47]; e só entrou depois de haver

---

46 O nome desse chefe índio, amigo do capitão Jacques Riffault, com quem estava em grande inteligência para fazer alguma conquista no norte do Brasil, era *Ouyrapiue*, *"qui signifie en notre langue Françoise Arble sec"*. – Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, fl. 12 v., Paris, 1614; La Roncière, *Histoire de la Marine Française*, **IV**, pág. 340. – É correta a etimologia de Abbeville*: Ouyrapiue*, no tupi, vem de *ybirá*, árvore, pau, e *ypi,* seco (água, seiva tirada: pau seco, como aparece nos autores de língua portuguesa. – Conf. Rodolfo Garcia, *Glossário* das palavras e frases da língua tupi, contidas na *Histoire de la Mission*, etc. págs. 60/61, Rio de Janeiro, 1926. – (G.).

47 Manuel Mascaranhas levou por piloto-mor da armada com que foi conquistar o Rio Grande a Francisco Domingues Santiago, vizinho de Viana, Studart,

feito sondar e descobrir o porto por dois caravelões, visto que além de barra difícil, entrada ela, torce e se esconde logo para sul. Nessa mesma tarde desembarcou, com alguma gente, no pontal do recife (semelhante ao de Pernambuco), que fica ilhado, à foz do rio, à margem direita; onde logo começou a entrincheirar-se, com varas que fez cortar nos mangues vizinhos, para se pôr ao abrigo de alguma surpresa do gentio que, com efeito, não tardou a atacá-lo, daí a poucos dias, mui de madrugada, acompanhando-se de mais de cinquenta franceses; do que resultou sair ferido no pescoço o capitão Rui de Aveiro Falcão. As hostilidades contra os novos hóspedes seguiram depois, quando iam por lenha, e até por água às cacimbas imediatas à cerca[48]; de modo que Manuel Mascaranhas se achava em grande aperto e ameaçado de ter que abandonar o forte, quando felizmente mui a tempo lhe chegou reforço de uma urca, vinda de propósito da metrópole, com artilharia, munições e outros provimentos, com a circunstância extraordinária de ser mandada por Francisco Dias de Paiva, em cuja casa se havia criado o capitão-mor, a quem agora vinha a salvar. Só algum tempo depois, no mês de abril, se apresentou Feliciano Coelho, com a gente da Paraíba, que constava de duas companhias, de sessenta arcabuzeiros cada uma, vinte e quatro de cavalo e trezentos e cinquenta índios frecheiros, com os seus principais[49].

Documentos para a História do Brasil, **2**, 154. Em março de 1614 Alexandre de Moura e o desembargador Manuel Pinto da Rocha estiveram nas pousadas de Jerônimo de Albuquerque, em Cunhaú, ib., 156. – (C.).

48 As que ainda hoje se veem, perto do forte. – (A.). – As cacimbas nas dunas existentes entre a Ribeira e o forte, nas proximidades da gamboa de João da Costinha, hoje aterrada. – (G.).

49 Conf. nota 44 desta seção. – (G.).

Acabado o forte, que foi denominado dos *Reis* (talvez porque se principiara no dia 6 de janeiro), fez Manuel Mascaranhas entrega dele a Jerônimo de Albuquerque; tomando-lhe a menagem do costume, no dia 24 de junho; e veio nesse mesmo dia a dormir na aldeia do chefe índio *Poti* ou Camarão[50], onde já se achava aposentado Feliciano Coelho, com o qual regressou, na maior união, vencendo no caminho até a Paraíba várias cercas, com que os índios pretenderam atravessar-lhe o passo[51].

---

50 Essa circunstância prova que esse índio devia ser amigo antigo dos colonos. E o ser do Rio Grande nem é obstáculo insuperável à possibilidade de que se houve o pai e a família passada aos nossos, em tantas ocasiões que se teriam para isso apresentado, ainda em tempo das confederações contra o velho Jerônimo de Albuquerque e seu filho do mesmo nome, que fez incursões para essas bandas. – (A.). – Nos *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 3ª ed., 1931, 243, Capistrano de Abreu assim expôs a questão dos dois Camarões: "Desde a publicação do processo de Manuel de Morais sabe-se que Camarão, o herói da guerra holandesa, nasceu aproximadamente nos fins do governo de d. Francisco de Sousa, ou começos do governo de Diogo Botelho, *Revista do Instituto Histórico,* **70**, parte 1ª, 119, e só pode ter sido seu pai, nunca ele, o irmão de Jacaúna que na jornada do Maranhão parou no Ceará, Cândido Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão,* **2**, 181. Ficaram assim destruídas as histórias de José de Morais, as combinações de Varnhagen e Cândido Mendes; nada adiantamos, porém, quanto às condições em que Camarão I cimentou com os portugueses a aliança em tantos anos de combates mantida inquebrantável por seu ilustre filho."

A naturalidade deste tem sido muito discutida. Veja Varnhagen, *Revista do Instituto Histórico,* **30**, parte 1ª, 501/508, parte 2ª, 419/426: Fernandes Pinheiro, ibidem, **32**, parte 1ª 201/208; Pereira da Costa, *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, nº **60**, 119/159; nº 73, 464/573; Luís Fernandes, *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte*, vol. **2**, 139/238; **3**, 167/178; **6**, 143/152. – (G.).

51 Em 27 de dezembro de 1604 escrevia-lhe el-rei ao bispo d. Pedro de Castilho, concedendo o título de Conselho a Manuel Mascaranhas, que ia servir de general de uma das esquadras da Armada com que se havia de fazer guerra aos holandeses nas partes do sul, e que falhando nessa jornada pudesse nomear a comenda de que era provido e a capitania-mor que tinha, de uma

Jerônimo de Albuquerque conseguiu dentro de pouco fazer pazes com os índios de todo o distrito, tanto da marinha como do sertão[52]; e, ajudado de um principal alcunhado Ilha Grande, conseguiu atrair a si os maiores principais petiguares, que eram, além do jovem *Camarão*, o *Zorobabé* e o *Pau-Seco*.

Feitas as pazes com os índios, passou Jerônimo de Albuquerque a fundar no próprio Rio Grande uma povoação. E, como era para isso imprópria a porção do arrecife ilhada (em preamar) em que estava o forte, segundo ainda hoje se pode ver, escolheu para isso o primeiro chão elevado e firme, que se apresenta à margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra. Este rio sobe, como o da Paraíba, tomando para sudoeste e estreitando-se regularmente entre médãos de areia e terrenos até então cobertos de mangue. A dita povoação, depois vila e cidade, de cujo nome ainda

---

viagem das naus da Índia em um parente. Enquanto à petição que tinha dado sobre suas ações e serviços, que bem na nova empresa se faria a mercê que houvesse lugar; e no que tocava se lhe desembargar sua fazenda por o dinheiro que tomou do cofre dos defuntos por mandado do governador do Brasil para a fortaleza do Rio Grande que ele foi fazer, que deixe procurador para se liquidarem as contas, e mostrando como dito dinheiro se empregou em serviço, se mandará pagar a dita quantia aos defuntos, desobrigando os bens e rendas de Manuel Mascaranhas e levantando-se o sequestro. – Biblioteca da Ajuda, 5I-VII, fls. 5 v. (Ementa de Durval Pires de Lima, in *Congresso do Mundo Português,* vol. **IX**, tomo I, págs. 181/182, Lisboa, 1940). – (G.).

52 "Nesta Capitania [lê-se no livro da *Rezão do Estado*, ms. do Instituto Histórico] há minas de ferro que descobriu Jerônimo de Albuquerque a quarenta léguas da fortaleza o ano de 608." – d. Diogo de Meneses, em carta para el-rei, da Bahia, 8 de maio de 1611, escrevia a respeito: "Também me V. Maj.de avisa de como ordenou a Alexandre de Moura fosse ver as minas que poderia haver no sertão do Rio Grande, e juntamente visitasse a fortaleza, e visse o que era necessário, e me avisasse para prover nela como fosse serviço da V. Maj., o que farei tendo recado seu." – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVI**, pág. 67. – (G.).

não conseguiu fazer-se digna por seu correspondente crescimento[53], se chamou *do Natal*, em virtude sem dúvida de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a igreja matriz no dia 25 de dezembro desse ano da fundação (1599). Expulsos, por essa forma, do Rio Grande, os franceses passaram a frequentar a costa do norte, e era conveniente persegui-los ainda lá, ao que se ofereceu Pero Coelho de Sousa, cuja empresa só veio a empreender no governo de Diogo Botelho, que sucedeu a d. Francisco de Sousa.

Além do tributo de um cruzado por caixa de açúcar, que então foi arbitrado, para acudir aos gastos com a conquista do Rio Grande, se estabeleceu, com o nome de "imposição", um direito sobre os vinhos, de 1.400 réis por pipa, o qual, pela câmara de Olinda foi votado aos 16 de janeiro de 1599, e veio, por então, a produzir uns dez mil cruzados cada ano; mas da sua arrecadação o tesoureiro respectivo não deu nenhumas contas nos primeiros anos, como diremos. Este imposto, que devera ser de circunstância, só com o fim de acudir com urgência à construção das fortificações e à reedificação de vários templos (que aliás deviam correr por conta do Estado, que para isso cobrava os dízimos), veio pelo abuso e prepotência a ficar, como tantos outros depois, com o caráter de permanente. No tempo de d. Francisco se efetuaram no Brasil fundições de alguns canhões: do que sem dúvida procederia a nomeação (8 de novembro de 1607) de Domingos Rodrigues como *fundidor-mor do Brasil*. Teria talvez isso lugar em

---

53 Na 2ª edição desta História, constava a seguinte nota do Autor: "Sem dúvida a capital da província que alguns querem levar ao vale do Ceará-mirim ficaria melhor nas cabeceiras do Guamaré, ponto central; fazendo-se uma estrada de ferro para a foz deste rio, que oferece um ponto limpo e de acesso não perigoso." – (N. do E.).

Pernambuco, onde o autor da *Rezão do Estado do Brasil* confirma a existência de tais fundições, assim de canhões como de sinos[54].

Seguros, porém, o Rio Grande e a Paraíba, melhorada a fortificação no Recife, confiada ao cargo do seu novo capitão João Rodrigues de Almeida, e seguindo em obra cinco fortes para defender a Bahia, incluindo o de Santo Antônio da Barra (de que fora pelo soberano nomeado capitão Sebastião de Brito Correia), julgou o governador poder aventurar uma visita às capitanias *de baixo*, como então chamavam, no norte, às do sul. Movia-o a isso especialmente a curiosidade de examinar por seus olhos as minas de ouro, que já em pequena escala se começavam a minerar em alguns distritos.

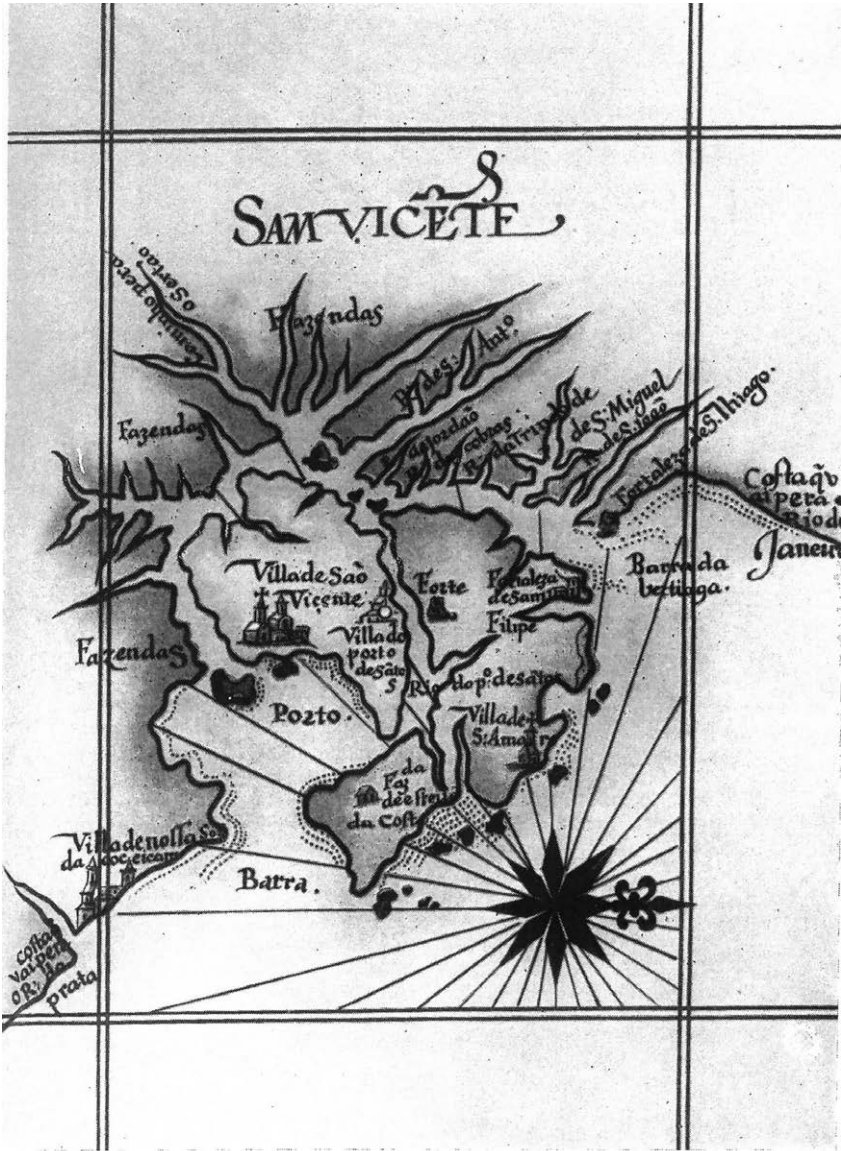
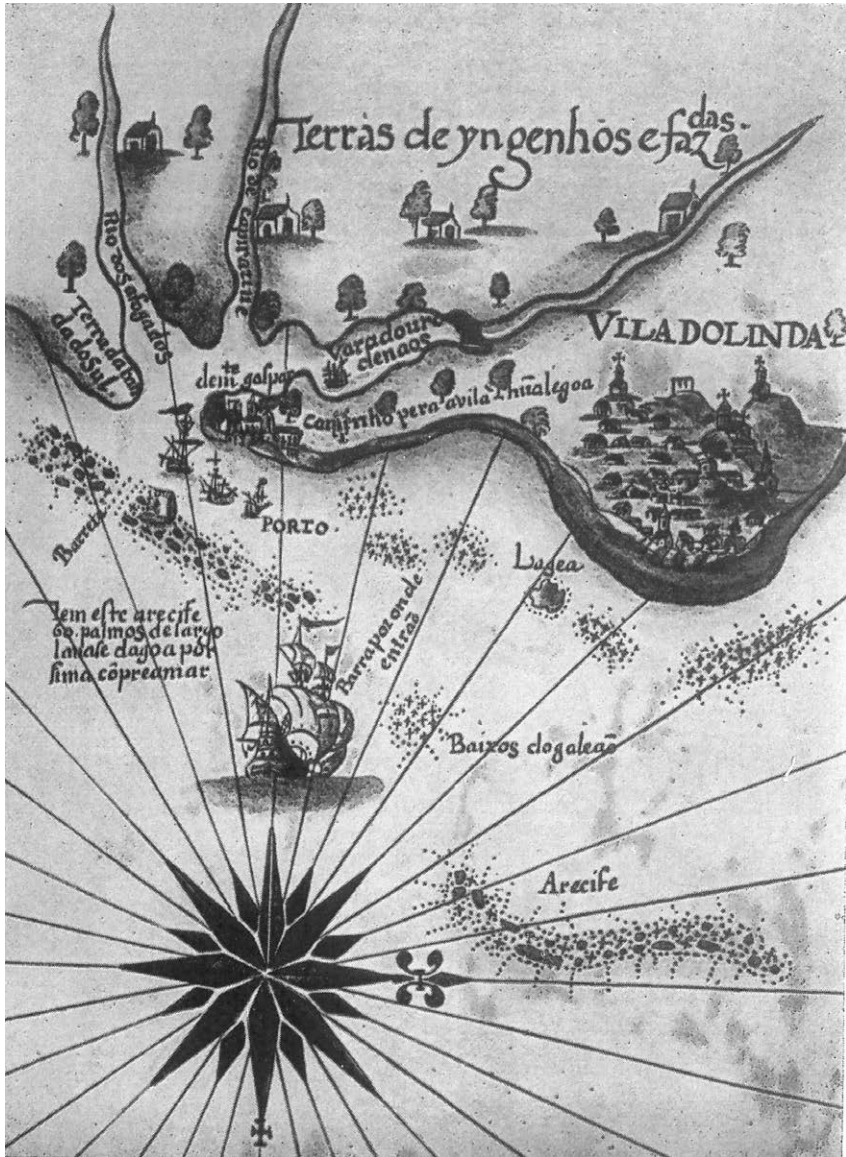
Deixando, pois, o mando da Bahia confiado ao seu alcaide-mor Álvaro de Carvalho, fez-se de vela em outubro de 1598, levando consigo a sua guarda, um engenheiro alemão, chamado Geraldo, e um mineiro, igualmente alemão, por nome Jacques (VI).

Aportou primeiro no Espírito Santo: e daí despachou a Diogo Martins Cão para examinar as minas chamadas de Esmeraldas (VII) e, em princípios de dezembro, mandou, por via de Santos, o capitão Diogo Arias de Aguirre, com duzentos índios destinados a trabalharem nas minas de ouro em São Paulo.

O Espírito Santo estava em perfeita paz, desde que o seu capitão Miguel de Azeredo conseguira reduzir pelas armas o gentio guaitacá, que com as suas frequentes correrias molestava os colonos[55]. Já, em 1595, um Pero Luís se encontrara, mui longe da capital, com dois

---

54 Veja a nota 14 desta seção. – (G.).

55 Veja Brás da Costa Rubim, *Memórias* citadas, 225. – (G).

São Vicente e Santo Amaro. Do códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda – Roteiro...

A vila de Olinda e o porto do Recife no fim do século XVI.
Do códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda – Roteiro...

índios principais, *Inácio de Azevedo* e *Arco Grande*, e com eles fizera pelo sertão um giro de umas quatrocentas léguas[56].

Seguiu para o Rio de Janeiro, onde pouco se demorou, passando a Santos; e em maio[57] seguinte já se achava em São Paulo. Daqui passou ao morro de Biraçoiava ou Araçoiava, junto à fábrica de ferro do Ipanema; e aí no local chamado "Fábrica Velha", no vale das Furnas, onde Afonso Sardinha tinha já um forno catalão de fundir ferro, lançou o fundamento de uma vila, com o nome de Nossa Senhora de Monserrate, a qual não foi por diante[58]. No 1º de dezembro desse mesmo ano, achava-se de regresso em São Paulo; e aí confirmou a nomeação de Diogo Gonçalves Laços como capitão

---

56 Veja a Carta do padre Pero Rodrigues, *Anais da Biblioteca Nacional,* **20**, 261. – (G.).

57 A 10 de abril de 1599 a Câmara de São Paulo providenciava para que, "vindo o governador", tivesse a gente casa de venda de coisas de comer, dando-se para isso juramento a Marcos Lopes, que teria do que lhe entregassem para vender de dez réis um, assim da carne como dos beijus e farinhas e outras coisas, *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* **2**, 57; a 16 do maio seguinte, mandava o mesmo governador, "que ora está nesta vila", que se fizesse outro vereador em lugar de Tristão de Oliveira, ib., 58. Portanto, entre 10 de abril e 16 de maio chegou a São Paulo, da primeira vez, d. Francisco de Sousa. – Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 248/249, 3ª ed., 1931, por onde devem ser aferidas todas as questões que se relacionam com o primeiro governo de d. Francisco durante a sua estadia em São Paulo, compendiadas magistralmente as notícias de Pedro Taques, *Informação* citada, 7/9, *Atas*, ib., 57, 76, e *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, *1*, 84, 92/94, 97, 105, 121, 123/126. – (G.).

58 Nossa Senhora de Monserrate era da especial devoção de d. Francisco: "sendo caso que com o favor de Deus e da Virgem do Monserrate venha recado de serem achadas as minas de prata...", *Registro geral,* **1**, 124. – Para lhe serem agradáveis, os beneditinos do Rio deram esse nome à sua abadia, fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário mariano,* **10**, 29. Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro,* **7**, 232, diz que a padroeira era a Senhora da Conceição, até que, instados os religiosos por d. Francisco de Sousa, substituíram o título originário. – (G.).

das minas descobertas (VIII). Em fevereiro de 1601 visitou as minas de Jaraguá e Vuturuna; e cinco meses depois nomeava André de Leão para penetrar, com uma partida de tropa, no sertão, em busca de minas de prata (IX).

Em 1602, sabendo que chegara à Bahia o seu sucessor, embarcou-se em Santos diretamente para a Europa, depois de haver passado (18 de junho) procuração para a cobrança na Bahia de seus vencimentos atrasados[59].

Durante a sua estada em São Paulo, alguns navios holandeses (X) entraram na Bahia (23 de dezembro de 1599). Outros, sob Olivier van Noort, pretenderam em vão fazer aguada no Rio (XI) e Jacques Postel, de Dieppe, foi tomado em Cabo Frio por quatro caravelas e várias canoas de índios[60].

A questão mais espinhosa em São Paulo, como em todo o Brasil, não era a das minas, que seguiam lavrando-se pacificamente, como ainda pouco rendosas; era a dos índios, aos quais os religiosos da Companhia tanto queriam amparar, que chegava a ser impossível a nenhum morador, exceto aos mesmos religiosos, o valer-se do serviço deles, ainda mediante contratos de paga de aluguel ou soldada. E o

---

59 Veja Pedro Taques, *Informação*, 9. – (G.).

60 H. Ternaux Compans, *Notice historique sur la Guyane Française*, pág. 22, Paris, 1843, apud *Remonstrance trés humble*, pág. 10, assim relata o sucesso: "*En 1599, le capitaine Jacques Postel de Dieppe, trafiquant au cap de Frie, fut attaqué par quatro caravelles et sept bateaux portugais: une partie de ses gens furent tués et les autres faitis prisionnaires*". – Veja P. Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, pág. 364; Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, pág. 116, onde se lê que os portugueses eram comandados por Martim de Sá, e onde por *Dieppe* está *Havre* e *Potel* por Postel. Rio Branco conheceu *de visu* a *Remonstrance* e lhe dá o título completo, que nos outros autores não se encontra. – Veja nota V desta seção. – (G.).

pior era que os padres tinham também fazendas e engenhos, e os seus gêneros competiam no mercado com os do povo, que pagava mais caro os braços que necessitava para a sua indústria. Os moradores de São Paulo, julgando-se oprimidos por arbítrios que classificavam de hipócritas e até de interesseiros, e necessitados de braços para a agricultura e a lavra das minas, em vez de fazer contratos com os que estavam sujeitos aos jesuítas, ou de irem buscar negros além dos mares com bárbara crueldade nos porões dos navios, assentaram de valer-se de outro meio, aliás menos vil do que este último, por isso mesmo que mediava uma luta na qual expunham suas vidas. Organizaram-se em *bandeiras* e começaram a ir prender índios bravos mui longe, e fora da jurisdição dos padres. Fizeram bem? Afirmá-lo fora tão pouco humano como defender menos nobremente qualquer outra escravidão. O certo é, porém, que os interesses do Estado não estão em alguns casos (temporariamente) de acordo com os sentimentos da mais generosa filantropia, que aliás desde séculos prega e proclama louvavelmente a Igreja... É assunto melindroso sobre que mais vale discorrer menos. Não se nos leve, porém, a mal se ousamos pedir que se deixe em paz a memória dos primeiros cristãos nascidos na terra sobre que foi embalado o nosso berço; quando os audazes aventureiros, a quem a nação brasileira deve a vastidão de suas fronteiras, tão acusados andam já por esse mundo não só de salteadores como também, abusando-se da significação dupla de uma palavra, de infiéis mestiços, e descrentes *mamalucos*.

Entretanto, baixara a lei de 11 de novembro de 1595[61] ordenando que se houvessem por livres todos os índios cativados em guerras não empreendidas por provisões assinadas pelo próprio

61 Conf. Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro,* **3**, 210. – (G.).

soberano, em cuja execução não se mostrou d. Francisco demasiado rigoroso em São Paulo.

Apesar disto, é certo que, durante o governo do mesmo d. Francisco, se aumentou ainda a preponderância dos jesuítas no governo do Brasil, como ficarem senhores não só da instrução pública, apresentando-se com os três colégios da Bahia, Rio e Pernambuco, no primeiro dos quais, além das primeiras letras e latim, ensinavam a teologia, mas também do governo e administração dos índios, pelo alvará de 26 de julho de 1596[62], que lhes concedeu esse privilégio, com preferência a todas as outras ordens e a todos. Do favor por d. Francisco concedido aos padres, pode-se ter ideia pelo seguinte fato: nas guerras contra os índios, teve Feliciano Coelho de incendiar e destruir algumas aldeias, onde pregavam os mesmos padres. Requereram estes ao governador para que Feliciano Coelho fosse obrigado a indenizá-los, por haver destruído aldeias que já *eram deles*, e o governador, longe de zelar pela jurisdição régia, despachou-lhes: "*Como pediam*". Coelho, ao contar o fato a el-rei, acrescenta: "Se V. M. não olha por isto, nem manda o que se há de fazer sobre este particular [dos índios], haverá grandes dissensões e rebeliões entre nós, e antes de muito nos degolaremos uns aos outros."

Às favoráveis informações do mesmo governador deveram ainda os padres os dois escandalosos alvarás de 20 de julho de 1604[63] para que os da Bahia pudessem apontar dos engenhos, onde houvesse açúcar, aqueles que escolhessem, sendo-lhes os seus três

62 Conf. Pizarro, ubi supra. – (G.).

63 Cópias desses alvarás no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino*, *Registro,* **1**, 43/45 v., e 49/51 v. – (G.).

mil cruzados de mantimento abonados nesse açúcar, avaliado a setecentos réis por arroba; e que os do Rio recebessem também em açúcar, ao mesmo preço, o seu conto de réis em Pernambuco, onde o açúcar era inquestionavelmente melhor do que no Rio.

Durante o governo de d. Francisco de Sousa, tomara grande incremento o comércio do Brasil com o rio da Prata[64]. Tivera origem em um navio mandado pelo bispo de Tucumã à Bahia, para comprar vestimentas eclesiásticas, o qual tantos lucros deixou que foi tendo imitadores. Apesar da tolerância que nisso houve, em virtude de união com Castela, era a prata que vinha para o Brasil avaliada em quinhentos mil cruzados. A corte castelhana havia permitido, por cédula de 20 de agosto de 1602, certo comércio de gêneros de Buenos Aires para o Brasil; mas em consulta de 26 de novembro de 1605, ordenara que se provesse de remédio ao dano que daí resultava às terras do rio da Prata.

Não faltaram acusações à corte contra desmandos e negligências de d. Francisco no governo do Estado, onde ficou sendo nomeado com apodo de d. Francisco *das Manhas*[65]. Já o capitão-mor da

---

64 Foi ao tempo do governo interino do bispo d. Antônio Barreiras e Cristóvão de Barros (1587-1591) que se abriu o comércio com o rio da Prata, por iniciativa do bispo de Tucumã, que mandou "o tesoureiro-mor de sua Sé a esta Bahia a buscar estudantes para ordenar, e coisas pertencentes à igreja, o que tudo levou e daí por diante não houve ano em que não fossem alguns navios de permissão real ou de arribada com fazendas, que lá muito estimam e cá o preço universal que por elas trazem", fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 330, 3ª ed., 1931. – (G.).

65 "O epíteto de *Manhas* – escreve Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 3ª ed., 1931, 247/248 – dado a d. Francisco tem servido de pretexto para insinuações malévolas contra o sétimo governador do Brasil, a partir de Varnhagen, cuja prevenção é manifesta. Basta

Paraíba, Feliciano Coelho, em carta ao rei de 20 de agosto de 1597, o havia acusado de gastar da Fazenda, construindo engenhos para si. O certo é que o governo da metrópole, três anos depois, ordenou expressamente que lhe fosse tirada a *residência* ou sindicância, louvável uso que era para os povos uma garantia de serem melhor governados, e para os governadores imediatos uma advertência para governarem melhor[66]. Essas ordens, passadas em 21 de julho e 16 de agosto de 1605, foram lembradas em 24 de abril do ano seguinte, sendo até em 30 de novembro designado para isso o magistrado. Mas, enquanto essas ordens se expediam em Portugal, d. Francisco punha em jogo todas as suas *manhas* e o favor dos jesuítas na corte da Espanha, e obtinha grandes concessões para descobrir minas, das quais nos ocuparemos mais ao diante.

Para suceder a d. Francisco de Sousa fora nomeado, em 20 de fevereiro de 1601, Diogo Botelho, do conselho do rei, e indivíduo mui distinto pelas suas luzes, probidade, caráter e tino de mando (XII).

---

ler com atenção o capítulo 23º [da *História do Brasil*, citada] para ver que Fr. Vicente votava a maior simpatia a d. Francisco de Sousa e não suspeitava de sua honestidade, que positivamente afirma [no capítulo 26°]. Escreveu Feliciano Coelho que o governador despendia a fazenda real na construção de engenhos para si, Hakluyt, **11**, 70; de tais engenhos não ficaram vestígios e ninguém mais falou. Feliciano Coelho estava despeitado porque d. Francisco decidiu a favor dos franciscanos as questões que com eles mantinha a propósito do governo temporal dos índios, e não lhes mandava em socorro os soldados que no Recife comiam ociosos os dinheiros d'el-rei." – Sobre as questões de Feliciano Coelho com as franciscanos, veja Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **2**, 63/71, Rio, 1858. – (G.).

66 *Residência* – exame ou informação que se tirava do procedimento do juiz ou governador a respeito da maneira por que procedia nas coisas de seu ofício, durante o tempo em que residiu na terra onde o exercia. – Dos crimes de residência não havia perdão. – Alvará de 13 de janeiro de 1607. – Cândido Mendes de Almeida, *Código Filipino*, **I**, pág. 112, nota. – (G.).

Foi-lhe elevado o ordenado a três mil cruzados, sendo-lhe conferido o título de "governador-geral", anteriormente apenas concedido a Lourenço da Veiga e a Francisco Giraldes, mas que seguiram tendo todos os sucessores do mesmo Botelho. Chegou este a dar alguns passos para vir com o título de vice-rei[67], o que não alcançou, concedendo-se-lhe, porém, o poder trazer consigo vinte homens para a sua guarda. Parece que vieram com este governador um mineiro alemão e um padre agostinho, castelhano de nação, para passarem às minas de S. Vicente[68], e que igualmente o acompanhou, como sargento-mor

---

67 Carta régia passada em Madri, a 24 de abril de 1609, mandando aos governadores (de Portugal) que vissem um memorial do governador Diogo Botelho: "Governadores, etc. – Diogo Botelho, que tenho provido do cargo de meu Governador do Estado do Brasil, me deu o memorial que vos será presentado com esta, em que pede se lhe dê o título de viso Rei pelas razões que para isto alega, por aquele Estado ter crescido muito, e ir crescendo, e merecer este título, assim como tem o da Índia, e que se lhe acrescente o ordenado dele, visto ser o que tem aquele cargo o antigo sem ser depois acrescentado, sendo a terra muito cara, e não ter o cargo outros proveitos, nem interesses de que possa viver; e assim pede o mais que vereis pelo dito memorial, e encomendo-vos que procedendo às informações necessárias, me aviseis do que vos parecer que será razão e conveniente que se com ele faça. – A própria a Diogo Velho." – Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, parte 1ª, março 116, nº 104. – Publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 50/60. – (G.).

68 Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 383, 3ª ed., 1931, diz que o governador trouxe consigo "dois religiosos graves de Nossa Senhora da Graça, da ordem de santo Agostinho, onde tinha um filho, para fundarem casa em Pernambuco, mas o povo o não consentiu, dizendo que não era capaz a terra de sustentar tantos religiosos graves, porque tinham já cá os da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo, do patriarca São Bento e de nosso seráfico padre São Francisco e assim, dando-lhes uma muito boa esmola, que com o favor do governador se tirou pelos engenhos, se tornaram para Lisboa". – Dois foram os mineiros que vieram então, João Munhoz de Puertos e Francisco Vilhalva, que a 22 de agosto de 1603 se apresentaram à Câmara de São Paulo com uma provisão de Diogo Botelho para fazerem diligências, ensaios e fundições acerca do ouro, prata e mais metais que naquela capitania

do Estado, o conspícuo e ativo Diogo de Campos, ao depois autor do importante *Livro da Razão do Estado do Brasil*, e escritor da conquista do Maranhão, e um dos chefes por ocasião da mesma conquista[69].

O governo de Botelho ofereceu um notável contraste com o do seu predecessor d. Francisco. Foi este de largos anos, de poucos o de Botelho; mostrou-se d. Francisco nimiamente tolerante com as faltas e desmandos, Botelho rígido e severo com os delinquentes e zeloso propugnador do justo e do honesto; sendo um dos magistrados de mais inteligência, honradez e energia que ao Brasil vieram, a ele votou muitas horas de cogitações, para procurar resolver as questões de maior transcendência na administração do Estado. Dedicou-se a estudar os abusos que existiam na cobrança dos tributos, de modo que fez elevar bastante as rendas do Estado, que davam em 1602 apenas cento e seis mil cruzados à metrópole. Propôs Botelho a

---

eram descobertos, por ter havido no conselho real certas contradições ao ouro que d. Francisco de Sousa mandara por Diogo de Quadros e outras pessoas da capitania: *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* **2**, 134. – Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil* citada, 256. – (G.).

69 Diogo de Campos Moreno, natural de Tânger, nasceu cerca de 1566, porque em 1603 se dava trinta e sete anos de idade pouco mais ou menos: *Correspondência de Diogo Botelho*, in *Revista do Instituto Histórico,* **73**, parte 1ª, 90. Militou nas guerras de Flandres no tempo de Alexandre Farnese e chegou a alferes do mestre de campo d. Carlos de Coloma; nessa guerra, em renhida e sangrenta escaramuça, por maio de 1592, recebeu grave ferimento que lhe deu um inimigo a cavalo, ao qual matou: Alonso Vasquez, *Los sucesos de Flandres y Francia del tiempo de Alejandro Farnese*, in *Colección de documentos inéditos para la Historia de España,* **74**, 273/274, Madri, 1880. Foi sogro de Pedro Teixeira, o da expedição de Quito: Manuel Barata, *A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 23, Pará, 1916. Era seu sobrinho Martim Soares Moreno, de assinalados serviços na conquista do Ceará: *Jornada do Maranhão*, in *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão,* **2**, 163, Rio, 1874. Foi o terceiro que teve a nomeação de sargento-mor do Estado. – (G.).

separação dos ofícios incompatíveis e o estabelecimento de ordenados aos empregados do fisco, que antes se pagavam por suas mãos, à razão de tantos por cento. Ao mesmo tempo procurou que não ficassem impunes os culpados em descaminhos da Fazenda pública[70], e os implicados em causas-crimes até de homicídio; opôs-se a que se estabelecessem novos conventos de frades ou se introduzissem os de freiras, admitindo-se apenas simples recolhimentos[71]; também se opôs aos aforamentos *in perpetuum*, que algumas câmaras haviam feito aos jesuítas, o que contribuiu a fazer-se deles e do bispo mui malquisto (XIII). Distinguiu-se por fim Botelho pelo modo como se dedicou a estudar as questões que tinham relação com a civilização dos índios. Botelho desaprovava – esta seria outra causa de queixa dos jesuítas – como ineficazes e menos úteis ao Estado os meios adotados pelos padres de os aldear coletivamente; e preferia antes a prática de trazê-los, embora com alguma quebra de sua liberdade, para os povoados, como, com êxito para a civilização, se praticou nos

---

70 Antônio da Rocha, escrivão da alfândega de Pernambuco, e Antônio Vaz, dono da ilha de Santo Antônio, porteiro e juiz das execuções. – (A.). – Da *Correspondência de Diogo Botelho* citada, não consta nenhum procedimento contra Antônio da Rocha, escrivão da Fazenda, cujo nome completo era Antônio da Rocha Bezerra. Aliás, esse parece ter sido amigo do governador: foi seu companheiro de viagem para o Brasil e quem o induziu a vir a Pernambuco, como adiante se referirá. De Antônio Vaz se ocupará outra nota. – A ilha de Santo Antônio só ficou assim conhecida a partir de 1606, depois que os religiosos franciscanos ali edificaram seu convento sob a invocação de Santo Antônio. Antes chamou-se de Marcos André, de Antônio Vaz e de Belchior Alves, seus sucessivos proprietários. A ilha compreende os populosos bairros de Santo Antônio e São José, da capital pernambucana. – (G.).

71 Carta régia de 2 de setembro de 1603, d. Isabel de Albuquerque já em 15 de abril de 1606 estava em um recolhimento, em Olinda. – (A.). – Conf. Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **2**, 379, Rio, 1858. A carta régia citada lê-se em J.J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **2**, 22. – (G.).

estados hispano-americanos, no que tampouco teve quem fosse de sua opinião[72].

Deixando, porém, para depois, o darmos conta dos trabalhos propriamente da iniciativa do novo governador, ocupemo-nos primeiro de um que ele encontrou, por assim dizer, já preparado pela força dos acontecimentos, como sucedera ao da ocupação do Rio Grande, no tempo do seu predecessor. Referimo-nos à exploração da costa mais além, e aos primeiros esforços para continuar, com a própria gente do Brasil, a colonização para essa banda, devida à iniciativa do infeliz e malogrado Pero Coelho de Sousa.

Pero Coelho, cunhado de Frutuoso Barbosa, depois de haver sido capitão de uma galé d'el-rei, se estabelecera na Paraíba e fora aí vereador da câmara pelos anos de 1590. À vista dos resultados já adquiridos na própria Paraíba e em Sergipe e no Rio Grande, levantou o pensamento a fundar, à sua custa e de alguns sócios mais, uma nova capitania no Ceará, e obteve para isso da corte a patente de capitão-mor e mais concessões, como indenização de haver el-rei retirado ao seu cunhado a Paraíba, que lhe havia doado.

Competentemente ajudado por Diogo Botelho, que ainda se achava em Pernambuco, começou Pero Coelho em preparativos[73],

---

72 Consultas de 31 de janeiro e de 21 de julho de 1605. Antes a carta régia de 30 de abril de 1604 mandara ouvir sobre isso reservadamente o bispo e o ouvidor-geral. As respostas foram as provisões de 5 de junho de 1605 e de 4 de março de 1608. – (A.).

73 O regimento dado a Pero Coelho de Sousa é de 21 de janeiro de 1603, *Correspondência de Diogo Botelho*, 44/46. A 26 o governador reuniu em conselho Manuel Mascaranhas, Feliciano Coelho de Carvalho, o desembargador Gaspar de Figueiredo Homem, Diogo de Campos Moreno e o capitão João Barbosa de Almeida e lhes propôs a jornada, apresentando as razões que tinha para mandar fazê-la. Foi de contrário parecer Manuel Mascaranhas, pelos motivos que deu e

e, depois de haver despachado da Paraíba três barcos com pólvora, munições e mantimentos para o rio Jaguaribe, partiu ele (em julho de 1603) por terra, com sessenta e cinco soldados e duzentos índios frecheiros, indo estes às ordens de seus principais *Batatã*, *Caraguatim*, *Mandiocapuba* e *Guaratinguirá* (petiguar este e tabajaras os três primeiros), e sendo cabos daqueles Martim Soares Moreno[74], Simão Nunes Correia e Manuel de Miranda.

Chegado ao Ceará, onde já se achavam a esperá-lo os três barcos, conseguiu em pouco tempo fazer pazes com os índios vizinhos, que se propuseram acompanhá-lo até as férteis veigas da serra de Ibiapaba[75].

---

não constam do auto lavrado, *Correspondência*, 41/43, onde Pero Coelho vem qualificado como "homem nobre e fidalgo, casado e morador neste Estado, soldado velho, que se achou em muitas jornadas e reinos estrangeiros..." – (G.).

74 Martim Soares Moreno, na *Relação do Ceará*, in *Tricentenário do Ceará*, 191, Fortaleza, 1903, escreveu: "Sendo de pouca idade passei ao Brasil por soldado, em companhia do governador Diogo Botelho, logo que cheguei a Pernambuco fui com o capitão-mor Pero Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e Seara e Mel Redondo, servindo de soldado..." Diogo de Campos Moreno, seu tio, diz que "de mui pequeno o havia mandado com Pero Coelho de Sousa, para que servindo naquela entrada aprendesse a língua dos índios, e seus costumes, dando-se com eles, e fazendo-se seu mui familiar, e parente, ou *compadre*, como eles dizem", *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, 163. – Teria nascido em 1586 e contaria de dezessete a dezoito anos: barão de Studart, *Tricentenário do Ceará*, citado, 142. Aos três cabos mencionados pelo autor devem-se juntar João Cide, João Vaz Tatapirica e Pedro Congatã, que também tomaram parte na jornada; fr. Vicente da Salvador, *História do Brasil*, 386, 3ª ed., 1931. Pedro Fernandes Congatã vivia ainda em 1618 na Torre de Garcia d'Ávila, na Bahia. Em carta de 31 de março daquele ano, o rei lembrava a d. Luís de Sousa a conveniência de mandá-lo e a Antônio Afonso, que vivia em Pernambuco, para servirem nas conquistas do Maranhão e Pará, por serem línguas mui suficientes e de capacidade para aquietarem o gentio delas, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 61/62.

75 Segundo G. Dias, *Dic. da Língua Tupi,* 65, terras quebradas (aliás, terra talhada); parece-nos porém, mais acertada a etimologia de "fim da terra". – (A.). – Veja tomo **I**, seção XI, pág. 318. – (G.).

Dirigiram-se, pois, ao longo da costa à foz do Camucim, onde chegaram a 18 de janeiro de 1604, e logo no dia seguinte se encaminharam para o sertão. Meia légua antes de chegarem ao pé da serra, foram recebidos com muitas frechadas, e até com tiros de mosquete, que disparavam sete franceses, que aí estavam com os índios.

Os nossos, obrigando os contrários a retirarem-se, avançaram até com duas horas de sol e situaram-se no pé da serra, em um sítio onde não tinham lenha nem água; e em que foram hostilizados grande parte da noite, até que um aguaceiro, que caiu pela madrugada, veio a saciá-los, e a carne de um cavalo que ainda levavam serviu, de manhã, de refeição aos soldados unicamente; pois não poderia chegar a todos que, entre grandes e pequenos, passavam de cinco mil almas.

Às 10 horas da manhã, ouviu-se um toque de corneta[76] entre os da serra: e um dos línguas que levava Pero Coelho, e que era francês, designado pelos nossos com a alcunha de o *Tuim-mirim*, alcunha que lhe teriam dado os índios [77], lhe pediu licença para corresponder

---

76 Uma trombeta bastarda, diz fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 388. 3ª ed., 1931. Segundo Bluteau, *Vocabulário,* **2**, 64, *trombeta bastarda*, ou *bastarda* sem mais nada "he [aquela] cujo som he hum mixto entre o som forte, e grave da trombeta legitima, e o som delicado, e agudo do clarim." – Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos*, 265. – (G.).

77 Da tendência dos índios a darem aos estrangeiros alcunhas apropriadas, trata o p. Yves d'Évreux (ed. de 1869, pág. 211), chegando a citar o caso, que bem poderia ser o deste intérprete, de haverem designado por "papagaio pequeno" [*Petit Perroquet*, *Parce qui'il ne faisait que parler*] a um francês mui falador. Porventura seria também pequeno de estatura. – (A.). – Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão*, 159, chama-o *Otuimiri*, evidente prótese do artigo; qualifica-o de grande piloto da costa, sem o qual o capitão-mor não fizera nada. – *Tuí* ou *tuim* é nome genérico tupi de psitacídeos pequenos. – (G).

ao toque, indo à fala, com os seus compatriotas do partido contrário, o que lhe foi concedido pelo capitão-mor; mas dessa entrevista nenhum proveito resultou, pois às duas horas começou uma peleja que durou até à noite, em que eles se retiraram a uma cerca que tinham no alto, a qual, sendo atacada, dezessete dos nossos ficaram mortos e vários feridos. No dia seguinte, à custa de novas perdas, foi tomada aquela cerca, a cuja defesa ajudavam dezesseis franceses, com seus mosquetes. Nela foram encontrados muitos mantimentos, de modo que os nossos aí descansaram durante vinte dias, no fim dos quais passaram a tomar mais duas cercas de *Jeropari-açu* (*Diabo Grande*) e de outro principal, cujo nome os nossos disseram *Mel Redondo* (*Irapuã)*[78], ficando nesta última prisioneiros dez franceses, que Coelho depois mandou ao governador Diogo Botelho[79]. Aos que escaparam, perseguiram os nossos quatro jornadas; e conseguindo parlamentar com os índios, pela mediação dos próprios franceses, que com eles estavam, vieram a pazes; reunindo-se milhares deles, como o dito seu principal *Mel Redondo* e mais outro denominado

78 *Eyre apauä*, diz Abbeville (fl. 319), significava *Mel redondo* e era o nome que davam os índios a uma estrela, a qual "*parait fort ronde et est fort agréable à voir*". – (A.). – Conf. *Glossário* anexo à *Histoire de la Mission des Pères Capucins*, Paris, 1922, pág. 29. – (G.).

79 "Do que chegando [a Paraíba, Pero Coelho] deu conta ao governador-geral Diogo Botelho, e lhe mandou de presente os dez franceses e muito gentio"; fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 390/391, 3ª ed., 1931. Os franceses haviam se estabelecido em Ibiapaba entre 1590 e 1594; seu chefe chamava-se Mombile ou Bombile; barão de Studart, *Tricetenário do Ceará,* **52**. – M. de Mombile, lê-se em La Rancière, *Histoire de la Marine Française*, citada, **IV**, pág. 340. Era um dos derrelitos da expedição de Jacques Rifault, que se recolheram à serra de Ibiapaba, não longe do Camucim, onde, em 1603, com os índios aliados, tentaram barrar o caminho à coluna de Pero Coelho de Sousa. – (G.).

Abá-una[80]. Com todos se dirigiu Pero Coelho ao Parnaíba, por eles chamado Punaré, e projetava seguir até o Maranhão, quarenta léguas mais avante; mas não o realizou, por se lhe oporem os seus, que andavam já enfadados e seminus.

Viu-se, pois, Coelho obrigado a regressar ao Ceará. E deixando aí por capitão a Simão Nunes Correia, com quarenta e cinco soldados e muitos índios, voltou à Paraíba, a buscar sua mulher e filhos e a solicitar alguns auxílios. Tardou, porém, Coelho em regressar ano e meio – muito mais do que desejava e do que esperavam Simão Nunes Correia e os cabos e soldados, que haviam ficado às suas ordens e que se haviam recolhido a um forte, que construíram[81]. Chegando afinal o capitão-mor com a sua família, em uma caravela, explicou como principal causa da demora os trabalhos que passara, a fim de alcançar os auxílios que a colônia necessitava, e os quais por último havia conseguido, e não tardariam a chegar em outro barco.

Diogo Botelho não se havia descuidado em fazer partir de Pernambuco esses auxílios, gastando, por conta da "imposição" dos vinhos, mil cruzados, dos quais se deveria embolsar a Fazenda Pública com certo número de índios que fossem cativados legalmente na nova conquista. Infelizmente, tais auxílios foram confiados a um João Soromenho, o qual, em vez de levá-los a Pero Coelho, passou a cativar

---

80 *Ubaúna* lê-se em fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, citada, 390. – (G.).

81 Era um fortim de taipa, que teve o nome de Santiago: barão de Studart, *Tricentenário do Ceará*, 53. O livro *Razão do Estado do Brasil* traz um mapa que conserva o nome de Santiago ao fortim à margem do rio Ceará. Esse nome seria substituído pelo de *São Bastião*, que assinala aquele local no mapa junto ao *Diário da expedição de Matias Beck*, na tradução de Alfredo de Carvalho, *in Tricentenário*, citado. – (G.).

índios, sem respeitar os que já estavam de paz; e com esses cativos regressou, a vendê-los; de modo que foi necessário vir depois ordem[82] para serem libertados, castigando-se o dito Soromenho. Entretanto, o socorro prometido pelo capitão-mor aos colonos não chegava, e eles, vendo-se faltos de roupa e de mantimento, naquela paragem denominada "Nova Lisboa"[83], requereram ao capitão-mor que pelo menos se transferissem para mais junto de terra povoada, isto é, do Rio Grande, a fim de poderem daí obter mais facilmente quanto carecessem.

Deferiu-lhes o capitão-mor e com todos passou à foz do Jaguaribe, fixando-se na sua margem esquerda, protegidos por um forte, que provavelmente seria o mesmo que encontramos nessa paragem designado com o nome de São Lourenço. Mas sucedeu que Simão Nunes Correia, com a maior parte dos colonos, cansados de novas esperas, daí se passou à outra margem e regressou para o Rio Grande, deixando o capitão-mor e sua família só com dezoito soldados, mais ou menos estropiados, havendo-os também abandonado os índios, que não se conformavam com o residir em terra tão ingrata, como é essa parte do litoral, junto da costa.

---

82 Soromenho foi mandado prender por provisão régia de 19 de setembro de 1696, e os índios foram restituídos à sua terra, com mantimentos e ferramentas. Carta da Câmara de Olinda, de 10 de dezembro de 1608. – (A.). – Desta carta existe cópia na Biblioteca Nacional. Em carta régia de 7 de junho de 1607 a Diogo Botelho comunicava-se-lhe que João Soromenho corria seu livramento com as culpas que tinham ido do Brasil contra ele, e se livrava ante os corregedores da corte; *Correspondência*, 20. – Soromenho expirou no Limoeiro: Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, 254, 3ª ed., 1931. – (G.).

83 *Nova Lisboa* era a povoação ou arraial que o capitão-mor fundou à margem direita do rio Ceará; *Nova Lusitânia* foi chamada a terra de que se apossara: barão de Studart, *Tricentenário do Ceará*, 52. – (G.).

Vendo-se Pero Coelho assim abandonado naquelas inóspitas plagas, sem um bote ou jangada às suas ordens, nem recursos com que construí-lo, resolveu regressar também para o Rio Grande, com os poucos que haviam permanecido a seu lado e sua mulher e cinco filhos. A estes fez caminhar adiante, seguindo-se os soldados e detrás de todos ele e a mulher.

Logo na primeira jornada começaram os trabalhos. Caminhavam pela areia, e quando o sol a aqueceu, sentiam as crianças doloridos os pés, e causava compunção o seu choro, que era acompanhado da lástima dos soldados e dos gemidos da pobre mãe.

No segundo dia, já o capitão-mor teve que carregar dois filhos pequenos, que não podiam mais andar; e começaram as queixas pela falta da água, o que não se remediou senão no dia seguinte em que, encontrando uma cacimba, descansaram todos juntos dela dois dias. No sexto dia a marcha se efetuou com grandes receios dos índios selvagens vizinhos, dos quais se viam de longe fumaças, e se tiveram por de inimigos. Mas, dentro de pouco, se apresentaram outros dois inimigos piores na fome e na sede, das quais começaram a morrer alguns.

O primeiro que se enterrou foi um carpinteiro; e nesta ocasião os que já não podiam andar disseram ao capitão-mor que os deixasse ali ficar, que com a morte se lhes acabariam os trabalhos, como sucedia àquele que ali sepultavam.

Animados, entretanto, por Pero Coelho, prosseguiram a marcha, mas não tardou a morrer outro homem; e então d. Tomásia, que assim se chamava a mulher do capitão-mor, ao ver-se com os seus filhos em redor de si, dizendo-lhe que não podiam mais com tanto

sofrimento e que antes queriam morrer como aquele homem, começou a chorar e a dizer ao marido que salvasse ele a vida, que ela antes morreria ali em companhia de seus filhos. Ouvindo tais exclamações, também os soldados choravam, e o capitão-mor, graças à sua muita constância, animava a todos, prometendo-lhes que dentro de pouco encontrariam água. Mas as duas cacimbas que encontraram, chamadas *Amargosa* e *Guamaré,*[84] eram tais, que ninguém delas podia beber. Em câmbio, tiveram que passar uns mangues, com o lodo até a cintura, onde ao menos encontraram alimento em uns caranguejos aratus, que comiam tais como os tomavam.

Dali marcharam para as Salinas vários dias; e, estando nelas, viram passar um barco, mas não conseguiram ser dele vistos e, pouco depois, morreu o filho mais velho do capitão-mor, de dezoito anos de idade, e se pode fazer ideia de como ficaram os pais, acabando de perder o ânimo todos os soldados, que se viam tão fracos que o menor vento os derribava. Felizmente, por uma singular reação, agora que todos os homens perdiam o ânimo, recobrava-o d. Tomásia e a esta circunstância providencial deveu a mísera caravana o chegar até o Rio Grande, bem que todos desfigurados como cadáveres, e o capitão-mor mais morto que vivo, de modo que daí a poucos dias entregou a alma ao criador[85].

---

84 Água-amargosa e Água-maré, em fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 410, 3ª ed., 1931. Água-maré é deturpação do tupi *Guamaré*. Conf. Cândido Mendes, *Memórias do Maranhão,* **2**, 180, Rio, 1874. – (G.).

85 Diogo de Campos Moreno, *Jornada*, 161, comparou a desgraça de Pero Coelho de Sousa com a de Manuel de Sousa de Sepúlveda na terra dos cafres, depois de lastimoso naufrágio: Couto, *Décadas*, **VI**, liv. IX, cap. XXII; Camões, *Lusíadas*, canto V, estrofes XLVI, XLVII e XLVIII. – Pero Coelho não morreu no Rio Grande, logo após sua chegada. O final desse triste sucesso relata

Apesar do completo malogro dessa tentativa para se colonizar o Ceará, ela não foi de todo infrutuosa; o território por essa banda foi explorado, ficando, em todo caso, no Brasil alguns que se fizeram práticos dele, entre os quais devemos contemplar em primeiro lugar a Martim Soares Moreno, que depois veio a ser o verdadeiro fundador da capitania do Ceará. Honremos, pois, a memória do infeliz capitão-mor Pero Coelho de Sousa, que tanto trabalhou, sendo inocente vítima de seus próprios esforços e da maldade alheia[86].

---

fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 411, 3ª ed., 1931, "...estavam tão fracos que o vento os derribava, e assim se iam deitando pela praia até que o capitão, que se havia adiantado cinco ou seis léguas com dois soldados mais valentes a buscar água, tornou com dois cabaços dela, com que os refrigerou para poderem andar mais um pouco, donde viram pela praia vir uns vultos de pessoas, e era o padre vigário do Rio Grande, o qual pelo que lhe disseram os soldados fugidos os vinha esperar com muitos índios e redes para os levarem, muita água e mantimentos, e um crucifixo em a mão, que em chegando deu a beijar ao capitão e aos mais, o que fizeram com muita devoção e alegria, com muitas lágrimas, não derramando menos o vigário, vendo aquele espetáculo, que não pareciam mais que caveiras sobre ossos, como se sói pintar a morte. E com muita caridade os levou e teve no Rio Grande até que se foram pera a Paraíba, donde Pero Coelho de Sousa se foi ao reino requerer seus serviços e, depois de gastar na corte de Madri alguns anos sem haver despacho, se veio viver a Lisboa, sem tornar mais a sua casa". – (G.).

86 Nem todos participam desses sentimentos quanto ao infeliz capitão-mor. Acusam-no de violências e crueldades com relação aos índios, do que houve autos e devassa, sendo tido por injusto o cativeiro dos mesmos índios por parecer dos desembargadores – Francisco Sotil de Siqueira e Baltasar Ferraz, na Bahia, em março de 1605: *Correspondência de Diogo Botelho*, 51/55. Por carta régia de 22 de setembro de 1605, o rei aprovou o procedimento de Botelho, não dando execução à sentença do ouvidor-geral, que considerou cativos aqueles índios. – Diogo de Campos Moreno, in *Memórias do Maranhão*, *Jornada*, 161, refere-se às desordens "que chegarão a estado a Pero Coelho de Sousa... desamparado dos seus, e quase mais vendido do que foram os que ele vendeu..." – Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 391, 3ª ed., 1931, diz "que o governador lhe prometeu mandar [ajuda] e não mandou por depois por ser informado que se cativavam por esta via os índios injustamente e os traziam a vender..." – Berredo, *Anais históricos do*

Enquanto Diogo Botelho aguardava o resultado dos esforços de Pero Coelho para colonizar o Ceará, chegavam-lhe a Pernambuco notícias que os Ilhéus e até a Bahia, onde estava de capitão Álvaro de Carvalho, se achavam em grande aperto, em virtude das sucessivas invasões dos audazes e cruéis aimorés, que já ameaçavam as imediações da própria capital do Estado. Entendeu-se o governador com Manuel Mascaranhas, que até esse ano fora capitão-mor de Pernambuco (passando logo a sê-lo Alexandre de Moura), o qual conseguiu arrebanhar do Rio Grande uns oitocentos petiguares[87], que se embarcaram em Pernambuco com a promessa de que, acabado o perigo, regressariam aos seus; fato este que nos faz duvidar que, ao ano anterior, e não a alguns antes[88], aludisse certo autor referindo uma revolta dos mesmos petiguares, cercando na cidade de Natal a Feliciano Coelho, onde o viera ajudar o dito Mascaranhas; quando não consta que, depois de confiada a cidade do Natal ao mando interino de Jerônimo de Albuquerque (o qual só depois de 1603 o teve efetivo por seis anos por nomeação régia), houvesse contra a mesma povoação nenhum ataque de índios.

Chegados à Bahia os nossos oitocentos frecheiros petiguares[89], tendo por principal chefe ao *Sorobabé*, e tratando o capitão dessa

---

Maranhão, §104, narrando os sofrimentos e trabalhos do capitão-mor, diz que foram "merecido castigo do seu procedimento no cativeiro a que condenou tanto gentilismo sem respeito algum nem ainda ao direito das gentes nos privilégios da hospitalidade". – Entre os modernos historiadores, leia-se o que escreveu o barão de Studart, *Tricentenário do Ceará*, 55/58. – (G.).

87 Veja a nota seguinte quanto ao número desses petiguares. – (G.).

88 Em todas as edições desta *História* consta "fato este que nos faz duvidar que, ao ano anterior, e não a alguns antes". – (N. do E.).

89 Mais de mil e trezentos frecheiros petiguares, diz uma certidão da Câmara de Olinda, passada em 15 de março de 1603; Correspondência de Diogo

capital de dividi-los, enviando partes deles ao lugar de maior perigo, que era nos Ilhéus, chegaram a apresentar resistência contra a ordem para semelhante separação; mas cederam às persuasões dos padres da Companhia e ao aparato de força, inclusivamente, de outros índios, com que se viram ameaçados, e seguiram para os Ilhéus os que foram mandados.

Felizmente, graças às artes de Álvaro Rodrigues da Cachoeira[90], muitos dos aimorés foram reduzidos, e o perigo passou, mas foi logo

---

Botelho, 28; viajaram esses frecheiros em seis caravelas, ib., 30; o número certo de mil e trezentos consta do mesmo documento, ib., 62; mas se eleva a mil e quinhentos, transportados em sete navios, ib., 185. – Baltasar de Aragão, senhor de engenho, abonando os serviços de Diogo Botelho, depôs na Bahia, em 9 de fevereiro de 1608, que "pareceu cousa milagrosa trazer-se petiguares forros a esta capitania, embarcados, para fazerem a dita guerra [aos aimorés], e ouviu dizer que Sua Majestade tinha encomendado aos governadores passados a trazida dos ditos petiguares, mas nunca houve naquele tempo efeito disso, que parecia impossível", ib., 190. Outro depoente, João da Fonseca, cavaleiro fidalgo e alferes dos homens de cavalos, disse que foi "cousa nova e de admiração", ib., 194. – (G.).

90 Assim o assegurou positivamente, depois dele morto, o governador d. Diogo de Meneses, em carta ao rei, de julho de 1609, pedindo para o filho Afonso um hábito de Cristo, e dizendo "Álvaro Rodrigues, por sobrenome o da Cachoeira, onde vivia, este foi o que fez as pazes com os aimorés por lhe terem grão respeito e amizade. E nela ficaram com seus filhos, e lhes obedecem hoje como sol", etc. – A carta de d. Diogo de Meneses, de julho de 1609, é desconhecida no Rio; mas não faz falta, porque fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 378/379, 3ª ed., 1931, informa o suficiente sobre o assunto: "... Mas, posto que as amedrontaram [aos aimorés] e fizeram muito, não ficou de todo o mal remediado, nem deixara de ir muito avante depois de tornados os petiguares, que em breve tempo voltaram para a Paraíba, se Deus não tem outro meio mais fácil e eficaz remédio, por meio de uma fêmea aimoré, que Álvaro Rodrigues da Cachoeira tomou com o seu gentio em um assalto, à qual ensinou a língua dos nossos tupinambás, e aprendeu e fez a alguns nossos aprender a sua. Fez-lhe bom tratamento, praticou-lhe os mistérios da nossa santa fé católica, que é necessário crer um cristão, batizou-a e chamou-lhe Margarida. Depois de bem instruída e afetada a nós, vestiu-a de sua camisa

sucedido de outro, não do lado do sul, mas sim do norte da Bahia. Provinha o novo perigo de um grande número de pretos fugidos dos engenhos da Bahia e das fazendas de Sergipe que, em grandes mocambos, se haviam agrupado nos palmares do rio Itapicuru.

Lembrou-se felizmente, então, o governador, que já se achava na Bahia, havendo deixado a Alexandre de Moura a superintendência das capitanias do norte, o confiar aos próprios petiguares o limparem este distrito, oferecendo-lhes desde logo a propriedade dos pretos que conseguissem aprisionar, e o poderem recolher às suas terras, apenas acabada a guerra. Reuniram-se todos os petiguares, que por terra marcharam para o distrito levantado, e tão hábil e valorosamente se conduziram que reduziram os mocambos, efetuando alguns centenares de prisioneiros, que distribuíram entre si, havendo sido um dos que mais se distinguiram e foram bem aquinhoados o jovem Camarão[91], ao depois célebre nas guerras contra os holandeses.

---

ou saco de pano de algodão, que é o traje das nossas índias, deu-lhe rede em que dormisse, espelhos, pentes, facas, vinho e o mais que ela pôde carregar, e mandou-a que fosse desenganar os seus, como fez, mostrando-lhes que aquele era o vinho que bebíamos, e não o seu sangue, como eles cuidavam, e a carne que comíamos era de vaca e outros animais e não humana; que não andávamos nus, nem dormíamos pela terra, como eles, senão em aquelas redes, que logo armou em duas árvores e nem um ficou que se não deitasse nela e se não penteasse e visse no espelho. Com o que, certificados que queríamos sua amizade, se atreveram alguns mancebos a vir com ela à casa do dito Álvaro Rodrigues na cachoeira do rio Paraguaçu, donde ele os trouxe a esta cidade ao capitão-mor Álvaro de Carvalho, que logo os mandou vestir de pano vermelho e mostrar-lhes a cidade, onde não havia casa de venda ou taberna em que não os convidassem e brindassem. Com o que mui certificados foram acabar de desenganar os companheiros, e se fez paz com os aimorés em toda esta costa." – Conf. Fernão Guerreiro, *Relação anual das cousas do Brasil*, in *Memórias do Maranhão,* **2**, 533/534; *Anais da Biblioteca Nacional,* **26**, 346. – (G.).

91 Assim o lemos em uma antiga relação anônima ms., da sujeição dos outros mocambos do lado do norte do rio São Francisco, que depois foram

Do *Sorobabé*, ou talvez antes *Sorô-bêbê* [92], sabemos que, com estas novas glórias e riquezas, chegou a enfatuar-se tanto que, regressando com os seus a Pernambuco, não quis apresentar-se de volta no Rio Grande senão com grande estado. Para o que, com o produto dos pretos dos Palmares que lhe couberam, comprou bandeira de campo, tambor, cavalo ajaezado, ricos vestuários, e só depois prosseguiu, fazendo-se preceder de um índio brandindo uma espada. No Rio Grande armou rixas com os padres franciscanos, por não terem tido, à sua chegada, as igrejas enramadas, nem haverem vindo a esperá-lo, nem mandarem os *columins* para o festejarem com cantos e comédias. E tão insuportável se fez a todos, principalmente quando bebia, que os habitantes se viram obrigados a prendê-lo e a enviá-lo para Pernambuco, donde, por ordem da corte[93], foi embarcado para Lisboa e daí mandado internar para Évora, onde veio a falecer.

---

submetidos pelos paulistas, também com índios. – De Pernambuco mandou Diogo Botelho uma expedição aos Palmares, onde se ajuntavam os negros fugidos da capitania, que faziam muito mal nela; comandou essa estrada Bartolomeu Bezerra: *Correspondência*, 86. – Conf. fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 396, 3ª ed., 1931. – O "jovem Camarão" não podia ter tomado parte nessa expedição aos Palmares, como depois se verá. – (G.).

92 Sobre a etimologia deste nome veja *Glossário* anexo à *Histoire de la Mission*, de Abbeville, 60, Paris, 1922. – (G.).

93 Depois de 4 de dezembro de 1608, pois nesta data escrevia d. Diogo de Meneses que o enviaria, como S. M. mandava. – Meneses escrevia *Zorobabeu*, nome da Bíblia. – (A.). – "O Zorobabel mandarei como V. M. manda e é mui acertado, porque fica V. M. segurado dele, e não vê o gentio matá-lo, podendo haver nisso alguma novidade, não de alevantamento, que nunca mais terão ânimo para isso, mas de se poderem ir pela terra dentro, que será descomodidade..." – Carta de d. Diogo de Meneses, da data supra, ao rei: Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, parte 1ª, maço 115, nº 53. – Publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 41/46. – Para mais informações, ver fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 402/403, 3ª ed., 1931. – (G.).

Enquanto, porém, no Ceará, nos Ilhéus e no Itapicuru se passavam os importantes sucessos que historiamos, o governador seguia ocupando-se, já na Bahia, de outros muitos assuntos da administração.

Em 1603 favoreceu a introdução da indústria da pesca das baleias, à qual deu nesse ano princípio na Bahia um biscainho chamado Pedro de Urecha[94], que trouxe para isso dois barcos e alguma gente de Biscaia. Esta indústria desenvolveu-se de tal modo que, logo daí a poucos anos, começou a arrematar-se o contrato dela a seiscentos mil-réis por ano.

A renda do Estado consistia, além da do estanco do pau-brasil, nos dízimos, que a junta de Portugal em Castela, em agosto de 1601, dera por seis anos a Gabriel Ribeiro, na razão de quarenta e dois contos de réis por ano, havendo sido orçados então os gastos anuais nessa quantia e mais 351$867 de réis; a saber: Rio Grande, 3:225$180; Paraíba, 2:255$070; Itamaracá, 398$660; Pernambuco, 12:528$8417; Sergipe, 296$000; Bahia, 19:732$600; Ilhéus, 40$000; Porto Seguro, 40$000; Espírito Santo, 353$120; Rio de Janeiro, 2:005$000; São Vicente e Santo Amaro, 1:467$820.

Por esse tempo, quase todas as rendas de Portugal e suas colônias eram dadas por contratos, e às vezes sem fianças, de modo que com frequência os contratadores faliam insolúveis.

---

94 Pedro de Urecha veio do reino com Diogo Botelho. Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil,* citada, 396/399, faz interessante descrição da pesca da baleia. – Segundo Acióli, *Memórias,* **1**, 426, 2ª ed., Urecha teve em recompensa levar os dois navios carregados de azeite, que apurou, sem pagar direitos. – (G.).

O dito Gabriel Ribeiro em 1605 desistiu, em Valladolid, de dois anos do desta renda, sendo-lhe perdoados vinte e um contos de réis que estava devendo[95].

O estanco do pau-brasil se arrendou pelo São João de 1602, por dez anos, a João Nunes Correia e Luís Godin, na razão de vinte e um contos de réis por ano; porém, em 21 de julho de 1603, se fez com o dito João Nunes novo contrato de composição, ficando desobrigado, e abonando sessenta e três contos de réis. Sendo mandadas liquidar essas contas, em 21 de janeiro de 1606, resultou que os procuradores dos contratadores deviam à Fazenda 61:776$000 réis.

Em meados de 1604 forçaram o porto da Bahia sete navios holandeses e conseguiram nele tomar uma urca, que estava carregada, e queimar outra. Comandava essa esquadra, segundo lemos, Paulus van Caarden (XIV). O governador-geral e o capitão da cidade cuidaram, com toda a atividade, de resguardar a esta, contra qualquer tentativa de desembarque; e a metrópole que, já desde 24 de

---

95 Esse Gabriel Ribeiro contratador dos dízimos do Estado, por seu irmão e procurador Francisco Ribeiro, foi um dos que tentaram peitar Diogo Botelho, com a quantia de quinze mil cruzados, em certa ocasião que houve no tocante aos mesmos dízimos: *Correspondência de Diogo Botelho*, 211/212. – Em 1618 era el-rei informado, por via de pessoas seguras residentes em Flandres, que d. Manuel, filho de d. Antônio, prior do Crato, estava em correspondência com Francisco Ribeiro, capitão na Paraíba, que tinha parentes judeus na Holanda. Constava ainda que d. Manuel enviara a um sobrinho de Gabriel Ribeiro ao Brasil com navios flamengos, que eram esperados por Francisco Ribeiro. À Holanda havia chegado um frade de São Francisco, chamado fr. Pedro da Anunciação, conivente nos negócios dos Ribeiros. De tudo isso avisava el-rei ao governador-geral d. Luís de Sousa, em carta de 24 de setembro daquele ano, recomendando que estivesse vigilante, para que, vindo à costa do Brasil navios da Holanda, não pudessem efetuar seus intentos. – Conf. *Anais do Museu Paulista,* **3**, 2ª parte, 77, São Paulo, 1927. – (G.).

novembro, fora pelo capitão de Pernambuco, Alexandre de Moura, informada do sucedido, mandava logo (22 de fevereiro de 1605) louvar e agradecer a Diogo Botelho a vigilância que tivera[96]; atendendo depois à petição, que este mandara fazer, pelo sargento-mor Diogo de Campos, de mais artilheiros e mosqueteiros em todos os postos fortificados do Brasil. Pelo mesmo Diogo de Campos foi então o governo da metrópole informado do descobrimento da costa setentrional, desde o Rio Grande até o Maranhão[97], bem como das explorações feitas nos Abrolhos e Ilhéus de Martim Vaz e Trindade, as quais foram mandadas aprovar e agradecer[98] ao governador, não se lhe deferindo, porém, a um pedido que dirigira, pela mesma ocasião, para mandar fazer dois galeões.

---

96 A carta de agradecimento foi escrita a 21 de março, mas assinada a 10 de maio de 1605; responde a carta do governador, de 8 de setembro de 1604, em que dá conta do ataque à Bahia: *Correspondência* citada, 4. – (G.).

97 Provisão de 15 de março de 1605. – (A.).

98 Provisões de 27 e 31 de outubro de 1605. – (A.). – Cartas régias de 27 de outubro de 1604 e de 22 de agosto de 1605: *Correspondência de Diogo Botelho*, 2/3, 8. – O *item* dezessete da alegação de serviços do governador diz que provará "em como mandou em seu tempo fazer o descobrimento e sonda dos Abrolhos e das ilhas da Trindade e Martim Vaz nesta costa do Brasil, por mandado de sua majestade, por ser negócio mui importante à navegação das naus das Índias e mais armadas que arribavam os mais dos anos, por causa dos ditos Abrolhos, com grande perda da fazenda de sua majestade e dano de seus vassalos, ao que mandou quatro caravelas e algumas embarcações do Reino, e se conseguiu o efeito que sua majestade pretendia, em grande utilidade de seu serviço, e o mandou pôr na carta de marear, e lhe deu os agradecimentos disso por carta sua". – *Correspondência*, 188. Diversas testemunhas juraram a verdade desse *item*. – Pimental, *Arte de navegar*, 208, Lisboa, 1699: "No ano de 1605 em que Diogo Botelho era governador do Brasil mandou sua majestade por hüa provisão sua que mandasse algũas embarcações ver aquela costa de 18 graus, e descobrir, e sondar os baxos dos Abrolhos, que daquela costa correm a leste e lessueste, e o dito governador o mandou logo por duas caravelas e outras embarcações pequenas". – (G.).

A relaxação do serviço e também a dos costumes era tal, à chegada deste governador, que das devassas instauradas em quase todas as capitanias, por sua ordem, resultaram provas de sérios delitos e crimes. O porteiro da alfândega de Pernambuco, nela juiz das execuções Antônio Vaz (XV), o escrivão da fazenda e alfândega da mesma capitania Antônio da Rocha, cavaleiro de Cristo, e o seu feitor Antônio Barbosa, reconhecidos réus em escandalosos descaminhos de pau-brasil e do contrabando de um navio francês de Saint-Malo, foram levados presos para o Limoeiro em Lisboa[99]. Um Sebastião da Rocha chegou a opor-se à mão armada contra os soldados que o capitão de Pernambuco, Alexandre de Moura, mandava ao porto dos Franceses, para deterem uma nau inglesa que ali comerciara[100]. O capitão do forte do Recife, João Rodrigues de Almeida, saiu implicado na cruel morte de Simão Ribeiro[101]; outros foram declarados suspeitos de cumplicidade na morte de Roque de Andrade Caminha,

---

99 Antônio da Rocha, quando governava Pernambuco o capitão-mor Manuel Mascaranhas, teve com ele questões, que o levaram ao reino, de onde voltou com Diogo Botelho: fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 383, 3ª ed., 1931. – Veja a nota 67 desta seção. – (G.).

100 Sebastião da Rocha e seu irmão João da Rocha, naturais de Viana, viviam no rio São Miguel. Do fato a que alude o texto há notícia na carta régia de 30 de agosto de 1606: *Correspondência*, 20/21. – (G.).

101 João Rodrigues de Almeida teve o cargo de capitão da fortaleza do Recife no tempo do primeiro governo de d. Francisco de Sousa, supra, 56. – No governo de Diogo Botelho assassinou a Simão Ribeiro, escrivão da câmara de Olinda; por esse crime foi preso em casa de Manuel Mascaranhas e em ferros mandado para Portugal, em cumprimento de uma carta do rei: *Correspondência,* **61**, *et passim*. Estava degredado em 5 de abril de 1610, quando se apresentou à câmara de São Paulo, por haver d. Francisco de Sousa comutado seu degredo para as minas, conforme provisão que para isso tinha: *Atas da Câmara da vila de São Paulo,* **2**, 264/265. – A Vasco Marinho, criado do governador, acusado da morte de um homem, mandou este prender e meter na cadeia pública, sendo sentenciado pela justiça da terra, e servindo

como também nas vendas ilícitas do pau-brasil, cujo corte foi então regulamentado[102]. Também foi mandada tirar no sul uma devassa pela morte de João Pereira de Sousa, capitão de São Vicente (XVI).

Além desses delinquentes, encontravam-se de repente outros muitos, disseminados por todo o Brasil, que só o eram em virtude das circunstâncias. Tais foram todos os estrangeiros, e com especialidade os holandeses, franceses e ingleses. Muitos feitores de engenhos eram destas nacionalidades e se haviam, durante anos, conduzido honradamente; mas, em presença dos ataques de seus compatriotas, e dos conluios provados com um ou outro, difícil era seguir tendo neles confiança. Começara a metrópole (9 de fevereiro de 1591) a restringir e até a proibir (carta de lei de 18 de março de 1604) a vinda de outros; ordenando até (lei de 18 de março de 1605) a morte[103], e confisco dos que viessem, sentenciando-os, logo sumariamente; ordenando (27 de setembro) que se fizessem internar a doze léguas

---

no processo Manuel Mascaranhas, por se dar por suspeito Diogo Botelho. *Correspondência*, **60**, *et passim*. – (G.).

102 Regimento de 12 de dezembro de 1605, cuja íntegra se encontra na coleção sistemática de Nabuco. – (A.). – Entenda-se *Legislação manuscrita*, **4** (1602-1620), fls. 91/94, no Instituto Histórico. – (G.).

103 Veja o *Portugal regenerado*, por Publícola, parábola VII, cap. 7° § 16. – (A.). *Publícola* é pseudônimo de Manuel Borges Carneiro (1774-1833). A obra é acompanhada de sete apêndices ou suplementos, que o autor chama parábolas. – (C.). – O título completo é *Portugal regenerado em 1820*, e a edição original é de Lisboa, 1820; há outra, do mesmo ano e lugar, na Tip. Lacerdina, in-8°, de 105 páginas, e terceira, apesar de se declarar segunda, "consideravelmente acrescentada". Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1821, in-8° de 103 páginas. – A carta da lei de 8 de março de 1605 lê-se em J.J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **1**, 108/109; alude à lei de 9 de fevereiro de 1591 e à de 18 de março de 1604, pela qual se concederam algumas licenças. – (G.).

da costa os que aí estivessem, pena que faria esconder alguns deles que escapariam na primeira ocasião[104].

Além dos estrangeiros, apresentavam-se ainda outros meio inimigos, ou ao menos disso mui suspeitos. Eram os cristãos-novos, muitos dos quais, de sangue português, se encontravam disseminados por toda a costa, e alguns até com ordens sacras[105], e aos quais a metrópole ora perseguia, ora favorecia. Depois de haver consentido que passassem muitos ao Brasil, proibiu a vinda de outros[106]; mas, reconhecendo logo que isso não estava em harmonia com o desejo que mostrava de ver povoado o Brasil, cassou a proibição[107]. Depressa, porém, mudou de parecer: reunindo-se os judeus e cristãos-novos na metrópole, e oferecendo, para as urgências do Estado, a avultada quantia de um milhão e setecentos mil cruzados[108], incluindo nela

---

104 A carta de lei de 27 de setembro de 1605 lê-se na citada *Coleção*, **1**, 142/143. – (G.).

105 Carta régia de 4 de fevereiro de 1603, recomendando ao bispo do Brasil que provesse as igrejas de cristãos-velhos, pois constava que as mais delas o estavam em novos. – (A.). – Na *Coleção* citada **1**, 4/5. – d. Diogo de Meneses, em carta a el-rei, de 12 de julho de 1608, denuncia que o bispo (D. Constantino Barradas) "tem dois clérigos com que se aconselha, um deles é o vigário da igreja matriz chamado Diogo do Couto, o qual é cristão-novo, e foi já doudo, sendo eleito contra hũa provisão de S.M., em que encomenda ao Bispo não nomes cristão-novos para vigário de nenhuma freguesia, quanto mais na igreja maior de um povo tão honrado como este; o outro é o seu vigário geral daqui, que é vigário de São Pedro, e ambos tão livres do miolo que é bem que V. M., ou lhe mande se não sirva deles, ou os mande ir daqui, porque eles são os que ajudam a muitas coisas destas, e a sustentá-las". – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 36/37. – (G.).

106 Provisões de 30 de junho de 1567 e 2 de junho de 1573; alvará de 8 de julho do mesmo ano. – (A.).

107 Alvará de 21 de maio de 1577. – (A.).

108 Leis de 18 de janeiro de 1580 e 26 de janeiro de 1587. – (A.). – Alvará de 21 de julho de 1605, na *Coleção* citada, **1**, 139/140. – (G.).

duzentos para poderem comerciar livremente com as colônias[109], tudo lhes foi concedido. Baixou-se até ordem rigorosa para que ninguém lhes chamasse judeus, nem cristãos-novos, nem confessos, nem marranos. Ao Brasil veio a caber parte dessa finta, que depois se fixou em dezoito contos de réis. Começou-se a cobrança dela em fins de 1606, feita mui irregularmente e com grandes abusos, prosseguindo-se ainda depois de cassadas as graças concedidas[110], e sendo assunto não liquidado em 1617[111].

Todos estes complicados assuntos não podiam deixar de induzir o governador a pedir com instância que desde logo se lhe mandasse, para sindicar, um magistrado honesto, e não só a propor a criação de duas novas ouvidorias, uma em Pernambuco e outra no Rio, como a pedir ao governo da metrópole que desse ordem para que partissem os desembargadores despachados para a Relação criada na Bahia, criação que ainda não fora revogada. Deste assunto começou logo a ocupar-se o Conselho da Índia, requisitando (em 31 de janeiro de 1605), do Desembargo do Paço, os despachos e provisões respectivos aos letrados mandados ao Brasil, para saber se não os obrigavam a ir ainda "no tempo presente". Foi necessário nomeação de novos empregos, tanto de desembargadores como de ofícios menores, sendo o Conselho bastante severo em não admitir escusas, e apressando a partida, que se retardou, porque se julgou

---

109 Leis de 31 de julho e 24 de novembro de 1600 (?). – (A.).

110 D. [provisão] de 13 de março de 1610. – (A.). – lê-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **1**, 286/288. – (G.).

111 Certidão de Cristóvão Vieira Ravasco (pai do p. Antônio Vieira) de 13 de fevereiro de 1617 [cópia na Biblioteca Nacional]. A corte mostrou-se de novo generosa em 17 de novembro de 1629; mas clamou contra o Conselho de Estado, em consulta de 29 de abril de 1630. – (A.).

conveniente modificar um pouco o antigo regimento, e o novo não esteve pronto antes de 7 de março de 1609. Assim os desembargadores só partiram e a Relação só chegou a instaurar-se no tempo do governador imediato, como diremos. Entretanto, para proceder desde logo à sindicância dos descaminhos da Fazenda, foi na corte escolhido Sebastião de Carvalho, magistrado honrado, feito por essa ocasião desembargador do Porto (XVII).

Cumpre declarar que para o melhor governo do Brasil veio a ser de grande auxílio a criação, justamente por esta época, de um tribunal régio, por conta do qual passou a correr a maior parte dos assuntos do mesmo governo. Referimo-nos à criação do *Conselho da Índia*, em 25 de junho de 1604, e regulamentado em 26 de julho do mesmo ano[112], ao parecer à imitação do que, com o título de *das Índias*, existia em Castela desde 1524. Esse tribunal, como instituído para ocupar-se especialmente do Brasil e da Índia portuguesa, avocou a si muitos dos assuntos que antes corriam primeiro pela *Mesa da Consciência*, e depois pelo *Conselho da Fazenda*. Era o Conselho da Índia composto de um presidente, dois secretários e dois conselheiros militares e outros dois letrados, um destes clérigo canonista. A este mesmo conselho devia ser dirigida toda a correspondência dos governadores, bispos, ministros e mais autoridades do Brasil. Nele se tratariam e consultariam os provimentos dos bispados e ofícios de justiça, fazenda e guerra, expedindo-se por ele as respectivas provisões, em nome do rei, competindo-lhe também os despachos e mercês dos serviços prestados. Por outra: desde a sua criação, e nos poucos anos que durou, foi este *Conselho da Índia* quem governou o

---

112 O regimento do Conselho da Índia e mais Domínios Ultramarinos está na *Coleção* citada, **1**, 87/89. – (G.).

Brasil, e nenhum navio podia de Lisboa partir para este Estado, sem mandar antes ao mesmo Conselho buscar os despachos. Chegou a ser ordenado que não se guardasse mandado algum que não viesse por intermédio dele, e que a própria *Mesa da Consciência* não tivesse, nos negócios do Brasil, ingerência alguma senão nos artigos de defuntos e ausentes, redenção dos cativos e jurisdição contenciosa entre as partes. Infelizmente, este tribunal foi daí a alguns anos[113] abolido, e só foi restabelecido para ficar subsistindo em 1642, depois de aclamação da casa de Bragança, com o nome, sem dúvida mais adequado, de *Conselho Ultramarino*.

Segundo Jaboatão, Diogo Botelho retirou-se do governo em 1607[114]. Em todo caso, ainda julgamos dever compreender como de seu tempo uma segunda expedição à serra de Ibiapaba, igualmente malograda, como a precedente. Foi esta empreendida pelos padres da Companhia, depois do malogro do capitão-mor Pero Coelho, ao serem informados da bondade dos ares da mencionada serra e da excelência e fertilidade do terreno das suas frescas veigas. Entendendo, pois, que os índios daqueles sertões "haviam de abalar-se para os receber, e levá-los a tomar posse de todos aqueles mundos[115], fizeram valer os privilégios que lhes concedia um recente alvará (de

113 Já o estava em meados de 1614, segundo consta de uma carta do governador Gaspar de Sousa. – (A.). – Essa carta, datada de Olinda, 12 de abril de 1614, lê-se nos *Documentos para a História do Brasil,* **1**, 57/63, do barão de Studart. – (G.).

114 "Governou o senhor Diogo Botelho este Estado do Brasil cinco anos, nove meses e sete dias, que começaram em o primeiro de abril de seiscentos e dois e acabaram em sete de janeiro de seiscentos e oito..." *Correspondência de Diogo Botelho*, 23. – (G.).

115 Diogo de Campos, *Jornada do Maranhão*, pág. 4. – (A.). – Pág. 161 na edição de C. Mendes de Almeida. – (G.).

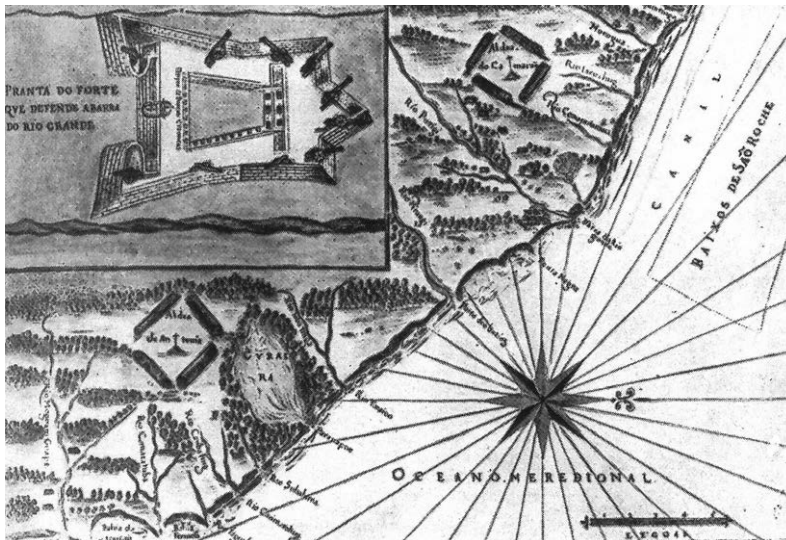
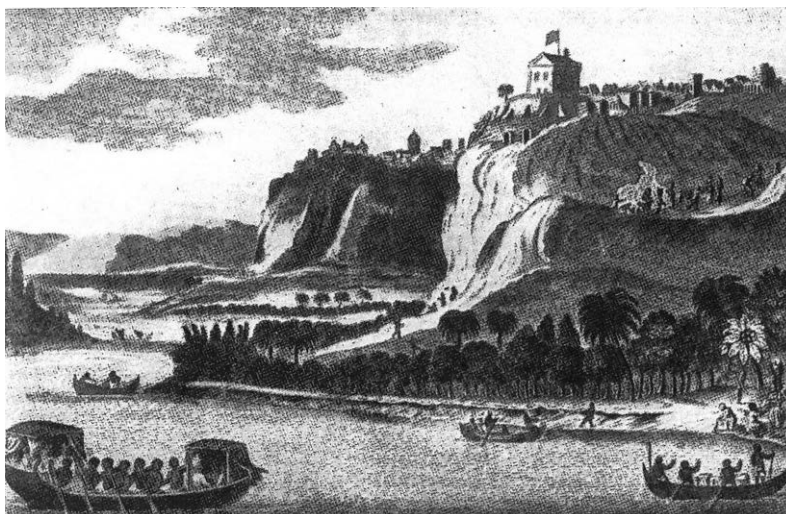
26 de julho de 1596), e pediram favor do governo para irem fundar missões na dita serra. Vieram, com efeito, ordens da corte para que o governador-geral e o capitão-mor de Pernambuco os favorecessem, e desde logo este pôs à disposição deles quarenta índios e muitos artigos de resgate. Foram nomeados pelo provincial Fernão Cardim os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, os quais, com a competente comitiva, partiram de Pernambuco no dia 20 de janeiro de 1607[116].

Somente pela Páscoa desse ano[117], que caiu em meados de abril, chegaram os ditos dois padres a avistar-se com os *aldeados* da Ibiapaba, dos quais alguns se lhes uniram com vários franceses. Acaso estes menos sinceramente pois, ao que coligimos, trataram até de desacreditar, como hipócrita, o padre Pinto, que faleceu, deixando-o cair os índios, da rede em que o levavam, em um tujucal, e não lhe acudiram quando frechado no pescoço, foi acabado de matar com uma pua de taquara. O padre Figueira conseguiu esconder-se e disfarçado passou ao Ceará e Rio Grande, por fortuna das letras, que lhe deveram uma nova gramática da língua tupi, impressa em 1621 (XVIII). Esse malogro fez que a Companhia desistisse da pretensão em que já andava de obter para si o governo do Maranhão.[118]

---

116 "A missão do Maranhão que por via dos padres da Companhia me cometeu o governador geral, como já avisei a vossa majestade, se deu princípio dia de São Sebastião, em que os Padres partiram..." – Carta de Alexandre de Moura, de Olinda, 27 de janeiro de 1607, cópia no Instituto Histórico, *Torre do Tombo*, **1**, 84 v./85 v. – (G.).

117 Abbeville, fol. 81 v. e 84 v. – Há engano em atribuir essa morte como sucedida no mês de janeiro de 1608. – (A.).

118 Consulta de 13 de fevereiro de 1607. – (A.).

Vista da cidade de São Salvador, antiga capital do Brasil.
Gravura segundo um desenho da época.

Fundação do Rio Grande do Norte (1597-1606). Gravura de Millar.

Cópia de uma planta da Bahia em 1625. Gravura de A. F. Lemaitre, segundo desenho de Benedictus Mealius. A. Quartel-general do Carmo – B. Aquartelamento de São Bento – C. Palmeiras – d. Quartéis de d. Francisco de Moura, Duarte d'Albuquerque e tropas do Brasil – E. Plataforma de d. Manuel de Meneses – F. Esquadra Real.

Os cativos do Brasil (1624) segundo um desenho da época.

NOTAS DA SEÇÃO XXIV

I
(Pág. 753)

A narrativa da agressão à Bahia por corsários ingleses é tomada a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 331-333, 3ª ed., 1931.

Capistrano de Abreu, nos *Prolegômenos* a essa *História*, 245-246, juntando mais pormenores, elucidou-a plenamente. Ficou-se sabendo que esses corsários, que foram Robert Withrington e Christopher Lister, se destinavam ao mar do sul; alguns prisioneiros feitos no Prata pintaram-lhes tão fácil a tomada da cidade do Salvador, governada por um bispo, que desandaram o caminho, e a 11 de abril (estilo juliano) de 1587 entraram na Bahia de Todos os Santos. Em Hakluyt, *Principal Navigations*, **11,** 202-207, da nova ed. de Glasgow, 1904, ocorre a relação do feito escrita por John Sarracol, mercador que vinha a bordo de um dos navios.

Na defesa da Bahia prestou importante auxílio o visitador Cristóvão de Gouveia, com os índios aldeados; de seus serviços faz menção Fernão Guerreiro nos excertos *Das causas do Brasil*, que publicou Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*, **2**, 509-510, Rio, 1874. Nos *Trabalhos dos primeiros Jesuítas no Brasil*, in *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 244, lê-se de referência àqueles índios: "...e agora com a nau inglesa eles foram os primeiros que socorreram nesta cidade [do Salvador], e em todas estas guerras foram sempre à sua custa, com os seus mantimentos e armas, onde morreram muitos..."

Da narrativa de Sarracol apura-se que os corsários se detiveram na Bahia até começos de junho (estilo juliano), o que concorda com o dizer de fr. Vicente do Salvador, op. cit., 333: "E assim se tornaram os ingleses para a sua terra, depois de haverem aqui estado dous meses". – (G.).

II
(Pág. 772)

Sobre o itinerário de Gabriel Soares e as circunstâncias de sua morte informa uma carta ou relatório do coronel Pedro Barbosa Leal ao vice-rei conde de Sabugosa, de 22 de novembro de 1725, a qual ocorre em original no arquivo do Instituto Histórico, no *Index de várias notícias pertencentes ao Estado do Brasil, e do que nele obrou o Exm. Sñr. Conde de Sabugosa no tempo do seu governo*, códice

n. 346, fls. 138-147. Esse documento, de suma importância para a história dos descobrimentos na Bahia, só foi integralmente publicado na *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 2ª série, ns. 1 e 2, págs. 12-22 e 66-78, Rio, 1885, pelo sábio Capistrano de Abreu, que foi quem primeiro para ele chamou a atenção dos historiadores, no que respeita à questão de Roberto Dias, relegando seus feitos para o domínio das lendas, definindo o papel e a fisionomia de Belchior Dias Moreira, seu pai, e ligando-o por um lado a Gabriel Soares e por outro a d. Rodrigo de Castelo Branco.

A *Revista* em que foi publicada a carta de Barbosa Leal é hoje inacessível à maioria dos estudiosos, o que justifica a inserção da carta na presente nota.

"Senhor. – Para dizer o que sinto sobre o novo descobrimento e antiga cata de que dá parte a V. Ex. Antônio Carlos Pinto, me é necessário pôr nos princípios da Bahia para relatar algumas notícias e com elas facilitar o conceito que se deve formar de que com certeza os sertões da Bahia abundam em metais de toda sorte. E como em matéria tão vasta se não pode dizer em poucas palavras os sucessos de mais de um século, se faz precisa a extensão de minha resposta, ainda que nela procuro cortar todos os períodos que puder excusar.

"Nos primeiros anos da povoação da Bahia, vivia nela Gabriel Soares e um irmão seu possuindo as terras da Vila Velha até o mosteiro de S. Bento, cujas terras doou ao dito mosteiro e nele se acha a sua sepultura com o epitáfio que o declara: a fonte de Vila Velha se conserva ainda hoje com o nome de fonte de Gabriel Soares, por ser ele que a fabricou. Possuíam estes dois irmãos mais as terras e engenhos de Jaguaripe que agora ficou [de fogo morto?] por falecimento do padre Pedro Fernandes Aranha.

"Naquele tempo por faltar o comércio do reino de Angola e da costa de Mina se serviam os moradores da Bahia com o gentio da terra, que costumavam pelo seu gentio manso mandarem ao sertão pombiar outro gentio para o mesmo serviço. O gentio de Gabriel Soares vindo daquela diligência em certa ocasião lhe trouxeram uma pedra cravada de ouro que lhe havia dado o gentio do sertão. Certificado Gabriel Soares que aquela pedra tinha ouro, se embarcou para Portugal, e com ela se ofereceu a S. M. para fazer aquele descobrimento, veio com as ordens necessárias e trouxe em sua companhia um homem experiente de minas, e chegado que foi à Bahia foi para seu engenho de Jaguaripe, aonde com os seus índios e algumas pessoas brancas que adquiriu compôs tropa e fez entrada no sertão em demanda do Paramirim (tronco e a cabeça de todas as minas do rio de Contas), donde tinha saído aquela primeira pedra que trouxeram os índios.

"Fez o seu caminho atravessando as matas de Jaguaripe até chegar à ponta da serra do Guairiru, aonde fez uma casa-forte que ainda hoje existe, aonde há tradição deixara enterrados vários trastes de cobre, pelos não poder conduzir por lhe fugir alguma parte da gente que levava, em que entraram os mais dos brancos. Continuou o seu caminho atravessando a estrada por onde hoje se continua para as

minas do rio das Contas, e atravessando também o rio de Parauaçu da outra parte dele fez outra casa-forte, que ainda se conserva, defronte da vila de João Amaro, e muitas vezes foi vista e reconhecida dos conquistadores de Estêvão Ribeiro Baião; o coronel Dâmaso Coelho de Pinha a atacou em uma ocasião e nela aprisionou três ou quatro índios da nação topim, dos mesmos que agora estão insultando a estrada do rio das Contas e Paraguaçu. Desta casa-forte continuou Gabriel Soares a sua marcha para a serra do Orobó, na qual fabricou outra casa-forte, a qual foi vista e reconhecida por Afonso Rodrigues da Cachoeira, famoso conquistador dos paiaiás e de outras nações do sertão de Jacobina.

"O alferes Pedro Garcia Falcão, com quem falei no sertão do Maçacará, homem velho e de bom crédito, me segurou a mim que acompanhando Afonso Rodrigues naquela conquista vira a casa-forte e estivera assentado sobre uma peça de campanha que ali se achava, conduzida por Gabriel Soares.

"Seguiu este a sua derrota a buscar as serras de Jacobina e Pedra Furada aonde examinou e descobriu o que acusa o roteiro que há de Belchior Dias Moreia. Do pé desta serra de Jacobina e Pedra Furada atravessou as serras de Jacobina para a parte de dentro, e se encaminhou para as partes do morro do Chapéu, e se presume que chegando a um sítio que hoje se chama a Gorugueia, aonde descobriu algum haver, em este sertão entre Jacobina e Paramirim do rio das Contas se perdeu e morreu Gabriel Soares com toda a sua tropa. E a notícia que há é que tendo assentado a oficina que levara, se levantou uma noite entre o seu gentio manso e o gentio do sertão que ele tinha agregado uma grande pendência, e que ele saíra da sua barraca naquele conflito com uma catana nas mãos para os apartar, maltratou alguns de uma e outra parte, os quais todos escandalizados fugiram e o desampararam, deixando-o naquele deserto aonde com certeza morreu e os mais que o acompanharam, e de toda a sua tropa não saiu ao povoado mais que o mineiro que ele levou, que por mais robusto ou por mais bem afortunado, pôde fazer regresso à Bahia para ser fiel testemunha daquela perdição.

"Vivia no sertão do rio Real Belchior Dias Moreia, dos primeiros naturais da Bahia, primo de Gabriel Soares, abastado de terras e de bens que deixou por sua morte vinculados em morgado sobre o qual têm havido as contendas com a Casa da Torre.

"Passados dois anos da perdição de Gabriel Soares, saiu o seu gentio manso com algum gentio do Paramirim a buscar Belchior Dias pelo conhecimento que deste tinham.

"Com algumas amostras que trouxeram e com as notícias que já tinha de seu primo Gabriel Soares, se resolveu a largar a sua casa e fazendas e entrar ao sertão com o poder que tinha de seu gentio e o mais que de novo tinha vindo buscar, levando em sua companhia a Marcos Ferreira, grande mineiro, e se presume ser o mesmo que tinha acompanhado a Gabriel Soares, havendo dúvida se este mesmo Marcos Ferreira quando se perdeu Gabriel Soares saiu só a povoado ou se conservou

naquele sertão entre aquele gentio, que foi o que os reduziu e convocou para buscarem a Belchior Dias Moreia.

"Preparado Belchior Dias com a sua tropa no rio Real se encaminhou para as serras de Jacobina fazendo o seu caminho pelo rio Itapicuru acima buscando o sertão de Maçacará, passando pela serra a que os naturais chamam Bendutaiú, que quer dizer na língua portuguesa serra de prata; destas passou à serra do Picaraça que se acha no meio das catingas do Tocano, onde fez exames, e daí passou à serra da Tuiuba, onde também fez exames, passou dela às serras de Jacobina e continuando a sua marcha por elas para a parte do sul foi à Pedra Furada, daí passou ao rio do Salitre e por ele acima foi buscar o lugar onde se presume que morreu Gabriel Soares, passou a serra Branca, da serra Branca passou às serras do Osoroá que se avizinham ao rio de S. Francisco e delas passou ao rio Verde e do rio Verde ao Paramirim e por ele acima buscou a aldeia dos tubaijaras que existiu, à beira do Paramirim junto ao sítio que hoje chamam do Periperi, donde voltou não sei por onde, mas sei que tornou a buscar o rio do Salitre, seguiu por ele abaixo descobrindo as minas de salitre, tornou a sair ao rio de S. Francisco, seguiu por ele abaixo, foi ao Corariá e onde descobriu as ametistas e novas minas de salitre na serra do Oroquori, continuou a marchar pelo rio abaixo, passou à outra parte de Pernambuco e se recolheu para a Itabaiana à sua casa, gastando nesta entrada oito anos, no decurso dos quais se não soube notícias dele, tanto assim que em sua casa o reputavam por morto. Com o trabalho, diligências e exames de oito anos saiu Belchior Dias Moreia a povoado com os descobrimentos de ouro, prata, pedras preciosas e salitre.

"Embarcou-se para Portugal, passou à corte da Espanha, declarou os haveres que tinha achado, pretendeu mercês, e ou por que julgaram altas as mercês ou por que julgassem que por ser natural do Brasil não merecia nem uma atenção, o trouxeram quatro anos em requerimentos até que desenganado voltou para o Brasil sem ser deferido.

"Passou segunda vez a Portugal e em dois anos de pretendente sem conseguir coisa alguma se tornou a voltar para o Brasil. Terceira vez intentou o mesmo mandando seu sobrinho Domingos de Araújo remetido ao Conde Almirante com todas as instruções. Voltou da mesma sorte sem despacho algum.

"Achava-se neste tempo governando Pernambuco d. Luís de Sousa, avô ou bisavô do sr. marquês das Minas, e tendo notícia dos grandes descobrimentos que havia feito Belchior Dias e da sua desconsolação, lhe escreveu que se coarctasse nas mercês que pretendia de sua majestade que ele queria ser seu procurador para lhe alcançar na corte aquelas que pudesse conseguir. Sujeitou-se o velho Belchior Dias a aquele mecenas, cansado já do seu trabalho, da sua velhice e de tantos baldados requerimentos.

"Protegeu d. Luís de Sousa o requerimento de Belchior Dias na corte, oferecendo-se para com ele examinar e certificar umas e outras minas, alcançando em

primeiro lugar a promessa do título de marquês de Minas para si, que então teve princípio esse título tendo a sua confirmação depois da aclamação do Sr. Rei d. João IV, e para Belchior Dias algumas mercês que se lhe destinavam. Conseguindo este despacho, escreveu d. Luís de Sousa de Pernambuco a Belchior Dias que S. M. lhe tinha deferido as mercês, cujo escrito ficava em sua mão para lho entregar quando se ajuntassem àquela diligência e que em tal tempo o fosse esperar ao rio de S. Francisco para aí se incorporarem e darem princípio ao descobrimento, cuja carta firmada pelo dito governador d. Luís de Sousa se acha em meu poder. Resolveu-se depois vir à Bahia incorporar-se com o governador dela o Sr. d. Francisco de Sousa seu primo para ambos fazerem entrada ao reconhecimento das Minas. Desceu Belchior Dias à Bahia para guiar e acompanhar os governadores, como o fez.

"Parece que Belchior Dias Moreia com o uso das vezes que foi àquelas cortes se fez político e soube seguir algumas máximas que nelas se praticam, porque contam os seus descendentes que, tendo prendado e obrigado a um pajem particular de um dos governadores, este sendo inconfidente a seu amo revelara ao dito Belchior Dias que conversando ambos os governadores sobre as mercês que el-rei lhe fazia, dissera um para o outro: – Mostre ele as minas, que o caboclo para que quer mercês? do que procedeu entrar em desconfiança, do que resultou o seguinte:

"Partiram da Bahia os dois governadores com Belchior Dias que os levou direitos à serra de Itabaiana e que chegando a ela dissera aos governadores que suas senhorias estavam com os pés sobre as minas, mas que lhas não mostrava sem que lhe entregassem primeiro as cartas de mercês que sua majestade lhe fazia. Ao que lhe responderam que mostrasse as minas que as mercês estavam certas, e se lhe entregaria o Alvará de sua majestade depois que as mostrasse. Parece que ao mesmo tempo que cresceu a dúvida em os governadores, crescia mais a primeira desconfiança de Belchior Dias, que se resolveu a não patentear os descobrimentos, pelo que se precisaram os governadores a prendê-lo, querendo por este meio obrigar a mostrar o que sabia, e vendo-se preso os levou a um serrote que chamam das minas em meio dos campos da Itabaiana, em o qual fazendo-se exame se achou umas pedras cravadas de marquezita que não deram de si prata alguma, à vista do que voltaram os governadores para a praça da Bahia e Belchior Dias preso na cadeia dela o obrigaram a pagar os nove mil cruzados que se tinha feito de despesas na jornada.

"Vendo-se Belchior Dias com dois anos de prisão e por não pagar os nove mil cruzados, se resolveu em descobrir e mostrar tudo o que sabia, ao que acudiu Pedro Carda o velho e outros parentes escandalizados do mau tratamento que lhe haviam feito os governadores dizendo-lhe que não descobrisse nem mostrasse nada e pagasse os nove mil cruzados que lhes supririam com ele, e com efeito pagou os nove mil cruzados, foi solto para o rio Real, aonde passados dois anos, faleceu deixando todas as notícias daqueles descobrimentos sepultadas com a sua morte que sucedeu em o ano de 1619, tendo-se passado mais de um século sem que se tenha com certeza averiguado os lugares daquelas minas.

"Deixou este homem por sucessor a sua casa a um filho natural havido em uma índia da aldeia do Juru a quem chamavam Robério Dias. Este com poucos brios, pouca atividade e temeroso do mau sucesso de seu pai não só não quis seguir aquela empresa senão também deixou perder todas as memórias e roteiros que tinha deixado o dito seu pai.

"De Robério Dias procedeu d. Lourença, que foi casada com Paulo de Araújo, de cujo matrimônio nasceu o coronel Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreia, que entrou na casa em morgado do rio Real de seu bisavô Belchior Dias Moreia, e como este casasse com a filha do desembargador João de Góis, vindo à cidade da Bahia quis o Sr. Afonso Furtado que então governava este estado renovar aqueles descobrimentos de Belchior Dias Moreia pelo que chamou o dito coronel Belchior da Fonseca, a quem chamaram o Moribeca, para que declarasse os roteiros do seu bisavô e descobrisse aquelas minas. Foi o dito coronel ao sertão do rio Real, a uma serra que está defronte da fazenda do Jabibiri, aonde morava e donde viveu seu bisavô a que chamavam a serra do Canini, da qual tirou algumas pedras com marquezita que parece prata, e por que na sua casa se conservavam ainda algumas pedras de legítima prata do tempo do dito seu bisavô, introduziu estas com as que tirou da serra do Canini e as trouxe ao Sr. Afonso Furtado que as mandou ensaiar pelo ourives Rafael Lopes, e como este entre todas escolhesse as que achou de líquida prata, tirou delas a prata que tinham, o que vendo o Sr. Afonso Furtado mandou a seu filho João Furtado com a mostra da prata e com as pedras que ficaram em se apresentar a S. M., entendendo que tinha conseguido aquele descobrimento em que sempre se tinha cuidado; mas como em Portugal se não achasse nas mais pedras prata, ficou em dúvida a certeza daquelas minas. Governando este estado o Sr. Roque da Costa Barreto, mandou o Sr. Rei d. Pedro que Deus haja a d. Rodrigo de Castelo Branco com seiscentos mil-réis de ordenado e toda despesa que fizesse por conta da fazenda real averiguar e examinar as minas do Itabaiana e Jacobina pelas notícias e tradições de Belchior Dias Moreia. Foi d. Rodrigo com efeito a Itabaiana ao mesmo serrote das minas a que Belchior Dias levou os governadores, donde fez algum exame e somente achou que havia alguns criadeiros que indicavam prata, mas de pouca consideração e de nenhuma esperança para se romper aquela mina e retirou-se para a Bahia de onde passou para S. Paulo, ambicioso das notícias que então corriam das esmeraldas, do ouro e da prata de Sabarabuçu aonde o mataram, deixando na Bahia o tenente-general Jorge Soares de Macedo, seu cunhado, para ir examinar as minas de Jacobina.

"E como a este tempo se sabia já de um roteiro que Belchior Dias havia dado a seu sobrinho Francisco Dias, bisavô do coronel Garcia d'Ávila, do haver que havia em Jacobina, foi Jorge Soares com João Peixoto Viegas a Jacobina examinar o dito roteiro e correndo muitas serras e lugares o não averiguaram, e sucedeu o que o mesmo João Peixoto relata na notícia que deu e deixou escrita com o mesmo roteiro, que é o seguinte:

> ‘Cópia da instrução que deu o padre Antônio Pereira, o da Torre de Garcia d’Ávila, a João Calhelha no ano de 1655 para buscar na Jacobina as minas que descobriu Belchior Dias Moreia, no ano de 604 na mesma forma que ficou escrito do dito Belchior Dias Moreia a seu sobrinho Francisco Dias d’Ávila, parente do dito padre, etc.’

“Na serra, etc., na mais alta ponta dela que tem, pondo-se homem da banda do sul, está o haver e a ponta vai inclinada ao leste; e debaixo desta ponta ao leste bem abaixo quando faz grandes invernadas leva uma beta, se é de prata ou ouro Deus o sabe, e quando forem ao tabuleiro em cima pondo-se da parte do sul hão de achar muitos cristais, e da banda do sul para o norte outras pedras muitas que me parecem de consideração. Dizia mais o papel: donde morreu Gabriel Soares está uma serra Itaiupeburá, que é de chumbo. Tomem a ribeira donde nasce tapuia ubatuba, corram por ela abaixo, não fique grota que não vejam.

> ‘Cópia de uns assentos de Belchior Dias Moreia que foi dizer a el-rei o ano de 1612, e por lhe não deferirem com as mercês que pedia e grandes morreu no ano de 1619, ficando encobertas.’

“No de 675 fui eu com Jorge Soares uma das pessoas que sua alteza mandou a ver se eram minas, à serra de Itabaiana a Jacobina, ver se fora por ali aquele descobrimento de Belchior Dias. Achei um índio cariri, velho de cem anos, por nome Jaburu, na aldeia do Saí e descobri com muita indústria haver acompanhado a Belchior Dias naquela jornada do seu descobrimento, o que ele tinha muito calado e negado (disse ele) por assim o ordenar o dito Belchior Dias. Levou-nos pelo campo frio ao rio do Salitre, cortando doze léguas de mato e catinga, sem água nem caravatá que a tivesse, e com raízes de imbu e manda... se remediou a gente que abriu o caminho em dezenove dias. Mostrou o velho o lugar onde Belchior Dias achou o que buscava, ao qual (disse o índio) os levara outra de outra nação que primeiro dera umas pedras a Belchior Dias. Achamos sinais certíssimos de haver aí estado gente branca, e não foi outra senão o dito Belchior Dias, e depois do ano de 1628 seu sobrinho Francisco Dias d’Ávila mandado pelo governador Diogo Luís de Oliveira, sendo já morto o tio, mas não descobriu a mina por que não a conheceu, como nos sucedeu por falta do mesmo conhecimento, porque Belchior Dias escondeu da gente e índios que levou a parte donde tirou a pedra que ensaiou ali, e disse o velho índio que cozeu no fogo em um testo ou tacho, e depois lavou muito e tirou uma pedrinha branca, disso fizera muita festa com as espingardas, e dissera era pólvora e lhes mandara não mostrar nunca a branco aquele lugar por que haviam de saber os flamengos e vir tomar-lhes a sua terra, e por isso não quisera nunca falar nem mostrar.

“Em poder de Belchior da Fonseca, filho de Paulo de Araújo e de d. Lourença, neta do dito Belchior Dias, está um copiador de cartas que escrevia a el-rei e ministros (agora está este copiador na Secretaria), estando de novo que não ficava por

ele descobrirem-se as riquezas que as terras do Brasil tinham sonegado há tantos anos com que S. M. poria freio ao turco e sopearia os potentados da Europa, e estes termos de explicar o seu achado provam a riqueza e certeza dele e instâncias com que o afirmara e ser entendido em minas, e aquelas descobriu acompanhado de outro maior mineiro por nome Marcos Ferreira, de que deu notícia o velho índio, e depois achei em João Calhelha, e assim que por todas as razões se prova que Belchior Dias achou ricas minas e em sua casa há inda prata que tacitamente tirou delas, isto é fama constante e que foi naquele lugar se certifica pelo referido; mas por não haver quem conheça as pedras que estão incógnitas, Deus as descobrirá quando for servido.

"Os sinais que deu este papel acima deu o padre Antônio Ferreira (da Torre) a João Calhelha e a seus irmãos para buscarem o ano de 652 quando entraram a povoar aquelas terras e partes da Jacobina, mas não deram em nada por que são infinitas as serras e eles ignorantes em minas.

"Veio governar este estado o Sr. d. João de Alencastro com ordem de S. M. que se acha na secretaria para entender sobre os descobrimentos das minas. Mandou chamar o coronel Moribeca e lhe encarregou fosse novamente investigar o sertão em que seu bisavô tinha descoberto aquelas minas. Partiu o dito coronel da sua casa do Rio Real e marchou até a serra do Picaraça de que atrás tenho tocado, donde voltou a buscar a estrada do rio S. Francisco até o Coraçá donde voltou com pouco efeito e com pouca diligência, porque o seu gentio não o inclinava a semelhantes serviços, da qual diligência não deu conta, recolhendo-se à sua casa sem outra alguma satisfação. E porque ao mesmo tempo o capitão-mor de Sergipe de el-Rei, Jorge de Barros Leite, introduziu umas pedras do serrote das minas de Itabaiana e de outras serras do mesmo continente introduzindo-lhe alguma prata industriosamente de que resultou tirar-se na casa da moeda em Portugal alguma porção de prata de cinco pedras que foram com as mais, mandando S. M. que o Sr. d. João de Alencastro mandasse pessoa de confiança a examinar se as minas de onde tinham saído aquelas amostras eram verdadeiras e seriam de rendimento para cuja diligência me nomeou o dito senhor, e porque então me achava sem inteligência alguma de minas, procurei instruir-me na especulativa e prática dos exames dos metais com João Alves Coutinho, um velho que vivia na Bahia defronte de S. Pedro, o qual tinha assistido muitos anos nas Índias de Espanha, nas casas da fundição de prata. E este velho me despersuadiu que não fosse a Itabaiana, porquanto ele havia morado alguns anos na cidade de Sergipe de el-Rei, seis léguas distantes da Itabaiana, e que ouvindo falar na prata dela fora por sua curiosidade a ver o serrote das minas e que o senhor Roque da Costa tinha-o obrigado a acompanhar a d. Rodrigo de Castelo Branco e o ajudara a examinar aquela mina em que só acharam os referidos criadeiros com alguns indícios de pouca prata que ali havia, acrescentando que pela experiência que tinha e sabia das minas, a prata se não escava senão de quarenta léguas afastadas do mar para o sertão, e que assim me dava de parecer que a buscasse mais ao sertão e que me não confiasse com a Itabaiana.

“Como o Sr. d. João me ordenasse que fizesse passagem pelo rio Real, e procurasse o coronel Belchior da Fonseca para que me comunicasse todas as notícias que tivesse de seu bisavô Belchior Dias Moreia, parti da Bahia levando em minha companhia ourives experiente e a Manuel Vieira da Silva que havia acompanhado a d. Rodrigo de Castelo Branco por ensaiador, e a Amaro Gomes, ainda parente de Belchior Dias, que morava no rio Real e dava várias notícias de algumas entradas de Belchior Dias. Fui buscar a aldeia do Juru a falar a um principal por nome Biru, que tinha acompanhado a Belchior Dias e era tio de Robério Dias, seu filho, e falando ao dito velho índio me certificou tinha acompanhado a Belchior Dias Moreia até a serra do Picaraça somente, e que daí para diante o conduziram e guiaram tais e tais índios e ele se voltara com outra gente para sua aldeia. Passei daí à casa do coronel Moribeca que receoso de alguma execução se ocultou três dias, até que certificado da diligência em que eu ia me veio falar, comunicando-me verbalmente algumas notícias e tradições que tinha sem certeza e me entregou um copiador de cartas de seu bisavó Belchior Dias tão maltratado e comido do cupim que em poucas folhas se deixa ler algumas partes e por que nele se acham seis ou sete folhas cortadas com o assento do mesmo Belchior Dias em que se assinou que aquelas folhas que ali faltavam as rompera e se achariam no seu livro de razão a fls. 60, o qual livro nunca apareceu e me certificou o dito coronel que fora comido e destruído do cupim, assim como estava o copiador que conservo em meu poder.

“Com estas e outras notícias me resolvi a entrar pelo mesmo caminho e sertão por onde entrou Belchior Dias, fui à serra do Picaraça aonde fazendo várias diligências não descobri nada, mas é sem dúvida que pela tradição dos índios oris daquela serra esteve nela Belchior Dias e sobre ela aonde estive oito dias, examinando-a achei duas marcas: a primeira consta de três letras feitas de pedra postas a mão, – um A, um L e um S e adiante delas em pouca distância feita uma cruz em uma laje, mas como me faltava o roteiro, não pude entender nem averiguar a significação dela; e esta cena que é mui elevada se acha só no meio daquela campanha e as serranias mais vizinhas que lhes ficam à parte do poente para o sertão é a serra da Tuiuba e fiquei na presunção de que aquelas marcas demarcariam uma antiga cata que se acha em um morro perto da serra Tuiuba aberta em uma pedreira de cor verde, de que o gentio então me deu um pedaço. E na dita cata se tinha achado um cano biscainho que eu vi em poder de Luís Andrade, o qual agora em Jacobina me segurou que depois de eu sair daquela serra, passados alguns tempos achara para a parte do poente ao pé da mesma serra uma cata antiga, junto a um olho de água que eu alimpei e beneficiei para dar de beber a minha tropa, a qual cata eu não vi quando estive na dita serra.

“Segui a derrota para Jacobina atravessando setenta léguas de catingas em que perdi vinte e oito cavalos e atravessando a serra da Tuiuba pela aldeias velhas dos oris, fui sair a Jacobina, seguindo até ali o mesmo caminho de Belchior Dias. Em Jacobina procurei o velho João Calhelha, seus irmãos, o capitão Lourenço de Matos e Manuel Calhelha, descobridores de Jacobina, aonde viveram e morreram. João

Calhelha que era o mais velho me assegurou que conhecera muito bem a Belchior Dias e que estava lembrado que ele entrou ao sertão por se achar já com dez ou doze anos de idade e que este depois que saiu dos seus descobrimentos dissera a seu sobrinho Francisco Dias que em Jacobina havia um haver e quando ele e seus irmãos por ordem do dito Francisco Dias descobriram a Jacobina escrevera Francisco Dias a seu tio Belchior Dias que a tinha descoberto e que lhe mandasse dizer donde estava o haver. Respondeu lhe com o roteiro que agora remeto a V. Ex., no mesmo papel e da mesma letra que então me deu o velho João Calhelha.

"Disse-me também que Francisco Dias o velho fora a Jacobina com este roteiro, que com ele correram toda aquela parte de Jacobina que então estava descoberta e que não o averiguaram. Foi segunda vez com o mesmo roteiro o padre Antônio Pereira e com eles fizera a mesma diligência e passaram a Jacobina nova e que não acharam nada e que o dito padre lhe deixara então o roteiro para que ele e seus irmãos com mais vagar e maior diligência o averiguassem, o que ele e seus irmãos tinham feito sem que tivessem encontrado sinais dele. Disse-lhe eu então que ele e seus irmãos, o padre Antônio Pereira e Francisco Dias o velho lhe tinham feito tantas diligências sem proveito, que mal podia eu encontrar aquele lugar, indo ali de passagem e sem conhecimento algum daquele país. Declarou-me então o dito João Calhelha que ele e Francisco Dias e o padre Antônio Pereira era verdade que tinham feito exatas diligências, mas que havia poucos anos que os principais índios velhos lhe tinham declarado que aquela não era a verdadeira Jacobina, porque a verdadeira e legitima serra de Jacobina eram as serras da Sapocaí distante daquela mais de 30 léguas e que os brancos tinham corrompido genericamente o nome de Jacobina por todas aquelas serras e que como eles tinham procurado o roteiro naquele continente da primeira povoação da Jacobina, não podiam acertar pelo não terem buscado naquela parte que diziam os índios poiaiás, o que ele não fora averiguar por se achar já mui decrépito e incapaz de sair de casa, como experimentei capacitando-o a ir me mostrar o rio do Pindobuçu, donde me segurou havia ouro, mostrando-me uma memória que tinha no dedo tirado por uns carijós de João da Moía, que se tinham retirado de Sabarabuçu quando mataram d. Rodrigo de Castelo Branco.

"Por então não averiguei o dito roteiro por seguir a derrota de Belchior Dias para o rio S. Francisco, pelas informações que me davam os índios de que ele tinha ido à serra do Orocuri chamada pela sua língua Podecô. Segui aquela derrota, procurei o gentio da nação Orocuiú que me levaram à dita serra donde achei novas minas de salitre de que mandei as amostras ao Sr. d. João, achando na dita serra vestígios de ter ali estado Belchior Dias, certificando-me o mesmo aquele gentio; perto desta serra nos campos do Coraçá perto ao sítio do Curral do Meio vi e passei pelo serrote de pedras ametistas roxas que descobriu o mesmo Belchior Dias Moreia do que eu tirei algumas e se têm tirado muitas por várias vezes e me asseverou o principal daqueles índios que perto daquele morro se achava outro todo de pedras amarelas, e, intentando descobri-lo, todo um dia de pela manhã até a noite me trouxe o índio correndo vários serrotes sem poder acertar com ele. E como aí são muitos e vi a

variedade com que índio mo buscava, passei adiante à diligência em que ia sem outra averiguação, mas não deixei de acreditar aquela notícia, porque achando-se ali o serrote das pedras roxas, e entre elas se têm tirado algumas amarelas, é factível que haja o morro das ditas pedras amarelas que dizia o índio, e porque também vi que ele fazia bastante diligência por acertar com ele por que chegando a vários daqueles serrotes os pesquisava ao redor buscando o sinal para o conhecer, no que conheci que não fingia o seu descobrimento.

"Daquela parte desci pelo rio S. Francisco abaixo e vim buscar a Itabaiana donde me dilatei três meses correndo todas aquelas serras e acabando de romper serrote das minas escalando-o com três barris de pólvora que lhe meti em uma mina que lhe fiz, donde tirei quinze amostras que entreguei ao Sr. Dom João de Alencastro.

"Nem por estas diligências fica perdendo o descobrimento de Belchior Dias a opinião no que toca a Itabaiana, porquanto em alguns dos seus ribeiros se tem achado ouro e o vigário de Itabaiana remeteu as amostras dele ao Sr. Luís César de Meneses governando este estado pedindo-lhe licença para romper aquelas minas, o que lhe não concedeu pela proibição que havia de S. M. Eu sei que no rio de Jaquiriçá e no rio das Pedras da mesma Itabaiana se tem tirado ouro; e talvez que Belchior Dias ocultasse este àqueles governadores e que também naquelas mais ao sertão tivesse descoberto mais alguma cousa que não quis descobrir.

"No ano seguinte, que foi o de 1697, tornei para Jacobina a estabelecer a fábrica do salitre e como nela me achei e era vivo João Calhelha que tinha consigo uns daqueles índios paiaiás, tornei a conferir com ele o roteiro. Deu-me os índios e com outros velhos da missão do Bom Jesus da mesma nação, mandei ao capitão-mor Damião Cosme de Faria e ao sargento-mor Manuel do Rego Pereira às serras da Sapocaia a reconhecer a legítima serra de Jacobina e ver nela os sinais do roteiro. Entraram com efeito e por que inda então viviam alguns índios da aldeia do Leonardo situada ao pé da mesma serra sem grande dificuldade a mostraram e se reconheceram os sinais do roteiro, e porque o dito capitão-mor adoecesse gravemente se retiraram sem mais averiguação, ficando-me a certeza de saber já qual era a serra do roteiro que nem Belchior Dias nem outra pessoa alguma lhe chamou Pedra Furada, e só teve este nome depois que eu pus em praxe este roteiro, porque perguntando a alguns paulistas pelo que significavam aquelas palavras com que o roteiro explica o nome da serra "Hitacupeburá", dizem uns que quer dizer pedra furada, e outros que diz água que sai por uma pedra furada: estes dizem melhor por que na língua geral "Hi" é água, "ta" é pedra, e tudo vem dizer água de pedra furada, e isto mesmo se acha naquela serra porque do centro dela sai uma ribeira de água por um canal de pedra sem se lhe ver a nascença, pelo qual mandei entrar cinco pessoas com um rolo de cera aceso e entrando cousa de três ou quatro braças ainda continuava aquela brecha para o centro da serra e já mais estreito. É suposto na mesma serra se acha também em outro lugar uma abóbada de pedra com vão de uma a outra parte a que se pode chamar pedra furada, é aquela brecha por onde sai à água o legítimo e genuíno sinal do roteiro e sem dúvida aquela a serra do roteiro.

"Quando larguei a ocupação do salitre em 1701 para 1702, dei parte ao Sr. d. João de Alencastro deste roteiro e do que tinha mandado reconhecer a serra que no rio de Pindobuçu havia ouro porque uma e outra cousa me tinha revelado e descoberto João Calhelha. Quis o dito senhor que eu fosse a fazer aquela diligência, da qual justamente me escusei por sair de seis anos contínuos de sertão, mas prometi-lhe de mandar vir o capitão-mor Damião Cosme e Manuel do Rego Pereira por quem eu a havia mandado explorar. Assim o fiz; levei-os a palácio e lhe passou as ordens necessárias que constam da secretaria eu à minha custa os aviei. Partiram para Jacobina, juntou-se com eles João Pereira Pimentel e a primeira diligência foi ir a Pindobuçu por lhes ficar perto das suas moradas e como aqui achassem ouro e cobre se foram engolfando em descobrir ouro de beta e não passaram a serra do roteiro.

"Chegou o Senhor d. Rodrigo da Costa, mandou a Jacobina a sindicar dos oficiais e oficinas do salitre: logo no ano de 1703 fui fazer aquela diligência e de volta passei por Pindobuçu donde estavam aqueles meus exploradores rompendo aquela mina; trouxe a primeira amostra de ouro e da pedra de cobre que se ensaiou na casa da moeda que mostrou cobre tão subido que se reputou por ouro baixo. Com esta certeza passou o Senhor d. Rodrigo as provisões e ordens necessárias a João Pereira e Damião Cosme que continuavam a diligência, como da Secretaria consta.

"Pouco tempo passado, proibiu todo o comércio de minas, e mandou ordem a Jacobina ao capitão-mor Antônio de Almeida Velho e ao ajudante Luís Antunes recolhessem aquelas provisões e se tapassem aquelas minas. Assim se fez e se taparam e entulharam os buracos que estavam abertos e se desvaneceu aquela diligência.

"Mas não se sepultou para os particulares, que já tinham visto, o ouro de Pindobuçu, porque escondidamente foram tirando ouro de lavagem e aqui teve princípio o ouro de Jacobina. Correu o tempo, houve vários bandos, diversas juntas até que V. Ex. veio governar este estado e trouxe indulto para se abrirem as minas de Jacobina.

"Fui mandado por V. Ex.a a Jacobina e enquanto me chegavam as resoluções de V. Ex, sobre a forma que havia de tomar na arrecadação dos quintos me resolvi a ir explorar novamente a serra daquele roteiro pois me achava 12 léguas distante dela.

"Dos velhos paiaiás que eu havia primeiro mandado, só achei um por nome Pedro, da missão do Bom Jesus, que não estando capaz de me acompanhar nem em rede nem a cavalo, serviu, contudo de dar os sinais da entrada e dos antigos caminhos para ela, que se acertaram com muito trabalho e com vagarosas diligências com outros índios paiaiás da mesma nação ainda que não tão antigos. Sem dúvida me pus na serra do roteiro: na ponta do sul lhe achei os cristais, indo do sul para o norte as outras pedras que, umas e outras, remeti a V. Ex. pelo sargento Antônio de Morais. Aqui se acham todos os sinais do roteiro. Estive arranchado na tapera da antiga aldeia que ali achou Gabriel Soares e Belchior Dias, a qual foi destruída e conquistada por Afonso Rodrigues da Cachoeira e depois de domesticada persistiu muitos anos, sendo o seu principal um índio chamado Leonardo e a ribeira que vai da pedra furada se chama ainda hoje o rio do Leonardo. Na margem dele, a alguma

distância da aldeia velha, se acha uma grande árvore de gameleira que ainda hoje se vê cravada de quantidade de balas do tempo da conquista de Alfonso Roiz por que os índios se cobriam com ela para pelejarem com os brancos.

"Além dos sinais referidos, o mesmo rio do Leonardo que sai da pedra furada tem ouro e o rio de Água-Fria que nasce no seu paralelo da parte de leste o tem de conta, o rio das Jabuticabas que sai da mesma serra em que se está atualmente lavrando ouro o tem também, dos quais mandei as amostras a V. Ex. com carta de 23 de dezembro de 1721.

"Com esta certeza já não é para desprezar o roteiro de Belchior Dias, e por este se devem acreditar todos os seus descobrimentos. Falta descobrir a beta que diz o roteiro. Fiz-lhe bastante diligência, mas como a serra é grande, as grotas muitas e muitos os anos, o tempo tem cegado tudo de sorte que é necessário um geral e positivo exame naquela serra.

"Parece-me que a pedra de marquezita que também então mandei a V. Ex. tirada do rochedo da cachoeira da mesma serra e ribeira de Pedra Furada, é indício indubitável de prata, segundo escrevem os autores experientes de metais, dizendo que topando-se com marquezita no seguido de qualquer cava, sigam a veia da mesma marquezita por que é infalível deixar de dar em riqueza. Observei que por toda a serra e em uma cata que dei que não profundei mais que doze palmos se compõem de uma terra tão branca e tão fina como cal, e segundo os sinais da terra donde se acha prata por este sinal mostra que aquela serra a pode ter, e assentam os mesmos escritores experientes que todas as vezes que a terra é diferente e de diversa cor da terra natural promete haver ali metal. É esta serra na sua formação em tudo diferente das outras.

"Não continuei no último exame desta beta por necessitar de tempo e por ser preciso recolher-me para dar princípio à arrecadação dos quintos por receber ali as segundas ordens de V. Ex. e também por V. Ex. me ordenar por carta de 3 de março de 1722 continuasse no estabelecimento daquelas minas e me abstivesse das diligências de Pedra Furada para as continuar em outro tempo, e como das diligências de Jacobina passei para as do rio das Contas, ficou aquela averiguação sem último desengano.

"Parece que o roteiro faz distinção desta serra ao lugar donde morreu Gabriel Soares, porque diz que donde morreu Gabriel Soares, tomem donde nasce Tapuiaubatuba, e sigam a ribeira a baixo, etc. 'Tapuiaubatuba' quer dizer frechas de tapuias, que no nosso idioma é o mesmo que canas-brabas que são as que dão aquelas frechas.

"Há presunção de que este lugar é o sítio de Gorugueia, defronte do morro do Chapéu, donde há um brejo de canas-brabas do qual se forma a ribeira da Taboa que é o mesmo rio do Salitre donde Belchior Dias o descobriu e donde eu assentei a fábrica dele distante desta nascença quase trinta léguas pela mesma ribeira abaixo; e em meio do lugar da fábrica e da nascença que digo da Gorugueia está o lugar donde

foi João Peixoto Viegas com José Soares quando ali os levou o índio Jaburu, e disse que ali tirara a pedra de prata Belchior Dias como na sua memória acima referida declara e aqui se acham as primeiras barreiras do salitre a que chamam a mina de João Peixoto donde chegou d. João de Lencastro quando foi ao salitre, entrando pelo mesmo caminho que abriu João Peixoto pelo Campo Frio. De sorte que tomando deste lugar da mina de João Peixoto pela ribeira acima vai dar nas canas-brabas da Gorugueia, a qual se supõe ser a ribeira de Tapuiaubatuba que diz o roteiro e donde se presume morreu Gabriel Soares e os indícios que para isto há são estes:

"Estas canas-brabas da Gorugueia ficam no paralelo de Pedra Furada para a parte do sertão; em distância de dez ou doze léguas entre este sítio e a serra dita, em uma varge que está uma légua da fazenda das Flores para a parte da Gorugueia, se acha um marco, o qual não é de medição de terras por que ali as não houve nunca, este se acha na mesma indireitura da Gorugueia: era factível que, saindo Gabriel Soares de Pedra Furada atravessando a serra da Jacobina para a parte do morro do Chapéu que tudo são campos, endireitasse a morraria que está na Gorugueia pela varge das Flores, donde está o marco que tudo lhe ficava direito.

"Neste sítio da Gorugueia, no mesmo brejo das canas-brabas, fazendo uma roça o paulista, o capitão-mor Manuel Dias, achou uma oficina antiga com forja e martelos, do que sabe João Garreiros que estava naquela fazenda da Gorugueia e o sabe também João Borges Guimarães, morador na barra de Paramirim. E o coronel Dâmaso Coelho de Pinha, parente do mesmo Manuel Dias, me certificou que fora certo achar Manuel Dias, seu tio, aquela oficina e que ele tivera ou tinha inda um martelo dos achados na mesma antiga oficina, e esta se presume ser a que tinha assentado Gabriel Soares quando se perdeu. Confirma-se esta presunção por dizer o velho João Calhelha repetidas vezes quando se falava em descobrimento de Belchior Dias e de Gabriel Soares que procurassem o marco que estava naquela varge, a qual se chamava geralmente a varge do Marco.

"O mesmo João Calhelha me certificou a mim que Belchior Dias Moreia entrara ao sertão aqueles descobrimentos com o gentio do Paramirim e com o gentio de Gabriel Soares, como dito tenho; e assim por todos os princípios e por todas as circunstâncias e notícias fez Belchior Dias Moreia todos os descobrimentos no sertão da Bahia no quase rotundo território desde o rio de S. Francisco, compreendendo as capitanias de Sergipe d'el-Rei, Jacobina, Paraguaçu, Paramirim até o continente que compreendem as minas do rio das Contas em que atualmente se está tirando ouro, no que nem há dúvida, nem pode haver controvérsia.

"O que suposto, digo, segundo as tradições e notícias que tenho alcançado por homens antigos e por índios daqueles sertões com quem no discurso de tantas jornadas tenho tratado e pesquisado, que no sertão de Itabaiana descobriu ouro, cristais e que é certo haver, e dizem que prata da qual não há certeza donde seja.

"No sertão do rio de S. Francisco, quarenta léguas pouco mais ou menos ao sertão da sua barra, da parte de Pernambuco, nas cabeceiras do rio do Panema

descobriu prata com certeza. Prova-se que no ano de 1698, estando Lobo de Albuquerque da Câmera na sua fazenda do rio de S. Francisco e barra do dito Panema, mandando arvorar uma cruz sobre um morro agudo ao pé da mesma fazenda, se achou no lugar em que quiseram levantar a cruz um grande e levantado padrão de pedra; derrubaram este e se viu que debaixo dele havia uma laje de pedra com esta inscrição: 'Minas de prata que descobriu neste lugar no ano de 1614 que a seu tempo saberá S. M. delas.' Entendeu Lobo de Albuquerque que no mesmo lugar estava a mina, tratou de romper a serra e tendo cavado alguma, achou uns tijolos em que havia outro letreiro que declaravam a serra donde estava a mina de prata; pelo gentio daquele sertão a descobriu e foi a ela, tirou as amostras de prata, com elas deu conta a S. M. que lhe respondeu pelo secretário Mendo de Foios Pereira que rompesse aquelas minas. O senhor d. João de Alencastro viu a prata, eu a vi também e na casa da moeda desta cidade se ensaiou e no sítio de roça de José Álvares Viana esteve um ourives ensaiando as amostras. Com o despacho de S. M. partiu para o sertão a romper aquelas minas; dois dias antes de chegar às suas fazendas, faleceu de uma mordedura de um bicho peçonhento.

"Por serem seus filhos rapazes, veio de Pernambuco seu irmão Afonso de Albuquerque Maranhão e com os roteiros e amostras da prata se embarcou para Portugal a requerer as ordens e mercês que pretendeu. Não sei que desgosto teve na Corte que se embarcou para a Bahia e dela para Pernambuco sem que mais tratasse daquela diligência. Os filhos de Lobo de Albuquerque, Nicolau Aranha está doudo, seu irmão Matias de Albuquerque se fez clérigo, o terceiro Francisco de Albuquerque que assiste nas mesmas fazendas achando-se com vontade de prosseguir aquele descobrimento de seu pai, tendo um crioulo seu escravo que havia acompanhado o pai e sabia a serra e o buraco de prata, pretendeu que o crioulo lhe fosse mostrar. Duvidou o negro fazê-lo sem que ele lhe desse a promessa de o libertar. Apaixonou-se Francisco de Albuquerque e inconsideradamente lhe atirou a espingarda e o matou, ficando sem aquele escravo e sem guia para aquela empresa, cujo sucesso foi haverá quatro anos.

"Na serra de Picaraça, no sertão, do Tucano, deu a cata e pôs os marcos que tenho referido; não há certeza do que ali descobriu.

"Na serra junta à serra da Tuiuba deu a cata na pedreira verde; dizem que ali deixou muita ferramenta e por notícias individuais do gentio está entulhada. O coronel Garcia d'Ávila a tem procurado, eu agora em Jacobina lhe mandei fazer duas entradas com uma índia velha por guia, por causa deste cá se não conseguiu. Esta cata tem sido vista e há grande expectação de que tem prata e que tem esmeraldas; da serra da Tuiuba junto a ela saem algumas pedras de cor verde da mesma casta da pedreira em que se deu aquela cata; algumas lascas dela mandei de Jacobina a V. Ex. O gentio oculta esta cata, mas vão a ela tirar da pedra verde para fazer os seus batoques que comerciam com outros.

"Em Jacobina descobriu haveres, de que deu o roteiro a seu sobrinho Francisco Dias, que é o da Pedra Furada de que tenho tratado que é o mesmo aonde havia

ido Gabriel Soares, nem necessita de maior abono à vista de estar reconhecido que em todas as serras de Jacobina tem ouro e poderá ser que o tempo mostre nelas outros haveres, que ainda se não tem patenteado.

"De outro roteiro na mesma Jacobina há também individuais notícias que o mesmo Belchior Dias, deu a seu sobrinho Francisco Dias o qual pelos possuidores da sua casa se perdeu ou o ocultaram, mas como – *nihil occultum quod non reveletur* – por algumas inteligências de escravos e índios antigos se veio a saber dele. Este é na mesma Jacobina da missão de Nossa Senhora das Neves para a parte do rio S. Francisco, oito ou dez léguas nas serras do Itapicuru-mirim da freguesia de Jacobina, donde se acham duas antigas catas.

"Os sinais do roteiro são uma grande árvore de supupira, um brejo de canas-brabas e três morros sobre outras serras, e promete aqui ouro, prata e cobre. Agora quando estive em Jacobina mandei examinar estes sinais: achou-se a árvore de supupira que tinha, que já está caída no chão; se conhece por ser a maior que ali há e estar incorrupta e se sabe do brejo, mas não se pôde então dar com as catas em uma das quais é fama constante que está ferramenta enterrada, o que me asseguraram os índios velhos chacherinhéns práticos naquele lugar por ser ali a sua terra, dizendo que seus pais lhes contavam, mas que eles não sabem o buraco. Botei escravos meus com um homem a socavar os ribeiros daquela serrania com o intento de correr aquele distrito a descobrir as catas ditas; em alguns se acha ouro e o de Periperi o tem de conta, de que mandei amostra a V. Ex. Determinei passar pessoalmente aquele exame depois de saber os primeiros sinais do roteiro, mas como chegasse o tempo de passar às minas do rio das Contas para onde fui, me faltou o tempo para aquela averiguação, mas deixei recomendado a pessoa de satisfação a fizesse.

"Quando de volta do rio das Contas cheguei a Jacobina, me veio o sujeito a quem recomendei a diligência dizer que a tinha feito e tinha descoberto uma das catas por um morro acima, comprida e muito antiga e que levando-se o morro a escala, no fim dele se abrira uma mina ou buraco que ele segurava estava tapado com pedras arrumadas a mão e duvidando-lhe eu que se poderia enganar e ser aquela porta ruína ou tapada por algum desmancho do morro me tornou a asseverar que ele refletira com atenção e achara que fora artificialmente tapada. Como pelas cartas que recebi de V. Ex. não estive mais que oito dias em Jacobina, não pude ir examinar a dita cata ou mina velha que lá virá tempo em que se reconheça e examine.

"Nas serras do Açuruá, que abeiram ao rio de S. Francisco muito ao sul de Jacobina Nova e da grande serra Branca, se acham catas antigas que há tradições foram feitas por Belchior Dias e é fama constante que nelas tirou prata e algumas pessoas viram já estas catas e o capitão-mor Damião Cosme me disse vira algumas, por serem hoje aquelas serras pastos de gado das fazendas de d. Joana Cavalcante, e o capitão Antônio da Guerra que morou no sertão do Lagarto (em sua vida) segurava que tinha visto prata daquelas serras e me convidou a mim e ao donatário Manuel

Garcia Pimentel para irmos a elas e que ele se obrigava a mostrar os buracos de prata. É sem dúvida que nelas esteve Belchior Dias e que por ser a mesma serrania delas passou às do rio Verde aonde dizem achou uma pedreira de esmeraldas. Isto me afirmaram alguns índios tubaijaras com quem falei.

"Em o ano de 1697, entrou o capitão-mor Marcelino Coelho, pai do coronel Dâmaso Coelho de Pinha, do rio das Contas, atravessando o sertão deste novo descobrimento de Antônio Carlos, até cair no rio Verde, de onde tirou sessenta e tantas almas do gentio topim que ali andavam brabos, levando em sua companhia vigário de Jacobina e que então era Antônio Gomes Cardoso com quem falei muitas vezes sobre esta entrada. E este me certificou que na aldeia deste gentio se achara uma pedra verde fina e transparente e que dando o gentio notícia da serra donde as havia, intentara o dito capitão-mor descobri-la mas que por alguns inconvenientes se retirara para fora, reservando para melhor tempo aquele descobrimento, e entre os embaraços que então teve foi um os grandes estrondos que ouviram naquelas serranias de que o gentio atemorizado, ou pelos agouros e abusos que neles é ordinário, protestaram que se iam à serra que morriam todos, e o mesmo vigário me disse que foi tal o estrondo das serras que em uma noite, de estouros que davam e bulcões de fogo, que os precisou a mudar o rancho a aquelas mesmas horas e a largar o sítio em que estavam.

"Como no ano de 1698 fiz uma estrada para aquelas partes donde encontrei no morro do Chapéu o gentio jacaeriú, que tinha fugido a Marcolino Coelho, tirei deles algumas notícias daquele sucesso e fiquei sabendo a parte por onde tinha atravessado por cuja razão agora quando fui de Jacobina para o rio das Contas, mandei abrir a estrada por onde passei a aquelas minas.

"Com estas notícias, quando estive no rio das Contas me certifiquei com o coronel Damásio Coelho e com seu cunhado que me seguraram a certeza daquela jornada de seu pai, e que a pedra a mandara ao mestre de campo Antônio Guedes de Brito, e que mandando-a a Portugal lapidar se achara ser esmeralda fina; e que era certo os terremotos e estrondos que havia naquelas serras, mas que a razão principal por que seu pai não fora àquela pedreira foi por ter tomado e aprisionado aquele gentio e como se achasse sem mantimentos e com a presa não podia divertir a gente na montaria, se achou precisado a sair com a presa para fora e que mandando-lhe aviso diante o fora encontrar com mantimentos, e contudo pereceram muitos dos prisioneiros e que os que então escaparam em poucos tempos morreram todos, e como também o dito seu pai falecera não se fez a segunda entrada que tinha determinado a descobrir aquelas esmeraldas.

"Com esta certeza procurei algumas pessoas que o tinham acompanhado, achei um homem mameluco e dous índios tubaiaras mui velhos que me deram notícias individuais e todos os sinais e roteiros para as achar. Tive destinado ao capitão-mor Domingos Carneiro Baracho com os guias para aquelas serras. A grande seca que então havia não permitiu entrar-se naquela estação de tempo: o rio que sai daquela

pedreira tem a água verde, as ervas que dentro dela se criam o são também, e até o peixe ali é verde: e por isso é chamado o rio Verde.

“Não só se espera aqui haver estas esmeraldas, senão também prometem aquelas serranias e os muitos ribeiros que têm muito ouro, e como estas serranias são as mesmas que vêm à chapada do Paramirim e dela continuam até o rio das Contas, em todas elas há ouro.

“De uma e outra cousa dei conta a V. Ex., do rio das Contas, por carta de 16 de novembro de 1723, e como V. Ex. se não dignou responder-me, fiquei entendendo que nem estimava as minhas notícias nem queria novos descobrimentos e só queria que se findasse o estabelecimento daquelas minas. Agora o vai certificando Antônio Carlos e assim virão outros que certificarão o mais, e contudo, fervoroso como sempre, deixei quando me apartei do rio das Contas o mesmo capitão-mor Domingos Carneiro para que os coronéis lhe dessem a gente necessária e o fornecessem para fazer aquela diligência para me trazer as amostras e com elas falar a V. Ex.; mas como pólvora e chumbo custam dinheiro, e a carne e farinha é ali cara nem todos se animam como eu tenho feito em gastar a sua fazenda, e pelo que agora me escreve o dito capitão-mor que se encontrou no descobrimento com Antônio Carlos, a qual remeteu, verá V. Ex. o porque a não fez avisando-me e persuadindo-me a que a encarregue a Antônio Carlos e lhe mande dar as guias, mas nem Antônio Carlos a poderá fazer porque muito fará agora se examinar bem o seu descobrimento, pois nos seus arredores até chegar à chapada do rio Verde tem muito que descobrir e examinar.

“Aqueles mesmos tubaiaras me afirmaram que o grande Caramuru (assim chamavam os índios a Belchior Dias) estivera naquelas serras das Esmeraldas que daí passara a Paramirim e estivera na sua aldeia donde subiu pelo Paramirim acima donde se voltara.

“Para Belchior Dias passar do rio Verde para o Paramirim necessariamente havia de atravessar o sertão e ribeiros que agora descobre Antônio Carlos por mediarem estes entre a chapada do rio Verde e o dito Paramirim e é de crer que na passagem que por aí fez como ia examinando tudo e os índios naturais o guiavam que naquele riacho fizesse exame e que aquela antiga cata e vestígios de oficina fosse sua.

“Pela mesma carta de 16 de novembro de 1723, dei também parte a V. Ex. que tinha achado dois marcos em um lugar daquelas minas que examinei: estes se acham do rio Paramirim para a parte do sul e o que agora acha Antônio Carlos é de Paramirim para a do norte e poderá distar do dito rio a rumo direito 10 ou 12 léguas.

“Uma e outra cousa tenho por sem dúvida ser cousa de Belchior Dias por que costumava pôr marcos e padrões no que descobria, pois de tudo fez roteiro e tudo lhe era necessário para governo de seu roteiro, nem há notícia de que por ali andasse outro descobridor e só há tradição de que um paulista fulano de Cubas chegara ao Paramirim donde descobrira um grande haver, voltando para S. Paulo convocar vários parentes e amigos e atravessara do sertão de S. Paulo para este,

cuja tropa tivera mau sucesso e não chegam ao Paramirim, mas este paulista não pôs marcos e só o fez Belchior Dias.

"Tenho posto Belchior Dias do rio Real nas minas do rio das Contas e a Gabriel Soares da Bahia nas minas de Jacobina e umas e outras estão justificadas, digo justificando que foram verdadeiros os seus descobrimentos.

"De que Belchior Dias foi a Portugal, requereu e prometeu minas se verifica pelas cópias de suas cartas que remeto a V. Ex., tiradas do seu copiador que tenho; que descobriu prata em muitos lugares do rio S. Francisco e pelo Paraguaçu examinou também aquela parte do rio das Contas, o dá a conhecer a carta que escreve a Afonso Rodrigues da Cachoeira, seu parente, de que também remeto a cópia tirada do mesmo copiador.

"Não sem fundamento começou Gabriel Soares a sua entrada pelo Jequiriçá a buscar a serra de Guairiru, pois também por ali se acha ouro, de que teve amostras o Sr. d. João de Alencastro como o certifica a sua carta que remeto quando me mandou aquela diligência pelo Jequiriçá acima e sai também pela mesma serra do Guairiru e em muitos daqueles ribeiros se tiraram amostras de ouro cujas minas se não franquearam então pela proibição de S. M. e hoje por que o gentio brabo não quer.

"Concluo com dizer a V. Ex. o que nas relações que lhe fiz de Jacobina e rio das Contas disse já: que em todo este sertão aparece ouro, há prata, há pedra e há todos os mais metais; como a prata é mais dificultosa para se descobrir por isso se não tem dado com ela e todos descobrem ouro porque este se acha à superfície da terra. Como os sertões se forem povoando e franqueando mais, tudo se há de patentear.

"Se S. M. não quiser passar pela demora de um século como tem corrido desde o tempo de Belchior Dias até o presente, anime os seus vassalos com mercês e com algum proveito com que possa fazer as despesas, que não hão de faltar descobridores que se arrisquem como Belchior Dias e que descubram o mesmo que ele descobriu, o que alguns não fazem por não correrem a mesma fortuna que ele correu. Este homem chegou a afirmar por uma carta que se acha no seu copiador que havia de dar neste sertão do Brasil tanto ouro e tanta prata como ferro em Bilbao. Queira Deus que no tempo do governo de V. Ex. se logre esta felicidade e que para o dirigir e franquear guarde Deus a V. Ex. por muitos anos.

"S. Paulo e novembro 22 de 1725. – *Pedro Barbosa Leal*."

Cartas de Belchior Dias Moreia, a que se refere Barbosa Leal (Códice cit., fls. 148 e 149). Ao rei de Espanha:

"Quatro ou cinco anos haverá que fui deste estado do Brasil com grande alvoroço representar a V. Maj. como a divina [Providência?] fora servida que por meu trabalho e indústria tenha descoberto certas minas de prata neste estado, e V. Maj. me remeteu ao Marquês Vizo Rei do Reino de Portugal para que com parecer do Conselho da Índia consultasse a V. Maj. as mercês que eu pretendo se me façam

quando cumpra o que digo em meu memorial; a qual consulta té agora V. Maj. não mandou deferir. Havendo muitos meses que desse Reino fui e por ter a minha casa mui acabada por minha ausência, o que também causou [prejuízos?] a alguns índios forros que nesta empresa me queriam ajudar, e quanto mais se dilatar a minha vinda mais dificuldades a lesarão... pelo que peço a V. Maj. me faça deferir, porque também sou velho e quiçá tarde ou nunca se possa alcançar no Brasil o que aí tenho alcançado; e pois não peço cousa alguma mais que promessas, cumprindo o que prometo sempre convir ao serviço de V. Maj. mandar me responder com brevidade, porque ainda que estes [*princípios?*] pareçam fracos e se possa entender que não seja este meu pensamento de proveito, pois se na aventura nada V. Maj. há de dar de sua fazenda, pouco se aventura com que animar com promessas para o futuro, porque espero em Deus o há de ser para V. Maj. gozar de grandes riquezas neste estado. Guarde Nosso Senhor a gloriosa pessoa de V. Maj. – *Belchior Dias Moreia*."

– A Afonso Rodrigues, da Cachoeira (avô de João Rodrigues Adorno):

"Porque na pessoa do Sr. Baltasar Dorta Barbosa concorrem as qualidades que de si querem faço esta carta a vm. para que seja servido mandar se lhe guarde todo o bom supito e fazer lhe mercê, com a satisfação que se lhe couber... que estou certo mostrará por obras; parece que por sua curiosidade e muita experiência que tem de metais correu pelo rio de S. Francisco arriba com Manuel de Miranda certos pontos e por lhe parecer o rio de Parauaçu... como é me pediu fizesse esta a vm. passando por esta sua casa de passagem, assim no de S. Francisco como na capitania de Sergipe d'el-Rei. – Nosso Senhor a pessoa de vm. guarde como deseja. – 11 de junho de 603. – *Belchior Dias Moreia*." – (G.).

III
(Pág. 781)

Em J. Pedro Ribeiro, *Dissertação cronológica*, **4**, parte 1ª, 199, vêm transcritos o alvará e regimento que instituíram em Lisboa o consulado e casa de negócio mercantil. Compunha-se o consulado de um juiz de apelação, um prior e dois cônsules, um letrado assessor, quatro conselheiros, um escrivão da mesa, um porteiro da casa, um visitador do mar, um tesoureiro do dinheiro, um feitor dos mantimentos e munições, os escrivães de seus cargos, um contador, um escrivão dos processos e causas das demandas, um meirinho e um porteiro público das audiências.

Rebelo da Silva, *História de Portugal*, **5**, 63-64, Lisboa, 1871, escreve: "Filipe II em 1593 [aliás 1592] tinha lançado o imposto denominado do 'consulado' com apropriação especial à sustentação dos navios incumbidos da guarda da costa, e este imposto desviado pelos seus sucessores, produzia em 1607, arrendado a Manuel Gomes da Costa por oito anos, 55:000$000, além de 5:000$000 cobrados

de cada nau que voltava da Índia. Em 1620 achava-se orçado em 80:000$000. Esta contribuição pesava toda sobre o corpo do comércio, elevando-se a 3%, e ninguém se queixaria de a pagar se o gabinete de Madri por alvará de 1602 não suprimisse o tribunal que, em virtude do regimento de 16 de junho de 1593, fiscalizava a rigorosa aplicação das receitas às despesas marítimas. Depois dele o tributo arrancado sem garantias e distraído em gastos diversos, converteu-se em verdadeira opressão, agravada pela ironia palpável dos contribuintes verem desarmados e podres nos lodos do Tejo os cascos subsidiados para defesa de seus cabedais."

Nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, diál. 3º, Brandônio comenta: "Todos estes açúcares [das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá] pagam na alfândega de Lisboa o branco e o mascavado duzentos e cinquenta réis a arroba e as panelas a cento e cinquenta réis a arroba, isto afora o *consulado*, de que feita a soma vem importar à fazenda de S. M. mais de trezentos mil cruzados, sem ele gastar nem despender na sustentação do Estado um só real de sua casa, porquanto o rendimento dos dízimos, que se colhem na própria terra, bastam para sua sustentação". – *Diálogo terceiro*, pág. 143, na Coleção Clássicos e Contemporâneos, n. 14, da Livraria Dois Mundos, Ltda., Rio de Janeiro, s/d (1943). – (G.).

IV
(Pág. 781)

O ataque do corsário inglês Tomás Cavendish à vila de Santos deu-se a 25 de dezembro de 1591, ou a 15 do mesmo mês, conforme ao calendário juliano, que os ingleses conservaram até 1752. As divergências que se notam entre as datas de Hakluyt, *Principal navigations*, **II**, 389 e segs., e Purchas, *Pilgrimes*, **14**, 151 e segs., resultam da diferença entre aquele calendário e o gregoriano.

Os moradores de Santos foram surpreendidos quando na igreja se entregavam aos atos religiosos do dia e nenhuma resistência tentaram opor. O assalto foi levado a efeito por destacamentos dos navios *Roebuch* (capitão Cocke), *Derire* (capitão John Davies) e *Blacke Pinesse*. Cavendish, que ficara na ilha de São Sebastião, chegou dias depois com o *Leicester* e o *Daintie*. Fortificados em Santos, os assaltantes incendiaram vários engenhos no caminho de São Vicente e, ao cabo de dois meses, tomaram rumo do sul, levando tudo quanto tinha algum valor. Voltaram a Santos no ano seguinte, mas todos os que desembarcaram então foram mortos, entrando nesse número o capitão Stafford, Southwel e Barker. No Espírito Santo, para onde se dirigiram depois, foram repelidos com grandes perdas, e na ilha de São Sebastião sofreram pequenos revezes, como também na ilha Grande. Cavendish morreu em viagem quando regressava para a Inglaterra. A carta furiosa com que se despediu da existência o terceiro circunavegador do orbe está publicada em Purchas, *Pilgrimes*,

14, 151-177. – Conf. Brás da Costa Rubim, "Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo", in *Revista do Instituto Histórico*, **24**, 224 e 225; Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 612, ed. 1946; Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 243 e 244, 3ª ed., 1931. – Na companha veio Anthony Knivet, que ficou no Brasil algum tempo, e cujas aventuras fez depois escrever e foram publicadas em Purchas, ib., 177-289. Na *Revista do Instituto Histórico*, **41**, parte 1ª, 183-272, tradução do holandês por José Higino Duarte Pereira, inseriu-se a narração da viagem de Knivet, que no original inglês é mais completa. – Veja Teodoro Sampaio, "Peregrinações de Antônio Knivet no Brasil", na mesma *Revista*, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, **2**, 345-390, Rio, 1915. – (G.).

V

(Pág. 783)

Pain de mil escreve Pyrard [*Voyage*, **2**, 568, Paris, 1615]. Outros dizem *Pais de Mil*. Mas o primeiro nome nos parece preferível, pois Amador Rebelo [*Compêndio de algumas cartas*, 237, Lisboa, 1598] escreve *Pã de Mil*. – (A.).

Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, parte 2ª, **1**, 80-87, Rio, 1859, escreve *Pam de Milho*; fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário mariano*, **9**, 191.194, *Pão de Milho*. Na *Remonstrance très humble, en forme d'avertissement, que font au roy et à nosseigneurs de son conseil les capitaines de la marine de France*, citada por Ternaux-Compans, *Notice historique sur la Guyane française*, **19**, Paris, 1843, vem *Poidemil*, de que Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 361, fez *Pois de Mil*; o mesmo em La Roncière, *Histoire de la Marine Française* citada, **IV**, pág. 340. A *Remonstrance* foi impressa em princípios do século XVII, anônima e sem data; nela o episódio de que se ocupa o texto vem assim referido, conforme cópia do exemplar que pertence à Biblioteca Nacional de Paris:

"*En l'année 1587 le capitaine Poidemil de Soson en Xaintonge & 116 hommes de son equipage dans un navire nommé du* Volant *allant au Bresil pour traficquer, furent si long temps à passer la ligne que presque toutes leurs victuailes se perdirent et furent presséz de si grande famine le reste du chemin qu'ils contraris à l'arrivée de se mettre a terre au dit Bresil pour trouver de quoi manger, aussi tort saisis des Portugais, menéz á l'Abaye de tous les Saincts, ville capitale ou ils furent pendus 18 jours apres. Pareil accident, comme aussi pareil traittement par les Portugais fut fait en mesme lieu au capitaine Elisee goribant de la Temblade pres Mornac, & 75 hommes de son equipage estant dans le navire nomm*é le Saige*, partis de la Rochelle arrivez au dit Bresil*."

A data *1587*, na *Remonstrance*, está por *1595*, no que não atentou Gaffarel, ubi supra, mas reparou Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador,

História do Brasil, 244 e 245, 3ª ed., 1931, com abonação de Amador Rebelo, op. et loc. cit., Gaspar Afonso, *História trágico-marítima*, **2**, 340-342, e *Anales de la Biblioteca Argentina*, **4**, 467, Buenos Aires, 1905. Abreu e Lima, *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil*, 61, Pernambuco, 1845, reporta também o sucesso ao ano de 1595.

O milagre de Santo Antônio de Arguim, a que os franceses teriam dado lugar, vem relatado em Jaboatão e fr. Agostinho de Santa Maria. – (G.).

VI
(Pág. 792)

Pedro Taques, "Informação sobre as minas de São Paulo e dos sertões da sua capitania desde o ano de 1597 até o presente de 1772", in *Revista do Instituto Histórico*, **64**, parte 1ª, 7: "À vila de São Paulo chegou d. Francisco de Sousa no ano de 1599, trazendo uma companhia de soldados e infantes do presídio da Bahia, como capitão dela Diogo Lopes de Castro, e seus oficiais, e com um mineiro alemão Jaques de Oalte, e um engenheiro, também alemão, Giraldo Betink, vencendo cada um de ordenado 200$ por ano". Os cognomes germânicos estão evidentemente estropiados. Trouxe cirurgião, que foi José Serrão, vencendo de ordenado 16$, o qual já tinha vindo do reino para a Bahia com o governador: Taques, *Informação*, **8**. Segundo Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, **2**, 113, fr. Vicente do Salvador aportou ao Rio com d. Francisco de Sousa em outubro de 1598. Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **27**, parte 1ª, 39. À comitiva de d. Francisco juntou Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **1**, 173, São Paulo, 1924, o mineiro Cornélio de Arzão, tronco de uma família de bandeirantes. Do regimento que ao capitão Diogo Gonçalves Laços deu d. Francisco de Sousa, em 19 de julho de 1601, consta que estava esperando cada dia, com o favor de Deus, pelos mineiros que sua majestade havia de mandar: *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 124.

Outro companheiro de d. Francisco foi Baccio da Filicaya, gentil-homem florentino, de que se tem notícia através de uma comunicação do Dr. Giácomo Gorrini, inserta nos *Atti del Congresso internazionale di scienze storiche* (Roma, 1903) vol. **X**, págs. 39-54, Sezione *Storia della Geografia, Geografia storica*, sob o título *Un viaggiatore italiano nel Brasil – Baccio da Filicaja (1565-1609)*. Essa comunicação insere como apenso duas cartas de Baccio da Filicaya ao grão-duque de Toscana e ao seu secretário, e duas outras do mesmo grão-duque ao seu embaixador na Corte de Madri e a d. Cristóvão de Moura. São tão interessantes essas cartas que, traduzidas, se estampam aqui:

– "Primeira carta de Baccio da Filicaya, capitão de artilharia no Brasil, ao Grão-Duque Ferdinando I. De Lisboa, 30 de agosto de 1608, – Sereníssimo Grão-Duque

e meu Senhor. – Desde menino fui mandado por meus Pais para esta cidade, onde estive quatro anos. Depois, por perdas que tiveram meus maiores, fechou-se a casa, pelo que me foi forçoso tornar à pátria, e, em chegando, fui prestar a obediência a V. A. Sereníssima e beijar-lhe a mão, e dela fui recebido com a sua costumada benignidade, e exortado a dar de mim aquela satisfação, como tinham feito os meus antepassados; que, assim fazendo, dela seria sempre ajudado e favorecido; e, como os negócios andassem muito calamitosos, e eu mais inclinado às virtudes da matemática do que a eles, para não desviar-se, pus-me a aprender a arquitetura militar, artilharia e cosmografia, favorecido e incitado por excelentíssimos mestres que por V. A. Sereníssima são continuamente estipendiados; e com o decurso do tempo, vendo que a teoria me podia muito pouco sem a prática, resolvi-me a sair fora e correr mundo, buscando lugar onde pudesse pôr em execução esse meu desejo, para depois de bem exercitado tornar à pátria, a gozar o doce jugo de V. A. Sereníssima e servi-la com o que houvesse aprendido em terra estranha, invejoso de tantos *virtuosi*, que se acolhem sob a sua proteção, tão favorecidos e ocupados nos seus serviços. E, tornando a esta parte da Espanha, passei o mar Oceano às partes do Brasil, onde logo um gentil-homem português, chamado d. Francisco de Sousa (que servia de governador-geral de toda aquela província) sabedor da minha chegada e curiosidade, me ocupou com o cargo de engenheiro-mor daquele Estado; e andando em sua companhia a visitar todo o Estado e suas fortalezas, ocupou-me em restaurar muitas delas e fortificar outros portos de novo, e juntamente me deu o cargo de capitão de Artilharia, com o qual exercitei muitos bombardeiros, e acomodei toda a artilharia de ditas praças-fortes. Depois S. M. o mandou a descobrir certas minas de ouro e prata, aonde fui em sua companhia, fazendo uma descrição de toda aquela província, e facilitando o benefício das ditas minas, onde continuei cinco anos em dito serviço, e com os ditos cargos; e como ele deixasse o seu Governo, e a mim me parecesse haver feito poucos serviços, desejoso de exercitar-me em maiores cousas, acostei-me ao novo governador mandado deste reino, chamado Diogo Botelho e, como ele determinasse descobrir e conquistar as províncias dos rios Maranhão e Amazonas, sabedor da minha curiosidade, mandou-me em companhia de um general português, servindo os cargos de sargento-mor e capitão de uma companhia; e como esta Coroa dê pouco soldo, mas satisfaça bem os serviços, determinei desde logo fazê-los à minha custa, para obrigar mais S. M. a remunerar-me os meus trabalhos; e assim hei servido seis outros anos com os ditos cargos, com muita satisfação, em que conquistamos duzentas léguas de terra e sujeitamos muitas nações de gentios a esta Coroa, reduzidos à nossa santa fé católica; e o ano passado, sendo mandado por meu general a descobrir certos pontos na dita costa do rio do Maranhão, com um pequeno navio, depois de haver feito quanto me foi imposto, como tivesse dado muitas voltas, com o barco todo aberto, tendo perdido âncoras e algumas velas com os tempos contrários, não foi possível tornar ao Brasil, senão chegar com vento em popa às Índias de Nova Espanha; de onde, para dar satisfação de mim e do que havia feito, me tornei a embarcar para este reino, onde haverá um mês que cheguei; e, pois que aqui me encontro, pretendo

pedir remuneração a esta Coroa dos meus serviços, dos quais trago bastantes informações. E como seja estrangeiro, para obtê-la, me é necessário o favor de V. A. Sereníssima; e, sabendo quanto favorece e ajuda seus vassalos (máxime aqueles que procedem como devem), ouso rogar-lhe humildemente se digne favorecer-me de mandar ao embaixador monsenhor arcebispo de Pisa, assistente de V. A. Sereníssima na Corte desta Majestade Católica, que me favoreça em seu nome de ocupar-se destes meus despachos e remuneração; e, como primeiro é preciso reconhecê-los aqui neste reino, e depois vão por consulta à Corte, rogo me favoreça ainda com cartas de favor para o vice-rei d. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo-Rodrigo, e para o conde-almirante, presidente do Conselho da Índia, que são as pessoas com quem está todo o governo deste Estado, as quais me serão muitíssimo úteis; e sempre ficarei obrigadíssimo a rogar a Deus, nosso Senhor (como rogo) pela saúde e acrescentamento do Estado a V. A. Sereníssima, e de toda a sua Casa.

"D. Francisco de Sousa, por outro lado, nomeado que foi governador-geral do Estado do Brasil, como descobrisse muitas minas de ouro no tempo em que o acompanhei, tem sido por S. M. despachado para administrador delas, e porque constrói uma nova cidade naquela parte, e se intitula marquês dela, e infinitas outras graças e honras; tem com instância pedido que o queira acompanhar para dar ordem à construção da nova cidade e fortificar o porto e, como eu lhe esteja em obrigação, não posso senão o prometer; e assim farei, com ajuda de Deus, esta viagem, da qual penso estar de volta no fim de três anos; o resto de vida, que Deus me concederá, todo empregarei na devoção de V. A. Sereníssima, certíssimo que dela serei benignamente visto e ocupado; a quem Deus nosso Senhor prospere, etc. – De Lisboa, e de agosto, aos XXX de 1608. – De V. A. Sereníssima, Humílimo Vassalo e Servidor – *Baccio da Filicaya*. – Subscrito: Ao Sereníssimo grão-duque de Toscana, meu senhor, etc." – Nota que Gorrini atribui ao secretário do grão-duque: "Que o Filicaya mande relação por escrito de todo o país e da viagem que fez com mais particularidade e notícias que possa, por curiosidade de S. A., ouvindo de bom grado suas novas."

Carta de Ferdinando I ao Conde Orso, seu embaixador na corte de Espanha, em 14 de novembro de 1608:

"Ao conde Orso, embaixador na Corte Católica: Baccio da Filicaya, nosso vassalo e gentil-homem florentino, tendo servido cinco anos como engenheiro-mor, andando depois como capitão de artilharia de S. M. Católica nas partes do Brasil sob o cargo de d. Francisco de Sousa, português, governador-geral, naquele tempo, de toda a Província, em companhia do qual visitou aquele Estado, restaurou fortalezas e fortificou portos, e acomodou a Artilharia naquelas Praças, e exercitou muitos bombardeiros; e findo o governo do sobredito d. Francisco de Sousa, foi depois também empregado por d. (*sic*) Diogo Botelho, novo governador do dito país, em acompanhar um general português mandado a descobrir e conquistar as províncias dos rios do Maranhão e Amazonas, junto ao qual há servido já outros seis anos como sargento-mor e como capitão de uma companhia, sem haver querido

tirar soldo, com haver com as suas honradas fadigas e trabalhos feito o que parece útil ao serviço de S. M. Católica, o que oferece fazer constar, e deverá mandar-vos, junto a esta, suficientes informações, atestações e esclarecimentos – deseja e suplica ser reconhecido e remunerado, como sempre costumam ser pela suma bondade e justiça de S. M. todos aqueles que assim útil e honradamente trabalham em seu serviço e da Cristandade. E enquanto deverá aí consultar a sua remuneração, segundo o reconhecimento feito no Reino de Portugal das sobreditas informações que ele mandará, queremos que com toda a eficácia seja recomendada e ajudada em nosso nome a boa e favorável expedição deste seu negócio. Etc."

Carta de Ferdinando I a d. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo-Rodrigo, vice-rei do Brasil pelo rei de Portugal: "Acostumado V. E., em virtude de sua célebre bondade e justiça, a ajudar e favorecer tanto quem no serviço de S. M. Católica com longos, úteis e honrados trabalhos e fadigas tenha adquirido mérito junto a ela, não tendo necessidade de encarecer minhas recomendações. Baccio da Filicaya, meu vassalo e gentilhomem florentino, que já tantos anos há servido por cargos e do modo que pressuponho ser bem conhecido de V. E.; contudo, cercando-o do meu natural amor para com os meus súditos, não posso deixar de recomendá-lo à sua proteção e autoridade, a fim de que possa mais facilmente ser reconhecido e remunerado. E lembrando a V. E. valer-se livremente de mim em qualquer ocasião, lhe beijo as mãos."

Segunda carta de Baccio da Filicaya: "Ao secretário do grão-duque Ferdinando I. Muito ilustre Senhor meu, respeitabilíssimo. A gratíssima de V. S. de xiiij [14] de novembro tenho recebido há dois dias, e com ela as cartas de favor com que S. A. Sereníssima me fez graça; e a estes senhores vice-rei e conde-almirante me tenho apresentado e sou bem visto, e espero que me sejam de grandíssimo proveito, como a isso deverão responder; aí, pelo senhor embaixador, mandarei à Corte onde reside, acompanhada de outra minha e lhe significarei o que me é necessário, certíssimo de receber tudo o que (com justa razão) pedir, que de tudo fico obrigadíssimo a S. A. Sereníssima, como devo, e logo confio em Deus voltarei à pátria, a gozar de seu doce jugo, e rogar-lhe por graça me empregue em seu serviço, certíssimo de, como bom vassalo, dar-lhe aquela satisfação desejada. E a V. S. agradeço os grandíssimos favores que me fez em ditas cartas (assim como os que sempre fez ao defunto Bastiano, meu irmão, tomo à minha conta) e recompensá-los-ei em tudo que me for mandado (como devo); tenho feito a descrição prometida (juntamente com uma Relação); e por ser grande não a envio pelo correio, mas seguirá por uma urca que neste mês deverá partir para Veneza; é um pouco longa, porém, como a minha profissão não é a de historiador, V. E. suplicará, por sua gentileza, desculpas para as minhas faltas; não contém senão uma nova conquista, em que andei cinco anos, a servir S. M. (à minha custa), e a propósito de minha viagem vou relatando todos os costumes, guerras, medicamentos, víveres e leis do gentio e de muitas espécies de animais das ditas partes; não tenho começado outra geral de todo aquele Estado do Brasil, porque, tendo ficado no Brasil muitos desenhos e memórias, não a posso

acabar, mas virá de lá (levando-me Deus a salvamento) com alguma curiosidade que ali tenho, e de novo proverei quando eu não seja o portador, e a benignidade e curiosidade de S. A. Sereníssima (junto à amabilidade de V. E.) me dão ânimo de cometer qualquer cousa para adquirir honras; a vinda de meu irmão a estas partes não me parece acertada, como a ele largamente tenho escrito e de novo lhe replico, porque para quem não começa de menino a andar por terras estranhas é muito difícil mudar sua natureza à vontade dos forasteiros; e quem é bem nascido (sendo obrigado a dar satisfação como tal) facilmente lhe sucede desgraça e, como ele seja avançado em idade para aprender novas línguas, não tem por que afastar-se de sua pátria, máxime tendo ocasião de servir S. A. Sereníssima, o que, sem esperar ser chamado, deverá fazer, porque eu, se não fosse ter empenhado minha palavra para acompanhar o marquês d. Francisco de Sousa, pelas obrigações que lhe devo, como soldado aventureiro, haveria de andar neste instante a navegar na sua armada; mas, com o favor divino (como disse) espero será em breve e, ainda que o corpo esteja ausente, estou sempre com o coração à sua devoção; com o que termino, rogando a Deus pela longa vida e acrescentamento do Estado de S. A. Sereníssima e de toda a prole, e por V. S. todo satisfeito. beijando-lhe as mãos. De V. S. ilustríssima, afetuosíssimo servidor – *Baccio da Filicaya*. – De Lisboa, e de janeiro, V de 1609. – Endereço: Ao muito ilustre senhor meu respeitabilíssimo Cavalheiro Bilisário. – Secretário de S. A. Sereníssima, etc. – Florença."

Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 251 e 252, 3ª ed., 1931.

Nenhum documento conhecido, de origem castelhana ou portuguesa, se refere a Baccio da Filicaya e a seus serviços no Brasil, os quais, a crer em suas próprias palavras, não foram de pouca monta. De fonte italiana fornece Gorrini informações circunstanciadas, que dizem respeito não somente ao aventureiro como à sua nobre família. As investigações desse erudito não deixam, entretanto, esperanças de que, pelo menos em arquivos italianos, possa ser encontrada não só a longa relação dos sucessos de 1604 a 1608, que anunciava haver concluído, como também a descrição minuciosa do Estado do Brasil, que prometia enviar quando, de volta, pudesse aproveitar os desenhos e memórias aqui deixados. Achar-se-ão em arquivos espanhóis esses documentos? – (G.).

VII
(Pág. 792)

Diogo Martins Cão, o *Matante negro*, era natural de São Maninho, em Portugal, filho de Jorge Lopes de Barros e de sua mulher Beatriz Álvares, casado com Ana de Araújo, com cinquenta anos de idade em 1591, cristão-velho, lavrador morador em

Jaguaripe, da capitania da Bahia, conforme tudo declarou à mesa do Santo Ofício: *Primeira Visitação, Denunciações da Bahia*, 373. De sua entrada às Esmeraldas tratou fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 380, ed. de 1918. A alcunha temerosa revelou Simão de Vasconcelos, *Notícias antecedentes, curiosas, e necessárias das cousas do Brasil*, **26**, Rio, 1864; repetiram-na Pedro Taques, *Informação sobre as minas de São Paulo*, **4**, e Brás da Costa Rubim, "Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo", in *Revista do Instituto Histórico*, **24**, 223. – Veja mais: F. Borges de Barros, *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, **4** (1919), 31, e Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **1**, 55, São Paulo, 1924.

Em 29 de março de 1593, Diogo Martins Cão obteve uma sesmaria de uma légua em quadro, em terras do engenho Jaguaripe, para fazer engenho, no prazo de dois anos; em 23 de dezembro de 1598 alcançou outra, de dez braças, no varadouro do porto da Bahia, para fazer casa para os mercadores que desembarcassem "irem em direitura à dita casa, para daí serem vistos, e irem à Alfândega, segundo as ordens reais": códice do Arquivo Nacional – *Sinopse de sesmarias concedidas na Bahia, 1534-1828*, fls. 6. – (G.).

VIII
(Pág. 796)

Diogo Gonçalves Laços, ou Lassos, foi mandado da Bahia por d. Francisco de Sousa, logo que lhe deram conta dos descobrimentos das minas, como administrador das mesmas e capitão de São Paulo. Trouxe por seu alferes a Jorge João por mineiros experimentados a Gaspar Comes Moalho e Miguel Pinheiro Zurara, por fundidor a Dom Roiz, com regimento para observar e se lhe assistir pelo almoxarifado da fazenda real da vila de Santos, com todo o dinheiro que carecesse para benefício das minas; chegou a São Paulo a 13 de maio de 1598: Pedro Taques, *Informação*, **6**. A 19 de julho de 1601 o governador lhe deu regimento para não consentir que pessoa alguma fosse às minas já descobertas, nem tratasse de descobrir outras, salvo Afonso Sardinha, o velho, e Afonso Sardinha, o moço, não se bulindo nelas até a vinda dos mineiros e mais oficiais, para que as vissem intactas, e que se falou verdade a sua majestade: *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 123-126. Já era morto em 8 de maio de 1602, data de uma provisão de d. Francisco, deferindo a petição de sua viúva Guiomar Lopes para prover ao seu neto e homônimo do cargo de capitão de São Paulo e distrito das minas, servindo em seu nome, enquanto não tivesse idade, o capitão Pedro Arias de Aguirre: *Registro geral*, **1**, 133-334, e Pedro Taques, *Informação,* **9**. Esse outro Diogo Gonçalves Laços, em 15 de setembro de 1618, compareceu perante o licenciado Marcos Teixeira, inquisidor e visitador do Santo Ofício na cidade do Salvador da Bahia, e declarou ser natural da mesma cidade, de vinte anos de idade, solteiro, filho do capitão Pedro Arias de Aguirre e

de d. Catarina Quaresma, já falecida, cristãos-velhos: Livro das *Denunciações que se fizeram na Visitação do Santo Ofício, na cidade do Salvador*, etc., in *Anais da Biblioteca Nacional*, **XLIX**, pág. 162. Teria, portanto, nascido em 1598 e seria provido de capitão de São Paulo e suas minas aos quatro anos de idade. – Em 6 de junho de 1644, d. João IV lhe concedeu a capitania do forte de São Filipe, na Bahia; o alvará que lhe faz essa mercê, pelas notícias que contém, fica aqui transcrito integralmente: "Eu el-Rei, faço saber aos que este alvará virem, que tendo respeito aos serviços de Diogo Gonçalves Laços, natural da Cidade do Salvador, e filho de Pedro Arias de Aguirre, feitos de 25 anos a esta parte no Brasil e neste Reino em praça de soldado e de alferes desde o ano de 619 até o de 643, achando-se na recuperação da Cidade do Salvador nos anos de 624 e 25, e na resistência, que nos de 627 e 38 se fez ao general Pero Pires, acometendo aquela Praça com algumas naus holandesas, e ao Conde de Nassau, indo com poder superior sitiá-la, e na obra das fortificações dela, procedendo em tudo com particular zelo, e ultimamente depois de deixar a fazenda, que possuía no distrito de Pernambuco por seguir o serviço desta Coroa, vindo o ano passado de 643 daquelas partes passar ao Alentejo, onde serviu todo o verão de soldado na Companhia dos aventureiros à sua custa; e lhe pertencer a ação dos serviços, que seu avô Diogo Gonçalves Laços fez em praça de capitão por decurso de seis anos nas minas de São Vicente até morrer no descobrimento delas: Hei por bem de lhe fazer mercê em satisfação de tudo da sucessão da capitania do forte de São Filipe de Tapagipe na Bahia de todos os Santos, de que seu pai é proprietário, para lhe suceder nela por morte, visto não poder ter efeito a mercê, que por alvará particular se tinha concedido ao dito seu pai, para nomear a dita capitania em outro filho, por estar de presente em Castela, com declaração, que nos registros do alvará referido se porão as verbas necessárias; e este se cumprirá tão inteiramente como nele se contém. – *Rei*." – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino – Registros*, **4**, fls. 14 v.,15. – Eram seus irmãos Bernardo de Aguirre, Francisco Quaresma e d. Isabel, casada com o mexicano Diogo do Sandoval, os quais viviam na Bahia em 1618, conforme o *Livro das Denunciações* já citado. – (G.).

IX

(Pág. 796)

O que se lê no texto combina com o que escreveu Pedro Taques, *Informação*, **8**, sobre o regimento dado a André de Leão, a 19 de julho de 1601, mas se contrapõe aos dizeres do regimento dado a Diogo Gonçalves Laços, em igual data, *Registro geral*, **1**, 124 e 125, no qual o governador ordenou providências para o caso de que viesse "recado de serem achadas as minas de prata que André de Leão com a mais companhia foi buscar..."

Sobre essa expedição e a de Nicolau Barreto (com a qual nada tem) escreveu Orvile A. Derby, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo,* **4**, 329-350, e 8, 399-422, duas memórias merecedoras de leitura por seus ensinamentos. Como itinerário da primeira, estabeleceu Derby o roteiro do holandês Wilhelm Joos ten Glimmer, conservado através da obra de Piso e Marcgrav, *Historia Naturalis Brasilia*, 263 e 264, Amsterdã, 1648, reproduzido por Capistrano de Abreu, *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, 83-85, Rio, 1883, e traduzido para o português duas vezes, *Revista* citada, **4**, 333-336, e 6, 232-235. – Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 258, 3ª ed., 1931, acha muito possível a hipótese de Derby, mas, na falta de qualquer data no roteiro de Glimmer, pensa que se pode incluir a expedição a que serviu tanto na primeira como na segunda governança de d. Francisco de Sousa. "Esta seria mais plausível até, se ponderarmos que Glimmer, comandante de Fernando de Noronha em 1633, estaria em melhor idade para um comando militar se andasse bandeirando em 1611 do que em 1601. Que era comandante naquele tempo informa um documento de Johannes van Walbeeck, de que existe cópia no Instituto Histórico (*Documentos holandeses*, **1**, págs. 124/125, Rio, 1945). – Sobre a expedição de André de Leão, veja Calógeras, *Minas do Brasil*, 1, 30 e 31, Rio, 1904; [Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil,* 51-52, Rio, 1915; Alfredo Ellis Júnior, *O bandeirismo paulista,* 20-21, São Paulo, s-d.][119] Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **1**, 56, São Paulo, 1924. – (G.).

X

(Pág. 796)

Foi uma esquadra composta de sete navios, sob as ordens dos capitães Hartman e Broer, mandada ao Brasil pelo almirante Leynssen, que sucedera a Pieter van der Does no comando da grande expedição de setenta velas enviada da Holanda para apoderar-se de qualquer das possessões espanholas nas Índias Ocidentais. Van der Does, em vez de rumar diretamente para a América, assenhoreou-se primeiro da Grande Canária, de onde despachou metade de sua frota carregada dos despojos arrancados aos inimigos. Passou depois à costa da Guiné, onde tomou a ilha de São Tomé; aí violenta epidemia dizimou em menos de duas semanas o próprio general e mil e duzentos homens de sua tripulação. Leynssen, assumindo o comando, em lugar de vir com o restante da expedição ao Brasil, dela destacou aqueles sete navios, que foram os que aportaram à Bahia véspera da véspera de Natal de 1599.

119 Estas informações bibliográficas (entre colchetes) constaram apenas da 3ª edição integral desta *História* (N. do E.).

Durante cinquenta e cinco dias assolaram os corsários o Recôncavo, e, apesar da resistência que lhe opôs o governador interino Álvaro de Carvalho, retiraram-se com boa presa: Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 2-3 e 171, La Haye, 1853. – Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 374, 3ª ed., 1931, diz que a capitânia da esquadra se chamava *Jardim de Holanda*, por um jardim de ervas e flora que trazia dentro em si; mas esse nome, em holandês *Hollandtschen Thuyn*, era o da capitânia de Paulus van Caarden, na expedição de 1604, referida em outra nota desta seção. – Dias antes, a 16 de dezembro, havia aportado à Bahia o navio holandês *Silveren Werelt* (*Mundo Argentino*, ou *Platino*), cuja tripulação fora levada para terra e aprisionada. Nos combates que se seguiram com os navios de Hartman e Broer, o *Silveren Werelt* foi metido a pique: Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, citada, 251. – Esse navio, juntamente com o *Gulden Werelt* (*Mundo Dourado*), saiu de Amsterdã em agosto de 1598, com destino à Guiné e ao Prata; navegaram os dois de conserva até à ilha do Ano Bom, onde se separaram para não mais se verem. O segundo esteve nas ilhas de São Tomé e do Príncipe, no estreito de Magalhães e por último em São Vicente, sendo tomado por ordem de d. Francisco de Sousa: fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, citada, 381; Knivet, "Narração da viagem", in *Revista do Instituto Histórico*, **41**, parte 1ª, 260; Pedro Taques, *Informação*, 8. – Existe o diário da viagem do *Silveren Werelt*, impresso em Amsterdã, 1603, descrito por J. Carlos Rodrigues, *Biblioteca brasiliense*, 101, Rio, 1907. De uma edição alemã, Frankfurt a. M., 1604, serviu-se Paul Groussac para a tradução castelhana que, sabiamente comentada e anotada, estampou nos *Anales de la Biblioteca Argentina*, **4**, 272-496, Buenos Aires, 1904. – (G.).

XI
(Pág. 796)

A esquadra de Olivier van Noort estava fundeada diante da barra do Rio de Janeiro desde 5 de fevereiro de 1599; a 11 o navio *Eendracht* aproximou-se de terra com o fim de proteger o desembarque de setenta homens de sua tripulação perto do Pão de Açúcar. Chegados a terra foram os assaltantes repelidos por uma emboscada e voltaram em desordem para as lanchas em que tinham vindo, com perda de alguns, prisioneiros e feridos. O forte de Nossa Senhora da Guia, depois Santa Cruz, abriu fogo sobre as lanchas e sobre o *Eendracht*, obrigando-o a voltar à linha da esquadra. No dia seguinte van Noort velejou para a ilha de São Sebastião: Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, pág. 74, ed. 1946. – Tentou outro desembarque no rio Doce: Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 2. – A esquadra seguiu para o sul e passou o estreito de Magalhães, continuando viagem até às ilhas Filipinas, depois de ter em vão tentado estabelecer-se no Chile. Às suas proezas em águas do Pacífico referem-se Diego Barros Arana, *Historia Jeneral de Chile*, **3**, 311, Santiago,

1884, e F. Vidal Gosma, *Algunos naufrajios ocurridos en las costas chilenas*, 37 e 38 e 40, Santiago, 1901. Olivier van Noort escreveu a relação de sua viagem, de cujas diferentes edições no século XVII tratou P. A. Tiele, *Mémoire bibliographique sur les Journaux das Navigateurs Néerlandais*, 27 – 38, Amsterdã, 1867. Dessa notícia se vê que compunham a esquadra os navios *Mauritius, Hendrick Frederick, Eendracht* e *De Hope*. Saindo do porto de Roterdã, a 2 de julho de 1598, somente o primeiro conseguiu voltar, em agosto de 1601. – (G.).

XII
(Pág. 800)

A carta de nomeação de Diogo Botelho é desconhecida no Rio; menciona-a o *Catálogo dos documentos mandados copiar por d. Pedro II*, publicado na *Revista do Instituto Histórico*, **67**, parte 1ª, 79, mas não se encontra no códice indicado: *Conselho Ultramarino – Registros*, **2**, 147 v. A *Revista* citada, **73**, parte 1ª, 1-258, publicou, com erudita introdução de Vieira Fazenda, a *Correspondência de Diogo Botelho*, que Norival de Freitas, um dos mais felizes pesquisadores que ultimamente visitaram os arquivos portugueses, encontrou na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Por esse assinalado serviço às letras históricas deem-se-lhe todos os aplausos, extensivos a Max Fleiuss, a cuja iniciativa se deve a missão que o levou à Europa, a expensas do Instituto, na presidência aureolada de Rio Branco. A *Correspondência* consta de dezenove cartas régias dirigidas a Diogo Botelho, que vão de 25 de fevereiro de 1602 a 7 de junho de 1607; de depoimentos de testemunhas juradas sobre os serviços prestados pelo governador, tanto em Pernambuco como na Bahia, de atestados, certidões, autos de devassa e outros documentos importantes à história do Brasil, porque em vários passos, como se verá, apontam, esclarecem ou corrigem fatos do período a que se relaciona. À própria biografia do governador traz dados que permitem mais amplo conhecimento da personagem. Por ela fica-se sabendo que Diogo Botelho era filho de Francisco Botelho, capitão de Tânger, estribeiro-mor do infante d. Fernando, do conselho de d. Sebastião, e de sua mulher d. Brites de Castanheda, filha de Rui de Castanheda; foi tomado por moço fidalgo a 23 de janeiro de 1565, acompanhou d. Sebastião na jornada da África, aonde levou dois navios à sua custa, achou-se na batalha de Alcácer-Quibir com cinco de cavalo e doze arcabuzeiros, foi muito ferido e cativo, e muito gastou em seu resgate e dos seus. Tomando o partido do Prior do Grato, na batalha de Alcântara caiu em poder dos espanhóis. De fato, sabe-se que Diogo Botelho figurou entre os indivíduos que Filipe II fez proclamar rebeldes em Lisboa: A. P. Lopes de Mendonça, in *Arquivo pitoresco*, **2**, 10, Lisboa, 1859. Esteve preso no castelo de Setúbal, de onde fugiu para a França; no testamento do Prior do Crato, feito em Paris, em 1595, foi incumbido de entregar a pessoas secretamente indicadas certas quantias que o testador chamava *obrigações*

ocultas, para as quais aplicava uma terça parte dos seus rendimentos vencidos em Portugal. Aliás, dessa comissão não teve Botelho de que desempenhar-se, porque o Prior não tinha saldos dos rendimentos das comendas do Crato, e sim dívidas, que levaram anos para liquidar-se com aqueles rendimentos: Camilo Castelo Branco, *d. Luis de Portugal*, 100, 135, Porto, 1896. Morto o Prior do Crato, foi perdoado por Filipe II, em razão de seu casamento com d. Maria Pereira, irmã de Pedro Álvares Pereira, secretário da corte, como já era sabido por fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 395, 3ª ed., 1931. Da *Correspondência*, 226, vê-se que a 20 de fevereiro de 1601 houve S. M. por bem de enviá-lo às partes do Brasil para servir no cargo de governador-geral delas, servindo juntamente de capitão e governador da cidade do Salvador e capitania da Bahia de Todos os Santos. Depois de nomeado levou algum tempo, mais do que o do costume, para embarcar, o que somente fez ao saber que o Estado que devia governar estava ameaçado de ataques de inimigos. Embarcou em uma urca de pouco porte, com cousa de duzentos homens, dispensando maiores auxílios por escusar mais gastos para a fazenda real. Ao passar a Linha convocou a conselho os capitães dos navios que vinham de conserva, e foi deliberado seguir a rota de Pernambuco, por julgarem mais ameaçado: para a Bahia resolveu-se mandar o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, para auxiliar o capitão-mor Álvaro de Carvalho na emergência de alguma agressão, *Correspondência*, 90. Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil* citada, 383, atribui a dois motivos a ficada do governador a Pernambuco: tê-lo induzido a isso Antônio da Rocha, escrivão da Fazenda, que ali era casado e vinha com ele do reino, aonde fora com um agravo contra o capitão-mor Manuel Mascaranhas, o qual lhe diria das larguezas de Pernambuco, e que podia dele tirar muito interesse; ou, o que é mais certo, para ver a terra e as fortalezas de que havia tomado homenagem, e cuja defensão e governo estavam por sua conta. Ali chegou a 1 de abril de 1602, assumindo o governo em Olinda, *Correspondência*, 25, foi o primeiro governador-geral que aportou a Pernambuco, aonde nunca viera governador-geral, ibidem, 60. Naquela capitania providenciou para que se aplacassem grandes alvoroços e diferenças entre pessoas nobres e principais, para que se reformassem algumas cousas, assim da Fazenda como da Justiça e Guerra, demorando-se até a substituição de Manuel de Mascaranhas por Alexandre de Moura no governo da capitania, porque assim lhe requerera a Câmara para evitar desinquietações que não deixariam de acontecer, pois entre Mascaranhas e Antônio da Rocha havia ódios acesos. Com a vinda de Alexandre de Moura, estava prestes a embarcar-se para a Bahia em 9 de setembro de 1603, ibidem, 69. De mais de ano e meio foi sua estada em Pernambuco. Aí a proteção dispensada a Antônio da Rocha tê-lo-ia incompatibilizado com Manuel Mascaranhas, que é acusado, além disso, de haver tentado suborná-lo em negócio de importância. Aliás, não foi essa a única tentativa de peita de que foi vítima e de que dá conta a *Correspondência*, 64, 72, 80, 87, 96-97, 105-106, 112, 117, 122-123, 129, 133, 137, 141, 146-147, 152, 157-158, 163, 169 e 211. Entre os subornadores, além de Mascaranhas, estavam João Velho Prego, João Barbosa de Almeida, Antônio Lopes Brandão, Antônio de Albuquerque, Antônio Cardoso de Barros, Fernão Rodrigues Ribeiro, Francisco Ribeiro,

Tomé da Gama e o alemão Simão Taques, senhorio da urca *Três Reis Magos*, confiscada para a fazenda real por fazer contrabando de pau-brasil. A todos os peitadores repeliu o governador e disso fez alarde. Entretanto, Bento ou Belchior do Amaral, que lhe tirou a residência em Pernambuco, acusou-o de concussão, venalidade e até libidinagem, em um papel guardado na Coleção Pombalina, *Inventário*, 249, de que existe cópia na Biblioteca Nacional. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, citada, 253. Amaral escrevia em Lisboa, a 26 de julho de 1604, e considerava medida urgente a retirada de Diogo Botelho do governo do Brasil. – O Simão Taques, aqui mencionado, deve ser o mesmo Simon Tack, alemão ou flamengo, referido na nota XIV desta seção. – (G.).

XIII
(Pág. 803)

Teve esse governador certa questão de precedências que a corte deferiu por alvará de 4 de dezembro de 1604 (em conformidade da carta régia de 30 de abril desse mesmo ano), que se considerasse válido o disposto para os bispos de Funchal, de Angra e de África, isto é, que nas igrejas tivesse o prelado a precedência [J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **I**, 76, 98]. – (A.). – *Correspondência de Diogo Botelho* informa de sucessos mais graves que deram motivo ao dissídio entre o bispo d. Constantino Barradas e o governador. Em carta testemunhável dos serviços deste no primeiro ano e meio de seu governo, justificação e abonação deles, depuseram várias testemunhas qualificadas, que de modo quase uniforme relatam os fatos como o fez Diogo de Campos Moreno, a primeira daquelas testemunhas: "...disse que é verdade que, quando veio em companhia do senhor governador a esta capitania, achou diferentes o bispo e o capitão-mor [Álvaro de Carvalho], as quais diferenças eram sobre a jurisdição de sua majestade, e a elas o dito senhor assistiu e mandou Brás d'Almeida, que a tal tempo era ouvidor-geral, que acudisse a jurisdição de sua majestade, o qual ouvidor-geral, por cumprir com sua obrigação, foi declarado por excomungado e posto de participante, e o dito bispo tomou tanto ódio ao mesmo governador, ao capitão-mor e ao ouvidor-geral, que procurou papéis contra eles, pelo que se resolveu o dito governador em se declarar por seu imigo capital, como é, juntando para isso os oficiais da Câmera e outras pessoas da governança, a quem declarou e notificou o dito ódio, para que viesse à notícia de todos, para que, como imigo seu que era lhe não pudesse prejudicar..." – *Correspondência* citada, 174 *et passim*. – Por "procurar papéis" se deve entender que o bispo pretendera obter certidões das cargas feitas sobre o tesouro por mandado do capitão-mor, a fim de enviá-las à corte, conforme se infere de outro depoimento, ibidem, 179, com o vigário geral Afonso Monteiro de Barros, que estava ao lado do bispo, houve também ódios, ibidem, 183 e 184. – (G.).

XIV
(Pág. 818)

O autor leu o nome do comandante dessa esquadra em Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão*: "Neste tempo [1604] sucedeu que os holandeses acometeram a Bahia de Todos os Santos, sendo seu general Paulo Wancarden, a qual se defendeu desta armada honradamente, não tendo fortificação, nem artilharia equivalente a semelhantes forças...", *Memórias do Maranhão*, **2**, 160. Foi Diogo de Campos o único dos nossos cronistas que referiu o fato. Fr. Vicente do Salvador, levado naturalmente não só pela igualdade numérica dos navios que tomaram parte nessa expedição e na de 1599, dos capitães Hartman e Broer, como ainda pela concordância de peripécias entre ambas, confundiu numa só as duas investidas contra a Bahia, dando até para capitânia da primeira o navio *Jardim de Holanda*, que o foi realmente da segunda.

A *Correspondência de Diogo Botelho*, tantas vezes aproveitada nestas notas, fornece elementos ponderosos para a apreciação do sucesso, pelo lado português; da parte contrária deve-se a Alfredo de Carvalho a contribuição documental inestimável que se contém em sua monografia "O corsário Paulus van Caarden na Bahia" – 1604, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, **26**, 41-66, e ed. em separado, Bahia 1909, conforme a narrativa de antiga e raríssima "gazeta" alemã, o *Niederlandischer Kriegs journal, oder taglich Register aller gedenckwurdigen Sachem in Kriegszeugen*, etc., S. 1. l. n. d. [1605], in-fol. de 43 fls. numeradas e uma de índice, cujo exemplar único conhecido adquiriu em Amsterdã aquele erudito historiador pernambucano, inolvidável amigo. Trata-se, segundo descreve Alfredo de Carvalho, de uma espécie de anuário político-marcial, coleção variadíssima de notícias dos sucessos militares ocorridos nos acampamentos de Maurício de Nassau e do marquês de Spínola, desde a Páscoa até o outono de 1605, em Brabante, em Flandres, no Reno e na Westfália; de fatos sucedidos em diversos lugares e reinos próximos e remotos; da batalha naval ferida nas costas da Inglaterra entre as frotas da Espanha e dos Estados Gerais e, finalmente, das viagens de alguns navios à África e à América de 1603 a 1605. Nesta última parte é que se incluem as notícias que interessam ao caso em apreço, redigidas em forma de diário por testemunha presencial que ficou anônima.

A armada de van Caarden compunha-se de sete navios assim discriminados: a almiranta ou capitânia *Hollandtschen Thuyn* (*Jardim de Holanda*), de quarenta e quatro peças, em que vinha o chefe da expedição, e era comandada pelo capitão Joachim Hendrikszoon, por alcunha *Cão negro* (*Schwarzhund*); a vice-almirante *Witte Valck* (*Falcão Branco*), de vinte e quatro peças, comandada por Johan Bueliszoon, de Enckhuysen: o *Samson*, de Horn, também de vinte e quatro peças, capitão Beets; ainda outro navio de vinte e quatro peças, chamado o *Navio Inglês*, por trazer pintadas na popa as armas da Inglaterra, comandado pelo capitão Johan Adriaanszoon, de

Amsterdã; o navio dos víveres, denominado *Bul van Horn* (*Touro de Horn*), armado de catorze peças; um iate de seis peças chamado *Goudefink* (*Tentilhão Dourado*); e ainda outro navio de víveres, *Valcklijn* (*Falcãozínho*), de seis peças.

Os aprestos dessa frota, destinada a cruzar o Atlântico à caça de navios espanhóis, levaram algum tempo e deles chegou a notícia a Filipe II, que a transmitiu ao governador do Brasil, em carta régia de 25 de fevereiro de 1602: –"Governador amigo – Eu El-Rei vos envio muito saudar: – Tive aviso de que em Holanda, Zelândia e em outras partes do Norte, imigas de meus estados, se armavam alguns navios para virem demandar as frotas que deles vêm para este reino. E porque se entende que para efeito deste seu intento se virão por sobre a barra dessa cidade, vos encomendo muito encarecidamente que procureis que os navios que partirem dessa capitania da Bahia e da de Pernambuco venham todos juntos, encarregando a capitânia-mor deles a algum criado meu, pessoa de muita confiança e experiência de guerra, e para se poder atalhar aos desígnios destes imigos, importa muito vir demandar esta frota outro porto que não seja o desta cidade. E assim ordenareis como venham demandar o de Corunha por ser mais conveniente e seguro e em que, em todo tempo, se pode entrar nele, ou algum dos outros portos da Galiza, de que fareis fazer um assento, em que assinará a pessoa que vier por capitão-mor desta frota e os mais capitães e senhorios dos navios que nela vierem; e do que nisto fizerdes me avisareis particularmente, enviando-me o traslado do dito assento. – Escrita em Lisboa a vinte e cinco de fevereiro de mil seis centos e dous. – O *Marquês de Castelo Rodrigo*. – Para o governador do Estado do Brasil". – *Correspondência*, **1**.

Outra carta régia, de 12 de dezembro de 1603, repetiu o mesmo aviso, desta vez mais alarmante: "Diogo Botelho, amigo – Eu el-Rei vos envio muito saudar. Por aviso certo que tive, soube que nas ilhas de Holanda e Zelândia se ficavam acabando de aprestar e pôr em ordem até trinta navios, com muita gente e munições, para fazer alguma empresa, e que partiram com brevidade; e porque, por certas conjeturas, se suspeita que se faz esta armada com desenho de ir acometer esse Estado do Brasil, pela Bahia ou Rio de Janeiro, me pareceu fazer-vo-lo logo saber, em duas caravelas que mando com este aviso que iam uma a Pernambuco e outra a Bahia. E ninguém leva cartas minhas para os capitães das ditas capitanias, em que assim lhos significo, em caso que não estejais em alguma delas, e onde chegar a minha carta para o capitão do Rio de Janeiro, lha mandeis logo para que por qualquer via tenha este aviso. Pelo que vos encomendo que desde logo vos apercebais e estejais aparelhado de tudo o que parecer que convém, para que por qualquer parte que o imigo acometer esse estado, ache toda a prevenção, com a resistência e defensão necessária: e nesta ocasião confio que vos hajais de maneira e deis de vós tão boa conta como de vossa pessoa espero, e conforme à minha confiança que de vós tenho. Nestas caravelas vos mando cem quintais de pólvora para se repartirem pelas ditas capitanias e estarem dela melhor providas. – Escrita em Lisboa, a doze de dezembro de mil seis centos e três. – *O Bispo-Conde*. – Para Diogo Botelho, governador do Brasil." – *Correspondência*, **2**.

Seis dias depois desse segundo aviso, a 18 de dezembro de 1603, fazia-se de vela do porto de Taxei a esquadra de van Caarden, navegando de conserva com o comboio das Índias orientais. Bonançosos ventos não lhe propiciaram de começo a navegação, porque logo na primeira noite foi dispersada por tormentas e teve de buscar abrigo em Plymouth, na Inglaterra, onde, de novo reunida, entrava a 24 de dezembro. Um mês inteiro esteve nesse porto, que deixou a 24 de janeiro de 1604.

Até 20 de julho não interessam a esta história os sucessos da navegação narrados no diário anônimo. Naquele dia chegou a esquadra à Bahia e rompeu o ataque. A data não combina com a que vem na carta régia de 21 de março de 1605 a Diogo Botelho, em que o rei diz: "Vi a carta que me escrevestes, de oito de setembro passado, de seis centos e quatro, em que me dais conta de como a cinco de julho do dito ano chegara a esse porto da cidade da Bahia de Todos os Santos uma armada de corsários holandeses de sete naus grossas e um patacho, com intento de saquear a dita cidade...", *Correspondência*, **4**; entretanto, deve ser preferida, porque, sabido que a investida durou quarenta dias, conforme declarou o próprio governador e depuseram várias testemunhas, *Correspondência*, **30**, *et passim*, se dela inclusive se começaram a contar os mesmos quarenta dias, chegar-se-á ao termo a 28 de agosto, data em que, segundo o diário, os corsários abandonaram a empresa. Da citada fonte consta que somente a 30 os navios perderam a vista de terra, e por isso é que a carta régia de 21 de março de 1605, já mencionada, estima em quarenta e dois dias a assistência pessoal do governador à defesa da cidade.

Resumindo o diário alemão chega-se a este resultado: Na madrugada de 20 de julho a esquadra avista a Bahia; ao meio-dia aproa à terra e é recebida com hostilidades; a chalupa da almiranta é alcançada por um pelouro e a sotacapitânia tem as velas varadas por outro. De dois navios e várias barcas que estavam fundeados no ancoradouro, ao avistarem a esquadra, parte se abriga junto à cidade, parte se recolhe ao fundo da baía, perseguidos pela sotacapitânia, pelo navio dos víveres e um hiate; a capitânia e a sota-capitânia postam-se debaixo da cidade, de onde recebem vivo fogo, a que respondem com veemência. É apresado um navio de Hamburgo, carregado de açúcar. À tarde o almirante e o vice-almirante tripulam suas chalupas com soldados e marinheiros, e à noite aproximam-se da praia para vigiar os movimentos de terra; ao longo da praia os defensores têm acendido muitas fogueiras para sinal. A 21, pela manhã, as chalupas voltam para bordo; suas guarnições são rendidas, é tomada uma barca, que estava vazia. Depois de meio-dia, a chalupa da almiranta, com o almirante em pessoa, cruza por toda parte junto à terra, a fim de combater os navios ali abrigados. Mais duas barcas vazias são apresadas. A 22 o fogo da cidade e do forte recomeça violentamente, correspondido do mesmo modo pela esquadra. A 23, compreendendo os sitiantes que o bombardeio lhes causava mais prejuízo do que dano aos sitiados, pela pólvora que gastavam, afastam-se da praia, suspendendo-se o canhoneio de parte a parte. À tarde regressa o almirante com a chalupa, depois de dois dias e duas noites de ausência; durante esse tempo fez boa presa: cinco barcas, quatro carregadas de

açúcar e uma vazia, as quais não pôde trazer, porque estavam desprovidas de velas e lemes, deixando-as guarnecidas de soldados seus. Os tripulantes de um navio de Roterdã, do comando de um Simon Tack, querenado junto à foz de um rio, haviam desembarcado a artilharia, fortificando-se em um sítio por onde a gente da frota tinha de passar, a chalupa do almirante sofre tiroteio dessa emboscada, do qual fica ferido apenas um homem na face. O navio de Roterdã é aprisionado. Um dos tripulantes dá informações sobre a terra. A 24, a chalupa da capitânia, com o almirante, vai buscar as barcas carregadas de açúcar e tomar a bateria armada pela gente de Simon Tack, indo também para o mesmo fim a sotacapitânia e o navio dos víveres; à tarde os sitiados saem à praia, com bandeiras despregadas, e fazem violento fogo de mosquetaria contra a esquadra; da bateria, que haviam levantado em terra, e do forte atiram sobre o *Navio Inglês*, que, aproximando-se da praia, despeja uma banda inteira, ao que respondem os de terra, sem atingi-lo. A 25, dia de São Tiago, avistam da frota uma barca que entrava na barra, e preparam-se para ir sobre ela; mas a barca, avisada por um tiro de artilharia do forte, busca abrigo e consegue fundear perto da cidade, apesar de perseguida. O almirante toma a bateria e encrava as peças; ordena o saque do navio de Roterdã, aliás, de pouco proveito. Na tomada da bateria houve desastres pessoais da parte dos assaltantes: três homens queimados pela pólvora das próprias armas e quatro esmagados sob uma parede. A 26 volta à frota o almirante, trazendo duas caravelas com açúcar, as quais são queimadas, logo que foi retirada a carga. A 27, diligências para tomar mais açúcar. A 28, são encontradas duas barcas ancoradas junto a um engenho, onde estava uma bateria; os portugueses tentam lançar fogo às embarcações, mas não conseguem inteiramente, porque os holandeses já se haviam apoderado de uma, ardendo a outra. Na luta, feridos pelos pelouros da bateria, morrem três dos assaltantes. A 29 e 30, novas diligências predatórias pelo Recôncavo; na noite desse último dia os da cidade conseguem colocar artifícios de fogo sob a popa do *Navio Inglês*, que começava a arder quando foi acudido. A 3 de agosto principiam, por parte dos holandeses, as negociações para o resgate da cidade. O almirante manda à terra dois grumetes portugueses, levando a bandeira de paz e uma carta para o governador; os emissários regressam à noite, com a resposta para o almirante. A 4, são enviados a terra o capitão Cant, que comandava então o *Navio Inglês,* e o seu comissário, com a bandeira de paz; são recebidos em meio do caminho por três emissários do governador e, trocando de embarcações, vão os primeiros a terra e os outros para bordo da almiranta. Iam deliberar sobre a permuta de prisioneiros, mas não houve acordo entre as partes; foram, entretanto, uns e outros emissários bem tratados. A 5 cessam as negociações e a esquadra arria a bandeira branca, içando a do Príncipe. De 6 a 10 os dias se passam sem incidentes notáveis. A 11, novas tentativas de incêndio por parte dos de terra nos navios inimigos; são apanhados dois encarregados dessa missão, levados para a almiranta, açoitados e postos a ferro. A 12 são apresadas três ou quatro jangadas, suspeitas de trazerem artifícios de fogo para incendiar os navios; pela tarde os holandeses queimam mais duas barcas das tomadas, depois de terem retirado delas todos os efeitos. A 13

o almirante manda para terra seis portugueses e dois grumetes, que haviam sido aprisionados em um navio na passagem da Linha, os quais, ao anoitecer, voltam para bordo com uma carta para o almirante. A 14, são mandados a terra mais dois portugueses e um mercador hamburguês, que havia sido aprisionado a bordo do navio de Hamburgo, tomado no dia em que entrou a esquadra. A 15 voltam a bordo os dois portugueses, sem o mercador hamburguês, que não quis fazê-lo; por isso cinco portugueses, que estavam na almiranta, são postos a ferro; há conselho dos capitães e os portugueses retomam sua liberdade, sendo mandados para terra com suas bagagens. A 16, o almirante e todos os oficiais são banqueteados a bordo do navio de Hamburgo; começam a desmantelar o navio dos víveres de Amsterdã, por não oferecer mais condições de navegabilidade. A 17 e 18, novos conselhos dos capitães a bordo da almiranta; o mercador de Hamburgo e o mestre do navio são transportados para bordo do *Navio Inglês*, a fim de regressarem à pátria; são enviados para terra pretos e cinco portugueses. A 19 é posto fogo ao navio dos víveres, depois de completamente vazio. A 22 é ferido no peito por uma flechada um soldado do *Sanson*, de Horn. A 25 são apanhados e barbaramente trucidados dois holandeses. A 27, pela manhã, o almirante faz desembarcar o piloto do navio hamburguês e um preto, que estavam doentes; à tarde há conselho dos capitães a bordo da almiranta, a fim de deliberar-se sobre o que convinha fazer. A 28, pela manhã, a esquadra sai barra afora, com maré cheia e vento de feição; ao partir faz três tiros de canhão sobre a cidade, respondidos por muitos disparos, tanto da cidade, como do forte, os quais não causam dano aos navios. Uma barca portuguesa seguiu a esquadra para observar-lhe o rumo. A 29 ainda de bordo dos navios era avistada a barca; a 30 perdiam aqueles a vista de terra.

Dos sucessos posteriores da esquadra de van Caarden, relatados no diário alemão, interessa apenas à história brasileira o que se refere ao dia 19 de setembro. Nesse dia a frota estava defronte de Pernambuco; houve conselho a bordo da almiranta e deliberou-se mandar quinze soldados e um cabo às ordens do capitão Joachim Hendrickszoon, o *Cão Negro*, em uma das barcas e no iate, bem como no *Samson*, de Horn, a fim de verificar se havia no porto algum navio, que pudesse apresar; mas ao aproximarem-se de terra os expedicionários foram recebidos com violento canhoneio de artilharia, tanto do forte como da cidade, o que os fez desistir da empresa e voltar à esquadra, que rumou então para o norte, com destino às Índias de Castela.

Nos pontos essenciais a narrativa anônima se entrosa perfeitamente com a certidão dos serviços de Diogo Botelho, na parte que se relaciona com a armada de van Caarden, passada na cidade do Salvador, a 20 de dezembro de 1607, e assinada pelos oficiais da Câmara Francisco da Fonseca de Paiva, Paulo de Argolo, Francisco Soares, Francisco de Abreu da Costa, Rafael Barbosa e Antônio de Castro, escrita por mão do escrivão da mesma câmara Rui de Carvalho, reconhecidas as firmas e letra por Antônio Guedes, tabelião público de notas por el-rei nosso Senhor. Mesmo em pormenores os dois documentos combinam e se completam, de modo que se tem

do confronto de ambos justa medida da veracidade que exprimem. Dessa certidão dá-se a seguir o trecho referido:

"Vindo de súbito a este porto uma armada holandesa de sete naus muito grossas e um patacho, que tiveram esta baía ocupada quarenta dias, batendo a cidade, o dito governador se foi à praia logo a defender e tolher o desembarque, entrincheirando-se e provendo as estâncias e mais cousas com grande ânimo e muita diligência; e por ter então muita gente, lhe requereram algumas pessoas principais que chamasse o conselho para ver em que mais havia que prover, o que fez assim, em pé, à borda do mar, perguntando-lhes se advertiam em cousa necessária que estivesse por fazer para ofensão e defensão; e alguns circunstantes lhe disseram que se devia retirar acima para a cidade, deixando a praia; mas ao terceiro voto acudiu o dito governador, com ímpeto e cólera, para atalhar, dizendo que, sob pena de vida e caso de traição, ninguém votasse mais em tão infame parecer, senão em como melhor se havia ali de defender a cidade, pois que, enquanto ele fosse vivo, não havia de ser outra causa; o qual parecer e mandado, mediante o favor divino, foi causa de os imigos não tomarem e saquearem a cidade, queimarem as casas, os templos e ocuparem toda a capitania, porque em vendo vir as bandeiras e a gente para cima, estava certo animarem-se e desembarcarem e de envolta entrarem conosco na cidade, mormente tendo tanto poder.

"Em todos os quarenta dias não subiu à cidade e, dormindo vestido, assistiu na estância de Nossa Senhora da Conceição, que era uma das mais arriscadas da praia, gastando o dito tempo em entrincheirá-las e mandar fazer reparos, pelouros e outros petrechos de guerra, tendo oficiais de tudo, em cujas tendas assistia, para prover com brevidade, andando de dia e de noite, muito a miúdo toda a praia, fazendo ofício de general e todos os mais, por inferiores que fossem.

"Socorreis a todas as partes, para onde o imigo foi mandando socorros de gente e munições com tanta brevidade que chegavam sempre primeiro que ele, e assim lhe tolheu fazer carnes e aguadas e todos os seus intentos, lhe matando muita gente.

"Posto que o imigo cometeu alguns engenhos, nenhum queimou, nem tomou embarcação alguma das que vieram do mar em fora a este porto, nos ditos quarenta dias, as quais foram oito, e trazia jangadas ao mar, para ser avisado das que vinham, e para mor segurança, tinha dez batéis equipados com mosqueteiros, com que as mandava trazer atoadas, e com as naus do imigo que se faziam a vela vinham pelejando, defendendo as nossas embarcações; e sem embargo dele disparar contra os nossos muita e mui grossa artilharia, todas, a seu pesar, foram trazidas a salvamento.

"Mandou logo depois disso, com a brevidade possível, por serviço de Vossa Majestade, duas caravelas veleiras de avisos, uma às capitanias de baixo e rio da Prata, outra à Margarita e Porto Belo, por ter notícia que ia lá a armada imiga, como foi; e chegou a caravela com o aviso vinte dias primeiro que aperceberam a dita armada; puseram-se em armas e quando ela chegou e os achou assim aparelhados, nada fez, e se tornou pobre e perdida. Vindo a este porto, o Senhor governador a

tratou muito mal, com a nossa artilharia, tanto que foi forçada a queimar uma de suas naus de guerra, porque, com o muito dano, não podia navegar; e em umas jangadas ordenou lhe pusesse fogo, por nossa parte, com bombas que com muito trabalho foram apagadas.

"Mandando-lhe o imigo pedir três flamengos, que tinha presos, dois por trânsfugas e um por herege, quando lhe devia vinte e sete portugueses que cativara no mar com uma caravela vinda para esta Bahia, e havendo muitos votos que os desse, o não quis fazer o dito governador, respondendo que não queria em coisa alguma comprazer ao imigo, o qual tornando-lhe a escrever que se compusesse com ele, resgatando-lhe a cidade e capitania, senão havia de pôr-lhe a fogo e a sangue, mandou em resposta que tinha razão de apetecer quem queria o saco da cidade, que era uma das mais ricas do mundo, por ser escala do Peru e Nova Espanha, estar cheia de ouro e prata, muito pau do Brasil, açúcares e outras mercadorias e, se era cavaleiro, viesse à terra provar a mão com ele, e que se fosse ditoso, tinha em que se pagar; que era isto que lhe dava em resposta e que se lhe mandasse outro recado, com bombardas o receberia. Isto soubemos por nos acharmos presentes e em conselho nos ler a dita carta e a resposta." – *Correspondência* **50**-32.

Os termos dessa certidão vêm corroborados por outra firmada pelo desembargador Francisco Sotil de Siqueira, provedor-mor das fazendas dos defuntos e ausentes em todo o Estado do Brasil, na Bahia, a 20 de abril de 1608, quando Diogo Botelho não era mais governador, ibidem, **34**-36. Os *provarás* de seis a quatorze de sua petição de serviços fazem minuciosa relação dos sucessos, ibidem. 214-217.

Conf. Paul Groussac, *Anales de la Biblioteca Argentina*, **4**, 297-299, Buenos Aires, 1905, negando a expedição de Paulus van Caarden e identificando-a com a de 1599, dos navios de Pieter van der Does, e vendo no caso "*una confusión de nombres y fechas, cometida por el buen Diego Campos, quien, sin duba, redactaria en anciana edad aquelas sus* Memórias *donde todos los sucessores han bebido*"; e Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 255, 3ª ed., 1931, chamando a atenção do eminente historiador argentino para a documentação que fornece não só a monografia de Alfredo de Carvalho como a *Correspondência* de Diogo Botelho. – (G.).

XV
(Pág. 820)

Antônio Vaz era velho de vida pouco regrada, suspendeu-o Diogo Botelho por erros de ofício: era porteiro da alfândega e nesta juiz das execuções. Agravou Antônio Vaz para o reino, donde voltou provido pela Relação em tempo de d. Diogo de Meneses, que, informado de quem era o indivíduo, mandou sobrestar

na execução da sentença. – (A.). – No auto de devassa a que se procedeu em 15 de abril de 1603, na urca flamenga, *Reis Magos*, de Simão Taques, por suspeita de contrabando de pau-brasil, foi acusado Antônio Vaz, a quem Miguel Gonçalves Vieira, provedor da Fazenda, sentenciou: "Seja preso Antônio Vaz e livre-se da cadeia", *Correspondência*, 230. – d. Diogo de Meneses, em carta do Recife, 4 de dezembro de 1608, citada nestas notas (*Anais do Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 41-46), escreve ao rei: "...Nesta capitania tem um Antônio Vaz um ofício de juiz da balança em que se pesa o pau-brasil, e juntamente serve de porteiro da alfândega e escrivão das execuções dela. É este ofício de tanta importância e fidelidade que bem merecera um criado de V. M. muito benemérito e de muitos serviços, com que se houvera por mui satisfeito deles, porque além de ser de muita confiança e rendimento, quanto à fidelidade depende dele poder encarregar os contratadores o pau que quiserem, porque aonde hão de pesar dez pode deixar pesar vinte, e tem em sua mão a chave da alfândega e toda a fazenda que entra e sai nela e é zelador que pode deixar passar o que lhe bem estiver; nas execuções também tem suas manhas. O rendimento do ofício vale mais de mil e quinhentos cruzados de renda cada ano, e com estes ofícios se poderão acomodar dois ou três homens. O proprietário deles se chama Antônio Vaz, o qual tem provisão de V. M., e além de ser já velho anda bêbado por essas ruas, e como ele é este será fácil cair em todos os erros que nos ofícios couberem; por este respeito o suspendeu Diogo Botelho, do qual agravou e veio desse reino provido da Relação, e é isto tanto serviço que me pareceu sobrestar com a execução da sentença até avisar a V. M., como faço agora, para que V. M. faça no negócio o que lhe parecer; o meu é que lhe mande V. M. que ele renuncie o ofício em pessoa idônea, conforme uma provisão que se diz ter de V. M. para casamento de uma filha, porque é muito contra seu serviço servir a ele, nem eu o hei de consentir sem V. M. mo mandar, porque assi fico descarregado em minha consciência." – Em outra carta da Bahia, 8 de maio de 1610, *Anais do Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 67-71, d. Diogo de Meneses reitera ao rei: "Quanto a queixas que lá fez Antônio Vaz não teve razão, porque tudo o que V. M. mandou fizesse em seu particular, fiz e cumpri como era devido, porque o mandei meter de posse e conforme a ela serviu o tempo que V. M. mandava e depois do tempo passado provi o ofício em um criado de V. M., que hoje está servindo, e ele não disse a verdade do que passava a V. M., por onde merece bem castigado, sem embargo de suas faltas que o devem desculpar de tudo." – (G.).

XVI

(Pág. 821)

O caso de João Pereira de Sousa é ponto obscuro na crônica paulistana. Assim o considera Afonso d'E. Taunay, o último dos historiadores a estudá-lo, *História geral*

das bandeiras paulistas, **1**, 174-177, São Paulo, 1924. Do que se consegue apurar da documentação a respeito, sabe-se que João Pereira de Sousa, ou João Pereira de Sousa Botafogo, foi nomeado para servir o cargo de capitão-mor da capitania de São Vicente, com os adjuntos Simão Machado e João Batista Málio, pelo governador d. Francisco de Sousa por uma provisão, cujo traslado incompleto e sem data por deterioração lê-se no *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 74 e 75. Tomou posse a 14 de março de 1595, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, **5**, 163. Havia substituído a Jorge Correia, de quem era inimigo e com quem teve luta, em virtude do que fora este suspenso pelo governador e nomeado aquele por ser pessoa benemérita. Em 1596 levava uma bandeira ao sertão do rio Paraíba; estava ainda no sertão, entre fevereiro e julho de 1597, quando "foi preso por culpas de sua devassa", *Inventários e testamentos*, **1**, 79-87, São Paulo, 1920. Uma carta do donatário Lopo de Sousa, de 1º de dezembro de 1605, aos oficiais da Câmara da vila de São Vicente, *Atas da Câmara de São Paulo*, **2**, 175-177, acusa João Pereira de Sousa das maldades e atrevimento grande em levar àquela Câmara uma certidão falsa para cobrar o que pertencia ao mesmo donatário, para o que não bastara a morte que teve de sua maldade e traição. Outra carta de 13 de janeiro de 1606, da Câmara ao donatário, queixava-se das desordens da capitania, e alude à morte do capitão João Pereira de Sousa, "que Deus levou", Azevedo Marques, *Apontamentos históricos*, **2**, 225. O gênero de morte que padeceu não vem expresso em nenhum documento. "Pode ter sido simplesmente assassinado numa rixa ou num combate com quem lhe tomou os poderes" (Jorge Correia), pondera Taunay, op. cit., 176.

Simão de Vasconcelos, *Vida do venerável Padre José de Anchieta*, 129 e 130, Lisboa, 1672, refere-se ao capitão João Pereira de Sousa, de quem troca o nome, quando, ao arrolar os milagres de Anchieta, conta o seguinte:

"Mais circunstâncias tem o caso seguinte: Andava um João de Sousa Pereira em certa jornada do sertão trezentas léguas pela terra dentro por tempo notável de mais de dois anos; vieram novas a S. Paulo, que era morto, com tais circunstâncias, que foi avisada sua mulher, e outros parentes, que assistiam no Rio de Janeiro, os quais tinham feito sufrágios, e posto dó por ele. Porém mandando o pai da dita mulher ordem ao Rio, que se embarcasse pera S. Vicente, onde ele morava, e queria casá-la, indo a despedir do Padre Joseph, ele lhe disse que se não fosse, que seu marido era vivo, e que antes de muitos dias, chegaria àquela cidade, bem disposto, e com cabedal. Tudo sucedeu como disse, porque o viu em sua casa dentro em breves dias, bem disposto, e próspero de bens de fortuna."

Desta vez, ou o taumaturgo não teria acertado, ou seu panegirista trocado de falso... – João Pereira de Sousa Botafogo era natural da cidade de Elvas, fora morador no Rio de Janeiro e pertencia em Portugal a uma nobre família. Combateu os franceses no Cabo Frio, e de uma feita aprisionou o comandante Toussaint Gurgel, tendo em recompensa desse feito uma sesmaria na enseada de Francisco Velho, em 1590, razão dessa marinha passar a ser conhecida pela denominação de Botafogo. Casou em Santos com Maria Escórcia Drummond, filha do capitão do respectivo

forte, Manuel da Luz Escórcia Drummond, natural da ilha da Madeira. – Conf. F. de A. Carvalho Franco, *Os capitães-mores vicentinos*, pág. 48, São Paulo, 1940. – (G.).

XVII
(Pág. 824)

Segundo documento publicado por Pedro A. d'Azevedo, *Arquivo Histórico Português*, **3**, 345 e 346, Lisboa, 1905, Sebastião de Carvalho veio para o Brasil em 1607, "a devassar dos descaminhos do pau-brasil, o que fez com toda a execução, donde passou à capitania do Espírito Santo, a devassar dos descaminhos que se tinham feito na fazenda de uma naveta inglesa que ali tinha chegado, e visitar as alfândegas de todo o Estado, tomando contas das imposições, pondo em arrecadação mais de vinte e quatro contos de réis da gente de nação, e outra grande quantia que cobrou dos defuntos e ausentes, remetendo tudo em letras para a Corte, e muitos presos que achou culpados em descaminhos da fazenda real, tirar devassa e residência ao governador d. Francisco de Sousa e concluindo tudo o que se lhe encarregou, voltar para o Reino, e nele continuar o cargo de desembargador da Relação do Porto até ser mandado para a Casa de Suplicação, em que serviu o cargo de corregedor do crime, de deputado da Mesa da Consciência e Ordens, desembargador do Paço, até falecer, em 1639".

Pouco se sabe mais sobre Sebastião de Carvalho. Uma carta de d. Diogo de Meneses ao rei, do Recife, 4 de dezembro de 1608, já antes citada, informa a respeito da devassa do pau-brasil: "Primeiramente o negócio do pau a que veio Sebastião de Carvalho se não houvera de fazer, nem o povo lho houvera de consentir se eu aqui não estivera, porque sei que se fizeram juntas dos moradores cá de fora, em que a todos pareceu que não era serviço d'el-rei, e que assim o haviam de fazer não consentir que começasse a tirar a devassa, e não falta quem a diga que outros estiveram para lhe atirar à espingarda, e uma e outra cousa deixarão de fazer por meu respeito."

Carvalho partiu para Portugal em abril de 1609: carta de d. Diogo de Meneses, da Bahia, 19 daquele mês e ano, *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 50 e 51. Foi portador de outra do mesmo d. Diogo ao rei, de 22 ainda de abril, ibidem, págs. 51-59: "o qual tenho acabado o que V. M. mandou se vai dar-lhe conta do que fez no que toca ao particular das cousas que viu..." Devia, segundo essa carta, dar na corte informações sobre uma mata de pau-brasil que na Bahia achara o governador Diogo Botelho, e de cujo produto fez experiência. Parece que, para o sul, não passou da Bahia. Tinha de ir ao Espírito Santo sindicar do caso da naveta inglesa, como consta do documento antes transcrito; mas, como a provisão que disso o encarregava demorasse a chegar, d. Diogo de Meneses, para não perder a monção,

acrescentou essa comissão ao licenciado Antônio Maia, que tinha por letrado de confiança, e que ia tirar devassa do capitão Francisco de Aguiar Coutinho: carta de d. Diogo de Meneses, da Bahia, 8 de fevereiro de 1609, ibidem, págs. 47-50. – Veja a nota II da seção XXV. – (G.).

XVIII
(Pág. 826)

Quanto se relaciona com a missão dos padres Francisco Pinto e Luis Figueira deve ser aferido pela *Relação do Maranhão* deste último, publicada pelo barão de Studart, *Tricentenário da Ceará*, 93-136, Fortaleza, 1903, e *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 1-42, Fortaleza, 1904.

O padre Francisco Pinto já tinha grandes serviços à catequese, como companheiro de Luís da Grã; o nome que lhe davam os índios, de *Amanayara*, ou senhor da chuva, prova em favor de sua benemerência entre eles, na região sujeita a secas em que exercitava sua missão. Seus matadores foram os tapuias tocarijus e o fato deu-se a 11 de janeiro de 1608, sexta-feira da infra oitava da Epifania, *Documentos* citados, **26**; Fernão Guerreiro, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 554. Luis Figueira, depois de dar sepultura ao corpo do companheiro, vencendo mil perigos e dificuldades, conseguiu chegar ao litoral. Da *Relação* não consta que houvesse franceses na Ibiapaba, quando se fez essa entrada. Abbeville, no cap. XII da *Histoire de la Mission*, confunde evidentemente a missão de Francisco Pinto e Luis Figueira com a expedição de Pero Coelho de Sousa. É falso que os padres viajassem em tipoias ou redes, nos ombros dos índios: marchavam à maneira de peregrinos, de bordão, breviário sob o braço e cabaço d'água às costas. – Era esse, de fato – adverte Serafim Leite, *Luís Figueira*, pág. 27, nota, *infra* citado –, o modo como os jesuítas andavam e andaram nessa jornada. Mas já na serra, quando tiveram de fazer a mudança, subindo-a e descendo-a, estando debilitadíssimos, foram em redes, não por vontade sua, mas por ordem expressa do chefe índio: "Com preceito que nos levassem em redes não só ao subir da ladeira, mas todas aquelas cinco léguas, o que eles fizeram com tanta diligência e caridade [revezando-se] quanta se não pôde encarecer (aquelas cinco léguas andamos em pés alheios em todo este caminho)" – escreve Figueira. – Veja fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 412-414, 3ª ed., 1931. O pau de jucá com que foi trucidado Francisco Pinto levou-o Figueira para o colégio da Bahia, mas perdeu-se com muitas outras preciosas relíquias quando os holandeses tomaram a cidade, Studart, *Tricentenário do Ceará,* 84.

– A primeira edição da *Arte Gramática da Língua Brasílica*, do Padre Luís Figueira, saiu impressa em Lisboa, 1621, por Manuel da Silva, e dela consta apenas a existência de um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, Gabinete dos Reservados. A

segunda saiu também em Lisboa, na Oficina de Miguel Deslandes, 1687, in-8º, de 8 págs. enumeradas e mais 168, sendo a última de errata. Dessa edição não existem mais de seis exemplares, e de um deles é possuidor quem escreve esta linha; por ela fez Julius Platzmann a edição fac-similar de Leipzig, 1878. Para as outras edições veja A. do Vale Cabral, *Bibliografia da língua tupi ou guarani*, 7-12, Rio, 1880; e *Bibliographical and histórical Description of the rarest Books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University af America*, 187, n. 110, Washington, 1927. Ver também Serafim Leite – *Luís Figueira – a sua vida heroica e a sua obra literária*. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940. – (G.).

Seção XXV

Governo de Meneses. Relação. Ceará. Separação do sul.

Governador d. Diogo de Meneses é mandado partir. Demora-se em Pernambuco. Cuida das fortificações. Sebastião Carvalho. Seu elogio e descendência. Relação na Bahia. Suas vantagens e inconvenientes. Ouvidoria no sul. Regimento da Paraíba. Pendências do governador com o bispo e os jesuítas. Os índios e a inferioridade de seu trabalho. Leis acerca deles, origem de abusos e imoralidade. Sublevação dos de Porto Seguro. Resistência de Estêvão Curado. Exploração da costa e mar dos Abrolhos. Outros serviços de d. Diogo. Colonização do Ceará. Livro da *Rezão do Estado*. Governo do sul por d. Francisco. Seus grandes privilégios. Queixas de d. Diogo. Morte de d. Francisco. Sucede-lhe um filho. Regulamento de minas.

O conselheiro Diogo Botelho teve digno sucessor em d. Diogo de Meneses e Sequeira, nomeado governador-geral em 22 de agosto de 1606.

Havendo-se demorado mais de nove meses sem efetuar a partida[1], teve o Conselho da Índia de instar por ela em 31 de maio do

---

1 A carta régia de 7 de junho de 1607, a Diogo Botelho, previne-o: "E porque d. Diogo de Meneses que vos ia suceder nesse governo arribou a este reino

ano imediato, lembrando "a urgência que havia de limpar a costa de corsários e coibir o comércio ilícito de muitos navios estrangeiros". Ainda pouco antes, haviam quatro naus holandesas ameaçado Pernambuco, contra as quais conseguiu pôr-se em defesa o seu capitão Alexandre de Moura.[2]

Pouco mais demorou então a partida do novo governador; e no fim desse ano já estava em Pernambuco[3], depois de haver primeiro aportado de arribada no Rio Grande[4], arribada que lhe deu ocasião

---

e nele haverá de esperar pela monção de setembro, vos quis avisar disso...": *Correspondência de Diogo Botelho*, 19. – (G.).

2 A carta régia de 30 de agosto de 1606 avisa ao governador "que nos estados revéis apresta um mercador, em seu nome, com grande diligência, quatro naus bem apercebidas de soldados e provimento de guerra, outros por intervenção sua; e posto que publicam que vão para outra parte, se tem por certo que as armam com intento de as enviar ao Brasil para fazerem presas de açúcar e tornarem carregadas com ele à Holanda, entendendo essa gente que, desembarcando em certa paragem de Pernambuco e entrando pelo mato, podem facilmente saltear e roubar aquela povoação": *Correspondência*, 14. – A uma tentativa da esquadra de Van Caarden, depois da investida da Bahia, refere-se a nota XIV da seção XXIV. – (G.).

3 D. Diogo de Meneses tomou posse do governo em Olinda, a 7 de janeiro de 1608. Demorou-se em Pernambuco até o fim do ano. Entretanto, desde abril, diz ele – "tendo meu fato entrouxado para me embarcar, me veio a Câmara desta Vila pedir e requerer e o mesmo fez o desembargador Sebastião de Carvalho, e mais povo, que eu me não fosse por nenhum caso, pelas razões que me apontavam, as quais não pude deixar de diferir, de que mandei fazer um auto em que todos assinaram e o escreveram também a V. M." – Carta de 4 de dezembro de 1608, já citada (*Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 41/46). – Dia de Nossa Senhora do Ó, 18 de dezembro, chegou à Bahia; foi seu companheiro de viagem Sebastião de Carvalho: carta de 8 de fevereiro de 1609, Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, maço 115, n. 58 (ibidem, págs. 46/50). – À carta da Câmara de Olinda refere-se outra nota. – (G.).

4 Segundo Mirales, *Anais da Biblioteca Nacional,* **22**, 130, a arribada de d. Diogo de Meneses foi à Paraíba, por abrir-se-lhe a nau em que vinha do reino. Acióli,

de conhecer as necessidades desta colônia, onde encontrou o povo sem justiça e sem meios de a requerer, pelo que criou aí um provedor e um tabelião e lhe mandou depois indivíduos independentes, capazes de exercer os cargos da república.

Neste último porto e no de Pernambuco deu logo muitas providências para ser melhorada a sua defesa, e outro tanto resolveu que se fizesse na Paraíba, para onde com esse fim destacou o sargento-mor Diogo de Campos.

Em Pernambuco demorou-se o governador-geral durante um ano, não só para, com a sua presença, dar alento ao melhoramento das fortificações como para apoiar o desembargador Sebastião de Carvalho. Em seu tempo foi concluído pelo "engenheiro-mor" Francisco de Frias[5] o forte do Picão ou de São Francisco, começado no governo de d. Francisco de Sousa.

Memórias históricas da Bahia, **1**, 253, Bahia, 1919, navegou nas mesmas águas de Mirales. Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 415/417, 3ª ed., 1931, não tratou dessa arribada, nem tampouco da de Natal, o que gera dúvida sobre a veracidade do fato, não confirmado por nenhum documento conhecido. A arribada foi ao reino, logo na saída: veja a nota 1. Na carta de 4 de dezembro de 1608, escreve d. Diogo: "...Achei as fortalezas da Paraíba e Rio Grande de feição que a artilharia delas não podia jogar, nem tinha reparos nem armas. Mandei lá o sargento-mor Diogo de Campos, o qual reparou tudo, entulhando a do Rio Grande e reparando a artilharia, levando oficiais particulares para as armas." Não implica essa informação que o governador fosse pessoalmente ao local daquelas fortalezas. – (G.).

5 O capitão Francisco de Frias Mesquita, engenheiro do Estado do Brasil e provedor da fazenda real, acompanhou Alexandre de Moura na jornada ao Maranhão e foi auditor geral nessa conquista. Por força desse cargo funcionou no auto que mandou fazer o capitão-mor, em 8 de janeiro de 1616, sobre os sucessos de sua chegada àquela província, pedido de pilotos para conduzir a armada ao porto e desconfianças de conluio para perdê-la. *Documentos para a história da conquista e colonização da costa de leste-oeste do Brasil*,

Na sindicância feita pelo desembargador Carvalho acerca dos descaminhos da Fazenda, que principalmente tinham tido lugar em Pernambuco, com respeito ao pau-brasil, chegou a ser encontrado cúmplice o próprio jovem donatário Duarte de Albuquerque, a quem o Brasil veio depois a dever bons serviços, além de um noticioso livro de memórias diárias da tal qual resistência apresentada à conquista realizada pelos holandeses de toda a sua donataria. Além do que tinha havido acerca de descaminhos de pau-brasil (I), ocupou-se também o mencionado desembargador de fazer ativar a cobrança da finta dos cristãos-novos[6], e a da imposição dos vinhos resolvida pela câmara de Olinda em 1599, e que se fizera com muitas irregularidades; o que a câmara da mesma vila tratou de desculpar, em carta de 10 de dezembro de 1608[7], com os gastos por ela feitos de navios para defender-se dos corsários, e com os auxílios para a colonização do Rio Grande, com a restituição ao Ceará, mui presenteados, dos índios de lá trazidos à força pelo bárbaro Soromenho, e até com os auxílios dados aos jesuítas para a sua projetada missão na Ibiapaba.

60/67, Rio, 1905. Dele é também uma certidão passada em São Luís, a 20 de dezembro, sobre a mesma matéria: ibidem, 68/69. – Refere fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 470, 505, 546, 3ª ed., 1931, que era ele o "arquiteto-mor de Sua Majestade em estas partes do Brasil", que construiu ali o forte a que chamaram de Santa Maria, no qual, ainda que de faxina e matéria fraca, *materiam superabat opus*, pela boa traça que lhe deu. Na Bahia fez fortificações ao tempo da primeira invasão holandesa. – (G.).

6 Em carta de 22 de abril de 1609, d. Diogo de Meneses comunica ao rei que duzentos mil-réis em dinheiro, que Sebastião de Carvalho mandava entregar à mesa da finta, haviam sido tomados por flamengos, com a caravela que os levava. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 51/59.

7 Carta da Câmara de Olinda sobre as exigências do desembargador Sebastião de Carvalho, etc. Escrita em Olinda, a 10 de dezembro de 1608. – Assinaram: Simão... de Sousa, Vicente Correia, Francisco..., Domingos Gomes de Abreu e Pero do Rego. – Cópia na Biblioteca Nacional. – (G.).

Ao dar o desembargador Sebastião de Carvalho (II) por finda a sua comissão, regressava à metrópole, recomendado pelo governador-geral, por meio das seguintes linhas: "Fez seu ofício neste Estado com tanto zelo do serviço de V. M. que ainda que lhe pareça suspeito lhe hei de falar verdade – que merece que V. M. lhe faça muitas mercês e muitas honras; e lhe certifico pela verdade que um vassalo deve a seu rei; que eu não sei quem melhor nem com mais pontualidade o fizera que ele; e assim é bem que V. M. faça diferença daqueles que bem o servem dos que o não fazem, para que todos tenhamos ânimo para o fazer bem feito. É mui prudente, e de tudo que V. M. o encarregar dará mui boa conta; e eu me vali dele no que pude; e como quem o experimentou falo deste modo."[8]

Cumpre aqui declarar que, depois de nomeado d. Diogo de Meneses governador-geral, e pouco depois de haver ele partido de Portugal para o seu destino, tivera lugar a nova organização das capitanias do sul em governo separado[9], o qual foi confiado ao ex-governador d. Francisco de Sousa, mandando-se por isso sustar todo o processo de sua residência e sindicância e concedendo-se-lhe ao mesmo tempo, para tratar do descobrimento de minas, grandes privilégios, maiores ainda do que os que trouxera Gabriel Soares. De tudo isso nos reservamos a tratar mais detidamente no fim da presente seção.

---

8 Carta de d. Diogo de Meneses ao rei, da Bahia, 22 de abril de 1609, já citada. – (G.).

9 D. Diogo teve por agravo, que lhe fazia o rei, a separação das capitanias do sul e dele se queixou com amargura, apontando os inconvenientes da medida administrativa, no que tocava ao bom governo da província e à fazenda real – na carta de 22 de abril, citada. – (G.).

Ao chegar à Bahia, as primeiras providências do governador se reduziram à instalação da Relação, afinal realizada nessa cidade[10]; começando primeiro por ter que atender à conveniente aposentadoria do respectivo chanceler e desembargadores[11], que aí chegaram a 5 de junho de 1609. De chanceler sabemos que veio Gaspar da Costa, homem honestíssimo e que desde logo adquiriu na Bahia muito partido; mas pouco tempo viveu, pois que já, em princípios de 1611, era nomeado para lhe suceder nesse cargo o juiz dos feitos da Coroa e antigo ouvidor da alfândega de Lisboa, Rui Mendes de Abreu[12]. Dos demais desembargadores sabemos os nomes e tivemos presentes os decretos de nomeação; porém, ignoramos se todos eles chegaram a apresentar-se na Bahia. Foram: dos agravos, Antão Mesquita de Oliveira e Francisco da Fonseca; extravagantes, Antônio das Póvoas, Pedro de Cascais e Manuel Pinto Rocha, antes corregedor em Viana e indicado para ouvidor-geral; e finalmente Manuel Jácome Bravo[13], Afonso Garcia Tinoco e Sebastião Pinto Lobo, que fora juiz

---

10 A Relação foi criada por lei de 7 de março de 1609. A lei alude à outra Relação mandada anos passados ao Estado do Brasil, a qual não houve efeito pelos sucessos do mar. Essa lei e o regimento de mesma data, nela incluso, leem-se no *Sistema dos Regimentos Reais,* **6,** 290/304; em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **1**, 258/265, e C. Mendes de Almeida, *Auxiliar Jurídico*, 5/12. – (G.).

11 Da casa para a Relação trata uma carta de d. Diogo de Meneses ao rei, de 8 de maio de 1610. As despesas haviam de correr por conta das condenações, mas essas eram tão fracas que mal chegavam para as ordinárias. A traça ia ser submetida à aprovação real. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 67/71. – (G.).

12 Rui Mendes de Abreu, em 7 de fevereiro de 1611, já estava na Bahia, segundo carta de d. Diogo de Meneses desta data, *Anais* citados, págs. 71/75. Viera em uma caravela, com trinta e três dias de viagem. – (G.).

13 D. Paula da Silveira, mulher de Manuel Jácome Bravo, pediu licença ao rei para que fosse para o reino seu marido, sem embargo de não ter acabado

dos órfãos no Porto. Destes últimos, um foi também de agravos, outro procurador dos feitos e outro provedor dos defuntos e ausentes e resíduos. Para guarda-mor foi nomeado Antônio da Mota. Havia sido também nomeado Gaspar Pegado, e destinado até para juiz dos feitos, mas por fim foi escusado, fazendo-se, porém, isso "muito em segredo, para não servir de exemplo" aos outros, o que serve a confirmar que, mais ou menos, todos viriam contrariados; de modo que teve o governo que obrigá-los, a uns com graças, para

---

seu tempo de serviço no Brasil. A licença foi concedida pela carta régia de 3 de fevereiro de 1615, mas o rei determinou que daí por diante os letrados que viessem servir no Brasil, onde a navegação era fácil e a terra muito acomodada, fossem obrigados a trazer consigo suas mulheres. – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **2**, 113. – O alvará de 22 de novembro de 1610 proibia aos desembargadores da Relação do Brasil casarem-se aqui. Conhecido apenas pela ementa que traz J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico da legislação portuguesa,* **1**, 26, Lisboa, 1805, esse curioso diploma encontra-se integral no códice *Legislação Manuscrita*, volume **4º**, do Instituto Histórico, de onde se traslada para essa página: "Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem que por justos motivos que me a isso movem, e assim cumprir a meu serviço, e boa administração da Justiça, e em conformidade do que dispõe a Ord. do Liv. 1º, tít. 94: Ei por bem e me praz que os desembargadores da relação do Estado do Brasil, assim os que ora são, como os que pelo tempo forem, se não possam casar no dito Estado, não tendo para isso licença minha, e que casando-se sem a terem fiquem logo suspensos dos cargos que servirem, e incorrerão nas penas da dita ordenação, e serão logo embarcados para este Reino. Notifico-o assim ao Meu Governador do dito Estado, e ao chanceler e desembargadores da dita relação que ora são e adiante forem e lhes mando e a todas as minhas justiças, oficiais e pessoas a que pertencer, que assim o cumpram, e guardem, e façam cumprir e guardar como neste se contém, sem dúvida nem embargo algum, o qual se registrará na dita relação, no livro em que se costumam registrar semelhantes provisões, de que se me enviarão certidões por vias, e a própria se porá em boa guarda para a todo tempo constar de como houve assim por bem, e valerá como carta, etc.". – O desembargador Tomás Antônio Gonzaga, perto de dois séculos depois, para casar-se com a sua decantada Marília, esperou mais de dois anos a licença real, que nunca veio. – J. Norberto de Sousa Silva, *História da Conjuração Mineira*, 140, Rio, s/d. – (G.).

si ou suas famílias, a outros com ameaças de que, a não virem, não teriam outros empregos.

Para o Rio de Janeiro e para as Minas foi por este mesmo tempo criada uma ouvidoria, sendo nomeado primeiro ouvidor Sebastião Paruí de Brito[14], a cujo sucessor, Amâncio Rebelo, foi dado um regimento (5 de junho de 1619) que corre impresso e serviu de modelo para o do Maranhão, no mesmo ano (7 de novembro).[15]

A câmara da Bahia, em carta ao rei de 27 de janeiro de 1610, agradeceu como grande favor o ter levado avante essa instalação; alegando que antes o governador ligado com o ouvidor davam por assim dizer a lei; mas a verdade é que esta relação não correspondeu então às boas intenções que haviam presidido à sua criação. Se por um lado assegurou as fórmulas nos processos e deu mais garantias

---

14 Ainda em 30 de junho de 1807 era mandado o ouvidor-geral do Brasil (Brás de Almeida se chamava o que estava pouco antes) ao Rio de janeiro a sentenciar certos franceses. Em 3 de abril do ano seguinte era nomeado Paruí ouvidor nas Minas, 200$000 de ordenado; e em 10 de março de 1609 obtinha 80$000 para embarque, como ouvidor do Rio de Janeiro (nota da 1ª ed. desta *História,* **1**, 319, eliminada na 2ª). – No livro dos Registros da Câmara de São Vicente, que principia em 1610, está registrado logo no começo um requerimento ou capítulo de correição do dr. Sebastião Paruí de Brito, ouvidor-geral e provedor dos defuntos e ausentes e resíduos das capelas da repartição do sul, no qual determina que, visto ter achado por costume que em todas as quatro vilas, de que constava a capitania de São Vicente não se cumprir nelas provisão alguma sem primeiro lhe porem o *cumpra-se* na Câmara de São Vicente e registrar-se nos livros dela, assim se observasse e de outro modo se lhes desse cumprimento. Esse capítulo foi assinado em São Vicente, a 22 de julho de 1610. – Conf. *Revista do Instituto Histórico de São Paulo,* **5**, 181. – (G.).

15 Os regimentos de 5 de junho e 7 de novembro de 1619 leem-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **2**, 382/384 e 387/389. – (G.).

ao direito dos particulares, por outro retardou o seguimento das causas, as quais se tornaram menos sumárias que antes, quando os governadores tinham poderes para desembargar muitas que agora deviam passar ao Reino. Segundo o testemunho de um escritor contemporâneo e insuspeito, o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* (op. cit., págs. 69/70, ed. de 1943), muitas causas eram antes decididas entre os moradores por composição e sem necessitarem de apelação, em virtude dos mútuos parentescos; e as causas das outras capitanias, tal como a de Pernambuco, que passaram a ir à Bahia, mais interessava às partes que fossem antes a desembargar em Portugal, onde tinham seus correspondentes, e podiam enviar em gêneros a paga dos gastos, ao passo que à Bahia deviam levar dinheiro e ir agenciá-las em pessoa. Isso sem contar em que, por qualquer culpa leve em que houvesse pronúncia de prisão, havia que recorrer à mesma Bahia por carta de seguro[16]. Segundo outro escritor, também contemporâneo, o judicioso autor do livro *Rezão do Estado do Brasil*, na própria cidade da Bahia se tinha "a Relação por cousa pesada, e não muito conveniente; assim pela natureza dos pleitos, pelo pouco que havia que fazer neles, como pela quantidade de letras que se ficaram *anhidindo*[17] aos muitos estudantes, clérigos e frades", que já havia. O certo é que a experiência veio a provar que se aumentaram excessivamente as demandas, em razão da demasia de advogados, doutores e rábulas, que acompanharam os desembargadores, e dos competentes escrivães e solicitadores, que não

16 O alvará de 12 de dezembro de 1612 declarou a observância que devia haver sobre as cartas de seguro: C. Mendes de Almeida, *Código Filipino,* **2**, 1 340/1 344. – (G.).

17 *Anhidir*: palavra desconhecida em português; provável corruptela do espanhol *añadir* (adicionar, acrescentar, aumentar, etc.). – (N. do E.).

tratavam de nada mais do que de encherem-se à custa das partes[18]. Viu-se então a Bahia, como meio século antes se haviam visto muitas cidades de Portugal, molestada pela demasia dos letrados. Em Portugal, a sobejidão deles havia sido tal que os povos pediam nas Cortes de 1562: "Que os estudos de Coimbra se desfaçam por serem prejudiciais ao Reino... e não haverá tanto letrado sobejo, nem tantas demandas."Além de que: os advogados rábulas eram um mal, pela sua ignorância e seus enredos; os doutores pela ascendência que tinham sobre os magistrados, de quem haviam sido condiscípulos ou contemporâneos em Coimbra, e em favor dos quais estavam os últimos prevenidos pela amizade ou, se haviam feito estudos mais brilhantes que eles, pela consideração e respeito a suas opiniões. Não deixa de ter inconvenientes a prática de escolher os magistrados da mesma classe, e até da mesma academia ou universidade que os advogados; quando, para a imparcialidade e justiça, não só podem ser mui nocivas as amizades e simpatias da juventude como ao magistrado mui prejudicial o hábito de haver exercido a advocacia, ou simplesmente de se haver preparado para exercer esta profissão. O advogado tem por principal dever de seu cargo defender a causa do cliente, isto é, deduzir razões e provarás em favor[19]. O magistrado,

18 "...pondo o sentido e o coração na pátria, tratam de se acolher tanto que da província confusa têm esfolado alguma cousa com que se fazer possam: aqui nasce tanto trocar, tanto mentir, tanta trapaça, que as novas delas não fazem senão 'acarretar bacharéis' à pobre província, a qual com os... religiosos e com a multidão de letrados que do reino vão", etc. – *Rezão do Estado* [introdução], nas *Reflexões críticas* a G. Soares, pelo autor desta *História*, pág. 94. – (A.).

19 Veja-se o que no Liv. 3º, cap. 3, das suas *Confissões* diz o próprio santo Agostinho, que havia sido advogado; e veja-se também o § 7 da lei da *Boa Razão*, de 18 de agosto de 1769. – (A.). – A lei da *Boa Razão*, com o comentário crítico de José Homem Correia Teles, imprimiu C. Mendes de Almeida, *Auxiliar Jurídico*, 445/478. – (G.).

pelo contrário, deve ser um homem impassível, por cuja mente nunca passasse uma ideia de injustiça – o menor pensamento de sofismar cousa alguma neste mundo.

No Brasil os inconvenientes da demasia dos letrados se foram manifestando nos anos seguintes até sobrevir a guerra; e as funções do nosso primeiro tribunal de justiça apenas duraram uns dezesseis anos, tornando as cousas ao estado anterior, pelo espaço de um quarto de século. Cumpre-nos consignar que ao estabelecimento desta primeira relação deveu o Brasil o gênio do padre Antônio Vieira, e os serviços de um seu irmão, Bernardo Vieira Ravasco, ambos filhos de Cristóvão Vieira, que passou à Bahia, com o cargo de escrivão dos agravos e apelações, antes de 1617, em todo caso; havendo até quem assegure que em fins de 1615.[20]

Da lei que vinha reger pouco diremos; pois não se diferencia do código que ainda hoje serve de norma às nossas relações; isto é, as chamadas *Ordenações Filipinas*, publicadas em 1603, e que consistem em uma reforma dos cinco livros das *Manuelinas*, segundo fica dito em outro lugar[21]. Estas *Ordenações Filipinas* consagraram ainda o anterior sistema da autoridade dos praxistas e casuítas com preferência à sã razão e ao sentido ou âmago da legislação. No primeiro livro se inseriram os regimentos dos *Provedores* e *Contadores* encarregados de inspecionar a Fazenda pública, as confrarias, capelas, hospitais, gafarias e outros estabelecimentos pios e os testamentos; e os dos

---

20 Cristóvão Ravasco passou à Bahia em 1609, com emprego na Relação; em 1612 voltou ao reino com licença, para tornar à Bahia, trazendo a família, dois anos depois. Nessa época Antônio Vieira tinha seis anos de idade. – J. Lúcio d'Azevedo, *História de Antônio Vieira,* **1**, 11, Lisboa, 1918. – (G.).

21 Veja tomo I, 281-285, desta edição. – (G.).

Juízes de fora ou letrados, cuja instituição então se começou a generalizar na metrópole, em vez da dos juízes da terra ou leigos. Sobre estes tinham aqueles as vantagens de saberem as leis e de julgarem sem tanta paixão, por isso mesmo que não deviam ser da terra (pelo que se chamavam *de fora*), nem aparentados nela. Esta instituição, que só foi introduzida no Brasil em fins desse século (1896), contribuiu para cada vez se estreitar mais a unidade nacional, obrigando-se os indivíduos de umas províncias a servirem nas outras, com o que se iam desterrando os excessos de pernicioso bairrismo. No segundo livro das novas ordenações fizeram-se grandes alterações, em favor da Igreja e do clero e também dos magistrados. Algumas dessas alterações já se haviam levado avante, vinte anos antes, na reformação da justiça executada por Filipe II em 1582.[22]

Em todo caso, como em virtude dos conflitos que vieram a seguir-se, de alguns dos desembargadores com o bispo e os eclesiásticos, e da ocupação da Bahia pelos holandeses, a mesma relação não tardou a ser suprimida, não entraremos aqui em especificação dos artigos do seu regimento, reservando-nos a tratar deste quando, com mui pequenas alterações, veio definitivamente a pôr-se em vigor depois de 1652. Limitamo-nos a dizer que, pelo regimento de 7 de março de 1609, se ordenou ao governador-geral que respeitasse a jurisdição eclesiástica, recomendando-se-lhe que, se o bispo se quisesse intrometer com censuras, agravasse dele para o juiz da Coroa, nos casos permitidos em direito. Providenciou também a metrópole acerca dos cofres dos órfãos e dos defuntos e ausentes, e dispondo

---

22 A lei da reformação da justiça, que deu novo regimento ao Desembargo do Paço, é de 27 de julho de 1582. – Veja C. Mendes de Almeida, *Código Filipino* **1**, 241/253. – (G.).

que dos juízes de órfãos se tirassem residências. Igualmente, por alvará de 18 de setembro de 1610[23], dispôs que o governador pudesse passar alvarás ou provisões para os culpados em alguns crimes se poderem livrar por procuradores, para certas fintas de obras dos conselhos, e entregas das fazendas dos ausentes, para se poderem seguir apelações e agravos, terminado o devido tempo, e finalmente para se poderem provar certos contratos.

As informações que, acerca da Paraíba, deu sem dúvida à corte o governador-geral, depois de ouvir o sargento-mor, Diogo de Campos, ali por ele mandado, julgamos que foi devido o regimento, em dezessete capítulos, dado em 9 de maio de 1609, ao seu novo capitão Francisco Coelho de Carvalho[24], nomeado em 27 de setembro do ano anterior, durante nove anos, pelos serviços de seu pai, o valente, ativo e dedicado Feliciano Coelho. Por esse regimento lhe ficou subordinada provisoriamente a capitania de Itamaracá. Nele recomendou el-rei a civilização dos índios, o reparo das fortalezas, o cuidado com as suas guarnições, o aumento da cultura das terras, devendo informar acerca das que se considerassem devolutas. Foi concedida ao dito capitão alçada no cível, nos bens de raiz, até dezesseis mil-réis, e nos móveis até vinte; e no crime, nos peões e gentios e escravos, até dois anos de degredo e açoutes, podendo igualmente impor a quaisquer habitantes até dez cruzados de multa. Do mesmo modo lhe foi concedido o prover interinamente, por seis meses, os ofícios da Justiça e Fazenda que vagassem; sendo-lhe mui

---

23 Encontra-se esse alvará em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **1**, 293/294. – (G.).

24 O regimento de Francisco Coelho de Carvalho encontra-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **1**, 267/269. – (G.).

recomendado não só que não se intrometesse nas atribuições dos oficiais de fazenda, contentando-se unicamente com admoestá-los; mas também que respeitasse e mantivesse a liberdade das eleições das câmaras, fazendo por compor os bandos e parcialidades.

O governador d. Diogo de Meneses teve que prestar mui séria atenção às questões acerca dos índios, e viu-se algum tempo a braços com os jesuítas e o bispo, que pretendiam participar da jurisdição temporal ou governativa, que só a ele competia, como delegado imediato da régia autoridade. Trataremos deste e depois daqueles e daqueles outros. Entre o bispo e o governador havia começado grave desinteligência, que se fez pública em questões de etiqueta na procissão do Corpo de Deus em Pernambuco, em 1608 (5 de junho), a qual história por si só é um romance[25]. O certo é que o bispo foi informado como o governador reprovava alguns dos seus atos, principalmente pelo que dizia respeito ao desejo de adquirir, ou antes de juntar cabedais, com intento, segundo se dizia, de resignar e ir-se ostentar as honrarias bispais na Europa, aonde já ia passando valores em letras de câmbio[26]. Não satisfeito o mitrado

---

25 Foi o caso que, para afrontar o governador na própria igreja diante de todo o povo, o bispo, adiantando-se na procissão, tomou a frente do que levava a bandeira real e, passando pelo governador, quase lhe deu no rosto com a fralda. Advertido, respondeu mil desvarios, a que o outro retrucou apenas que era d. Diogo de Meneses e estava neste estado governando como lhe mandava S. M. e que ninguém tinha nele melhor lugar, porque representava a pessoa do rei, ao que o bispo respondeu por sua vez, entre outras cousas, que o governador era menos do que ele e o seu governo melhor do que todos... – Carta de d. Diogo de Meneses ao rei, de Olinda, 12 de julho de 1608, *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 33/37. – (G.).

26 "Sobre o mercador João Filter [alemão] a pagar a d. Antônio de Mascarenhas e d. Francisco de Bragança", diz o governador a el-rei em 7 de fevereiro de 1611. – (A.). – Eram letras no valor de 900$000, que o governador sugere sejam embargadas antes do pagamento. – *Anais* citados, págs. 71/75. – (G.).

com estes desrespeitos ao decoro, e com muitas tropelias de jurisdição, passou aos excessos de pôr interdito na sé ao governador e ao tesoureiro-geral, e de excomungar o desembargador Pedro de Cascais, que servia de provedor-mor da Fazenda, porque não pagavam de uma vez certos atrasados da folha eclesiástica do modo que ele bispo entendia. Pudera, com efeito, crer-se que desejava liquidar seu negócio para voltar ao Reino. Apelou o provedor-mor, mas o bispo não aceitou a apelação; agravou aquele para o juiz da Coroa; passou a Relação ao bispo três cartas em nome d'el-rei... Não quis levantar as censuras – que haviam sido impostas por mão do seu vigário o deão da Sé, pois que ele bispo não saía de Pernambuco[27]. Mais: tampouco executou outra sentença da Relação em que o juiz da confraria do Santíssimo de Pernambuco agravou para o dos feitos da Coroa; e isto apesar de igualmente lhe escreverem tanto a Relação como o governador em nome d'el-rei. Para rematar o juízo acerca da venerabilidade deste prelado basta dizer que, havendo-lhe caído nas mãos um maço de cartas e de ofícios que o governador dirigia ao Reino, não se contentando com abri-las, divulgou o conteúdo

---

27 As questões dos magistrados com o clero da Bahia motivaram talvez o alvará de 31 de julho de 1612 para que os vigários gerais do Brasil, não cumprindo a terceira carta rogatória do juízo da Coroa, fossem emprazados para na primeira embarcação seguirem a dar razão do seu procedimento à Mesa do Desembargo do Paço. Essa providência baixava por influxo desse tribunal, protetor nato dos da Relação. Mas por outro lado a carta régia de 3 de outubro de 1615 e o alvará de 27 de abril de 1640 recomendavam aos desembargadores que andassem atentos nas diferenças com os eclesiásticos. – (A.). – O alvará de 31 de julho de 1612 está em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **1**, 380, in ementa; mas lê-se na integra no Instituto Histórico, *Legislação manuscrita,* **4**, fls. 216/217. A carta régia de 3 de outubro de 1615, sobre diferenças entre os desembargadores da Relação do Brasil e o provisor e vigário-geral do bispo, em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção* citada, **2**, 179 – (G.).

delas violando um dos sigilos mais sagrados, ainda para os que não vestem murça[28]. Apesar de tantos abusos e de tantas faltas, o bispo, ajudado pela influência poderosa de certos religiosos, ficou vitorioso, e apenas da corte lhe veio uma recomendação para que se conformasse com as concordatas com que os bispos no Reino se conformavam. A isto replicava o governador a el-rei, queixando-se não já da quebra que recebera na jurisdição[29], mas da inquietação que o bispo causava ao povo com as perseguições que lhe fazia, "só a fim de ajuntar dinheiro"; e acrescentava: "Não há lei, nem bula do Papa, nem concordata que se guarde, nem sentença de Relação, nem outra nenhuma cousa, senão dinheiro, e só este texto é bom

---

28 D. Diogo de Meneses, em carta de 20 de janeiro de 1610 (*Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 60/64), relata o fato da seguinte maneira: "...partindo daqui uma caravela, o mestre da qual se chama Pedro da Silva, tomaram os framengos junto a Pernambuco, tomando-lhe os açúcares que levava, e lhe deram fazendas em seu lugar, do que já tenho avisado a V. M.; nesta caravela ia entregue ao mestre um maço de cartas com o sobescrito para Dona Maria, minha mulher, debaixo de cuja capa iam um maço para V. M., para o Conselho da Índia, e para o Vice-Rei e mais tribunais, em que avisava do que convinha ao serviço de V.M. Os framengos, tanto que entraram à caravela, tomaram as cartas e as deitaram no convés. Na caravela ia um passageiro clérigo, a quem não sei o nome, o qual lançou mão do dito maço, e o levou ao Bispo, que as abriu, e publicou que as tinha, queixando-se do modo que nelas dizia a V. M., e rompendo o segredo delas, cousa tão defendida por V. M. em suas leis e ordenções, e disto mandei tirar informação em Pernambuco e passa na verdade, e enfim tem as cartas em sua mão, assim as que escrevia a V. M. e Conselheiros, como as que escrevia à minha casa. É caso este tão indigno de um Bispo, e tão digno de V. M. pôr os olhos nele e remediá-lo com justiça, que a não o fazer assim ficara lugar de me haver por agravado. Mas fio da justiça e real clemência de V.M. que me ordenara satisfação como lhe mereço". – (G.).

29 Sobre esse ponto providenciou depois o alvará de 27 de abril de 1616. – (A.). – Esse alvará, resolvendo dúvidas de jurisdição entre as justiças eclesiástica e secular no Brasil, vem indicado por J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa,* **1**, 47, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa, 2*, 200. – (G.).

e guardadouro, como faz a muito dinheiro que tem em uma arca em esse Reino, passado em mui boas letras e caixas de açúcar".[30] Há que ponderar que os documentos públicos confirmam o *zelo* que devia ter o prelado nos assuntos ecônomo-financiais; e quase de todo justificam as graves acusações do governador, por certo dos mais ilustrados que vieram ao Brasil. Em 30 de agosto de 1606 se haviam mandado pagar atrasados ao cabido da Sé da Bahia. Em 11 de fevereiro de 1607 a Coroa quitara ao bispo e cabido da mesma Sé certos direitos de que eram devedores. Em 11 de novembro do ano seguinte resolve negativamente a proposta da criação de mais dois bispados, um em Pernambuco, outro no Rio. Quase pelo mesmo tempo[31] aumenta consideravelmente não só o ordenado do bispo como, e nesta parte com toda a justiça, de muitos outros eclesiásticos; com o que esta porção das despesas, incluindo a soma que recebiam os jesuítas, foi logo elevada arriba de sete contos e oitocentos mil-réis, sem incluir a paga a alguns vigários das províncias do sul. Mais: para dar completa satisfação ao cobiçoso prelado, vinha uma provisão (de 19 de novembro de 1611) dispondo que, nos

30 São palavras da carta de 7 de fevereiro de 1611, antes citada. – (G.).

31 Segundo J. Pedro Ribeiro [*Índice cronológico* citado, **4**, 138] em 30 de setembro de 1608; mas o autor dos *Anais do Rio de Janeiro*, Baltasar da Silva Lisboa, assevera que o aumento teve lugar por alvará de 23 de novembro do mesmo ano. – (A.). – São atos distintos: J. Pedro Ribeiro menciona a carta régia que aumentou as côngruas dos bispos, beneficiados e ministros das igrejas das ilhas dos Açores e Madeira e cidades de Ceuta e Tânger, com a data de 30 de setembro de 1508 e sem relação com o Brasil; o aumento das côngruas dos eclesiásticos desse estado derivou da provisão de 23 de novembro daquele ano, à qual se referem Silva Lisboa, *Anais,* **1**, mapa estatístico, Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro,* **2**, 197, e *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, liv. IV, tít. XXV, n. 720, onde está, por engano, 8 por 23 de novembro. – (G.).

arrendamentos que se fizessem dos dízimos, fossem logo separados os ordenados e as ordinárias dos eclesiásticos; para o que ficavam estes munidos de poderes, a fim de independentemente do governador ou do provedor-mor cobrarem, em dinheiro ou em gênero, segundo melhor lhes parecesse. Foi-lhes mais concedido, não só o receberem em açúcar, por taxa designada, podendo os do Rio cobrar em Pernambuco. Os da Bahia obtiveram até mais tarde (alvará de 16 de maio de 1621) o poderem *apontar no tempo da safra* os engenhos donde preferiam receber a sua terça em açúcar, isto é, onde, nesse ano, fosse ele melhor. Além da injustiça do privilégio de escolherem a forma da paga, a disposição em si era um verdadeiro escândalo.[32]

Não se ocultou ao governador, nem à Relação, nem ao povo do Brasil, o poderoso influxo que movia na corte o negócio, com tanto êxito; e talvez daí proviesse a luta que logo se apresentou d. Diogo a sustentar contra os padres da Companhia, acusando-os pela sua demasiada e perniciosa ingerência no governo temporal do Estado. Ouçamos as suas queixas: "E de os eclesiásticos se meterem em governo vem a estas desventuras; porque a causa principal do alevantamento de Angola foram os padres da Companhia; e agora neste interdito também... deram parecer ao bispo... contra a jurisdição de V. M."

E mais adiante acrescenta: "E para que os padres da Companhia entendam quanto dependem de V. M. é necessário que se lhes dê

---

32 Injustiça vai na objurgatória. O que o alvará de 16 de maio de 1621 concedeu ao colégio dos padres da Companhia de Jesus na Bahia foi que a tença de seu dote de 3.000 cruzados lhes fosse paga em açúcar, nos engenhos que no tempo da safra apontassem no Conselho da Fazenda daquela cidade: J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **3**, 44. – O Autor leu *terça* onde estava *tença*, e não reparou no valor desta. – (G.).

uma repreensão; pois comem tanto da fazenda de V. M. que só neste Estado têm perto de três contos de renda, em que V. M. perde no modo do pagamento mais da terça parte[33], e o que granjeiam com os índios vale mais que tudo... destas cousas e doutras mande V. M. informar e remedeie isto com lhes tirar as aldeias... e os padres se quiserem ensiná-los a ser cristãos lugar lhes fica sempre de fazê-lo".[34] Mais de um ano antes, havia o governador ponderado acerca da "má natureza destes padres e pouca razão com que se queixavam dos governadores passados, e quão pouca verdade falavam em tudo, não tratando mais que de curar suas queixas, e ofuscar a verdade".[35] Deixemos aos que forem homens de ordem e de governo o sentenciar de que lado estava a razão.

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços próprios à cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização,

---

33 Contra o "detrimento notável", que recebia a Fazenda com o pagar os padres em açúcar pelo preço que tivera em anos anteriores, representava já Cristóvão de Barros, em carta de 18 de novembro de 1578. – (A.). – O tópico dessa carta referente ao assunto lê-se em nota de Capistrano de Abreu às *Informações* e *fragmentos históricos* de Anchieta, 33/34, Rio, 1886. Cópia integral no Instituto Histórico, *Torre do Tombo,* **1**, fls. 143 v./144 r. – (G.).

34 Carta de d. Diogo de Meneses, de 7 de fevereiro de 1611, que será publicada em outra ocasião. – (A.). – Não o foi. Dessa carta, assaz citada, existe cópia no Instituto Histórico, com várias lacunas, porque a original da Torre de Tombo, *Corpo cronológico*, parte 1ª, maço 115, n. 115, se encontrou em mau estado. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, Págs. 71/75. – (O.).

35 Carta de 20 de janeiro de 1610. – (A.). – Cópia no Instituto Histórico. *Anais* citados, págs. 60/64. – (G.).

polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionam. Apenas chegado, insistia na necessidade de serem os índios declarados livres, dando-se-lhes um regulamento pelo qual pudessem ficar as aldeias sujeitas mais diretamente ao governo do Estado, pondo-lhes um capitão, um meirinho e um sacerdote, para os ir assim habituando ao trato e gozos dos colonos, pois quanto à religião eles nada sabiam e "apenas tomavam de cor o que se lhes ensinava". E, ao passo de que supririam, de mistura com os escravos de Guiné, os braços que escasseavam, não iriam, tanto como então, para os matos reunir-se aos negros fugidos ou canhambolas.

Para que se tenha clara ideia da irregularidade com que era feito o serviço pelos índios da terra, e por conseguinte dos estímulos que daí resultariam a fomentar-se cada vez mais a introdução dos escravos d'África, e por conseguinte a fomentar-se o tráfico, transcreveremos aqui os seguintes parágrafos da obra contemporânea *Razão do Estado do Brasil*. Dizem assim:

> Os Índios da terra... que parecem de maior facilidade, menos custo, e maior número, como andam metidos com os Religiosos, a quem vivem sujeitos,... de maravilha fazem serviço, nem dão ajuda aos leigos que de sustança seja, antes sendo chamados dos pobres moradores acontece levarem-lhes o salário de antemão; sem lhes fazerem nada, sendo causa que os pobres o percam, e as peitas que costumam dar--se a quem lhos administra, como tudo se saberá tirando-se devassa; daqui resultam grandes queixumes contra os Religiosos, os quais se querem mostrar que castigam estas cousas com seus cárceres privados ou açoutes, por levemente que sejam, estão os índios tão mimosos e tão pouco práticos no uso da nossa justiça e obediência, que logo se vão ao mato, donde fazem como dito é abomináveis vivendas e rito,

juntando-se com os negros de Guiné também fugidos, do que resultam mortes, furtos escandalosos e violências, por cujo respeito se não pode atravessar o sertão comodamente de umas partes a outras, nem dilatarem-se as povoações pela terra dentro.

Se os portugueses tomam as armas contra estas desordens, e com trabalho e custos de suas fazendas e vidas são contra estes mocambos ou ladroeiras, e desfazendo-as, trazem presos os ditos fugidos, logo a piedade dos padres e necessidade em que deles vivem os leigos buscam leis para os não castigarem, antes repartindo-os entre si os largam das prisões; das quais tanto que se veem livres, tornam-se às aldeias dos ditos padres, que como a gente livre e que eles têm em sua proteção, de boa vontade os recolhem e ocultam, e se parece que ali todavia os buscam seus donos, tornam-se ao mato; de modo que fica sendo este domínio absoluto dos religiosos uma miséria secular dos leigos, que mostra não poder ter fim, e não tendo, bem se vê quão trabalhoso e quase impossível será o dito aumento.

Destas desordens tanto introduzidas, nasce que nenhuma obra do bem público se colha, e assim os índios, sem os buscar quem pode, vão por donde querem mais bárbaros e mais ociosos que nunca.

Apesar de haver d. Diogo exposto as suas ideias a este respeito, em carta ao rei, escrita em fevereiro de 1608[36], baixou da metrópole uma lei, com data de 30 de julho de 1609[37], declarando os índios

---

36 Não se conhece essa carta de d. Diogo de Meneses. Sua correspondência, amiúde citada nestas notas pela publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 33/81, começa em 12 de julho de 1608, em Olinda, e termina em 1º de março de 1612, na Bahia. – (G.).

37 Conf. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **1**, págs. 271/273. – (G.).

inteiramente livres e impondo penas severas aos que os tomassem ou conservassem como escravos. Protestaram contra semelhantes disposições o governador e povo do Brasil de modo tal que o rei se viu obrigado a reconsiderar o assunto e a revogar a mesma lei por meio de outra, em data de 10 de setembro de 1611[38], na qual, começando por uma recapitulação das leis sobre os índios promulgadas desde 1570, prossegue autorizando os cativeiros feitos em guerras justificadas ou por motivos justos, limitando, porém, o prazo dos mesmos cativeiros a dez anos, e conclui adotando a ideia de aldeamentos, dirigidos por capitães escolhidos entre os colonos de vida exemplar, pelo governador, chanceler e provedor-mor dos defuntos, reunidos, os quais poderiam passar aos sertões, acompanhados de algum eclesiástico, para efetuarem os descimentos; podendo os índios assim aldeados ser solicitados pelos colonos mediante contratos de locação de serviços. Todas estas disposições pecavam pela aberta que deixavam a serem sofismadas, dando origem a muitos abusos, que concorriam a desprestigiar a autoridade da lei e do legislador, a tal ponto que mais favoráveis à moralidade pública houveram sido quaisquer providências que se executassem fielmente, por mais cruéis e rigorosas que fossem.

Pelo mesmo tempo que a corte, em julho de 1609, se ocupava, com ternura e carinho, de mandar declarar livres todos os índios, os de Porto Seguro se mostravam insolentes e alevantados, pondo em apertado cerco o engenho de Gomes de Aragão; do que, sendo informado na Bahia o governador, lhe mandou um socorro às ordens de Vicente Pais, indo em sua companhia, com os índios da Cachoeira,

---

38 Ibidem, **1**, 309/312. – (G.).

Afonso Rodrigues, filho do colonizador dessa terra Álvaro Rodrigues, de quem já antes fizemos menção. Tardio, porém, houvera chegado tal socorro, se não valera aos de Porto Seguro a audácia e firmeza de Estêvão Curado, que, não tendo mais que duas armas de fogo e dez frecheiros às suas ordens, conseguia defender o mesmo engenho da fúria e barbaridade dos selvagens.[39]

Em todo caso, desse rebate em Porto Seguro resultou o fixar o governador para esse lado alguma atenção, mandando lá o sargento-mor do Estado; do que resultou ficar completamente explorada por aí toda a costa, desde a ponta de Corumbabo até o rio das Caravelas, compreendendo os baixos dos Abrolhos, tarefa que foi levada à execução pelos dois pilotos Antônio Vicente Cochado e Valério Fernandes.[40]

Ajudado do inteligente e ativo sargento-mor, prestou o governador d. Diogo a mais séria atenção a tudo quanto respeitava à economia e ordem no governo, e disso muito se ocupava em sua própria correspondência. Como o seu predecessor, foi de parecer que

---

39 O autor, na 1ª edição desta *História,* **1**, 325, nota 4, abonou tais sucessos com uma carta de d. Diogo de Meneses, de julho de 1609, cujo original estava em seu poder. Esse documento, já citado na nota 86 da seção anterior, é desconhecido no Rio. – (G.).

40 Essa informação deve provir da fonte acima indicada. Entretanto, a exploração dos Abrolhos no governo de d. Diogo de Meneses devia ter precedido ao rebate de Porto Seguro, porque em carta de 19 de abril do mesmo ano o governador comunica ao rei que lhe mandava, conforme sua ordem, o patrão Manuel Gonçalves (Regefeiro), que serviu na cidade da Bahia e foi descobrir os Abrolhos; era o portador daquela carta e ia em companhia do desembargador Sebastião de Carvalho. Recomenda-o como bom homem do mar, e que tinha serviço nas coisas dele a S. M. neste Estado do Brasil. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 50/57. – Veja a nota da seção XXIV. – (G.).

conviria fabricarem-se navios neste Estado, e, mandando pelo mestre construtor Manuel Antônio proceder a um orçamento do preço por que se poderia fabricar uma nau de quatrocentas toneladas, resultou que, empregando a embira e amarras de piaçaba, poderia ela, sem artilharia, vir a importar em quatro contos quatrocentos e oitenta e três mil-réis. Durante o seu governo, foi melhorado o contrato das baleias, sendo concedido por sete anos a dois sócios, um dos quais era francês, Julien Michel. Também teve lugar uma grande melhora nos engenhos, adotando-se os três cilindros, ainda verticais, os quais, por meio de entrosas, se faziam girar com a rotação do cilindro do meio[41]. Atendeu também o governador a melhorar a defesa da Bahia pela construção de um novo forte que foi chamado de São Diogo e que foi artilhado com três colubrinas, uma espera e um passavolante turquesco[42]. E às suas informações deve ter sido provavelmente devida a providência tomada pela metrópole para que os serviços prestados no Brasil viessem aqui mesmo a ser recompensados, o que contribuiu a estabelecer certa unidade colonial, que depois se aumentou com a guerra holandesa.

Os serviços, porém, que mais que nenhuns outros imortalizarão para sempre no Brasil o nome de d. Diogo de Meneses serão a colonização do Ceará e proposta para ser colonizada a maior parte da costa do norte, e o magnífico livro intitulado *Rezão do Estado da*

---

41 Veja fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 421, 3ª ed., 1931, que atribui esse melhoramento a um clérigo espanhol, vindo das partes do Peru à Bahia, no tempo de d. Diogo de Meneses. Perdeu-se a figura das entrosas e engenhos de açúcar, que fr. Vicente pretendia dar em sua obra. – (G.).

42 Sobre as fortificações da Bahia informa o governador em carta ao rei, de 22 de abril de 1609. – *Anais* citados, págs. 51/59. – (G.).

Brasil, quando deixou o governo em 1612. Este último, se bem que redigido pelo sargento-mor Diogo de Campos[43], foi evidentemente empreendido por iniciativa do governador, e com muitas informações por ele pessoalmente fornecidas. Ocupar-nos-emos separadamente destes dois pontos.

Consultado oficialmente[44] o governador acerca do modo como se deveria levar avante a colonização da costa do norte, depois de mui aturados exames e conselhos, para os quais teve de mandar especialmente ao Rio Grande a colher informações o dito sargento-mor, seu braço direito, indicou a criação de três novas capitanias: a primeira no Jaguaribe ou Ceará; a segunda no porto de Camucim; e a terceira no Maranhão. Desta indicação, enviada em 1º de março de 1612[45], resultaram sem dúvida as ordens de 9 de outubro e 8 de novembro desse mesmo ano para se povoar o Maranhão, cuja execução coube ao seu sucessor. Ao governo de d. Diogo coube, porém, ainda a origem da primeira feitoria no Ceará, levada avante pela indústria de Martim Soares, sobrinho do sargento-mor, o qual, havendo estado antes com Pero Coelho no mesmo Ceará, travara amizade com um chefe índio do Rio Grande, irmão do célebre Camarão, por nome Jacaúna, que resolveu acompanhá-lo, com toda a sua

---

43 Na própria obra se lê a respeito de uma parte da costa, onde não estivera d. Diogo, que fora "vista e visitada por quem lê esta relação, etc.". – (A.).

44 Carta régia de 19 de janeiro de 1611. – (A.). – Cópia no Instituto Histórico. – (G.).

45 A carta da governador, de 1º de março de 1612, responde à do rei, de 19 de janeiro de 1611, sobre os pontos consultados. A demora é imputável à relevância do assunto. Essa carta, muito importante, lê-se nos *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste do Brasil*, 147/150, Rio, 1905, e nos *Documentos para a História do Brasil,* do barão de Studart, **2**, 65/68, Fortaleza, 1909. *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 75/78. – (G.).

horda, a fixar residência junto do rio Ceará. Quando aí se achavam, foram informados de que, no atual porto do Ceará ou de Mucuripe, que não ficava longe de sua aldeia, se achava fundeado um navio francês, e deliberaram tomá-lo. Dirigiu a empresa o próprio Martim Soares, que se apresentou entre os seus índios, nu como eles e como eles *coatiado*[46] ou pintado por todo o corpo. Caíram os franceses vítimas da sua confiança, perdendo duas lanchas e o próprio navio e ficando todos prisioneiros. Enviou logo Jacaúna um seu filho ao governador, que se apressou em corresponder a tamanha atenção, mandando para aí ficar, às ordens de Martim Soares, uma escolta de dez homens e um sacerdote, os quais trataram logo de construir nesse mesmo lugar, ainda junto do rio Ceará, um forte e uma ermida, com a invocação da Senhora do *Amparo*, que imprecavam com razão os que tanto deste necessitavam naquela soledade.[47]

O livro *Rezão do Estado do Brasil,* ainda em grande parte inédito, é uma verdadeira estatística, respectiva ao ano de 1612, das oito capitanias, desde a de Porto Seguro para o norte, que vieram, logo depois, a contribuir com gente e recursos para a criação do novo Estado do Maranhão, a respeito do qual já inclui algumas notícias. Das mencionadas oito capitanias dá conta dos limites, rendimentos, cultura, população, armamento e municiamento. Foi redigido em Lisboa em 1613, de modo que inclui ainda algumas informações respectivas ao ano de 1612, depois de haver d. Diogo deixado o governo. Contém dezessete mapas, sendo um geral do Brasil, outro da costa do norte,

---

46 Do tupi, *cotiar,* pintar, riscar: *Dic. português-brasiliano*, 62. – (G.).

47 De todos esses sucessos trata minuciosamente a carta de 1º de março de 1612, citada. – (G.).

oito especiais das oito capitanias, um do Espírito Santo, e os demais dos Ilhéus e Abrolhos, rios de São Francisco e Alagoas, plantas da Bahia, de Olinda, do Recife, e da entrada da Paraíba, etc.[48]

A receita total dessas oito capitanias, avaliada ainda pelo governador, dois anos antes (1610), em quarenta e dois contos, era já orçada em cinquenta, e a despesa, que pouco passava então de trinta e cinco contos, ascendia já a quase quarenta e sete.[49]

O Rio Grande era capitania pobre, de uns oitenta moradores brancos, dos quais apenas vinte e cinco habitavam na capital. Limitava ao norte pelo Curai, ou atual Açu, e tinha umas dezesseis aldeias de índios, mal governadas, um engenho no Cunhal (de Jerônimo d'Albuquerque), alguma criação de gado e profícuas salinas em Guamaré. Havia no forte nove peças de bronze e dezessete de ferro, maltratadas; elevando-se a guarnição a setenta e cinco soldados, com os competentes oficiais, cujos gastos se orçavam em 3:183$960, sendo o da igreja 286$360 e o dos empregados 110$000.

A Paraíba, que alcançava até o Taperoú, atual Graú, contava mais de setecentos moradores brancos, oito aldeias de índios, a cargo dos franciscanos e beneditinos, dez engenhos que enviavam por ano uns vinte e dois barcos de açúcar a Pernambuco, e rendia ao dízimo uns quatro contos. No Cabedelo havia onze peças, dois camelos

---

48 O Instituto Histórico possui o original da livro da *Razão do Estado*, por oferta de d. Pedro II. Nele existem algumas interpolações de mapas feitas posteriormente, da autoria de João Teixeira, "cosmógrafo de Sua Majestade". – (G.).

49 A demonstração da despesa para 1610 consta de documento enviado ao rei por d. Diogo de Meneses, em carta de 20 de janeiro daquele ano. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 65/66. – (G.).

e quatro falcões de dados pedreiros, todos de bronze, os quais se ordenara (dezembro de 1611) fossem a refundir-se em Pernambuco. Dava esta capitania ao alardo trezentos arcabuzeiros, em duas companhias, e mais trinta de cavalo. Gastos: com a igreja, 358$360; com os empregados do fisco, 225$000; com a milícia, 1:841$760.

Itamaracá, terminando da banda do sul no rio Igaraçu, contava mais de quinhentos moradores brancos, alguns bastante ricos, dez engenhos, cinco aldeias de índios, entregues aos padres da Companhia, uma delas (do Boiaçu) de cinco mil frecheiros. Orçava a receita em 2:400$000. Dera ao alardo uma companhia de duzentos e cinquenta de infanteria e vinte de cavalo. Gastos: com a Igreja, 172$840; com o fisco, 120$000; redízima ao donatário, 240$000; ao sargento-mor, 40$000.

Pernambuco podia contar mais de quatro mil moradores brancos; elevando-se já o número dos engenhos a noventa. Além das ordenanças da vila capital, dava ao alardo mais mil homens de pé em nove companhias, afora duzentos de cavalo. Nos fortes havia, na barra, dezessete peças de bronze e nove de ferro, e na praia de Olinda mais quatorze destas últimas de pequeno calibre. A guarnição consistia em cinquenta arcabuzeiros, quinze mosqueteiros e os competentes oficiais e inferiores. A receita total subia a 17:360$000, dos quais 12:800$000, só dízimo. Gastos: com o culto, 2:366$000[50]; com o fisco, 948$300; redízima, 1:280$000; milícia, 2:474$000; e particulares, 370$000.[51]

---

50 Matriz 325$000; dez vigários, 739$000; dez coadjutores, 250$000; padres da Companhia, 827$000; síndico dos capuchos, 80$000. – (A.).

51 Ao engenheiro, 160$000; ao fundidor, 50$000; ao sargento-mor da capitania, 80$000; casas do capitão-mor, 40$000; tença do hábito a Afonso de Albuquerque, 40$000. – (A.).

A capitania de Sergipe, limitada ao sul pelo rio Real, era pouco povoada. Dava ao alardo apenas cento e cinquenta homens de ordenanças. Além das peças que aí levara Cristóvão de Barros, tinha mais duas com dez soldados de guarnição. A receita do gado e meunças era apenas de 580$000, os gastos com a Igreja, 148$920; com a milícia, 323$920.

A Bahia, que se estendia para o sul até o rio Jaguaripe, dava ao alardo, só na cidade, trezentos homens, e no Recôncavo mais oitocentos e cinquenta de cavalo. Contava cinquenta engenhos, dos quais alguns havia que rendiam forros a seus donos oito contos de réis. Nos diferentes fortes, duas portas da cidade e estância dos índios, encontravam-se umas vinte e tantas bocas de fogo, de todas as sortes e calibres, desde um canhão de bronze de 24 até os pequenos sacres pedreiros, camelos e um *selvagem*, além de outros oito canhões armazenados. A guarnição de linha ou de presídio se reduzia a duas companhias, de oitenta praças cada uma, além dos competentes oficiais. As rendas da capitania passavam de dezoito contos de réis, e os gastos nela excediam-na de mais de quatrocentos mil-réis; importando estes na totalidade em 18:740$240, a saber: 5:443$640[52] com o culto religioso; 4:954$000[53], para os ordenados do governador, Relação, etc.; 1:059$600[54] para os oficiais da fazenda;

52 Sé, 2:974$000; jesuítas, 1:200$000; doze vigararias no Recôncaco 887$640; seus coadjutores, 300$000; dois síndicos dos capuchos, 82$000. – (A.).

53 Governador, 1:200$000, quinze de sua guarda, 300$000; chanceler, 410,$000; oito desembargadores, seis a 350$000 e dois a 300$000, total: 2:700$000; guarda-mor da capitania, 20$000; meirinho do ouvidor-geral, 84$000; procurador dos índios forros, 30$000. – (A.).

54 Procurador da fazenda, 400$000, contador-mor, 100$000; escrivão da fazenda, 150$000; provedor da alfândega, 30$000; tesoureiro-geral, 80$000; escrivão da alfândega, 30$000; almoxarife, 50$000; escrivão do tesouro, 40$000; dito

143$000 em tenças particulares; 270$000 de entretidos pelo estado; e 6:870$000[55] para pagamento da milícia.

A capitania dos Ilhéus partia com a de Porto Seguro pelo rio Grande, junto do Patipe. Dera ao alardo cento e sete moradores brancos e possuía cinco engenhos. As fortificações reduziam-se a um reduto com dois falcões e uma trincheira com mais quatro de bronze; mas sem soldados. A receita orçava por 260$000; os gastos se reduziam: com a igreja a 98$920; fisco, 25$133; redízima ao donatário, 26$000.

Seguia-se afinal Porto Seguro, terminando ao sul no Cricaré ou São Mateus, capitania das mais pobres e a mais mal governada, possuindo apenas um engenho[56]. Tinha um forte com duas peças de ferro, guarnecido por dez soldados e um cabo. A receita se orçava em oitenta mil-réis anuais, e a despesa em 442$520, a saber: a Igreja, 98$920; o fisco, 6$400; a milícia, 337$200.[57]

---

dos feitos da fazenda, 40$000; dito dos armazéns, 30$000; porteiro da alfândega, 29$500; escrivão dos contos, 50$000; procurador da fazenda, 15$000; requerente da dita, 15$000. – (A.).

55 Capitão-mor do mar, 100$000; sargento-mor, 209$600; dito da Capitania, 113$600; ajudante do sargento-mor, 96$000; capitão da guarda do governador, 80$000; e mais vários outros capitães, comandantes dos fortes, condestáveis, etc. – (A.).

56 O rio das Caravelas chegou a despovoar-se, por falta de quem dissesse missa, porquanto o vigário de Porto Seguro, pela pobreza dos moradores, nem lhes podia administrar coadjutor, nem por eles desamparar a vila, ou dar-lhes licença que vivessem sem missa, antes os obrigava a que viessem ouvir à vila; mas o governador d. Diogo de Meneses, no ano de 1610, mandou que os moradores daquele sítio tornassem às suas casas e lhes deu o coadjutor que faltava naquela vigararia, e outras ajudas – informa o livro da *Rezão do Estado do Brasil*. – (G.).

57 O orçamento das despesas no Estado para o ano de 1610, com a discriminação das verbas, montava 22:689$241, ou fossem 56.723 cruzados e 41 réis.

Resta agora ocuparmo-nos, segundo prometemos, do governo separado e isento, criado especialmente no sul, das capitanias do Espírito Santo, Rio e São Vicente, em favor de d. Francisco de Sousa, por instâncias suas na própria corte de Madri, sem o apoio do governo de Portugal e o Conselho da Índia, ouvido a esse respeito, em consulta de 29 de abril de 1607.

Vimos como o dito d. Francisco, achando-se na Bahia de governador, ideou já mui provavelmente o vir a fazer-se herdeiro dos projetos de Gabriel Soares, alcançando para si próprio os mesmos privilégios, e que esta ideia influiria na resolução que tomou de ordenar que não prosseguisse então na empresa o sucessor por ele designado.

A nomeação de d. Francisco, como governador da repartição do sul e superintendente das minas, deve-se ter realizado em novembro de 1607[58]; pois, em 26 desse mês, mandou o governo de Lisboa sustar todas as ordens passadas para se tirar a residência do anterior governo do mesmo d. Francisco, a cuja perniciosa influência não duvidamos atribuir o ter-se então mandado suspender a execução de um regimento para as minas, declarando-as livres, promulgado em Valhadolid em 15 de agosto de 1603[59] e que já até recebera o *cumpra-se* no Rio de Janeiro, em março de 1605, e em Iguape, em 6 de abril deste ano; mas que não veio a ser posto de uma vez em

---

As despesas extraordinárias orçavam em 12:603$272, ou 31.508 cruzados e 72 réis, que com as despesas ordinárias somavam 88.231 cruzados e 113 réis. Os dízimos, no mesmo ano, metade em fazenda, metade em dinheiro, valiam, respectivamente, 106.000 e 88.206 cruzados; restavam em fazendas 17.794 cruzados. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 65/66. – (G.).

58 Conf. nota III desta seção. – (G.).

59 Lê-se no Instituto Histórico, *Legislação manuscrita,* **4**, fls. 7/26 v. – (G.).

execução, senão depois de morto o dito d. Francisco, por carta régia de 29 de agosto de 1617.[60]

A criação de um governo ou capitania-geral independente no sul não deixava de ter partidários e tinha até a seu favor uma cláusula inserta na carta de nomeação de Afonso de Albuquerque (irmão do conquistador do Maranhão e moço fidalgo), em 12 de fevereiro de 1605[61], para capitão do Rio de Janeiro por seis anos, depois dos providos até 22 de outubro de 1604, na qual se diz: "E se por esta capitania do Rio de Janeiro estar muito distante da capitania da Bahia e parecer a Diogo Botelho, do meu conselho e governador-geral das ditas partes, que lhe deve cometer mais alguma jurisdição da que tem por meus regimentos, lhe passará alvará." Porém, d. Francisco não se contentou com ser governador isento e superintendente das minas de seu distrito. Requereu e, *por suas manhas*, agenciando diretamente na corte de Castela, obteve não só, em 2 de janeiro de 1608, para si próprio, os privilégios e concessões que haviam sido conferidos a Gabriel Soares, e ainda outros mais, como veio a alcançar um alvará (a 28 de março) para que, enquanto a minas, a sua jurisdição se estendesse ao outro governo do Brasil (III).

As principais concessões que obtivera, além das análogas outorgadas a Gabriel Soares, consistiam no gozo, durante o seu governo, do título de grande, com uma guarda de honra de vinte homens; em poder nomear vários empregados com os correspondentes

---

60 Acha-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **2**, 252/253. – (G.).

61 Essa cláusula foi inserta outra vez, depois da supressão do governo do sul, nas nomeações de outros governantes do Rio. – (A.).

ordenados, trazendo desde logo consigo, bem pagos pelo estado, um mineiro de ouro, com seu competente ensaiador, dois de prata, dois de ferro, um de esmeraldas, outro de salitre e até um de pérolas. E, como se não fossem já excessivas todas essas promessas e descomunais todos esses gastos, prometia o rei que, quando viessem a ser produtivas essas minas (que aliás já estavam descobertas sem ser pelo agraciado), lhe seria conferido o título de marquês do primeiro lugar que se povoasse, com cinquenta vizinhos casados, com a renda de cinco por cento, contanto que esta não viesse a exceder de trinta mil cruzados.

As concessões e graças foram tamanhas, especialmente no que respeita aos gastos da Fazenda pública, que chegam a autorizar a suposição de que d. Francisco as agenciou à custa das economias que teria entesourado durante o seu primeiro governo...

Gastou d. Francisco a assalariar gente, para levar consigo, em Castela e Portugal, quase todo o ano de 1608, e, no fim dele, trazendo uma carta-patente do próprio rei, então em Lerma, para d. Diogo de Meneses, ordenando-lhe que fizesse entrega das três capitanias do sul, declaradas isentas do seu governo, partiu para o Brasil e, sem se importar com uma provisão em que se lhe recomendara que seguisse em direitura ao seu distrito, foi em 19 de fevereiro de 1609 aportar primeiro em Pernambuco, onde justamente se encontrava o então governador d. Diogo de Meneses[62]. Não pôde este ocultar o seu grande ressentimento, e em carta ao rei de 22 de abril o desafogava, dizendo:

---

62 D. Diogo de Meneses não se encontrava em Pernambuco. – Conf. nota 3 desta seção. – Em carta de 22 de abril o governador refere-se à chegada de d. Francisco de Sousa a Pernambuco. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 51/59. – (G.).

"V. M. me mandou o viesse servir a este Estado, sem me declarar nenhuma separação; senão que o viria governar assi e da maneira que os passados; onde o tenho servido com toda a fidelidade e satisfação de que V. M. me tem avisado." Todas as grandes promessas de avultadas rendas prometidas por d. Francisco, à custa de tantos gastos prévios, eram pelo mesmo d. Diogo judiciosamente combatidas com estas curtas frases: "Creia-me V. M. que as verdadeiras minas do Brasil são açúcar e pau-brasil, de que V. M. tem tanto proveito, *sem lhe custar da sua fazenda um só vintém*...[...]O mesmo negócio há de mostrar cedo a V. M. a perda que há de ter a sua fazenda... mas será então um mal que... não se poderá remediar".[63]

Realizaram-se infelizmente os prognósticos do honrado estadista. d. Francisco seguiu para São Paulo. Aí sancionou, em 11 de agosto, um contrato entre o seu filho primogênito, d. Antônio, e o provedor das minas Diogo de Quadros, e Francisco Lopes Pinto para a ereção de uma nova fábrica de ferro, e nada mais fez[64]; e os

---

63 Toda a carta é uma série de queixas e lamentações. Começa dando a entender que d. Francisco desobedeceu à ordem do rei, arribando a Pernambuco, com achaque de que a caravela em que vinha seu filho fazia água, tendo escrito a Alexandre de Moura que ali havia de aportar, levando consigo o prior e o provincial do Carmo, que se destinavam àquele porto. A separação representava para ele verdadeira *capitis deminutio*, de que pede humildemente satisfação: "Foi o agravo que V. Majestade me fez nesta separação tão entendido de todas, e de qualidade que por mostrar o entendo assi não pude dissimular, trabalhando comigo o desejo que tenho de o servir o dissimulasse, mas espero na clemência e grandeza de V. M, o remedeie e me faça as mercês que lhe mereço, restituindo-me a minha honra do modo que V. M. ordenar e lhe parecer, porque assi cuido ficarei com ela mais avantajada do que nunca a tive." E nesse teor, mostrando os inconvenientes da separação, enche longas e enjoadas páginas. – (G.).

64 Conf. Taques, *Informação sobre as minas de São Paulo*, 12. – J. Jacinto Ribeiro, *Cronologia paulista,* **1**, 259, dá para data da escritura desse tratado 25 de

ordenados de todo o estado-maior que consigo trouxera seguiam cobrando-se. Em 11 de junho de 1611 falecia o mesmo d. Francisco e, em conformidade de um dos privilégios que lhe haviam sido concedidos, deixava por sucessor o seu segundo filho, d. Luís, por achar-se ausente o primogênito.[65]

Tomou o mencionado sucessor imediatamente posse em São Paulo, e depois no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro; mas vindo a ser, pelo alvará de 9 de abril do ano seguinte, revogada a provisão para a separação do governo do sul e de novo tudo anexado ao do norte, já confiado a Gaspar de Sousa, teve o mesmo d. Luís que fazer entrega do mando ao desembargador Manuel Jácome Bravo, delegado do mencionado Gaspar de Sousa, de quem, apesar das suas poucas habilitações, veio a conseguir ser nomeado sucessor em 1616, a título de indenização equitativa, pelos direitos herdados e que lhe haviam sido retirados.[66]

Daí a mais de meio século, quando, pelos esforços dos intrépidos paulistas, as minas rendosas começaram a ser descobertas, e que os inúteis esbanjamentos de d. Francisco estavam esquecidos, lembrou-se um seu herdeiro, com proteção na corte, de requerer,

---

fevereiro de 1609, erradamente, porque então d. Francisco de Sousa ainda não deixara Pernambuco. Parece ter confundido essa data com a de igual dia e mês de 1629, que Taques, ubi supra, dá para a morte de Francisco Lopes Pinto e consequente desmantelo do engenho ou fábrica de ferro. Segundo Taques, Diogo de Quadros e seu cunhado Francisco Lopes Pinto tinham interessado nesse engenho a d. Antônio de Sousa, primogênito de d. Francisco, em metade dos lucros, ou três mil cruzados. Ficava situado nas margens do rio Jeribatuba. – (G.).

65 A causa da ausência vai referida na nota III desta seção. – (G.).

66 Esse parágrafo carece de ampla retificação que se inclui na citada nota III.

pelos serviços do seu avô, o título de marquês das Minas, o qual lhe foi conferido pelo rei[67]. Ignoramos se este título *in partibus* ainda existe em Portugal[68]. Se existe, não é por culpa nossa que a história diz que ele está bem longe de significar uma glória nacional, conforme, para honra das nações monárquicas, convém que suceda aos títulos que se declaram hereditários. Nesta conformidade, em Portugal a glória do descobrimento das minas estaria com mais justiça personificada nos herdeiros de Salvador Correia, de quem sabemos que, havendo--lhe o rei cometido, em novembro de 1613 (IV), o entabulamento, por confiar na "muita experiência que tinha das cousas do Brasil e pelas muitas provas de sua verdade e zelo pelo serviço", deixando "a sua prudência o modo como nisso devia proceder", contribuiu, com a maior abnegação, conjuntamente com seu filho Martim Correia, para que o mesmo rei expedisse a carta régia de 29 de agosto de 1617 e regimento de 8 do agosto de 1618[69], declarando as minas livres, para poderem ser exploradas por todos os seus vassalos, e mandando pôr

---

67 Depois de falecido d. Francisco, no cabeçalho do Regimento de 8 de agosto de 1618, se havia dito que "por muitas diligências feitas por d. Francisco de Sousa... se não pôde por elas averiguar a certeza das ditas minas, e não se tem tirado delas proveito algum para minha fazenda". – (A.). – O primeiro marquês das Minas foi d. Francisco de Sousa, terceiro conde do Prado, filho de d. Antônio de Sousa e neto de d. Francisco de Sousa. Teve o título por carta de 7 de janeiro de 1670. Conf. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra,* **1**, 421/428. – O mesmo título foi extinto e renovado várias vezes, por ser de juro e herdade, sendo as últimas renovações em 15 de janeiro de 1842 e 2 de novembro de 1876, esta na pessoa de Alexandre da Silveira e Lorena, décimo segundo marquês das Minas e décimo quarto conde do Prado. – Conf. Silveira Pinto, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal,* **2**, 132/133. – (G.).

68 Veja a nota precedente. – (G.).

69 A carta régia de 29 de agosto de 1617 e o regimento de 8 de agosto de 1618 encontram-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **2**, 252/253 e 330/333. – O novo regimento das minas é de 10 de junho de 1644: *Revista do Instituto Histórico,* **69**, parte 1ª, 201/216. – Veja

em vigor o regulamento de Valladolid de 15 de agosto de 1603[70], cuja execução havia sido mandada sustar pelos esforços interessados e egoísticos de d. Francisco de Sousa, providências essas que permitiram o desenvolver-se o espírito aventureiro dos paulistas, que vieram a ser os verdadeiros descobridores das minas de *Minas*.

NOTAS DA SEÇÃO XXV

I
(Pág. 878)

A repressão aos descaminhos do pau-brasil continuou a ser constante preocupação da Corte pelos tempos adiante. Pelo Conselho de Fazenda informava Gaspar de Sousa, em 8 de agosto de 1625, que o "melhor que isto, e que eu adverti a Sua Majestade, governando aquele Estado, é não se contratar este pau, porque isto vão grandes maldades, que são largas para escritas, e estão quase acabadas as matas em Pernambuco; o que convém para melhor remédio de tudo, é carregar-se e cortar-se este pau por el-Rei, e não ser sempre em uma só parte, senão em diferentes, por que se não acabem as matas dele de todo, a saber, um ano em Pernambuco, outro no Rio de Janeiro, e outra no Espírito Santo, encarregando isto aos capitães daquelas capitanias, e ao governador-geral que seja sobre ronda deles; nesta forma crescerão as matas e el-Rei terá mais rendimento do seu pau, e não se lhe furtará a décima parte do que hoje se furta sem remédio algum e fazendo isto podem vir mais quatro mil quintais de pau, do que se contrata, que servirão para ti ao provimento do Maranhão sem sentir a fazenda de Sua Majestade, e nos dízimos do Brasil há cabedal bastante para todas as despesas do corte e carregação do pau, e sobra porque no meu tempo se fazia isto, e havia dinheiro para a conquista do Maranhão, e porque nas folhas novas se acrescentam alguns ordenados isentos, se devem mandar vir as folhas velhas e as folhas novas, para se conferirem, e pode Sua Majestade, sendo servido, mandar riscar os ordenados que se acharem postos sem ordem sua; e sendo Sua Majestade servida eu nomearei pessoa existente naquele

---

carta régia a d. Luís de Sousa, de 7 de novembro de 1617, em *Anais do Museu Paulista,* **3**, 2ª parte, 49. – (G.).

70 Veja a nota 57 desta seção. – (G.).

Estado suficientíssima para correr com isto, de quem me vale sendo governador, e o achei mui diligente e confidente na matéria, e me descobriu muitos furtos que desta droga se faziam; isto é o que na matéria me parece, e o que convém ao serviço de Sua Majestade, e ao acrescentamento de sua fazenda. Em 8 de agosto de 1625. – *Gaspar de Sousa*". – Gaspar de Sousa também era contrário a que se entregasse o corte do pau-brasil aos religiosos da Companhia de Jesus. Carta para el-rei, de 2 de outubro do mesmo ano.

(Documentos do Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa, por fotocópias de posse do erudito pesquisador Dr. Luís Camilo de Oliveira Neto, gentilmente cedidos ao anotador.) – (G.).

II
(Pág. 879)

Sebastião de Carvalho, no reinado seguinte (Liv. **15**, 315) feito desembargador do Paço, foi casado com d. Luísa de Melo, e pai de Sebastião de Carvalho e Melo, que faleceu em 19 de janeiro de 1719, aos 94 anos de idade (*Gazeta de Lisboa*, de 26 de janeiro de 1719). Veja também Diniz, *Poesias*, **5**, 144 [Lisboa, 1815]. Uma d. Luísa de Melo houve, por esse tempo, pernambucana, filha de d. Cristóvão de Moura e irmã da mulher de Jerônimo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatário. Entretanto, *para certa herança*, se provou juridicamente que a de que trata fora filha de Gaspar Leitão Coelho e d. Joana de Mesquita; mas, se tal fosse, não se descobre de onde pôde provir a esta d. Luísa o apelido de Melo, que tomaram os descendentes. Em todo caso, o dito Sebastião de Carvalho e Melo foi casado com d. Teresa Luísa de Mendonça, segundo Jaboatão [*Novo orbe seráfico*, **2**, 337], neta do pernambucano d. Paulo de Moura, filho do governador d. Filipe de Moura e de d. Genebra Cavalcanti, e desse consórcio nasceu o, ao depois, marquês de Pombal. [Conf. nota 20 da seção IX, tomo I]. – (A.).

Sebastião de Carvalho, que veio ao Brasil, é pai do que casou com d. Luísa de Melo; o pai do famoso ministro de d. José I era Manuel Carvalho de Ataíde. Veja Pedro A. de Azevedo, *Os antepassados do marquês de Pombal*, in *Arquivo Histórico Português*, **3**, 321-331. O apelido de Melo resulta do parentesco com d. Pedro Leitão, segundo bispo do Brasil, cujas armas descreve Azevedo, ib., 275. A obscura genealogia de Pombal complicou-se aqui pelo esforço de inseri-la em tronco pernambucano. – (C.).

Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 264 e 265, 3ª ed., 1931. Segundo o mestre inolvidável, Sebastião de Carvalho não prestou nem metade dos serviços alegados no *Arquivo Histórico Português*, citado, 345. – Veja a nota XVII da seção XXIV. – (G.).

III
(Pág. 906)

Das negociações de d. Francisco de Sousa em Madri, parte do expediente, conhece-se através do códice *Pernambuco*, da coleção Castelo-Melhor, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. d. Francisco de Sousa, naquela corte, achegou-se ao duque de Lerma, a cuja influência deveu por certo o grande rol de favores que obteve do rei, com a sua nomeação para capitão-general e governador das três capitanias do Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro, declaradas isentas do governador-geral do Brasil.

Daquele códice traslada-se para aqui o que se refere aos apontamentos apresentados por d. Francisco acerca de suas propostas e pretensões, e às respostas do rei; vai como está escrito, em língua castelhana, com as mesmas incongruências ortográficas e de forma, que tornam áspera sua leitura:

"*Por decreto del Duque de Lerma embiado al Cons.º de Portugal. En 23 de Deciembre de 1606. Sobre las Minas del Brasil q' se entregaram a d. Fran.co de Sosa.*

"*S. Maj.d tiene muy particular Relacion y noticia de la estimacion y caudal que se deve hazer de las Minas del Brasil, y nombrar a d. Fran.co de Sosa para la administracion de las Minas q' el ha descubierto y las que se descubriren adelante, con titulo de Capitan General y Governador de las dichas Minas y q' en todo lo tocarse a las dichas Minas tengarea Peritendencia y Jurisdicion en todas as Personas q' estuvierem en el Brasil aunq' sean Governadores de Ciudades, Justicias mayores e Capitanes excepto el Governador del Estado, y que pueda passar a las partes onde vivan indios naturales de Pax, o de guerra, o como le pareziere.*

"*Hizo el Consejo de Portugal consulta a S. Mag.d sobre este decreto. En 30 de junio de 1607, siendo Consejeros Fran.co Nogueira, Diego da Fonseca, Enrique de Sosa, El Conde de Salinas y el Conde de Ficalho.*

"*Refiere q' aviendo visto el Consejo el decreto por el qual nombra S. Mag.d a d. Franc.co de Sosa p.ª la conquista de las Minas, q' hecho otras diligencias col el Virrey de Portugal y Cons.º de las Indias de Portugal da su parecer en la forma sig.te:*

"*Aviendosse visto todo en el Cons.º con la consideracion q' la materia pide, Pareci que en lo q' el Cons.º de la India q' el Virrey apunta de q' comvendra hazer-se nueba diligencia para mayor averiguazion de las Minas, tuberon razon faser deste parecer, porquanto d. Franc.co de Sosa de industria e con Prudencia no les ha comunicado lo q' há Resultado de la experiencia q' hizo dellos mas persuadiu a los Mineros por quien el Governador Diego Castello las enbio aver per el Provedor mayor de los difuntos de aquel Estado a q' não discessen en el Reyno cossa alguma q' los truxo consigo a esta Corte con intento de dar a S. Maj.d noticia del Estado dellas Minas como fizo primeiro q' supiesse desta en otra parte, y por lo q' aqui si tiene alcançado del dicho*

d. Franc.co q' de los Mineros, conpaien (sic) Enrique se Sosa platico sobre la materia destas Minas, entiende el Cons.º q' consta bastantemente q' son caudalossas, y de lacidade q' ..., benef.º se sacara dellas mucho en proeba desta lo q' Diego da Fonseca referio dequel Provincial de la Comp.ª de aquellas partes q' es persona bien entendida y platica de las cossas de aquel Estado, da desta Mina enformacion y si el Virrey y Cons.º de la India tubieron desta noticia y sin duta y fueron de parecer q' no se tratava de muchas diligencias por lo qual e porq' por las primeras palavras del decreto se infere q' ha tenido V. Mag.d bastante certeza de la importancia destas Minas quando se resolvio en mandar encargar el beneficio e administracion dellas – A d. Fran.co de Sosa parece q' no hay q' tratar de arras averiguaziones della, y q' toda la dilacion q' ubiere en executar-se esta resolucion q' V. Mag.d ha tomado será de grande daño a su Real Hazienda, y q' a d. Francisco se pidan aputam.tos de sus pretenciones y del modo q' quiere entrar en este negócio.

"– Resposta de El Rey: Digasse a Don Fran.co como pareze a los mas de apuntam. tos de todo lo que se le offrece para entrar en este negócio, y poder seguir bien y de las pretenciones q' tiene, y q' lo haga con brevidad y expuz este negócio se tiene por de tanta importancia, Encargo mucho al Cons.º q' ponga grande cuidado y diligencia en el.

"– Apontam.tos q dia d. Fran.co de Sosa en julio de 1607 con las respuestas de S. Mag.d:

"– 1 – Dize d. Fran.co de Sosa que tiene por mayor riquesa destas minas que de las que hasta oy se han descubierto de oro e tanbien en las que hay de Platta, esmeraldas, perlas, cobre e fierro, salitre que en distancia de trezentas legoas de tierra todo es probeido dellos e otros metales. La tierra frutifera de pastos e senbrados que en el año de 1591 fue con el dicho d. Fran.co Gabriel Soares el qual por dizere que sabia donde havia Minas llevava jurisdizion ysenta del Governador.

"Resp.ta: de S. Mag.d: – Jurisdicion sobre el Rio de Janeiro, S V.te Sprito S.to y que se suspenda la Residencia.

"– 2 – Para beneficiar las minas del oro puden ir mineros de Chili.

"Resp.ta: Don Fran.co provia el dinero p.ª los Mineiros y q' los de oro y plata sean doblados porq si faltar a uno quede otro.

"– 3 – Para la plata mineros de Potossi y otro para las Perlas de Margarita y otro Para los diamantes de las Indias Ocidentales.

"Resp.ta: Como pide.

"– 4 – Para el oro de betas mineros de Alemania, otro p.ª las minas de Salitre y asufre.

"Resp.ta: Assy conq' d. Fran.co ponea el denero.

"– 5 – Ensayador y refinador de todos los mitales.

"Resp.ta: Assy.

"– 6 – Para las minas de Hierro officiales de Biscay q' lleven todos los instrumentos.

"Resp.ta: Assy.

"– 7 – Para poder repartir las tierras en sesmarias assy desembradas como de minas y hazer poblaciones y villas.

"Resp.ta: en todo lo que propone neste cap.º guarde las leys de Reyno y forales y Regim.tos del Brasil.

"– 8 – A los primeros Pobladores y descobridores pueda dar Habitos de Cr'sto la cantidad que S. Mag.d fuere servido y q' Gabriel Soares llevava doze habitos con viente mil reis de tença y seis con sincoenta.

"Resp.ta: En lo del los Habitos lo q' se concedio a Gabriel Soares con tres condiciones de aver servido tres años y no tener defeito q' aya menester dispensacion y se conseguiendo el effecto de las minas.

"– 9 – Pueda dar el fuero de Cavalleros fidalgos a los q' lo merecieren nestas Minas, q' Gabriel Soares Ilevava ordeu p.ª trinta Cavalleros hidalgos p.ª quatro parientes y cuñados suyos, y Don para sus mugeres, y poden por tpo de tres años p.ª prober todas los officios de la hacienda y justicia en vida de las personas de quien los probesse.

"Resp.ta: Fuero de Cavalleros hidalgos para 200 personas, moços de Camara p.ª otros 200, y q' los Cavalleros hidalgos ayan servido dos anos en las minas, y los moços de Camara uno, y fuero de hidalgos p.ª quatro personas y Don p.ª sus mugeres, y q' ellos ayan servido tres años en las minas, y todos tengam las Calidades q' se requieren, segun el Regim.to del Mayordomo Mayor, y el Provm.to de los off.os.

"– 10 – pudiesse nombrar su Cargo, aconteziendo morir en la empreza, en la persona q' le pareziere, y que a todos los desterrados p.ª otras partes se les comutasse el destierro para aquellas partes y q' pudiesse Ilevar de las galeras de los condenados a ellas los officiales q' ubiera p' las minas.

"Resp.ta: El nombram.to como piede con declaracion q' sea hasta y aprovea, y en los desterrados como pide conq.to no sea de las galeras.

"– 11 – Se de embarcacion franca a todos los pobladores q' quisieren ir de lo Reyno aquellas partes repartiendo los por los navios como a los desterrados tres en cada navio, dando le solo bastim.to por cuenta de S. Mag.d.

"Resp.ta: Logo que pide.

"– 12 – Para q' los gentiles acuden a esta poblacion pide licença p.ª se da los (como sea por incita) por el mayor modo de paz o de guerra q' le pareziere y para esso se derroge qualquier Provisiones q' le ayan hecho.

"Resp.ta: Esta Licencia se le conceda p.ª usar della per todos los medios voluntarios sin q' use de violencia ni se les haga guerra a los Gentiles. A no fuere en su necess. ria defension y q'... esto se poder cativar aquelles Indios se guarde enteramen.te los

regim.tos y Cedulas q' ay y q' ninguna manera pueda compeler ni hazer fuerza a los gentiles assy bautissados como por bautisar p.ª q' se occupen y trabayen en el labor de las minas.

"– 13 – Por tiempo de tres años pueda enviar cada uno a Buenos Aires tres navios de los q' andan en la Costa, a buscar trigo o cevada y carn.os de carga y lo demas necess.rio.

"Resp.ta: Escusado.

"– 14 – En los proprios navios pueden hir de las Minas marmeladas, carnes, y los mantim.tos q' la tierra dá no siendo açucar ni palo Brasil.

"Resp.ta: Escusado.

"– 15 – En lo q' toca al Regim.to de las Minas enq.to no sale otro, se deve usar del de d. Fran.co de Toledo, q' hizo siendo Virrey en aquellas partes del Pirú y del q' se usa en la nueba Spaña.

"Resp.ta: Use del Regim.to de Don Fran.co de Toledo de q' se usa en las Minas de Nueba España, enquanto no se le diere otro.

"– 16 – Enquanto al govierno haviendosse de duvidar como se hizo en tiempo de Luis de Brito e Antonio Salema, Governadores q' fueron junto ... q' aya en cada uno su tribunal de Just.ª para q' con fazilidad se ministre justizia, y no se dividiendo será necess.º un Auditor General de las Minas, el qual determine y sentenzie las cossas criminales de los q' actualmente andarem en el descobrim.to y problazion de las Minas.

"Resp.ta: Que se le de un Auditor general con la Jurisdicion necess.ria p.ª la buena administracion de justicia.

"– 17 – El gasto que podra hazer la fabrica de las Minas en cada un año es lo seguiente:

"Seis cientos cruzados a un Minero de oro, seis cientos cruzados a otro de oro de bettas, seis cientos cruzados al ensayador de los Metales, seis cientos cruzados a un Minero de platta, seis cientos cruzados al de las perlas, seis cientos cruzados al de las esmeraldas, quinientos cruzados al del salitre, quatro cientos cruzados p.ª dos Biscayeros de sueldo, que vien a montar estos selarios de los officiales quatro mil y quinientos cada año.

"Resp.ta: Los selarios sean los q' piden, conq.to salgan del Rendim.to de las dichas minas.

"– 18 – Al dicho Don Fran.co se le deve dar el ordenado q' tiene el Governador General del Estado, q' son 3.000 cruzados, con los vinte hombres q' tiene de guarda y 1.000 cruzados de merced para repartir en nombre de S. Magd. En las Minas parece q' se deve conceder 2.000 cruzados por aver mas ocasion en que se ocupar. Un Probeedor se deva hazer de las Minas con ordenado de 400 cruzados. Un Thesorero con 300. Un Merino con 150. Un Oydor, no se devidiendo el govierno, con 400. Vien

a montar estos ordenados a 6.250 cruzados y con mas 405 cruzados en cada un año que pareze podran bastar q' este pagam.to se podra hazer de lo procedido de las Minas. Voto el Cons.º y la junta.

"Resp.ta: El selario q' piede p.ª sy y p.ª vinte hombres de su guardia y les 2.000 cruzados p.ª repartir en mercedes pelas personas q' se ocuparen en este serv.º se le deven conceder, teniendosse consideracion a la calidad y importancia de el neg.º y q' al buen effecto del conbiene proceder con alguna larguesa y mas q' parece conbenierse de um m.do moderado todo lo q' el dicho Don Fran.co apunta y tambien parece q' deve aver provedor thesorero y escrivano de las Minas y dar se les a ellos y al dicho Auditor gen.al el selario q' neste Capitulo se diz.

"Respuesta de S. Mag.d: Esta bien lo contenido en este puento conq.to salgan los gastos de lo procedido de las Minas, como parece a la junta.

"– 19 – A los derechos se deven remitir por tiempo de quatro años o tassarles una parte favorable a respecto de lo que se usa en la nueba España, onde en las minas ya antiguas se paga solamente la veintena y se luego se apretaren los que quisieren venir a ellas a habitar... assi parece q' en estos primeros años pague solamente los diziemos de los ganados y fructos q' la tierra diere.

"Resp.ta: Los derechos deven ser los q' se pagan en la nueba España, de las minas q' se descubren de nuebo y que de los frutos y ganados se paguen solamente los dizimos en los primeros quatro años.

"– 20 – Y quando S. Mag.d no fuere servido q' se haga esta despeza de los officiales y ordenados por quenta de la Real Hazienda en los primeros quatro años, Sirvasse S. Mag.d que corra todo por quenta del dicho d. Franc.co dexandole livre p.ª el y sus descendientes los primeros doze años q' se empezaren a fabricar estas Minas, q' acavadas ellas quedaron entonces livres a S. Mag.d las Minas sin dispendio alguno de su Real Hazienda, gozando los diziemos y quintos dellas.

"Resp.ta: Sierresse la puertta a esto, como parece.

"– 21 – Enquanto a mercedes, Pide el titulo de Marquez para sy y sus descendientes de la primera tierra q' poblare, y esta merced hizo S. Mag.d q' está en gloria a Gabriel Soares persona de la calidad q' se sabe y siendo dudossa la empreza q' tomava y no teniendo hecho en ella serv.º alguno a S. Mag.d y q' quando Fran.co Barreto fue a Monomotapa se entiende q' llevo el tit.º del primer lugar que poblasse concedido por elRey d. Sebastian.

"– 22 – Despues de las Minas entabladas y q' se vea la utilidad dellas y el acrescentam.to que resulta la hazienda real, le haga V. Mag.d entonces mão de la ventena para el y sus descendientes, no passando la quantia de 3.000 cruzados. Y estos sean situados en la Caxa Real de las dichas partes.

"Resp.ta: Rentando las minas 600$ cruzados livres de todas costas se les den los 30$ cruzados q' parezen y abaxando hasta quinientos 1000$ cruzados descenta se le de cinco por 200 de lo q' rentare lo uno y lo otro de en el titulo de Marquez y de 500$

cruzados de Renta abaxo, no el titulo sin la renta al resp.º de cinco por 100. – Nota: Esto usofrue de juro y heredad fuera de la Ley mental y assi el titulo de Marquez porque el Rey se conformó con los Votos del cons.º y de la junta.

"– 23 – Polos Serv.os passados pide la merced q' S. Mag.d fuere servido de hazelle.

"Resp.ta: El Cons.º lo consulte.

"– 24 – De las Comp.as q' estan pagadas en el Brasil combiene llevar una que guarde el puerto de la villa de Santos, q' es el q' se toma yendo p.ª las antas y es necess.rio q' este fuerte.

"Resp.ta: No se quite Comp.ª de las tres ordinarias, llevantese muchas si fuere menester conq.to la costa salga de lo procedido de las Minas.

"El tiempo q' ade durar el Govierno y administracion de Don Fran.co sean sinco años, mas o menos lo q' Io ordenare.

"Por escusar mas... levareys Vos el Conde de Salinas esta mi resolucion al Cons.º para consulta y ordenareys q' con toda la brevedad possible parta d. Fran.co y se le haga los despachos necess.rios y nesta conformidad sin mas replica.

"– Los ministros del Cons.º de Portugal q' se hallaron en la consulta y despues en la junta fueron: Conde de Ficalho, Henrique de Sosa, Conde de Salinas, Fran.co Nogueira, Diego da Fonseca y los Castellanos q' se hallaron co'ellos en la junta fueron el P.e Confesor, Marq.s de las Novas, Molina de Medrano..."

Os despachos, que o rei encomendava tivessem a maior brevidade possível, conseguiu d. Francisco de Sousa a 2 e 7 de janeiro, 28 de março e 15 de junho de 1608. Traduzem fielmente o que se assentou em conselho e junta, de conformidade com os apontamentos já referidos e as réplicas reais. Ficam aqui compilados esses diplomas, como os reuniu J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 245-250, cronologicamente deslocados em aditamento à de 1634 a 1640, razão por que, referidos a 1608, não são ali procurados.

"I – Dom Filipe, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. A quantos esta minha Carta virem, faço saber que, sendo ora informado que nas partes do Brasil havia minas de ouro, prata, e outros metais, mandei tomar informação de pessoas práticas daquelas partes, que razão tinham de o saber; e por constar serem já descobertas as ditas minas na Capitania de São Vicente, e as havia também nas do Espírito Santo e Rio de Janeiro, pelo benefício que de se descobrirem e beneficiarem as ditas minas resultava ao bem comum dos Vassalos de meus Reinos e Senhorios, e aumento e proveito grande de minha Fazenda, para com mais comodidade se poder administrar justiça aos moradores das ditas três Capitanias, e por outros muitos respeitos que me a isso movem, com o parecer dos de meu Conselho:

"Hei por bem de dividir, como por está divido, e aparto, o Governo das ditas três Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, e Rio de Janeiro do distrito e Governo da Bahia, e mais partes do Brasil.

“E pela confiança que tenho de Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, que neste negócio me servirá a toda minha satisfação, como até agora fez nas causas de que por mim e pelos Reis meus antecessores foi encarregado, e por a experiência que desta matéria já tem, hei por bem e me praz de o encarregar da conquista e administração das ditas minas descobertas, e de todas as mais que adiante se descobrirem nas três Capitanias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro, somente:

“E o nomeio por Capitão-Geral, e Governador, das ditas três Capitanias, com administração das ditas minas por cinco anos, ou pelo tempo que eu ordenar.

“E enquanto sobre este negócio estiver nas ditas Capitanias, hei por bem que tenha todo o poder, jurisdição, e alçada, que tem, e de que usa, o Governador da Bahia, e mais partes do Brasil, por seu Regimento e minhas Provisões, assim na administração da Justiça, como da Fazenda, e defensão das ditas três Capitanias, independente em tudo do dito Governador, e imediato somente a mim, conforme a um Regimento e Instrução, que lhe mandei dar, que ele guardará inteiramente: com o qual cargo haverá em cada ano o ordenado que lhe mandarei declarar por uma Provisão minha. E por esta mando a todos os Fidalgos, e Cavaleiros, e a todos os mais moradores das ditas três Capitanias, de qualquer qualidade e condição que sejam, hajam ao dito Dom Francisco de Sousa por Capitão-Geral e Governador das ditas três Capitanias e minas, e como a tal o acompanhem e obedeçam, e cumpram e guardem seus mandados inteiramente, e tudo o mais que de minha parte lhe mandar e requerer, segundo fórmula do poder, e alçada que de mim leva, e ao diante lhe mandar.

“E primeiro que se embarque para as ditas partes, me fará pleito e homenagem da governança das ditas três Capitanias e seu distrito, segundo uso e costume dos meus Reinos de Portugal – o qual pleito e homenagem hei por bem que faça nas mãos de meu Viso-Rei de Portugal; de que se fará assento no Livro das homenagens, na forma costumada, e nas costas desta se lhe passará certidão de como deu a dita homenagem.

“E para firmeza do que dito é, lhe mandei passar esta Carta-Patente, por mim assinada e selada com o selo Real pendente. – Gonçalo Loureiro a fez, em Madri a 2 de janeiro, ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos a fez escrever. – *Rei*.”

“II – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que envio a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral e Governador do distrito das três Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, e da Conquista e administração das minas descobertas, e por descobrir, nas ditas três Capitanias.

“E para que se consigam os bons efeitos que neste negócio se pretendem hei por bem e me apraz que qualquer pessoa que estiver condenada em degredo para alguma outra parte o possa ir servir às ditas minas – com declaração que, os tais degradados não serão de galés, nem se poderão tirar delas nenhum, ainda que

seja oficial: e com certidão do dito Dom Francisco, ou de quem suceder no dito cargo, de como a tal pessoa serviu nas ditas minas o tempo que tinha de degredo, lhe será levado em conta, e lhe mandarei passar Alvará de perdão em forma. E este hei por bem que valha como Carta e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo da Ordenação em contrário.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"III – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, sendo eu informado que convém muito a meu serviço e ao benefício comum de meus Reinos Senhorios, e dos naturais deles, e proveito de minha Fazenda, conquistarem-se e beneficiarem-se e administrarem-se as minas de ouro, prata, e outros metais descobertas e por descobrir no distrito das três Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, e São Vicente, das partes do Brasil, Houve por bem de mandar a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral e Governador das ditas Capitanias e minas.

"E para que se consigam os benefícios que neste negócio se pretendem, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê, que possa nomear o Foro de Cavaleiro Fidalgo de minha Casa em cem pessoas, e o de Moço da Câmara em outro cento; com declaração que os Cavaleiros-Fidalgos terão primeiro servido nas ditas minas dois anos cumpridos, e os Moços da Câmara um ano, e todos terão as qualidades que se requerem, conforme ao Regimento do Mordomo-mor de minha Casa – e isto conseguindo-se o efeito das ditas minas; porque, não se conseguindo, esta mercê não haverá efeito.

"E para minha lembrança e sua guarda, lhe mandei passar este Alvará, que a seu tempo se cumprirá, como nele se contém, o qual hei por bem que valha como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem. Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. – O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"IV – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, sendo eu informado que convém muito a meu serviço, e ao benefício comum de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, e proveito de minha Fazenda, conquistarem-se, beneficiarem-se, e administrarem-se as minas de ouro, prata, e outros metais, descobertas, e por descobrir, no distrito das três Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, e São Vicente, das partes do Brasil – Houve por bem de mandar a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral, e Governador das ditas três Capitanias e minas; e para que se consigam os bons efeitos que neste negócio se pretendem:

"Hei por bem de fazer mercê ao dito Dom Francisco que possa nomear nas pessoas que lhe parecer dezoito Hábitos da Ordem de Cristo, os doze deles com vinte mil-réis de tença, e os seis com cinquenta mil-réis cada um – com declaração que, as ditas pessoas em que assim nomear terão servido pelo menos três anos cumpridos no negócio das minas, e não terão defeito de geração, para que seja

necessário haver-se dispensação de Sua Santidade – e isto conseguindo-se efeito das ditas minas; porque, não se conseguindo, não haverá efeito esta mercê.

"E para minha lembrança e sua guarda, lhe mandei dar este Alvará, que a seu tempo se cumprirá, como nele se contém, o qual valerá como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"V – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que envio ora a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral e Governador das três Capitanias de São Vicente, e Espírito Santo, e Rio de Janeiro, e da conquista e administração das minas descobertas e por descobrir nas ditas três Capitanias.

"E porque consigam os bons efeitos que se pretendem – Hei por bem que o dito Dom Francisco possa prover, por tempo de três anos, contados do dia em que chegar às ditas Capitanias em diante, os ofícios de Justiça do distrito das ditas Minas, em vida das pessoas em que os prover, e as serventias dos de minha Fazenda, enquanto eu os não der de propriedade.

"E nas Cartas, e Alvarás, que passar, dos ditos ofícios, e serventias, se trasladará este, para a todo tempo se saber que o houve assim por bem – o qual hei por bem que valha como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações em contrário.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"VI – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que envio a d. Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral e Governador do distrito das três Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, e da conquista e administração das minas descobertas e por descobrir nas ditas três Capitanias.

"E para que se consigam os bons efeitos que se pretendem, hei por bem que, acontecendo morrer, servindo o dito cargo, o possa nomear enquanto eu o não prover, na pessoa que lhe parecer, conforme as Provisões e ordens que tenho mandado dar ao dito Dom Francisco.

"Pelo que mando a todos os Oficiais de Milícia, e aos da Justiça, e Fazenda, e a todas as pessoas que residirem nas ditas Capitanias que conheçam a pessoa que o dito Dom Francisco deixar nomeada por Capitão-Geral e Governador delas, e como tal lhe obedeçam, e cumpram seus mandados, enquanto eu não nomear outra que haja de servir o dito cargo, e cumpram este Alvará, como nele se contém; o qual hei por bem que valha como Carta, posto que o efeito dele haja de durar mais de um ano, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"VII – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que hei por bem e me praz que Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, que ora envio por Capitão-Geral e Governador das três Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, nas partes do Brasil, e da conquista e administração das minas descobertas, e por descobrir do distrito delas, tenha de ordenado, cada ano em que servir o dito cargo, três mil cruzados, e dois mil cruzados mais de mercê ordinária, para repartir por as pessoas que se ocuparem no negócio das ditas minas; os quais cinco mil cruzados lhe serão pagos do rendimento e procedido delas.

"Pelo que mando ao Tesoureiro ou Recebedor do dinheiro das ditas minas que dê e pague ao dito Dom Francisco, em cada um ano, os ditos cinco mil cruzados, pelo traslado deste Alvará, que será registrado no Livro de sua despesa, pelo Escrivão de seu cargo; e com o conhecimento do dito Dom Francisco lhe será levado em conta o que pela dita lhe pagar. E este hei por bem que valha como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"VIII – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, sendo eu informado que convém muito a meu serviço, e ao benefício comum de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, e proveito de minha Fazenda, conquistarem-se, beneficiarem-se, e administrarem-se as minas de ouro, prata, e outros metais, descobertas, e por descobrir, no distrito das três Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, e São Vicente, das partes do Brasil, houve por bem de mandar a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral e Governador das ditas três Capitanias e minas – e para que se consigam os bons efeitos que neste negócio se pertendem, hei por bem de fazer mercê ao dito Dom Francisco, que possa nomear o Foro de Fidalgo em quatro pessoas, que tenham servido nas ditas três minas três anos cumpridos: tendo as ditas pessoas as qualidades que se requerem, conforme ao Regimento do Mordomo-mor; e assim hei por bem que as mesmas pessoas hajam o Dom para suas mulheres; e isto conseguindo-se o efeito das ditas minas; porque, não se conseguindo, não haverá efeito esta mercê. E para minha lembrança, e sua guarda, lhe mandei dar este Alvará, que a seu tempo se cumprirá, como nele se contém; o qual hei por bem que valha como Carta, posto que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"IX – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que hei por bem e me praz que Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, que ora envio por Capitão-Geral e Governador das três Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, e São Vicente, nas partes do Brasil, e da conquista e administração das minas, descobertas e por

descobrir do distrito delas, que enquanto o dito Dom Francisco servir o dito cargo, tenha vinte homens de guarda, e que haja para cada um deles outro tanto ordenado, como há o Governador das mais partes do Brasil para cada um dos homens de guarda que tem; o qual ordenado lhe será pago do rendimento das ditas minas, e procedido delas. Pelo que mando ao Tesoureiro ou Recebedor do dinheiro das ditas minas que dê e pague ao dito Dom Francisco, em cada um ano, o que se montar no ordenado dos ditos vinte homens; e pelo traslado deste Alvará que será registrado no Livro de sua despesa pelo Escrivão de seu cargo, com conhecimento do dito Dom Francisco, ou os ditos homens, lhe será levado em conta o que lhes assim pagar.

"E este hei por bem que valha como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"X – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que eu envio ora a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão e Governador do distrito das três Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, e da conquista e administração das minas descobertas e por descobrir nas ditas três Capitanias – e para que se consigam os bons efeitos que se pretendem, haverá na administração e descobrimento das ditas minas os Oficiais seguintes:

"Um Provedor, que haverá cada ano de ordenado quatrocentos cruzados.

"Um Tesoureiro, que haverá de ordenado trezentos cruzados.

"Os quais ordenados serão pagos do rendimento das ditas minas e procedido delas.

"Pelo que mando ao Tesoureiro das ditas Minas, que do dinheiro delas se pague em si mesmo, cada ano, de seu ordenado, e faça pagamento ao dito Provedor, da dita quantia; e pelo traslado das Cartas e Alvarás, que tiverem dos ditos cargos e seus conhecimentos, e com traslado deste, lhes será levado em conta o que assim pagarem.

"E este hei por bem que valha como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

"Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*."

"XI – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que eu envio ora a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, por Capitão-Geral e Governador do distrito das três Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, e da conquista e administração das minas descobertas e por descobrir, nas ditas três Capitanias – e para que se consigam os bons efeitos que se pretendem, haverá na administração e descobrimento das ditas minas os Mineiros seguintes:

"Dous Mineiros de ouro, que haverá cada um seiscentos cruzados.

“Um Mineiro de ouro de betas, seiscentos cruzados.

“Dous Mineiros de prata, que haverá cada um seiscentos cruzados.

“Um Ensaiador, seiscentos cruzados.

“Um Mineiro de pérolas, que haverá seiscentos cruzados.

“Um Mineiro de esmeraldas, seiscentos cruzados.

“Um Mineiro de salitre, quinhentos cruzados.

“E dous Mineiros, de ferro, que haverão ambos quatrocentos cruzados.

“Os quais ordenados serão pagos aos ditos Mineiros, do rendimento das ditas minas, e procedido delas.

“Pelo que mando ao Tesoureiro das ditas minas, que, do dinheiro delas, dá e pague aos ditos Mineiros, cada ano, os ordenados acima declarados; e pelo traslado das Cartas que tiverem dos ditos ofícios, e seus conhecimentos, e com o traslado deste lhe será levado em conta o que lhes assim pagar.

“E este hei por bem que valha como Carta, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

“Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*.”

“XII – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, sendo eu informado que convém muito ao meu serviço, e ao benefício comum de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, e proveito de minha Fazenda, beneficiarem-se as minas de ouro, e prata, e outros metais, descobertas na Capitania de São Vicente, nas partes do Brasil, e descobrirem-se outras que sou informado há na mesma Capitania, e nas do Espírito Santo e Rio de Janeiro – e pela confiança que tenho de Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, que neste negócio me servirá a toda a minha satisfação e contentamento, e de tal maneira, que me possa haver dele e por bem servido, como até agora o fui nas cousas de que o encarreguei – e por desejar muito de lhe fazer honra e mercê, pelos serviços que nesta empresa espero que me faça:

“Hei por bem e me praz de fazer mercê ao dito Dom Francisco, que, rendendo as ditas minas seiscentos mil cruzados cada ano, livres de todo custo, haja ele, e todos os seus descendentes, de juro e herdade, fora da Lei Mental, trinta mil cruzados de renda; e baixando a dita renda até quinhentos mil cruzados, haverá cinco por cento do que renderem um por outro – e do Título de Marquês do primeiro lugar que povoar, como tenha pelo menos sessenta vizinhos – e de quinhentos mil cruzados de renda abaixo, não haverá o Título, senão a renda, ao dito respeito de cinco por cento.

“E para minha lembrança e sua guarda, lhe mandei dar este Alvará, que a seu tempo se cumprirá, como nele se contém, o qual hei por bem que valha como Carta, posto que o efeito dele haja de durar mais de um ano, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

“Francisco Barbosa o fez, em Madri, a 2 de janeiro de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*.”

“XIII – Por alguns respeitos de meu serviço que me a isso movem, hei por bem e mando a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, que tenho encarregado de Capitão e Governador das Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e do entabulamento e administração das minas, conforme a esta Provisão, que ele vá desta Cidade, em direitura aos portos de seu distrito, donde poderá pedir as cousas que nele não houver, ao Governador Dom Diogo de Meneses, conforme a ordem que lhe tenho dado; e não poderá pedir dinheiro algum do distrito do Governo do dito Dom Diogo. E com esta declaração se cumprirá esta dita Provisão em tudo o mais – e esta Apostila valerá como Carta, e não passará pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações em contrário.

“Simão Luz o fez, em Lisboa, a 7 de janeiro, 1608. Eu, o Secretário, Antônio Villez de Simas, a fiz escrever. – *Rei*.”

“XIV – Eu el-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que eu tenho encarregado a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, de Capitão-Geral e Governador das Capitanias do Espírito Santo, São Vicente, e Rio de Janeiro, e do entabulamento e administração das minas, descobertas, e por descobrir, no distrito das ditas três Capitanias somente, pela maneira que se declara na Carta Regimento que lhe mandei dar.

“E porquanto ora sou informado que nas mais Capitanias e partes do Brasil, há minas, e que convém a meu serviço (para maior benefício de meus Vassalos, e acrescentamento de minha Fazenda) que as mais que houver em todo o Estado do Brasil se beneficiem e administrem por mão de uma pessoa, e por outros justos respeitos que a isso me movem.

“Hei por bem e mando que o dito Dom Francisco de Sousa, por tempo de cinco anos (não mandando eu o contrário) tenha a administração geral e entabulamento das minas descobertas, ou que ao diante se descobrirem, em todas as partes do Estado do Brasil, sem embargo de que pela dita Carta lhe está limitado à administração das minas, no distrito das ditas três Capitanias, a qual nesta parte hei por revogada, e revogo, e em tudo o mais quero que se cumpra, como nela se contém.

“E para se conseguir o efeito que das ditas minas se pertende e espera, poderá o dito Dom Francisco passar mandados para os Capitães de todas as Capitanias do Estado do Brasil, e para os mais Oficiais de Justiça e Fazenda dele lhe acudirem em o necessário para administração e entabulamento das minas somente.

“E os ditos Capitães e Oficiais de Justiça e Fazenda, a que forem apresentados os ditos mandados, sendo por ele assinados, os cumprirão, sem dúvida, nem contradição alguma; e não o fazendo assim, mandarei proceder contra eles, como houver por bem e meu serviço.

“E se o de que tiver necessidade para as ditas minas estiver no lugar em que se achar o Governador das mais partes do Brasil lhe passará o dito Dom Francisco Carta precatória, por ele assinada, em forma, ao qual o dito Governador mandará cumprir.

“E assim na Carta precatória para o Governador, como nos mandados para os Capitães e Oficiais de Justiça e Fazenda, irá inserto este meu Alvará, para que todos saibam como hei por bem e mando que se cumpram os precatórios e mandados do dito Dom Francisco que for necessário somente para os benefícios das ditas minas, e boa administração delas – e tambem irá inserto o capítulo da instrução que falta no necessário para a instrução e entabulamento das ditas minas.

“E este hei por bem que valha como Carta, posto que o efeito dele haja de durar mais de um ano, e que não seja passado pela Chancelaria, sem embargo das Ordenações que o contrário dispõem.

“Gaspar de Abreu de Freitas o fez, em Madri, a 28 de março de 1608. O Secretário Francisco de Almeida de Vasconcelos o fez escrever. – *Rei*.”

“XV – Dom Filipe, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a vós, Dom Diogo de Meneses, do meu Conselho, que ora estais servindo de Governador do Estado do Brasil, que, tendo eu entendido que na Capitania de São Vicente desse Estado se têm descoberto algumas minas de ouro, prata, e outros metais, e que as há também nas Capitanias do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e que convinha mandar tratar do benefício e administração das já descobertas, e das mais que se descobrirem nas ditas Capitanias do Espírito Santo e Rio de Janeiro;

“Houve por bem de encarregar deste negócio a Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, pela notícia que dele tem, e por confiar que me sirva nele a toda a minha satisfação e de dividir e apartar desse Governo (por assim convir ao bem do dito negócio) as ditas Capitanias de São Vicente, Espírito Santo, e Rio de Janeiro – e fazer Governador delas ao dito Dom Francisco, com a mesma jurisdição e alçada que eu vos tinha concedido, e seus outra dependência e subordinação mais que de mim.

“Pelo que, tanto que ele embora chegar a esse Estado, lhe entregareis logo o Governo das ditas três Capitanias, de que se farão autos autênticos, na forma em que é costume, em que assinareis ambos, com as pessoas que a isso forem presentes; e cobrareis o traslado outrossim autêntico deles, que juntareis a esta Patente, pela qual, e depois de feita a dita entrega, pela maneira que dito é, vos hei desde então desobrigado do pleito, homenagem e juramento, que pelas ditas Capitanias me havieis feito, quando o fizestes por todas desse estado.

“E em caso que, quando o dito Dom Francisco chegar a essas partes, vos haja sucedido outra pessoa, o que Deus não permita, no governo delas, lhe mando que cumpra o que nesta Patente se contém, como se falara dela; a qual mandei passar, por mim assinada, e selada com o selo grande de minhas Armas.

“Domingos de Medeiros a fez, em Lerma, a 15 de junho: ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1608. Eu o Secretário Fernão de Matos, a fiz escrever. – *Rei*.”

Além desses alvarás e provisões, há ainda uma de 14 de janeiro de 1608, sobre poder mandar vir de Buenos Aires cevada, trigo e carneiros, e outra, de Lisboa, 7

de janeiro de 1609, sobre o provimento das embarcações, *Registo geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 202 e 203, 205 e 206.

De posse de seus despachos ainda levou todo o ano de 1608 no Reino a preparar-se para o empreendimento por que tanto se esforçara. Devia ter partido de Lisboa a 22 de janeiro de 1609, para chegar a Pernambuco a 19 de fevereiro – d. Diogo de Meneses, carta de 22 de abril, já citada, gastando vinte e oito dias de viagem – fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 418, 3ª ed., 1931.

Não devia tocar em Pernambuco, pois a provisão de 7 de janeiro, supratranscrita, lhe ordenava que viesse em direitura aos portos do seu distrito; a razão que deu dessa desobediência, disse d. Diogo de Meneses na mesma carta, foi fazer água à caravela em que vinha seu filho. Trouxe duas caravelas, em que acomodou toda a sua gente, comitiva avultada de oficiais, mineiros e voluntários para as minas. Vieram seus dois filhos, d. Antônio, que já havia estado no Brasil por capitão da costa, fr. Vicente do Salvador, op. et loc. cit., e d. Luís, que acabava de abandonar os estudos em Coimbra para acompanhar seu pai, Sousa, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, **12**, parte 2ª, 1095, Lisboa, 1748. Vinha também Sebastião Paruí de Brito, nomeado ouvidor-geral da repartição do sul; vinham ainda o prior e o provincial do Carmo, que haviam de ficar em Pernambuco. Nessa capitania lhe fizeram muitas festas: a 4 de março registrou no Recife a sua patente, *Registro geral*, **1**, 196-198. Era seu secretário João de Santa Maria, ibidem, 198, que ficou em S. Paulo e exerceu cargos da república. Em Pernambuco devia ter-se-lhe incorporado à comitiva Bento Maciel Parente, que alegou depois seus serviços nas minas durante três anos, Studart, *Documentos para a História do Brasil,* **1**, 143, e mais circunstanciadamente em um memorial adiante estampado.

Não se sabe quanto tempo teria ficado em Pernambuco d. Francisco. A 26 de abril tinha-se notícia em São Paulo de estar no Rio, *Atas da Câmara de São Paulo*, **2**, 242, 243; a 6 de junho estava em Santos e a 15 em São Paulo, *Registro geral*, **1**, 176 e 177. No Rio de Janeiro começou a entender no governo da terra, e o filho d. Antônio no mar, de modo que dizia Afonso de Albuquerque, que então ali era capitão-mor, que não lhe ficava para governar senão o ar, fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, citada, 419. O resto de 1609 e o ano seguinte ficou o governador em São Paulo, talvez preparando a viagem de d. Antônio ao Reino, conjetura com razão Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, 259 – d. Antônio levara procuração da Câmara de São Paulo para negociar algumas cousas e pedir outras ao rei em bem do povo, que a mesma Câmara, em 20 de maio de 1610, resolvera dar-lhe, aceitando seu oferecimento, *Atas da Câmera*, citadas, 267. Levava também, e principalmente, amostras de ouro das minas, uma cruz e uma espada feitas dele, para Sua Majestade, fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 419.

Das *Atas da Câmara*, 286, 290, constam algumas providências do governador atinentes às minas, fixando o valor do marco ouro em 30$000 e mandando a elas os juízes, que por esse motivo não faziam câmara em 12 de maio de 1611.

D. Antônio, em viagem, foi tomado por corsários, que lhe roubaram os presentes destinados à Sua Majestade. "Nem o governador teve tempo de mandar outros" diz fr. Vicente do Salvador, "com uma enfermidade grande que teve na vila de São Paulo, da qual morreu, estando tão pobre que me afirmou um padre da Companhia, que se achava com ele à sua morte, que nem uma vela tinha para lhe meterem na mão, se a não mandara levar de seu convento", *História do Brasil*, 419.

Na ausência de d. Antônio, compareceu d. Luís à Câmara de São Paulo, no dia seguinte à morte do governador, e apresentou o codicilo e nomeação que seu pai fizera de sua pessoa para que servisse o cargo com dois adjuntos, com o que a Câmara concordou, "porquanto este povo andava alvorotado sobre este particular, e andavam muitos bandos e corrilhos, e para evitar muitas inquietações que se aparelhavam sobre este caso... era muito bem que a aceitassem, e aceitaram ao dito d. Luis", *Atas da Câmara*, citadas, 291 e 292. De sua governança em São Paulo conhecem-se apenas dois atos, que assinalou Capistrano de Abreu, *Prolegômenos*, 260: o despacho de 17 de agosto, deferindo uma petição de moradores de Mogi, para que esse lugar fosse elevado a vila; outro, uma provisão de 25 do mesmo mês, passada na aldeia do Forte, para que os principais das aldeias de São Paulo fossem à custa do governador buscar os parentes que tivessem no sertão de Guairá, para que ajudassem a lavrar as minas, alegando como razões: ser isso em aumento da fazenda de Sua Majestade e acrescentamento de seus reais quintos, pareceu bem aos padres da Companhia e ser cousa lícita e justa, Pablo Pastells, *Historia de la Compañia de Jesus en la Província del Paraguay*, **1**, 188 e 189, Madri, 1912. Em outubro estava no Rio de Janeiro, *Atas da Câmara*, citadas, 309, e aí ficaria o restante do ano, porque na Câmara, em 17 de dezembro, se notava a sua ausência, ibidem, 301.

Uma consulta do Conselho de Portugal sobre as minas do Brasil, de 14 de julho de 1617, códice *Pernambuco* da coleção Castelo-Melhor, na Biblioteca Nacional, informa que, tendo-se notícia na corte da morte do governador e de como seus filhos pretendiam se continuasse o governo das capitanias do sul, mandou el-rei declarar, precedendo consultas do Conselho das Índias, do Desembargo do Paço e daquele Conselho, que não havia obrigação de guardar-se o assento feito com d. Francisco, visto como não cumprira as condições dele; que as capitanias se incorporassem ao governo geral, como andavam dantes, e se enviasse a elas Salvador de Sá, que já havia servido de capitão do Rio de Janeiro com satisfação e tinha notícia das minas.

D. Luís de Sousa esteve governando até a chegada de Gaspar de Sousa, que recebeu o estado novamente unido por provisão de 9 de abril de 1612, que se lê nas *Atas da Câmara*, citadas, 358, bem como a procuração datada de Olinda, 28 de janeiro de 1612, em que o governador-geral delegava poderes ao desembargador Manuel Jácome Bravo para tomar posse das três capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo, "que estão a cargo do Sr. d. Luís de Sousa, conforme a provisão de S. M., e desobrigar ao dito senhor das ditas três capitanias", ibidem, 359 e 360. Segundo Sousa, *História genealógica*, citada, 1095, d. Luís entregou o governo a Martim de Sá, como constava de uma certidão que viu da Câmara do

Rio de Janeiro, passada em 24 de abril de 1613. Para Capistrano de Abreu, *Prolegômenos*, 260, seriam mais de um os procuradores, cada qual para uma capitania.

D. Luís não voltou ao Reino; ficou em Pernambuco, onde casou com d. Catarina Barreto, filha de João Pais, do Cabo, senhor de dez engenhos, pessoa das principais daquela capitania, assevera fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 419, e confirma Sousa, op. et loc. cit., onde se fala de descendência ilustre nas armas. – d. Catarina já era viúva quando se deu o êxodo pernambucano de 1635, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias da Guerra do Brasil*, 112, Rio, 1855. – Em uma capela arruinada do engenho Juriçaca, que lhe pertencera, descobriu em 1888 o Dr. Cícero Odon Peregrino da Silva uma lápide tumular com o seguinte epitáfio, encimado pelo brasão de armas dos Sousas: "Aqui jaz d. Catherina Barreto, mulher que foi de d. Luís de Sousa Henriques. Pede pelo Amor de Deus um Padre Nosso e uma Ave Maria pela alma de ambos." – Na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **4**, n. 50, vê-se uma estampa desse epitáfio.

Para a confusão que se faz de d. Luís de Sousa, governador efêmero das capitanias do sul, e seu homônimo governador-geral, veja a magnífica lição dos *Prolegômenos*, 261. – (G.).

IV

(Pág. 910)

O regimento dado a Salvador Correia de Sá, relativo às minas de São Vicente, tem a data de 4 de novembro de 1613. Sumariaram-no J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico da legislação portuguesa,* **1**, 36, e J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, 2, 65. – Conf. Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, **8**, parte 1ª, 265. – O documento, parece, nunca foi integralmente publicado; dele há cópia no Instituto Histórico, *Legislação manuscrita*, **4**, 231-235, de onde se traslada para aqui:

"Eu el-Rei. Faço saber a vós, Salvador Correia de Sá, Fidalgo de Minha Casa, que por se Me representar que na Capitania de São Vicente há minas de ouro, e outras, que beneficiando-se podem ser de muita utilidade à Minha Fazenda, e Vassalos, encarreguei a Dom Francisco de Sousa, do Meu Conselho, da averiguação, e benefício delas, em que não pôde fazer com a devida consideração por suceder falecer em breve tempo, e porque pelos ditos respeitos, e outros, do Meu Serviço convém averiguar-se a verdade, e certeza delas, confiando de vós pela muita experiência que tendes das cousas daquelas partes, e pelas muitas de vossa verdade, e zelo, que tendes de Meu Serviço, que Me servireis à Minha satisfação: hei por bem de vos encarregar da averiguação das ditas minas, deixando em vossa prudência o modo, que nisso podeis ter, e diligências que haveis de fazer para se conseguir este intento

com mais certeza, e brevidade, lembrando-vos, que Me não havereis por menos servido de vós em se averiguar, que as ditas minas em que são de importância (*?*), que da mesma maneira averiguar-se, que as não há, contanto que por descuido, negligência, e pouca indústria se não deixe de fazer tudo o que convém para uma e outra coisa; e para esse efeito hei por bem a jurisdição seguinte: Estareis em todo o tocante às ditas minas, e diligências, que sobre elas houverdes de fazer, isento do Governador daquele Estado do Brasil, o qual não poderá mandar sobre vós cousa alguma, e para esse efeito lhe derrogo por estes seus poderes para todas as cousas, e diligências, que ordenardes; para averiguação e benefício das ditas minas, tereis por jurisdição, e alçada sobre todos os Capitães das Capitanias, das Fortalezas, Câmaras, e Justiças, e Ministros da dita Capitania de São Vicente, Rio de Janeiro, e das demais daquelas partes do Sul, e sobre todas as pessoas naturais, e estantes nelas, os quais todos para o dito efeito serão obrigados a cumprir vossos mandados como de seu superior; o que vos assim concedo, confiando de vós, que usareis deles de maneira que fazendo-se o que convém no bem das ditas diligências, e Meu Serviço, não haja causa de desavenças, como espero de vossa prudência. Hei por bem que efeito das ditas diligências se vos acuda com todo o rendimento, que pertence à Minha Fazenda nas ditas Capitanias do Sul, sem embargo de estarem aplicadas para pagamento das Ordinárias, e de qualquer outra cousa, e que por vossos mandados se levem em conta aos Provedores, Almoxarifes, Tesoureiros, e Oficiais delas tudo o que por ele despenderem para o dito efeito, e para isso dou e concedo sobre os ditos Provedores, Almoxarifes, Tesoureiros, e mais Oficiais de Minha Fazenda todo o poder e jurisdição. Sendo-vos necessário para averiguação e benefício das ditas minas valerdes-vos dos Índios que há naquelas Capitanias, que não estão domesticados; dareis disso conta ao Governador-Geral, e seguireis nisso as ordens que vos der, e Eu lhe Mando escrever que proceda nisso como entender que mais convém a Meu Serviço, e melhor e mais breve efeito do que se pretende, como também lhe Mando encarregar que vos dê toda ajuda, e favor que cumprir para melhor fazerdes diligências, a que vos envio. E porque como Me advertistes demais das minas de São Vicente, em cujo benefício o dito Dom Francisco de Sousa entendia, deveis ter notícia de outras em que até agora se não bulia, nem há outrem que tenha notícia disto; hei por bem que depois de terdes averiguada a certeza das ditas minas de São Vicente façais as diligências que entenderdes serem necessárias para se averiguar a certeza das que direis, e achando-se, e sendo de importância mandareis por esse respeito fazer aos que vos acompanharem na empresa as mercês que merecem. Hei por bem para melhor efeito das ditas minas que vá em vossa companhia um Letrado que sirva de Ouvidor enquanto elas durarem, assim para escrever por sua mão todas as cousas necessárias ao que ordenardes para bem das ditas diligências, como para fazer as execuções que lhe mandardes em todas as ditas Capitanias, e conhecer de todas as Causas Cíveis, e Crimes, que nas ditas minas sucederem se tratarem entre as pessoas, que andarem nelas, e nas ditas diligências, e cousas que ordenardes para o que indicareis uma pessoa de satisfação que vos parecer, que sirva com ele de Escrivão, e do qual cargo de Escrivão lhe passareis por virtude desta Carta, e lhe

dareis juramento para o haver de servir enquanto durarem as ditas diligências. E achando-se as ditas minas assim umas como outras, em qualquer delas, tendo bem notado sua bondade e certeza com informação que para isso tomareis das pessoas que achardes de mais prática, e experiência, averiguareis também com as mesmas informações, o que convém, e é necessario, que se faça para sua administração, e de tudo Me avisareis mui particularmente, e miudamente, avisando-Me muito a miúdo de tudo o que fordes fazendo, e se achar para Eu ordenar o que mais houver por Meu Serviço, e em quando não for Ordem Minha em contrário correreis com a administração das ditas minas; procurando com todo o cuidado se não descaminhe o que pertencer à Minha Fazenda. Esta instrução e regimento pela maneira que nele se contém, cumprireis, e Mando ao Governador-Geral do dito Estado do Brasil, e a todos os ditos Capitães, Justiças, Ministros, Oficiais, e pessoas das ditas Capitanias, e a quem pertencer, que assim o cumpram, e façam em tudo cumprir sem dúvida nem embargo algum, e sem embargo de seus Regimentos, e de quaisquer outras Provisões, e Instruções, que em contrário haja, porque assim o hei por Meu Serviço, e este valerá como Carta, e não passará pela Chancelaria, e se registará nos livros das Câmaras das ditas Capitanias, e dos Feitores, e Almoxarifes delas para a todos ser notório. – João Tavares o fez em Lisboa a quatro de novembro de mil seiscentos e treze. Eu o Secretário Antônio Villez de Simas o fiz escrever. – *Rei. – O Conde Almirante*. – Instrução e Regimento que há de levar Salvador Correia de Sá, que Vossa Majestade tem encarregado da averiguação, e benefício das minas da Capitania de São Vicente. – Para Vossa Majestade ver." – Taques, *Informação sabre as minas de São Paulo*, 13, refere-se a dois alvarás, um com a mesma data do regimento supra e outro de 21 de dezembro, pelos quais Salvador Correia de Sá fora despachado para suceder a d. Francisco de Sousa na administração das minas, com ordenado de seiscentos mil-réis em cada ano, vencendo-os desde o dia em que saísse de Lisboa. Chegando ao Rio de Janeiro, mandou por administrador das minas o seu filho Martim de Sá, por provisão de 20 de julho de 1615. Uma carta deste, lida na câmara de São Paulo a 22 de agosto, confirma a chegada ao Rio; estava para ir à capitania, o que fez a câmara por cartel de convocação aos moradores a se apresentarem na vila "até quarta-feira, vinte e seis do mesmo mês, com ferramentas, foices, machados, enxadas, e mantimentos, para irem fazer as pontes do caminho do mar, por assim ser necessário para a vinda do Senhor Salvador Correia de Sá, que está para vir para esta capitania por ordem de Sua Majestade, com pena de quinhentos réis para o Conselho": *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, **2**, 368. Para Afonso d'E. Taunay, *História das bandeiras paulistas*, **1**, 270, São Paulo, 1924, motivava essa viagem a estada em Santos e São Vicente da esquadra holandesa de Joris van Spilberg. – Veja Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 261, 3ª ed., 1931. – (G.).

Seção XXVI

Colonização do Maranhão-Pará. O Brasil até 1624.

Coincidências. Jacques Riffault. La Ravardière. Descreve-se o Maranhão. Ocupam os franceses o porto. Fortificam-se. Providências dos nossos. Primeira expedição. Seu resultado. Outra expedição. Vai fundear no Pará. Hostilidades. Derrota dos franceses. Mortos e feridos. Os franceses e as colônias. Convenções. Icatu. Retirada dos franceses. Narradores desse feito. Colonização do Pará. Sua descrição. Posição preferida. Curupá. Estado do Maranhão e capitania de Caité. Fr. Cristóvão de Lisboa. Outras capitanias. Alagoas. Pernambuco e Paraíba. Sergipe. Espírito Santo e Rio. Baleias. Capitanias do sul. Santo Amaro e São Vicente. Receios de invasão estrangeira, até de Turcos. Expulsão dos estrangeiros. Os holandeses. A guerra. Reflexões acerca da guerra. Falta de providências. Companhia de comércio holandesa. Seus privilégios. Expedição para o Brasil. Seus chefes e forças.

A ocupação do Maranhão, por uma nação estrangeira, que d. Diogo de Meneses pensava impedir, propondo a criação, nessa parte da costa, de mais duas capitanias, além da do Ceará por ele instalada[1], realizava-se justamente por essa mesma ocasião. Jacques

---

1 Carta de d. Diogo de Meneses, de 1º de março de 1612. Conf. nota 43 da seção XXV. – (G.).

Riffault[2], arriscando-se, em 1594, com três navios, a traficar na costa do norte do Brasil, e perdendo aí dois deles, naufragando nos baixos da ilha que depois se disse de Santana do Maranhão, viu-se obrigado a deixar na terra parte da tripulação destes, que não caberia no que lhe restava. No número dos que ficaram, alguns dos quais vimos que foram aprisionados por Feliciano Coelho, distinguiu-se um Charles des Vaux, que conseguiu fazer-se amigo dos selvagens do Maranhão, e depois de haver-se encontrado nos conflitos da Ibiapaba voltara à França, onde foi contar os prodígios da terra em que residira algum tempo.

Tanto bastou para que, informado circunstanciadamente de tudo, Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, que, em 1605[3], obtivera do rei de França uma nomeação de seu lugar-tenente para

---

2 Feliciano Coelho [carta de 20 de agosto de 1597, citada mais de uma vez, Hakluyt, *Principal Navigations*, **11**, 67] escreveu Rifoles, e Pyrard [*Voyage*, **2**, 568, Paris, 1615], apesar de francês, *Brifaut*. – (A.). – *Nau do Rifoles* foi o nome dado a um lugar à margem do Potengi, a um quarto de légua da cidade do Natal, onde se presume com bons fundamentos tenha estado com suas naus o capitão Jacques Riffault. – Conf. Vicente de Lemos, *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, vol. 1º (e único), 33, Rio. 1912. À mesma paragem chamam ainda hoje *Refoles*. – (G.).

3 La Ravardière, ao ano anterior, tinha explorado as costas da Guiana, em companhia de Jean Moquet. De regresso, levou para a França o chefe índio *Iapo*. Essa viagem é confusamente descrita no livro *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales & Occidentales faits par Jean Moquet*, Paris, 1616, reeditado quatro vezes. – Conf. Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 117; *Frontières entre le Brèsil et la Guyane Française*, *Premier Mémoire*, **1**, 68, Paris, 1899. – Antes, o capitão Jean Guérard, de Dieppe, com dois navios, o *Dauphin* e o *Poste*, tinha visitado a costa norte do Brasil; em seu relatório dessa viagem, datado de 10 de setembro de 1597, asseverava que os diepenses não tinham hesitado em confiar-lhe novos armamentos para a ilha do Maranhão. Repetiu a empresa, porque, em 1612, la Ravardière e Razilly foram encontrá-lo ali. – Conf. La Roncière, *Historie de la Marine Française*, citada, **IV**, pág. 348. – (G.).

colonizar em Caiena, desistisse dessa concessão a troco de uma outra, em data do 1º de outubro de 1610, para fundar uma *colônia ao sul da equinocial*, ocupando cinquenta léguas para cada lado do forte que construísse.[4] Organizada uma companhia, que fez os primeiros gastos, vinham afinal a partir de Cancale, em março de 1612 (isto é, justamente quando d. Diogo dirigia à corte as propostas de que fizemos menção), três navios, com muitos colonos e alguma gente de armas (I).

Fizeram esses navios escala na ilha de Fernando de Noronha, donde passaram à costa do Ceará, e, correndo com ela, chegaram a fundear ao abrigo da ilheta (26 de julho) que desde logo se ficou chamando de Santana.[5] Des Vaux, que ia na expedição, incumbiu-se de levar aos seus índios a notícia da chegada dos novos hóspedes; e depois velejaram os navios para o principal porto da ilha.

Antes de tratar deste, digamos duas palavras de todo o distrito conhecido pelo nome de Maranhão, que antes se deu ao rio Meari engrossado com as águas do Pindaré.

A quase duas terças partes da distância que vai do cabo de São Roque ao Amazonas, se engolfa a costa bastante para dentro, como se a alagassem aí os muitos rios afluentes nesta paragem,

---

4 J. Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone,* **1**, 9 e 10. – (A.).

5 *Ypaun-mirim*, literalmente ilha pequena, era o nome que lhe davam os índios. Segundo Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission*, fl. 59 v., foi crismada de Santana pelo senhor de Razilly por terem a ela aportado os franceses no dia da festa e solenidade da santa; Yves d'Évreux, *Voyage dans le Nord du Brésil*, Leipzig/Paris, 1864, acrescenta àquela circunstância o fato de chamar-se Ana a condessa de Soissons, que era parenta do Senhor de Razilly. Conf. *Glossário* anexo à *Histoire de la Mission*, **71**, Paris, 1922. – (G.).

que, destinada a ser terra firme, como que se vinga de os rios lho não consentirem, apresentando tantos parcéis e tantos escolhos, que pudera dizer-se que o mar aqui não se havia proposto de ser mar. Desses rios os mais caudalosos e que mais rasgam a costa são o Meari e o Itapicuru, que, vindo da banda do sul, desde certa distância um tanto paralelamente, depois de encontrarem a água salgada, seguem ainda a par, inclinando-se um pouco para leste, formando as duas chamadas baías, de São Marcos, ao poente, e de São José, ao nascente, menos vasta do que a primeira. Entre estes dois grandes rios se destaca naturalmente uma comprida península ou nesga de terra mesopotâmica, cujo extremo se esgarça do tronco principal e, por conseguinte, do continente, por um estreito furo ou canal chamado do *Mosquito*, e forma por si uma ilha de figura trapezoidal, a qual se denominou também do Maranhão[6]; e tem umas sete léguas na maior extensão de nordeste a sudoeste, e metade de largura, tomada perpendicularmente esta dimensão na linha de noroeste. A terra firme, da banda do poente, se avança para leste até a ponta de Itacolumi; de modo que deixa em parte abrigado um porto, que antigamente se dizia de Jeviré[7], o qual se forma, ao N.O. da ilha, na junção das águas de dois rios, vindos do centro dela, o Bacanga e o Turu, hoje denominado do Anil. O promontório ou península, que se forma entre esses dois rios, um tanto elevado, foi o local preferido pelo donatário francês para construir o seu forte; e temos hoje por mui provável que seria o próprio onde, de princípio,

---

6 Todo o trecho, a começar das palavras "A quase duas terças partes" até este ponto, é, com ligeiras alterações de forma, repetição do que se lê à pág. 356 do t. **I** desta edição. – (G.).

7 Veja a seção XII, t. I. – (G.).

se haviam estabelecido os filhos de João de Barros[8], pois é o local que ainda hoje se avantaja a todos os circunvizinhos; se bem que, com o crescimento sucessivo da cidade, veio esta a ser um tanto ladeirenta, e como cabeça de tão grande distrito tenha ainda o defeito de achar-se ilhada, e não poder, de algumas partes, chegar-se a ela senão atravessando em frente de uma barra.

Começou La Ravardière por fortificar esse local, cujo solo se mostra de um grés ferruginoso duro, por meio de uma cerca que guarneceu de vinte peças; e depois atraiu para a ilha, com muitas dádivas e promessas, os índios daqueles contornos, até cem e duzentas léguas. Em cada aldeia punha por chefe um francês, com alguns soldados. Logo tratou de mandar explorar o país, de fortificá-lo e de fazer muitas roças. Chegou até o mesmo chefe a empreender uma viagem ao Pará, indo por Tapuitapera, Cumá e Caité.

Deviam estas notícias chegar ao conhecimento da corte, quer por via do próprio Brasil, quer da França, onde os preparativos se haviam feito sem grande segredo. O certo é que, nos meses de outubro e novembro[9], expediu a metrópole ordens terminantes ao novo governador-geral, Gaspar de Sousa, nomeado desde o 1º de março desse ano (1612), agregando-se-lhe outra vez (alvará de 9 de abril) as três capitanias do sul, a fim de que procedesse a fazer ocupar o

8 Conf. t. I, pág. 357. – (G.).

9 A carta régia de 8 de outubro de 1612, a Gaspar de Sousa, já se refere às instruções que lhe tinham sido dadas para melhor se poder conseguir a conquista e descobrimento das terras e rio Maranhão. Essa carta régia prometia mercês e honras aos que tomassem parte na Jornada, cuja importância assaz encarecia. Lê-se em Berredo, *Anais históricos do Maranhão*, §§ 189-190, e em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **1**, 384. – (G.).

Maranhão. Não se dizia, ao menos por escrito, uma palavra de expulsão dos franceses, de cujas forças parece nem havia exata ideia. Para isso começou o governador, como o seu predecessor, por fixar a sua residência em Pernambuco[10], a fim de se achar mais perto: procedeu a todos os gastos, chegando até a tomar arbitrária, mas patrioticamente, uns cinco a seis mil cruzados, que estavam em depósito, da donataria de Itamaracá então em pleito.[11] O governador limitou-se a prosseguir o plano proposto pelo seu antecessor, da criação de uma nova capitania além do Ceará, no porto de Camucim; e dela elegeu por capitão ao mesmo Jerônimo de Albuquerque, que antes o fora do Rio Grande, e era "experimentado nas cousas do sertão e dos índios e grande truxamante[12] ou língua entre eles, e com nome

---

10 Deste e outros arbítrios lhe foram tomadas contas em carta régia de 26 de agosto de 1614, às quais ele respondeu triunfantemente em 31 de janeiro de 1615. – (A.). – A carta de janeiro de 1615 lê-se nos *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*, 151/160. Gaspar de Sousa chegou a Pernambuco em 18 de dezembro de 1612, dia de Nossa Senhora do Ó, *Documentos* citados, **33**. Havia quarenta dias que se apartara do sargento-mor Diogo de Campos, que deixara em caminho para Madri. Devia ter partido para o Brasil a 9 de novembro. – (A.).

11 Em carta de 25 de janeiro de 1617 a d. Luís de Sousa, o rei refere-se à quantia de oito mil cruzados que para socorro da guerra da Maranhão se tomara por empréstimo do depósito do rendimento da capitania de Itamaracá, sobre que corria litígio entre os condes de Monsanto e de Vimieiro; como naquela data já houvesse sentença em favor do conde de Monsanto e este pretendesse ser pago daquela importância, o rei ordenava ao governador que se não bulisse mais no dinheiro do mesmo depósito e se restituísse o que havia sido tirado. – *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 36 – (G.).

12 *Tapejar* se chama no Norte da Brasil ao que no Sul dizemos *vaqueano*. – (A.). – Tapejara escreveu o A. (pág. 369, tomo I) e esta parece a melhor grafia do voc. tupi, composto de *apé,* caminho, que recebe o *t* genérico ou absoluto, e *yara*, do verbo *yar,* tomar: o que toma, senhor, dono; sabedor do caminho, guia, vaqueano; useiro e vezeiro, no *Dic*. *português-brasiliano*, 79, Lisboa, 1795. – Conf. Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, 382, Rio,

de seu benfeitor e parente... mui aceito e conhecido em toda aquela costa[13]". Partiu Jerônimo de Albuquerque e, passando ao Ceará, aí concertou com Martim Soares que fosse a reconhecer o resto da costa para sotavento, com o piloto Sebastião Martins, e a sondar a força que tinham os franceses no Maranhão, enquanto ele ia fundar uma povoação no Camucim, aonde o mesmo Soares devia regressar com as notícias que alcançasse. Partiu Soares para a banda do Pará, e no mês de agosto avistou-se com os franceses do Maranhão, aos quais deu por desculpa que andava em busca de um sítio a propósito para estabelecer um engenho de açúcar; quando, porém, quis voltar a barlavento, não pôde montar a costa e foi arribado às Antilhas, e no Brasil chegou a ser julgado perdido do que, aliás, não esteve longe; pois, passando da ilha de São Domingos para Espanha, caiu cativo de um navio francês, depois de enérgica resistência, da qual saiu muito ferido (II). Albuquerque, reconhecendo que no Camucim a terra era má e que nem havia água, pelo que naturalmente já antes fora abandonada de europeus, segundo indicavam ruínas de pedra e cal ainda patentes[14], retirou-se a *Jereré-coara* ou, o que vale o mesmo, à baía das Tartarugas[15], onde sob a invocação da Senhora do Rosário levantou uma povoação; e, como, depois de algum tempo de espera, não regressasse Martim Soares, deixou nela quarenta homens às ordens de um sobrinho seu e regressou a Pernambuco. Esses infelizes

---

1925. – Truxamante, intérprete; do francês *truchement*. Também se diz *trugimão*. – Conf. C. Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão*, **2**, 165, nota, Rio, 1874 – (G.).

13 *Jornada do Maranhão*, etc. – (A.). – *Memórias do Maranhão*, **2**, 165. – (G.).

14 Conf. tomo I, pág. 364. – (G.).

15 *Buraco das tartarugas* é a tradução literal, encontradiça nos documentos contemporâneos – (G.).

estiveram abandonados, defendendo-se dos índios, e obrigados a comer ervas do campo, até que daí a um ano lhes foi mandado de Pernambuco, nomeado para os comandar, Manuel de Sousa d'Eça, em um navio com socorros de gente e de mantimentos. Esses socorros chegaram justamente três dias antes que aí fundeasse uma nau dos do Maranhão, mandada por De Pratz, que não prosseguiu em seu caminho senão depois de ver frustrado um ataque contra o forte, com cem da tripulação que fez desembarcar (III).

Eram já então mais terminantes as ordens do governo para se tratar da conquista das terras do Maranhão; e o sargento-mor Diogo de Campos, mui conhecedor do Brasil e que passara esse ano em Portugal, onde estava com licença, recebera ordens terminantes para voltar ao Brasil a tratar dessa conquista.[16] Como já para ela estivesse nomeado capitão, o governador confiou a Diogo de Campos o posto de adjunto, para decidirem ambos os negócios em conselho. E enquanto o sargento-mor em Pernambuco cuidava do aviamento das munições de guerra e de boca, seguiu Albuquerque por terra para a Paraíba e Rio Grande, a juntar os índios, esperando nesse porto com eles a expedição marítima, nos preparativos da qual se gastaram mais de seis contos de réis.

Antes de partirem os navios de Pernambuco, chegaram pela Europa notícias de Martim Soares[17], e com elas o piloto Sebastião

---

16 Diogo de Campos chegou ao Recife a 26 de maio de 1614, *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 168. – (G.).

17 Martim Soares escrevia de Sevilha a Gaspar de Sousa, em data de 27 de abril de 1614, expondo as peripécias da viagem ao Maranhão, arribada às Índias e chegada àquela cidade, onde estava havia três dias. Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 63/65. – Conf. nota II desta seção. – (G.).

Martins, que muito veio a ajudar à nova empresa, pela circunstância de haver reconhecido aquém do Maranhão o porto do Pará. Patenteada a grande força com que estavam os franceses, ordenou o governador que a expedição se limitasse a ir primeiro fundar uma colônia aquém, no dito porto do Pará, no da Tutoia ou em Paraná-Mirim, onde menos pudessem aventurar-se, avisando o governador apenas aí se estabelecessem. Embarcaram, pois, em Pernambuco, com Diogo de Campos, uns trezentos homens; e partindo do Recife aos 23 de agosto de 1614, foram a reunir-se a Jerônimo de Albuquerque, que com índios (em número menor que este) os esperava no Rio Grande. Seguiram para o Ceará, onde ficaram muitos índios, além de quarenta da armada, em troco de uns dezoito flecheiros, que aí se reuniram. Passaram ao Paraná-Mirim e à baía das Tartarugas, e aqui ainda diminuiu o número dos índios, reduzindo-se a duzentos. Assim, ao todo, havia quinhentos homens d'armas: e no meio de não poucos perigos, foram fundear no Pará, e chegaram a resolver o estabelecer-se aí, à margem direita da foz desse rio, no sítio em que desembarcaram e a que deram o nome de *Quartel de S. Tiago*. Achando-se este sítio pouco favorável para estabelecer a povoação, sobretudo pela falta de um manancial de boa água, mandou Albuquerque em um batel ao fluminense Belchior Rangel, mui conhecedor da língua dos índios[18], com outros, em cujo número se encontrou o então alferes Pedro Teixeira e, ainda do

18 Segundo Berredo. – (A.). – *Anais históricos do Maranhão*, § 248: "...Belchior Rangel, natural do Rio de Janeiro, moço de grandes esperanças, e muita notícia dos idiomas da América". – (G). – Veja também uma carta de Manuel de Sousa d'Eça, ms. 20 846, do Museu Britânico. – (A.). – Conf. Varnhagen, *Sucinta indicação de alguns manuscritos importantes*, **7**, Havana, 1863; Oliveira Lima, *Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil*, 110, Rio, 1903. – A carta lê-se in *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*, 185/188. – (G.).

soldado Antônio Teixeira de Melo, ao depois capitão-mor na revolução contra os holandeses, a explorar algum porto mais pela baía de São José adentro. Voltou Rangel, com a notícia do que encontrou, quatro léguas distante do rio Moni da margem direita. Levaram ferro os navios, e através de milhares de perigos, por entre essas inúmeras ilhas do arquipélago, que chamaram das Onze Mil Virgens, depois de navegarem às vezes sobre lodo, entraram o canal de Mamuna e chegaram por fim ao rio preferido, onde assentaram arraial à margem esquerda dele, construindo um forte hexagonal sobre uma pequena eminência no sítio chamado Guaxinduba[19]. Indicou o sítio para o forte o sargento-mor, e logo o engenheiro Francisco de Frias dirigiu sua construção. Um pequeno manancial separava o dito forte de um morro que do lado do norte lhe ficava a cavaleiro e que não foi ocupado. O forte foi edificado no local em que hoje se diz *Vila Velha*[20] de Icatu, e o estar desse lado o arraial foi provavelmente causa de que a baía de São José se chamasse também do Arraial.

Enquanto seguiam as obras do forte, que foi chamado de Santa Maria, começaram a acercar-se algumas canoas de índios, ora com

---

19 Guassinduva, diz o alvará de 3 de abril de 1618, pelo qual foi Pedro Teixeira nomeado capitão no Pará. Provavelmente de *guassim* ou *guaxima*, e *tuba*, muita. – (A.). – Guaxinduba ou Guaxenduba, como hoje se chama mais geralmente, é o mesmo que guaximal, sítio onde vegeta em abundância a guaxima, planta da família das Malváceas (*Urena lobata*, Cav.). O nome tupi é composto *gua* = *ybá* planta + *cim* mucilaginosa + *nduba* = *tuba* ou *tiba*, muito, cheio de, suf. port. al. Conf. Macedo Soares, notas às Câmaras Municipais de Cortines Laxe, 512, Rio, 1885. – Sobre a posição de Guaxinduba, veja a memória do Dr. César Augusto Marques, *Revista do Instituto Histórico*, **48**, parte 2ª, 141/157; veja também Severim de Faria, *História portuguesa e de outras províncias do Ocidente*, publicada pelo barão de Studart, Fortaleza, 1903, pág. 9 bis. – (G.).

20 Veja o *Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão*, do Dr. César Augusto Marques, 2ª ed., 2 e 317. – (A.). – Muito para ler é o artigo do *Jornal do Comércio*, do Rio, 11 de outubro de 1883, em que a questão histórico-geográfica vem discutida com muita lucidez. – (G.).

aparências de amizade, na qual o capitão-mor se mostrava sempre propenso a acreditar, ora com intentos manifestamente hostis; pois alguns deram, de surpresa, em umas índias que andavam mariscando e, "com terrível brutalidade", despedaçaram quatro moçoilas, e mataram um índio que lhes acudira. Com esse fato, que parecia não ser mais do que a cerimônia dos índios de quebrar algumas cabeças, como sinal de guerra, segundo seus usos e ritos, perderam muitos dos nossos a esperança de atrair deles a amizade; pois que, depois de tal manifestação, sem a guerra "e sem se lhes dar uma grande rota"[21], não havia que pensar em pazes. Não foram, porém, prejudiciais estas agressões preliminares, porquanto, pelos prisioneiros que, para salvar a mulher (que acabava de ser surpreendida), fez, com grande coragem, o nosso principal *Mandiocapuba*[22], se pôde conhecer melhor o estado, força e intentos dos franceses e mandar-se de tudo aviso, por dois caravelões, ao governador do Estado.[23] Deixando de

---

21 Palavras de Diogo de Campos. – (A.). – *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 198. – (G.).

22 Mandiocapuba, "sentindo que lhe levavam sua mulher, e um filho cativos, correu com tal ligeireza, que foi forçoso arremeter só todos os contrários, dos quais matou dois, pôs os demais em tal desordem, que quando chegaram os que vinham com ele, assim portugueses, como índios, já tinha rendido a canoa, e preso o capitão dela, e sua mulher, e filhos livres..." – *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 197. – Mandiocapuba era principal tabajara, que já havia tomado parte na jornada do Ceará, com Pero Coelho de Sousa; da capitania da Paraíba, com a sua gente, acompanhou Jerônimo de Albuquerque à conquista do Maranhão. Francisco Coelho de Carvalho, em parecer de 28 de fevereiro de 1624 para o conselho de Fazenda, em Lisboa, Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 306/307, diz que "Mandiocapuba mereceu honras e mercês de S. M. pela boa conta que deu em toda ocasião que houve". – (G.).

23 A "Sua Senhoria", diz Diogo de Campos [*Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 199]. Tal era o tratamento que então teriam os governadores. – (A.). – Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **2**, 49/50, Rio, 1859, estampa um requerimento de Cristóvão de Barros ao governador da Bahia, em data de 1592, no qual é "senhoria" o tratamento empregado. – (C). – Em carta régia de 26 de

ocupar-nos por extenso dessas agressões, bem como das primeiras investidas dos franceses por mar, em uma das quais nos tomaram uma caravela e dois barcos menores, que estavam quase desguarnecidos, baste saber que por vários contratempos, que nos foram favoráveis, os inimigos só conseguiram apresentar-se em força, com sete embarcações e muitas canoas e igarités, diante do arraial, mais de vinte dias depois que esse fora ocupado e que se estava fortificando. Se então se limitam a bloquear a recente colônia, talvez que ela se houvesse entregado, ou a sua gente metido toda ao sertão antes de ser socorrida. Felizmente, porém, os franceses, levados do seu natural ardor, resolveram atacar o arraial, na madrugada do dia 19 de novembro de 1614. Mandou La Ravardière desembarcar uma força de duzentos franceses e mais de mil e quinhentos índios, às ordens do seu imediato Pezieux. Ocupou esse a praia e nela se fortificou com seis trincheiras de pedra em sossa[24] e com muita arte as prolongou a coberto do nosso forte até o morro padrasto a ele, no qual com faxina se fabricaram parapeitos. Conheceu Albuquerque que já não devia esperar o ataque e que era essencial tomar a ofensiva, antes que os atacantes aperfeiçoassem seus reparos. Deixando, pois, de guarnição no forte unicamente uns trinta soldados, dos menos capazes de combater, dividiu a mais força em dois corpos, de setenta espingardeiros e quarenta flecheiros, além de um corpo de reserva quase todo de índios. Confiou o mando deste último ao seu sobrinho Gregório Fragoso de Albuquerque; e dos primeiros, tomou de um o mando e entregou o outro ao seu companheiro Diogo de Campos.

---

novembro de 1626 proibiu-se a Matias de Albuquerque, que era capitão de Pernambuco, se falasse por "senhoria". – J. J de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 106. – (G.).

24 Pedra em sossa, ou em sosso – solta, sem cal nem outro liame. – Conf. Cândido Mendes, *Memórias do Maranhão*, **2**, 208, nota. – (G.).

Encarregou-se o capitão-mor de ir com a sua gente contornear o morro que ocupava o inimigo e de dar a tempo sinal para Diogo de Campos atacar os da praia pelo outro lado. Enquanto efetuavam o movimento, veio um parlamentário de La Ravardière com uma carta, intimando a Albuquerque que se rendesse.[25] Abriu-a Diogo de Campos e, suspeitando no inimigo intentos de ganhar tempo, deteve o parlamentário e caiu sobre os da praia, tomando-lhes a primeira trincheira: seriam as dez da manhã. Vinham socorrê-los os do morro, quando avançou a nossa reserva, atacando-os, e aos primeiros, de flanco. Logo Albuquerque se apresentou do outro lado, a decidir a ação, o que sucedeu em virtude da morte do chefe dos contrários, o ilustre Pezieux. Debalde ideou La Ravardière um desembarque, com oitenta homens, para ocupar o nosso forte. A maré tinha vazado, e suas lanchas não podiam aproximar-se, e eram varejadas pela nossa pouca artilharia. Por outro lado, também os combatentes não podiam embarcar-se: suas canoas estavam igualmente em seco, e em número de umas quarenta foram incendiadas pelos nossos índios. Retiraram-se, pois, os contrários para o alto, de onde foram também desalojados, bem que com muito maior trabalho; e durante a noite a muito custo se recolheram às embarcações, havendo para isso La Ravardière tido que bordejar pela costa. A perda do inimigo em mortos passou de cem homens; nove ficaram prisioneiros. De nossa parte tivemos onze mortos e dezoitos feridos, entrando neste número Antônio de Albuquerque, filho do capitão, e o fluminense Belchior Rangel.[26] Os franceses desanimaram muito com tal revés;

---

25 Essa primeira carta de La Ravardière lia-se na *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 210/211. – (G.).

26 Os nomes dos mortos e feridos na batalha de Guaxinduba, de uma e outra parte, constam da *Jornada* citada, 215/217. Os dos prisioneiros franceses, ibidem, 225, em número de oito; sete são os que foram interrogados no auto

vieram a oferecer um novo exemplo de sua pouca propensão para as empresas de colônias longínquas.

E como seja certo que a boa guerra traz boa paz, La Ravardière, depois de mandar pedir licença para enterrar os mortos, começou em práticas e correspondências[27], que pouco a pouco se foram suavizando, a ponto de concluírem os dois chefes por combinar a suspensão de hostilidades por todo o ano imediato, durante o qual pediriam novas ordens das cortes respectivas, onde cada qual mandaria um agente ou emissário. Nessa correspondência já aparece Jerônimo de Albuquerque assinando-se com o cognome de Maranhão[28] que desde então tomou. Para ir a Paris, com o agente francês, o capitão De Pratz, nomeou o capitão-mor a seu sobrinho Gregório Fragoso, dando-lhe, além das instruções por escrito, uma carta de recomendação, habilmente redigida, para o embaixador espanhol naquela corte. Para Lisboa partiu o sargento-mor Diogo de Campos, e em sua companhia, como agente por parte dos franceses, um oficial por nome Mathieu Maillard[29] – que havia estado antes em Pernambuco.

---

de diligências e perguntas mandado fazer por Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos. *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*, 150/118. Todos eles estavam no Maranhão há pouco tempo, vindos na nau *Regente*, que comandava o capitão De Pratz. – La Roncière, *Histoire de la Marine Française*, citada, **IV**, pág. 358. – (G.).

27 A correspondência trocada entre Jerônimo de Albuquerque e La Ravardière acha-se na *Jornada*, 220/228. Na primeira carta, de 21 de novembro, La Ravardière subscreve-se: "Este teu mortal inimigo..."; na última, de 25 da mesmo mês: "Vosso servidor...". – (G.).

28 Aparece pela primeira vez o cognome *Maranhão* no auto de paz lavrado a 27 de novembro, *Jornada*, 234. – (G.).

29 Esses partiram a 4 de janeiro e chegaram a Lisboa, à presença do arcebispo vice-rei, no dia 5 de março. – (A.).

Decorreram alguns meses até que, mais de meado do mês de outubro[30] do ano de 1615, chegavam a Jerônimo de Albuquerque tropas de socorro (IV). Conduzia-as o honrado capitão-mor por largos anos de Pernambuco, Alexandre de Moura; e, porque era superior em categoria, devia empossar-se também do mando supremo de todas as forças, poupando, ao mesmo tempo, ao verdadeiro conquistador Jerônimo de Albuquerque o pesar de ser ele próprio obrigado a quebrar as tréguas que estipulara, conforme se resolvera. Desembarcadas as tropas, e instaladas em um forte a que se deu o nome de *S. Tiago*, situado em paragem que dominava o porto, intimou o mesmo Alexandre de Moura a La Ravardière que se rendesse, ao que este anuiu, comprometendo-se a partir no fim do ano, isto é, dentro do termo de cinco meses, sendo indenizado do que deixasse na ilha. Em fé do que fez logo entrega do forte de Itapari (ou de São José) que na mesma ilha ficava fronteiro ao nosso. Ainda não haviam decorrido três meses[31], quando a chegada de um poderoso reforço de sete navios e dois menores, trazendo novecentos homens, e com eles, já de volta, o ativo sargento-mor Diogo de Campos e o capitão Martim Soares, veio ainda a fazer alterar o ajustado, e a apressar a partida dos franceses, sem outra condição mais que a da concessão da livre retirada de suas pessoas e bens. No dia 3 de novembro, faz La Ravardière entrega do forte chamado por ele de São Luís, e logo

---

30 Partira de Pernambuco esse socorro levado em barcos, bastante grandes alguns, aos 5 de outubro, chegando ao Pará a 15. Veja o Roteiro escrito pelo piloto-mor da expedição Manuel Gonçalves a Regefeiro de Leça. – (A.). – Publicado nos *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*, 91/98. – (G.).

31 A 17 de outubro, fundearam no Pará, donde saíram para a ilha de Santana, e dela para o porto de São Luís, segundo a Roteiro citado. – (A.).

pelos conquistadores de São Filipe. Os franceses que o guarneciam se embarcaram para a Europa. La Ravardière acompanhou a Alexandre de Moura a Pernambuco (V), e daqui passou a Lisboa, onde o retiveram por três anos preso na Torre de Belém, passando por fim à França, e chegando a Quillebeuf em 1620. A invocação do nome do rei São Luís foi conservada à cidade pelos vencedores, que dedicaram à Senhora da Vitória a da primeira igreja matriz. À Câmara da cidade foi pelo novo capitão-mor concedida (12 de dezembro de 1615) uma légua de terra de patrimônio.

Com os franceses tinham vindo alguns religiosos capuchinhos. Dois destes, Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux[32], foram cronistas dos feitos dos franceses e suas relações com os índios, cujas obras hoje conhecemos, dão, talvez mais do que as de Soares e de Cardim, uma pintura exata da vida íntima dos nossos tupis. Em Madri publicou também, em 1617, o padre Francisco Bourdemare uma relação em latim, que se crê perdida (como ia sucedendo na totalidade à do padre Yves), e na qual se trataria talvez da continuação dos dois anteriores, vinda de mais onze religiosos da mesma ordem, etc. De nossa parte foi historiador de quase toda a jornada o sargento-mor Diogo de Campos (VI), a quem Berredo e Southey não fizeram mais que seguir, às vezes sem a devida prevenção contra as suas exagerações ou ressentimentos, aliás, pouco favoráveis à glória do prudente pernambucano.

Segura a capitania do Maranhão, Alexandre de Moura, em virtude de ordens que tinha, antes de regressar a Pernambuco, dispôs a fundação de outra nova, obra de cento e cinquenta léguas ao poente, nas águas do Pará. Fiou o encargo, com o título de capitão-mor, a

---

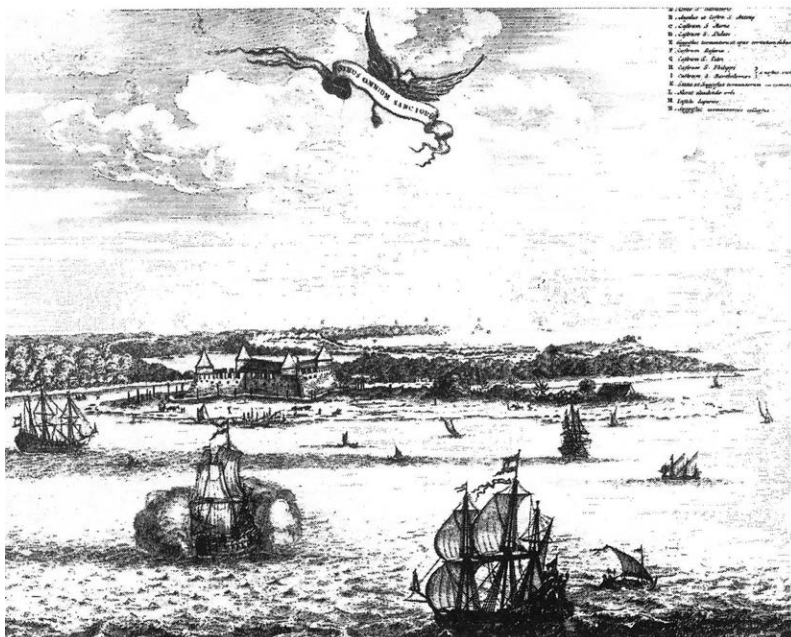
32 Conf. nota I desta seção. – (G.).

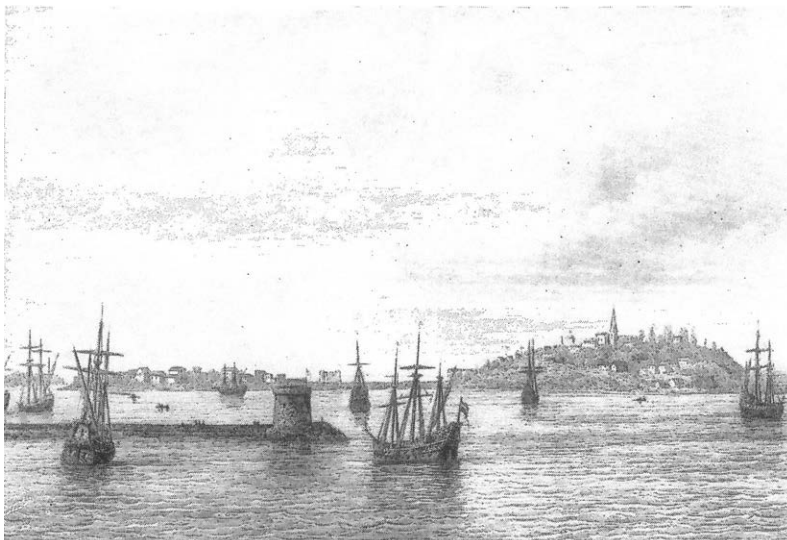
Francisco Caldeira de Castelo Branco (VII), que viera por chefe do primeiro socorro, dando-lhe por piloto-mor Antônio Vicente Cochado, fazendo-o acompanhar do capitão Pedro Teixeira, que acabava de prestar serviços em Guaxinduba, e que outros mais assinalados veio depois a prestar no Amazonas.[33] Um dos encargos que levava Caldeira era saber "o que havia no cabo do Norte". Partiu Caldeira do Maranhão, com cento e cinquenta homens, em três embarcações, e seguindo pela costa com toda a precaução, andando só durante o dia, entrou pelo Guajará e foi assentar a povoação. O distrito primitivo da nova capitania não deixa de ter analogia com o do Maranhão, que descrevemos. Em lugar do rio Meari, temos aqui o grande Amazonas[34]; em vez do Itapicuru, enfiando-se pela baía de São José, temos o Tocantins e o golfo, que se chamou rio do Pará, comunicando com o mesmo Amazonas pelo furo ou canal de Limões, e pelo de *Tajipurus*[35], o qual separa do continente a ilha de Marajó, de figura oval, e obra de seis tantos maior em superfície que a do Maranhão. Tem, pois, bastantes parecenças essa nova

---

33 Não se fala no texto no capitão francês Charles des Vaux, a *Itujubá* dos índios, que quer dizer braço de ferro, *Memórias do Maranhão,* **2**, 12, melhor Itajibá. Des Vaux, por ordem de Alexandre de Moura, acompanhou a expedição, como se vê do regimento de Francisco Caldeira, que devia fazer dele muita conta, com a cautela devida e necessária, *Documentos da costa leste-oeste*, 88. A Relação de André Pereira mais de uma vez se refere a "um capitão francês que ali foi por língua", ou "que ali serve de língua", mas não lhe declara o nome. – (G.).

34 "Trazem os homens cabelo comprido como mulheres e de mui perto o parecem: de que pode ser nasceria o engano que dizem das Amazonas". Este desengano nos dá o capitão André Pereira, companheiro de Caldeira, em sua Relação. – (A.).

35 Isto é, dos "canibais de machado de pedra". – (A.). – De *tay-puro,* veia ruidosa, canal por onde corre a água com mais força. Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, 267, São Paulo, 1914. – (G.).

Baía de Todos os Santos no tempo dos holandeses. Gravura da obra de Barlaeus.

O Recife de Pernambuco no tempo do domínio holandês. Gravura de A. F. Lemaitre.

Vista do Recife e Olinda no tempo do domínio holandês. Gravura de A. F. Lemaitre.

À esquerda: Hendrik Corneliszoon Lonck, comandante da esquadra holandesa.
À direita: General Diederik van Waerdenburck.

paragem com a do Maranhão, sendo principalmente a diferença de ser na foz do primeiro rio da Terra tudo mais grandioso; águas, ilhas, porto, tudo parece formar um labirinto sem fim. Preferiu Caldeira uma paragem aquém da ilha de Marajó, análoga, respectivamente a esta, à do forte de Santa Maria da Guaxinduba relativamente à ilha do Maranhão. Deixando, pois, a ilha de Marajó à mão direita, foi costeando, desde a Tijioca, as terras e ilhas que ficam aquém daquela, comunicando por vezes com os índios, e contando-lhes as proezas contra os franceses no Maranhão, até que navegadas umas trinta e cinco léguas (por este número as avaliaram então) encontrou um pontal de chão firme e elevado, de grés ferruginoso, igual ao da ilha do Maranhão, que julgou mais apropriado para a povoação que ia fundar.[36] Era uma península formada à margem direita do rio Guamá, ao desembocar no Guajará; de modo que dos dois lados ficava essa península defendida pelos próprios igapós ou alagados desses dois rios. No pontal mais saliente construiu o forte, a que deu o nome de *Presépio*, chamando a cidade de *Nossa Senhora de Belém*. Bem sabiam tanto Caldeira como os seus pilotos que se não achavam no verdadeiro tronco do Amazonas[37]; mas porventura não houvera sido conveniente o terem ido mais longe, visto que mais fora de alcance ficariam de ser socorridos, até por terra, da capitania do Maranhão.

Começou logo o trabalho da fortaleza; e não tardou a apresentar-se um francês, que andava entre os índios, fugido dos seus

---

36 Sobre as três vezes que se pensou em mudar o assento da nova cidade, veja Manuel Barata, *A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 9/10, Belém. 1916. – (G.).

37 O próprio capitão André Pereira, que ia na expedição, diz que entrou a armada por um braço estreito que está na ponta a que chamam de Saparará, da parte de leste, etc. – (A.).

compatriotas do Maranhão, o qual deu notícia de como, mais pelo rio acima, vivia um flamengo[38], aí deixado por compatriotas seus, a fim de aprender a língua; acrescentando que, havia poucos dias, tinham partido daquele mesmo porto, ora ocupado pelos nossos, três barcos holandeses, notícia que foi confirmada pelo dito flamengo, quando veio à fala. Informou esse que, mais ao norte, se achavam estabelecidos uns duzentos e cinquenta a trezentos de seus compatriotas[39], com duas tranqueiras para protegerem suas roças e plantações, especialmente de tabaco, algodão e urucu [*Bixa Orellana*], traficando também em *pau-coatiara*[40] e outras madeiras.

Prosseguiu Caldeira com maior atividade no acabamento do forte e resolveu dar aviso, para Portugal e para o Maranhão, da situação em que se achava com inimigos tão perto. Não tendo, porém, mais que um navio à sua disposição, que destinou para Portugal, deliberou enviar ao Maranhão por terra, aproveitando-se das águas de alguns rios, os dois capitães Pedro Teixeira e Antônio da Costa,

---

38 Na informação prestada por La Ravardière a Alexandre de Moura, *Documentos da costa leste-oeste*, 85, diz aquele que estavam na terra do Grã-Pará, "*segun mi lembrança, un soldado frances llamado Rabeau, que allá dexó malato et Cap.an de Vaux, e otro que se huyó de Cuma, e un flamenque*..." – Conf. Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, *Second Mémoire*, **2**, 25/27, Berna, 1899. – (G.).

39 Esses holandeses tinham vindo estabelecer-se no Amazonas sob a direção do capitão Pieter Adriaanszoon. Haviam embarcado no porto de Flessing nesse mesmo ano de 1616, com suas famílias, no navio *Goldne Haen* (*Galo de Ouro*). A colônia malogrou-se por causa de guerras dos índios entre si e retirou-se para a Zelândia em 1623. No mesmo local, seis léguas acima da foz do rio Paru, à margem esquerda do Amazonas, fundou mais tarde Bento Maciel Parente o forte e aldeia sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro. – (G.).

40 Ou *muirapinima*, árvore da família das moráceas (*Brosimum discolor*). – (G.).

com dois soldados e trinta índios. Partiram esses emissários do Pará no dia 7 de março (1616), e ao cabo de dois meses de penosa viagem, livrando-se de uma traição que no Caité lhes armaram os índios[41], conseguiram apresentar-se no Maranhão [a 7 de maio]. Para ir à metrópole, com o piloto-mor Antônio Vicente, foram escolhidos os capitães André Pereira e Antônio da Fonseca. Fizeram viagem pelas ilhas de São Domingos e Terceira. Tendo-se deixado ficar nesta última o capitão Fonseca, seguiu seu companheiro até Lisboa, onde expôs ao próprio vice-rei quanto se passava.

No Maranhão, os socorros foram em breve aprontados e enviados em várias canoas, de que foi por capitão Custódio Valente. Consistiu em trinta arcabuzeiros, muitos índios frecheiros e o valor de dois mil cruzados em fazendas de resgate. Tudo foi devido ao zelo e atividade do conquistador do próprio Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, então capitão-mor, em consequência da retirada para Pernambuco, em princípios de janeiro, de Alexandre de Moura.

Em Lisboa, andou mais lento o apresto do socorro; não chegou a aprontar-se antes do ano seguinte, 1617; mas foi mais eficaz. Para conduzi-lo havia sido nomeado primeiro Antônio Barroso, em 14 de janeiro; mas, por seu falecimento, veio a substituí-lo Manuel de Sousa d'Eça, comandante de um dos navios. Acompanhou aos mencionados o capitão André Pereira e o piloto-mor Antônio Vicente Cochado, e quatro missionários capuchos. Esse reforço chegou ao

---

41 "Nessa jornada – informa Baena, *Compêndio das eras*, 4/5, Pará, 1838, em seu estilo guindado – os indígenas labruscos do Caité tentam matá-lo [Pedro Teixeira] aleivosamente. Mas ele frustra o tentamento; e consegue reduzi-los a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce debaixo do jugo das justas e humanas leis, que regem os portugueses..." – (G.).

Pará em 28 de julho.[42] Provavelmente antes da partida de Lisboa teria sido expedida a carta régia de 4 de maio (confirmada em 18 de julho), declarando que se mandassem para o Maranhão todos os sentenciados a degredo para o Brasil.[43] Essa disposição prosseguiu em vigor e encaminhou para esse rumo todos os degredados com que as Ordenações haviam aquinhoado a colônia americana.

Com o socorro, levado do Maranhão por Custódio Valente, regressaria provavelmente Pedro Teixeira, que, nesse próprio ano de 1616, sabemos ter ido em pessoa, com duas canoas, atacar um navio holandês, o qual, à custa de três feridas, conseguiu tomar e queimar, depois de haver retirado dele a artilharia que trouxe para a fortaleza do Pará.[44] Depois foi mandado pacificar todo o distrito do Caité e da "ilha de Todos os Santos, pela notícia que tinha daquela terra".[45]

Passando pouco mais de um mês (em setembro de 1618) teve lugar a deposição do capitão-mor Francisco Caldeira. Um sobrinho seu matou infelizmente outro oficial: instaurou-se-lhe o processo;

---

42 A 22 de junho de 1617 saiu do porto de Lisboa, Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **1**, 208, Rio, 1858, Berredo, *Anais do Maranhão*, § 443. – (G.).

43 As cartas régias de 4 de maio e 18 de julho de 1617 leem-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 244 e 250. O alvará de 27 de abril de 1618, que prescrevia as condições com que se fazia privativa de Gonçalo da Costa de Almeida e João Peres a pescaria de pérolas e aljôfar, na capitania de São Vicente e outras partes da costa do Brasil, cominava a pena de degredo por dois anos para a conquista do Maranhão a quem fosse achado a pescar nas ditas partes, ibidem, 281. – (G.).

44 O ataque deu-se a 9 de agosto. O navio holandês estava fundeado na costa de Gurupá. Por esse feito foi promovido a capitão, pela patente régia de 28 de agosto de 1618. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 369, ed. 1946. – Manuel Barata, *A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 22. – (G.).

45 Alvará de 3 de abril de 1618. – (A.).

mas o capitão-mor, sob pretexto de que o matador fazia falta ao serviço, mandou soltar. Clamaram em contra dois amigos do morto, e passaram a asilar-se no hospício dos capuchos. Ordena o capitão--mor que os arranquem daí à força; mas, em vez de ser obedecido, viu cercada a casa de sua residência, sendo logo deposto e aclamado em seu lugar o capitão Baltasar Rodrigues de Melo (VIII).

Informados os índios das imediações das desordens que se passavam entre os novos colonos, começaram a fazerem-se arrogantes, e, sob o mando de um principal denominado *Guaimiaba*[46], ou "Cabelo de Velha", chegaram a pôr em apertado cerco a cidade, dando-lhe um assalto, no dia 7 de janeiro de 1619, o qual felizmente foi repelido, caindo morto o dito principal.

Constando em Pernambuco e no Maranhão o perigo que ameaçava de novo o Pará, apressaram-se tanto o governador-geral como Jerônimo de Albuquerque a enviar-lhe o socorro que cada um pôde.[47] O governador mandou quatro barcos com tropas às ordens de Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que nomeou capitão-mor do Pará[48]; e o capitão-mor do Maranhão despachou por sua parte a

---

46 *Garnipocaba* se lê em Jaboatão, *Preâmb.*, pág. 128; mas ou se referia a outro, ou se equivocou na leitura de algum manuscrito em letra antiga. – (A.). – Referia-se a outro, que estava ao lado dos sitiados contra os sitiantes, *Novo orbe seráfico*, **1**, 211, Rio, 1858. – (C.).

47 O governador fora censurado por carta régia de 23 de março de 1619 por não ter socorrido o Pará na ocasião do levantamento dos índios, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 105. Não havia ainda recebido a censura, quando ordenava esse socorro. – (G.).

48 Jerônimo Fragoso partiu de Pernambuco depois de 22 de março de 1619, porque desta data são os regimentos dados pelo governador d. Luís de Sousa, *Anais* citados, 92/104. Nos primeiros dias de abril estava no Maranhão;

Bento Maciel Parente[49], que se ofereceu a passar aí por terra, depois de ter reconhecido ser de pouco lucro seguir em novas expedições pelo Pindaré arriba, e porventura desejoso de tentar fortuna em outra paragem, já que tampouco bem lhe ia nesse Maranhão, que ao cabo lhe havia de vir a ser fatal.

Jerônimo Fragoso chegou, felizmente, ainda a tempo de fazer levantar o sítio que já estava de novo apertado, sofrendo a cidade até de fome. Enviou presos para a metrópole, não só a Caldeira e seu sobrinho como a Baltasar Rodrigues, capitão-mor aclamado.[50] Seguiu logo em perseguição dos índios sitiantes e de seus aliados e, nessa campanha, chegou a afastar-se da cidade umas duzentas léguas; vindo ainda a ajudá-lo Bento Maciel, que passou a tal demasia em cativar índios que teve de ir-lhe à mão o próprio capitão-mor que, entretanto, faleceu.[51]

Por esse tempo já havia falecido no Maranhão (11 de fevereiro de 1618) o seu capitão-mor e conquistador Jerônimo de Albuquerque[52], sucedendo-lhe seu filho Antônio de Albuquerque; o qual

---

chegou ao Pará a 7 de maio e em carta de 9 já dava conta ao rei do estado em que encontrou a conquista e das suas necessidades. Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 215/219. – (G.).

49 O regimento de Bento Maciel Parente lê-se nos *Anais* citados, 98/104. – (G.).

50 No motim da deposição de Francisco Caldeira havia também tomado parte fr. Antônio da Merciana, que escapou ao castigo de Jerônimo Fragoso, porque o poder civil não tinha armas contra o clero, Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 452, 3ª ed., 1931. – (G.).

51 Morto com veneno – afirma Sebastião de Lucena de Azevedo, *Documentos da costa leste-oeste*, 309. – (G.).

52 Conf. Berredo, *Anais do Maranhão*, § 447, e Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **2**, 33, Rio, 1859. – Segundo fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 497, 3ª

julgou que podia seguir governando sem dependência dos dois capitães que, para o ajudarem com o seu conselho, haviam sido indicados por seu pai, antes de falecer, um dos quais fora o próprio Bento Maciel. Matias de Albuquerque, irmão do novo capitão-mor, prosseguiu nas guerras em que se achava empenhado no distrito até o Pará, que se desejava pacificar, a fim de deixar livre a comunicação por terra entre as duas novas capitanias. Era Matias ainda mais conhecedor que seu pai do modo de levar os índios, mostrando-se, com eles, primeiro valente e destemido e, depois da vitória, generoso, mas não confiado.

Havendo o governador-geral ordenado que Diogo da Costa Machado, capitão do baluarte São Filipe, e segundo dos adjuntos indicados por Jerônimo de Albuquerque, se associasse ao governo do dito Antônio de Albuquerque[53], esse brioso jovem, que havia

---

ed., 1931, sabendo Sua Majestade da morte de Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Maranhão, proveu na capitania com o título de governador, independente do governador do Brasil, a d. Diogo de Cárcome, espanhol, casado em Lisboa, o qual se deteve tanto tempo em seus requerimentos e pretensões, ou os ministros em o despachar, que primeiro o despachou a morte, e morreu em sua casa antes que de Lisboa se partisse. Em carta régia de 21 de dezembro de 1619, vista uma consulta da Mesa da Consciência sobre os religiosos capuchos que d. Diogo Cárcome pedia para o Maranhão, o rei se conformava com o pedido, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 391. – (G.).

53 Veja o regimento dado por d. Luís de Sousa, no porto do Recife da Vila de Olinda, a 22 de março de 1619, para o capitão-mor do Maranhão, Antônio de Albuquerque e adjunto o capitão Diogo da Costa Machado, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 92/98 – "Estava Antônio de Albuquerque tão elevado com o cargo e acostumado a fazer tudo à sua vontade, que não sofreu o meu conselho nem a ordem do governador, e sendo-lhe notificado desistiu do cargo; e por esse modo sucedi eu nele, no qual continuo a nove meses..." – carta de Diogo da Costa Machado ao rei. Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 245. A desistência de Antônio de Albuquerque

sustido só o governo durante quatorze meses, preferiu retirar-se a Portugal, vindo depois a ser nomeado capitão-mor da Paraíba e a prestar aí novos serviços ao Brasil.

Conservou Diogo da Costa o mando pouco mais de três anos, durante os quais começou a prosperar muito o Maranhão, com a chegada de um grande número de colonos dos Açores, em virtude de um contrato feito pela Coroa com Antônio Ferreira Bettencourt e Jorge de Lemos Bettencourt; havendo dado exemplo a esta emigração, e contribuído depois a animá-la, Simão Estácio da Silveira, que com esse intuito chegou pouco depois (1624) a publicar uma curiosa *Relação sumária das cousas do Maranhão*, apresentando as suas terras e situação em tudo mui superiores às do Brasil (IX).

Esses grandes grupos de famílias açorianas, modestas, moralizadas e trabalhadoras, vieram contrabalançar o efeito dos muitos degredados que começaram a ser enviados da metrópole, no ardor de ver aqui aumentar-se rapidamente a povoação.

Foi em tempo de Diogo da Costa que a mesma metrópole deliberou criar no Maranhão um governo especial, independente do do Brasil; segundo já terminantemente se declara no alvará de 7 de novembro de 1619[54], pelo qual foi dado ao ouvidor Sebastião Barbosa, então nomeado, um regimento em dezenove artigos, com

---

era prevista, porque para o caso Diogo Machado levava do governador uma provisão particular. – (G.).

54 O alvará de regimento de 7 de novembro de 1619 lê-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 387/389. Outro alvará, de 21 de março de 1624, ordenou que o ouvidor-geral do Maranhão, além dos poderes, jurisdição e alçada que pelas leis e Ordenações pertenciam aos corregedores de comarca, tivesse mais os poderes e alçada conteúdos no

jurisdição, por ação nova, até cinco léguas em derredor do distrito onde estivesse, nas causas, tanto cíveis como crimes, não só dos moradores e naturais como dos capitães, soldados e gente de guerra, sentenciando-os afinal ou dando apelação ou agravo, nos casos excedentes, à sua alçada, para a casa da suplicação de Lisboa. A alçada foi-lhe marcada até dezesseis mil-réis nos bens de raiz, vinte nos móveis, podendo impor penas até de quatro mil-réis. Conheceria das apelações e agravos interpostos dos ouvidores capitães do seu distrito. Aos escravos e peões, em causas crimes, podia mandar açoutar, e tanto a estes como aos de mor qualidade mandar degredados para fora do seu distrito, e em certos crimes atrozes poderia, combinando com o governador, impor pena última, exceto aos de mor qualidade. Poderia passar cartas de seguro e alvarás de fiança; e conceder perdões, com assentimento do governador, duas vezes por ano, pelo Natal e Endoenças. Faria o ofício de provedor, enquanto esse cargo não fosse criado; e preencher inteiramente, em ausência do governador, os ofícios de justiça vagos. Tiraria anualmente não só as devassas designadas nas Ordenações como outras acerca de contrabando do pau-brasil, comércio ilícito com estrangeiros, descimentos de índios e dos homens casados com mulheres ausentes no Reino por mais tempo do que o permitido nas leis. Não poderia, finalmente, ser suspenso pelo governador; devendo este, em caso de cometer o ouvidor algum crime, autuá-lo e enviá-lo perante o rei.

Entretanto, é certo que a organização definitiva de um novo Estado, independente do Brasil, e abrangendo as três capitanias do

---

regimento que baixou, que é, sem tirar nem pôr, o mesmo de 7 de novembro de 1619, ibidem, **3**, 116. – (G.).

Maranhão, Pará e Ceará, só foi efetivamente decretada pela carta régia de 13 de julho de 1621; e que as recusas de vários governadores escolhidos a tiveram empatada até 23 de setembro de 1623, em que foi nomeado Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho[55], sucessor de seu pai Feliciano Coelho no mando da Paraíba. Houve ideia de criar-se também no novo Estado outra diocese, incluindo nela Pernambuco, porém não foi levada a efeito, autorizando-se apenas a fundação de conventos de capuchos. Fr. Cristóvão de Lisboa, irmão do célebre antiquário Manuel Severim de Faria, foi escolhido para custódio, visitador eclesiástico e comissário da Inquisição, a descontento dos jesuítas, que começavam a pretender exercer aí toda a influência.[56]

É tempo, porém, de volvermos ao Pará, donde nos desviamos por ocasião do falecimento do capitão-mor Jerônimo Fragoso.

A surpresa que a todos causou essa inesperada morte, que não fora prevenida devidamente, se deduz das diferentes pretensões que se apresentaram à sucessão. Tomou primeiro o mando Matias de Albuquerque, a pretexto de ter uma provisão de seu primo Jerônimo Fragoso para governar em sua ausência. Venceu-se, porém,

---

55 Alguns capítulos de seu regimento, sem data, leem-se em Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **2**, 236/243, Fortaleza, 1909. – (G.).

56 De fr. Cristóvão de Lisboa conhecem-se três cartas, citadas em outra nota, de 2 de outubro de 1626, 2 e 20 de janeiro de 1627, a primeira a fr. Antônio da Merciana e as outras a seu irmão Manuel Severim de Faria. Faz graves acusações contra Bento Maciel Parente e mostra-se ardoroso inimigo dos jesuítas, principalmente de Luís Figueira, o companheiro de Francisco Pinto na missão do Ceará. É curiosa, e revela claramente as ideias do tempo, a disputa travada entre jesuítas e capuchos sobre saber se o jabuti era peixe ou carne, podendo ou não ser comido em dias de preceito... – (G.).

logo que legalmente se devia proceder à eleição, e recaiu esta no capitão Custódio Valente, tendo por conselheiro e adjunto o comissário dos capuchos fr. Antônio da Merciana. Alegou também direitos Bento Maciel[57]; mas triunfou por fim o capitão Pedro Teixeira, que, pelo sangue derramado das três feridas que recebera em combate, na própria capitania, tinha maior séquito. Recorreu Bento Maciel ao governador-geral do Brasil e conseguiu que este o preferisse para capitão-mor, sendo confiada a Pedro Teixeira a comissão de abrir ou fazer mais praticável a comunicação terrestre-fluvial até o Maranhão[58], donde mais tarde seguiu de novo a guerrear com os holandeses, como diremos.

Bento Maciel dedicou-se com empenho a construir, para defender a cidade de Belém, um forte a que deu o nome de *Presépio*, todo de taipa, com portadas de alvenaria e três baluartes com fosso (X). E nesta obra se achava, quando se viu surpreendido com a chegada do capitão Luís Aranha de Vasconcelos[59], nomeado pelo governo da metrópole, com ordens especiais para reconhecer o Amazonas, onde se haviam instalado, com domínio intruso, alguns súditos holandeses

---

57 Bento Maciel, segundo os depoimentos tomados no auto que mandou fazer o capitão Custódio Valente, no Pará, a 2 de novembro de 1619. Studart, *Documentos* citados, **1**, 257/262, pretendeu dar um golpe de força para tirar o poder ao capitão-mor eleito, sob pretexto de ser ele o capitão mais velho; mas frustrou-lhe o plano Custódio Valente. – (G.).

58 Essa estrada começava à margem esquerda do rio Guamá, defronte do lugar em que está hoje a vila de Ourém. Devia terminar na aldeia de Maracu, atual cidade de Viana, com 110 léguas de extensão e 50 1/2 léguas desviada da costa. Dificuldades supervenientes obstaram que ela chegasse ao seu termo. Manuel Barata. *A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 42. – (G.).

59 Segundo Berredo, *Anais do Maranhão*, § 499, Luís Aranha de Vasconcelos chegou ao Pará a 20 de maio de 1623; mas fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 498, ed. de 1918, dá 14 de maio. – (G.).

e de outras nações, que a mesma metrópole ordenara daí expulsar, quando já antes, por aviso de 4 de novembro de 1621, pensara em providências "a fim de se povoar e fortificar a costa que corre do Brasil até São Tomé de Guiana e Bocas de Drago"[60] – aviso este mui notável, cuja notícia escapou à escrupulosa investigação de um falecido e erudito colega e amigo, que deixou ao Brasil, acerca destas paragens, um livro-monumento.[61]

Havia trazido Luís Aranha provisões para que todos os capitães-mores o ajudassem segundo pudessem na importante empresa a

---

60 J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 57, traz apenas a ementa desse despacho: "Por aviso de 4 de novembro de 1621, foram comunicadas as providências que se intentavam dar, a fim de povoar e fortificar a costa que corre do Brasil até São Tomé de Guaiana e Bocas de Drago e as mais daqueles rios." – Um documento espanhol da época, pertencente ao Museu Britânico, Egertonian Collection, ms. 1 131, fl. 36, citado por Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française, Premier Mémoire du Brésil*, **1**, 76, Paris, 1899, confirma aquele aviso: "...*que se poblase la costa que corre del Brasil hasta Santo Tomé de Guayane y Bocas del Drago y de los demas rios y los que fueren tan anchos que no alcance la artilleria de una parte á otra se fortifiquen, y aunque esta conquista es de la Corona de Castilla se podria encomendar a la de Portugal por venirles mas a cuenta, y que por la noticia que ay de que en la otra costa ay poblaciones de Ingleses y Olandeses se podria embiar a reconezer y conforme lo que huviese podrá tomar resolucion y prevenir lo necessario para echarlos*." – (G.).

61 Alude a Joaquim Caetano da Silva, o autor de *L'Oyapoc et l'Amazone*, que tem tido três edições: a primeira, revista pelo próprio autor, Paris, 1861; a segunda, por ordem do ministro das Relações Exteriores, Dr. Justo Chermont, Rio, 1893; e a terceira, em que o texto da primitiva foi cuidadosamente respeitado, com um sumário e notas do barão do Rio Branco, Paris, 1899, constituindo os tomos IV e V das memórias e documentos apresentados ao Governo da Confederação Suíça, árbitro entre o Brasil e a França na questão do Oyapoc. Esse livro, modelo de erudição e crítica histórico-geográfica, é demonstração completa do direito com que Portugal, desde 1637, e depois o Brasil sustentaram o limite do Oyapoc com as possessões francesas do norte, afinal reconhecido pela sentença de Berna, de 1 de dezembro de 1900. – (G.).

que vinha; pelo que, aportando primeiro em Pernambuco, recebeu aí de Matias de Albuquerque uma caravela com dezessete soldados e o piloto Antônio Vicente Cochado, então o maior prático dos rios do Pará e Amazonas; e mais oito mil cruzados em fazendas. De André Pereira Temudo, capitão do Rio Grande, recebeu quatro soldados. Antônio Moniz Barreiros deu-lhe, no Maranhão, mais quinze soldados; e aí se acabou de preparar, agregando a si muitas canoas e multidão de índios frecheiros e partindo para o Amazonas em fins do próprio mês de maio.[62]

Felizmente que, quando se iam aproximando do forte onde estavam os holandeses [Muturu, ou de Orange], se haviam posto de sobreaviso; pois estes, com quinze canoas e alguns centos de índios, vieram tratar de lhes dar um ataque à meia-noite. Durou a briga duas

---

62 Esse trecho carece de correção e ampliação. Luís Aranha já trazia o propósito de levar em sua companhia o piloto Antônio Vicente, que em Pernambuco estava servindo de patrão. Matias de Albuquerque, em virtude de provisão real, deu-lhe uma lancha, dezessete soldados, e lhe fez pagar duzentos mil--réis de ajuda de custo, metendo-lhe na caravela oito mil cruzados de diversas sortes de fazendas por conta de S. M. para a fortaleza do Pará, que havia dois anos se não provia. Dos quatro soldados que André Pereira Temudo lhe deu, um era Pero Gomes de Gouveia, seu alferes, que foi feito capitão da lancha, os outros eram o sargento Sebastião Pereira, Pero Fernandes Godinho e um carpinteiro. Entre os quinze soldados de Antônio Moniz Barreiros estava um flamengo chamado Nicolau, que os índios haviam tomado no Pará, e era prático no rio Amazonas. No Maranhão, aonde chegou a 20 de abril de 1623, Luís Aranha tomou mais alguns soldados, um bergantim e seis canoas de índios amigos. Barreiros queixou-se depois ao rei por lhe ter Luís Aranha levado dois homens a mais dos que lhe deu e das desordens que houve por ocasião de sua estada no Maranhão, com a gente mal doutrinada que trazia. Saindo do Maranhão, chegou à fortaleza do Pará a 14 de maio. – Conf. *Carta do capitão-mor do Maranhão Antônio Moniz Barreiros*, in *Documentos da costa leste-oeste*, 225/229; Informação de Luís Aranha de Vasconcelos, ibidem 231/234; fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 498, 3ª ed., 1931. – (G.).

horas, ficando os nossos vencedores, e cativos os contrários. Depuseram estes que na fortaleza vizinha, chamada Nassau, não havia então mais de vinte soldados, com alguns escravos, que lavravam tabaco, os quais, à intimação dos outros, vieram a entregar-se, com a artilharia, armas e escravos.

Daqui resolveu o capitão Luís Aranha passar a atacar outro forte, no Gurupá[63], e, mandando adiante uma canoa, com três soldados e quarenta frecheiros, foi esta acometida por doze canoas do gentio, às quais resistiram valorosamente, até chegarem os demais, que decidiram da vitória, perdendo os agressores quatro de suas canoas, e muitos mortos e feridos, perecendo dos nossos sete, ficando feridos vinte e cinco. Chegados ao forte de Gurupá, e intimado este a render-se, entregaram-se trinta e cinco de guarnição, com a artilharia e armas, informando a Luís Aranha da existência de duas feitorias ocupadas por ingleses.

Com intento porventura de refazer-se, regressou então Luís Aranha ao Pará; e aí soube que Bento Maciel havia saído em seu auxílio, com setenta soldados e mil frecheiros, em um caravelão e vinte e duas canoas, levando por capitães a Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Salvador de Melo, vindo depois a reforçá-los, com mais tropa, o alferes Antônio de Amorim. Saiu logo a encontrar a estes o capitão Luís Aranha; e, unidas as forças, foram desalojar os intrusos dos seus reparos e casas-fortes, passando depois à ilha dos Tujucus, que já encontraram desamparada.

---

63 Luís Aranha, em sua *Informação* citada, não fala desse forte; somente menciona que rendeu e tomou os dois fortes de Muturu, ou de Orange, e de Nassau. O primeiro era situado à margem direita do Xingu, o outro à margem esquerda. – (G.).

Logo souberam que estava ali perto um barco inimigo; pelo que, deixando em terra parte da gente, se prepararam a abordá-lo, quando rompesse a alva, com a caravela, o caravelão e dez canoas; mas tal resistência encontraram, que não conseguiram tomá-lo, somente incendiá-lo, morrendo toda a guarnição[64], depois de ter causado aos nossos notáveis perdas. Nesses ataques se encontrou Antônio Teixeira de Melo, ao depois capitão-mor do Maranhão e herói da sua restauração, contra o jugo holandês.

Bento Maciel passou a levantar fortaleza em Mariocaí e começou a intitular-se "Primeiro descobridor e conquistador do rio Amazonas Gurupá", título que, aliás, com menos sem razão, se arrogava Luís Aranha; mas de que Bento Maciel veio a receber maiores recompensas, obtendo (16 de março de 1624) carta de confirmação de duas léguas de terra que obtivera de sesmaria no Itapicuru do Maranhão, e passando depois (1627) à corte a fazer melhor valer os seus serviços. No governo-geral do Brasil haviam sucedido a Gaspar de Sousa primeiro d. Luís de Sousa e a este, em outubro de 1621[65], o malogrado Diogo de Mendonça Furtado.

---

64 Era o navio do capitão Pieter Adriaanszoon, o *Goldne Haen*. Luís Aranha, em sua *Informação*, diz que pôs a nau a fundo com morte de muita gente, em que entraram seis fidalgos ingleses, um deles chamado capitão Parqua, irmão de um conselheiro do rei da Inglaterra, que nas partes das Índias havia saqueado a ilha da Trindade e morto o governador dela, *Documentos da costa leste-oeste*, 232. – Conf. fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 502, 3ª ed., 1931; Rio Branco, *Frontières entre le Bresil et la Guyane Fran*çaise, Premier Mémoire, **1**, 78/79. – (G.).

65 Em 12 de outubro de 1621, uma terça-feira, que o vulgo tem por dia aziago, fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 495. – Para substituir a d. Luís de Sousa foi nomeado Henrique Correia da Silva, que aceitou de boa vontade, segundo testemunha fr. Vicente do Salvador, op. cit., 493; mas, havendo Duarte de Albuquerque Coelho mandado seu irmão Matias de Albuquerque governar

Os serviços de Gaspar de Sousa, na conquista do Maranhão, que ele alegou em Madri, granjearam-lhe a ampla recompensa da carta de doação (9 de fevereiro de 1622)[66] de uma capitania, que passou a ser de juro e herdade, desde o Turiaçu ao Caité, com fundo de vinte léguas para o sertão.

As outras capitanias seguiam pelo mesmo tempo prosperando à sombra da paz. Ao Ceará regressara de capitão o fundador da colônia Martim Soares, que, resistindo, por duas vezes, às ameaças de duas naus holandesas, veio já a prometer o que foi daí a trinta anos – um dos campeões da restauração de Pernambuco.[67] Na Paraíba, seguia

---

a capitania de Pernambuco, alcançou ao mesmo tempo uma provisão régia, que se notificou ao governador nomeado, para que viesse em direitura à Bahia sem tocar Pernambuco, e que se de arribada ou de outro qualquer modo lá fosse, lhe não obedecessem. Foi isso motivo para que Correia da Silva se sentisse arranhado em sua suscetibilidade e renunciasse o cargo.

D. Luís de Sousa embarcou para o Reino após a chegada de seu substituto em um patacho chamado *Manja-léguas*, e levou em sua companhia Pero Gouveia de Melo, que fora provedor da fazenda, e o desembargador Francisco da Fonseca Leitão. Tomou de caminho Pernambuco para ir com a frota, da qual não quis ir por capitão por ser de navios mercantes, ou para não ter de entender-se com Matias de Albuquerque, com quem não estava corrente, fr. Vicente do Salvador, op. cit., 496. – (G.).

66 A carta de doação de 25 de maio de 1622, não de 9 de fevereiro, fez mercê a Gaspar de Sousa de uma capitania, "conforme ao sítio e parte que ele escolhesse". Gaspar de Sousa faleceu, sem que tivesse escolhido a capitania prometida. Seu filho Álvaro de Sousa foi quem escolheu e designou a capitania do Caité, que lhe foi concedida por carta de doação de 13 de fevereiro de 1634. – Conf. Manuel Barata, "A capitania do Camutá", in *Revista do Instituto Histórico*, **69**, parte 2ª, 184/185. – No Instituto Histórico existe cópia autêntica da carta de doação a Álvaro de Sousa, extraída do original na Torre do Tombo, Liv. **27** da Chancelaria de d. Filipe III. – (G.).

67 A carta-patente de 26 de maio de 1619 fez mercê da capitania do Ceará por tempo de dez anos a Martim Soares Moreno, em atenção a seus serviços. Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 232/233. Por apostila de 6

o gentio completamente sujeito. O mesmo sucedia na capitania de Itamaracá, adjudicada por fim ao conde de Monsanto, d. Álvaro Pires de Castro Sousa. A de Pernambuco ganhara com a assistência aí do governador Gaspar de Sousa, e depois do seu sucessor, d. Luís de Sousa, que só foi residir na cidade do Salvador quando, para isso, recebeu ordem expressa da corte, acompanhada de uma provisão para que nenhum governador do Brasil tivesse jurisdição nem cobrasse ordenado, a menos que não residisse na verdadeira capital do Estado.[68] A povoação do Recife crescia consideravelmente; bem como toda a dita capitania de Pernambuco, sob as ordens do capitão Matias de Albuquerque, irmão do donatário e seu lugar-tenente. A colonização e cultura se estenderam ao extremo meridional da capitania, e se desenvolvia consideravelmente nas vizinhanças das Alagoas, nas vilas da Madalena e da Santa Luzia.[69]

Constituíam Pernambuco e a Paraíba uma prelazia ou administração eclesiástica independente dos bispos do Salvador, da qual fora nomeado administrador Antônio Teixeira Cabral (XI). Porém, em 1623,

---

de dezembro do mesmo ano foi dispensado de ir à Bahia prestar juramento e tomar posse do cargo perante o governador-geral, ibidem, 234/235. – O ataque das duas naus holandesas ao forte do Ceará deu-se em fins de 1624 e repetiu-se em princípios de 1625, Studart, *Datas para a História do Ceará no século XVII*, 12. – (G.).

68 As cartas régias de 30 de maio e 6 de novembro de 1618 já mandavam que d. Luís de Sousa passasse à Bahia, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 65 e 78. De 21 de fevereiro de 1620 é o alvará, ordenando que os governadores residissem pessoalmente na Bahia de Todos os Santos. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 5. Devem-se atribuir tais ordens à intervenção de Duarte de Albuquerque Coelho, donatário de Pernambuco, muito achegado à corte, o qual, com a assistência dos governadores em sua capitania, via diminuída a sua jurisdição. – Conf. supra, nota 65. – (G.).

69 Fundada por um cego: já existia em 1612. – (A.).

foi de novo tudo anexo ao bispado, o que no ano seguinte foi confirmado pela carta régia que mandou executar o breve de anexação.

Em Sergipe, a fiscalização ia regularmente, e a metrópole se ocupava de animar aí o aproveitamento das nitreiras, propondo-se até a estabelecer uma fábrica de pólvora no Brasil.[70]

---

70 D. Diogo de Meneses, em carta ao rei, da Bahia, 1 de março de 1612, escreveu: "Outra carta tive de V. Majde., feita em trinta de julho que recebi em onze de novembro [de 1611], em que me faz mercê mandar-me corra com as minas de salitre, sem embargo de d. Francisco de Sousa o ter por seu regimento; é tão pouco o tempo que me fica para o poder fazer, que quando trabalhar muito será deixar a caminho o negócio; e dizendo-me V. Majde, me mandar dois polvoristas para isto se começar, até agora não são cá, cuidando virão nestas caravelas, porque sem eles não posso fazer nada, mas tenho ordenado pôr-se uma aldeia na mesma serra e abrir o caminho, e fazer mantimentos para que em vindo polvoristas se comece a fazer o que convém, porque cuido se achará também para o que temos carvão excelente." – *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 78/81. – No governo de d. Luís de Sousa repetiram-se as diligências a tal respeito. A carta régia de 20 de junho de 1617 diz: "Fez-se-me relação que entre essa cidade [Olinda] e a Bahia, onde chamam Serigipe, se descobriram no tempo do governador Dom Francisco de Sousa, e em terra de Manuel de Miranda, algumas minas de salitre da que se podiam tirar cada ano dois mil quintais. E porque, em Portugal, há muita falta dele, e eu tenha mandado que se trate de fabricar um engenho em que se lavre pólvora, vos encomendo que com o mineiro ou pessoa que mando escrever ao marquês de Alenquer, viso-rei, vos envie de Lisboa e façais fazer toda a diligência por averiguar se é assim o que refere, e o caso que se pudera fazer deste aviso, e se em outra parte desse Estado há salitre; e do que se achar, aviseis logo, enviando as mostras na maior quantidade que for possível." – *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 38/39. – Outras recomendações ocorrem nas cartas régias de 5 de dezembro do mesmo ano, 15 de janeiro e 27 de março de 1618, ibidem, 52, 55 e 58. Segundo esses diplomas, havia o governador de providenciar para que se começasse logo a lavrar pólvora, não só para o gasto das fortalezas do Estado, como ainda para suprir o Reino; devia, também, mandar a maior quantidade possível de salitre para ser beneficiado no moinho que o rei ordenara se fabricasse no rio Barquerena. De minas de salitre na Bahia já fala Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, 360, Rio, 1851. d. Francisco de Sousa, quando

Na Bahia, em 1622, tomara posse do báculo o doutor em cânone d. Marcos Teixeira. D. Marcos era já bastante velho. Fora arcediago e inquisidor em Évora, e depois membro da Mesa da Consciência[71].

Durante o governo de d. Luís de Sousa teve lugar uma expedição às minas do Caramuru, às ordens de Francisco Dias d'Ávila, da qual fizeram parte o ao depois famoso Calabar e um holandês, chamado Guilherme Joos ten Glimmer, que dela transmitiu notícia a Marcgrav (Liv. **VIII**, cap. 2). Consta que o dito Francisco Dias herdara de seu pai informações acerca dessas minas (XII).

---

veio por superintendente das minas, trouxe um mineiro de salitre, que vencia quinhentos cruzados. – Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **25**, 471; Calógeras, *As minas do Brasil*, **2**, 511, Rio, 1905. – (G.).

71 Em 1618, era, na Bahia, inquisidor e visitador do Santo Ofício, por comissão de d. Fernando Martins Mascarenhas, bispo inquisidor-geral dos reinos e senhorios de Portugal. Era licenciado. – Arquivo da Torre do Tombo, códice n. 17. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **XLIX**, págs. 75/198, com introdução de quem escreve estas linhas. Cancelem-se nessa introdução as informações sobre Marcos Teixeira, antes de vir à Bahia, primeiro como inquisidor e visitador do Santo Oficio, por comissão de d. Fernão de Mascarenhas, bispo e inquisidor-geral dos reinos e senhorios de Portugal, e segunda vez como bispo do Brasil. Que havia dois Marcos Teixeira, provou com documentos que fazem fé o sábio Dr. Antônio Baião em uma comunicação ao *Congresso do mundo português*, vol. **IX**, tomo I, págs. 251/258, Lisboa, 1940, Seriam talvez tio e sobrinho e exerceram atividades semelhantes. O primeiro doutor em Cânones, arcediago da Sé de Évora, desembargador da Casa da Suplicação, deputado da Mesa da Consciência, conselheiro do Santo Ofício, iniciou suas atividades em novembro de 1572 e cessou-as em junho de 1609, até onde pôde acompanhá-las Antônio Baião; o segundo, também doutor em Cânones, foi cônego da Sé de Évora e deputado da Inquisição dessa cidade, cargo de que se empossou a 5 de março de 1612. Ficam, assim, distanciados os dois Marcos Teixeira por um lapso de tempo e bem esclarecido que o bispo do Brasil não era "bastante velho", pois o "o levou Deus deste mundo em tão pouca idade, que ainda não chega a cinquenta anos". – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 539, 3ª ed., 1931. – (G.).

O Espírito Santo, privado dos braços dos índios, recebia-os de africanos; e, por privilégio especial, não era obrigado a pagá-los a dinheiro, mas em açúcares e outros gêneros.

A capitania de São Tomé, que por morte de Pero de Góis passara a seu filho Gil de Góis da Silveira, foi por este e sua mulher d. Francisca de Aguilar Manrique[72], ambos residentes em Madri, *deixada* à Coroa em 1619 (por escritura lavrada em Lisboa por seu procurador Antônio Dinis, em 22 de março), mediante uma tença de cem mil réis à dita sua mulher.[73]

No governo do Rio de Janeiro, se havia distinguido muito Constantino de Menelau que o exerceu de 1614 a 1617 (XIII). Expulsou os inimigos de Cabo Frio e, construindo aí uma fortaleza, de que fez capitão Estêvão Gomes, assegurou a ocupação desse distrito, abundante em pau-brasil e em marinhas de sal. A colonização e segurança para as bandas de Macaé foi cometida a Martim Afonso Arariboia e seu sobrinho Manuel de Sousa.[74]

---

72 A mulher de Gil de Góis devia ter parentesco com d. Juan Manrique, cunhado do capitão Luís de Melo da Silva. – Conf. tomo I desta *História*, pág. 486, nota 38. – (G.).

73 A escritura de contrato entre os procuradores de Sua Majestade e Gil de Góis da Silveira, passada em Lisboa a 22 de março de 1619, bem como a procuração deste e sua mulher, passada em Madri a 9 de outubro de 1618, com a outorga de poderes para a transação, publicou a *Revista do Instituto Histórico*, **LVI**, parte 1ª, págs. 151/159. – Na procuração lê-se que "a capitania se chama em língua de negros Paraíba, e em a nossa São Tomé...", ibidem, pág. 156. – (G.).

74 Martim de Sá, ouvido na corte sobre o negócio, opinou pela fundação de duas aldeias, uma no rio Macaé, em frente à ilha de Santana, outra junto à baía Formosa, no rio Peruípe, o São João da geografia atual, que eram os lugares onde os inimigos costumavam tomar porto para carregar pau-brasil. Na primeira, que devia ser de cem até duzentos moradores, seria posto por

Durante o mando de Menelau a cidade prosperou. Os engenhos aumentaram-se pelo Recôncavo. A povoação cresceu, e duas ruas chegavam já do morro do Castelo ao de São Bento; a Câmara municipal mostrou atividade e adquiriu certo ascendente, que foi profícuo durante o mando, menos recomendável, do sucessor de Menelau[75], cujos desacertos foram atenuados pela prudência do que se lhe seguiu, Francisco Fajardo, que em 1623 (11 de julho) passou felizmente o mando a Martim de Sá, que de novo bem mereceu de sua pátria, nas sábias providências que tomou contra as ameaças dos holandeses, aumentando o número das fortalezas do porto.[76] Em

---

capitão Manuel de Sousa, índio de muitos serviços, principal da aldeia de São Lourenço do Rio de Janeiro, que foi de seu avô Martim Afonso, o Arariboia, a quem d. Sebastião mandara o hábito, e na outra Amador de Sousa, seu tio, filho do mesmo Martim Afonso e principal da aldeia de São Barnabé. Do parecer de Martim de Sá infere-se que o Arariboia já não existia àquele tempo e corrige-se o seu parentesco com Manuel de Sousa, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 33/34. – (G.).

75 O sucessor de Menelau foi Rui Vaz Pinto, nomeado por carta-patente de 3 de julho de 1616. Tomou posse a 19 de junho de 1617. – Pizarro, *Memórias históricas*, **2**, 211. – Antão de Mesquita de Oliveira, desembargador dos agravos da Relação do Brasil, chegou ao Rio em janeiro de 1619, para tomar a residência de Constantino de Menelau, conforme se lê no alvará de 12 de novembro daquele ano, *Legislação manuscrita*, **4**, sem numeração de folhas, no Instituto Histórico. Sobre os desmandos de Rui Vaz Pinto, conf. *Revista do Instituto Histórico*, **1**, 312/313. – (G.).

76 Veja o *Processo* relativo às despesas que se fizeram no Rio de Janeiro por ordem de Martim de Sá, para a defesa dos inimigos que intentavam cometer a cidade e porto, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **LIX**, págs. 5/186. – As fortalezas da barra de Santa Cruz e São João foram melhor aparelhadas; fortificou-se o morro desta última, o que era de importância estratégica, não só por defender o desembarque ao inimigo nas praias do Pão de Açúcar, onde podia lançar gente em terra sem entrar na barra, como também por ficar a padrasto da fortaleza de Santa Cruz, que se apresentava assim mais segura e defensável. O forte de Santo Inácio, no sopé do morro de São João, teve os reparos necessários; no alto do mesmo morro estava o forte de São

1619 (5 de junho), foi pelo governo dado ao novo ouvidor Amâncio Rebelo Coelho um regimento em doze artigos[77], concedendo-lhe maior jurisdição que a que tinham os corregedores das comarcas no Reino. Esse ouvidor foi especialmente censurado de haver-se eximido de cumprir seus deveres no sentido de vingar as reais prerrogativas contra abusos dos eclesiásticos.

Ao sul do Rio de Janeiro se distribuíram novas e grandes sesmarias. Uma de seis léguas de terra, que foi dada em Santos (em 8 de junho de 1618) aos herdeiros de Tomé de Alvarenga, nas cabeceiras do Guandu, vieram os padres a reunir à sua fazenda de Santa Cruz, pela exígua quantia de um conto de réis.[78]

Na Ilha Grande se apresentara em 1614 o almirante Joris van Spilberg, e lhe foram negados refrescos que pedia (XIV).

A oposição que seguiram fazendo os jesuítas, em particular aos habitantes de São Paulo, encaminhou a muitos destes, cada vez mais ousados e, aproveitando-se do predomínio que o irem a cavalo e o terem armas de fogo lhes dava sobre os bugres, a percorrer, para o sudoeste, a ourela de terras de campos virgens que se estende

---

Martinho, de igual modo melhorado. No outeiro do Colégio, ou morro do Castelo, plantou-se um fortim muito apropriado para a defesa da cidade, propriamente. As despesas feitas, não só com todas essas obras, mas ainda com a descida de índios do sertão, sua distribuição por pontos do litoral que pudessem servir de desembarcadouros aos inimigos, mantimentos e o mais, importaram em 4:462$891; as contas de Martim de Sá foram julgadas boas pelo Conselho da Fazenda, em 30 de dezembro de 1633. – (G.).

77 Lê-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 382/384, e *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 292/296. Há segundo regimento, de 20 de agosto de 1619, ibidem, 301/304. – (G.).

78 Veja a nota 9 da seção XI, tomo I, desta *História*. – (G.).

próximo às cabeceiras dos rios que vão, pela margem esquerda, ao Paraná, da foz do Tietê para baixo, chegando aos campos ao norte dos de Guarapuava chamados missões de Guairá, onde cativavam milhares de índios.[79] Os cativos eram conduzidos presos, alguns até o Rio de Janeiro; e, em virtude das representações do governador Martim de Sá ao rei contra este abuso, foi cometido o negócio ao ouvidor da capitania. Por esse tempo dedicavam-se Gonçalo da Costa de Almeida e João Peres, "mestre e avaliador de pérolas e aljôfar na capitania de São Vicente e outras partes do Brasil", a explorar essa indústria, para que obtiveram privilégio (alvará de 27 de abril de 1618)[80], sem lhes resultar nenhum proveito. Por este mesmo tempo se debatiam e logo se resolviam no sul as questões acerca dos deslindes entre as antes chamadas capitanias de Santo Amaro e de São Vicente. A primeira, originariamente de Pero Lopes, fora adjudicada por sentença confirmada pelo rei (1617) em favor do conde de Monsanto, d. Álvaro Pires de Castro e Sousa, que vinha assim a ser o sexto donatário legítimo. A segunda, primitivamente de Martim Afonso, fora (igualmente por sentença que teve confirmação régia)

---

79 O movimento paulista para o sertão ocidental é assunto que exorbita dos limites de uma simples nota, tal o desenvolvimento que reclamaria a sua história, objeto de muitas e valiosas monografias especiais. Devem-se a Capistrano de Abreu, Orville A. Derby, Eduardo Prado, Teodoro Sampaio, Calógeras, Afonso d'E. Taunay, Gentil de Moura, Paulo Prado, para só citar nomes brasileiros, e dos maiores. – (G.).

80 Veja a nota 43 desta seção. – A carta régia de 23 de maio de 1623 determinou que se fortificasse o sítio da pescaria para assegurá-la dos danos dos corsários e inimigos, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 64. – Gonçalo da Costa de Almeida, fidalgo cavaleiro da casa de S.M., foi provido pelo governador d. Diogo de Meneses, em 11 de março de 1609, no cargo de capitão da capitania de São Vicente, enquanto durasse a ausência do capitão efetivo, *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 175. – (G.).

adjudicada à condessa do Vimieiro, d. Mariana de Sousa da Guerra. Enquanto se decidiam as dúvidas que pendiam de sentença, fora o capitão de São Vicente Martim de Sá que, ausentando-se para o Rio, nomeou por lugar-tenente a Fernão Vieira Tavares, o qual se apresentou na capitania tomando posse de todas as vilas dela. Logo, porém, que o morgado de Martim Afonso foi adjudicado à condessa de Vimieiro, nomeou esta por delegado a João de Moura Fogaça, o qual, ao passar pela Bahia, fez ao governador-geral preito e homenagem pela dita capitania[81] e alcançou, dele governador, ordem para que as Câmaras dessem por suspensa a autoridade de Tavares. Agravou este para a Relação do Estado, expondo como, apesar de haver sido julgado não pertencer ao seu constituinte a capitania de Martim Afonso, eram dele as vilas do distrito, por isso que se achavam todas para o norte da linha divisória das mesmas capitanias, tirada leste-oeste pelo meio da barra de São Vicente. Por esse lado tinha justiça e, em conformidade com o acórdão da

81 O traslado da provisão de João de Moura Fogaça para capitão-mor e ouvidor da capitania de São Vicente pela condessa de Vimieiro ocorre no *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 368/370. A confirmação pelo governador Diogo de Mendonça Furtado, ibidem, 371/372, onde se vê que Fogaça deu menagem nas mãos do mesmo governador, na Bahia, em 17 de setembro de 1622. Há também traslado de uma procuração da condessa, datada de Lisboa, a 9 de março do mesmo ano, e passada a Fogaça, ibidem, 379-381. Fogaça empossou-se de seus cargos, perante os oficiais da Câmara de São Paulo em 31 de dezembro de 1622, ibidem, 415/416. – (G.).

Relação[82], foram adjudicadas a seu sucessor Álvaro Luís do Vale[83] o ouvidor e capitão-mor lugar-tenente do conde de Monsanto, as vilas e terras para o norte da dita linha divisória, de forma que a nobre capitania do honrado Martim Afonso se resignou dali em diante, injustamente, a ter por vila principal a da Conceição de Itanhaém. E dizemos injustamente porque, sendo certo que as vilas de São Vicente e Santos, situadas ao norte da linha tirada leste-oeste na barra, pertenciam de direito a Pero Lopes, com todo o terreno desde certa linha além da serra por diante, no caminho de São Paulo, já tudo começava outra vez a ser do possuidor da costa para o norte da foz do Juquiriqueré; isto é, do herdeiro da capitania de Martim Afonso, a quem se deviam adjudicar então as vilas de São Paulo e de Mogi, as minas de Jaraguá, os engenhos ou fábricas de ferro de Ipanema, etc., se os interessados fossem mais conhecedores da geografia ou tivessem visto um mapa exato, que só por si apresentaria na maior clareza esse negócio que a tantos preocupou.[84]

---

82 Veja esse acórdão na memória de Pedro Taques [*História da capitania de São Vicente*, in *Revista do Instituto Histórico*, **9**, 168]. Que ele é da Relação da Bahia, depreende-se do que diz logo adiante (págs. 172, 294 e 295 do dito tomo). – (A.). – Lê-se também o traslado desse acórdão no *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 431/433. – (G.).

83 Fr. Gaspar. pág. 207. – (A.). – *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, págs. 329/330, São Paulo, 1920. – Veja *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **1**, 424/425. – Domingos de Freitas, procurador de João de Moura Fogaça embargou a posse de Álvaro Luís do Vale, ibidem, 426/428. – (G.).

84 Pedro Taques e fr. Gaspar cansam-se querendo dar razão à casa de Vimieiro, por não atinarem o modo. Devemos aqui advertir que Taques é sempre autoridade mui superior a fr. Gaspar: não arrazoa tanto, mas tem mais crítica e é mais seguro. – (G.).

Cabe aqui dizer que, por todas as capitanias, os receios de alguma invasão estrangeira era como um sentimento público. Temiam-se franceses, temiam-se ingleses, temiam-se holandeses, e até se chegava a temer mouros e turcos.[85] E não era muito que tivesse medo de mouros quem não se achava em melhor condição defensiva do que os habitantes da ilha de Santa Maria dos Açores, a qual uns corsários argelinos acabavam de saquear, nem do que os da de Porto Santo[86], aos quais, por serem em menor número, haviam levado cativos, ministrando um fato histórico, que nos explica como poderiam ter outrora, em tempos imemoriais, sido povoados e depois despovoados esses arquipélagos do Atlântico.[87] Era a própria metrópole quem ajudava a inspirar tantos temores, incluindo os de corsários argelinos, ora recomendando toda a vigilância com os cristãos-novos,

---

85 Esse temor reflete-se principalmente nas cartas do rei para os governadores Gaspar de Sousa e d. Luís de Sousa, que se leem nos *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, **7** *et passim*. – (G.).

86 Em carta de 5 de dezembro de 1617, escrevia o rei d. Luís de Sousa: "Já deveis ter sabido como havendo os corsários de Argel roubado no ano passado a Ilha de Santa Maria, vieram neste ano com dobrado poder sobre a de Porto Santo, vizinha à da Madeira, donde levaram a maior parte da gente que havia; e porque cresceram de maneira em forças, e atrevimento, que se deve recear que intentem empresas maiores, e que, entendendo que nesse Estado haverá descuido, cometeram algum dos portos dele, que seria de tão grande dano como facilmente se deixa considerar: me pareceu advertir-vos em particular por esta carta, para que estejais com o cuidado e vigilância que a matéria requer, e sem fiar de pessoa alguma o aviso, porque importa muito que se não suspeite que há semelhante receio, provenhais tudo o que cumprir, de maneira que demandando os corsários essas partes achem resistência bastante, e não possam conseguir seus desenhos". – *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 50/51. – (G.). – Em 1632, intentaram os turcos ataque à ilha de Corvo, mas foram rechaçados. – (A.).

87 Nesse número compreendemos as Bermudas (Ity), que, se havendo encontrado povoadas em 1498, foram depois achadas despovoadas por Bermúdez. – (A.).

ora mandando internar até onde não houvesse perigo, ou expulsar do Brasil os estrangeiros, não os consentindo nem para feitores de engenhos, ora pedindo de todos listas com a indicação de suas posses e haveres[88]. A perseguição dos estrangeiros datava já do século anterior[89]; e ainda em princípios do ano de 1607 participava Alexandre de Moura que em Pernambuco ia fazendo embarcar os que havia. O certo, porém, é que o maior perigo não estava em terra: estava no mar, ou além dele, como a todos os colonos lhes dizia certo pressentimento bem fundado. Só no decurso do ano de 1616, haviam os holandeses tomado vinte e oito navios da carreira do Brasil. Em 1623, subiu o número a setenta. Debalde ordenava a corte que metessem no fundo suas embarcações; que fossem sentenciados logo neste Estado os que se prendessem[90]; debalde lembrava e repetidas vezes às diferentes capitanias que entre si resolvessem a imposição

---

88 Veja as seções XXIII e XXIV. – (G.).

89 Pyrard (1610), citado por Southey [*History of Brasil*, Londres, 1817, **II**, 670]. – (A.). – "*Pyrard says the prohibition was enacted ten or twelve years ago, writing in 1610*". – (G.).

90 Por carta régia de 26 de outubro de 1613 foi determinado que os réus estrangeiros fossem sentenciados no Brasil e que não fossem, de modo algum, remetidos para o Reino, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 65. – Por alvará de 21 de dezembro do mesmo ano foi concedido ao governador do Brasil o quinto das presas feitas ao inimigo por mar ou terra, neste Estado, reservando-se para a real fazenda os cascos dos navios, artilharia e munições de guerra, J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa*, **5**, 24, Lisboa, 1826. – A Relação da Bahia condenou à morte dois franceses e dois ingleses, que foram tomados na Ilha Grande, por virem ao Brasil contra a lei: a execução da sentença, porém, foi sobrestada por mal-entendido, de que foram os desembargadores advertidos e censurados em carta régia de 30 de julho de 1614, na qual, em consideração a ter chegado o caso ao seu conhecimento, comutou o rei a pena de morte em degredo perpétuo para as galés, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **2**, 90/91. – (G.).

de tributos para manter uma esquadra de guarda-costas[91]: debalde ouvia pareceres de gente conhecedora do Brasil, incluindo o padre Fernão Cardim[92], acerca da construção de navios neste Estado, ou do lugar em que devia ter frotas. Marchava (para nos servimos de uma ideia que naqueles tempos seria mais holandesa que brasileira) demasiado constitucionalmente, quando era, sobretudo, urgentíssimo obrar, de modo tão arbitrário como é permitido a todo governador de praça, apenas o estado de sítio se declara.

Não somos, mercê de Deus, fatalista na História. Cremos, sim, que uma guerra de tempos a tempos pode erguer um país do seu torpor; cremos que a estranha, quando a costa brasílica acabava de ser ocupada na totalidade, com as cidades de São Luís e de Belém, no Maranhão e no Pará, poderia estabelecer, como estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda a família já brasileira; cremos que se estreitam muito nas mesmas fileiras aos laços de que resultam glórias comuns, e que não há vínculos mais firmes que os sancionados pelos sofrimentos; e tanto que ao estrangeiro que peleja ao nosso lado e que derrama o seu sangue pela nossa causa, lhe conferimos pelo batismo do sangue a mais valiosa carta de naturalização... Entretanto, temos para nós que, quando o inimigo nos ameaça, há que prepararmo-nos para o receber à porta da casa, e não dentro dela, depois de no-la haver saqueado, para nos matar com as nossas próprias armas,

---

91 Sobre conceder-se no Brasil um direito como o do consulado para sustentar uma armada guarda-costas, veja as cartas régias a d. Luís de Sousa, de 14 e 28 de agosto, 6 e 13 de novembro de 1618, e 23 de março de 1619, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte: 73, 74, 78, 80 e 105. – Veja nota III da seção XXIV. – (G.).

92 Deu o seu parecer, que originalmente se guarda na Academia da História, em Madri, no 1º de outubro de 1618. – (A.). – Pesquisas recentes apuraram que não está mais na biblioteca da Academia da História de Madri o parecer de Cardim, o que é tanto de estranhar como de lastimar. – (G.).

se não lhe pagamos os tributos que nos impõe. Ora, tais preparativos mal se fizeram; pois deviam consistir principalmente em ter não fortalezas fixas, mas praças de guerra móveis: uma respeitável Marinha colonial. Deixemos ao fatalismo embrutecedor o explicar-nos como o Brasil bradava aos céus, pelos seus costumes pervertidos, pedindo uma invasão, que chegou a ter dele separada da outra metade, por tantos anos, que mal se explica como veio a soldar-se. Apesar da nossa nímia tolerância, que melhor avaliará o leitor para o diante: apesar de reconhecermos os bens que algumas províncias brasileiras devem hoje aos holandeses, cremos que se cometeram faltas graves, e que o governo não obrou nesse ponto como pedia o caso. Dirão que havia chegado, na Terra de Santa Cruz, ao auge a corrupção, o roubo e o escândalo.[93] Cremo-lo: mas também cremos em Deus, e em que, vencido o inimigo, houvera tudo remediado com o poder da lei, um coração robusto, que a soubesse fazer cumprir. A existência de Licurgo pudera ser um mito: fábula não é. A observância da religião e o poder das boas leis podem melhorar os homens e as gerações; e são efetivamente quem os melhora para Deus e a sociedade.

As faltas do governo haviam de tal modo engulosinado os holandeses com tantas presas feitas por eles, de um modo impune, que já não se duvidava de qual era o agressor mais iminente, quando

---

93 "Que os ministros da justiça dobravam a retidão de suas varas ao peso de quatro caixas de açúcar; que já se conjugava em todos os modos e temperos no Brasil o verbo *rapio*, para nos servimos da expressão empregada depois por Vieira, na famosa prédica do *Bom ladrão*; que o hábito de vestir pouco os escravos embotava os sentimentos de pudor e delicadeza, pelo que eram comuns os vícios da libertinagem: que os assassinatos eram frequentes, e que muitas vezes a vingança da ofensa era covardemente confiada a um escravo, que recebia, a troco do seu crime dos mais atrozes ante Deus e os homens, o prêmio da alforria; que... enfim tudo estava coberto do mormaço indicador da tempestade" – (A.).

renasceu com vigor na Holanda o pensamento da organização de uma companhia de comércio ocidental, análoga à que existia para o Oriente. E este pensamento encontrou agora partidários; a companhia se organizou; e os Estados Gerais das *Províncias Unidas* (que assim se denominava a nova nação) a autorizaram por uma carta-patente concebida em quarenta e cinco artigos, aos 3 de junho de 1621, justamente quando estava para findar a trégua de doze anos pactuada com a Espanha em 1609, na qual, aliás, tão mal contempladas haviam sido as colônias de Portugal. Essa trégua fora como o primeiro reconhecimento de independência, dada pela Espanha à nova República que se constituíra, primeiro pela perseguição e intolerância religiosa do duque d'Alba e depois pelo apoio valioso de Guilherme d'Orange e sua dinastia, a quem a nação veio mais tarde a mostrar-se reconhecida, quando proclamou a realeza.

À Companhia era cedido pelos Estados Gerais o direito exclusivo de comerciar durante vinte e quatro anos, em quase toda a África e América, de nomear governadores e mais empregados, de concluir tratados de aliança e de comércio com os indígenas e até de construir fortes, tudo mediante prévio juramento, prestado ao chefe da República.[94] Os Estados Gerais obrigavam-se a pagar à Companhia, para participar de seus benefícios, duzentos mil florins pelo tempo

---

94 O privilégio da Companhia foi ampliado em 24 de março e em 10 de junho de 1622, na parte relativa ao comércio do sal nas Índias Ocidentais e em alguns outros pontos. Esse privilégio e mais atos leem-se em Johannes de Laet, *História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, tradução dos drs. José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **30**, e ed. em separado, vols., Rio, 1916-1925, **1**, 21. – George Edmundsen, *The Dutch Power in Brazil*, in *The English Historical Review*, **11**, 234, London, 1896, assim define a Companhia das Índias Ocidentais. "*A trading company in name, an armed and semiindependent corporation in reality, aiming indeed at profit, but profit by war rather than peace, its object*

de cinco anos.[95] O capital da mesma, começando por pouco mais de sete milhões de florins, avultou bem depressa a dezoito milhões.[96] Compunham-na cinco seções, de diferentes Estados, tendo cada daquelas seus chefes; ficando, porém, a administração geral confiada a dezenove diretores ou deputados das diversas seções, na ordem proporcional aos fundos de cada uma deste modo: oito por Amsterdã, quatro por Zelândia, dois por Groningue; e finalmente o décimo nono nomeado pelos Estados Gerais. Estas proporções sofreram depois mudanças mais ou menos importantes.

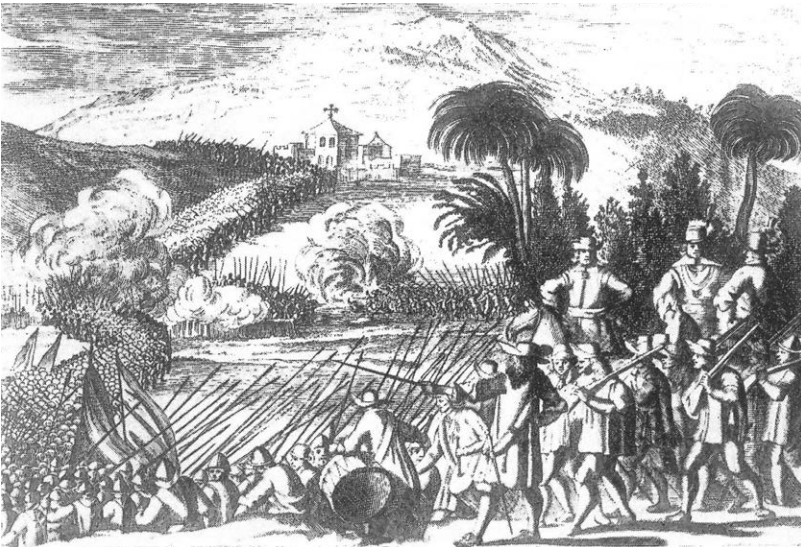
Enquanto a nova companhia holandesa se organizava, não faltou quem lembrasse a formação de outra na Península hispana, para lhe fazer face. Eram autores da ideia vários judeus portugueses, residentes na mesma Holanda e em cujo coração as injustiças e perseguições não haviam apagado o amor da pátria. Em 7 de janeiro [1621], dava Pedr'Álvares Pereira conta desse plano, que lhe era proposto por um Duarte Gomes de Solis, o qual punha para ele a condição única de que se outorgasse aos judeus o direito de

---

being to strike home at the national foe upon his most vulnerable side and thus to bring him the more speedily to hys knees." – (G.).

95 Segundo Hermann Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien*, 37, Haia, 1921, até 31 de agosto de 1623 – até então o governo tivera que adiar o termo das inscrições – reuniu-se um capital de 7 108 1061/2 florins. Nisso participaram, para citar algumas cifras, as Câmaras de Amsterdã, com 2 846 582 florins, da Zelândia, com 1 379 775 florins, e o distrito do Mosa, com 1 039 202: 10 florins. – Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 11, La Haye, 1853, afirma que aquele capital montou logo depois a 18 000 000 de florins. Os Estados participavam dos lucros da Companhia na razão da metade. Em caso de achar-se esta empenhada em guerra importante, poriam os Estados à sua disposição dezesseis navios grandes e quatro iates, devendo a Companhia equipar força naval de igual poder. – (G.).

96 Esse capital foi dividido em ações de 6 000 florins, Netscher, op. et loc. cit. – (G.).

Henrique Dias – Quadro de Baltasar da Câmara.

Assalto dos holandeses a Alagoas do Sul. Segundo um desenho da época.

Alagoas no tempo dos holandeses. Gravura de Frans Post.

comerciarem nas colônias; direito que, aliás, a troco de um donativo de duzentos mil cruzados, lhes havia sido concedido em 1601 (c. de 3 de julho), se bem que pouco lhes durasse o benefício; pois foi logo revogada a concessão em 1610, sem que o dinheiro se lhes restituísse. O certo é que o pensamento de uma companhia-geral para o comércio do Brasil, em oposição a essa da Holanda, e que veio contribuir a hostilizá-la, só chegou a levar-se a efeito muito depois, e sempre com alguns capitais de judeus.[97]

Organizada a companhia holandesa, aprovados os regulamentos, e empreendidos já inclusivamente alguns primeiros ensaios, o conselho dos dezenove decidiu tentar um ataque sobre o Brasil e, para dar o golpe mais decisivo e mais seguro, resolveu acometer a cidade-capital – a Bahia, que era também conhecida dos holandeses.[98]

---

97 Em 1649, por alvará de 6 de fevereiro, que isentava da confiscação os cristãos-novos sentenciados pelo Santo Ofício, para organizarem uma Companhia de Comércio, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **7**, 27/29. Esse alvará sofreu forte oposição dos inquisidores interessados e prejudicados no caso, inquinado de sub-reptício, não registrado por quem cumpria, e só com o visto de conde de Oldemira, vedor, a quem isso não tocava. Não obstante, embora com algumas delongas, foi organizada a Companhia, graças às sugestões e influência do padre Antônio Vieira. Conf. J. Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, **1**, 161, Lisboa, 1918. – (G.).

98 Nota da 1ª edição desta *História*, omitida na 2ª:

"A simples detenção na Bahia de alguns capturados, que depois conseguiram escapar-se, devia ser mui útil aos holandeses, animando-os em seus planos e servindo-lhes de guias. Entre esses houve um Manuel Vandale, que chegou a pedir naturalizar-se e ir por sua mulher, o que lhe foi negado. E vindo ordem para o embarcarem para o reino foi livrado no mar pelos patrícios, que o levaram à Holanda." – Conf., do Autor, *História das lutas com os holandeses no Brasil*, 9/10, Lisboa, 1872. – A carta de d. Diogo de Meneses ao rei, da Bahia, 22 de abril de 1609, cópia no Instituto Histórico, informa sobre o assunto:

Na Holanda foi o projeto aprovado pelos Estados e pelo Stadthouder; e equipou-se uma grande armada de que foi nomeado almirante Jacob Willekens, vice-almirante o bravo e venturoso Pieter Pieterszoon Heyn, e comandante das tropas e governador das futuras conquistas Johan Van Dorth. Constava a expedição de vinte e três navios e três iates, armados com quinhentas e nove bocas de fogo, tripulados de mil e seiscentos marinheiros e guarnecidos de mil e setecentos homens de desembarque.[99]

"Ontem, 20 deste mês, chegou de Pernambuco aviso de Alexandre de Moura como no cabo Branco entre a Paraíba e Itamaracá estava uma nau ao mar surta oito léguas e trazia consigo dois patachos e uma lancha, a qual não é a mesma que naquele lugar achei no ano passado, quando cheguei a Pernambuco e avisei V. Majde. e lhe tomei que *(sic)* flamengos que mandei ao conselho, das quais andam na nau já quatro e um deles se chama Corneles; também me avisava como tinham tomado duas caravelas, os mestres das quais se chama um Pero da Silva, na qual mandava preso Manuel Vandale, flamengo, conforme a ordem que V. Majde. me tinha mandado por carta sua de 12 de janeiro de 608, e ia mais nela outro flamengo que tomaram em uma nau no Rio de Janeiro, de que também avisava a V. Majde., o qual desapareceu e me não foi entregue e aqui escondido se embarcou na mesma caravela..." Esse flamengo fora tomado no Rio de Janeiro por Martim de Sá e enviado por Constantino de Menelau à Bahia, onde esteve preso muito tempo; chamava-se Francisco Duchs e foi um dos capitães das forças holandesas que invadiram a Bahia, o mais conhecido ali e por isso nominalmente desafiado por Francisco Padilha. Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 550, 3ª ed., 1931. Seu nome figurou entre os dos chefes inimigos que assinaram o assento das capitulações para a entrega da cidade, no quartel do Carmo, a 30 de abril de 1625, ibidem, 584. Francisco Duquesneck, escreveu Tamaio de Vargas, *Restauración de la Ciudad del Salvador*, 133 v., Madri, 1628. – Manuel Vandale apareceu mais tarde em São Paulo, casado com Madalena Holsquor, riquíssimo por avultadas transações com a Bahia e o Rio; em 1626 possuía em Santos, na Rua de Nossa Senhora da Graça, casas de pedra e cal, avaliadas em 50$000. – Afonso d'E. Taunay, *História seiscentista da vila de São Paulo*, **IV**, pág. 330, São Paulo, 1929. – (G.).

99 Os nomes dos navios, a quem pertenciam, sua capacidade, número de canhões e de soldados e marinheiros dá Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 13,

Zarpou a esquadra do porto de Texel e, depois de alguns contratempos, se foram os navios reunindo nas alturas da Bahia, até que se acharam em circunstâncias de dar o ataque.

A guerra era mui legítima. Concluída a trégua no dia 9 de abril desse ano (1621), havia o próprio rei ordenado, por carta régia do dia 15 do dito mês, que os holandeses fossem tratados como *inimigos*.[100]

NOTAS DA SEÇÃO XXVI

I
(Pág. 935)

A expedição francesa destinada à conquista e colonização do Maranhão saiu do porto de Cancale, na Bretanha, dia de São José, 19 de março de 1612, às seis horas e meia da manhã. Compunha-se de três navios: *Régente*, comandado pelos senhores de Razilly e de la Ravardière; *Charlote*, comandado pelo barão de Sancy, e *Sainte-Anne*, comandado pelo cavaleiro de Razilly.

---

173. – (G.).

100 Por carta régia de 23 de setembro de 1610 foi participada ao governador da Bahia a trégua feita, por dez anos, com os holandeses, ordenando-se-lhe, contudo, que procedesse contra os que ali fossem comerciar. – J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa,* **1**, 25, Lisboa, 1805. – Em outra carta régia, de 15 de abril de 1621, citada no texto, determinou-se que os holandeses fossem tratados como inimigos, por ter findado a trégua a 9 daquele mês. – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 44. – Ericeira, *História de Portugal restaurado*, **1**, 43, Lisboa, 1751, atribui ao desejo de Filipe III, de abater Portugal, essa trégua, que chama indecorosa, "que o mundo soube e todas as nações murmuraram, e que se entendia com todos os Reinos e Senhorios de Castela desta parte da Linha, ficando com a guerra aberta da Linha para além, que são todas as Conquistas do Reino de Portugal". – (G.).

La Ravardière, o almirante François de Razilly, senhor des Aumels, e Nicolas de Harlay de Sancy, barão de la Molle e de Gros-Bois, haviam sido nomeados tenentes-generais do rei nas Índias Ocidentais e terras do Brasil, pela rainha regente Maria de Médicis. Na empresa estavam associados François de Razilly, uma das mais puras glórias marítimas da França, e Nicolas de Harlay de Sancy, celebridade financeira da época. Grande número de gentil-homens tinha se alistado para tomar parte na expedição; centenas de voluntários, movidos pelas promessas aleatórias de La Ravardière, a ela se haviam incorporado. A protestação da companhia, feita e passada em Cancale, a 1 de março, para guardar e observar tudo o que fosse necessário para o bem e estabelecimento da colônia americana, foi assinada por de Pezieux (Alphonse), Du Plessis (de Richelieu, irmão do Cardeal), Philibert de Brichanteau, Le Maistre, Hardivilliers, Isaac e Claude de Razilly, Antoine Charon, Pierre Auber, De la Barre, Deschamps, Cornier, Mothaye, François Demondion e Bernard.

Garantidos os elementos materiais da conquista, com a assistência financeira e militar, tratou-se de assegurar-lhe o elemento espiritual, com a propagação da fé cristã entre os indígenas da nova colônia. A rainha regente, em carta datada de Fontainebleau, 20 de abril de 1611, dirigiu-se ao padre Léonard, provincial da ordem dos capuchinhos de Paris, pedindo-lhe que enviasse à ilha do Maranhão, como missionários, quatro religiosos, que deveriam acompanhar a projetada expedição. Lida aquela carta no capítulo provincial que se reuniu três dias depois, quase todos os padres se ofereceram para seguir. Ao provincial, obtido o necessário consentimento do ministro geral da Ordem em Roma, coube então eleger entre eles apenas os quatro que tinham sido solicitados. Essa escolha recaiu sobre os padres Yves d'Évreux, Claude d'Abbeville, Arsène de Paris e Ambroise d'Amiens, confiada a direção da missão ao primeiro. A carta de obediência remetida aos missionários teve a data de 27 de outubro, e logo no dia seguinte partiram eles para Cancale, de onde cerca de cinco meses depois deviam seguir viagem na pequena frota de François de Razilly e La Ravardière.

A viagem, de começo, não correu sem tempestades e ventos contrários, que dispersaram os navios e os obrigaram a buscar abrigo em portos ingleses, de onde largaram a 23 de abril. A 7 de maio estavam nas Canárias; no outro dia descobriram a costa da África, que foram correndo, e dobraram o cabo Bojador. A 11 acharam-se na boca do rio do Ouro, onde surgiram. Fizeram-se logo à vela e na manhã seguinte montaram o cabo de Barbas. Detiveram-se por ali a pescar; passaram as ilhas de Cabo Verde e cortaram a Linha a 13 de junho, sem calmarias. A 23 avistaram a ilha de Fernando de Noronha, onde lançaram ferro no dia seguinte. Conta Abbeville, *Histoire de la Mission*, 54v-55, que na ilha havia um português com dezessete ou dezoito índios, homens, mulheres e crianças, todos escravos e exilados pelos de Pernambuco; uma parte foi batizada e houve também dois casamentos. Esses índios, assim como o português – informa ainda o capuchinho –, foram muito bem tratados pelos senhores de Razilly e de la Ravardière, aos quais rogaram instantemente que

os tirassem dali e os admitissem em sua companhia, o que de bom grado fizeram os mesmos senhores.

Outra, porém, é a versão, a esse respeito, de Alexandre de Moura, *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste do Brasil*, 47, que acusa La Ravardière de ter aprisionado os moradores de Fernando de Noronha, roubando-lhes as pobres fazendas e tendo-os no Maranhão sujeitos como cativos. O testemunho de Manuel Martins Santiago, como se verá em nota seguinte, confirma que os franceses conservavam seus inimigos em cativeiro no Maranhão. – Conf. tomo I desta ed., pág. 268, e nota IX da seção XII, pág. 309.

Na ilha de Fernando de Noronha ficaram até 8 de julho. A 11 avistaram a costa do Brasil; correndo-a de perto, surgiram no dia seguinte na baía das Tartarugas. Aí demoraram doze dias, ocupados em caçar e pescar; a 24 continuaram a navegação; viram os Lençóis a 25, e a 26, embocando a barra do Pereá, deram fundo defronte da ilha, que chamaram de Santana.

Dos quatro primeiros missionários, Claude d'Abbeville, que apenas passou quatro meses entre os maranhões, foi o autor dessa encantadora *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, Paris, 1614, reeditada nesse mesmo ano e reimpressa fac-similarmente em 1922, no mesmo lugar, na série "Eduardo Prado", que a munificência de Paulo Prado, sobrinho e amigo, destinou aos que aspiram melhor conhecer o Brasil. Traz essa edição, limitada a cem exemplares, além do necrológio de Eduardo Prado, magistral prefácio de Capistrano de Abreu e glossário de quem traça estas linhas. Do livro existe tradução portuguesa, pelo Dr. César Augusto Marques, Maranhão, 1874, que deixa muito a desejar. – Outra tradução portuguesa por Sérgio Milliet, na Biblioteca Histórica Brasileira da Livraria Martins Editora, São Paulo, s/d (1945).

Yves d'Évreux ficou no Brasil até meados de 1614 e escreveu a *Suitte de l'Histoire des choses plus mémorables advenues en Maragnan ès années 1613 et 1614,* Paris, 1615. Apenas impressa, foi a edição destruída "*par fraude et impieté, moyennant certaine somme de derniers entre les mains de François Huby*", diz François de Razilly, primitivo possuidor do exemplar mutilado que Ferdinand Denis encontrou na Biblioteca Nacional de Paris, e serviu para a sua edição da *Voyage dans le Nord du Brésil*, Leipzig, 1864. A destruição não foi, entretanto, tão radical como se supôs, porque de mais de três exemplares se teve posteriormente notícia: um, vendido no leilão do Dr. Court, em 1884, juntamente com outro de Claude d'Abbeville, por 1.600 francos, incluído depois na coleção Kalbpleisch, de Nova York, segundo comunicação particular do barão do Rio Branco a Capistrano de Abreu; outro, que pertenceu à biblioteca do convento da praça Barberini, sumido depois da entrada dos italianos em Roma, e outro, finalmente, da Biblioteca de Chartres. Do livro de Yves d'Évreux, conforme à impressão de Ferdinand Denis, há também tradução portuguesa pelo Dr. César Augusto Marques, Maranhão, 1874.

Sobre Yves d'Évreux veja, além do estudo de Ferdinand Denis na edição citada, as monografias do Dr. Semelaigne, *Yves d'Évreux ou essai de colonisation au Brésil chez les Tapinambos, de 1612 a 1614*, Paris, 1887; do padre Edmond d'Alençon, *Le convent des Capucins d'Évreux,* Évreux, 1896; Gabriel Marcel, *Le Père Yves d'Evreux,* in *Journal de la Sociéte des Américanistes de Paris*, nouvelle série, t. **IV**, n. **II**, págs. 175-184, Paris, 1907,

O padre Arsène de Paris alcançou mais tarde celebridade, como evangelizador dos hurons, no Canadá; de sua missão no Brasil se conhece apenas uma carta, publicada em Paris, 1613, de insigne raridade, da qual a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui o exemplar que pertenceu a J. Carlos Rodrigues. O padre Ambroise d'Amiens, velho e doente, não pôde resistir às asperezas do clima brasileiro: faleceu na ilha de São Luís, a 9 de outubro de 1612.

Yves d'Évreux já se tinha retirado do Maranhão quando chegou nova leva de dez missionários, dirigida pelo padre Archange de Pembroke. Fiquem aqui seus nomes, que dá Edmond d'Alençon: Timothée de Paris, Célestin de Bouteville, Gratian d'Abbeville, François de Bourdemare, Tranquille de Montvilliers, Lambert d'Épernay, Paulin d'Amiens, François de la Haye, Raphael de Rouen e Jerôme d'Auxerre. François de Bourdemare publicou uma *Relatio de populis Brasiliensibus*, Madri, 1617, de que não se conhece um só exemplar.

Documento recomendável para a história da colônia francesa do Maranhão é a *Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les François et Portugais en l'Isle de Maragnan au pays das Toupinambous*, Paris, 1615, que saiu anônima, mas que Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 118 e 119, fundado na *Jornada do Maranhão*, de Diogo de Campos Moreno, atribuiu ao cirurgião francês de Lastre. Foi reimpressa em Lyon, 1876, e nos *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*, 161-167. A primeira edição é extraordinariamente rara: por 125 libras oferecem Henry Stevens, Son & Stiles, de Londres, um belo exemplar, em seu catálogo de 1928. – Sobre os franciscanos no Maranhão é para ler o estudo do saudoso Augusto Olímpio Viveiros de Castro, na *Revista do Instituto Histórico*, **96**, 255-285. – (G.).

II

(Pág. 939)

O autor confunde em uma só as duas arribadas de Martim Soares Moreno, em 1613 e em 1616, à ilha de São Domingos. Foi na segunda, e não na primeira, como do texto se infere, que os franceses o tomaram, em viagem daquela ilha para a Espanha, e o levaram prisioneiro para a França, carregado de ferros, com vinte e três feridas.

Sobre os sucessos relacionados com essas arribadas muita luz derramam não somente os *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste do Brasil*, publicados pelo Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, **26**, 1905 (de que há separata de 200 exemplares, a cuja paginação obedecem as citações aqui feitas), provenientes em máxima parte das pesquisas mandadas proceder pelo barão do Rio Branco nos arquivos europeus para esclarecimento da questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, como também os *Documentos para a história de Martim Soares Moreno*, Fortaleza, 1905, impressos pelo barão de Studart, que com outras monografias há prodigamente contribuído para o conhecimento desse largo trecho da história brasileira relativa ao litoral leste-oeste, cuja ocupação custou a portugueses e brasileiros muitos anos de esforços desesperados.

A primeira arribada de Martim Soares a São Domingos deu motivo a um processo ali instaurado a requerimento seu ao governador e capitão-general da ilha d. Diego Gomez de Sandoval, com depoimentos de testemunhas, cópias de documentos justificativos, assentos, autos, etc.: *Documentos da costa leste-oeste*, 1-42; *Documentos de Martim Soares*, 3-46. Por essas peças verifica-se que Martim Soares, em obediência às ordens do governador-geral Gaspar de Sousa, foi mandado pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a examinar o rio e as terras do Maranhão e conhecer das forças dos franceses naquela parte. Jerônimo de Albuquerque, saindo a 1 de junho de Pernambuco com a sua armada, parou no rio Camucim, onde se lhe reuniu Martim Soares, vindo do Ceará na barca *Santa Catarina*, que para recebê-lo ali fora enviada de Pernambuco. Nesse navio, depois de 16 de julho, partiu em cumprimento de sua missão exploradora. Era mestre da *Santa Catarina* Sebastião Martins e piloto Afonso Gonçalves; a guarnição compunha-se de vinte e cinco homens de guerra e sete índios. Daqueles alguns nomes aparecem através dos depoimentos dados em São Domingos: Pedro Lobato Málio, sargento, português; Belchior ou Merchior Vaz, cabo de esquadra, pernambucano; Francisco de Albuquerque, soldado, pernambucano; Antônio Moreira, soldado, natural do Porto.

Largando do rio Camucim a *Santa Catarina* em quatro dias chegou à boca do rio Maranhão; de sonda na mão capitão e piloto foram navegando por doze léguas acima até chegarem à ilha de Santana, em um lugar onde havia muitas casas de palha e um armazém com muitas amarras, breu e enxárcia, e grande quantidade de pau de tinta amarela; e como achassem esse sítio abandonado, a tudo puseram fogo. No mesmo sítio fez o capitão colocar uma cruz com um letreiro, que dizia: "Aqui chegou o capitão Martim Soares Moreno em nome do rei de Espanha". Depois disso foram fundear mais acima oito léguas. Daí mandou o capitão que saísse à terra o índio Baltasar, a descobrir e tomar língua; entrementes veio à barca um índio da terra, a dar aviso de que o inimigo havia descoberto os portugueses e vinha sobre eles com uma nau e um patacho, e oferecendo-se para livrá-los do transe riscoso em que estavam, o que foi aceito. Voltando Baltasar de sua missão, meteram a barca à força de remos por uns baixios que iam dar a um braço do rio. Por oito dias

estiveram metidos por esse braço de rio, de navegação difícil e penosa, para afinal desembocar no mar dia de São Lourenço (10 de agosto). Com vento contrário e grandes correntes, sobrevindo a noite, não puderam subir a barlavento e lhes foi forçoso que descaíssem, sem poder voltar à costa do Brasil. Com escala pela Trinidad e Cumana foram então à ilha de São Domingos, onde deviam ter chegado em fins de agosto. Ali fez o capitão pedimento de auxílio para passar à Espanha, causa do inquérito já referido, que morosamente se arrastou até o fim do ano de 1613. Em dezembro, foi despachado e seguiu para a Europa, pagando-se ao mestre do navio que o transportou e à sua gente a soma de duzentos e trinta ducados.

Entre as testemunhas juradas que depuseram no inquérito figura um Manuel Martins Santiago, português, que disse haveria seis anos pouco mais ou menos que, vindo em um navio seu carregado de vinhos das ilhas das Canárias para Pernambuco, foi tomado pelos franceses na altura do cabo de Santo Agostinho e levado para o Maranhão, onde esteve cativo dois anos, trabalhando com outros quatro portugueses, também cativos, em plantações de tabacos; furtando um batel, conseguiram esses portugueses libertar-se do cativeiro, chegando à ilha Margarida.

O índio que deu aviso aos portugueses chamava-se Sebastião, nome que lhe puseram os franceses quando o tinham consigo no Maranhão, de onde era natural. Talvez fosse o mesmo Sebastião a que se referiu Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission*, 107 v., 118 v., 119 e 143. Casaram-no os capuchinhos franceses com uma filha de Japiaçu, principal da ilha do Maranhão. Esse índio, como outro chamado Mutura, que fora levado do Maranhão e ainda não era batizado, depuseram por meio de intérprete, ofício em que serviram Melchior Vaz e Francisco de Albuquerque, que sabia a língua do país.

Só em abril de 1614 estava Martim Soares em Sevilha, de onde, com data de 27, há uma carta sua ao governador-geral Gaspar de Sousa, dando conta do que lhe sucedera na viagem ao Maranhão e arribada às Índias, e dizendo que era chegado de três dias àquela cidade. Devia partir para o Brasil logo que o despachassem, *Documentos de Martim Soares*, 53-55.

De sua segunda arribada a São Domingos há vários documentos, notadamente a carta-patente de 26 de maio de 1619, fazendo-lhe mercê da capitania do Ceará por tempo de dez anos, em atenção aos seus serviços. Studart, *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*, **1**, 232 e 233, Fortaleza, 1904, *Documentos de Martim Soares*, 81 e 82; a *Relação do Ceará*, do próprio capitão diversos requerimentos seus, informações e pareceres, todos impressos pelo meritório barão de Studart na segunda das coletâneas aqui citadas.

Martim Soares havia sido mandado por Alexandre de Moura para servir o capitão de Cumá, com regimento dado a 2 de janeiro de 1616. Ali pouco demorou; por isso que, renovando-se-lhe uma perigosa fístula, teve de pedir a Jerônimo de Albuquerque que lhe enviasse homem de satisfação para ficar em seu lugar, o que aquele logo atendeu, mandando Matias de Albuquerque. Em um barco velho e

mal aparelhado, saiu Martim Soares barra afora de Cumá, quando lhe deu tão forte temporal que o deixou sem vela nem aparelho algum, perdido e quase afogado; foi assim miseravelmente arribar a São Domingos, onde, já conhecido do presidente da ilha, o encarregou esse de cabo dos navios que saíam então para a Espanha. Com alguns dias de navegação foi a frota dispersada por um temporal, e um corsário francês, armado de vinte peças, atacou o navio em que ia Martim Soares, pelejando com ele muito tempo, até que lhe matou toda a gente, menos três homens, que não escaparam ilesos, e ele com vinte e três feridas, uma cutilada no rosto e uma na mão de menos. Nesse estado, com muito mau tratamento, foi levado para Dieppe, onde entrou a 6 de dezembro. O corsário era do Havre, chamava-se Fleury – informa Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 445, 3ª ed., 1931, *apud* Guénin, *Ango et ses pilotos,* **7**, Paris, 1901.

No rol de suas façanhas, Martim Soares contava, e fazia alarde, a de ter degolado mais de duzentos piratas franceses e flamengos, tomando-lhes três embarcações. Eram duzentos franceses de La Ravardière, que foram surpreendidos por um bando de selvagens, que guiava um português disfarçado em índio, barba ruiva e carcaz às costas. A embarcação do tenente-general de La Ravardière, de popa dourada, foi tomada como troféu. – La Roncière, *Histoire de la Marine Fran*çaise, citada, **IV**, pág. 349. Reconhecido na França, pode-se imaginar como foi tratado "*le nommé Suarez, qui se disoit sergeant maure* [sargento-mor] *à Marignan, le quel y avoit assisté les Espagnols dans le combat qu'ls y eurent contre les François*" – escreveu um cronista citado por Guénin ubi supra. A pedido das viúvas e órfãos de suas vítimas, foi sentenciado à morte pelo juiz do almirantado de Dieppe, e só depois de dez meses de áspera prisão, em que "gastou muito com sentenças e apelações, de que ficou muito empenhado e endividado", pôde alcançar a liberdade, graças à intervenção do duque de Monteleon, embaixador da Espanha na corte francesa.

Veio então para Portugal e obteve a mercê da capitania do Ceará por dez anos, pela carta-patente de 26 de maio de 1619, já citada. Por apostila de 6 de dezembro do mesmo ano foi dispensado de ir à Bahia tomar posse do cargo e prestar juramento perante o governador-geral, visto a muito grande distância entre sua capitania e a cidade do Salvador, onde assistia o governador, *Documentos de Martim Soares*, 84. Martim Soares chegou ao Ceará a 23 de setembro de 1621, ibidem, 92. Ali, ainda se encontrava quando os holandeses entraram em Pernambuco, e foi um dos heróis da resistência pernambucana, como adiante se verá.

Martim Soares Moreno era, já ficou dito, sobrinho de Diogo de Campos Moreno; devia ter nascido em 1586, porque, depondo em 8 de janeiro de 1616, no auto que mandou fazer o capitão-mor Alexandre de Moura para bem do seu cargo, se deu a idade de trinta anos pouco mais ou menos, *Documentos da costa leste-oeste*, 61; *Documentos de Martim Soares*, 60. – (G).

III
(Pág. 940)

Manuel de Sousa *d'Eça*, *d'Essa*, ou *de Sá* – que sob as três formas ocorre o nome desse capitão em documentos impressos e manuscritos. A última, entretanto, é a preferida por Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 459, 3ª ed., 1931. Manuel de Sousa, opina o mestre, é a figura mais simpática dos primeiros tempos da nova conquista. Era natural dos Ilhéus, *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 68. Descendia de d. Violante d'Eça, uma das três órfãs fidalgas que no tempo de d. João III foram mandadas para a Bahia, onde casou com o fidalgo galego João de Araújo de Sousa. De uma filha desse casal, d. Inês, casada com Luís Alves Espinha, nasceu Manuel de Sousa d'Eça, Jaboatão, *Catálogo genealógico*, in *Revista do Instituto Histórico*, 52, parte 1ª, 321. Foi provedor dos defuntos e ausentes na capitania de Pernambuco, Berredo, *Anais do Maranhão*, § 189. Devia ter à sua conta bons serviços, porque em carta régia de 8 de agosto de 1612 era consultado o Conselho de Fazenda a quem pertencia o ofício de provedor da fazenda da Paraíba para lhe ser dado em satisfação dos mesmos, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **1**, 380. Deixou a provedoria dos defuntos de Pernambuco para ir socorrer o presídio do Rosário, no Buraco da Tartaruga, Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 113. Esse socorro de gente e mantimentos partiu de Pernambuco em 27 de maio e chegou ao presídio em 9 de junho de 1614, *Documentos da costa leste-oeste*, 123. Dez dias depois entrava no porto a nau francesa *Régente*, comandada pelo capitão De Pratz, que fazia desembarcar duzentos homens. Ao encontro saiu-lhes Manuel de Sousa, com vinte arcabuzeiros e, matando-lhes alguns, os fez embarcar, ficando também dos portugueses um morto e seis feridos, ibidem, 124. "E deu por causa o Monsiur a quem lhe perguntou por que se retirara, que vira muita gente na trincheira donde os nossos saíram, e temera que vindo de socorro lhes não poderiam escapar, não tendo por possível que tão poucos homens houvessem cometido a tantos senão com as costas quentes (como diziam) e confiados nos muitos que trás eles sairiam": fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 468, 3ª ed., 1931.

A *Régente* havia saído do Havre de Graça pelo tempo da Páscoa de 1614; trazia a seu bordo a segunda leva de capuchinhos para o Maranhão, sob a direção de fr. Archange de Pembroke. Antes de tocar no presídio do Rosário, parou em 15 e 16 de junho no porto de Mucuripe para fazer aguada, *Documentos* citados, 109 e 110. O vigário do Ceará, padre Baltasar João e fr. Archange trocaram então as cartas em latim referidas na *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 169, e publicadas por Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 114-116, nas quais a belicosidade do vigário está em contraste flagrante com a mansuetude do capuchinho, que se assina "Commissarius Provincialis Indiae occidentalis".

A vitória alcançada contra os franceses no Buraco das Tartarugas foi, diz fr. Vicente do Salvador, op. cit., 469, como um presságio da que havia de conseguir-se no Maranhão, para onde seguiu Manuel de Sousa com os seus soldados a 12 de outubro, na armada de Jerônimo de Albuquerque, como capitão dos aventureiros, ou voluntários, e provedor e contador da fazenda real. Assistiu à batalha de Guaxinduba e recusou-se a assinar o auto de pazes, como haviam feito os outros capitães, um filho e outro sobrinho do capitão-mor. Sobre isso houve muitos dares e tomares com o mesmo capitão-mor, e só cedeu para evitar vexação, *Documentos* citados, 128. Depois das tréguas foi mandado a Pernambuco com a nova ao governador Gaspar de Sousa; mas o caravelão, em que embarcou, arribou às Índias com os mastros quebrados. Aí recolheu informações sobre holandeses e ingleses que traficavam no rio Amazonas e que, em Lisboa, para onde passou, se deu pressa em comunicar ao vice-rei, *Documentos* citados, 119 e 120, origem de providências importantes que a corte começou a tomar para a colonização e segurança daquelas partes. Em Lisboa, escreveu ainda a relação que se lê nos mesmos *Documentos*, 123-129, "um jorro de luz sobre a *jornada milagrosa*", Capistrano de Abreu, *Prolegômenos*, 460. De regresso a Pernambuco, com armas, munições e soldados, tomou parte na expedição de Alexandre de Moura ao Maranhão; partiu depois para o Reino, onde se aprestava socorro ao Pará e, como se vê do texto, veio a substituir a Antônio Barroso, que devia conduzi-lo. Chegou a Belém em 28 de julho de 1617, com o capitão André Pereira Temudo, o piloto-mor Antônio Vicente Cochado e quatro franciscanos. Vinha provido no cargo de provedor da fazenda real, Berredo, *Anais do Maranhão*, § 443. Em 1618, provavelmente, andou com Belchior Rangel nas caravelas de aviso, por mandado do marquês vice-rei, *Documentos* citados, 187. Nas *Lembranças que fez Gaspar de Sousa do que convinha à conquista do Maranhão*, Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 124-130, foi indicado para substituir Francisco Caldeira de Castelo Branco na do Pará, ele, ou Martim Soares, "que tem as mesmas partes e merecimentos", isto é, serviram ambos na conquista e sabiam a língua da terra. Sendo escolhido, fez o memorial sobre as cousas do Grão-Pará, *Documentos da costa leste-oeste*, 185-188.

Em companhia do governador Francisco Coelho de Carvalho, estando em Portugal, veio para o Brasil; de Pernambuco foi com Francisco Nunes Marinho para a Bahia, tomada pelos holandeses, e ali guerreou até a retirada do inimigo. No Pará, incompatibilizou-se com o governador do Maranhão, de quem dependia: preso, morreu na prisão, *Documentos* citados, 309. – Não pode persistir mais a dúvida em que, nesta nota e na anterior edição, estava o anotador, quanto à grafia do apelido de Manuel de Sousa *de Eça* ou *d'Eça* – isto ante a documentada demonstração feita pelo ilustrado diretor do Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa, Sr. Dr. Manuel Múrias, com fac-símiles de assinaturas do famoso capitão em papéis guardados naquele Arquivo. – (G.).

IV
(Pág. 947)

Nesta página, verdadeiro quebra-cabeça, como justamente chamou Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 432, 3ª ed., 1931, os fatos se acham de tal sorte baralhados que, para pô-los em ordem, o melhor meio será utilizar em parte o esboço cronológico que o mestre organizou, págs. 435 e 436, em que *L-O* significa *Documentos para a história da conquista e colonizado da costa leste-oeste do Brasil*, Rio, 1905; Studart, *Documentos para a História do Brasil, especialmente do Ceará*, **3** vols., Fortaleza, 1904, 1909, 1910; *Jornada* refere-se à paginação do vol. II das *Memórias do Maranhão*; Berredo, *Anais históricos do Estado do Maranhão*, por parágrafos:

"1615 – 10 de junho. Parte do Recife a armada de que era capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, mandado pelo governador Gaspar de Sousa, da Bahia, para onde seguira depois de 31 de janeiro, data de sua importante carta, Caldeira acabava de servir de capitão no Rio Grande e Gaspar de Sousa lembrara seu nome para capitão do forte da Laje, Studart, **1**, 114. Que mandou os socorros estando na Bahia afirma-o o próprio governador, ibidem, 126; que ainda estava lá a 12 de julho de 1616, prova-se pelas *Atas da Câmara de São Paulo*, **2**, 379. –14 de junho. Caldeira chega ao Ceará, aonde acha a notícia da passagem do patacho de Sanhudo [Miguel Siqueira] mandado diretamente do reino ao Maranhão. – 24 de junho. Chegou ao Pará: fr. Vicente, *História do Brasil*, 479. –1 de julho. Chegada ao forte de Santa Maria. – 3 de julho. Requerimento de alguns oficiais e soldados para que Francisco Caldeira fosse adjunto e colega de Jerônimo de Albuquerque: *L-O*., 54-59; esta data não parece muito certa, embora esteja claramente escrita: 13 melhor quadraria com os acontecimentos. – 31 de julho. Em consequência de intrujices de Caldeira com La Ravardière, este abandona o forte de Tapari, feito depois da aparição de Martim Soares, e Albuquerque com a sua gente muda-se para a ilha e começa a construir o forte de São José: Berredo, §§ 379 e 380. – 5 de outubro. Parte do Recife a armada com mais de 600 soldados e nove velas, comandada por Alexandre de Moura, que Gaspar de Sousa, sabendo da chegada de Manuel de Sousa com uma caravela, veio da Bahia organizar; *L-O*., 43, 91, 169; Studart, **1**, 275 – 10 de outubro. Chega ao Ceará; *L-O*., 92. – 17 de outubro. Entrada de Alexandre de Moura na barra do Pará, em seguida comunicação com a gente de Albuquerque, incêndio do forte de São José; *L-O*., 43 e 44, 94; Berredo, § 386. – 23 de outubro. Depois desse dia a esquadra passa do Pará para a ilha de Santana, onde ficou fundeada até o resto do mês; *L-O*., 69. Dificuldade de encontrar pilotos que levassem a armada para diante, ao forte de São Luís, até que Antônio Vicente Cochado, piloto de um navio seu por nome *Nossa Senhora da Candelária*, descobriu e entrou a barra e ancorou defronte do forte inimigo e pela guia e sonda fez entrar a mais armada: Manuel Barata, *A jornada de Francisco Caldeira*, 58. – 1 de novembro. Partida de Santana; *L-O*., 44.

– 2 de novembro. Encontro em terra de Alexandre de Moura e La Ravardière; *L-O.*, 45. – 3 de novembro. Intimação a La Ravardière para entrega da fortaleza de São Luís; *L-O.*, 74 e 75. – 4 de novembro. Auto de posse da fortaleza de São Luís, logo chamada de São Filipe; *L-O.*, 75-77. – 15 de dezembro. Junta em que ficou resolvido mandar Francisco Caldeira ao Pará; *L-O.*, 86. – 22 de dezembro. Regimento dado a Francisco Caldeira: *L-O.*, 87-90. –25 de dezembro. Partida de Francisco Caldeira para a jornada do Pará com 150 homens em três companhias e três embarcações. Ia como piloto Antônio Vicente Cochado: *L-O.*, 99; Manuel Barata, *A Jornada*, 58."

– Por esse tempo davam-se na Bahia os sucessos em que foi parte Baltasar de Aragão, capitão-mor da guerra, narrados por fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 482-484. Esperava-se ali a vinda de franceses e avisado Aragão de que andavam na barra para a parte do morro de São Paulo seis naus inimigas, saiu a dar-lhes batalha. Combateu-as com vantagens, mas, quando se preparava para aprisionar a capitânia francesa, que queria levar como troféu ao governador, a sua nau pendeu tanto que tomou água pelas portinholas da artilharia e, calando pelas escotilhas que iam abertas, foi entrando tanta que incontinente se foi ao fundo com seu dono, afogando-se também para mais de duzentos homens. Foi isso dia de São Matias, 24 de fevereiro de 1615. – (G.).

V
(Pág. 948)

Em seu relatório, *Documentos da costa leste-oeste*, 51, Alexandre de Moura diz que partiu para Pernambuco, levando em sua companhia La Ravardière, que entregou ao governador Gaspar de Sousa. Saiu do Maranhão em 9 de janeiro, "tão mimoso da fortuna que, sem sentir nela a menor mudança", desembarcou em Olinda a 5 de março de 1616, Berredo, *Anais do Maranhão*, § 410, e José de Morais, *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*, in *Memórias do Maranhão*, **1**, 75.

Em fins do primeiro governo de d. Francisco de Sousa, Alexandre de Moura já estava em Pernambuco, e no Recife assistia ao apresto para a expedição da conquista do Rio Grande, *Jornada*, in *Memórias do Maranhão*, **2**, 173. Em 24 de março de 1602, por serviços prestados nas armadas, no Brasil e em outras partes, obtinha mercê da capitânia-mor de uma armada da carreira das Índias.

É mais que provável seu parentesco com a família do primeiro donatário de Pernambuco. Quando Jorge de Albuquerque morreu, sendo ainda menor seu filho e sucessor Duarte de Albuquerque Coelho, deixou-o indicado em lista tríplice para capitão de Pernambuco e foi escolhido por alvará de 9 de outubro de 1602, Capistrano de Abreu, *Prolegômenos*, 438.

Como em outra nota se disse, Diogo Botelho, estando em Pernambuco, aguardou sua chegada ali para substituir, como capitão-mor, a Manuel Mascaranhas, incompatibilizado com algumas pessoas graves da capitania. – Conf. nota XII da seção XXIV.

Regressando do Maranhão, encontrou-se em Pernambuco com Gaspar de Sousa, a quem prestou contas. Ali pouco demorou. De Lisboa, 24 de outubro de 1616, é datada a informação que apresentou ao rei sobre o estado em que achou a conquista do Maranhão quando a ela foi mandado e como a deixou quando de lá saiu, com vinte e cinco peças justificativas, relatório lapidar que figura entre os *Documentos da costa leste-oeste*, 43-90. Do que expôs ao soberano ressalta com evidência que, se tardasse mais algum tempo, aquela conquista estaria perdida para os portugueses e os franceses teriam firmado ali definitivamente seu domínio, tal o estado de desordem e indisciplina em que a encontrou. Por seus serviços foi agraciado com o hábito de São Bento, e a 20 de outubro de 1620 estava em Setúbal, José de Morais, *História da Companhia de Jesus* citada, 71. Em Setúbal parece que fixou residência, e mais de uma vez foi consultado sobre pessoas e coisas da conquista, Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 267 e 268, e **2**, 184-190, reproduzidos na *Revista do Instituto do Ceará*, **22**, 320-326. São vinte e sete autógrafos de Alexandre de Moura, pertencentes à coleção Studart, contendo informações sobre indivíduos que serviram na conquista do Maranhão, mas nenhuma tem data nem lugar.

– Berredo, *Anais do Maranhão*, § 410, diz que La Ravardière não só achou em Olinda "todas as atenções que correspondiam ao seu merecimento, mas também por empréstimo o dinheiro que lhe foi necessário; e passando a Lisboa com dependências que ali o detiveram perto de dois anos, lhe consignou a grandeza de el-rei dois mil-réis cada dia para ajuda de custo, que na economia daquele tempo inculcava bem a qualidade da pessoa".

Severim de Faria, *História portuguesa*, 13 e 14, Fortaleza, 1903, relatando os sucessos de março de 1616 a fevereiro de 1617, escreve que com a frota do Brasil chegou a Lisboa Alexandre de Moura, e com ele os franceses, "porque temem que em França lhes cortem as cabeças por largarem a fortaleza aos nossos".

La Ravardière não merece nenhuma simpatia: atrabiliário, intrigante, traidor confesso aos seus compatriotas, levou o despudor ao extremo de reclamar a paga da traição. Por seus requerimentos impertinentes e talvez por ameaças que contivessem de voltar ao Maranhão, o governo da metrópole achou de bom aviso guardá-lo por algum tempo na Torre de Belém, fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário mariano*, **9**, 370. Daquela prisão datava em junho de 1619 uma carta que publicou J. Lúcio de Azevedo, *Estudos paraenses*, 250 e 251, Pará, 1893. Irrequieto, esse cavaleiro da triste figura em 1621 estava concertado com os holandeses para vir à capitania de Pernambuco, segundo aviso que recebera do rei o governador Matias de Albuquerque, de que se fez auto em Olinda, a 16 de outubro do mesmo ano. Studart, *Documentos* citados, **1**, 289-292. Em 27 de novembro de 1624, conseguia de Luís

XIII uma carta-patente, nomeando-o e a um Loudrières tenentes-generais do rei de França na América, desde o rio Amazonas até a ilha da Trindade, visconde de Santarém (Segundo), *Notícia dos manuscritos pertencentes ao Direito Público externo diplomático de Portugal*, 27, Lisboa, 1864. – René de Fallensat de Loudrières, governador de La Rochelle, era o nome de seu associado nessa empresa. O plano fracassou porque de Loudrières levantou o estandarte da revolta, capturando em 18 de janeiro de 1625 uma esquadra real no ancoradouro de Port-Louis. – "*Une dernière guerre de religion s'ouvrait, mortelle pour ce pays de merveilles qu'on peult dire un paradis terrestre, pour la France Équinoxiale que nous perdion à jamais*" – lamenta La Roncière, *Histoire de la Marine Française* citada, **IV**, pág. 362. – (G.).

VI

(Pág. 948)

A *Jornada do Maranhão*, tantas vezes citada, escreveu Diogo de Campos Moreno nos dois meses que levou de viagem do Maranhão a Lisboa, janeiro a março de 1615. Foi primeiro publicada na *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, tomo **I**, n. IV, Lisboa, 1812, reproduzida por Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a história do extinto Estado da Maranhão*, tomo **II**, Rio, 1874, e pelo barão de Studart, *Revista do Instituto do Ceará*, tomo **XXI**, Fortaleza, 1907.

Por largo tempo, para a história da conquista de Jerônimo de Albuquerque, a fonte única foi o livro do seu colateral. Berredo divulgou suas notícias nos *Anais históricos do Estado do Maranhão*, Lisboa, 1749, e tornaram-se clássicas, por isso que não havia meio de verificá-las. Com a publicação por Capistrano de Abreu da *História do Brasil* de fr. Vicente do Salvador, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. **XIII**, Rio, 1888, teve-se uma versão independente dos acontecimentos e pôde-se ver o outro lado da questão. Fr. Vicente do Salvador, para escrever o livro **V** de sua *História*, ter-se-ia utilizado de informes de algum de seus confrades que acompanharam a jornada, fr. Cosme de São Damião, ou fr. Manuel da Piedade, ou mesmo de ambos. Ao custódio no Maranhão, fr. Cristóvão de Lisboa, mandava pedir informações para inserir na história do Brasil, que escrevia; era atendido, conforme em carta de 20 de janeiro de 1627 comunicava aquele a seu irmão, o licenciado Manuel Severim de Faria, chantre da sé de Évora, biógrafo de Camões e João de Barros, historiador e bibliófilo: *Documentos da costa leste-oeste*, 249.

Com tais achegas, a versão de fr. Vicente do Salvador apura melhor a verdade dos sucessos e deixa claro quanto Diogo de Campos foi malévolo, mesmo injusto, para com o chefe pernambucano, como ao Autor já se afigurava, com admirável intuição.

O relatório de Manuel de Sousa d'Eça, presente a todos os acontecimentos, *Documentos* citados, 123-129, corrige e completa dados de fr. Vicente. – (G.).

VII
(Pág. 949)

Alexandre de Moura, ao chegar ao Maranhão, encontrou os portugueses divididos em bandos e parcialidades, em véspera de darem o espetáculo da guerra civil em frente ao estrangeiro – "tão arriscado que se uma espada se arrancara se perderam", diz o capitão-mor em seu relatório, *Documentos da costa leste-oeste*, 43. De Francisco Caldeira de Castelo Branco queixou-se-lhe Jerônimo de Albuquerque, ibidem, 51-53, de que, vindo por ordem do governador Gaspar de Sousa para lhe entregar o socorro e ir-se embora, de tal modo se deixou ficar naquelas partes que pôs em contingência o bem de seu governo, dando ocasião a que alguns mal-intencionados lhe perdessem o respeito, e fez contra ele juntas, assinando pactos com os franceses, com tanta soltura, como se nessas matérias fora cabeça, quando não tinha poder para nada...

Nessa conjuntura, foi providência acertada a de Alexandre de Moura, afastando do Maranhão Francisco Caldeira para ir fundar a capitania do Pará e deitar fora os franceses que lá estavam, segundo informações, medida que consta de um dos capítulos de seu regimento. Para bom desempenho da missão deu-lhe tudo quanto pediu: cento e cinquenta soldados de sua parcialidade, divididos em três companhias, com seus oficiais, "polos tirar a todos de suceder outro motim no Maranhão", os quais foram pagos de soldo e mantimentos por cinco meses adiantados, dez peças de artilharia entre grandes e pequenas, oito quintais de pólvora, armas e munições bastantes, em três embarcações. O regimento que Alexandre de Moura deu a Francisco Caldeira, no forte de São Filipe, a 22 de dezembro de 1615, para capitão-mor da jornada, *Documentos* citados, 87-90, é o documento mais antigo do Pará português.

A narrativa da expedição foi escrita pelo capitão André Pereira, em sua *Relação do que há no grande rio das Amazonas*, que o autor seguiu mais ou menos nessa parte de sua *História*, conforme cópia que possuía do apógrafo da Biblioteca de Madri, que seria sem dúvida o exemplar conferido por Navarrete em 1791. – Conf. Marcos Jiménez de la Espada, *Viaje del Capitán Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*, 119, Madri, 1889. A *Relação* foi publicada por Jiménez de la Espada, op. cit., 115-119; reproduziram-na os *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, **1**, 5-8, Pará, 1902, e os *Documentos da costa leste-oeste*, 99-103.

Da *Relação* se vê que os expedicionários partiram do Maranhão "dia de Natal passado em que se deu princípio a esta Era de 1616"; foram correndo sempre a costa e dando fundo todas as noites, tomando conhecenças da terra, sondando sempre

e fazendo roteiros o piloto-mor Antônio Vicente Cochado. Teriam levado apenas na viagem dezoito dias, segundo em carta de 4 de setembro daquele ano escreveu ao governador do Estado do Brasil o arcebispo vice-rei, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 10 e 11, São Paulo, 1927, que Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 444, 3ª ed., 1931, foi o primeiro a revelar. Onze ou doze de janeiro – conjectura o mestre – seria o termo da viagem; mas, se em vez de dezoito dias se tivesse menos um, contados eles com o da partida do Maranhão, fixar-se-ia a chegada a 10 de janeiro, dia de Santa Maria de Belém, a cuja invocação dever-se-ia o nome de *Presépio*, que se deu ao forte ou cerca de madeira que sem tardança se fez erguer, e de Belém à cidade que em seu âmbito se começou a fundar. Santa Maria de Belém chamou Colombo a um porto e a um rio, que descobriu em sua quarta e última viagem, em 10 de janeiro de 1503, Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos*, **1**, 434; Harrisse, *The Discovery of North America*, 531, Paris-Londres, 1892.

O nome da cidade de Belém já ocorre em uma carta de Simão Estácio da Silveira, de Lisboa, 21 de setembro de 1618, *Documentos da costa leste-oeste*, 201-206; mas a data não pode estar certa, como reparou Capistrano de Abreu, *Prolegômenos*, loc. cit. De fato, sabe-se que Simão Estácio só chegou ao Maranhão em 1618, *Revista do Instituto Histórico*, **83**, 94. A carta, em todo caso, pode ser anterior a 1624, quando se imprimiu a *Relação sumária das cousas do Maranhão*, de que se tratará adiante.

Uma carta do duque de Lerma ao presidente do Conselho de Índias, de 10 de setembro de 1616, Pablo Pastells, *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*, **1**, 273 e 274, Madri, 1912, foi escrita à vista da *Relação* de André Pereira. O duque conheceu esse documento em primeira mão e dele colheu, ou melhor, plagiou as informações sobre a fertilidade das madeiras, os gentios que de muito longe vinham rio acima a ver os portugueses e ser seus amigos, os estrangeiros que ali se encontravam, a existência de ouro e outros metais ao pé de umas serras escalvadas a 150 léguas do forte português, junto às quais estavam quinze velas com muita gente, fortificando-se, e tinham mulheres consigo para povoar; que no Cabo do Norte, da outra banda do rio, no limite do Peru, havia trezentos holandeses em dois fortes de madeira, com dois engenhos de açúcar, de que carregavam alguns navios, e com o mais que a terra dava de si; e, finalmente, sobre a amostra de duas pérolas que o capitão-mor enviara ao marquês de Alenquer, vice-rei de Portugal. Terminando, escreve o duque: "*El Consejo de Portugal dice, que S. M. debe mandar, por cuenta de la Corona de Castilla á quien pertenece lo que cae de la otra parte del rio, em cuyo distrito están las fortalezas de los holandeses; se trate luego con todo calor de desalojarlos de ella, efectuándolo con grandíssima brevedad, porque en ella consiste el buen suceso y seguridad del Perú, que sin duba correrá grande riesgo si los rebeldes allí permanecen*." Sobre os assuntos relacionados com esta nota, veja a excelente monografia de Manuel Barata, *A Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, Belém, 1616. – Cabe aqui especial referência ao notável serviço que prestou Afonso de E. Taunay, com a publicação nos *Anais do Museu Paulista*, tomo **III**,

segunda parte, do *Livro segundo do governo do Brasil*, ao tempo da administração de d. Luís de Sousa, contendo as cartas régias que a esse governador eram dirigidas, algumas com anexos, noventa peças do mais alto valor documental para o estudo do primeiro quartel do segundo século brasileiro, no período justamente em que se fazia sentir a falta de capítulos extraviados da *História* de fr. Vicente do Salvador, agora de certo modo mais ou menos preenchida. O códice pertenceu à biblioteca de Eduardo Prado, em cujo leilão foi adquirido pelo Museu; de como chegou ao poder daquele brilhante escritor não se sabe. A designação de *Livro segundo* deixa supor houvesse um *primeiro*, que naturalmente conteria a correspondência do governador para a corte; desse, porém, ou de outros porventura existentes, não se conhece o destino, infelizmente. Capistrano de Abreu, que compulsou o códice paulista, quando ainda inédito, dele houve para os seus formidáveis *Prolegômenos* a fr. Vicente uma contribuição das mais valiosas, importando muitas vezes em verdadeiras revelações as notícias que extratou. Dele também se valeu o atual revisor deste livro, abundantemente, como se verá das notas em que vêm citados os *Anais*, o que salienta apenas para tornar público o agradecimento que se impõe ao sábio diretor do Museu Paulista, seu muito prezado amigo.

– Em tempo: A existência do *Livro primeiro do governo do Brasil*, de d. Luís de Sousa, suposta linhas acima, é auspiciosamente uma realidade. Acaba de adquiri-lo em Lisboa, para a Biblioteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores) seu diligentíssimo Diretor, Dr. Luís Camilo de Oliveira Neto, que, guardando a tradição da Casa de Rio Branco, mais uma vez se torna benemérito das letras históricas nacionais. Chega esta notícia ao anotador quando o presente volume, em que caberia aproveitar as informações desse Livro primeiro, se encontra em últimas provas, razão por que, muito a contragosto, deixa de fazê-lo; compete-lhe, ainda assim, a alvíssara pela boa nova que transmite aos estudiosos brasileiros, mais felizes do que ele. – (G.).

VIII

(Pág. 956)

O oficial assassinado foi o capitão Álvaro Neto, o assassino foi Antônio Cabral, sobrinho de Francisco Caldeira. Os oficiais que reclamavam contra a impunidade do matador estavam sendo, por isso, perseguidos pelo capitão-mor. Conjuraram-se e depuseram-no, metendo-o em ferros, a 14 de setembro de 1618.

Caldeira prosseguira no Pará, em maior escala, nos desatinos de que já dera mostras no Maranhão. Nas *Lembranças que fez Gaspar de Sousa do que convinha à conquista do Maranhão*, documento sem data, mas provavelmente de meados de 1618, o ex-governador, que bem conhecia o capitão-mor, aconselhava previdentemente

ao rei: "...que se venha do Pará [Caldeira] onde faz mil desconcertos, desinquietando os índios, pondo em seu lugar outra pessoa que os conserve, como convém, para se não rebelarem, e posto que ele escreva outra cousa, e conste de seus papéis, isto que digo a V. Maj.^{de} é a verdade como quem o conhece e sabe como faz". Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 126.

"Facilmente (escreveu o padre Jacinto de Carvalho, fragmento de uma *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*, ms. do Instituto Histórico, transcrito na *Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 15), Francisco Caldeira se fazia senhor de todo o rio das Amazonas, e trazia à sua obediência todas as mais nações, se não fosse tão falto de prudência. Entrou em suspeitas que os tupinambás se queriam levantar contra ele, e sem mais averiguação, que requeria a resolução que tomou, prendeu os mais principais, e sem mais prova que uns leves indícios, os mandou matar tiranicamente; e imitando Túllo Hostílio os fez partir, e juntamente afogar, atadas as pernas a duas canoas, por lhe faltarem os cavalos, correndo à força de remos contrários rumos. À vista desta crueldade se amotinaram todos os índios tupinambás, e fugindo para os matos começaram a perseguir os portugueses com um gênero de guerra, em que sem formarem batalhões, mas divididos, tomavam por rodelas as árvores, donde a seu salvo matavam, ou feriam aos que saíam do distrito do pequeno forte."

Aos tapuias pacajás ordenou Caldeira guerra, por certa rebelião que haviam feito, e nessa guerra se mataram perto de mil índios, e se tomaram e desbarataram muitas canoas. Studart, *Documentos* citados **1**, 223.

Uma carta de Baltasar Rodrigues de Melo, de 28 de novembro de 1618, relata a prisão de Caldeira e diz que só forçado houve de aceitar a eleição para substituí-lo no governo da capitania; no mesmo dia em que prenderam o capitão-mor, prenderam também o capitão Antônio Cabral, culpado da morte de Álvaro Neto, e Pedro do Couro Cardoso que, servindo o ofício de auditor, mandara queimar os autos da devassa sobre o caso, Studart, *Documentos* citados, **1**, 153 e 154.

Por deliberação tomada no conselho de Estado de 31 de janeiro de 1619, à vista das cartas recebidas de Antônio de Albuquerque, capitão-mor do Maranhão, e de fr. Cristóvão de São José, fr. Antônio da Marciana e Baltasar Rodrigues de Melo, assistentes no Pará, determinou-se que fosse remetido preso Francisco Caldeira e bem assim os que foram cabeças do levantamento que houve contra ele, Studart, *Documentos* citados, **1**, 196 e 197. Para dar cumprimento a essa determinação foi mandado Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que a 7 de maio de 1619 já estava no Pará, e de 9 datava a longa carta em que dava conta do estado da conquista e das necessidades dela, ibidem, 215-219. Das circunstâncias da prisão e deposição trata Berredo, *Anais do Maranhão*, § 466. À morte de Caldeira na prisão do Limoeiro alude Sebastião de Lucena de Azevedo, *Documentos da costa leste-oeste*, 309. – (G.).

IX
(Pág. 959)

Jorge de Lemos Bettencourt, ou Betancor, se oferecera, conforme a carta régia de 12 de abril de 1617, a meter à sua custa na conquista do rio Pará duzentos casais de gente dos Açores, ao todo de mil pessoas, sob a condição da mercê, se efetuasse o que apontava, de uma comenda de quatrocentos mil-réis e mais da capitania de Pernambuco por tempo de três anos, na vaga dos providos antes de 14 de março do mesmo ano. Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **2**, 181 e 182.

Simão Estácio da Silveira chegou ao Maranhão em 11 de abril de 1619, tendo partido da ilha de São Jorge, nos Açores, a 13 de dezembro do ano anterior, como capitão da nau-capitânia da expedição de Jorge de Lemos Bettencourt. Com a chegada dessa leva de açorianos ao Maranhão, assentaram o capitão-mor Diogo da Costa Machado e o provedor da fazenda Luís Madureira combinar com Bettencourt para que se criasse Câmara. Reunido o povo por um bando e feita a votação, saíram por eleitores Rui de Sousa, capitão Pedro da Cunha, Álvaro Barbosa Mendonça, sargento-mor Afonso Gonçalves Ferreira e capitão Bento Maciel Parente. Os quatro primeiros pertenciam à gente de Bettencourt. Assentaram então os seis eleitores escolher para juízes os capitães Simão Estácio da Silveira e Jorge da Costa Machado; para vereadores Álvaro Barbosa e o sargento-mor Antônio Vaz Borba; e para procurador Antônio Simões. Uma carta, datada de 9 de dezembro de 1619, dos camaristas de São Luís do Maranhão ao rei, Studart, *Documentos* citados, **1**, 235-243, dá conta da instalação dessa primeira câmara do lugar e dos serviços que ia prestar. Segundo seus dizeres, seria encarregado de levar essa carta o capitão Simão Estácio da Silveira. Não se apura de documento conhecido se realmente se desempenhou dessa missão; mas sabe-se que estava em Lisboa em 1624, quando imprimia a *Relação sumária*, a que o texto se refere. O título completo desse curioso escrito é: *Relação sumária das cousas do Maranhão /Escrita pelo Capitão Simão Estácio da Silveira/ Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. – Em Lisboa, por Geraldo da Vinha, Ano de 1624. É opúsculo raríssimo de que se conhecem dois exemplares na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um na Coleção Barbosa Machado, outro entranhado no códice *Pernambuco* da Coleção Castelo-Melhor, seção de Manuscritos, I-1-2-44. Oliveira Lima possui o exemplar, que mencionou sob n. 48 em sua *Bibliographical and historical Deseription of the rarest Books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University of America*, Washington, 1927. Devem existir mais alguns exemplares em bibliotecas europeias, mas o total não excederá de meia dúzia. Com anotações de Cândido Mendes de Almeida, a *Relação sumária* foi reproduzida nas *Memórias do Maranhão*, **2**, 1-31, Rio, 1874. Há mais uma reimpressão feita em Lisboa, 1911, limitada a cinquenta exemplares, pelo bibliógrafo português Eugênio do Canto.

Da autoria de Simão Estácio é também o escrito *Intentos da Jornada do Pará*, com a data, que não pode ser exata, como já se disse, de 21 de setembro de 1618, publicado nos *Documentos da costa leste-oeste*, 201-206; ocorre uma petição dirigida ao rei, para que a prata do Peru, em vez de descer a Lima e ser transportada por via de Panamá, fosse trazida por um dos rios do Maranhão, o que se podia fazer em quatro meses, "*por las entrañas de una ancha tierra, que por si propria se defiende a todos los exércitos del mundo*". É datada de Madri, a 15 de junho de 1626, e nela Simão Estácio se intitula procurador-geral da Conquista do Maranhão. O original pertence ao Museu Britânico.

Na *Revista do Instituto Histórico*, **83**, 91-99, publicou quem escreve esta nota a *Petição* de Simão Estácio, precedida das notícias aqui compiladas. – (G.).

X
(Pág. 962)

O documento seguinte, publicado pelo Dr. Rudolf R. Schuller no *Jornal do Comércio*, Rio, 12 de janeiro de 1914, é assaz instrutivo sobre as condições da capitania nessa época, com as informações que transmitia Bento Maciel Parente e as providências a serem tomadas pela corte:

77-3-18. (Arquivo Geral das Índias):

"*1 de Set. de 623. – Decreto de su Md – Guerra.*

"Con vna cansª del consº de Portug1 S.e las poblaziones del Maranon.

"Vease con brevedad en la junta de Guerra de Indias, la consulta inclusa dei cons.º de Portugal sobre lo que conuiene embiar Gouer.or al Maranon, y Capp.ª alla fortaleza del Para, y desalojar los estrangeros que han ido tomando pie en aquellas partes, y consultaseme lo que pareciere. – (Rublica).

"En M.d a 1. de Setr.º 1623.

Al Pres.te de Indias.

"Senhor – Bento Maciel Parente, que está por capitão-mor na fortaleza do Pará, que dista do Maranhão cem léguas ao norte, situada na boca do grão rio dos Amazonas, em carta de 14 de janeiro passado, da conta a V. Mj.ᵈ de haver feito a fortaleza que se lhe encarregou, no mesmo sítio em que Francisco Caldeira seu antecessor, teve a cerca de madeira, por se julgar pelo mais conveniente que tem noventa, e quatro braças em roda, um baluarte com quatro peças de artilharia, e um turião na esquina, com casas para alojamento de sessenta soldados, e sítio para se poderem fazer para duzentos, com sua cava a roda de vinte e dois palmos de largo, e nove de alto, e que não tem dado fim a toda a obra, por lhe faltar gente, e muitas cousas

necessárias para ela, e provimentos, de que tem precisa necessidade, e se acha tão falto de fazenda, por haver gastado toda a que tinha em sustentar aos soldados, que lhe não é possível continuá-lo, e lembra que convém que Manuel de Sousa d'Eça, que lhe vai suceder, leve quantidade de munições, armas, e ferramenta, e cousas miúdas de resgate, porque sem elas ficara sendo o trabalho de pouco efeito.

"Dá juntamente conta Bento Maciel, de alguns rios e portos que tem descoberto, e de outros de que tem notícia, e de se haver tomado de ordem sua dois flamengos, a que se fizeram perguntas, a cada um de per si, e ambos confirmavam em que estrangeiros têm tomado pé em duas partes, chamadas cuimena, e comorno, e que em cada uma residem doze soldados, com quatro peças de artilharia, de mais de que na entrada da barra do rio dos Amazonas da banda, e junto ao cabo de Norte estavam em uma povoação cento e cinquenta soldados flamengos, pechilingues, islandeses e ingleses posto que não sabiam, se tinham artilharia, e diziam aguardar neste mês de maio passado 120 naus grandes, de mercadorias com 400 homens cada uma que iam povoar naquela costa, da qual tiravam pau de tinta, tabaco, carjuru, urucu, cujas, algodão, e outras mercadorias; e refere Bento Maciel, que por entender que aquele sítio é o verdadeiro Maranhão, desejou de cometer, e deitar dele os estrangeiros, mas que por falta de embarcações, e de gente que por vezes pediu ao governador do Brasil, e se lhe não enviou (enviara) deixou de o intentar, e fazer outros descobrimentos, e diz, que um índio do Maranhão, que estando preso se batizou, e foi chamado dom Luís de Sousa, e se acha em Lisboa, é indigno de mercê que pretende de V. Mj do.

"De ordem dos governadores se viu esta carta em conselho do Estado, e se fez consulta, em que se refere que Gaspar de Sousa governador que foi do Brasil, declarou que Bento Maciel não [tem] qualidade, para naquele cargo ser respeitado, e assim convinha que a ida de Manuel de Sousa Deça, que lhe vai suceder se apressasse, por ser pessoa de qualidade e partes e bem recebido dos naturais, levando em sua companhia munições, gente, e pagas, e ordem para o capitão do Maranhão lhos não tomar, de mais de que se podia valer dos índios pitigares, que é gente de proveito para a Conquista, que também deve levar ferramenta, e cousas de resgate com que o gentio se contenta, que são de qualidade, que farão pouca despesa, e oficiais para fazerem lanchas, com que aqueles rios se navegam. E a Bento Maciel, se aceite o oferecimento que faz de desalojar os estrangeiros dos portos em que estiverem, e descobrimentos que quer fazer, e ordenar-lhe, que para o conseguir se valha da ajuda do gentio, e que da queixa que faz de dom Luís de Sousa, índio do Maranhão, não há que fazer caso, por haver, entre eles, paixões e inimizades, antes conviria ao serviço de V. Mj., por Dom Luís ser pessoa de importância naquelas partes, que fosse a elas contente, de mais do exemplo que com isso se daria aos mais índios.

"Os mais votos do conselho do Estado são de parecer que o governador do Maranhão, e o capitão do Pará, se devem embarcar logo, levando o capitão do Pará em sua companhia, as cousas referidas, e fazendo-se o descobrimento, e expulsão dos estrangeiros, na forma que fica apontado, por Gaspar de Sousa e um voto diz,

que os oficiais para fazer lanchas podiam ir do Brasil quando os não houver no Maranhão, ou Pará, e se devia ordenar ao governador do Brasil tenha boa correspondência com o do Maranhão, e capitão do Pará, pois sem ela será impossível fazerem facção de importância, e que também se deviam enviar carpinteiros para as madeiras que hão de vir para as naus.

Aos governadores parece que convém muito enviar-se governador ao Maranhão, e em caso que se dilatasse, deve vir logo Manuel de Sousa com a gente que está prevenida, porquanto ainda que seja em pouca quantidade, serviria enquanto o governador não leva a mais, que o Maranhão se deve socorrer, e prover, desde Lisboa porque demais da certeza com que se fará, se poupará uma quantidade considerável; que para o descobrimento, e empresa de desalojar os estrangeiros, senão nome dessa pessoa, e V. Mj. cometa ao governador, quando for, que com as considerações necessárias, escolha a que lhe parecer a propósito, e demais satisfação, e que por do índio dom Luís de Sousa não haver culpa alguma, e se dever dar pouco crédito às queixas que Bento Maciel dele faz, como refere Gaspar de Sousa, seria conveniente que V. Mj. lhe fizesse alguma mercê, com que tornasse contente, e se embarcasse na primeira ocasião, porquanto se morresse em Lisboa serviria de desconfiar os gentios, e obrigá-los a procederem suspeitosamente ao diante.

"Vendo-se tudo em conselho, pareceu que por se haver verificado com a confissão dos dois flamengos, que foram tomados no Pará a suspeita que se tinha, de que estrangeiros se fortificavam na boca do rio das Amazonas da parte do norte, a cujo descobrimento V. Mj. tem enviado Luís Aranha de Vasconcelos que ainda não tornou, importa muito tratar do remédio com suma brevidade, antes que o tempo, e desprezo o dificultem mais, e V. Mj. deve mandar que Manuel de Sousa Deça provido da capitania do Pará, em caso que o governador do Maranhão se detenha, sem esperar, uma logo entrar nela, e leve consigo ao índio dom Luís de Sousa, com ordem que averigue a verdade do que contra ele escreveu Bento Maciel Parente, para que sendo certo o entretenha, e avise. E se lhe constar que foi sem fundamento, lhe dê liberdade, porque para o descobrimento, e cultivação daquelas terras, é de grande importância serem os naturais bem tratados, e favorecidos, e este segundo a informação, que há, de entre eles pessoa de conta e pudera fazer muito. E que a Bento Maciel, pelo particular talento que tem, para a empresa. E a boa vontade com que se oferece a ela, encarregue V. Mj. a expulsão dos estrangeiros, mandando-se-lhe demais cousas que pede. E assim, o capitão do Pará, como os governadores do Maranhão, e do Brasil ajudem e lhe assistam com tudo o que cumprir; Porém, porque pode ser, que os inimigos estejam tão arraigados que não baste o que há de levar Bento Maciel, para os desalojar, e lançar daquelas partes. E a fazenda de V. Mj. da Coroa de Portugal, se acha tão gastada, e exausta, e com tantas necessidades de socorro, e remédio da Índia, E defesam dos mares a que acudir, que não pudera suprir maior gasto, e este caso toca igualmente à Coroa de Castela, por a vizinhança das Índias ocidentais, em cujo distrito já ficam as terras que os inimigos têm ocupado, e por o dano que de ali poderão fazer à passagem

das frotas, lembra o conselho a V. Mj. que desde logo deve mandar ver na Junta de guerra de Índias, como se acudira a esta matéria tão grave para que se disponha a tempo conveniente, e se ganhe na execução; assegurando o bom sucesso que tanto importa. Em Md. a 30 de agosto de 623." (Cinco rubricas).

Não é conhecido o parecer de Gaspar de Sousa, a que se refere o documento supra. Sobre o índio d. Luís de Sousa, principal dos tupinambás, deu parecer favorável Francisco Coelho de Carvalho, em 28 de fevereiro de 1624. Studart, *Documentos para a História do Brasil* **1**, 306 e 307. Esse principal devia vir para o Brasil em companhia de Coelho de Carvalho. – (G.).

XI
(Pág. 968)

Diálogos das grandezas do Brasil. – (A.). – *Diál. 1º* (pág. 65 da 2ª edição, Rio de Janeiro, 1943). "De pouco tempo a esta parte a dividia [a capitania de Pernambuco] Sua Majestade, com mais as capitanias de Tamaracá, Paraíba e Rio Grande, do Bispado da Bahia de Todos os Santos, criando nelas novamente por administrador Antônio Teixeira Cabral, prelado mui consumado nas letras e virtudes." Os *Diálogos*, como se sabe, foram escritos em 1618. Segundo o *Roteiro dos bispados do Brasil*, 153, Ceará, 1864, é de 19 de fevereiro de 1618 a carta régia de nomeação do prelado, que não é conhecida nem deve ser dessa data. Já em 1616, Teixeira Cabral administrava a jurisdição eclesiástica de Pernambuco, porque em carta régia de 8 de fevereiro lhe era facultado prover até nova ordem os benefícios de seu distrito, não criando algum novo sem ordem real, e em outra, de 26 de julho, era mandado descontar ao bispo do Brasil metade da porção que se lhe dava para esmolas, entregando-a ao administrador para o mesmo fim, J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa,* **4**, 54-156, Lisboa, 1807. Armaram-se por isso dissensões entre o bispo e o administrador. Aquele queria que o outro exibisse as bulas do papa e as provisões reais que lhe concediam a nomeação dos benefícios e outros particulares; o administrador defendia-se, dizendo que a causa se tratava no reino por via de embargos, e que os procuradores do bispo tiveram vista das bulas, motivo por que não as havia de exibir. Era o que comunicava d. Luís de Sousa ao rei, que em carta de 17 de julho de 1617 providenciava sobre a matéria, ouvida a Mesa da Consciência. Ao administrador se ordenava que entregasse ao bispo cópias autênticas do breve e mais provisões, que trouxera, pertencentes a seu cargo; o bispo era advertido sobre o tratamento que dava ao administrador, a quem não devia falar por senhoria; as bênçãos competia ao administrador dá-las aos pregadores e ao diácono; o administrador devia residir na Paraíba, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 40 e 41, 48 e 49. As dúvidas continuaram, porque a carta régia de 5 de janeiro de 1618 providenciava para que cessassem o escândalo e desconsolação que

recebia o povo com tantas excomunhões e diferenças, ibidem, 53 e 54. Pensou-se depois em extinguir a administração eclesiástica da Paraíba e Pernambuco. Houve consulta da Mesa da Consciência nesse sentido, mas, em carta de 9 de fevereiro de 1622, o rei declarou que sobre a matéria se não fizesse novidade, que se tratasse antes de criar um novo bispado na conquista do Maranhão, que tinha necessidade de cabeça eclesiástica para crescer e povoar-se e em cujo distrito poderia entrar parte do que pertencia ao administrador de Pernambuco, vendo-se, quanto ao restante, se devia tomar ao bispado da Bahia, donde saiu. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 65 e 66. A administração tinha seus dias contados. Nomeado bispo do Brasil, d. Marcos Teixeira partiu para seu bispado em novembro de 1622, já trazendo debaixo de sua jurisdição a capitania de Pernambuco, Severim de Faria. *História portuguesa*, 23, Fortaleza, 1903, embora tal resolução só fosse tomada pela carta régia a 8 de fevereiro de 1623, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **3**, 88. Outra carta régia, de 27 de setembro de 1624, anunciava que o breve por que S. S. tornava a unir ao bispado do Brasil a administração de Pernambuco, se recebera no último correio da Itália, e era enviado ao governador-geral para que lhe desse execução, ibidem. 126. – (G).

XII
(Pág. 970)

Ofício de J. van Walbeeck, de 2 de julho de 1633. – (A.). – Depois da reconquista da Bahia pelos portugueses, Francisco Dias d'Ávila, sabedor por informações deixadas por seu pai da riqueza das minas de Cormoru (Caramuru), empreendeu uma expedição àquele lugar, acompanhado de trinta homens. Partiram todos da casa d'Ávila, situada a doze léguas ao norte da Bahia, caminhando seis semanas, sempre à direção do norte, e chegaram às minas, que reconheceram estar sob o mesmo grau de Olinda. Segundo Domingos Fernandes, que fazia parte da expedição, a riqueza em prata era enorme; também de salitre havia abundância. A exploração não prosseguiu, não por motivo de desavença com o governador da Bahia, d. Luís de Sousa, mas por causa da perda de Pernambuco, que ocorreu pouco tempo depois. Wilhelm Joos ten Glimmer, que posteriormente foi comandante militar da ilha de Fernando de Noronha, acompanhou Francisco Dias d'Ávila. Em resumo é isso o que diz Johannes van Walbeeck no ofício, ou melhor, relatório acima citado, *Documentos holandeses*, **1**, 236 e 237, no Instituto Histórico (Impresso in *Documentos holandeses*, **1**, págs. 117-130, Rio de Janeiro, 1945. Tem anexo um documento [págs. 131-134], que é cópia da representação feita aos diretores da Companhia, no Recife, a 14 de fevereiro de 1633). Antes do mais, cumpre notar que, se a expedição se realizou entre a restauração da Bahia e a perda de Pernambuco, não podia, evidentemente, ser no governo de d. Luís de Sousa, mas no de d. Francisco de Moura, ou no de

Diogo Luís de Oliveira, como parece mais certo e afirma Pedro Barbosa Leal, no documento estampado na nota II de seção XXIV.

Francisco Dias d'Ávila era sobrinho de Belchior Dias Moreia, que andou por longo tempo nos sertões da Bahia em busca de minas e na corte pleiteou mercês para mostrá-las. Como suas pretensões – infere argutamente Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 442, 3ª ed., 1931 – colidissem com as faculdades de superintendente de todas as minas do Brasil concedidas a d. Francisco de Sousa, não podiam ser bem acolhidas pela corte. Recolhendo-se ao Brasil, Belchior ali deixou seu sobrinho Domingos de Araújo, a reiterar requerimentos, como seu procurador. Em Pernambuco, logo à chegada de d. Luís de Sousa, Belchior teve com ele entendimento. O rei, em carta a esse governador, de 18 de maio de 1617, diz: "...foi acertado o que escrevestes a Belchior Dias Moreia para dar princípio às cousas das minas de prata, e do que mais se deve fazer com ele se vos avisará brevemente." *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte 42. As providências não demoraram e se continham na carta régia de 7 de novembro do mesmo ano ao marquês vice-rei de Portugal: "Por parte de Belchior Dias Moreia, morador na Bahia de Todos os Santos, no Estado do Brasil, se me apresentou a petição, que com esta carta se vos envia, e havendo-a visto, e tendo em consideração ao largo tempo que há que trata este negócio sem se tomar nele resolução certa, e a que, se o lavor e benefício das minas, que ele oferece descobrir, se facilitar será de muito proveito para a minha fazenda, Hei por bem e mando que ele as possa lavrar e beneficiar, na forma da Ordenação, pagando o quinto à minha fazenda; que é a mesma resolução, que tomei sobre as minas de ouro daquele Estado, que mandei lavrar a meus vassalos, e de que já se vos avisou: encomendo-vos que o façais saber a um sobrinho do mesmo Belchior Dias Moreia, que anda nessa cidade; e satisfazendo-se da resposta, se me consultará pelo Desembargo do Paço, os favores e mercês, que se lhe poderão conceder." J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 261. Da mesma data e no mesmo sentido é a carta do rei a d. Luís de Sousa: "Dom Luís de Sousa, governador amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar. Tendo em consideração a que em decurso de anos, e por meio das diligências que Dom Francisco de Sousa, que Deus perdoe, e Salvador Correia de Sá fizeram por ordem minha sobre as minas de ouro desse Estado, com regimentos e ordens mui particulares se não pôde averiguar a verdade e certeza delas nem tirar-se disso utilidade alguma; houve por bem de resolver que as minas se largassem a meus vassalos, para as beneficiarem na forma da Ordenação, pagando os quintos à minha fazenda, como se faz nas Índias ocidentais, de que se avisou ao marquês viso-rei de Portugal, e se lhe ordenou que fizesse ver no Desembargo do Paço, que privilégios, e liberdades se puderam conceder às pessoas que as lavrarem, e pelo Conselho da Fazenda, que ordem se havia de ter na cobrança, e arrecadação dos quintos. E por que outra semelhante resolução tenho tomado nas minas que Belchior Dias Moreia oferece descobrir nesse Estado, me pareceu avisar-vos de tudo para o terdes entendido, e encomendar-vos que tudo o que for possível faciliteis esta matéria, de maneira que se possam meus vassalos aproveitar, e receber benefício do que as minas prometem." – *Anais do Museu Paulista*, citados, 49-50. Ainda em carta a 5 de dezembro do mesmo ano, reportando-se à de 7 de novembro, o rei escreve a d. Luís de Sousa: "...e vendo agora o que escreveis acerca das [minas] que Belchior

Dias Moreia oferece descobrir, e das mercês que para isso pretende, me pareceu avisar-vos... lhe podereis prometer de minha parte que, sendo certo o que propõe, lhe farei mercê do foro de fidalgo e do título de administrador das minas, e nas terras que pretende todo o favor, e mercê, que sem dano de terceiro houver lugar para o que lhe ordenareis que declare quais são, e mo avisareis, procurando que comece logo a pôr obra o benefício das minas". – *Anais* citados, 52.

Chegando à Bahia em começos de 1619, o governador-geral procurou cumprir as ordens reais: foi em pessoa às minas de Itabaiana, acompanhado de Martins de Sá e Salvador Correia, de passagem pela Bahia, *Revista do Instituto Histórico*, **63**, parte 1ª, 10. Foi também muita gente principal, soldados e fundidores. Severim de Faria, *História portuguesa*, 21, Fortaleza, 1903. Procederam-se às experiências: os resultados foram absolutamente negativos, e o governador-geral, convencido da impostura de Belchior, prendeu-o e condenou-o a pagar as despesas da expedição, cerca de nove mil cruzados. Em carta de 10 de março de 1620, o rei aprovou o procedimento de d. Luís de Sousa, recomendando-lhe fizesse ir para as minas de Monomotapa os mineiros e práticos que estiveram ocupados nas minas de Itabaiana, *Anais* citados, 110.

– Conf. Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, 316, Amsterdã, 1647; Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* citados, 442 e 443; J. P. Calógeras, *As minas do Brasil*, **2**, 438-449. Para o roteiro de Glimmer, veja a nota IX da seção XXIV. – (G.).

XIII
(Pág. 971)

Constantino de Menelau, antes de governar a capitania do Rio de Janeiro, foi por d. Diogo de Meneses provido no cargo de capitão do Espírito Santo, na ausência do capitão Francisco de Aguiar Coutinho, de quem se tirava devassa: carta de d. Diogo de Meneses, de 8 de fevereiro de 1609, cópia no Instituto Histórico.

No governo do Rio de Janeiro sucedeu a Afonso de Albuquerque, que ainda governava em 1614, *Revista do Instituto Histórico*, **21**, 37; de setembro desse ano são os títulos de sesmarias de terras distribuídas por Menelau, os quais, em falta da patente de nomeação e tempo de posse, não registrados nos livros da Câmara, servem para firmar a época em que iniciou seu governo. Pizarro, *Memórias históricas*, **2**, 210.

Em carta do Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1615 (publicada na *Revista do Instituto*, **18**, 407-409, com a data errada de *1625*), Constantino de Menelau dá parte de haverem aportado ao Cabo Frio cinco naus inglesas no intuito de carregarem pau-brasil: "...há um mês que à paragem de Cabo Frio vieram cinco naus de ingleses, a gente das quais desembarcaram em terra, e fizeram uma fortaleza de faguina, e plantaram nela artilharia, e começaram a fazer e carregar pau com grande guarda e vigia, de que vindo-me aviso, com a brevidade que o caso requeria fui por terra a dita paragem, na qual me houvera de suceder um bem assombrado caso, se os

ingleses não tiveram aviso de minha ida por espias que não foi possível desmentir, e assim se embarcaram com bem depressa. E lhe não fiz mor dano, que queimar-lhe o forte e algumas casas de madeira que já tinham feito, e dois homens canários [por nação] aqui moradores, que com eles estavam prendi, e lhes fiz perguntas da gente e quantidade que era, e autos que com eles enviei ao governador-geral, avisando-o do que no caso fiz, na dita viagem gastei mais de vinte dias com assaz trabalho por fazer o caminho tão apressado como convinha. Corri as matas do pau-brasil e achei muito derrubado que não puderam levar, e sinal de terem embarcado quantidade da carga de um navio, e foi bom sucesso estorvar-lhe a carga dos outros, em vindo da dita viagem achei nesta cidade carta do governador-geral, e nela inserto o aviso de Vossa Majestade, per que me mandava ao dito Cabo Frio fazer duas fortalezas, e uma povoação para estorvo destes inimigos carregarem ali, e suposto que a fazenda de Vossa Majestade está hoje impossibilitada para se fazerem gastos, pois ainda não está acabado de pagar despesas do tempo de dom Francisco de Sousa, e novamente crescerem outras, assim com a vinda de Salvador Correia de Sá, como com a jornada do Maranhão para onde embarcam farinhas da fazenda de Vossa Majestade que envia pedir o governador-geral, me porei em caminho dentro de quinze dias, com oficiais para fazer as fortalezas, e povoação, na melhor traça e ordem que me parecer convém à defensão do imiguo, e estorvo de carregar pau, tomando-lhe a paragem de que eles se queiram valer, e com a brevidade que me encomenda o governador-geral, ainda que por ser chegado o tempo das águas fica o negócio (para mim) trabalhoso, e tenho já avisado ao capitão da capitania do Espírito Santo, me mande índios (que lá há bastantes), para pôr no dito Cabo Frio, e do que fizer e me suceder avisarei a Vossa Majestade, e para se conseguir melhor este efeito de Vossa Majestade mandará Salvador Correia abrevie a averiguação das minas (que está fácil saber-se a verdade) o que será menos gasto da fazenda de Vossa Majestade, e ficará a gente desocupada para poder acudir ao Cabo Frio, onde tenho por acertado fazer instância, ou que o dito Salvador Correia suspenda os gastos das minas, por que pagando-se-lhe seiscentos mil-réis de ordenado (fora outros gastos) fico eu desamparado de remédio. Sem embargo do que seguirei o intento que digo, lhe acabar de gastar o que possuo, pesaroso de não ser muito, para no Cabo Frio deixar feito uma grande povoação, para o que será de grande efeito dar a guerra ao gentio aitacas por não vir a favorecer ao inimigo. Vossa Majestade mande com brevidade me venham as caravelas de munições porque com isso ficarei animado a fazer uma grande presa, porque sem falta pretendem carregar ali todos os anos pau, por ser bom e haver quantidade, e do que suceder irei sempre avisando a Vossa Majestade, cuja católica pessoa nosso Senhor guarda como pode".

Essa carta foi republicada, ainda com a data errada, por Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, 2ª parte, 234 e 235, Lisboa, 1900. O original conserva-se na Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, parte 1ª, maço 117, doc. 74.

A diligência de Constantino de Menelau contra os ingleses que tinham levantado em Cabo Frio um fortim, e precipitadamente o evacuaram à sua chegada,

partindo logo os navios que estavam a carregar pau-brasil, devia ter-se efetuado em setembro. Antes, mas ainda em 1615, havia ele expelido do lugar os tripulantes de vários navios holandeses, fazendo alguns prisioneiros, que foram mandados ao governador-geral. Em sua carta, acima transcrita, diz Menelau que recebera no Rio de Janeiro a ordem para fazer no Cabo Frio duas fortalezas e uma povoação, e em cumprimento dessa determinação devia partir dentro de quinze dias. Fê-lo, efetivamente, em companhia de alguns portugueses e moradores do Rio de Janeiro e de quatrocentos índios da aldeia de Sapetiba, viajando por mar. No lugar da Casa de Pedra, assim chamado por terem ali feito uma os franceses que traficavam com os índios o pau-brasil, arrasada por voto de todos que o acompanhavam, mandou construir uma fortaleza, a que deu o nome de Santo Inácio, com sete peças de bronze, e junto dela lançou os fundamentos da nova povoação, a que pôs o nome de Santa Helena, em 13 de novembro do mesmo ano de 1615, dando-lhe o título e foro de cidade. Pizarro, *Memórias históricas*, **2**, 133-211. O auto da fundação lê-se em Melo Morais, *Brasil histórico*, 2ª série, **2**, 133 e 134, e em Macedo Soares, *Câmaras municipais*, de Cortines Laxe, 499-452, Rio, 1885. Conf. B. da Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 348-409, e Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 531 e 532, ed. 1946.

Por capitão e governador deixou ali Menelau a Estêvão Gomes, que começou a povoar a terra, distribuindo-a por sesmarias, das quais duas são bem conhecidas: a Generosa Salgada, em 3 de agosto de 1616, Macedo Soares, op. cit., 456; e ao padre Antônio de Matos, em 16 de maio de 1617, J. Norberto de Sousa Silva, *Revista do Instituto Histórico*, **17**, 420-423. O nome de Santa Helena para designar a nova cidade já então era substituído pelo de Assunção de Cabo Frio.

Sobre as aldeias de índios que haviam de passar ao Cabo Frio, veja a provisão real de 31 de outubro de 1616 e o parecer que sobre o negócio deu Martim de Sá, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 31-34. – (G.).

XIV
(Pág. 973)

A esquadra do almirante Joris van Spilberg, armada pela Companhia das Índias orientais, destinava-se a procurar pelo estreito de Magalhães uma passagem mais curta para as Molucas. Compunha-se de seis navios: o *Groote Zon* (*Grande Sol*), o *Groote Maan* (*Grande Lua*), o *Jager* (*Caçador*) e *Meeuw* (*Gaivota*), de Amsterdã; o *Eolus*, da Zelândia, e *Morgenstern* (*Estrela matutina*), de Rotterdã.

Zarpando do porto de Amsterdã a 8 de agosto de 1614, só a 12 de outubro avistou a esquadra as costas do Brasil, na altura do Cabo Frio ou Rio de Janeiro. Passara grandes privações em dois meses de viagem, com falta d'água e parte da tripulação iscada de escorbuto. Em tais condições, o almirante resolveu, antes de prosseguir para o sul, refrescar longamente na Ilha Grande, onde chegou no dia 20. A ilha estava deserta e nela foram desembarcados os doentes, começando-se logo

a fazer aguada e pescaria. No princípio nenhuma hostilidade sofreram os intrusos por parte da população, que nem sequer se mostrava; mas, dez dias depois da chegada, cinco canoas armadas, de portugueses e índios, tomavam três escaleres dos holandeses e massacravam suas tripulações. As chalupas da esquadra iam perseguir os agressores, caçando-os; mas, como avistassem duas fragatas portuguesas, que iam sobre elas, desistiram do intento e fugiram a toda a força de remo.

A esquadra continuou ancorada na Ilha Grande durante o resto do ano de 1614 e primeiros dias de 1615, sempre sobressaltada do receio de agressão. A 11 de janeiro voltavam os doentes para bordo, onde havia muitos outros. Com a marinhagem assim desfalcada, o almirante não se afoitou a arrostar os perigos da navegação nos mares do sul e deliberou aportar a São Vicente, a fim de pedir refrescos aos portugueses. A 15 de janeiro deixava a esquadra a Ilha Grande e a 17 bordejava na costa paulista; a 19 entrava em comunicação com os habitantes de São Vicente, em tentativas de acordo que se prolongaram até 23 sem nenhum resultado. Nesse dia, o almirante, já irritado com as delongas e negaças, resolveu agir com energia, fazendo desembarcar sua gente, que em pessoa comandava. O desembarque efetuou-se na margem ocidental da barra do Casqueiro; a tropa marchou até a capela das Neves e engenho dos Schetz, de Antuérpia, próximo da vila, o qual foi ocupado. A 24 o almirante adiantou-se pelo canal adentro, em direção a Santos: a 25 ocupou um velho baluarte, onde foi atacado pelos habitantes, que fugiram após ligeira troca de frechadas e tiros de mosquetes. No dia seguinte, ainda foram tentadas por parte dos holandeses negociações para acordo, em conselho dos comandantes, que tinham pressa em receber socorros e mantimentos, porque se aproximava a estação favorável para a travessia do estreito de Magalhães. Nesse dia a esquadra aprisionou e incendiou um navio português, que demandava a barra de Santos. Por meio dos tripulantes desse navio continuaram insistentes as propostas de paz: era a troca de prisioneiros homem por homem, sendo os que restassem dos portugueses libertados a preço de víveres, sobretudo gado, para a esquadra. Havia holandeses aprisionados na Ilha Grande, que estavam no Rio de Janeiro, e havia portugueses, em maior número, a bordo da esquadra, não só tomados ali como no navio incendiado. Os de terra, entretanto, mostravam-se irredutíveis em não admitir relações de comércio com os holandeses, proibidas por ordens severas emanadas da corte. A 29 os holandeses voltaram ao engenho dos Schetz e incendiaram-no; a 31, em Ponta Grossa, na barra de Santos, entre um destacamento de soldados e marinheiros da esquadra e habitantes armados travou-se renhido combate, em que os holandeses conseguiram retomar uma lancha, mas tiveram alguns mortos e muitos feridos. A 2 de fevereiro, depois de ter libertado quatro dos prisioneiros, Spilberg, com tempo favorável, fez-se de vela rumo sul. Dois dias depois perdia de vista a costa brasileira, que tão inóspita lhe fora. O resto da navegação famosa de Spilberg não interessa à história do Brasil.

Veja Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 5-8, La Haye, 1853: Afonso d'E. Taunay, in *Revista do Instituto Histórico*, **84**, 428-448, e *Na era das bandeiras*, 61-87, São Paulo, 1922, belo e erudito estudo de que, *data venia*, se aproveitou o anotador. Veja também Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 116, e *Efemérides brasileiras*, 60, ed. 1946. A efeméride de 31 de janeiro de 1615 foi omitida na publicação, mas está no original que se conserva no Instituto Histórico e figura na última edição. – (G.).

Seção XXVII

Perda e recuperação da Bahia.
O sul e o Maranhão.

Providências tomadas pelo governador Diogo de Mendonça. Rivalidades do bispo. O inimigo acomete a Bahia. Desembarca, toma a cidade e prende o governador. Juntam-se os moradores nos arredores e começam a hostilizar os intrusos. São mortos sucessivamente dois governadores da cidade. Primeiras providências vindas da corte. Mando de Nunes Marinho. Morte do bispo. Governo de d. Francisco de Moura. Chega a esquadra auxiliadora. Sítio posto à cidade. Surtida do inimigo. Sua capitulação. Regresso da esquadra auxiliadora. Governo de Diogo Luís. Dois ataques do bravo Piet Heyn contra o Recôncavo, em 1627. Providências insuficientes tomadas pela Corte. Real d'água. Supressão da Relação. O sul e norte do Brasil por esse tempo. Sublevações dos índios no Recôncavo, no Rio Grande do Norte. Missões de Guairá. Rio de Janeiro. Campos. Ceará. Maranhão e Pará. Propostas de Bento Maciel. Capitanias de Cumá e Cametá. Forte do Desterro no Amazonas.

Quando chegou a notícia dos intentos hostis da expedição holandesa, estava de governador-geral na Bahia Diogo de Mendonça Furtado, que havia recebido a tal respeito avisos diretos da metrópole, com ordens mui antecipadas para fortificar especialmente

as entradas dos portos da Bahia e do Recife. Para dar o devido cumprimento a tais ordens, teve o mesmo governador que arbitrar uma nova contribuição[1]; apesar de ter encontrado na cobrança dela alguma oposição, seguiu providenciando acerca da defesa da Bahia o melhor que soube: fez guarnecer de artilharia os fortes já construídos; levantou outro novo em uma laje que havia no porto em frente da cidade, consistindo apenas em uma cerca de faxina e de cestões, dos quais alguns ainda vazios.

Existiam nesse momento na cidade uns três mil homens d'armas; havia o governador, pouco antes, ao receber as primeiras notícias de que para ali se dirigia o inimigo, convocado dos arredores todos os da ordenança, muitos dos quais tinham acudido de menos

---

1 Dessa contribuição houve embargos, que a corte, ouvido o Desembargo do Paço, julgou improcedentes, conforme a carta régia de 20 de julho de 1623: "Havendo visto as consultas do Desembargo do Paço, que enviastes com a carta de 27 de maio passado, sobre a imposição e avarias que Diogo de Mendonça Furtado, governador do Brasil, por meu mandado, impôs de novo naquele estado, principalmente na Bahia e Pernambuco, e tendo em consideração ao muito que importa ao bem comum do mesmo estado fortificar as praças dele, de maneira que possam resistir aos muitos inimigos que as desejam ocupar: Hei por meu serviço e mando que a resolução tomada se execute e passe adiante, e a imposição e avarias se cobrem com efeito, correndo a administração pelos oficiais das câmaras, como até agora, sem nisto haver alteração; escusando-se, porém, o gasto dos oficiais que não forem necessários. E que em Pernambuco, do procedido da imposição daquela capitania, se deixe todo o necessário para sua fortificação, antes de se levar à Bahia o restante, e o governador cometa ao desembargador Pedro Casqueiro da Rocha, que, com comunicação de Matias de Albuquerque averigue e assente o que se há mister, e o faça executar, e nesta conformidade mando escrever a Diogo de Mendonça e Matias de Albuquerque, sobre tudo." – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 96. – Outra carta régia, com a data de 17 de julho de 1624, toma providências sobre a aplicação do imposto estabelecido para a fortificação de Pernambuco e Bahia, ibidem, **3**, 124. – (G.).

boa vontade; e assim o manifestavam, com o apoio do próprio bispo da diocese, d. Marcos Teixeira, que, acabando de ter com o mesmo governador conflitos de jurisdição e disputando-lhe até a precedência[2], aproveitava este ensejo para lhe fazer oposição e alcançar popularidade.

Apesar de mui adiantado em anos, era o bispo ainda escravo dos estímulos da ambição[3]. Por seus esforços, depois de propor que se criassem alguns oficiais do Santo Ofício no Brasil[4] "que os havia mister pela muita povoação e qualidade da gente que nele habitava", tinha conseguido fazer-se nomear inquisidor comissionado no mesmo Brasil e, opondo-se ao pensamento manifestado pela Coroa de criar um bispado no Maranhão, reunindo-se a esse novo bispado a administração eclesiástica de Pernambuco e Paraíba, havia alcançado que tudo lhe ficasse sujeito[5]. Encontrando alguma contrariedade da parte do desembargador Francisco Mendes Marecos, procurador

---

2 Em carta régia de 3 de julho de 1624: "Vi uma consulta do Desembargo do Paço sobre a precedência entre o bispo e o governador do Estado do Brasil, e hei por bem declarar que, nos avios públicos em que concorrerem, há de preceder o bispo." – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 123. – (G.).

3 Marcos Teixeira, de 11 de setembro de 1618 a 26 de janeiro de 1619, foi inquisidor e visitador da Bahia e seu recôncavo e de Angola, por comissão de d. Fernando Martins de Mascarenhas; bispo inquisidor-geral dos reinos e senhorios de Portugal – Conf. nota 71 da seção XXVI. – Não consta a data de sua nomeação para bispo do Brasil, somente que partiu a assumir suas funções em novembro de 1622 e chegou com próspera viagem, Severim de Faria, *História portuguesa*, 23, Fortaleza, 1903. – (G.).

4 Carta régia de 22 de julho de 1621, in J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **3**, 50. – Já então d. Marcos Teixeira devia estar nomeado bispo do Brasil. – (G.).

5 Veja a nota XI da seção XXVI. – (G.).

da Coroa e que em desempenho de seus deveres defendia os foros desta, havia, pouco antes, chegado ao excesso de excomungá-lo[6].

No dia 8 de maio de 1624 foram avistadas as velas inimigas, e desde logo mandou o governador tocar a rebate e, juntando-se de novo a gente, a distribuiu como julgou mais acertado. O bispo apresentou-se nessa mesma tarde, com uma companhia de eclesiásticos armados e, percorrendo as estâncias, exortava a todos à defesa, o que igualmente, a seu exemplo, praticaram vários indivíduos das ordens religiosas, os quais, aliás, bastante faziam então avultar o número dos moradores da cidade.

Na madrugada do dia seguinte, o inimigo, com vento favorável, enfiou a entrada, passando longe do alcance do canhão dos fortes. Eram trinta e três navios. Cinco deles fundearam logo defronte de Santo Antônio; enquanto os demais, com a almiranta, seguiram até pôr-se em linha em frente da cidade. Então disparou a mesma almiranta com pólvora seca, e despediu um batel com bandeira de paz; mas à salva e às indicações pacíficas responderam os fortes com alguns tiros de bala; o que vendo os atacantes começaram a disparar por bandas contra o forte do mar e a cidade, e os quinze ou dezesseis navios que estavam junto à praia, e cujas tripulações trataram logo de desampará-los, depois de lançar-lhes fogo; mas

---

6 Em carta régia de 7 de maio de 1624: "Conformo-me com a consulta do Desembargo do Paço, sobre as diferenças que no Brasil houve entre o bispo e os desembargadores da relação da Bahia; acrescentando que ao bispo se estranhará haver excomungado o procurador da Coroa por requerer a direito dela, como parte, e que, se da diligência que se manda fazer, constar que o desembargador Francisco Mendes Marecos rompeu o precatório, seja logo repreendido do excesso que cometeu." – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **3**, 121. – (G.).

tão malposto este que, com três lanchas apenas, conseguiram os inimigos atalhá-lo em oito deles, dos quais se apoderaram à boca da noite. Parece que projetaram os atacantes abalroar o forte do mar; porém, receosos dos baixos, deram fundo e começaram a batê-lo, despedindo logo depois de bordo quatorze lanchas armadas. Por fim conseguiram assenhorear-se do mesmo forte, com perda apenas de quatro mortos e dez feridos[7].

Entretanto, desde as duas da tarde, uma força de mais de mil homens, com duas peças de artilharia, efetuara outro desembarque, do lado da barra, perto do pontal de Santo Antônio e, assenhoreando-se do forte aí situado, se dirigiu para a cidade, sem encontrar a menor resistência, em vários desfiladeiros no caminho, onde houvera sido facílimo apresentá-la.

Para mais favorecer os atacantes, ao entrar a noite, ainda os arredores da Bahia se viam alumiados pelo clarão que despediam os navios que se incendiavam, e cuja combustão, facilitada pelo alcatrão dos massames, era alimentada pela carga de açúcar que abarrotava alguns deles.

Os que por terra vinham do lado da barra seguiram até as portas da cidade e foram sem a menor resistência alojar-se em São

---

7 Severim de Faria, *História de Portugal*, 26, Fortaleza, 1903, relata essa passagem de modo diverso e com mais pormenores: "Fechada a noite acometeram os inimigos o forte com quinze lanchas; retiraram-se os nossos a uma trincheira, que lhes ficava da banda da cidade, porque o forte estava rodeado de lagoa, e temeram serem cercados da parte da terra, donde não tinham reparo algum, nem podiam ser defendidos, antes ofendidos. Entraram os inimigos no forte, rebateram os nossos com a mosquetaria, e fizeram-nos desamparar o forte com morte de 30 ou 40 soldados, e da nossa parte morreu Pero Garcia, homem bem conhecido, e que pelejou como esforçado, e um seu criado." – (G.).

Bento, extramuros; e toda a gente de cavalo que o governador mandara ao seu encontro havia desertado.

Os moradores, já aterrados com o grande estampido dos canhões, com o incêndio de uns de seus barcos e tomada de outros, e finalmente com a perda dos dois fortes, ao ter notícia de achar-se o inimigo tão perto, tomaram-se de extraordinário pânico e começaram logo nessa noite todos a fugir, sem poder contê-los o governador. O próprio bispo, que tão valente se mostrava na véspera, se dirigiu ao colégio dos padres da Companhia e induzia muitos a que fugissem com ele, levando consigo quanto de mais precioso possuíam, arrebanhando destarte também após si muitas famílias.

Detiveram-se esses fugitivos um pouco na quinta do mesmo colégio, a meia légua da cidade[8]; e logo seguiram dali até o rio Vermelho. Levava esse rio bastante água e não se podia vadear. Achavam-se na sua margem milhares de pessoas, incluindo muitas mulheres e crianças. Aos lamentos de quem já chorava tanta desgraça vieram então juntar-se os ais e suspiros de todos, quando, alta noite, apoderados de medo chegaram a crer realmente o que viam na fantasia: a saber que o inimigo vinha em perseguição deles, e ali os ia alcançar a todos em breve.

Entretanto, os holandeses pernoitavam no forte do mar e no convento de São Bento, fantasiando, por sua parte, os perigos que ainda teriam que passar no ataque da cidade, que reservavam para a manhã imediata.

---

8 Era a quinta do Tanque, atualmente chamada dos Lázaros, no arrabalde de Brotas. – (G.).

Mas durante essa noite fugiam todas as tropas, ao serem informadas de retirada da cidade do bispo e de grande parte dos moradores. No dia seguinte os agressores entraram na cidade e dirigindo-se ao palácio do governador o prenderam, sem que este pudesse impor nenhuma espécie de capitulação[9].

Enviado à Europa, com os demais prisioneiros, que foram o seu filho Antônio de Mendonça, de dezessete anos de idade, o sargento-mor da cidade Francisco de Almeida, o ouvidor-geral Pedro Casqueiro, o provincial dos jesuítas Domingos Coelho e mais quatro padres e quatro irmãos, de todos eles, nesse mesmo ano, depois de chegarem (em outubro) à Holanda, foi publicada, em Amsterdã, uma gravura, com os respectivos retratos, em corpo inteiro, tendo em primeiro plano o governador e o provincial, no fundo a vista da cidade do Salvador (I).

Assim, a milícia do país, sem a necessária disciplina, abandonara os seus postos, à medida que o perigo deles se aproximava; e os moradores, vendo fugir os que deviam defendê-los, fugiam também, abandonando os seus lares e procurando levar consigo quanto podiam.

A muita facilidade encontrada pelo inimigo em assenhorear-se da cidade não o fez adormecer nem descuidar-se de prover sem demora a aumentar a sua defesa, a fim de resistir aos que, em tão grande número, a tinham abandonado e podiam, cobrando brios,

---

9 "Acharam o governador em sua casa, dela o levaram preso para a capitânia, arrependido, como se deve entender, de não haver prevenido as disposições necessárias para a defesa da cidade, que puderam assegurar-lhe a maior glória", Ericeira, *História de Portugal restaurado*, **1**, 52, Lisboa, 1751. – (G.).

procurar recuperá-la. Tratou logo de entrincheirar-se, cavando fossos, levantando parapeitos, construindo baterias e plataformas e artilhando-as convenientemente. Reforçou os parapeitos com pentes e paliçadas e acumulou nas entradas infinidades de estrepes. E todo o sistema de defesa ganhou muito, amparado por uma espécie de lagoa invadeável, que engenhou do lado da terra, represando aí as águas correntes, por meio de um dique levantado defronte do convento de São Francisco e defendido por uma bateria. Ao mesmo tempo eram lançados bandos e proclamações, convocando os habitantes a regressar às suas casas, prometendo-se-lhes a maior tolerância e respeito à propriedade.

Em abono da verdade, cumpre dizer que mui poucos dos moradores acudiram ao chamamento.

A maior parte dos que haviam deixado a cidade se passaram do rio Vermelho à aldeia do Espírito Santo, hoje Abrantes, a umas seis ou sete léguas da mesma cidade. Reunidos aí ao bispo vários desembargadores, tendo a certeza da prisão do governador, decidiram que esse se devia considerar morto para o Estado e que, neste conceito, eles se achavam autorizados a abrir as vias de sucessão. Encontrou-se nelas designado Matias de Albuquerque, capitão-mor em Pernambuco, que desde logo foi disso avisado; assentando-se, porém, que, enquanto esse novo governador não chegasse, ou não indicasse quem o devia substituir, obedecessem todos[10] ao desembargador Antão de Mesquita de Oliveira, o qual, entretanto, se

10 "De acordo com os oficiais da câmara de Bahia, que estavam retirados na Pitanga", diz Bartolomeu Guerreiro. – (A.). – *Jornada dos vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahia de todos os Santos*, etc. fls. 6 v., Lisboa, 1625. – (G.).

apelidaria capitão-mor e seria auxiliado, no que respeitava à milícia, por seis capitães que foram também nomeados.

Desagradou, segundo parece, a eleição do desembargador ao bispo d. Marcos, o que se nos apresenta como bastante provável, ao lembrarmo-nos das provas de ambição que dera antes, disputando preeminências ao próprio governador, nomeado pelo soberano. O certo é que Antão de Mesquita foi dentro de poucos dias deposto pelos oficiais da câmara da cidade reunidos na Pitanga, os quais elegeram por capitão-mor ao mesmo bispo e por coronéis de toda a milícia da terra aos moradores Antônio Cardoso de Barros e Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, ambos naturais do Brasil e que porventura ajudaram também a depor Antão de Mesquita.[11]

---

11 Não se apuram bem os motivos da deposição de Antão de Mesquita. Diz Antônio Vieira, na *Ânua* de 1624, *Anais da Biblioteca Nacional*, **19**, 188, que ele "fez tudo a que pôde, mas impossibilitado do estado das cousas não pôde chegar ao muito que pretendeu". Daí não se deve inferir que faltassem ao capitão-mor togado as iniciativas enérgicas que veio a tomar depois o capitão-mor mitrado. É mais razoável atribuir o fato ao orgulho deste, que não podia sofrer o mando de outrem. d. Manuel de Meneses, na *Recuperação da Cidade do Salvador,* in *Revista do Instituto Histórico*, **22**, 399, refere-se a uma carta de 12 de setembro, em que Antão de Mesquita, dando novas a Matias de Albuquerque de ser chegado o capitão-mor Francisco Nunes Marinho, "fala como apaixonado e ressentido, alegando muito o que mereceu a serviço de S. M. na paciência com que dissimulou os agravos que recebia do bispo, a quem carrega muito com sinônimos gramáticos de ambicioso, e se queixa do ódio que lhe tinha mui antigo por razão das contendas com a Relação sobre querer usurpar a jurisdição real". O autor, na *História das lutas com os holandeses no Brasil*, 25, Lisboa, 1872, diz que viu em 1867, no antigo cartório da Tesouraria da Bahia, em letra já bastante apagada, o livro das vereações da Câmara, enquanto fora da cidade. Porventura só esse livro poderia dar luz acerca da deposição de Antão de Mesquita. Existirá ainda? Não é provável. – Segundo fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 516, 3ª ed., 1931, os coronéis eleitos pelo bispo foram Lourenço Cavalcante de Albuquerque e Belchior Brandão, mas o nome de Antônio Cardoso de Barros

Apoderado do governo, desenvolveu o bispo a maior atividade. Ordenou que seiscentos homens escolhidos, em vinte e sete guerrilhas ou companhias de emboscada, de vinte e cinco a quarenta indivíduos cada uma, se aproximassem da cidade, às ordens dos mesmos coronéis, os quais teriam, à sua conta, um o distrito do Carmo, e outro o de São Bento, únicas paragens por onde, em consequência do dique, a cidade era acessível. E pela sua parte ele, bispo, com os demais soldados, em número passante de mil, deixando a aldeia do Espírito Santo, se aproximou também da cidade, a uma légua dela; assentando arraial junto ao rio Vermelho, fortificando-o com fossos e trincheiras dobradas, "sendo o primeiro que, para as fazer, tomou a enxada e cesto". Ainda em seu tempo, no mesmo arraial foram assestadas "seis peças de artilharia, seis roqueiras e três falcões de bronze"[12].

Entretanto, as companhias de emboscada se aproximavam muito da cidade e do lado do Carmo por vezes surpreenderam o inimigo, e lhe mataram ou aprisionaram alguns. Chegaram até a idear entrar pelo convento, e passar dele à cidade, surpreendendo-a; mas não correspondeu o resultado aos desejos. Aventurado foi, porém, o capitão Francisco Padilha, armando defronte de São Filipe uma cilada ao governador da praça, Van Dorth, quando vinha de visitar Monserrate. Disparando contra ele, e matando-lhe o cavalo que

---

vem abonado por d. Manuel de Meneses, op. cit., 370, e por Tomás Tomásio de Vargas, *Restauración de la ciudad del Salvador*, fls. 43, Madri, 1628. Fr. Vicente do Salvador testemunhou os sucessos de dentro da cidade sitiada. – (G.).

12 São palavras de d. Manuel de Meneses, *Recuperação* citada, 400. – (G.).

montava, arremeteu a pé e degolou-o[13]. Dias depois foi igualmente surpreendido e aprisionado o comandante do forte de Itapagipe[14]. Seguiram-se outras emboscadas, mais ou menos felizes, sendo uma na ilha de Itaparica, onde, passando os holandeses a fazer carnagem, os capitães Afonso Rodrigues Adorno e Pero do Campo os foram surpreender, tomando-lhes duas lanchas e cinco roqueiras[15] e outra em que o inimigo deixou no campo, entre mortos e feridos, quarenta e cinco, graças ao arrojo do dito capitão Padilha e de três outros mais[16], todos pelo bispo armados cavaleiros. Provavelmente foi nesta refrega que morreu o coronel Albert Schott, sucessor de Van Dorth.

Em princípios de setembro chegou ao arraial Francisco Nunes Marinho, mandado de Pernambuco por Matias de Albuquerque, já de posse do governo, para servir de capitão-mor, cargo este que havia exercido na Paraíba, onde estava residindo. Trazia algum socorro de munições, e poderes para que o seu mando se estendesse também a Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro. No mesmo arraial o bispo lhe entregou o governo, e daí a um mês proximamente (8 de outubro) entregava a alma a Deus[17].

---

13 Esse feito deu-se a 17 de junho de 1624, em Água dos Meninos, nos arredores da Bahia – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 287, ed. de 1945. – (G.).

14 A 1 de agosto. O autor dessa proeza foi o capitão Manuel Gonçalves. – Rio Branco, op. cit., 355. – (G.).

15 A 3 de setembro. – Rio Branco, op. cit., 409. – (G.).

16 Os companheiros de Francisco Padilha foram os capitães Antônio de Morais, Francisco Brandão e Antônio Machado. O combate deu-se a 3 de setembro. – Conf. Tamásio de Vargas, *Restauración* citada, fls. 44 v. – (G.).

17 Nuno Marques Pereira, *Compêndio narrativo do Peregrino da América*, 62, Lisboa, 1731 (pág, 75, vol. I da edição da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1939), dá para o falecimento do bispo a data de 6 de outubro; mas a de 8

Para ajudar a Francisco Nunes Marinho mandara Albuquerque a Manuel de Sousa d'Eça, antes capitão no Ceará, e já despachado para o Pará.

Nunes Marinho assinalou-se por novas empresas felizes, não só do lado do Carmo e de Itapagipe e ilha de Itaparica como do lado de São Bento e até da Vila Velha, o que obrigou os sitiados a roçar o mato e a cortar as árvores ao redor da praça, até onde puderam, e a abandonar o forte da barra, que ainda então ocupavam.

O mando de Marinho foi ainda de menos duração do que o do bispo, pois não chegou a ser de três meses, passando-o (no dia 3 de dezembro) a d. Francisco de Moura, natural de Pernambuco e que militara em Flandres: era sobrinho do famoso d. Cristóvão de Moura e acabava de governar em Cabo Verde. Estava já pelo rei nomeado e prestes a partir, quando em Lisboa havia chegado a parte de Matias de Albuquerque de haver escolhido a Nunes Marinho – pela muita confiança que nele punha. Trazia d. Francisco de Moura o título de "*capitão-mor do Recôncavo*", e era portador de promessas e esperanças de um socorro considerável. Porquanto chegada (em julho), a Lisboa e a Madri, a notícia da ocupação da Bahia, todos se haviam alarmado

---

está na *Ânua* de Antônio Vieira, 193, e em fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 539, 3ª ed., 1931. Foi sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho da Cidade, em Itapagipe de Cima. Na *História das lutas*, 27, Lisboa, 1872, o autor alude ao boato que se levantou de ter o bispo morrido por veneno, citando o sermão pregado na Sé na Bahia, em 5 de maio de 1525, por fr. Gaspar da Ascensão, que corre impresso. Tal boato, porém, para ele não tem fundamento; parece-lhe mais natural atribuir a morte do bispo "ao resultado de tantos trabalhos, em idade tão avançada, ou ainda ao sentimento de deixar, quando menos o pensava, o mando quem tanto o saboreava e fizera por ele". – A 27 de janeiro de 1625 falecia na aldeia do Espírito Santo o padre Fernão Cardim. – (G.).

muito, já pela perda dela em si, já, principalmente na Espanha, pelo perigo que dessa perda resultava a todas as suas colônias da América[18].

Em conselho pleno de estado e guerra se havia resolvido[19] o apresto de uma poderosa esquadra, para seguir para a Bahia, com um corpo de oito até doze mil homens de tropas, devendo ouvir-se a tal respeito a d. Fadrique de Toledo, como já o predispondo ao mando dela. Para a esquadra e para o reforço de gente, deviam concorrer não só Portugal como também os demais estados subordinados à mesma coroa, incluindo Nápoles.

Bem saberia a corte (II) que um grande socorro não se podia mui depressa arranjar só em Portugal e a consciência lhe diria que esta calamidade só a recebia aquele reino por lhe estar sujeito.

Enquanto, porém, a esquadra se ficava preparando, enviava a corte o dito d. Francisco de Moura. Além disso, havia expedido a favor de Matias de Albuquerque alvará de confirmação no governo do Brasil, dispensando-o da obrigação de residir na Bahia, segundo fora

---

18 A notícia da ocupação da Bahia pelos holandeses chegou a Lisboa a 25 de julho e no último do mesmo mês, à meia-noite, a Madri, d. Manuel de Meneses, *Recuperação* citada, 355. A nova produziu enorme consternação quer numa, quer noutra cidade, e logo se pensou em dar forte contragolpe no herege intruso, a fim de impossibilitá-lo de servir-se da posição conquistada como base de operações contra o comércio colonial ibérico. Pouco antes, escreve Hermann Waetjen, *Das hollaendische Colonialreich in Brasilien*, 41, Haia, 1921, a população portuguesa não queria saber de seus tiranos espanhóis; agora estava toda ela a ferro e fogo para agir de comum acordo. Pela primeira e única vez se achou a corte espanhola cordial e mesmo entusiasticamente secundada pela opinião nacional portuguesa, observa George Edmundsen, *The Dutch Power In Brazil,* in *The English Historical Review,* **11***, 24*, Londres, 1695. – (G.),

19 Simancas, *Consultas Orig. Minist. de Guerra*, Legajo 1325. – (A.).

ordenado desde 19 de março de 1614[20]. Igualmente recomendara a Francisco Coelho de Carvalho, que estava nomeado governador do novo Estado do Maranhão, e já em caminho para ele, que, com a gente que levava, se detivesse em Pernambuco. Ao governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, ordenara que acudisse à Bahia com quanta gente e mantimentos pudesse. Havia sido encarregado de trazer estas ordens Francisco Gomes de Melo, natural do Brasil e pouco antes (13 de julho de 1624) nomeado capitão do Rio Grande do Norte[21]; não havia tardado ele em partir, com duas caravelas, em companhia de Pedro Cadena[22] de Vilasanti, casado na Paraíba e que ao depois (1637-1638) veio a ser na Bahia provedor-mor[23].

Por sua parte os holandeses não deixaram de receber também promessas, e deviam já considerar como prova de muita importância que a Companhia Ocidental ia dar a sua nova conquista um extenso

---

20 Carta régia dessa data, in J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **2**, 98. – (G.).

21 Veja Vicente de Lemos, *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, **1** (único publicado), 13/14, Rio, 1912; A. Tavares de Lira, *História do Rio Grande do Norte*, 85/89, Rio, 1921. – (G.).

22 Não Pedro *Cudeña*, como se diz na tradução alemã da sua *Descrição do Brasil* em 1634, impressa em Brunswick, 1780. – (A.). – Casou em Pernambuco, com d. Beatriz Bandeira de Melo, nascida na mesma capitania, filha de Filipe Bandeira de Melo e de sua mulher d. Maria Maciel de Andrade, pessoas nobres, naturais de Portugal. – Algumas notas genealógicas sobre os *Cadenas*, por Nuno Lomelino da Câmara, *in Relação diária do cerco da Bahia em 1638,* adiante citada, 354. – (G.).

23 Brito Freire [*Nova Lusitânia*] §§ 171 e 900. – (A.). – Por provisão do governador-geral do Brasil, Pedro da Silva, de 15 de dezembro de 1635, *Documentos históricos*, **XVI**, págs 282/284. – Pedro Cadena era moço fidalgo da casa real e cavaleiro do hábito de São Bento de Aviz. Seu nome aparece mais vezes nesta *História*. – (G.).

regimento, para o seu governo, datado de 19 de novembro; e que, se bem desta vez não teve aplicação, veio mais tarde a servir de modelo para outro de Pernambuco (III).

Consolavam-se também os holandeses com os reforços que recebiam, e com as presas que faziam, algumas das quais, sem trabalho, indo alguns navios, ignorando que eles se achavam de posse do porto, aí fundear. Neste número se contou um em que vinha, com sua família e cabedais, d. Francisco Sarmiento de Sotomaior, que havia sido governador do Potosí. E mais que tudo se consolavam os holandeses com as notícias que recebiam, de que também já nos portos de Holanda se ficava aprestando uma grande armada para socorrê-los.

O mando de d. Francisco de Moura assinalou-se pela ocupação de vários postos fortificados do Recôncavo, de que era capitão-mor, empresa que cometeu a Manuel de Sousa d'Eça, e pela conveniente organização, para melhor proteger os engenhos, de uma pequena esquadrilha de lanchas canhoneiras e barcos armados, da qual fez cabo a João de Salazar de Almeida. O inimigo ainda em seu tempo intentou uma surtida, do lado do Carmo, mas foi escarmentado, como sempre; pelo que ordenou, sob pena de morte, que nenhum mais devassasse as muralhas da cidade.

Aos 22 de março se descobriram, fora da barra, nas águas da Bahia, muitas velas. Com a tendência do espírito humano, de acreditar-se mais o que mais se deseja, cada uma das duas parcialidades imaginou que era a socorrida. Mas embalde se alvoroçaram os holandeses. Aproximou-se a esquadra, começaram os nossos a fundear, e pelos pavilhões todos reconheceram que era a prometida

da corte católica contra os holandeses, tendo por chefe o valente d. Fadrique de Toledo[24].

Na totalidade vinha a mesma esquadra a compor-se de cinquenta e dois navios de guerra sem contar os transportes, cujo número era proporcionado à condução da gente de socorro, que na totalidade consistia em doze mil quinhentos e sessenta e três homens, dos quais uns quatro mil correspondiam ao contingente português; onde era tanta a nobreza, segundo o testemunho unânime dos escritores, que se chegou a asseverar que, desde as expedições de d. João I a Ceuta, e de d. Sebastião a Tânger, não houvera exemplo de outra que de tão luzida e bem nascida gente se compusesse.

Fundeada a frota, ao norte da barra, foram logo a bordo d. Francisco de Moura e outras pessoas principais do acampamento, e no conselho, que então teve lugar, se assentou de fazer desembarcar primeiro quatro mil homens, a saber: mil e quinhentos portugueses, dois mil espanhóis e quinhentos napolitanos.

Na manhã seguinte melhoraram os navios para dentro da baía, tomando-lhe a barra em linha de noroeste a sueste, a fim de evitar que se escapasse a frota holandesa, que constava de vinte e cinco navios. Esta limitou-se a coser-se com a terra, buscando o amparo das baterias da praça.

No dia 30 efetuou-se o desembarque folgadamente, com auxílio dos grandes barcos dos engenhos, cada um dos quais conduzia junta uma companhia. Com os primeiros que desembarcaram seguiu

---

24 Não "Francisco Taletano", como escreveu o eloquente Barlaeus. – (A.). – *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper genstarum sub praefectura Illustrissimi Comitis 1. Mauritil Nassoviae... História*, 18, Amsterdã, 1647. – (G.).

d. Francisco de Moura. Também foi conduzida para terra alguma artilharia, a fim de ser assentada nas novas baterias, que logo se começaram a construir.

Com a tropa chegada de reforço o cerco da cidade se regularizou pela ocupação de todas as alturas de redor, concentraram suas forças os sitiantes, principalmente em cinco pontos.

Ameaçado por tantas forças, tratou o inimigo de concentrar as suas, abandonando o forte de Monserrate, e o da Água dos Meninos, entre aquele e a cidade. Com a ocupação deste último forte adquiriram os nossos um porto cômodo para o desembarque das tropas da artilharia, o qual até então se efetuara junto da barra com dificuldade.

Por outro lado certo desleixo dos novos sitiadores, confiados excessivamente na superioridade do número, lhes veio a custar bastante caro. O holandês, descobrindo que a estância de São Bento se achava mui desguarnecida e que os soldados aí estavam em grande número desarmados e trabalhando em terraplenar o caminho, e pouco vestidos, em virtude do calor, intentou sobre essa estância, pela volta das onze horas da manhã, uma arrancada dirigida pelo capitão Kijf, a qual nos custou a perda de trinta e seis mortos e noventa e dois feridos, pela maior parte castelhanos, e alguns de maior graduação[25]. Menos felizes foram no dia seguinte, que intentaram outra saída, porque encontraram já todos de sobreaviso.

No dia 6 de abril acercou-se da praça a esquadra libertadora, sofrendo vivo fogo das baterias e expondo-se ao de três brulotes

---

25 A surtida do capitão Kijf sobre São Bento foi a 2 de abril. Entre mortos e feridos do lado dos castelhanos e portugueses, d. Manuel de Meneses, *Recuperação* citada, 545, avalia o número em cento e noventa e cinco pessoas. – (G.).

que contra ela despediu a esquadra holandesa, os quais houveram podido incendiar as capitânias, se não dão pressa a fazer-se de vela, apartando-se da direção que traziam os mesmos brulotes do fogo. A fim de atacar a frota inimiga, cosida com a praia, para dentro do forte de São Marcelo, julgou-se preferível o estabelecimento da bateria em terra: foi executada, defronte da direita da linha inimiga, tão felizmente, que foram logo sete navios holandeses a pique, incluindo a capitânia. O cerco foi-se apertando a tal ponto que paragens havia onde não mediava entre os amigos e inimigos mais que a distância do fosso ou cava, que a uns e outros servia de resguardo.

Cumpre não esquecer de consignar que durante o sítio chegaram com socorros, de Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, filho do conquistador deste nome, e do Rio de Janeiro, o brioso jovem Salvador Correia de Sá, neto do de igual nome, e a quem seu pai, o governador Martim de Sá, confiara o mando de duzentos homens, conduzindo muitos mantimentos, tudo em duas caravelas e quatro canoas remadas por índios, havendo percorrido ao longo da costa umas quatrocentas léguas. No Espírito Santo havia Salvador Correia tido ocasião de medir-se, com vantagem, com trezentos holandeses que aí tinham desembarcado de oito navios que com menos facilidade no dia 10 de março[26] se haviam apresentado, ameaçando a vila.

---

26 Veja Manuel Severim [de Faria] na *Rel. Universal* de 1625 a 1626. Bartolomeu Guerreiro, *Jornada*, etc., fls. 34. – (A.).

– A *Relação Universal* do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente, de março de 625 até todo o setembro de 626, que marca o início do jornalismo em Portugal, não pode ser consultada no Rio; mas a narrativa dos sucessos a que a nota alude deve ser a mesma da *História portuguesa*, 49/52, Fortaleza, 1903, edição do meritório barão de Studart.

Em um momento se vira esta desamparada de mulheres e crianças, que se foram retirando para as roças. Mandara o capitão Francisco de Aguiar Coutinho tocar a rebate: compareceram os moradores; mas havia poucas espingardas. Chegando, porém, Salvador Correia fez desembarcar quarenta colonos e setenta índios, e uns e outros, com a gente de capitânia, guarneceram três estâncias ou trincheiras que se levantaram na praia. Desembarcado, entretanto, o inimigo, travou-se a peleja durante um quarto de hora, e o holandês se viu obrigado a retirar-se com alguma perda, limitando-se a nossa à morte de um soldado. Tentaram os agressores outro desembarque no dia seguinte: mas não lhes foi melhor. Resolveram então assaltar as roças, e com quatro lanchas se foram rio acima, e tomaram várias canoas e um caravelão de Salvador Correia quase desguarnecido.

A esquadra de Piet Heyn esteve no Espírito Santo de 10 a 18 de março de 1625. Entre os assaltantes, comandando uma das naus, estava um Rodrigo Pedro, flamengo, que fora morador na capitania, casado com uma mulher portuguesa. No governo de d. Luís de Sousa esse Rodrigo Pedro foi preso, levado à Bahia e condenado à morte, mas conseguiu evadir-se da prisão, carta régia do 29 de agosto de 1618, in *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 75/76. Foi quem guiou o inimigo no assalto às roças pelo rio acima, em que se apossou de um caravelão de Salvador de Sá, quase despejado, e várias canoas, presas estas que foram retomadas no dia seguinte com grandes perdas para os holandeses, inclusive as mortes de seu almirante Guilherme Ians e de Rodrigo Pedro. Fr. Vicente de Salvador, *História do Brasil*, 565, 3ª ed., 1931. O número de mortos por parte dos atacantes é avaliado por Severim de Faria, *História portuguesa*, citada, 51, em mais de cem, dos nossos foi insignificante. É documento que define um caráter a carta que Piet Heyn escreveu a Francisco de Aguiar Coutinho, propondo resgate de prisioneiros: "Vossa Senhoria estará tão contente do sucesso passado, quanto eu estou sentido, mas são sucessos da guerra: se me quiser mandar os meus, que lá tem cativos, resgatá-los-ei; quando não, caber-nos-á mais mantimento aos que cá estamos." Pensava ele que tivessem ficado na terra menos mortos e mais cativos, mas nem esses poucos lhe quis mandar o governador. – Conf. fr. Vicente do Salvador, op. cit., 566. – (G.).

Festejavam ainda esta proeza no dia imediato, quando caíram em uma cilada que os nossos, dirigidos pelo mesmo Salvador Correia, lhes armaram; nela foi abalroada a lancha principal, ficando só dois com vida, e as outras lanchas apenas puderam escapar-se com grande perda. Desenganados os holandeses na presença de tantas tentativas malogradas, fizeram-se de vela, ao cabo de oito dias. Durante eles meteram na vila mais de oitocentos pelouros, sem causar danos de consideração. Ainda quando os pudessem causar, tais danos são sempre menores que os resultantes do desembarque e ocupação do país, quando os habitantes, acovardados pelo primeiro pânico, não se resolvem a apresentar a tempo a resistência necessária à natural defensa.

Voltando, porém, ao sítio da Bahia, digamos como ele terminou. Familiarizando-se os sitiantes com os sitiados, disseram alguns destes que tratavam de capitular. Avançaram cabos dos nossos, e lhes foi perguntado se vinham munidos de poderes. Responderam que não, mas que podiam dirigir-se a d. Fadrique. Aceitou o inimigo o arbítrio e no dia seguinte mandou um tambor, com uma carta nos seguintes termos:

"Nós, o coronel e mais indivíduos do conselho desta cidade, havendo sabido que da parte de V.Ex.ª chamavam um tambor nosso para lhe falar, enviamos este para saber o que V.Ex.ª nos quer dizer, e confiamos em que V.Ex.ª consentirá que volte, segundo os usos da guerra." Respondeu logo o general, dizendo que de sua parte nenhuma indicação fizera; mas que, se, "conforme a prática dos sítios, tinham os sitiados que fazer algumas propostas, as ouviria cortesmente, quando

não se opusessem ao serviço de Deus e d'el-rei"[27]. A nobreza destas frases, a generosidade que elas respiravam, o modo como d. Fadrique dissimulava o estratagema do inimigo para não confessar sua fraqueza lhes deviam inspirar muita confiança em favor das negociações. Convocados conselhos de uma e outra parte, afinal os ocupantes da Bahia, esmorecidos, trataram de ver se, enquanto era tempo, obtinham uma capitulação honrosa, e propuseram como essencial condição a saída da praça com armas, toque de tambor e morrões acesos. Resistindo, porém, d. Fadrique mui firmemente à concessão destas honras, vieram os intrusos a aceitar as condições que, no quartel do Carmo, lhes ditou o vencedor, e que foram as seguintes:

– que entregariam a cidade com toda a artilharia, armas, bandeiras, munições, petrechos, bastimentos e os navios que estivessem no porto;

– que nesta entrega se incluiria todo o dinheiro, ouro, prata, joias, mercancias, utensílios, escravaria e tudo o mais que houvesse na cidade e nos navios;

– que se restituiriam todos os prisioneiros;

– que os vencidos não tomariam armas contra a Espanha até chegarem à Holanda;

– que poderiam voltar impunemente para a pátria com toda a sua roupa;

---

27 As duas cartas, em castelhano, inseriu na íntegra d. Manuel de Meneses na *Recuperação* citada, 573/574. – (G.).

– que lhes seriam dadas embarcações em que se retirassem, com mantimentos para três meses e meio, e armas com que se defendessem, depois de deixar o porto; não podendo usar destas, enquanto ali estivessem, exceto os oficiais que levariam suas espadas;

– finalmente que, naquela mesma noite, entregariam uma das portas da cidade, recebendo em troco reféns a contento.

Assinadas as capitulações, no dia 1º de maio entravam os nossos na cidade (IV).

Na disposição e condução das baterias de sítio distinguiu-se bastante o contingente napolitano às ordens do marquês de Cropani, tendo por sargento-mor Giovanni Vincenzo Sanfelice, que, com o título de conde de Bagnuolo[28], veio ao diante a representar papel importante. Devemos, porém, declarar que, geralmente, os sitiantes não se recomendaram pela boa ordem, disciplina e fiscalização nos fornecimentos; e cada parcialidade procedia com demasiada independência, o que pudera ter prejudicado muito, se também entre os inimigos não houvesse falta de homogeneidade; pois contavam em seus terços ou regimentos soldados flamengos, alemães, ingleses, franceses e até polacos – tudo gente adventícia e mercenária.

Não foi por falta de munições, nem de provisões, nem de soldados que a praça se rendeu: foi por falta de união e de disciplina; foi por não ter um chefe superior de prestígio. Haviam deposto tumultuariamente a Schottens, elegendo ao capitão Johan Kijf, que era dado a bebidas espirituosas, e pouco antes havia recebido de

28 O nome é Bagnuoli, pronunciado *Bagnuolo* no dialeto napolitano. – Conf. Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 121, nota 3. – (G.).

um dos do conselho uma cutilada, e se achava em tudo sem o prestígio necessário.

Segundo o testemunho de d. Manuel de Meneses, a guarnição constava ainda de mil novecentos e dezenove homens, incluindo cinquenta e seis oficiais: e "todos mancebos, gente escolhida para luzir entre qualquer infanteria do mundo"[29].

Três semanas depois de efetuada a capitulação, estavam à vista da Bahia trinta e quatro navios holandeses, que vinham socorrer a praça, e tiveram mais uma ocasião de apreciar a conhecida máxima de guerra, de que muitas vezes algumas horas desaproveitadas podem decidir do êxito de uma empresa.

Informado o almirante Hendrikszoon da rendição da cidade, ainda assim entrou no porto, como desafiando os nossos a uma ação[30]. d. Fadrique hesitou a princípio, e quando talvez ia a decidir-se, fez-se o inimigo na volta da ilha de Itaparica, do que resultou tocar nos bancos um navio de cada uma das esquadras, dos que demandavam mais água. Hendrikszoon, aproveitando-se da noite, tratou de retirar-se, havendo d. Fadrique desistido do intento que teve de

---

29 Conf. d. Manuel de Meneses, *Recuperação* citada, 591. – (G.).

30 A esquadra do almirante Boudewifn Hendrikssoon não entrou no porto. Navegando em linha de proa ao nordeste e vento de sueste, chegou quase à altura do cabo de Santo Antônio e, por ter divisado nos fortes a bandeira portuguesa, virou de roda pela contramarcha. A esquadra luso-castelhana, que estava à vela dentro do porto, começou a caça e trocou algumas descargas com a inimiga; mas, sobrevinda a noite, e tendo encalhado alguns navios nos baixos de Itaparica, d. Fadrique ordenou a retirada para a porto. Esses fatos passaram-se a 26 de maio de 1625. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, pág. 257, ed. 1946. – (G.).

segui-lo, com tal prudência que poderia chegar a qualificar-se de falta de confiança na superioridade de suas forças.

Essa armada holandesa, passando à vista de Pernambuco com vinte e oito velas, não ousou aí fundear e seguiu até a Paraíba, onde o temporal e a pouca franquia da barra lhe impediram também de aportar. Velejando, pois, para o norte, entrou na espaçosa baía da Traição[31], para fazer aguada e refazer-se de mantimentos. Aqui desembarcaram em terra uns seiscentos homens, em três alojamentos que entrincheiraram; e eram os doentes em tão grande número que a princípio morriam aos quinze e vinte por dia. Informado de tudo Matias de Albuquerque, enviou de Pernambuco, para desalojá-los, uma força de sete companhias de Pernambuco e da Paraíba, com trezentos índios, às ordens do governador nomeado para o Maranhão, Francisco Coelho, filho de Feliciano Coelho.

Ao sentir a sua aproximação, embarcaram-se os holandeses, fazendo-se de vela no dia 1º de agosto e deixando comprometidos os índios que se lhes haviam unido e que foram acossados por Francisco Coelho, auxiliado por Antônio de Albuquerque, capitão da Paraíba, e por Francisco Gomes de Melo, capitão do Rio Grande. Foi nessa ocasião que entrou no serviço o ao depois tão famoso herói André Vidal.

---

31 Em documentos do arquivo particular do dr. Alberto Lamego vê-se que o primeiro porto, em que entrou a esquadra holandesa do almirante Hendrikszoon, foi o de Mamanguape, na Paraíba, a duas léguas ao sul da baía da Traição, ou Acajutibiró, como era antigamente conhecida. A barra de Mamanguape era outrora mais acessível do que hoje a embarcações de porte. – (G.).

Ficaram assim infrutuosos para os holandeses todos os gastos feitos com esta expedição de socorro, e com mais razão ainda ficou sem ter efeito um édito ou proclamação aos povos do Brasil, que no dia 26 de maio haviam promulgado os Estados Gerais, prometendo tolerância religiosa, liberdade de comércio, segurança da propriedade e outras garantias aos que se submetessem.

Aos da capitulação foram guardados pontualmente os ajustes; e d. Fadrique, entregando o governo da cidade a d. Francisco de Moura, e deixando às suas ordens mil portugueses da expedição, se fez de vela com a armada. O temporal que lhe sobreveio, o esgarramento de muitos navios, e perda de outros, tomados pelo inimigo, ou vencidos pelos elementos, não pertence já à nossa história.

D. Francisco de Moura, bem que, como dissemos, filho do Brasil, não ficou no mando de muito boa vontade, e não tardou a entregá-lo a Diogo Luís de Oliveira, que, como diz um escritor distinto, em Flandres aprendera e ensinara a milícia[32].

---

32 Mirales, *História militar do Brasil*, in *Anais da Biblioteca Nacional,* **22**, 199, Rio, 1900. – Diogo Luís de Oliveira havia sido mestre de campo em Flandres. Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 614, 3ª ed., 1931. – Um documento do Museu Britânico, Biblioteca Egertoniana, cód. 1135, fls. 12, refere-se a uma consulta do Conselho de Portugal, de 18 de junho de 1621, sobre certo dinheiro proveniente das rendas da comenda de Alcobaça, que pertencia ao Cardeal infante (D. Fernando), do qual se servira o marquês de Alenquer, vice-rei, para o despacho de um terço levado a Flandres por Diogo Luís de Oliveira. Foi nomeado governador do Brasil por patente de 26 de fevereiro de 1625; prestou juramento e homenagem nas mãos do rei, em Madri, a 2 de abril do mesmo ano e na chancelaria de Lisboa a 13 de março de 1626, Mirales, op. cit., 138. Partiu de Lisboa a 25 de agosto, chegou a Pernambuco a 7 de novembro, ali se deteve até 20 de dezembro, fr. Vicente do Salvador, op. cit., 614/615. Tomou posse na Bahia a 27 de janeiro de 1627, Mirales, ibidem. – (G.).

O governador Diogo Luís votou-se com atividade a restaurar as fortificações da cidade e a construir outras novas; mas empresa difícil, senão impossível, era, com os meios de que dispunha, pôr-se a coberto do valor e audácia do inimigo. Em março de 1627 o valente Piet Heyn se apresentava outra vez nas águas da Bahia e, burlando-se das suas novas muralhas e de mais de quarenta canhões nelas assestados, aí atacava, com feliz êxito, a frota de vinte e seis navios (dos quais quatro armados ou de guerra) que se achava fundeada junto à terra. O venturoso almirante, por um rasgo de audácia (imitado daí a perto de dois séculos pelo intrépido Cochrane), adiantando-se da sua esquadra com a sua nau, foi com ela fundear entre os dois principais navios de guerra da mesma frota e, apesar das desvantagens do combate, tendo contra si não só o fogo dos navios como o da artilharia e fuzilaria de terra, conseguiu meter a pique a sotacapitânia da frota e inspirar tal terror aos demais navios, que todos se lhe renderam, exceto três menores que conseguiram escapar-se. A almiranta de Piet Heyn ficou tão crivada de balas, que se afundou até ficar em seco, pelo que teve de incendiá-la, dando-se por bem indenizado com a vitória e com os demais navios com carga de açúcar, de que em troco conseguiu assenhorear-se. Segundo Jaboatão[33], dezesseis desses navios tinham a bordo três mil caixas.

---

33 *Novo orbe seráfico*, **1**, 100, Rio, 1858. – Segundo documentos holandeses, a presa foi de 2.700 caixas do açúcar, além do tabaco, couros e algodão. Essas mercadorias foram mandadas para a Holanda, "como prova visível da expedição tão brilhantemente sucedida", e seus lucros deviam encher de novo os cofres da Companhia das Índias Ocidentais, esgotados pela dispendiosa empresa, Hermann Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien*, 42.
No ano seguinte de 1628, a 9 de setembro, Piet Heyn conseguia capturar os galões da chamada *frota da prata,* que anualmente transportava para a

Depois de demorar-se no porto uns vinte e quatro dias, e de enviar carregadas quatro das melhores presas para Holanda, queimando as que julgou menos aproveitáveis e reforçando com várias a sua esquadra, seguiu o feliz almirante para o sul, a avistar o Cabo Frio; e havendo feito aguada em um porto vizinho, entrou de novo na Bahia no dia 10 de julho, com quatro navios de guerra, e foi tomar dois mercantes que estavam fundeados em Itapagipe, donde passou em lanchas armadas a cativar outros três, que haviam buscado refúgio no fundo do Recôncavo[34], sendo hostilizado por forças postadas nas margens, das quais conseguiu burlar-se, empavesando as mesmas lanchas com couros de boi, que nos próprios engenhos encontrara.

De novo se demorou Piet Heyn incólume senhor do porto por mais de um mês, até o dia 14 de julho, em que resolveu recolher-se à Europa.

Espanha os tesouros do Novo Mundo. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 33; Woetjon, op. cit., 43. Essa frota era comandada por d. Juan Benevides e a presa se avaliou em nove milhões de ducados, ou quinze milhões de turneses. – Conf. *História das lutas*, 45/46, Lisboa, 1872. – George Edmundson, *History of Holland,* pág. 170, Cambridge, 1922, especifica melhor a presa de Piet Heyn: 177.537 libras de prata, 135 libras do ouro, 37.375 couros, 2.270 caixas de anil, além de cochonilha, pau-campeche, açúcar, especiarias e pedras preciosas, o que tudo produziu 11.509.524 florins para as cofres da Companhia e um dividendo de 50% para os acionistas. – (G.).

34 Um desses navios era defendido por cento e cinquenta homens, comandados pelo capitão Francisco Padilha, que se tornara famoso no assédio da Bahia, de 1624. No combate, que se travou no rio Pitanga, a 12 de junho, Padilha perdeu a vida e com ele quase todos os seus companheiros. – Conf. Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 120/121 e *Efemérides brasileiras*, 279, ad. 1946. – (G.).

Os desastres no Brasil eram, para os portugueses, acompanhados de outros ainda maiores na sua Índia. Debalde havia a carta régia de 10 de dezembro de 1624 (aproveitando até certo ponto a ideia oferecida pelos judeus portugueses, da Holanda quanto ao Brasil) tentado organizar, para lhe acudir, uma "Companhia de navegação e comércio da Índia, Minas e Guiné".[35]

Para a Bahia somente encontramos que se ordenasse mandar reforços de homens e munições, em maio de 1628[36], devendo com uns e outros atender-se também a Pernambuco.

Entretanto escassos seriam esses reforços, se nos guiamos pelas súplicas, que nesse mesmo ano dirigia o soberano às câmaras do

35 A carta régia de 10 de dezembro do 1624 sugeria que as Câmaras do Reino e os particulares entrassem na Companhia do Comércio da Índia, cujo estabelecimento fora encarregado a d. José de Mascarenhas, presidente da Câmara de Lisboa, por meio da qual Companhia se esperava desinfestar as conquistas de inimigos. – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 129. – (G.).

36 Por decretos de 27 e 29 de maio de 1628 foi determinado que se enviasse socorro de soldados e munições à Bahia e Pernambuco. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **4**, 130. Por decreto de 4 de outubro do mesmo ano, determinou-se que o Conselho de Portugal consultasse o meio de prevenir as muitas presas de navios portugueses da navegação do Brasil, feitas pelos holandeses, e só conviria que navegassem em frotas, escoltadas à sua custa, J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa,* **5**, 52, Lisboa, 1826. E ainda em carta régia do 31 do mesmo mês e ano mandou escrever o rei: "Havendo-se entendido que, por não se executarem as ordens que tenho dado, para que os navios que navegam para o Brasil andem armados em toda a boa defensa, são tomados pelo inimigo, de que resulta aumentar-se o poder deste, e enfraquecer-se o comércio do Reino; vos encarrego apertadamente da execução das referidas ordens, pois não havendo elas de ter efeito seria de menor dano não se deixar navegar para os ditos Estados algum navio manso." J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **4**, 138. – (G.).

reino solicitando meios com que acudir às colônias portuguesas, onde o inimigo pretendia arraigar-se.

Corresponderam as câmaras, ao menos com boas intenções, ao chamamento; pois que então teve origem a ideia, por elas suscitada, do imposto chamado *real d'água*, imposto que só depois começou a cobrar-se[37].

Com os perigos e ameaças dos holandeses na Bahia, se levantaram os índios vizinhos, chegando a fazer estragos em Jaguaripe, Paraguaçu e até no próprio Recôncavo, em Maragogipe: pelo que se assentou (9 de janeiro de 1628) de mandar Antônio Rodrigues da Cachoeira e João Barbosa a trazer índios da Paraíba, para lhes fazer frente. Também foi contra ele Afonso Rodrigues Adorno, que, em 29 de março do ano seguinte, regressava, com muitos índios presos, os quais foram distribuídos em tanto número que só ao governador couberam vinte e quatro *peças*[38].

No Rio Grande do Norte também por este mesmo tempo se sublevaram os índios; pelo que foi de Pernambuco enviado contra eles Gregório Lopes de Abreu, que chegou à serra da Cupaoba

---

37 *Real d'água* chamou-se antigamente em Portugal o tributo que pagavam os moradores de Elvas, aplicado à grande fábrica de arcos e canos, com os quais meteram água na cidade; depois deixou esse tributo e título a outros, que foram impostos na carne, no peixe e vinho, por ocasião de algum aperto, nas mais cidades e lugares do Reino. – Conf. Ericeira, *História de Portugal restaurado*, **1**, 205, Lisboa, 1710. – (G.).

38 Da junta que fez o governador Diogo Luís de Oliveira com os prelados das Religiões, ouvidor-geral, provedores, juízes e vereações da cidade de Salvador, em 10 de dezembro do 1627, acerca da guerra ao gentio que se tinha levantado, lavrou-se auto que se lê nos *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 125/128. – (G.).

(atualmente chamada da Raiz), onde se lhe submeteram os principais *Cipoúna* e *Tiquaruçu*, bem que este último cometeu logo deslealdade, em virtude do que foi morto[39].

A ocupação da Bahia pelos holandeses levou a metrópole à resolução de abolir a Relação, aplicando para a tropa os gastos que com ela se faziam[40]. Deste modo acabou de conformar-se com a opinião de um escritor contemporâneo, o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* (V), que já havia abraçado na parte respectiva à criação de mais duas ouvidorias, uma no Rio de Janeiro, outra no norte. Damos anteriormente notícia dos regimentos dados aos dois novos ouvidores, do norte e do sul[41]: cumpre-nos tratar do que, em 14 de abril (1628), foi dado ao licenciado Paulo Leitão de Abreu, desembargador da Relação do Porto, nomeado ouvidor-geral[42]. Em nossa opinião esse regimento foi modelado sobre o anterior que trouxera Pero Borges, quando veio com Tomé de Sousa,

---

39 Sobre esses sucessos veja fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 591/594, 3ª ed., 1931. – (G.).

40 A Relação foi extinta por alvará de 5 de abril de 1626, sendo aplicado o produto dos ordenados ao presídio militar da Bahia, J.J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 158. Por alvará de 7 do mesmo mês e ano foi confirmado o perdão geral concedido por Matias de Albuquerque, capitão-general e governador do Estado do Brasil, aos criminosos, para acudirem à guerra dos holandeses, de cujo cumprimento tinha duvidado a Relação, ibidem, e na íntegra, *Legislação* manuscrita, **5**, 50/51, no Instituto Histórico. Com o cargo de ouvidor-geral do Estado ficou servindo o dr. Antão de Mesquita; para provedor-mor dos defuntos foi proposto e nomeado Diogo de São Miguel Garcez, *Coleção Cronológica* citada, **3**, 163. – (G.).

41 Conf. notas 54 e 77 da seção XXVI. – (G.).

42 Esse regimento lê-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **4**, 124/127. Contém vinte e três artigos. Veja a nota 6 da seção XV, pág. 428 do tomo I. – (G.).

acrescentando-se-lhe talvez os últimos artigos, que a experiência tinha mostrado necessários. Este nosso juízo nos obriga a dar aqui uma notícia mais circunstanciada do seu conteúdo.

O ouvidor deveria residir na capitania em que estivesse o governador salvo se o serviço exigisse que passasse a outra e o governador o mandasse. No lugar em que estivesse, e cinco léguas em redor, conheceria por ação nova, com alçada no cível até cem mil-réis, e daí para cima com apelação para a Casa da Suplicação de Lisboa. Dentro da mesma alçada conheceria das apelações e agravos que interpusessem os capitães e ouvidores, cuja alçada se reduzira a vinte mil-réis[43], em vez de cem que lhe havia sido concedida pelas doações. No crime teria alçada até morte natural nos escravos, gentios e peões; mas a pena de morte não seria executada sem haver outro voto mais conforme, ou do governador ou do provedor-mor. Em pessoas de mor qualidade, teria alçada até cinco anos de degredo e cinquenta cruzados de multa. Só poderia proceder contra os capitães das outras capitanias, havendo parte queixosa: não a havendo, concorde o governador, poderia emprazá-los para a corte, a fim de responderem perante o corregedor nas causas-crimes, ficando suspensa, durante a sua residência nela, a alçada concedida aos capitães em suas doações. Em todo caso, para ele deveriam apelar os capitães e ouvidores, nos casos superiores à sua alçada, também reduzida. No lugar onde estivesse e até quinze léguas ao redor poderia avocar os feitos, procedendo neles conforme a sua alçada. Quando fosse a outras capitanias, devia, sem proceder a processo ou inquirição em forma, tomar conhecimento

43 Essa redução, sem dúvida, se refere à época do regimento dado a Pero Borges. – (A.).

do procedimento dos capitães respectivos, provendo igualmente a respeito das faltas das câmaras das vilas. As sentenças seriam dadas em nome do rei, e com os competentes selos de chancelaria. Não deveria ser suspenso pelo governador, e em caso de culpa só poderia ser autuado e enviado à presença do rei. O artigo 21º parece ter sido o último do regimento de Pero Borges e diz respeito à revogação feita de muitos privilégios concedidos aos primeiros donatários. O 22º foi evidentemente acrescentado: inclui a proibição, pouco antes dada contra os desembargadores, para não poderem casar na terra.

Esse regimento veio logo, em 2 de abril de 1630, a ser substituído por outro, em trinta e cinco artigos[44], contendo, além das mencionadas disposições, mais as seguintes: o ouvidor seria também auditor da gente de guerra: residiria na cidade da Bahia, donde não sairia senão em casos extraordinários, e, no último ano de seu triênio, a correger as outras capitanias e tirar residência dos seus capitães e ouvidores: faria o ofício de juiz dos feitos, para conhecer dos agravos interpostos dos ministros eclesiásticos que vexassem o povo com censuras: finalmente seria na sua jurisdição inteiramente independente do governo, que não deveria intrometer-se nas cousas da justiça.

Cumpre-nos aqui acrescentar que, depois de abolida a Relação, dois desembargadores dela ainda ficaram na Bahia, um, Antão

---

44 Esse regimento foi dado ao bacharel Jorge da Silva Mascarenhas, do desembargo da Casa da Porto, mandado por ouvidor-geral das partes do Brasil e ouvidor da gente de guerra do presídio, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica* citada, **4**, 167/171 – (G.).

de Mesquita, servindo como ouvidor-geral, e outro, Diogo de São Miguel Garcez, de provedor-mor dos defuntos[45].

Nesse tempo ordenara a metrópole (alvará de 7 de junho de 1629) que a terça parte de carga dos navios fosse preenchida pelos lavradores e donos de engenhos, tendo antes recomendado (alvará de 25 de março) que os navios não partissem para a Europa antes de outubro.

Nas capitanias do sul prosseguiam as explorações dos paulistas. Como os índios se houvessem refugiado às aldeias estabelecidas à margem esquerda do Paraná e fossem reduzidos pelos jesuítas do Paraguai, lá mesmo os iam atacar e aprisionar os ditos paulistas. Debalde decretou a corte (em 18 de setembro de 1628) que se procedesse contra os culpados[46]; esses a nada atendiam. Reuniam-se em bandeiras de centenares, levando consigo dobrado número de índios amigos. Não havia autoridade que os pudesse conter nesta tendência; e não era fácil empregar a força quando, se a houvesse, mais urgente se fazia ela para acabar de uma vez com as hostilidades dos holandeses. O segundo governador do Paraguai, d. Luís de Céspedes, fez caminho por São Paulo até a missão do Loreto, sobre o Paranapanema[47]; e pôde

---

45 Conf. nota 40 desta seção. – (G.).

46 Esse decreto, mandando proceder contra os moradores de São Paulo, no Brasil, que iam às aldeias dos índios reduzidos pelos jesuítas do Paraguai, e os cativavam, levando-os a vender como escravos, vem indicado por J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa*, **5**, 51. – Tomou parte nas primeiras bandeiras contra as reduções jesuíticas o paulista Manuel Preto. Taques, *Nobiliarquia paulistana*, in *Revista do Instituto Histórico*, **32**, parte 1ª, 184/186. – (G.).

47 Sobre a acidentada viagem de d. Luís de Céspedes Xéria é muita para ser lido o documentado estudo de Afonso de Taunay, *Revista do Instituto Histórico*, **84**,

inteirar-se das muitas forças de que dispunham os aventureiros. Caíram estes sobre as missões[48] da Encarnación nas cabeceiras do Tibagi; de Vila Rica do Espírito Santo, nas do pitoresco rio Vaí ou Ivaí, e de outras muitas estabelecidas pelos jesuítas nos terrenos que ficam para o sul do Tietê, a que chamavam província de Vera. Caíram também sobre a Guairá, cuja Cidade Real, à foz do Pequiri ou Itatim, afinal invadiram, trazendo prisioneiros uns quinze mil índios[49]. Debalde representaram os jesuítas contra tais abusos aos governadores espanhóis; debalde vieram a São Paulo e ao Rio de Janeiro, cujo governador eclesiástico, o Dr. Mateus da Costa Aborim, se bem que em seu favor e unido aos

---

449/475. Partiu do Rio de Janeiro a 8 de junho de 1625 e chegou ao aldeamento de Loreto a 8 de setembro, com três meses justos de viagem. No Rio casara-se com d. Vitória de Sá, filha do capitão Gonçalo de Sá. – Nos *Anais do Museu Paulista*, **2**, 2ª parte, 15/91, Taunay publicou a *Relación de los sucesos ocorridos durante el viaje que hizo el gobernador del Paraguay don Luís de Céspedes Xéria desde Madrid hasta llegar a la ciudad de La Assunción*, importante documento do Arquivo General de Índias, Sevilha, no qual se encontram copiosas notícias, tanto de interesse histórico como geográfico. – (G.).

48 Veja a este respeito o que com acrimônia contam os padres Tacho [Nicolas del Techo, ou do Toict, *Historia Provinciæ Paraguariæ Societatis Jesu*, Leyde,1673] e Charlevoix [*Histoire du Paraguay*, Paris, 1756], seguidas por Southey [*History of Brazil*, **2**, 309 e segs., Londres, 1817, ou na tradução portuguesa, **3**, 343 e segs.]. – No grande mapa de d. Juan de la Cruz [*Mapa de América Meridional, dispuesto y gravado par d. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla*, geógrafo de S. M., indivíduo da Real Academia de San Fernando 1775], se encontram bem marcadas (com alguma diferença dos demais mapas) as posições das missões que mencionamos, além de outras destruídas ou abandonadas, como Tambo, Los Arcángeles, Santo Antônio, São Tomé, São Miguel, São Xavier e São José. – (A.).

49 São Leopoldo [*Anais da província de São Paulo*, Paris, 1839], pág. 231. "Porém que muito (prossegue este escritor brasileiro) que os paulistas no fundo dos sertões da América cativassem e vendessem as índios, quando não há três séculos que na Europa se julgava haver direito de vida e de morte sobre os prisioneiros feitos em guerra?" – Grocio, *De jure belli et pacis*, L. **3**, cap. 7. – (A.).

jesuítas, tinha o povo todo contra si, e até o próprio governador-geral Diogo Luís de Oliveira.

Nas ilhas de São Sebastião e Grande, e na costa fronteira, progredia a colonização, e aumentavam os solarengos provindos de São Vicente e do Rio de Janeiro, que para aí se estendiam de um e outro lado. A vila de Angra dos Reis já era tão importante que em 1626[50] se deu nela princípio à construção de uma nova igreja de pedra para freguesia.

No Rio de Janeiro procedia com a maior atividade o governador Martim de Sá, cuidando das fortalezas da barra e arranjando munições[51]. Era então ouvidor-geral dessas capitanias do sul, incluindo a do Espírito Santo, o doutor Paulo Pereira do Lago, obrando em conformidade do seu regimento[52], e, fazendo justiça reta ao povo, desagradou ao clero e aos *pequenos potentados,* que então tinha o Rio. Acusaram-no estes ao governador-geral, acoimando-lhe várias inculpações. Chamou Diogo Luís de Oliveira à Bahia o ouvidor[53]; mas este, escudado

---

50 Pizarro [*Memórias históricas do Rio de Janeiro*] **2**, 61. – (A.).

51 Veja nota 76 da seção anterior. – (G.).

52 O alvará de regimento de 21 de março de 1630 diz: "...Hei por bem de enviar como agora envio por meu ouvidor-geral das capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente, com o distrito das Minas, ao bacharel Paulo Pereira, e pela confiança que dele tenho, hei por bem e me apraz que, além dos poderes, jurisdição e alçada, que por minhas Leis e Ordenações são dadas aos corregedores das comarcas, de que levará um traslado pelos meus desembargadores do Paço, na forma que se costuma dar aos corregedores das comarcas e de que usará nas coisas em que se poderem aplicar e não encontrarem este regimento, tenha mais os poderes e alçada abaixo declarados..." Seguem-se doze artigos. – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa,* **4**, 166/167. – (G).

53 1623, junho, 22. – (A.).

por uma disposição régia que mandava que os governadores o não poderiam suspender, continuou no seu posto, declarando que não reconhecia por competente para retirá-lo senão à Casa da Suplicação de Lisboa e aos tribunais. Indignado o governador passou uma provisão[54] para que o dr. Miguel do Cirne, provedor dos defuntos da Bahia, fosse suspendê-lo e mandá-lo preso. Recusou a câmara do Rio dar-lhe posse do cargo de ouvidor; porém, encartado pelo governador no lugar de provedor dos ausentes, publicou um bando[55], impondo penas aos que obedecessem ao dito Lago ou impedissem a sua prisão.

O povo sofreu com silenciosa indignação este atentado dos dois sátrapas; e o magistrado reto, depois de "andar pelos matos mais de dois anos, fez grandes despesas em ir ao Reino". O Desembargo do Paço, em 14 de janeiro de 1644, condenou a d. Leonor Távora, viúva hereira do governador, a indenizar ao magistrado ofendido as perdas sofridas, e ao pagamento das custas[56].

Foi Martim de Sá quem deu as primeiras sesmarias nos Campos de Goitacazes, não deixando de aproveitar boas porções deles, tanto para si como para seu filho Salvador. A Martim de Sá deveu também o Rio de Janeiro a primeira ideia da fundação do hospital dos lázaros.

---

54 1631, novembro, 30. – (A.).

55 1632, abril, 15. – (A.).

56 Manuel Álvares Pegas, *Res. For.*, t. **5º** (impresso em 1735), págs. 424/426, cap. 108. – (A.). – A obra do jurisconsulto português do século XVII intitula-se: *Resolutiones Forenses, praticabilis in quibus multa quae, in utroque Foro controversa quotidie versantur uberrima legum, et Doctorum allegatione resolvuntur*. 7 volumes, in-fólio. Os três primeiros foram impressos durante a vida do autor, Lisboa, 1558: os outros depois de seu falecimento, sob a direção do livreiro Domingos Gonçalves. – (G.).

As províncias intermediárias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, seguiram na mesma pobreza e nulidade que antes. A de Porto Seguro apenas se assinala por haver sido criada marquesado em 1627 (18 de abril), em favor de d. Ana de Sande, dama da Rainha e então donatária da capitania. Entretanto, lamentamos aqui de novo que essas duas antigas capitanias não tenham tido o seu Baena ou fr. Gaspar.

Ocupemo-nos agora das capitanias do novo Estado do Maranhão.

No Ceará resistiu o valente Martim Soares, em 1624 e 1625, às assaltadas que por essa parte intentaram os holandeses.

No Pará, o custódio fr. Cristóvão de Lisboa, chegado em fins de abril de 1625[57], aí dera calor a que, nas aldeias dos índios, se recrutassem muitos para ajudarem a expulsão dos intrusos holandeses e ingleses que, sob o mando dos seus chefes Oudaen e Purcell, ainda ocupavam dois postos no Xingu e nos Tucujus. À frente de cinquenta soldados e dos ditos índios, partiu para Gurupá o capitão Pedro Teixeira, levando às suas ordens os pernambucanos Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, e conseguiu expulsá-los, fazendo prisioneiro o dito Purcell[58].

---

57 Fr. Cristóvão de Lisboa chegou ao Maranhão a 16 de agosto de 1624, com dezoito capuchos, Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 458, para instalar a custódia que lembrara em 1617 o governador Gaspar de Sousa. Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **1**, 129. – (G.).

58 Desde 1616, como já se disse, ingleses e holandeses procuravam firmar-se no Amazonas. Datam de 28 de agosto de 1513 as cartas-patentes de Jacques I, rei da Inglaterra, concedendo a Robert Harcourt, *sir* Thomas Chalioner e John Rovesen o território compreendido entre o Amazonas e Essequibo. Por outras cartas-patentes de 1 de setembro de 1619, aquele soberano renovava

Antes havia o mesmo custódio apresentado em câmara um alvará, que trouxera, com data de 15 de março de 1624, confiando exclusivamente à sua ordem a administração das aldeias e privando assim os moradores de algumas mercês, abusivamente feitas, análogas às encomendas, concedidas na Nova Espanha; mas, havendo-se agitado os ânimos, fora resolvido que tudo ficasse em suspenso até que chegasse o governador Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, que já se achava em Pernambuco. Conseguira este partir de Lisboa, para Pernambuco, com os mencionados capuchos, aos 25 de março de 1624, e aportando aí, quando ocorria a ocupação da Bahia pelos holandeses, recebeu ordens para se demorar e prestar serviço, conjuntamente com Manuel de Sousa d'Eça[59], que ia em sua companhia nomeado capitão do Pará, de modo que apenas

---

concessão em favor do primeiro; a 13 de abril de 1626 fazia concessão especial a Harcourt, associado, na empresa da colonização do Amazonas, ao capitão Roger North, irmão de lorde Barth; a 19 de maio de 1627 era transferida a concessão ao duque de Buckingham, ao conde de Pembroke e seus sócios, em número de cinquenta e dois, pertencentes na maior parte à nobreza. A companhia propunha-se a colonizar a Guiana, compreendido o Amazonas. Roger North, representante do duque de Buckingham, devia ser o governador dos estabelecimentos ingleses do Amazonas. – Conf. Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française, Premier Mémoire,* **1**, 77/78.

A colônia estabelecida pelos holandeses em 1616, seis léguas acima da foz do rio Paru, à margem esquerda do Amazonas, foi destruída em princípios de 1623, como em outra nota ficou referido. Em 1625, a 23 de maio, Pedro Teixeira, tendo às suas ordens Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, atacou e tomou o forte holandês de Maniutuba, na foz do Xingu; Nicolas Oudaen, comandante desse forte, conseguiu fugir com parte da guarnição, para os Tucujus, onde os ingleses tinham três fortins, comandados por James Purcell. Esses fortins são atacados no dia seguinte e tomados depois de viva peleja. Purcell, que era irlandês, ficou prisioneiro. – (G.).

59 De Pernambuco, em companhia de d. Francisco de Moura seguiu Manuel de Sousa d'Eça para a Bahia, combatendo até o fim da guerra, Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* citados, 460. – (G.).

em meados de 1626 puderam ambos seguir para o seu destino, da mesma sorte que o provedor-mor Jácome Raimundo de Noronha.

Manuel de Sousa d'Eça[60] foi logo para o Pará e aí veio a receber de Bento Maciel a capitania-mor no dia 6 de outubro desse ano (1626); mas o governador foi primeiro ao Ceará, donde, seguindo à baía de São José, somente veio a entrar na cidade de São Luís, conforme antes dissemos, no dia 3 de setembro, dia em que lhe entregou o mando o jovem capitão-mor Antônio Moniz Barreiros[61].

Deu ordens a melhorar-se, fazendo-se de pedra e cal, a fortaleza de São Luís, chamada do Baluarte, até então de faxina, construindo nela casas para a morada dos governadores; e depois de visitar o Pará, regressou a São Luís, em outubro de 1627, donde propôs a mudar a cidade de Belém do assento em que estava, e foi pela mesma corte autorizado a realizá-lo, o que não conseguiu levar a efeito[62].

Depois de entregar o mando, em junho de 1627, Bento Maciel, escolhido para acompanhar às Antilhas a James Purcell[63], que caíra

---

60 Manuel de Sousa d'Eça, logo depois de nomeado, e ainda em Lisboa, requisitou levar consigo de sargento-mor ao fluminense Belchior Rangel, então na Europa, a fim, dizia, de lhe não acontecer o mesmo que a Caldeira; e requisitou também ao padre Domingos Rodrigues, que havia concorrido para a pacificação dos aimorés nos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. É o que resulta de uma carta autógrafa sua que vimos em Londres (ms. adds. n. 20846). – (A.). – Conf. nota 18 da seção XXVI. – (G.).

61 Conf. Berredo, *Anais do Maranhão*, § 558. – (G.).

62 Veja a nota 36 da seção XXVI. – (G.).

63 Quem acompanhou James Purcell às Antilhas foi fr. Antônio da Marciana, com permissão de Manuel de Sousa d'Eça, por esse motivo muito censurado, *Documentos da costa leste-oeste*, 191; *Relaçam de vários sucessos acontecidos no Maranham e Gram Pará*, de padre Luís Figueira, publicada por Jiménez de

prisioneiro, com ele passou daí à Espanha, onde se apresentou como procurador do Estado, em favor de serem conservadas aos moradores as administrações ou encomendas dos índios. No ano de 1625, em 20 de abril, estando ainda de capitão-mor, mas à espera do seu sucessor já nomeado, havia-se ele oferecido ao rei para efetuar, sem nenhum ônus para a Coroa, o descobrimento e conquista do rio Amazonas e seus afluentes. A oferta havia sido aceita, ordenando el-rei, por cédula de 8 de agosto de 1626, que devia levar consigo dois religiosos e que o capitão-mor de Pernambuco lhe forneceria duzentos arcabuzes, cem mosquetes e as competentes munições. Essa concessão, porém, se é que a chegou a receber antes de partir, era-lhe de todo inútil; pois deixava ele de poder cumprir a sua promessa desde que se pusessem em vigor as disposições do mencionado alvará (de 15 de março de 1624), dele só conhecido no mês de maio do ano seguinte, um mês justamente depois de haver feito a sua proposta. – Assim explica-se bem o interesse que lhe assistia de passar à corte, e porventura se ofereceu espontaneamente a receber o encargo de procurador do Estado, que lhe daria mais fácil acesso e certa representação.

---

la Espada, *Viaje del Capitán Pedro Teseira águas arriba del rio de las Amazonas*, 124, Madri, 1899. Bento Maciel Parente, ao contrário, procurou obstar a liberdade de Purcell e seus companheiros, alcançando do governador Francisco Coelho de Carvalho precatórios para os governadores das Antilhas, de que ele próprio foi portador, para que prendessem àqueles estrangeiros, que sem ordem do mesmo governador e contra as ordens reais iam passar à Espanha. Bento Maciel partiu do Pará em junho de 1627; chegou às ilhas, achou os estrangeiros, apresentou seus precatórios e fê-los cumprir; já iam ser enforcados, quando fr. Antônio da Marciana saiu por eles e conseguiu dar-lhes liberdade, levando-os para a Espanha e mandando-os daí para suas terras. A *Relação* de Luís Figueira lê-se também em Studart, *Documentos para a História do Brasil,* **2**, 243/253. – (G.).

Chegado à corte apresentou logo uma petição[64] em favor do sistema das administrações e encomendas.

Julgamos este documento de tanto interesse que aqui o passamos a transcrever, traduzido do castelhano. Diz assim:

> Senhor. Bento Maciel Parente, capitão-mor que foi no Maranhão, diz que havendo descoberto e conquistado mais de quatrocentas léguas de terra, com muitas províncias de índios, em que há infinitas povoações, lhe incumbe, como conquistador e procurador daquele estado, lembrar a V. M. a grande e principal obrigação com que aquelas terras foram dadas aos senhores reis passados; e para tratar da redução e catequizar estas nações gentias à nossa Fé Santa, digo, senhor, que as mesmas razões e considerações com que V. M. se moveu a mandar separar o governo do Maranhão, do Estado do Brasil, por aquele governo estar longe, e a viagem ser dificultosa por mar e por terra, e pela grandeza deste estado e a sua importância; – por estas e outras mais particulares razões, deve V. M. ser servido mandar criar um bispo, e enviar religiosos, que com todo o fervor tratem de catequizar tão grande número de almas, com cuja presença e autoridade se conserve o que está conquistado e descoberto, e se conquiste o muito que ainda falta por aqueles grandes rios.
>
> E para a sustentação desse bispo e dos demais ministros eclesiásticos, que forem enviados a esta nova monarquia, deve V. M. mandar encomendar os povos conquistados, e os demais que se forem

64 Impressa por esse tempo em castelhano. Existe um exemplar na coleção Barbosa Machado, da Biblioteca Nacional do Rio, donde a aproveitou para reimprimi-la o sr. senador Cândido Mendes. – (A.). – *Memórias do Maranhão*, **2**, 35/37. – Conf. *Catálogo da exposição de História do Brasil* n. 5 791. – (G.).

conquistando; assim como se pratica nas Índias de Castela, que é a causa da conquista e povoação delas se estender com tão grande aumento pela terra dentro; considerando que, por preceito divino, estão todas as criaturas obrigadas a dar a Deus e aos seus ministros o dízimo dos frutos que colhem da terra; na conformidade do quinto mandamento da santa Madre Igreja; e como, entre os índios, não se podem bem averiguar estes dízimos, porque não respeitam este mandamento, visto não saberem contar até dez, ordenaram os predecessores de V. M. que pagassem tais dízimos por encabeçamento, como no reino de Portugal se pagam as sisas.

Em tão justificado acordo têm fundamento as comendas, que não somente entre os índios, mas também no dito reino de Portugal, e em todas as repúblicas políticas, são estabelecidas para premiar os naturais, que com as armas conquistam e defendem os seus estados.

Nas Índias de Castela cada casal paga certa pensão, segundo a fertilidade da terra que habita; e por esse respeito parece que será conveniente que cada um dos índios do Maranhão pague por ano três ducados, ou em moeda, ou nos frutos que recolherem, ou em serviço pessoal; repartindo-se o produto em três partes iguais, uma para o bispo e clero e pregadores, outra para V. M. e outra para o comendador a quem se encomendar a administração da comenda.

E é manifesto engano dizer ou pensar que esse modo de povoar é injusto e violento para os índios; e se alguém o disser será quem, com essa prevenção, pretenda administrar e usurpar estas administrações, ou tenha nisso outros respeitos interessados; porque esses dízimos são devidos por preceito divino; e os santos pontífices os têm aplicado para os gastos destas conquistas, e as comendas são devidas e

ordenadas para os que, com as armas, ajudam as conquistas, e serem nisto a Deus e aos seus reis.

E para isso, e conseguir-se o que se pretende com pouco custo, V. M. deve mandar adjudicar a esta conquista dois navios de bom porte; porque, uma vez armados e aprestados, se poderão sustentar com os fretes das torna-viagens; e nestes navios há de V. M. dar passagem franca a todas as pessoas beneméritas que pretendam ir para o Maranhão com provisão de V. M.; a fim de que o governador lhes dê terras e comendas; e a todos os que quiserem ir a servir nesta conquista, e também aos religiosos, mandando-se-lhes abonar o necessário para a viagem; encomendando aos prelados das religiões o cuidado de enviarem tais religiosos; pois se faz nisso tão grande serviço e a V. M.; a fim de que esta nova vinha siga em aumento; levando estes religiosos consigo muitos parentes e pessoas pobres e honradas, para viver e habitar nestas novas terras; esperando, com que o favor destes religiosos, que se lhes deem comendas e terras que mandem cultivar; com o que se irá povoando o estado e se defenderá, e se dará vida e remédio a muita gente honrada e pobre, e se fundará naquele novo mundo, um novo império para V. M., além do verdadeiro de Cristo Senhor Nosso.

E não há inconvenientes em se encomendarem os índios por esta forma; pois que assim o estão nas Índias de Castela; de cujo conselho se pode V. M. informar; porque, tendo os índios donos próprios, são defendidos e conservados, e curados em suas enfermidades, e exercitados na guerra; para que com as suas armas ajudem a defender a terra e a conquistar outras, e de todo se segue aumento desta conquista, e serviço de Deus e de V. M.

E estas cousas são mui alheias dos religiosos, a quem somente compete a doutrina cristã e o catecismo dos índios; e para isto basta

a terça parte dos dízimos, que, de mil vizinhos, são mil ducados de renda, fora as ofertas e pé de altar; e assim todos mirarão pelos índios, não cada um pelo seu particular; o que é a causa de se consumirem as conquistas, e não irem adiante, nem entrarem pela terra dentro a povoar; e cessarão a tirania e as traças com que se procura cativar a estes índios, induzidos em guerras, nas quais se comem uns a outros, se perdem muitas almas; e nem V. M. nem os seus vassalos gozam da companhia e serviços deles; sendo assim que em toda a Europa servimos uns a outros, e lá, com a doutrina e o temor das nossas armas, se farão políticos e domésticos, e oficiais de todos os ofícios; do que estes reinos obterão grandes proveitos.

Igualmente apresentou o mesmo Bento Maciel um longo memorial[65], acompanhado de um mapa, contendo arbítrios para melhor se conservar e sustentar o novo estado; consistindo principalmente em o dividir de novo em capitanias, concedidas a particulares, conservando a Coroa as duas já fundadas no Maranhão e no Pará, designando-lhes as raias. Além da do Ceará, lembrava uma em Jericoacoara até o Parnaíba, outra além do Maranhão, desde Tapuitapera; outra no Caité, já começada a povoar por Francisco Coelho em Gurupi; e ademais destas, ainda além da da ponta de Separará (Tijioca), mais cinco, a saber, uma na ilha de Joanes, outra em Camutá, outra até o Xingu, outra nas ilhas do Amazonas, desde a foz do Xingu, e finalmente a quinta do Cabo do Norte até o Oiapoc.

---

65 Esse Memorial, impresso sem indicação de lugar nem data, foi reproduzido por Cândido Mendes, *Memórias do Maranhão*, **2**, 38/44, acompanhado da Real Cédula que se despachou para o capitão-mor Bento Maciel Patente conquistar o rio Amazonas e expulsar dele os inimigos. Essa cédula é datada de Lisboa, a 8 de agosto de 1626, e está escrita em castelhano, singularidade que estranhou Cândido Mendes, porquanto todas as leis relativas ao Reino de Portugal eram redigidas na língua portuguesa. – (G.).

Isso além de outras mais que se poderiam demarcar pelo Tocantins arriba. Nesse memorial insiste já na necessidade de fundar, a fim de conter as piratarias dos holandeses, uma forte povoação de uns trezentos casais no rio Jenipapo[66], à margem esquerda do Amazonas, ideia que nele prevaleceu e à qual veio a dever a sua origem o forte do Desterro[67], por ele fundado, ainda antes de lhe ser feita a doação da capitania do Cabo do Norte; o que só veio a ter lugar por carta de 14 de junho de 1637[68], de que ao depois trataremos; cumprindo desde já chamar aqui a atenção sobre o notável fato de haverem-se pouco a pouco vindo a realizar as propostas do mesmo Bento Maciel, criando-se proximamente com os mesmos limites quase todas as capitanias por ele designadas. Uma delas, a do Caité, estava já decretada, como vimos, desde 9 de fevereiro de 1622[69], em favor de Gaspar de Sousa e seus herdeiros, e das outras iremos tratando nesta história.

Pela sua parte Bento Maciel não parece ter sido despachado logo na corte em conformidade dos seus desejos; e não sabemos que partisse senão em 1631 (VI), mandado a combater em Pernambuco, depois de preceder uma consulta do governador de Portugal, conde de Basto, em favor dos seus serviços feitos anteriormente, com promessas de futuras recompensas.

---

66 O rio Jenipapo é o atual Paru. – (G.).

67 Veja a nota 39 da seção XXVI. – (G.).

68 A carta-patente de 14 de junho de 1637 lê-se em Cândido Mendes, *Memórias do Maranhão*, **2**, 45/56; em Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, *Premier Mémoire, Documents*, **2**, 33/47, Paris. 1889. – (G.).

69 Aliás 25 de maio. Conf. nota 66 da seção XXVI. – (G.).

O sucessor do dito Bento Maciel, Manuel de Sousa d'Eça, autorizou duas expedições contra os índios, uma por Pedro Teixeira, contra os tapuiaçus, junto do Tapajós, e outra por Pedro da Costa Favela contra os pacajás; mas viu-se mui contrariado pela ingerência que no seu distrito, autorizados pelo governador, se quiseram arrogar o filho deste, Feliciano, e o custódio fr. Cristóvão, especialmente no que respeitava aos índios, o que ocasionou a suspensão do mesmo capitão-mor durante nove meses. Em abril de 1628 se estabeleceram, porém, de novo os holandeses no Tucuju, mandados pelo mesmo Purcell (Jaime, Jacques ou Diogo) que aí levantou o forte quadrado, chamado de Taurege (ou Torrego), com barbacã e fosso, que guarneceu com quatro pedreiros e uma peça de artilharia (VII). Foi incumbido de desalojá-los o pernambucano Pedro da Costa Favela. Levando consigo trinta e tantos soldados e oitocentos índios, chegou a empreender alguns ataques, mas, falto de munições, viu-se obrigado a retirar a Gurupá. Reforçado, porém, aí por Pedro Teixeira, partiram ambos para o Tucuju, e aí obrigaram o forte a render-se por capitulação, em fins de outubro, entregando-se de novo Jaime (Jacques ou Diogo) Purcell, a quem foi concedida passagem para Lisboa. Uns oitenta soldados que defendiam o forte foram distribuídos, uns para o Maranhão, outros para Gurupi. Dois ou três dias depois de efetuada a capitulação, chegavam ao forte, trazidos pelo capitão North, grandes socorros em dois navios, um patacho e duas ou três lanchas. Chegaram a desembarcar mas, com a perda de uns quatro mortos, se recolheram, e seguiram a estabelecer-se no forte Cumail, na ponta de Macapá, donde foram também mais tarde desalojados, como veremos[70].

---

70 Roger North, depois de repelido por Pedro Teixeira, foi estabelecer-se entre o Matapi e o Anauirapucu, sobre a margem guianense do Amazonas, com um

NOTAS DA SEÇÃO XXVII

I
(Pág. 1021)

Os prisioneiros foram levados para Amsterdã e aí retratados a 17 de outubro de 1624, na estampa que se reproduz no lugar próprio, gravada por Nicolau Janszen Visscher. Eis a lista deles, conforme à mesma estampa, corrigida como deve ser:

"Governeur Diego de Mendosa Fourtado [Governador Diogo de Mendonça Furtado].

Soon. Antonio de Mendosa Fourtado [seu filho Antônio de Mendonça Furtado].

Provinciael Domingo Coinia [Provincial Domingos Cunha, aliás Coelho].

Priester Joan d'Oliva [Padre João d'Oliva].

Sergiãt Maior Pedro de Coinia [Sargento-mor Pedro da Cunha, aliás Francisco de Almeida].

Stads Rechter Pedro Cascero [Ouvidor-geral Pedro Casqueiro].

Koopmann Francisco d'Almeida [Negociante Francisco de Almeida, aliás Pedro da Cunha].

Priester Manuel Tendrero.

Broer Manuel Martijns [Irmão Manuel Martins].

Broer Antônio Rodrigos [Irmão Antônio Rodrigues].

Priester Antônio do Matos [Padre Antônio de Matos].

Priester Gasper Ferrere [Padre Gaspar Ferreira].

Broer Augustino Coheilio [Irmão Agostinho Coelho].

Broer Augustino Loijs [Irmão Agostinho Luís].

---

forte que os portugueses chamaram Filipe, tomado por Jácome Raimundo de Noronha, capitão-mor do Pará, a 1 de maio de 1631. – Conf. Clements R. Markham, *Expeditions into the valley of the Amazons*, 54, Londres, 1859; Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, *Premier Mémoire,* **1**, 81. Documento básico desses episódios é a *Relaçam* já citada, de Luís Figueira, testemunha fidedigna, bem como Berredo, *Anais do Maranhão*, §§ 581 a 595. – Veja a seção XXXIV, que reata o fio desses sucessos. – (G.).

Na estampa houve troca do nome do sargento-mor Francisco de Almeida com o negociante Pedro da Cunha. – Conf. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, n. 17 421. – O padre Antônio de Matos ia do Rio de Janeiro para substituir no provincialado ao padre Domingos Coelho e foi feito prisioneiro ao chegar à Bahia. – Conf. *Ânua da Província do Brasil dos dous anos de 1624, e de 1625*, escrita pelo Padre Antônio Vieira, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **19**, 187; Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, 20, Rio, 1925. – Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 517, 3ª ed., 1931, dá conta de uma tentativa para tirar da nau, onde estavam embarcados, o governador e seu filho, frustrada quando já iam descer para as jangadas que para esse fim tinham chegado à embarcação. – No Museu Britânico, Biblioteca Egertoniana, códice 1133, fls. 344, guarda-se o memorial que ao rei dirigiu Diogo de Mendonça Furtado, acerca dos danos e prejuízos que padecera por ter sido preso pelos holandeses em 9 de maio de 1624. O documento não tem data, mas deve ser posterior a 23 de novembro de 1626, quando foi solto na Holanda Diogo de Mendonça. É possível que seja de meados do ano seguinte, como opina o autor, *História das lutas com os holandeses no Brasil*, 21, Lisboa, 1872. Nesse memorial o ex-governador diz que, quando o inimigo o prendeu, "não sacara consigo mais vestido que o que tinha no corpo". – (G.).

II

(Pág. 1027)

Entre as providências tomadas pela corte figura a carta régia de 10 de setembro de 1624, mandando que se averiguem os procedimentos que no caso tiveram o governador Diogo de Mendonça Furtado, os capitães e oficiais da milícia, e todas as mais pessoas que se achavam na cidade e a desampararam quando os rebeldes entraram. "E porque convém mandar daí [de Portugal] uma pessoa de muita confiança, que inquira com muita especulação o que tem se passado no negócio, porquanto parece que nas que há no Brasil poderá haver impedimento na liberdade com que se deve fazer esta diligência, vos encomendo muito que vos informeis logo se será a propósito para isso o ouvidor que agora é da Armada dessa Coroa, sabendo-se juntamente por quanto tempo está ocupado no mesmo cargo, e quando o acabará de servir – e parecendo-vos conveniente para ser encarregado da matéria, mo avisareis, ou me nomeareis outra pessoa, que tenha as partes que se requerem, a que se possa cometer a mesma averiguação, mandando fazer logo a instrução que para isso há de levar, na forma que parecer conveniente, vendo-se as cartas que se têm enviado do Brasil, e o que se me tem escrito sobre esse sucesso". – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **3**, 125 e 126. – Figura também a carta régia de 27 do mesmo mês e ano, que prorrogou a satisfação da paga das letras dos homens de negócio, por causa da perda da Bahia,

ibidem, 126. Por provisão de 7 de outubro foi concedido perdão aos culpados de certos crimes, que assentassem praça perante o conde de Cantanhede, d. Pedro de Meneses, que em Coimbra alistava tropas para a armada destinada a expulsar da Bahia os holandeses, ibidem, 127. Por carta régia de 10 de novembro se fez mercê ao licenciado Antônio Rodrigues de Figueiredo, ouvidor-geral da armada, de um lugar de desembargador extravagante da Casa do Porto, no caso de embarcar-se na jornada do Brasil, e de duzentos cruzados de ajuda de custo, e falecendo na jornada houvesse sua mulher a tença que se costumava dar às mulheres dos desembargadores, ibidem, 128. Ainda por carta régia de 3 de dezembro eram tomadas diversas providências acerca da armada, que partira a 22 de novembro para a recuperação da Bahia, ibidem, 128. – Naquela data, dia de Santa Cecília, saiu a armada do porto de Lisboa, fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 552, 3ª ed., 1931. Os nomes dos navios, dos comandantes e dos fidalgos embarcados, a ajuda de duzentos e vinte mil cruzados, que deram os vassalos portugueses, tudo consta de fr. Vicente do Salvador, op. cit., 552-560. A armada espanhola saiu da baía de Cádis a 14 de janeiro de 1625, Tamásio de Vargas, *Restauración de la ciudad del Salvador*, fls. 81. A 6 de fevereiro avistaram-se as duas armadas na ilha de Maio, e a 12, primeiro dia da Quaresma, prosseguiram juntas em rumo da Bahia, ibidem, fls. 89, 91. A 27 de maio descobriram terra a três léguas da Bahia e a 29, véspera da Páscoa da Ressurreição, às cinco horas da tarde, lançaram ferro dentro do porto, ibidem, fls. 94 v., 100. Na travessia somente se perdeu a nau *Caridade*, de que era capitão Lancerote da Franca, nos recifes da Paraíba; mas acudiu-lhe logo Afonso da Franca, tio do capitão, ali capitão-mor, com barcos e marinheiros, e quatro caravelões que mandou o governador de Pernambuco, com que salvaram não só a gente toda, exceto dois homens que aceleradamente se haviam lançado ao mar, mas depois o casco da nau com todo o massame, armas, artilharia, munições; e o capitão Lancerote da Franca, deixando a nau para que a mastreassem, porque lhe haviam cortado os mastros, se foi com os seus soldados a Pernambuco, e daí em sete caravelões, que o governador lhe deu, à Bahia, aonde chegou no mesmo dia que a armada, fr. Vicente do Salvador, op. cit., 563. – (C.).

III
(Pág. 1029)

Groot Placaat-Boek, de 1664 [vol. II, pág. 1235]. – (A.). – É uma coleção que contém todas as ordenanças do governo dos Estados Gerais, dos Estados da Holanda e da Zelândia, impressa na Haia, 1658-1796, 10 vols. in-fol. – Conf. Asher, *Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets relating to New-Netherland*, 220, Amsterdã, 1868. O Conselho dos XIX, em agosto de 1629, elaborou uma instrução secreta destinada ao general Lonck, chefe da expedição

que devia conquistar Pernambuco. Encerravam essa instrução disposições relativas às condições da rendição dos habitantes da capitania, aos quais, se se entregassem sem resistência, seria assegurada garantia de vida e de bens, respeitada a liberdade de consciência, tudo sob juramento de fidelidade que prestariam perante as autoridades neerlandesas. A Companhia das Índias Ocidentais empenhar-se-ia em protegê-los, em exercer boa polícia e em aplicar a justiça. De sua parte os portugueses manteriam seus engenhos de açúcar e suas plantações, concedendo-lhes a Companhia liberdade de comércio, contanto que se utilizassem de seus navios para a importação e exportação dos efeitos de que necessitassem. Os habitantes que se não quisessem submeter à soberania dos Estados Gerais, assim como os religiosos (jesuítas e membros de outras ordens) seriam obrigados a deixar o país, confiscados seus bens imóveis. (Atas das reuniões secretas do Conselho dos XIX, de 1629 a 1645, Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais.)

O regimento administrativo mais amplo, que o Conselho deu pouco depois para o governo das conquistas da Companhia no Brasil, inspirou-se nos mesmos princípios da instrução secreta. Compreendendo sessenta e nove artigos, esse regimento foi previamente submetido à aprovação dos Estados Gerais, que o expediram a 13 de outubro de 1629. Por ele a autoridade e a direção, em tudo o que respeitava aos negócios de governo, de polícia, de finança e de justiça, ficava a cargo dos conselheiros políticos, em número de nove, que deviam ser pessoas versadas em matérias de administração e de comércio; a presidência do Conselho era renovada mensalmente. Um assessor, perito nas ciências jurídicas, funcionava junto ao Conselho, como secretário e notário. O primeiro dever que incumbia ao Conselho era revelar pelo exercício do culto cristão reformado, embora tanto na instrução secreta, como regimento administrativo, se consignasse a promessa de liberdade de consciência para os habitantes católicos e para os judeus. Os jesuítas seriam expulsos, interditos os conventos e outras associações religiosas. A metrópole mandaria mestres, que professassem a religião reformada, para ensinar a mocidade. Os habitantes que se submetessem aos Estados Gerais podiam conservar seus bens; mas para os que se conservassem fiéis à autoridade espanhola havia o confisco rigoroso. As terras devolutas deviam ser dadas pelo conselho político a quem as cultivasse. Ao conselho incumbia todas as decisões sobre os negócios do exército e da guerra, com audiência do general e do governador, comandantes em chefe de terra e mar. Para os lugares vagos de oficiais nas companhias, os conselheiros apresentariam candidatos, entre os quais o governador faria a escolha. A administração das finanças era confiada a dois conselheiros, que com o título de tesoureiro deviam servir durante um ano. Havia ainda providências sobre as questões criminais e civis, sobre a jurisdição militar e conselhos de guerra para o exército e para a marinha. Entre outras disposições é para assinalar o artigo 62, que autorizava o Conselho a fazer ordenanças, dependentes, porém, da aprovação do Conselho dos XIX. O regimento não faz menção da liberdade concedida ao comércio, que a instrução secreta prometia aos habitantes.

Traduzido para o português pelo Dr. José Higino Duarte Pereira, o regimento de 13 de outubro de 1629 lê-se na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **4**, n. 31. 229-310. Foi observado até que veio substituí-lo o de 23 de agosto de 1636. – Veja a nota 3 da seção XXIX. – (G.).

IV

(Pág. 1036)

D. Fadrique de Toledo comunicou a vitória à corte nas duas seguintes cartas, que o autor, por cópias da biblioteca da Academia da História de Madri, publicou na primeira edição desta *História*, **1**, 474 e 475, e omitiu na segunda. A primeira carta, datada da Bahia, em 12 de maio de 1625, é dirigida a el-rei, e diz:

"*Señor: yo hé traido á mi cargo las armas de V. M. á esta Provincia del Brasil y nuestro Señor há vencido con ellas. Si hé acertado á servir á V. M. con esto estoy premiado sobradamente. Las ocupaciones de dar cobro á la ciudad, restituir á N. S. sus templos, tratar de los negocios de justicia que V. M. me encargó, y castigo de culpados, carena de alguns naos, bastimento para la vuelta en que hay de hazer, aviamiento y despacho de los rendidos que han de volver á su tierra y el de este aviso y otras mil cosas me tienen sin hora de tiempo: lo que faltare en la relacion, emendará en el segundo aviso.*

"D. Juan Fajardo há servido á V. M. mejor que io porque há asistido al apresto de lo que he desembarcado de la mar con grande cuidado; y que no ha sido menos esencial que el de las armas: tambien estubo en la segunda bateria que se puso á los navios hechando á fondo algunos y en todo há procurado servir á V. M. y ajudarme como persona de tantas obligaciones.

"Lo mismo há hecho d. Manuel de Menezes. El Marques de Cropani há trabajado como mozo, con el valor y zelo que otras veces dando a V. M. obligacion de hazerle merced, y honrarle y á mi de supplicárselo á V. M."

A segunda carta, da mesma cidade, de 10 de maio, é dirigida ao duque de Olivares:

"Exmo. Sr. En nombre de V. E. y por soldado suyo me encargué de esta jornada, y la merced que nuestro Señor me há hecho en ella, hé estimado por V. E. á quien toda se refiere mas que por mi esto afirme á V. E. con verdad, y V. E, sabe que la trato y que mis deseos de bater mucho en servicio de V. E. no se contentan ni satisfacen por mas veces que se empleen; de nuebo vuelvo a ofrecerme á servir V. E. toda la vida. Grandemente hé deseado acertar á parecer súbdito de V. E. á este nombre deberé los aciertos.

"Héme acordado hartas vetes de los pareceres que hubo en España para que V. E. no embiase esta Armada y que sobrarian una docena de navios hase visto que el corazon del que govierna le mueve N. S. que puso en el de V. E. lo mas acertado como se há conocido, y cada dia hechará de ver mejor en Jornada tan conocida por de V. E. Tambien parece prevencion suya, que entrase yo en la Ciudad dia de San Philippe. Avisolo á V. E. por circunstancia que acá la havemos solemnizado, etc.

"D. Juan Fajardo há acudido muy bien en todo, lo que escriba á S. M. merece que V. E. se lo estime."

A celebrar a vitoriosa empresa não faltaram escritores contemporâneos. Além das crônicas dos dois chefes Meneses e Sanfelice, que se não imprimiram e que, com outra que deixou manuscrita d. Juan de Valencia y Gusmão, serviram talvez de texto à história dos sucessos que publicou o cronista de Castela, d. Tomás Tamayo de Vargas, deve ser mencionada a obra do jesuíta Bartolomeu Guerreiro e a relação (por lacônica não menos exata) de João de Medeiros Correia, publicadas ambas estas últimas em Lisboa, nesse mesmo ano de 1625. Até o conhecido poeta Lope de Vega solenizou o triunfo em uma de suas inúmeras comédias – Conf. o autor na primeira ed. desta *História*, **1**, 351. Em nota, acrescenta que os jesuítas encarregaram da história dos feitos dos seus nessa jornada ao padre Francisco de Macedo, que se desempenhou da tarefa por meio de um opúsculo em bom latim, cujo original possui a Academia da História em Madri.

São ainda para mencionar as seguintes relações:

– Fadrique de Toledo – *Relación de la carta que embio a su Magestad Don Fadrique de Toledo, general de las armadas y poderoso exercito que fue al Brasil, y del felicissimo sucesso que alcançaron dia de los gloriosos Apostoles S. Filipe y Santiago, que fue a primeiro de mayo deste año de 1625*. Sevilha, 1625, fol., 4 págs.

– Bartolomé Rodrigues de Burgos – *Relación de la Jornada del Brasil, escrita a Juan de Castro, escrivano mayor de la Armada*. – Cádis, 1625, fol., 4 págs.

– Relación del sucesso del Armada, y exercito que fue al socorro del Brasil, desde que entro en la Bahia de todos os Santos, hasta que entro en la ciudad del Salvador que posseian los rebeldes de Olanda, sacada de una carta, que el señor Don Fadrique de Toledo escrivio a su Magestad. – Cádis, 1625, in-4º.

– Verdadera Relación de la grandiosa vitoria que las armadas de España an tenido en la entrada del Brasil, en la qual queda por el Rey Don Felipe Quarto. – Cádis, 1625, fol., 4 págs.

– Relaçam Verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de todos os Santos desde o dia em que partiram as armadas de Sua Majestade, té o em que em a dita Cidade foram arvorados seus estandartes com grande glória de Deos, exaltação do Rei e Reino em nome de seus Vassalos, que nesta empresa se acharam, anihilação & perda dos rebeldes Olandezes ali domados. – Lisboa, 1625, in-4º peq.

– *Relaçam do dia em que as armadas chegaram a Bahía, e do que se fez até vinte dous de abril, em que se mandou a Pernambuco desde vinte nove de março, em que deram fundo na dita Bahia*. – Lisboa, 1625, fol., 3 págs.

– Francisco de Avendano y Vilela – *Relación del viaje y sucesso de la Armada que por Mandado de su Magesta partio al Brasil a achar de alli los enemigos que lo ocupavan*. – Sevilla, 1625, in-4º, 7 págs. Há tradução italiana, Roma, 1630.

São todas publicações extremamente raras. No Museu do Prado, em Madri, existe um grande quadro de fr. Juan Bautista Mayno, tendo por título – *Alegoría de la recuperación de Bahia de Todos los Santos y ciudad del Salvador en el Brasil por Don Fadrique de Toledo, en el año 1625*. A cópia fotográfica que possui o Instituto Histórico é aqui reproduzida. – A citar ainda: *Carta do Padre Simão de Vasconcelos, sobre a entrada dos holandeses na Bahia*. – Ms. de Évora, tomo 9º, no Instituto Histórico. – (G.).

V
(Pág. 1044)

Dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, primeiro diálogo, interlocutores Brandônio e Alviano:

BRANDÔNIO. – "...e da mesma maneira assiste na cidade, que toma o nome da Bahia de Todos os Santos, a Relação com muitos desembargadores, chansarel-mor, juiz dos feitos d'el-rei e da fazenda, com seu provedor-mor, e provedor-mor dos defuntos, os quais determinam e decidem as causas de todo o Estado do Brasil; com alçada em bens móveis até três mil cruzados; porque passando da dita conta dão apelação para a Relação da cidade de Lisboa. Todos estes desembargadores e mais oficiais da casa são pagos de seus salários da fazenda de S. Majestade.

ALVIANO. – Tendo ouvido a muitos homens experimentados nas cousas do Brasil que essa Relação, que assiste na cidade da Bahia, dá mais perda ao Estado do que causa proveito a seus moradores.

BRANDÔNIO. – Verdade é que a Relação da Bahia se pudera muito bem escusar, e dessa opinião fui eu sempre, e assim o significquei por muitas vezes ao bispo de Coimbra, d. Afonso de Castelbranco, sendo governador de Portugal; porque, além de fazer essa casa muita despesa à fazenda de S. Majestade, podendo reservar o dinheiro que com ela gasta para outras cousas mais úteis para seu serviço, ela não corresponde com aquele efeito que se imaginou fizesse com a sua assistência no Brasil; e o engano nasceu de que, como os moradores de todo este Estado se achavam molestados e agravados das insolências de que usavam os ouvidores-gerais, que antes da casa tinham a administração da justiça em sua mão, por se livrarem de tão pesada carga, concorreram à S. Majestade, pedindo-lhe que lhes mandasse uma casa de Relação ao Brasil que assentasse na Bahia de Todos os Santos, na forma

que estava assentada no Estado da Índia, na cidade de Goa; no que se enganaram, porque poderiam reduzir a justiça em melhor forma. E pelo não considerarem então bem, se acham agora envoltos no dano presente.

ALVIANO. – Folgara de saber qual é o dano que causa a Relação que assiste na Bahia aos moradores do Estado; porque creio que, se Sua Majestade entendera que lhe não era de proveito, escusara de despender tanto dinheiro, como despende em sustentá-la.

BRANDÔNIO. – O dano é este: todos os moradores deste Estado, como nas capitanias onde moram, são ligados uns com outros por parentesco ou amizade, nunca levam seus preitos tanto ao cabo, que lhes seja necessário concorrerem por fim com a apelação delas à Relação da Bahia; porque, antes disso, se metem amigos e parentes de permeio, que os compõem e concertam; de maneira que põem fim às suas causas, e daqui nascem ir poucas por apelação à Bahia, e essas que vão lhes fora de mais utilidade a todos os moradores do Brasil seguirem-nas para o Reino. Porque a mim me aconteceu já (não uma senão muitas vezes) mandar alguns papéis a despachar à Bahia, e no mesmo tempo que os mandava para lá, mandar outros semelhantes para o Reino, e virem-me os do Reino muito antecipados dos da Bahia; porque, como toda esta costa se navega por monções, sucede encontrar-se com alguma contrária, o que dilata muito o despacho dos negócios. De mais que não há nenhum morador em todo este Estado, tão desamparado, que não tenha no Reino algum parente ou amigo, a quem possa mandar seus papéis dirigidos por apelação, e mandando juntamente com eles um caixão de açúcar, basta para a sua despesa; o que não acontece na Bahia, porque nem todos têm lá parentes ou conhecidos e, com falta dos tais, lhes fica sendo forçoso haverem de seguir pessoalmente suas causas com muita despesa que fazem na jornada, sendo-lhes necessário levarem para isso dinheiro de contado, que custa muito ajuntar-se no Brasil, o que não sucede, como tenho dito, nos papéis que se mandam ao Reino, porque basta encomendarem-se aos parentes ou amigos e para sua despesa um caixão de açúcar; pelo que tenho considerado que devera S. Majestade (neste negócio da justiça) tomar outro meio mais útil, e que rendundará em comum benefício do Estado.

ALVIANO. – E que meio é esse que poderá S. Majestade tomar?

BRANDÔNIO. – Tirando e extinguindo de todo a Casa da Relação da Bahia, podia em seu lugar criar no Estado três corregedores com título da comarca, da maneira que os há no Reino, e com a mesma alçada; e, quando se lhe acrescentassem mais alguma quantidade, não o teria por desacertado. Desses corregedores havia de mandar que assistisse um na Paraíba, por ser cidade real, o qual conhecesse, por apelação e agravo, de todos os feitos que viessem a ele dante os juízes e ouvidores da capitania de Pernambuco e seus distritos, e da capitania de Tamaracá, e da mesma capitania da Paraíba, e da capitania do Rio Grande e das mais povoações do Maranhão e Pará, enquanto S. Majestade não dá outra ordem no seu governo. O outro corregedor dos três havia de assistir na cidade da Bahia de Todos os Santos,

conhecendo, por apelação ou agravo, dos feitos que a ele viessem dante os juízes e ouvidores de Sergipe d'el-Rei, da mesma Bahia e das capitanias de Boipeva, Ilhéus e Porto Seguro com seus contornos. O terceiro corregedor da comarca havia de assistir no Rio de Janeiro, e tomar da mesma maneira conhecimento, por apelação e agravo, de todas as causas que a ele viessem diante os juízes e ouvidores da capitania do Espírito Santo, do mesmo Rio de Janeiro e capitania de São Vicente, vila de São Paulo e seus contornos. E dos três corregedores havia de haver apelação e agravo nas quantias que não coubessem em sua alçada para a Relação da cidade de Lisboa, com terem expresso regimento que cada um deles, nas capitanias de seu distrito, não pudessem entrar mais que por correição, que nela gastariam somente 30 dias, e passando eles não seriam obedecidos, por se atalhar com isto a muitos inconvenientes que se seguiriam do contrário, ficando remediadas grandes opressões que os moradores deste Estado de presente padecem.

ALVIANO. – Folgarei que me digais quais são essas opressões.

BRANDÔNIO. – São muitas e grandes. Por qualquer negócio, posto que leve, em que uma pessoa é pronunciada pela justiça à prisão, lhe é necessário concorrer à Bahia por carta de seguro; porque se lhe não pode passar senão lá, o que lhe custa muito enfadamento, tempo e despesa como, no entretanto, haver de andar homiziado. De mais que de qualquer incidente que se agrave do julgador convém seguir-se o agravo à Bahia, com muito descômodo e despesa da parte agravante, e enquanto demora em ir e tornar, que é muito tempo, o julgador vai correndo com a causa por diante, em muito prejuízo dos litigantes, o que não sucedera quando tivessem o corregedor da comarca vizinha, podia-se concorrer a ele com muita brevidade e pouca despesa. Mas não sei no que nos havemos metido, desviando-nos de nossa prática, pois tratamos de cousas que não estão em nossa mão o remediá-las.

ALVIANO. – Não vos pese de as haver tratado, porque pode suceder que esta nossa prática passe ainda a mão de pessoa, que a possa manifestar aos senhores do conselho de S. Majestade, para que lhe deem o remédio conveniente.

BRANDÔNIO. – Queira Deus que assim seja." – *Diálogos das grandezas do Brasil*, págs. 68-72, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1943. – (G.).

VI
(Pág. 1059)

Não tem data, mas deve ser de 1630 o memorial impresso e não reimpresso até hoje, que figura no códice *Pernambuco*, da Coleção Castelo Melhor, na Biblioteca Nacional. Dele fez menção o preclaro Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 452 e 453. Pela sua importância e para ficar mais acessível aos estudiosos, traslada-se para aqui integralmente:

"Señor – Bento Maciel Pariente, Capitam mayor del Gran Pará, famoso rio de las Amaçonas, sirue a V. M, ha 36 años en el Estado del Brasil, de Soldado, Capitam, Sargento mayor, y Capitam mayor, hallando-se en muchas ocasiones. Peleó contra Ingleses en defensa de Pernambuco, hasta que se retiraron. Entró por tierra de la Baía, al descubrimiento del salitre, ochenta leguas tierra adentro, trabajando en ello catorze meses, y se halló gran copia. Anduuo en las guerras de la Parahiba 13 meses, trabajando en hazer la fortaleza, y de la misma manem en las guerras, y fortificaciones del rio Grande 15 meses, hallandose en muchos rencuentros con los Indios. Embarcose en tres armadas de aquel Estado, en una de las quales se peleó con Ingleses, y huuo muertos y feridos. Año de 1608 se embarcó con el Gouernador don Francisco de Sosa a las Capitanias del Sur, en deseubrimiento de las minas de San Pablo, adonde siruio seis años, tres de Capitan de las entradas y descubrimientos, y tres de Sargento mayor de las cinco vilas de aquellas Capitanias. En la conquista del Marañon fue por Capitan de mar y guerra de vn nauio a su costa, en compañia del Capitan mayor Alexandre de Mora, y con el se halló en la expurgacion de los Franceses, ocupando con su gente una punta guarnecida de artilleria; y por ser muy platico en la lengua, y en la tierra, y en las guerras de los Indios, y persona de talento, y confiança, le encargó el dicho Alexandre de Mora de Capitan de las entradas, y descubrimientos, y le mandó descubrir y reconocer los rios Mearin, Pynare, y Maracu, e despues el Goropy, cien legoas tierra adentro, adonde sustentó muchas guerras, hambre e pestilencias en la conquista de los Indios Guajayaras, donde boluio vitorioso, y fue a prender quinze soldados amotinados q se huian sin orden: en las quales ocasiones puso mochas vezes su persona a muy euidentes peligros, peleando muy valerosamente, y por su valor le hizo el Capitan mayor Geronimo de Albuquerque Capitan de los moradores del Marañon, y por su muerte le dexó nombrado por acompañado cõ su hijo Antonio de Albuquerque, en el gouierno de la conquista: y en esta ocasion reedificó el fuerte de San Joseph en Tapari, y estuuo por Capitan del, hasta que fue al socorro del Gran Pará, adõde se halló en alguns refriegas con los Indios rebelados, y por estar la plaça muy apretada con el sitio de los Tupinambás, fue por mar a Pernambuco, adonde el Gouernador general don Luis de Sosa le mandó leuantar gente a su costa a las Capitanias de Itamaraca, Parahiba, y Rio grande, y lleuar este socorro al gran Pará, y pesquisar de los alboratadores q auian preso a su Capitã mayor Francisco de Caldera de Castelbranco: y entró con ochenta hombres, y quatrocientos Indios fleeheros en las Prouincias de los Tupinambas rebelados, que auian muerto mas de cien Portugueses esparcidos, y empeçando a castigarlos en las aldeas de Tapuytapera, los fue siguiendo, matando y destruyendo, hasta el Gran Pará, en que ay mas de cies leguas: y despues de hazerlos leuantar el sitio de la plaça de V. M. los fue siguiendo, matando y prendiendo a muchos dellos, mas de duzientas legues tierra adentro, con que quedaron harto castigados, y los Indios de aquellas Prouincias escarmentados, y todo quieto, particularmente con las prisiones que hizo en los que halló culpados en los alborotos. Con esto se boluio al Marañon, a fundar vn fuerte en lo interior del rio Itapicoru, y poblar en la tierra firme, cõforme a la orden que tenia del Gouernador general: y auisandole de todo, y como estaua hecha la fortificacion, y pueblo con quarenta soldados, y algunos moradores, con dos aldeas de Indios de paz, le mandó el mismo Gouernador general gouernar el Gran Pará.

"Teniendo V. M. consideracion a los seruicios referidos, y a otros q mas particularmente se cõtienen en sus papeles, le hizo merced el año de 625 del habito de Santiago, con quinientos reales de renta, por vida, situados en aquellas partes: y aunque sus procuradores, sin orden suya, sacaron decreto desta merced, y empeçaron a hazer las prouanças, y esta merced la estima por ser de V. M. y por ella cõ toda humildad prostado a los Reales pies besa a V. M. la mano. Cõ todo no puede dexar de representar a V. M. con el deuido acatamento, la importancia de tantos, y tan señalados seruicios, continuados por tãtos años, y que por sola la jornada de las minas, y lo que en ellas siruio, le era deuido el habito de Christo, con cincuenta mil reis, pues en efecto se le prometio por el Gouernador, en conformidad de las cedulas de V. M. cuyas copias presenta a fol. 34 y del testimonio fol. 35. consta q las dichas minas tuuieron efeto, y son de importãcia.

"I demas destos seruicios representa a V. M. humildemente los q despues desto hizo en el Gran Pará que bien cõsiderados excedem en muchas cosas a los que hizo Fernando Cortés en la conquista de la Nueva-España, para que por unos y otros huelgue V. M. de honrarle, y hazer la merced, correspondiente a lo mucho bien que tiene seruido.

"Llegado al Gran-Pará, despues de ordenar las cosas de aquella plaça, y extinguir las sediciones que resultauã de los alborotos passados, trató de la forttification della, y por sus buenos medios conduxo los Indios que labrassen alli a V. M. una fuerça de taipas de pilon, con 90 braças de muralla por parte de tierra de siete palmos de gruesso, y 17 de alto, con tres baluartes y petriles, todo de hormigon, con sus garitas, planchadas y reparos, cuerpo de guardia, cestones, alojamientos, portadas de cal y canto, almacenes para municiones, y fuera della otro almacen de respeto; les hizo labrar tres Iglesias, casas de gouierno, y otras muchas para los soldados y moradores, en que todo ayudó mocho la hazienda del Capitan, y sus Indios: de forma, que valiendo toda esta obra muchos ducados, no costó de la Real Hazienda quatrocientos.

"Hecha la fuerça conduxo a pazes muchas y diuersas naciones de Indios, assi de los que auian rebelado, como otros que nunca auian sido aussallados, y otros conquistó con el rigor de las armas, y por assegurarse de sus acostumbradas rebeliones los persuadio a mouer de sitio, y venir a habitar cerca de la dicha fuerça al amparo de sus armas, adonde los hizo dotrinar, y domesticar, empeñandolos en cultivar las tierras: y para tener segura la correspondencia del Marañon, mãdó vn camino del dicho Pará, hasta el Marañon, en que ay ciento y dies leguas, desuiado de la mar cincuenta leguas, y en medio hizo fundar una aldea para socorro de los passageros, por el qual camino se abrio el rescate, y tragino de los Indios, q conforme a las leyes Reales pueden ser cautiuos: y rescatando se muchos destos, que estauã presos por sus enemigos para ser comidos dellos, se poblé la tierra, y huuo abundancia, con que cessaron las hambres y miserias, que antes auia, y con esta buena traça no se sentio falta de los socorros que V. M. solia mandar de veinte mil ducados al año, y no bastauan: y en el tiempo que el dicho Capitan gouernó no fue mas de uno de 8 cruzados, y rentaron las rentas Reales destas nueuas conquistas mas de cinco mil cruzados, siendo q hasta entonces no rentauan quinientos, y cada dia van en aumento, y tiene ya dos ingenios de açucar, y otras esperanças, y grangerias de importancia.

"Andando el Capitan mayor, conquistando, y descubriendo estas tierras y rios, cõ continuas guerras có diversos Indios, cuyos rencuentros y batallas pieden muy larga historia, tuuo noticia, que de la otra parte del rio (en que ay cerca de cien leguas de trauesia, auia Olandeses e Ingleses que comerciavan tabaco, cotones, pimenta, gengibres, y otras drogas y tintes, y de alli fornecian sus navios, con que iuan a robar a las índias, y poniendoles sus assechanças cogio dos dellos, uno de los quales embio a Lisboa y por carta suya de 20 de abril de 625, se ofrecio a V. M. de hazer aquella conquista, y echar della a los enemigos; y ano que V. M. por su Real cedula q se presente acertó este ofrecimiento con pretexto de mandarle socorrer con gente, armas municiones, y embarcaciones, y bastimentos, y que le haria merced, segun lo que dello resultasse, ni se le dio da facultad q' pedia para encomendar los Indios por los que le ayudassen, como se haze en las Indias, ni ninguna otra cosa, antes hasta los socorros ordinarios faltaron por causa de la tomada de la Baia: con todo el dicho Capitan mayor no trabajó tanto, y batallas por agua y por tierra, con muchas y diuersas naciones de Indios muy belicosos, algunos q peleavan cõ flechas hervadas, y todos industriados y ayudados por los dichos Olandeses, e Ingleses, q entre ellos andavan mas de quatrocientos, de los quales prendio y mató mas de dozientos, y los demais destruyó, y ahuyentó, tomãdoles tres fuerças con artilleria, embarcaciones, esclauos, y otros vagajes, y rescates, a ellos, y a los Indios sus aliados, que todo se metio en la Real Hazienda, y importó muchos mil ducados; con q se suplio la falta de los socorros q no fueron y estando sobre una fortificacion de Olandeses y viniendolos a socorrer una naue suya, con mucha artilleria, y ochenta hombres, el dicho Capitan mayor le salio al encuentro con nueve canoas, y siendo las cinco desbaratas, y las otras tres huidas el solo con la suya con cinco hombres, y algunos Indios, se amarró a la proa de la naue, y a arbuzazos y flechazos peleó con ellos por espacio de quatro horas, tan bravamente, que llegandole un barco de socorro, y otras canoas, los Olandeses se dieron fuego, y el Capitan mayor mandó matar a los que andavan nadando por el agua: en el qual conflito murieron quatro Portuguezes, y algunos Indios. Y continuando la guerra con los Indios sus aliados, conquistó doze Provincias delias, a saber, a los Guajaijaras, Tupinambas, Tocantines, Nhuanas, Amaus, Mapuazes, Pacajares, Curupas, Mariguis, Quanis, Tapuyusus, Tacares, Vguapes, Andurás, y Pirapes, que ocupavan las tierras que ay desde el Marañon, hasta el rio de Vicente Pinçon, en que ay mas de duzientas e treinta leguas de costa do mar, y otras tantas tierras adentro, y mas de dos mil poblaciones con infinitas gentes, sin otros que no podo visitar, que todas estan a obediencia de V. M. por el mucho valor, y derramamiento de sangue del suplicante, que sacó dello muchas heridas, y algunas lesiones, y los recuentros y guerras que con ellos teuo pide muy larga historia: con que ha cumplido con grandissimas ventajos, mucho mas de lo q ofrecio en dicha carta, sin las ayudas que para ello pedio, y se lo mandavan dar por la dicha cedula de V. M. por todo lo qual está confiado de la Real grandeza de V. M. será seguido honrarle, y mandarle despachar, sirvindose de su persona, en puestos de importancia, estimandola, y honrandola por su valor, prudencia y buena fortuna, con q espera hazer a V. M. aun mayores servicios, como se verá en otro papel aparte que ofrece."

– Na parte inferior da última página impressa ocorre a assinatura autógrafa – *B. Maciel Parente* – com a tinta já desmaiada. – (G.).

VII
(Pág. 1060)

Purcell e seus companheiros, conduzidos por fr. Antônio da Marciana à Espanha, passaram daí para a Holanda, onde encontraram o irlandês Bernardo O'Brien, que em 1621, aos dezessete anos de idade, viera ao Amazonas com Henrique ou Francisco Ro, companheiro de Drake e Raleigh. Trouxe-os, com cento e vinte e quatro pessoas, um navio de duzentas toneladas, o qual, feitos os resgates, deixou com bastantes munições e mercadorias em Patauí ou Cocodivai, sessenta léguas da foz, doze irlandeses e quatro ingleses. O'Brien, capitão dessa gente, fundou um forte, subiu o rio e avistou as amazonas, "*que tienen las tetas derechas chicas como los hombres con artificio de modo que no crezen para tirar los arcos y las izquierdas largas como otras mujeres*", varou pelas Goianas, subiu o Surimã, de onde tornou a Cocodivai. A gente de um navio holandês comandado por Abstan, que queria estabelecer-se perto, obrigou-o a ir para mais longe e fixar-se em Gurupá. Em 1623 chegaram uma nau de guerra holandesa e uma pinaça, e O'Brien aproveitou o ensejo para voltar ao velho mundo com avultada carga de tabaco e algodão, que na Holanda liquidou por dezesseis mil escudos. Ficou comandando o forte Purcell, que foi atacado por ordem de Bento Maciel Parente e feito prisioneiro, como já ficou dito: Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 455.

Na Holanda, Purcell e os outros tanto exaltaram o conhecimento que tinha O'Brien do Amazonas, sua perícia na língua da terra, sua influência entre os naturais, que o conselho da Zelândia o chamou, confiou-lhe quatro navios, uma companhia de soldados irlandeses, ingleses, franceses e holandeses, e o fez "capitão-geral, marchante-maior e língua dos navios", Capistrano de Abreu, op. cit., 461. Parte da expedição teria saído da Zelândia a 24 de janeiro de 1629, e com ela viria O'Brien; outra a precedera de alguns meses com Purcell. Este era comandante do forte de Torrego, ou Taurege, como lhe chamavam os ingleses, construído na embocadura do rio do mesmo nome, ou Maracapucu. O forte tinha uma peça de artilharia e quatro pedreiros. Depois das escaramuças que o texto menciona, foi o forte tomado por Pedro Teixeira, a 24 de outubro de 1629. O'Brien foi dos defensores desde as primeiras investidas, em que os portugueses foram repelidos, e em uma delas chegou a ser ferido; na capitulação foi-lhe assegurado e a seus companheiros, com as garantias de vida, o transporte para Lisboa. Essa condição foi violada, ou só cumprida muito mais tarde, porque somente a 23 de novembro de 1634 O'Brien saiu do Maranhão para a Holanda. Ainda no Amazonas, guerreando os portugueses, estes, sabendo-lhe o nome de batismo, apelidaram-no Bernardo del Carpio, "nome tão popularizado pela literatura de cavalarias, referentes às proezas de Carlos Magno e seus doze pares". Na Espanha escreveu um memorial, que se guarda no Arquivo General de Índias, em Sevilha, cópia na Biblioteca Nacional, de onde Capistrano de Abreu extraiu as notícias aqui resumidas, as quais, salvo o caso das Amazonas, se conciliam com as dos portugueses, como bem observou o mestre. Em Amsterdã O'Brien encontrou o padre Manuel de Morais, que apostatara, de quem contou

cousas escandalosas, Afonso d'E. Taunay, *Anais do Museu Paulista*, **2**, 1ª parte, 31-35. – Conf. nota VII da seção XXVIII.

O nome de Purcell aparece muito deturpado nos documentos contemporâneos: Porce, Pórcio, Proçal, Procel, etc.; James, Jaime, Jácome, Yaume, Yago, Tiago, Diago, Diego, Diogo são variantes do mesmo prenome. Alguns cronistas dão-no como holandês, mas irlandês era o que ele era. – (G.).

Seção XXVIII

Desde a invasão de Pernambuco até chegar Nassau.

Novos planos contra o Brasil. Preferência dada a Pernambuco. Falta de prevenções. Matias de Albuquerque. Sua partida e providências. Chegam as forças holandesas. Desembarcam. Tomam Olinda e o Recife. Entrincheiram-se. Guerrilhas. Arraial do Bom Jesus. Primeiro ataque. Toma Albuquerque a ofensiva. Valor dos pernambucanos. Itamaracá. Providências tomadas pela Corte. Oquendo. Combate naval. O inimigo abandona Olinda. Intenta em vão tomar a Paraíba, o Rio Grande e cabo de Santo Agostinho. Deserção do Calabar. Suas consequências. Partida de Waerdenburch. Ataque do Arraial. Apresentação de Henrique Dias. Toma o inimigo Itamaracá. Novos encontros e surtidas. Primeira invasão às Alagoas. Socorros aos nossos e providências da Corte. Toma o inimigo o Rio Grande. Ameaça a Paraíba e segue para o cabo de Santo Agostinho. Ataque frustrado contra o Recife. O inimigo ocupa o Pontal e o defende. Ataca sem êxito o Arraial. Recebe reforços. Assenhoreia-se da Paraíba. Capitulações com os moradores. É submetido o território desde a Paraíba até o Arraial. Ataques infrutuosos contra este. Albuquerque ocupa Serinhaém e manda guarnecer Porto Calvo. Perda desta posição. Sítio do Arraial e sua capitulação. Sítio e rendição de Nazaré. Retira-se Albuquerque de Serinhaém. Vence Albuquerque em Porto Calvo. É justiçado o Calabar. Retiram-se os nossos às Alagoas. O inimigo ocupa Porto Calvo e guarnece a Peripueira. Socorros aos nossos. d. Luís de Rojas rende a Albuquerque. Elogio deste chefe. Rojas marcha para Porto Calvo. Retira-se Schkoppe. Rojas é batido por Arciszewsky e morre na ação. Sucede Bagnuolo no mando. Vem a Porto Calvo, e manda avançar guerrilhas que chegam até a Paraíba. Apuros da Corte para enviar socorros. Considerações.

O saque do Recôncavo da Bahia, alcançado com tanta vantagem por Piet Heyn, seria por si um grande estímulo para a Companhia Ocidental não desistir de novos ataques contra o Brasil. Achava-se, porém, escassa de fundos, e porventura não se arriscaria a outra grande expedição, com tropas de desembarque, se lhe não vem em auxílio um grande tesouro, que lhe caiu nas mãos, graças a uma nova vitória alcançada no mar pelo próprio invasor do Recôncavo, Piet Heyn, contra d. Juan Benevides, tomando-lhe vários galeões, que continham o valor de uns nove milhões de ducados, presa considerada das mais valiosas de que há exemplo nos anais marítimos[1].

Com tão grande auxílio de capitais, a Companhia se decidiu a mandar uma nova expedição ao nosso litoral.

Resolveu, porém, não insistir em ocupar a Bahia, que provavelmente encontraria prevenida e que, escarmentada com a última invasão, pior receberia de novo o seu domínio. Lançou, pois, de preferência suas miras cobiçosas a Pernambuco, mais perto da Europa, e cuja ocupação julgou mais fácil e mais rendosa, em consequência até das devastações que acabava de sofrer a Bahia[2].

---

1 Veja a nota 33 da seção anterior. – A vitória de Piet Heyn foi largamente celebrada na Holanda. – Conf. Asher, *Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets,* ns. 113-124. A medalha gravada para comemorar a tomada de Pernambuco em 1630 tem em um dos cartuchos do reverso uma vista da frota da prata na baía de Matanças. Essa medalha rara, de que o Museu Histórico do Rio de Janeiro possui três exemplares, vem descrita por Gerard van Loon, *Beschryving der Nederlandsche Historiepenningen*, **2**, 193, 1, Haag, 1726 (ed. francesa, 190, 1). Foi gravada por A. van der Willigen, que a assinou com as iniciais A V D W. – (G.).

2 Clemente Brandenburger, *Pernambuco und die Entwicklung Brasiliens zur Selbstaendigkeit*, **1**, 27/28, São Leopoldo, 1917, atribui a preferência a estas três considerações: primeira, era Pernambuco a mais rica de todas as capitanias

O plano da preferência dada a Pernambuco não se teve na Holanda em grande segredo, e foi mui a tempo comunicado para Madri e para Lisboa[3].

Se imediatamente a corte se decidisse a tomar as únicas providências adequadas, se inspirada pelos fatos recentes da perda da Bahia, e da sua recuperação pela armada de d. Fadrique de Toledo, se resolvesse a mandar logo outra poderosa frota às costas de Pernambuco, talvez haveria conseguido deixar de todo escarmentada a Companhia Ocidental. A própria demora que teve, para organizar-se e para partir, a esquadra holandesa, e os tropeços que ainda se lhe apresentaram na viagem, vendo-se parte dela obrigada a combater com uma esquadra espanhola que encontrou, casualmente mandada pelo próprio d. Fadrique de Toledo, pareciam estar providencialmente favorecendo o Brasil para ser socorrido mui a tempo.

Em vez, porém, de decidir-se logo a fazer um esforço maior, enviando nova esquadra restauradora, a corte limitou-se a dar ordens para Lisboa que dali mandasse algum socorro a Pernambuco; e, como se achasse então em Madri, acidentalmente, Matias de Albuquerque, que por ocasião da invasão anterior, substituindo no governo a

---

brasileiras, oferecendo, assim, perspectiva de rendimento; segunda, era o porto da América Meridional mais avançado para leste, excelente base de apoio para o domínio do Atlântico do Sul e para as viagens às Índias Orientais; terceira, finalmente, tratava-se de um feudo hereditário e não de uma capitania real, portanto de um domínio em que se devia contar com pouco interesse da Coroa e correspondente resistência. – (G.).

3 Segundo Netscher, foi a infanta Isabel, governante dos Países Baixos meridionais, quem advertiu a corte de Madri de que era Pernambuco a província ameaçada pela formidável expedição que desde começos de 1629 preparava a Companhia das Índias Ocidentais, *Les Hollandais au Brésil*, 39. – (G.).

Diogo de Mendonça Furtado, dera de si tão boa conta, lhe ordenou que para lá regressasse como "superintendente na guerra, e visitador e fortificador das capitanias do Norte"[4] com isenção do governador da Bahia, devendo passar por Lisboa, e levar daí os socorros que se haviam mandado aprestar.

Albuquerque partiu imediatamente. Mas à foz do Tejo viu, com tanta surpresa como pena, que tais socorros prometidos se reduziam apenas a vinte e sete soldados e algumas munições.

Sem embargo, conforme lhe era ordenado, fez-se de vela; e desembarcando em Jaraguá no dia 4 de outubro, e seguindo daí por terra, já a 18 de outubro (1629) se achava em Pernambuco dando providências[5].

Vários contemporâneos são concordes em assegurar que Albuquerque fez por então quanto estava ao seu alcance. Prosseguiu

---

4 A patente de Matias de Albuquerque como "superintendente na guerra e fortificador das capitanias do norte", somente se lavrou em Madri a 24 de maio de 1630. O posto de superintendente das fortificações foi mais tarde conferido a João Fernandes Vieira, depois de regressar de Angola. – Conf. *História das lutas*, 47, nota, Lisboa, 1872. – (G.).

5 Matias de Albuquerque partiu de Lisboa a 12 de agosto de 1629. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias da guerra do Brasil*, 4. – Duarte de Albuquerque Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, escreveu as *Memórias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC. XXX*, Madri, 1654. Delas há versão portuguesa pelo dr. Alexandre José de Melo Morais e Inácio Acióli de Serqueira e Silva, Rio, 1855. – As notas seguintes referem-se a essa edição. – *As memórias diárias* tiveram nova edição pela Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, sob a direção do Sr. Arnóbio Tenório Wanderley, Recife, Imprensa Oficial, 1944. Essa edição recomenda-se pelo cuidado com que se procedeu ao confronto da tradução de Melo Morais com a edição original, pelo exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, trabalho esse devido à competência e dedicação do Sr. Durval Mendes. – (G.).

fomentando as obras da defesa do porto, trabalho em que já encontrou o próprio capitão-mor que ali estava, André Dias da Franca, ajudado pelo sargento-mor do estado Pedro Correia da Gama, que servira em Flandres e que antes fora mandado aí da Bahia pelo governador-geral Diogo Luís de Oliveira. Atendeu ao armamento e disciplina da milícia da terra, a qual constava de três companhias de linha, com cento e trinta praças unicamente, e mais quatro companhias de milícia na vila e uma no Recife, todas com seiscentas e cinquenta praças. Organizou mais duas companhias de gente [de terra] e mar. Recomendou, por toda a capitania e pelas vizinhas, que os homens de armas e os índios amigos estivessem de sobreaviso, a fim de acudirem onde se mostrasse o inimigo. Mandou que pela costa se postassem atalaias para, por meio de fogueiras de distância em distância, darem sinal dos navios que se avistassem. Ordenou ao sargento-mor das milícias, Rui Calaza Borges, que fosse desalojar alguns holandeses que estavam formando um estabelecimento na ilha de Fernando de Noronha[6]; o que ele executou com tanta felicidade que deles aprisionou sete, tomando-lhes uma lancha, com

---

6 Os holandeses que estavam em Fernando de Noronha eram comandados por Cornelis Corneliszoon Jol, o *Perna de pau*. Matias de Albuquerque fez aprestar sete caravelões com alguma gente, e por cabo dela nomeou Rui Calaza Borges e em segundo lugar ao capitão Pedro Teixeira Franco, com determinação de expulsar os intrusos. A expedição largou do Recife a 19 de dezembro de 1629. Logo à chegada armou emboscadas, que surtiram feliz resultado, porque, além das presas mencionadas no texto, conseguiu libertar sete portugueses prisioneiros, que foram aproveitados na marinhagem. Os holandeses haviam capturado um navio de Angola com muitos negros, que empregaram em plantações de mandioca, legumes e tabaco. Hostilizados que foram pelas nossos, fizeram-se de vela, abandonando a ilha. Calaza, com os seus, estava de volta a Pernambuco a 14 de janeiro de 1639. – Conf. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 6; Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 44. – (G.).

seis roqueiras. E por fim, quando chegou o momento do perigo, não fugiu dele: pelo contrário, tratou de sair-lhe ao encontro.

No dia 9 de fevereiro aportou ao Recife um patacho, enviado pelo governador das ilhas de Cabo Verde, João Pereira Corte Real, trazendo a Pernambuco a segurança de que para ali partira a esquadra inimiga. Imediatamente o governador deu a todos o grito de alerta. Espalhou os competentes avisos, para dentro e fora da capitania, convocando a gente à capital, e publicando até bandos, concedendo em nome do soberano perdão aos réus homiziados que se apresentassem a tomar as armas. Melhorou ainda mais a defesa dos fortes e a das duas povoações, flanqueando por algumas baterias o muro que corria ao longo da praia em Olinda e cercando toda a povoação do Recife[7] de palancas ou paliçadas, suportadas por duas fileiras de vigas atravessadas. Atendeu também a fechar, por meio de barcos, reunidos ou metidos a pique, a principal entrada do porto e as suas duas barretas. Distribuiu as forças pelos diferentes postos, nomeando os competentes chefes superiores e subalternos e, com a sua presença, procurou acudir a toda parte, e dar calor a tudo (I).

---

7 O Recife, ou mais propriamente o bairro desse nome, era então chamado aldeia *Povo*. – Conta ffr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 10, Lisboa, 1648, que ao tempo em que chegou a Pernambuco Matias de Albuquerque veio a nova de haver nascido o Príncipe de Espanha, que o governador tratou de celebrar com grandiosas festas, com escaramuças, canas e encamisadas, e muito disparar de artilharia, senão quando apareceu a armada de Holanda, e começou a despedir tantas balas com a artilharia que parecia que choviam do mar para a terra. Alvorotou-se a gente da vila e todos acudiram com suas armas a defender os postos que lhes foram encomendados pelo capitão-general, com muito esforço e ânimo; e os moradores do circuito de Olinda, imaginando que as peças que se disparavam eram de festa, não acudiram com tanta pressa como convinha. O príncipe, cujo nascimento se festejava, era Baltasar Carlos Domingos, filho de Filipe IV e d. Isabel de Bourbon, fr. Rafael de Jesus, *Castrioto lusitano*, 22, Lisboa, 1679. – (G.).

Cinco dias depois de chegar o aviso, aos 14 de fevereiro, apresentava-se a esquadra holandesa, com cinquenta e seis navios[8]. Era dela chefe o veterano na milícia do mar Hendrik Corneliszoon Lonck[9].

De acordo com o comandante das forças de terra, Diederik van Waerdenburch,[10] foi resolvido efetuar-se o desembarque por duas partes, encarregando-se Lonck de dirigi-lo pelo porto, enquanto Waerdenburch iria com outras tropas às praias ao norte de Olinda.

Não conseguiu Lonck o intento. Um dos seus navios, que mais se adiantara, encalhou na barra. As lanchas que iam com gente, encontrando o porto fechado, e bem defendido, tiveram de retroceder. Foi, porém, mais feliz Waerdenburch, pois, levando consigo uns três

---

8 A descrição da esquadra, o número e os nomes dos navios, sua capacidade, boca de fogo, marinheiros e soldados que traziam, veja em Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 213/222; veja também Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 42/43. Entre os capitães, de feitos notáveis no mar, vinham Tomas Sickes, Hendrik Jacobszoon Kat, Dirk Simonszoon van Uitgeest, Cornelis Claeszoon Melck-Meyd, Cornelis Corneliszoon Jol, o *Perna de Pau*, e muitos outros, Ambrósio Richshoffer, natural de Estrasburgo, alistado como soldado da Companhia das Índias, descreveu a viagem com todos os seus incidentes, no *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1629-1632), que Alfredo de Carvalho traduziu do raríssimo original alemão, Recife, 1897. – Na qualidade de capelão de Waerdenburch acompanhou-o o padre João Baers, que escreveu a narrativa dos feitos do seu herói, traduzida do holandês por Alfredo de Carvalho sob o título *Olinda conquistada*, Recife, 1898, aliás de pouco préstimo. – (G.).

9 Veja o fac-símile da assinatura de Lonck em Netscher, *Les Hollandais au Brésil*. – (G.).

10 O nome de Diederik van Waerdenburch vem grafado nos autores como Waardenburg, Waerdenburck, Weerdenburch, Waerdenburgh e Waerdenburch. Esta última forma corresponde ao fac-símile de sua assinatura, que se encontra em Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, e foi adotado pelo barão do Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, por H. Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien,* Haia, 1921, e igualmente pelo anotador nesta edição. – (G.).

mil homens, pôde facilmente desembarcar além de Olinda, nas praias chamadas do Pau Amarelo, à margem direita da foz do rio[11]. Saltaram as tropas em terra na tarde do dia 15, sem que a isso se opusesse, como devia, o ex-capitão-mor Dias da Franca, a quem fora incumbida a guarda desse lado, tendo às suas ordens suficiente gente armada, incluindo cem de cavalo. Em vez de empregá-la em cargas repetidas contra os que desembarcavam, regressou Dias da Franca à vila, com os de cavalo, deixando o inimigo dormir tranquilamente essa noite na praia.

Na manhã de 16 seguiu o inimigo pela costa, caminho de Olinda, em três colunas, fazendo-se acompanhar ao longo da mesma costa por barcaças armadas, e tendo por guia Antônio Dias Papa-Robalos, judeu que estivera anos antes comerciando em Pernambuco e passara à Holanda[12].

---

11 Veja a estampa da tomada de Pernambuco dedicada a Lonck por Nicol Joan Piscator, publicada nesse mesmo ano de 1630. – (A.). – (15-17 de fevereiro de 1630). – Ataque e tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses ao mando do almirante H. C. Loncq e do coronel d. van Waerdenburch. – Série de dois assuntos, com texto explicativo, em 8 folhas, formando tudo uma só estampa. Assinada por Nicolau Ennes Visscher [Nicolaus Joannis Piscator]. – N. 17.423 do *Catálogo da Exposição de História da Brasil*, Rio de janeiro, 1631. – Quem levou a Matias de Albuquerque a notícia do desembarque dos holandeses em Pau Amarelo foi o padre Francisco da Costa Abreu, vigário da Várzea do Capibaribe. Esse sacerdote foi aprisionado pelos invasores e deportado para as Índias, e só mais tarde conseguiu fugir para Lisboa. Consta isso do Livro 41 de Consultas das Partes dos anos de 1635 e 1636, fls. 102, do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa (atual Arquivo Colonial Português), onde se encontra o requerimento do padre Costa Abreu, alegando seus serviços. Desse requerimento existe cópia no arquivo particular do ilustrado historiador, dr. Alberto Lamego. – (A.).

12 Segundo fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 10, os cristãos-novos tinham contratado com os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais de dar certa soma de dinheiro para os gastos da empresa, só a efeito de serem livres do Tribunal da Santa Inquisição, do qual se tinha notícia que vinha a assentar casa em Pernambuco. – (G.).

O governador, confiando a defesa do Recife ao sargento-mor do Estado, Pedro Correia da Gama, dirigiu-se pessoalmente para o lado atacado e pretendeu apresentar resistência na margem do rio Doce, onde a maré cheia detivera o inimigo. Tinha consigo oitocentos e cinquenta homens e colocou-os em ordem de batalha. Ao baixar a maré, lançou-se o inimigo à passagem do rio, protegido pela artilharia de suas lanchas ou barcaças. Aguentaram os nossos o primeiro ímpeto ajudados por uma trincheira ali ligeiramente feita à margem direita da foz do rio; mas logo começaram a retirar-se, de modo que Albuquerque, vendo-se apenas com uns cem combatentes, teve de recolher-se a Olinda, tomando posição na plataforma do convento de São Francisco, que dominava o caminho da praia.

Chegando aí o inimigo, preferiu ir ocupar primeiro a parte alta da vila, apoderando-se do colégio dos jesuítas, onde se haviam recolhido muitos moradores.

Perdido, porém, o mesmo colégio, e sendo as trincheiras da praia ameaçadas por novas forças, viu-se Albuquerque obrigado a retirar. Assim ficou o inimigo senhor da vila, havendo os nossos tido de perda quarenta e cinco mortos e cinquenta e seis feridos, entrando no número dos primeiros o bravo capitão de linha André Pereira Temudo[13].

---

13 A parte do ofício de Waerdenburch, dando conta da ocupação de Olinda, lê-se na *História das lutas*, 52/54, Lisboa, 1872. – Veja Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 10/13. – André Pereira Temudo fez parte, como capitão de infantaria, da expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco ao Pará, como se escreveu no lugar próprio; do Pará foi levar ao rei a notícia da fundação da nova colônia. Na corte fez a *Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto*, de que já se falou bastante. Voltou de Lisboa em 1617; no ano seguinte foi a Pernambuco levar a notícia da deposição

Perdida a vila, todos os moradores e suas famílias fugiram de Olinda para os matos. Albuquerque recolhia-se ao Recife, acompanhado unicamente de vinte homens, e desamparado de todos os mais[14].

Também do Recife todos fugiam, e só à força de rigor foi possível pôr algum cobro a essa tendência.

Vendo em torno de si tão poucos defensores, Matias de Albuquerque tomou a resolução de aumentar com eles as guarnições dos dois fortes, do Picão (São Francisco da Barra) e de São Jorge, que no istmo lhe ficava fronteiro, de fazer recolher nestes a maior parte das munições e de incendiar os armazéns do Recife e os navios que estavam carregados, fazendo encalhar alguns destes no canal da

---

de Caldeira ao governador-geral; de Pernambuco voltou ao Pará em companhia de Jerônimo Fragoso de Albuquerque, em 1619, e daí foi mandado para Lisboa, conduzindo presos Caldeira e os implicados na sedição de 1618. Por seus bons serviços foi nomeado capitão-mor do Rio Grande do Norte, em 18 de março de 1621; daí passou depois a servir como capitão de uma das três companhias de Infantaria da guarnição de Olinda. – Era natural da vila de Amieira, no Alentejo, e filho de Simão Afonso. – Conf. Manuel Barata, *A Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 17/19, Belém, 1916. – (G.).

14 "E porque alguns curiosos podem perguntar, e com razão, com que cabedal, e munições fizeram os moradores de Pernambuco guerra aos holandeses depois que a vila de Olinda foi tomada, e toda a gente saiu fugindo por caminhos extraordinários, e na vila deixaram a maior parte, ou quase todos os seus bens, sem nenhum tratar mais que de salvar a vida? A isto respondo, que vendo Lourenço Guterres, meirinho da Conceição, a bulha da revolta, o negócio tão perdido, e o combate tão aceso, podendo salvar toda a sua fazenda, o não fez, antes com seus negros carregou onze barris de pólvora, e os levou a Nossa Senhora do Monte, e dali os retirou para outro lugar mais oculto, aonde estiveram guardados e seguros, até que no tempo de necessidade ele os foi buscar, e os entregou ao provedor da fazenda André de Almeida, a quem o general Matias de Albuquerque lhes mandou entregar, e dali se foi dando pólvora aos soldados dos assaltos até a chegada do primeiro socorro", fr. Manuel Calado. *Valeroso Lucideno*, 26. – Lourenço Guterres era morador em Apipucos, ibidem, 155. – (G.).

barra, a fim de, ao menos, privar o inimigo de utilizar-se dos grandes valores que ele não tinha forças com que defender. O importe dos objetos consumidos pelas chamas foi orçado em quatro milhões; mas não se queimou tudo quanto havia; porquanto o inimigo fez alarde[15] de haver-se apoderado ainda de mil e quinhentas caixas de açúcar e de três mil pipas de vinho.

Que diferente teria sido a sorte dos agressores e a dos pernambucanos, se estes se houvessem desde princípio prestado com obediente abnegação à defesa de seus lares, e se o governador houvesse podido limitar-se a defender o porto do Recife![16]

---

15 *Kurze Erzaehlung,* etc., folheto ou gazeta do tempo, em alemão, traduzido, ao que parece, do holandês. – Nota do A., *História das lutas*, 54, Lisboa, 1872. – Segundo Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 235, afirmava-se como certo que o incêndio destruíra "umas dezessete mil caixas de açúcar, uma grande partida de pau-brasil e outras mercadorias, ainda que a opinião dos portugueses variasse muito sobre isso, calculando uns o prejuízo em mais, outros em menos". Acrescente que também foram incendiados cerca de vinte navios e barcos, e que o capitão português Gil Correia de Castelo Branco, numa carta dirigida ao rei, fazia montar a importância do dano a dois milhões de ducados. – (G.).

16 Na *História das lutas*, 56, Lisboa, 1872, o autor dá maior desenvolvimento a esta tese, sustentando que outra houvera sido a sorte de Pernambuco, se a Matias de Albuquerque tivesse sido possível abandonar de todo Olinda, recolhendo-se, com a gente que tinha, a fortificar bem a porta do Recife, até receber socorro, como depois praticaram os holandeses, na conformidade do que, já dezoito anos antes, havia sido indicado no livro da *Rezão do Estado do Brasil*, cujo autor, com a previsão de verdadeiro estadista, insistiu na necessidade de deixar-se crescer no mesmo Recife a população, ao que muito se opunham os oficiais da câmara de Olinda, os quais "com todo o seu poder lhe estorvavam o seu crescimento, com ciúmes da dita vila [de Olinda], onde tinham casas, e temiam que, ficando-lhe menos trato, tivessem perda; e assim tinham proibido com graves penas, que ninguém edificasse na dita povoação [do Recite], nem nela consentissem mais justiça que o juiz da vintena". – Desses ciúmes e das rivalidades que geraram, havia de resultar no século seguinte a guerra dos Mascates. – (G.).

Incendiando o Recife, passou o governador a residir na casa da Asseca[17], situada do outro lado, em frente do forte de São Jorge, do qual se podia naquele tempo passar a ela na baixa-mar. Ao mesmo tempo mandou ocupar o posto vizinho de Santo Amaro, confiando a tarefa ao capitão de linha Martim Ferreira, com vinte soldados. Igualmente resolveu organizar, à maneira do que se praticara seis anos antes na Bahia, várias guerrilhas, com o nome de companhias de emboscadas, entrando em cada uma delas alguns índios, a fim de vedar as comunicações dos habitantes com a vila ocupada pelo inimigo, de impedir que estes se fossem espalhando e estudando os arredores, e de fazer a todas, pelo simples fato de se familiarizarem nas hostilidades, menos propensos a reconciliar-se com o invasor.

Pela sua parte igualmente tomava este as prevenções que pensava mais a propósito. Seguro de que, recobrados os moradores do primeiro pânico, reunidos a outros que convocassem, não deixariam de ir atacá-lo, tratou de fortificar-se principalmente na parte alta de Olinda. Vendo, porém, que não era atacado, que começava a ser sitiado por terra, e que sem porto, quando o inverno se aproximava, estava já quase bloqueado por mar, resolveu assenhorear-se do Recife. Tentou, pois, de novo tomar este porto, forçando-lhe a entrada. – Procedendo, porém, a reconhecê-lo no dia 19, confirmou a impossibilidade da empresa, em consequência dos muitos barcos aí metidos a pique e das baterias dos fortes que defendiam a mesma entrada. Resolveu então começar por ocupar o forte principal,

---

17 Ilha seca se dizia também. Era o pontal que formavam, em sua junção, as águas do Beberibe e Capibaribe do lado do continente, e que se ilhava com a maré. Os holandeses ilharam-no de todo por um fosso aquático. – Conf. *História das lutas*, 69, Lisboa, 1872. – (G.).

chamado de São Jorge, dirigindo-se a ele de Olinda pelo istmo. Consistia este em um edifício a modo de palácio feudal, de quatro frentes, com torres circulares nos ângulos, e era em dois andares, com cinco troneiras por face em cada andar. Estava situado em frente da barra[18] um tanto avançado da povoação no istmo que conduz a Olinda. Comandava-o Antônio de Lima, e não tinha mais que trinta e sete homens de guarnição. Teve lugar o ataque depois da meia-noite, e tão vigorosa foi a resistência que o inimigo se viu obrigado a afrouxar e a retirar-se, ao cabo de duas horas, havendo os nossos perdido cinco mortos e oito feridos.

O êxito obtido nesta defesa aumentou o valor aos nossos, e, levada a notícia aos distritos vizinhos, porventura apressou a marcha dos que se preparavam a acudir. Das aldeias dos índios correram muitos com o padre Manuel de Morais, e lhes foi dado para defender o posto de Santo Amaro, deixando-o Martim Ferreira[19]. À freguesia de Ipojuca foi buscar gente Antônio Ribeiro de Lacerda, aí querido e respeitado. Da Vila Formosa veio, com cinquenta homens, o seu valente capitão Pedro de Albuquerque. Da Paraíba chegaram cem homens, às ordens de Matias de Albuquerque Maranhão, a quem foi dado o mando superior da estância de Santo Amaro.

---

18 Proximamente onde está hoje o Brum. – (A.).

19 Os serviços do padre Manuel de Morais, nessa ocasião, o rei agradeceu em carta que mandou fazer para ele, conforme comunicou aos governadores de Portugal em 19 de outubro de 1631. *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 137/138. – O dr. Alberto Lamego, em seu precioso arquivo histórico, possui em original os atestados de serviços passados por Matias de Albuquerque ao padre Manuel de Morais e a outros jesuítas, datadas de Alagoas, a 25 de novembro de 1635. Esses documentos tão importantes o erudito autor da *Terra Goitacá* promete divulgar proximamente pela *Revista do Instituto Histórico*. – (G.).

Intentou o inimigo, no dia 24 de fevereiro, um reconhecimento até perto da casa onde estava Albuquerque, mas viu-se obrigado a retirar precipitadamente, deixando muitos mortos. Naturalmente tinha esse reconhecimento por fim proteger também por esse lado o ataque, que na véspera fora pelos do conselho, que já funcionava em Olinda, resolvido que se desse ao forte de São Jorge, por meio de aproxes em regra. Acerca deste novo ataque diz Waerdenburch, na sua parte oficial:

> Imediatamente ordenei que se fizessem faxinas e cestões, os quais estiveram prontos a 25; e no dia 27 comecei a obra, com quinhentos homens, às ordens do tenente-coronel Elts, que nesta noite levantou uma trincheira contra o forte... E no dia seguinte, tendo conduzido a artilharia, quando o major Honcks acabou de tarde o serviço, eu aí me dirigi e fiquei até o dia imediato, em que, ao alvorecer, a bateria estava concluída, e assestados nela três meios-canhões, que dispararam todo o dia.
>
> Na manhã seguinte, de 2 de março, depois de ter ainda disparado desde mui cedo, pela volta das nove horas, içaram do forte uma bandeira branca, como sinal de querer parlamentear, e mandaram um capitão; ao qual concedi que deixariam toda a artilharia, munições de guerra e víveres (os quais não encontramos, e cremos que de noite os lançariam ao mar), e sairiam sem bandeira, morrão apagado e prestando juramento de não tomar as armas contra os Estados Gerais por seis meses.[20]

---

20 Ofício de Waerdenburch, de 9 de março de 1630, in *Documentos holandeses*, **1**, fls. 170/173, no Instituto Histórico. – Publicado in *Documentos holandeses*, **I**, págs 27/31, Serviço de Documentação do Ministério de Educação, Rio de Janeiro, 1945. – (G.).

Pouco depois entregou-se, como era natural, o pequeno castelo do mar ou do Picão, de figura circular, o qual ficara de todo desamparado. O comandante do forte de São Jorge, Antônio de Lima, e todos os seus oficiais e soldados obraram, como da primeira vez, prodígios de valor. A guarnição estava dessa segunda vez muito mais reforçada, achando-se até dentro os poucos soldados de linha que restavam da companhia que fora do bravo Temudo, ora mandada por Francisco de Figueiroa.

Da capitulação dos fortes se lavrou no dia 2 de março um termo ou assento, que assinaram o almirante Lonck e o comandante Waerdenburch, e pela nossa parte Manuel Pacheco de Aguiar, comandante do forte do mar, Antônio de Lima e Pedro Barbosa[21].

O forte somente se entregou na última extremidade, e quando caídas as muralhas e descavalgadas as peças, que eram de ferro e assestadas em plataformas engenhadas sobre vigas, e feridos ou mortos um grande número dos defensores, não se podia mais sustentar[22]. Assim acreditemos que, se não tinham entendido que nas condições da capitulação entrava a de não servirem por seis meses, teriam infalivelmente de haver-se submetido a isso, insistindo o vencedor. Porém, tanto Antônio de Lima como Francisco de Figueiroa

---

21 O teor da capitulação foi publicado nesse próprio ano de 1630, na folha *Cort Verhael*, etc., Amsterdam, by Claes Jansz Visscher, 8 págs., in 4º. – (A.). – Lê-se também em Ambrósio Richshoffer. *Diário de um soldado,* 64/66. – Veja Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 236/237. – (G.).

22 Para tratar das condições da capitulação foram enviados o capitão Gil Correia de Castelo Branco e Antônio Gonçalves de Oliveira, por intérprete; Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 19. Richshoffer, op. cit., 63, parece indicar que foi Antônio de Lima quem tratou com Waerdenburch sobre as bases da rendição. Mais plausível é o informe do donatário de Pernambuco. – (G.).

e outros preferiram entregar-se à prisão, sem prestar o juramento de não tomar as armas por seis meses. Reteve-os, pois, o inimigo, e só vieram a passar ao nosso campo daí a pouco mais de quatro meses, sendo Antônio de Lima mandado preso à Bahia, a responder, segundo os usos, a conselho de guerra[23].

Com a ocupação dos fortes, ficou o inimigo senhor do Recife e do porto, que logo tratou de pôr expedito e livre. Ao engenheiro Commersteyn foi confiada a fortificação. Os armazéns e casas do Recife, que se não haviam incendiado, foram postos a coberto dos tiros que lhes pudessem do continente ser dirigidos. E tendo, no dia 3, sido feito um reconhecimento na ilha vizinha, chamada de Antônio Vaz, nome de um dos seus primeiros donos, ou também de Santo Antônio[24], por um convento que aí tinham os capuchos, e achando-se essa ilha desamparada até pelos frades do mesmo convento, logo o inimigo a ocupou e a incluiu no plano do sistema de defesa por ele adotado para assegurar a posse do porto. Aqui, entre pântanos e areais, achavam-se os holandeses como na sua terra, e por isso tiraram de tudo tanto proveito. Uma planta do Recife foi logo levantada pelo engenheiro Van Buren, e outra da ilha de Santo Antônio pelo engenheiro Drewis.

O convento foi fortificado por meio de um recinto abaluartado retangular, a que deram o nome de forte Ernesto; fizeram-se mais outras trincheiras; reparou-se o forte de São Jorge; e acabou-se adiante deste, e defronte da barra, um que já estava pelos nossos em construção, com o nome de Diogo Pais, e que o inimigo,

---

23 Carta régia de 25 de outubro de 1630. – (A.).

24 Veja a nota 67 da seção XXIV. – (G.).

reformando-o, veio a denominar do *Bruyn*, nome que injustamente adotamos, bem que alterado no de Brum.

Todas estas obras eram pelo inimigo efetuadas com grandes dificuldades, por falta de madeiras e de materiais, e em virtude dos grandes calores; de modo que diariamente lhe crescia o número dos doentes, entre os soldados destinados aos trabalhos.

Por sua parte Albuquerque, vendo-se com mais gente, se limitou a aumentar o número das guerrilhas ou companhias de emboscadas, com seus capitães, entre os quais se achavam os beneméritos pernambucanos Estêvão de Távora e Simão Figueiredo, ao depois jesuíta. Subordinou as quatro instituídas contra Olinda a Matias de Albuquerque Maranhão, com estância em Santo Amaro; algumas novas a Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, da Goiana, com estância nas Salinas e Asseca, e o título de governador desse distrito, outra (com estância em umas casas de João Velho Barreto, no atual bairro de Boavista) ao valente pernambucano Luís Barbalho, e finalmente também algumas a Antônio Ribeiro de Lacerda, da Ipojuca, com estância nos Afogados, a fim de resguardar a Várzea.

Para quartel-general escolheu a paragem mais a propósito nos arredores, bastante central, quase a igual distância de Olinda e do Recife, e onde se reunia a maior parte dos caminhos destas duas povoações para o interior, em consequência das voltas do Capibaribe e das cheias do Beberibe.

Aproveitando-se de uma casa que aí havia, de um Antônio de Abreu, aumentou-lhe os meios de defesa, fazendo cortaduras nos caminhos, e acrescentando-lhe depois vários postos e baterias. A este posto, assim fortificado, também reminiscência do arraial do rio

Vermelho na Bahia, no tempo do bispo d. Marcos, se deu o nome de *Arraial do Bom Jesus*. Ainda dele aí descobre manifestos vestígios o antiquário entendido, procurando-os pelas evidentes indicações que da posição do mesmo posto nos deixou vários lugares, o próprio donatário da capitania, seu minucioso cronista[25], a saber: à margem esquerda do Capibaribe, além, um tiro de arcabuz, do riacho Paranamirim, às vezes seco; próximo de um outeiro, sobre o qual (por ocasião da cheia do Capibaribe em 1632) se adicionou ao mesmo Arraial um forte reduto, e finalmente aquém do engenho do *Monteiro*, nome este bem conhecido, pelas suas casas de campo, nos subúrbios do Recife.

Com tal empenho se votou Albuquerque a fortificar esta paragem que, intentando, no dia 14 de março[26], contra ela um ataque o tenente-coronel Van der Elst, a encontrou já em estado de apresentar resistência, até que acudiram, com as tropas de suas estâncias, Luís Barbalho e Lourenço Cavalcanti e fizeram pagar caro ao inimigo a retirada, deixando no campo muitos mortos; não havendo sido a nossa perda senão de dezesseis, entre mortos e feridos.

Com esta vitória, apesar dos novos reforços que, de contínuo, e quase em cada navio da Europa, recebia o inimigo, os nossos cobraram brios e começaram a empreender ataques de surpresa, distinguindo-se os que tinham lugar no próprio istmo, perturbando

---

25 Duarte de Albuquerque Coelho, marquês de Basto, conde e senhor de Pernambuco, autor das *Memórias diárias*, frequentemente aproveitadas e citadas nestas notas. – (G.).

26 Conf. Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 240; Ambrósio Richshoffer, *Diário de um soldado*, 71. – O combate travou-se nas vizinhanças de Água Fria. – (G.).

a comunicação entre a vila e o Recife[27]. Não tardaram até a atacar formalmente os entrincheiramentos que o inimigo prosseguia na ilha de Santo Antônio[28]. Cometeram a empresa Luís Barbalho e Antônio Ribeiro de Lacerda que, com as tropas de suas estâncias, foram atacar a um tempo as trincheiras por dois pontos diferentes. Teve lugar esse ataque simultâneo na madrugada de 24 de maio. Acometeram os nossos com tal ímpeto que, em menos de um quarto de hora, haviam entrado na primeira e segunda trincheiras mais de trezentos. Aí se travou a peleja corpo a corpo. Os nossos conseguiram a princípio maior vantagem: descavalgaram as peças e feriram quase todos os

---

27 No istmo de Olinda o almirante Pieter Adriaanszoon Ita foi atacado de surpresa pelo capitão João Mendes Flores, mas escapou, fugindo com os dispersos de sua escolta, que constava de noventa homens, e perdendo na fuga o bastão de comando. Na refrega os holandeses tiveram, segundo declararam, trinta mortos, entre os quais dois tenentes, quatro comissários de navios e um capelão. Segundo Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 243, a escolta não pôde fazer uso das armas de fogo, por ter caído um grande aguaceiro, que molhou completamente as mechas e os mosquetes. Essa surpresa deu-se a 14 de maio de 1630, e não a 11, como escreveu Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 23. Aliás, não é esta a única equivocação de Duarte de Albuquerque, que só chegou ao teatro da guerra em novembro de 1632, em companhia de Bagnuolo, e até então redigia suas *Memórias* por informações que lhe eram subministradas. – Conf. Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, parte segunda, **2**, 328, Rio, 1861; Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, pág. 239, ed. 1946. – (G.).

28 O ataque da ilha de Antônio Vaz precedeu a surpresa do istmo de Olinda. Estavam cerca de duzentos marinheiros holandeses ocupados em cortar madeira na ilha, acompanhados de alguns soldados para sua defesa, quando foram atacados pelos nossos, que se retiraram após ligeira escaramuça, perseguidos pelo inimigo; a perseguição, porém, custou-lhe cair em uma emboscada, de que resultou a perda de quarenta e cinco soldados e seis marinheiros, segundo Laet, *Anais dos feitos da Companhia,* **1**, 242. Richshoffer, *Diário de um soldado,* 75, eleva aquele número a cento e dez homens, e Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 23, reduz a sessenta e dois, fora os feridos. Para o primeiro desses autores a data é 18 de abril, para o segundo 29, e para o terceiro 27. Comandava a nossa gente o capitão Francisco Gomes de Melo. – (G.).

oficiais inimigos, incluindo o tenente-coronel Van der Elst e o principal engenheiro Commersteyn. Sendo, porém, mortalmente ferido, de uma bala de artilharia, o chefe Ribeiro de Lacerda, começaram todos a retirar-se, deixando dentro das trincheiras dezenove mortos. Depois já o chefe inimigo se viu obrigado a declarar de ofício que combatia com um "povo valoroso e ágil"[29].

Este assalto não foi o único empreendido pelos nossos, com mais audácia que fortuna e bom discernimento. Em lugar de estudar quais eram os pontos importantes, para os guarnecer e entrincheirar, abdicava em geral o chefe esse cuidado ao inimigo, e apenas este os havia ocupado e se achava em estado de apresentar neles resistência,

---

29 Veja o ofício de Waerdenburch, de 27 de julho de 1630, *Documentos holandeses*, **1**, 180/187 v., no Instituto Histórico, impresso in *Documentos holandeses,* **I**, págs 45/52, Rio de Janeiro, 1945. O ataque foi alarmante, confessou Waerdenburch, que estava entre os atacados. Ribeiro de Lacerda morreu dois dias depois, em consequência dos ferimentos recebidos. O inimigo avaliou a nossa perda em duzentos homens, entre mortos e feridos; de seu lado teve morto um sargento e vinte feridos, entre os quais o tenente-coronel van der Elst e o capitão de Vries, segundo Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 244. Entre os nossos mortos viu Richshoffer, *Diário de um soldado,* 80, "um selvagem que fora de extraordinária corpulência e força, tendo uma fortíssima dentadura com duas ordens de dentes em cima e embaixo. Dele cortaram diversas tiras de pele e o carrasco derreteu bastante sebo". Desse depoimento bem se avalia do bárbaro tratamento que os holandeses dispensavam aos brasileiros, isto é, aos índios, que, segundo o mesmo autor, costumavam proceder com eles semelhantemente. Conta ainda Richshoffer, *Diário* citado, 92/93, que o major van Berstedt oferecera a Waerdenburch, como troféu de certo recontro havido em janeiro de 1631, a sua espada cheia até metade da lâmina de narizes e orelhas de inimigos, e que outros também lhe fizeram igual macabro presente. E acrescenta que Matias de Albuquerque enviara um tambor com o pedido de serem de ambos os lados os mortos enterrados segundo o costume da guerra, sem sofrerem mutilações, sendo deferida a sua petição, com a condição, porém, de serem os brasileiros obrigados a respeitar aquele costume. Nas *Memórias diárias,* 23, o combate referido tem a data de 24 de março por 24 de maio, que está nos outros autores. – (G.).

era resolvido o ataque, tendo neste o inimigo as vantagens da defensiva. Foi assim que, apenas o forte fronteiro à barra se viu levantado e guarnecido de artilharia, já com o nome de forte do *Bruyn*[30], ordenou Albuquerque ao intrépido Luís Barbalho que fosse, com a sua gente, assaltá-lo de noite das duas para as três da madrugada. Executou Barbalho a ordem (8 de julho), e por tal forma que o juízo do chefe acerca dos pernambucanos foi ainda mais favorável. [31]

Perto de um mês depois, quando o inimigo levantava do outro lado da ilha de Santo Antônio o forte das *Cinco Pontas*, a que se deu o nome de *Frederico Henrique*[32], acudiram logo os nossos a atacá-lo, com oitocentos homens, incluindo trezentos índios; e foram obrigados a retirar-se, com perda de quatorze mortos e oito feridos, dando azo aos contrários a conhecer os fracos da sua fortificação,

---

30 Depois lhe adicionaram os holandeses a obra córnea, que estava concluída em 31 de maio de 1631, segundo participa Waerdenburch nesta data. – (A.). – *Documentos holandeses,* **1**, 195/196, no Instituto Histórico. – *Documentos holandeses*, citados, pág. 70. – (G.).

31 "Acho que este povo de soldados vivos e impetuosos, aos quais nada mais falta que boa direção; e que não são de nenhum modo como cordeiros... O posso eu afirmar porque por vezes o tenho experimentado" (Waerdenburch, ofício de 27 de julho). Esse ataque teve lugar na madrugada de 18 de julho, e não de 13 de junho, como se lê nas *Memórias diárias*, 23. – (A.). – A ação não se passou em nenhuma das datas indicadas, mas a 16 de junho, durante duas horas e retirando-se os nossos com alguma perda. A 18 de julho houve outro combate, em que os holandeses, após três horas de peleja, foram repelidos em Salinas, nas cercanias do Recife, por Matias de Albuquerque. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, págs. 285 e 329, ed. 1946. – (G.).

32 Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasília,* 136, Amsterdã, 1647: "*Frederici Henrici castrum pentagonum sive quinquangulare appellatur*..." – *Trots den duivel*, ou *Desafio ao Diabo*, foi o primeiro nome dado à fortaleza das Cinco Pontas, cuja construção começou em 25 de outubro de 1630. – Conf. Ambrósio Richshoffer, *Diário de um soldado*, 86/87. – (G.).

que depois melhoraram, com revelim e hornaveque, e mais um reduto avançado a que deram o nome de *Amélia*.

E o mesmo sucedeu ao diante quando, ao mando de Callenfels, ocuparam o pontal da Asseca e levantaram aí o forte de Três Pontas, que denominaram de *Waerdenburch*. Os nossos atacaram logo no próprio dia 3 de fevereiro de 1631 e tiveram que se retirar, ao cabo de duas horas, com perda de treze mortos e vinte e um feridos. Repetiu-se ainda semelhante erro daí a perto de cinco meses, quando o inimigo se lembrou de construir o forte do *Buraco*, a que deu o nome de *Madame Bruyn*[33]; pois ainda que Luís Barbalho o desalojou, não tendo mantido o posto, foi ele de novo investido com mais força, e depois tenazmente guardado.

E se, em semelhantes ataques, o inimigo apreciava melhor o valor dos nossos, isso era uma desvantagem, porque melhor se prevenia; e se deles resultava o irem-se eles familiarizando mais com o fogo e fazendo-se aguerridos, não há dúvida que idênticos fins se poderiam conseguir, adquirindo a tempo vantagens decididas os que expunham tão heroicamente as vidas.

Nos intervalos que mediaram entre esses ataques, em que os nossos tomaram a ofensiva, tiveram lugar outros, nos quais esta veio da parte contrária, quase sempre em surtidas para fazer faxinas, etc., e duas vezes para acometer o nosso posto nas Salinas, chegando até

---

33 Segundo Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 31, era o nome da dama de Waerdenburch. Parece mais natural fosse o da dama do comissário Johan de Bruyne, que chegou a Pernambuco em 10 de março e demorou-se até 23 de setembro de 1630, Richshoffer, *Diário* citado, **70**, 86/87. Os nossos lhe chamavam de Perreril. – (G.).

a assaltá-lo (10 de agosto)[34]; e depois (23 de setembro)[35] a incendiar a casa que nele havia, o que dava sempre lugar a pelejas. Também faziam os inimigos excursões pelos arredores para colher frutas, e uma vez (16 de janeiro de 1631) foram apanhados pelos nossos nas matas de cajueiros, perto de Olinda, causando-lhes grande perda, da qual eles pretenderam tirar desforra atacando-os durante quatro dias sucessivos, de 28 a 31 de janeiro.[36]

Entretanto, haviam recebido os invasores frescos socorros, bastante consideráveis, ao passo que mui diminutos recebera Albuquerque, se bem que eram grandes as recomendações da metrópole para se resistir de todos os modos, e que se prometia uma armada, da qual já se indicava que viria por almirante d. Antônio de Oquendo.

Ao chegarem a Lisboa as notícias da perda de Olinda e do Recife[37] achava-se interinamente de governador de Portugal d. Diogo

---

34 Os holandeses, com grande força, atacaram e chegaram a tomar a trincheira que Luís Barbalho estava construindo no Buraco de Santiago, à margem direita do Beberibe; mas, acudindo Matias de Albuquerque, foram logo expulsos da posição. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, pág. 370, ed. 1946. – (G.).

35 Nesse dia Matias de Albuquerque obrigou o inimigo a abandonar o campo de Salinas, na margem direita do Beberibe, depois de três horas de escaramuças, Rio Branco, op. cit., 459. A casa incendiada pelos holandeses pertencia a Francisco do Rego a servia de atalaia aos nossos para observarem os movimentos dos contrários. Das escaramuças houve de ambos as lados muitos mortos e feridos, Richshoffer, *Diário de um soldado*, 85. – (G.).

36 A 16 de janeiro de 1631 Pedro Teixeira Franco e outros capitães destroçaram um corpo de holandeses em Olaria (hoje Santa), uma légua distante de Olinda; irritado com a perda, o inimigo, de 28 a 31 do mesmo mês, escaramuçou, sem resultado, com a gente de Teixeira Franco, que guardava a posto de Santo Amaro. – Conf. Rio Branco, op. cit., 28, 53; Richshoffer, op. cit., 96. – (G.).

37 Essas notícias chegaram a Lisboa em 29 de abril, segundo se lê na ementa da carta de Matias de Albuquerque, nota I desta seção; em 30 de abril era

de Castro, que logo fez ouvir com urgência o Conselho de Estado, e, ao remeter para Castela a consulta, a acompanhava da súplica ao rei de que em pessoa baixasse à costa (a Lisboa) para, com a sua presença, vir alentar o apresto dos socorros, que tanto importava aos próprios domínios de Castela se expedissem em grande força e com a prontidão possível, ponderando ao rei que então no mar estava principalmente a sua sorte.

A primeira providência que acudia à mente do governo de Madri foi uma ordem para que em Lisboa se fizessem preces, e se castigassem os delitos, inclusivamente *pela repartição do Inquisidor-geral* (II). Não nos indignemos, nem nos riamos. Eram as ideias do tempo na metrópole e na corte, e demo-nos por mui felizes de não termos vindo ao mundo no tempo em que a nossa terra estava sujeita a tais influências. O próprio rei, em meio de seus folguedos proverbiais, era escravo submisso da Inquisição.

O certo é, porém, que a notícia não deixou de causar bastante abalo em Madri. Não podendo ou não querendo baixar a Lisboa, o rei decidiu mandar aí um seu irmão, o infante d. Carlos, mas nunca chegou a partir. Ao mesmo tempo criou junto a si três ministérios, exercidos por portugueses, para os negócios de Portugal e suas colônias; e com esta providência houve muita atividade nos despachos.

Não devia deixar de contribuir para tantas providências o modo como Waerdenburch terminava o seu ofício de 9 de março, que logo corria publicado[38] por toda a Europa: "É esta uma paragem [dizia] da

---

despachado um correio extraordinário para levá-las ao rei em Madri, conforme consta da carta régia de 11 de maio, nota II. – (G.).

38 *Copie vande Missive gheschreven by den General Waerdenburch, aende Stalen Generael, noopende de veroveringhe vande Stadt Olinda de Fernabuco, mel*

qual todo o Brasil se pode conquistar; e espero ao ver o medo com que está o país, que poderei fazer progressos que deem a V. S.[as] nome eterno. Porque daqui se pode enfrear e guardar o Brasil todo com poucos gastos, arruinar a navegação do inimigo nas costas... e atrair os habitantes à mútua amizade e aliança."

Às câmaras de Portugal, e com especialidade à de Lisboa, escreveu o rei, recomendando a pontual cobrança do *real d'água* e exigindo-lhes novos tributos, que perfizessem um milhão de renda fixa, com que se pudessem manter duas armadas nas conquistas, indicando, por primeira vez, a ideia do estanco do sal, que veio depois a estabelecer-se. Mas desta vez os povos não se prestaram de boa vontade a novos tributos e esforços extraordinários, como em 1625, quer porque ficassem exaustos, quer porque discorriam mais contra a dinastia, que era para eles causa de tantos trabalhos (III).

Enquanto, porém, em Espanha e Portugal se demorava o apresto da armada prometida, a companhia holandesa, que tinha dela notícia, mandava a toda a pressa aparelhar outra, às ordens do valente almirante Adriaan Janszoon Pater, e ao mesmo tempo começou a enviar a Pernambuco vários navios com muitos socorros de provisões e de tropas, perfazendo o número total destas, em fins de 1630, uns três mil e quinhentos homens.

Julgando os do Conselho que podiam dispor de parte destas forças, e tirar proveito dos navios chegados, enquanto a armada de

---

alle sijne Forten ende stercke Plaetsen. In's Graven-Haghe. By de Weduwe, ende Erfgenamen van wijlen Hillebrandt lacobssz van Wouw. Ano 1630, in-4º, 8 págs. – Asher, *Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets*, n. 139. Há reimpressão do mesmo lugar e data, ibidem, n. 140. O ofício de Waerdenburch, de 9 de março de 1630, vem indicado na nota 20 desta seção. – (G.).

Oquendo se não apresentasse, resolveram tentar a ocupação da ilha de Itamaracá, a qual ao menos lhes serviria a provê-los de lenha.[39] Prepararam, pois, a expedição, confiando o mando dos navios a Marten Thijszoon (Thijssen) e o das tropas de terra ao tenente-coronel Callenfels. Fizeram-se de vela no dia 22 de maio; e chegando ao porto do sul da ilha, contentaram-se de ocupar uma restinga, quase ilhada, fronteira à barra, levantando um forte de quatro frentes abaluartadas, com um revelim ou hornaveque, do lado de um istmo que se estende para a ilha. A esse forte denominaram de Orange. Aí ficaram de guarnição, às ordens do oficial polaco Crestofle d'Artischau Arciswsky[40], quinhentas e tantas praças.[41]

Também só quando nessa ilha apareceu a agressão, lembrou-se Albuquerque de acudir-lhe com remédio, despachando imediatamente, com alguma tropa, o capitão Bento Maciel Parente, que

---

39 A carta régia de 19 de outubro de 1631 aos governadores de Portugal refere-se a duas cartas recebidas por via do conde de Monsanto, donatário de Itamaracá, 29 de abril e 17 de junho de 1631, nas quais Salvador Pinheiro, capitão ali posto pelo mesmo donatário, dá conta da entrada que os holandeses fizeram na ilha e de como tinham fortificado a entrada da barra. Porque das mesmas cartas se deixava ver a pouca prevenção, como também o desamparo à donataria, mandava-se aos governadores que advertissem logo disso ao conde, e do que devia a sua obrigação nessas cousas, ordenando-se-lhe da parte do rei que socorresse a sua capitania, sob pena de serem expedidas ordens aos ministros a que o negócio tocasse para que do rendimento dela tomassem o necessário para fortificação da praça e sustento de soldados. Essas ordens reais deviam estender-se aos outros donatários nas mesmas circunstâncias. – Conf. *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 140/142. – (G.).

40 É o verdadeiro nome desse oficial polonês ao serviço da Companhia das Índias Ocidentais, embora lhe chamassem mais geralmente Artichofski. O fac-símile de sua assinatura vê-se em Netscher, *Les Hollandais au Brésil*. – (G.).

41 Ofício de Waerdenburch, de 31 de maio de 1631. – (A.). – *Documentos holandeses*, **1**, fls. 195/196. – *Documentos holandeses* citados, **I**, págs. 67/68. – (G.).

em Pernambuco se criara e acabava de chegar da Europa, com os primeiros socorros, indo com ele o senhor de engenho da Goiana, Jerônimo Cavalcanti, com a gente que servia às suas ordens. Seu fim era aí organizar também companhias de emboscadas para incomodar o inimigo. Matias de Albuquerque Maranhão chegou também a ir até ali, com os da Paraíba, mas foi mandado retirar para os arredores do Recife logo que se entendeu que os holandeses se limitavam a conservar o forte que haviam levantado.

Passado mês e meio (1º de julho) intentava o inimigo assenhorear-se do nosso porto dos Afogados. Comandava-o Francisco Gomes de Melo, tendo às suas ordens, entre outros capitães, a Francisco de Figueiroa. O ataque foi repelido valentemente, ainda que com perda de três mortos e cinco feridos, sendo a do inimigo, por ele confessada[42], de um morto e vinte e três feridos.

Quando assim os holandeses se faziam senhores desse pontal da ilha de Itamaracá e pretendiam estender a sua linha, desde o Recife até o posto dos Afogados, já velejava no oceano a esquadra de Oquendo, comboiando um socorro de tropas para todo o Brasil. Conduzia uns mil homens para Pernambuco, duzentos para a Paraíba, e oitocentos para a Bahia, que deviam primeiro aí desembarcar. Se, como seis anos antes, em vez de socorros, manda a corte ao Brasil uma poderosa armada *de restauração*, os intrusos houveram agora sido expulsos, e não teriam dominado ainda por vinte e três anos, e sido causa de tantas perdas para o estado e de tantas calamidades para os particulares.

42 Ofício de Waerdenburch, de 3 de agosto de 1631. – (A.). – *Documentos holandeses*, **1**, fls. 198/202. – *Documentos holandeses*, citados, págs. 71/76. – (G.).

Chegou Oquendo à Bahia aos 13 de julho, e aos 18 de agosto seguinte deixou o valente almirante Pater as águas do Recife, para sair-lhe ao encontro.

Enquanto não chegaram a avistar-se, ocorreram no Recife dois pequenos sucessos dignos de menção. Foi o primeiro o incêndio de todo o depósito de faxina, que tinham no istmo, à sombra do forte de Brum, realizado pelo valente Luís Barbalho no dia 24 de agosto. Cinco dias depois teve o outro lugar. Havia o inimigo construído na ilha de Santo Antônio quatro redutos avançados do lado do continente, que faziam como a sua primeira linha de defesa por esse lado. Resolveu Albuquerque o ataque de um desses redutos, e deu o encargo ao capitão Martim Soares Moreno, que havia três meses chegara ali vindo do Ceará, com muitos índios (IV). Acometeu Martim Soares o reduto e o tomou por assalto, levando à degola parte da guarnição e aprisionando o sargento.

As esquadras de Oquendo e de Pater não se avistaram senão a 12 de setembro. Cada um dos dois chefes, ao examinar as forças do contrário, julgava a vitória segura: Pater, fiado na maior pujança de algumas de suas naus, em não ter barcos que comboiar, na sua resolução e audácia, e no plano, que já levava, de deixar a esquadra contrária sem chefe, acometendo a um tempo a capitânia e a almiranta, e tomando-as por abordagem com muita gente que para isso trazia. Oquendo, fiado na superioridade numérica de suas forças, contando dezoito vasos de guerra e mais cinco fretados; pelo que chegara a dizer, ao avistar as dezesseis naves inimigas, que eram elas (palavras formais) *pouca roupa*.[43]

---

43 As mesmas palavras dizia Oquendo oito anos depois, em fins de setembro de 1639, por ocasião da batalha das Dunas, entre a sua esquadra e a holandesa

A um tiro da capitânia de Oquendo se dispuseram os navios de guerra em batalha, colocando-se os transportes ao abrigo deles e, a um novo tiro de bala da mesma capitânia, içou esta o pavilhão real, e viu dirigir-se a ela o chefe inimigo; ao passo que o vice-almirante Thijszoon tomava à sua conta a vice-almiranta espanhola, de vinte e seis peças de bronze, a qual, antes de fazer fogo, recebeu uma tremenda banda, além de outra de um galeão, que veio em auxílio da de Thijszoon e que, ao passar-lhe pela popa, disparou sobre ela de tal modo que a abriu e meteu a pique; havendo-lhe sido de nenhum socorro o que atravessando-lhe a proa, pretendeu subministrar-lhe o galeão *São Boaventura*, que foi vítima de sua zelosa intenção, acometendo-o o inimigo até o tomar.

A capitânia holandesa, de cinquenta e seis canhões, buscando a espanhola, de trinta e quatro, através do fogo de quatro navios, que ficavam a barlavento, atracou-se-lhe por bombordo, deitando-lhe arpéu, para segurar a que já julgava presa sua. Travou-se então mais renhido este combate parcial: um galeão inimigo veio, em auxílio da sua capitânia, abordar a nossa por estibordo; e um navio português, o *Nossa Senhora dos Prazeres Menor,* ao mando de Cosme do Couto Barbosa, querendo socorrer a Oquendo pela proa, foi metido a pique, e o seu comandante caiu prisioneiro.[44]

---

do almirante Tromp. d. Francisco Manuel de Melo, que tomou parte naquele prélio, refere nas *Epanáforas de vária história portuguesa*, 407, Lisboa, 1660, que, quando a esquadra inimiga se aproximava, "sete ou oito oficiais maiores de mar, e de guerra, concorreram juntos em sua Capitânia [de Oquendo], e não me esquecerão jamais as palavras com que dele fomos despedidos, que até pelas não variar, escrevo em seu romance próprio: 'Ea, señores [nos dizia], el inimigo es poca ropa...'". – (G.).

44 Só daí a um ano pôde escapar do navio em que a retinham preso, atirando-se ao mar e nadando para terra sem ser sentido. – (A.). – O capitão Cosme do

Durava a ação desde oito da manhã, e eram já quatro da tarde, quando se manifestou o incêndio na *Príncipe Guilherme*, capitânia inimiga. E o fogo ia já comunicando, por seis ou sete partes, à espanhola a ela aferrada, quando a conseguiu salvar o capitão João do Prado, subministrando-lhe um cabo ou rajeira.

Abordou ainda com outro inimigo um dos galeões da frota espanhola; e os demais se contentaram de impedir que eles fossem socorrer a sua capitânia ou caíssem sobre os transportes. O inimigo perdeu, além da própria capitânia, outro navio denominado *Província de Utrecht*, do qual apenas cinquenta pessoas conseguiram não se afogar. A capitânia de Oquendo salvou-se; mas ficou impossibilitada de marear. E por esta circunstância, e pela de julgar preferível a tudo deitar a salvo em terra os socorros que vinham para Pernambuco e Paraíba, tratou Oquendo de evitar novo encontro, que, aliás, ansiava ter o inimigo.

A circunstância de ter conseguido deixar impunemente esses socorros deve ter sido a mais atendida para haver sido pela Espanha contada essa ação como vitória, e ainda hoje é considerada como tal em um quadro daquela época, pintado a óleo, que se vê em Madri, no seu museu naval. A perda total de um e outro lado se avaliou em mais

---

Couto Barbosa, feito prisioneiro, esteve sempre embarcado até 8 de janeiro de 1632, quando conseguiu fugir do bordo, lançando-se ao mar junto à ilha de Santo Aleixo; em 10 de janeiro apresentou-se no arraial, onde foi bem recebido, e despedido com licença para ir à Espanha, como o fez, embarcando na Paraíba. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 42. Na Espanha deu relação do estado em que ficava o Brasil, a qual foi presente ao conselho em Portugal em 20 de maio de 1632, juntamente com as cartas recebidas de Matias de Albuquerque, *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 200/202. – Segundo Netscher, *Les Hollandais au Brésil,* 8, Cosme do Couto comandava na batalha dos Abrolhos o galeão *São Boaventura*. – (G.).

de mil homens. Da parte da frota espanhola faltaram, entre afogados, prisioneiros e mortos, quinhentos e oitenta e cinco, e ficaram feridos cento e um. Do almirante Pater se conta que, ao ver incendiada a sua capitânia, não se quis salvar, podendo fazê-lo; e que, preferindo a morte nas águas, elemento das suas glórias, à das chamas, "se envolveu no estandarte da Holanda e se deitou ao mar e morreu afogado" (V).

O socorro trazido por Oquendo para Pernambuco foi deixado na Barra Grande, a trinta léguas do Arraial, e, como era todo de tropas novas no Brasil, só chegou a ser utilizado depois de algum tempo, e de não pequenos trabalhos.

No entanto o inimigo o julgou mais importante, e só depois dele se resolveu abandonar Olinda, como desde mais de um ano propusera por vezes Waerdenburch[45]. A vila despejada no dia 24 de novembro, sendo barbaramente entregues às chamas todas as casas que não foram pelos proprietários resgatadas pelas somas que arbitrou o inimigo[46]. Aliviados do grande cuidado de guarnecer essa vila, no que tinham empatada parte de suas forças, conseguiram os invasores reunir algumas para empreender um ataque contra a Paraíba. Já, porém, aí haviam sido recebidos os socorros trazidos por Oquendo, quando se lhe apresentaram os atacantes, efetuando a 9 de dezembro um desembarque, nas imediações do forte do Cabedelo; e começando logo uma trincheira, a fim de batê-lo em brecha. Comandava as forças holandesas o tenente-coronel Callenfels.

---

45 Ofícios de 27 de julho de 1630 [citado na nota 29 desta seção], de 12 de fevereiro [*Documentos holandeses*, **1**, fls. 190/192] e 23 de março de 1631 [ibidem, fls. 193/194] – (A.).

46 Sobre o incêndio de Olinda, veja Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **2**, 402/403, Rio, 1858. – (G.).

À trincheira do inimigo resolveu o comandante do forte, João de Matos Cardoso, opor outra trincheira à distância de oitenta passos da sua muralha. A direção dessa trincheira foi confiada ao engenheiro Diogo Pais, vindo de Pernambuco. Esforçou-se Callenfels por impedir a sua construção, e neste esforço travou uma primeira luta em que perdeu mortos vinte e tantos.

Não conseguindo o empenho, voltou no dia seguinte ao ataque, intentando-o por quatro pontos diferentes. Na hora da maior calma: de novo foram todos repelidos, bem que a confusão chegou a ser grande, havendo-se visto misturados amigos e inimigos, em muitos ataques parciais e corpo a corpo; tendo, porém, os sitiantes contra si a metralha dos canhões do forte. Viram-se obrigados a tocar a retirada; sendo mais de cento e quarenta os mortos, incluindo o franciscano fr. Manuel da Piedade, que, com um crucifixo nas mãos, se lançara no meio do confronto.[47]

Preparava-se o holandês a dar uma nova investida quando, temendo ser também incomodado pela artilharia de um forte que da outra banda tomara o seu cargo, o velho morador Duarte Gomes da Silveira, companheiro de Feliciano Coelho nas guerras do sertão, e aí dono de extensas fazendas de criação de gados, ou imaginando maior o reforço que pelo rio vinha da capital, embarcou para o Recife, com perda de cinquenta mortos e cento e quarenta feridos[48], e mais

---

47 Fr. Manuel da Piedade era irmão de fr. Bernardino das Neves, ambos franciscanos notáveis, filhos de João Tavares, capitão da Paraíba. Acompanhou Jerônimo de Albuquerque na jornada do Maranhão e esteve presente na batalha de Guaxinduba. Era perito na língua do Brasil e respeitado dos índios potiguaras e tabajaras. Morreu traspassado com uma alabarda pega-sebos, no dia 11 de dezembro de 1632, Jaboatão, *Novo orbe seráfico*, **2**, 88, Rio, 1858. – (G.).

48 Ofício de Waerdenburch, de janeiro de 1632. – (A.). – *Documentos holandeses*, **I**, fls. 216/219 v. – *Documentos holandeses*, citados, **1**, págs. 95/100. – (G.).

quarenta enfermos; havendo tido os pernambucanos mais de oitenta feridos, quase igual número de mortos, entrando nesta conta vários índios, inclusos dois principais[49]. Apesar deste revés, os senhores do Recife não tardaram a preparar-se para uma nova expedição contra o Rio Grande do Norte. Propondo-se o chefe militar Waerdenburch lavar a afronta das suas armas, quis ir nela em pessoa: partiu a 21 do mesmo mês de dezembro, mas, passando à vista da Paraíba para o norte, foi logo ali suspeitado o plano de uma tentativa contra o Rio Grande, e para aí seguiu imediatamente Matias de Albuquerque Maranhão, com três companhias e uns duzentos índios, os quais chegaram tanto a tempo que nem Waerdenburch ousou tentar ataque.

Viram-se, pois, os holandeses obrigados a regressar ao Recife, a comer fiambres salgados e a seguir outra vez a este respeito como se estivessem navegando, apesar de acharem-se em terra firme havia quase dois anos.[50]

Não querendo dar-se por escarmentados, intentaram ainda daí a dois meses um novo ataque. E fazendo primeiro negaça contra a ilha de Itamaracá, foram depois fundear na calheta ao norte do cabo de Santo Agostinho, cuja defesa estava confiada ao capitão Bento Maciel Parente, com sessenta homens; os quais foram

---

49 Fr. Paulo do Rosário, no seu escrito (em estilo de sermão), dá uma lista de todos os nomes. – (A.). – *Relação breve e verdadeira da memorável vitória que houve o capitão-mor da Capitania da Paraíba Antônio de Albuquerque dos rebeldes de Holanda, que com vinte naus e sete lanchas pretenderam ocupar esta praça de Sua Majestade*, etc. – Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1632, 32 págs., in-4º. – Fr. Paulo do Rosário, monge beneditino, foi abade-geral dos conventos da Paraíba, Pernambuco e Bahia; faleceu em Portugal, no mosteiro de Bostelo, a 10 de janeiro de 1655, com cinquenta e quatro anos de religião e mais de setenta de idade. – (G.).

50 Conf. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 41. – (G.).

depressa socorridos por mais de cem, que de Porto dos Afogados levou em pessoa Francisco Gomes de Melo. Este, apesar de já haver sido capitão no Rio Grande e de ser de jurisdição superior a Maciel Parente, quis a bem do serviço dar exemplo de muita abnegação, colocando-se sob suas ordens. Ajudados pela localidade, conseguiram os nossos em dois redutos, cada um com duas peças, impedir o desembarque, tentado por três vezes pelo inimigo, com tão grande perda que teve que tornar de novo ao Recife.

Essa tentativa fez os pernambucanos reflexionar no muito que ganharia o inimigo se lhes tomasse o porto do cabo de Santo Agostinho, por onde o arraial principalmente se provia então. Foi resolvido então que o conde de Bagnuolo, com o seu terço de trezentos napolitanos, passasse a defendê-lo bem. Infelizmente toda a defesa se reduziu à construção do primitivo forte de Nazaré, em um médão ao norte do porto, em sítio árido, e que nem defendia o porto, nem a barra; deixando de ocupar-se com grandes forças e trincheiras o Pontal – onde se faziam os desembarques e havia já algumas barracas de homens do mar.

Mais de dois anos haviam decorrido desde a chegada dos holandeses e se encontravam eles ainda encurralados dentro do Recife e do pequeno forte de Orange na ilha de Itamaracá, e já na Holanda se começava a discutir a ideia do abandono do Brasil, quando uma lamentável ocorrência veio mudar a face dos acontecimentos, atiçar a guerra e prolongar a duração do domínio estranho[51]. Referimo-nos

---

51 A deserção de Calabar não foi fator único da melhoria da situação militar dos holandeses. Com ela concorreram as tropas frescas com que de contínuo a Companhia reforçava o seu exército de ocupação. Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, 71, Leipzig, 1895. – (G.).

à deserção, das fileiras dos nossos para as do inimigo, de Domingos Fernandes Calabar, natural de Porto Calvo. Consta, pelo testemunho de dois escritores que conheceram pessoalmente o mesmo Calabar, e que deram seus depoimentos ante a posteridade, alguns anos (VI) depois da morte do mesmo trânsfuga, que a origem da deserção procedeu de temor do castigo, em virtude de grandes crimes cometidos.

Havia sido o Calabar um dos primeiros pernambucanos que se alistaram no serviço contra os holandeses, e fora até honrosamente ferido no primitivo ataque intentado pelo inimigo contra o Arraial do Bom Jesus, em 14 de março de 1630[52]. Vamos agora a ver como à sua infeliz deserção deveram os holandeses os imediatos passos que deram, com êxito decidido, no empenho de assenhorear-se do país.

A primeira empresa, concebida e dirigida pelo Calabar, foi a de um ataque de surpresa contra a vila de Igaraçu. O conhecimento que tinha do local e do fato de que um rio navegável para canoas partia daquela vila a desembocar não longe da paragem ocupada pelos holandeses com o seu forte de Orange, em frente da mesma ilha, cujas cimas se avistam da própria vila de Igaraçu, levou o Calabar a lembrar as vantagens que os intrusos poderiam alcançar realizando aquela surpresa, em que não correriam risco algum; tendo simplesmente a cautela de ordenar que do dito forte de Orange se enviassem com antecipação algumas barcaças, para transportar por mar os expedicionários, depois de darem a assaltada.

---

52 Veja Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 21/22, e Richshoffer, *Diário de um soldado*, 71/72. – A fortificação do arraial do Bom Jesus tinha apenas dez dias de começada. Os atacantes retiraram-se com cento e setenta mortos, afora os feridos que conduziram; dos nossos, entre mortos e feridos, tivemos dezesseis. – (G.).

Aceitou Waerdenburch o plano e tudo se preparou, segundo dispôs o Calabar, que se ofereceu a acompanhar em pessoa a expedição, o que Waerdenburch, aliás, houvera exigido, para deste modo tê-lo como refém. Prepararam-se quinhentos[53] homens, levando uns trinta e tantos pretos[54] para conduzir os feridos; partiram todos no dia 30 de abril, acompanhando a atrevida expedição o próprio Waerdenburch. Encaminhou-os Calabar, por junto de Olinda, onde foram pressentidos pelos vigias, que deram logo aviso ao Arraial.

Como tinha chovido antes, estavam alguns rios mui crescidos, e a custo puderam ser passados a vau. Se nessa noite, depois que estavam já em caminho, houvesse chovido como nas anteriores, aí teria ficado toda a expedição, sem poder passar para diante nem para trás, e seria encontrada pelas forças de d. Fernando de la Riba Aguero, mandadas por Matias de Albuquerque, apenas avisado dessa ousada tentativa. Este perigo avultado pela escuridão da noite, sobretudo desde que, pela volta das três da madrugada, se pôs a lua, chegou a ser pressentido por Waerdenburch, por cuja mente mais de uma vez passaria nessa conjuntura a ideia de que o Calabar lhe teria armado uma traição, quando ao dar oficialmente parte da empresa escrevia: "em todos estes perigos estávamos dependentes da fidelidade ou infidelidade de um negro, que nos serviu de guia, e não devíamos pôr muita confiança nessa gente estúpida"[55]. O próprio

---

53 Não mil e quinhentos, como dizem vários autores. Seguimos nesta narração ao próprio Waerdenburch, no ofício de 9 de maio de 1632. – (A.). – *Documentos holandeses*, citados, **I**, págs. 101/106. – (G.).

54 Não quatrocentos, para conduzir os restos mortais, como escreveu Southey [*History of Brazil*, **1**, 486, Londres, 1810], e se lê, sem nenhuma correção, na tradução [**2**, 234, Rio, 1862]. – (A.).

55 "*Alle dese piricúlen rústen doen ter tijdt op de troúwe ofte outroúwe van eenem Neger, die mij als gúijde diende, op welck dom Volck sich nochtans weynich is*

Waerdenburch confessa que, se ali o encontram os inimigos, não só o projeto se teria frustrado, como "haveria custado a cabeça a todos". Com esta ideia prosseguiu no maior silêncio que pôde, sem alarmar os habitantes dos povoados e engenhos por onde passava. E encontrando já pela madrugada uns carros, para que os carreiros não fossem dar notícias de marcha, nem se incomodar com o ter que conduzi-los presos, cometeu a barbaridade de aí mandar assassinar mui a sangue-frio, barbaridade que deveria desculpar-se pelo medo, se o mesmo Waerdenburch não se regozijasse dela ainda dias depois.

Afinal, só na manhã seguinte (1º de maio) puderam apresentar-se diante de Igaraçu[56]. Waerdenburch, deixando três companhias às ordens do major Rembach, acometeu com a demais tropa. Foram logo mortas "várias pessoas de distinção", e presos alguns eclesiásticos. A insignificante resistência que, em meio da surpresa e sobressalto, vieram ainda os moradores a apresentar custou mesmo assim aos atacantes oito mortos e mais de vinte feridos, compreendendo vários oficiais, incluso o major Rembach.

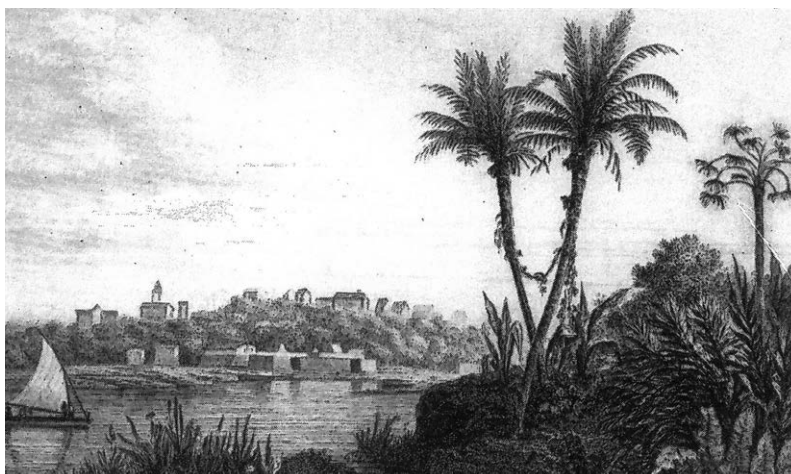
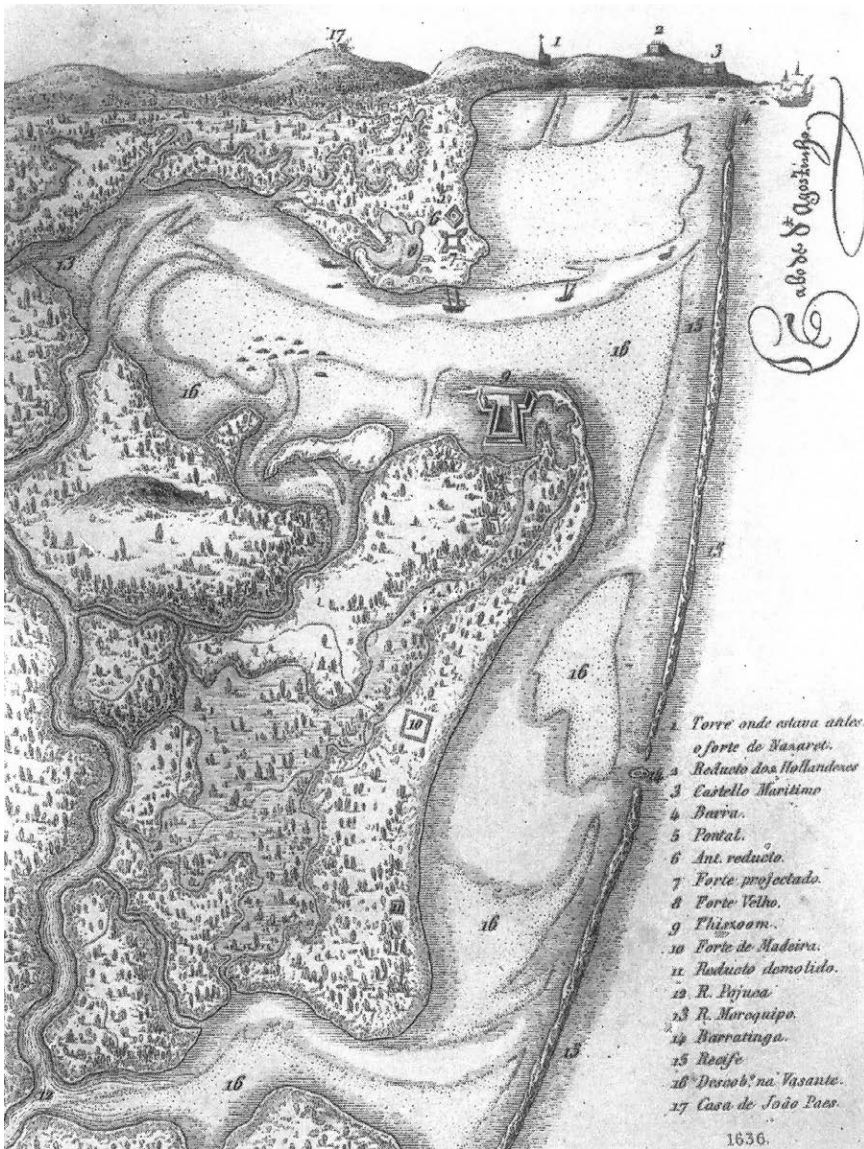
Waerdenburch fez recolher as mulheres "bonitas em grande número", segundo ele[57], na igreja da Misericórdia, mandou vazar umas duzentas pipas de vinho, que foram encontradas, para evitar que,

---

te verlaten", Waerdenburch, ofício de 9 de maio de 1632. – (A.). – *Documentos holandeses*, **1**, fls. 94, da parte em holandês, e fls. 221 v., da parte em francês, no Instituto Histórico. – *Documentos holandeses*, citados, **I**, págs. 101/106. – (G.).

56 Em carta de 10 de maio de 1632, Matias de Albuquerque dava conta do assalto que o inimigo fizera à vila de Igaraçu, seis léguas de Pernambuco, matando e cativando gente. *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 224. – (G.).

57 Carta de 9 de maio de 1632, *Documentos holandeses*, **1**, fls. 222. Citada nota 55, supra. – (G.).

Planta do sítio da Paraíba. Fac-símile reduzido de um desenho publicado depois de 1635, em Amsterdã.

Antiga povoação da Paraíba. Gravura de A. F. Lemaitre.

Planta de Porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo um desenho da época (1636).

com a embriaguez, a sua gente não pudesse prosseguir na marcha, permitiu o saque da vila e, depois de lançar fogo a todas as casas, recolheu-se a toda a pressa para o forte de Itamaracá, deixando burlados os que já do Arraial chegavam a fim de atacá-lo.

Como era natural, o êxito desta empresa aumentou muito a força moral dos holandeses e o crédito de Calabar para com eles, que continuou sendo o seu fiel guia, a princípio por todos os contornos do Recife, e mais tarde por toda a capitania e pelas vizinhas.

Tiveram lugar as primeiras surtidas, umas vezes para atacar as estâncias[58] dos nossos, outras para fazerem faxina, com particularidade no sítio das Salinas, e finalmente outras para apanhar frutas nos pomares que havia nos arredores de Olinda. Também, à imitação dos nossos, executaram os holandeses com felicidade duas emboscadas, uma na Tacaruna e outra na ponte de Beberibe, junto à vila, conseguindo nesta última fazer prisioneiro o capitão Francisco Rebelo.[59]

Empreenderam mais duas surtidas por mar ao Rio Formoso, aprisionando e queimando quanto encontraram, motivo por que se resolveu o governador a fortificar esse porto com um reduto, cujo mando confiou a Pedro de Albuquerque, aí capitão de auxiliares.

---

58 O ataque empreendido contra Luís Bezerra em 21 de dezembro não teve lugar em 1633, nem com mil e oitocentos homens, como diz Melo [*Biografias*, **2**, 116, Recife, 1858], mas em 1632, e com menos de uma terça parte desse número deles. – (A.). – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, pág. 605, ed. 1946. – (G.).

59 Foi essa emboscada em 26 de novembro de 1632. Além de Francisco Rebelo, caiu também prisioneiro o capitão Francisco Viana, ferido com um arcabuzaço, de que veio a morrer na prisão, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 49. – (G.).

Pouco depois foi Bagnuolo assestar uma bateria contra o forte d'Orange, em Itamaracá. Reforçado, porém, o mesmo forte pelos do Recife, e vendo-se que nenhum resultado se obtinha com os tiros que contra ele se disparavam, retirou Bagnuolo a bateria, regressando aos acampamentos.

Entretanto, haviam sido atendidas na Holanda as instâncias de Waerdenburch, pedindo reforços; em fins de 1632 chegavam não poucos, devido porventura aos raios de esperança que começavam a bruxulear na nova conquista. Mas, para mandá-los, havia a Companhia tido que emitir ações no valor de mais de um terço do capital; e isto quando já as mesmas ações se cotavam com sessenta por cento de perda. Vinham com os novos reforços dois emissários escolhidos dentre os próprios diretores, sendo Matias van Ceulen, de Amsterdã, e Johan Gijsselingh[60], de Middelburg, os quais trouxeram a Waerdenburch a licença que, em consequência da morte de seu pai, havia solicitado para regressar à Europa, como executou apenas deu todas as convenientes informações aos dois comissários.

Estes, por sua parte, entregaram-se aos assuntos do governo com a maior atividade. Despacharam, para serem deitados nas costas do Rio Grande, a fim de aí atraírem os índios descontentes, três que já haviam estado na Holanda. Logo, conservando toda a confiança no Calabar, resolveram valer-se dele, para estenderem o seu domínio.

A primeira paragem contra que se dirigiram foi a do Rio Formoso, de cujo reduto, segundo há pouco dissemos, fora feito comandante Pedro de Albuquerque. Teve lugar o ataque na madrugada de

60 Vancol e Guezelim, escreve Duarte de Albuquerque; Vancol e Chisilim, diz fr. Manuel Calado. – (A.).

7 de fevereiro de 1633. A defesa foi heroica, e constitui entre nós uma lenda semelhante à do passo das Termópilas entre os gregos. De vinte homens se compunha apenas a guarnição; mas opuseram-se a quatro ataques de um número mui superior[61]. Mortos, porém, dezenove dos combatentes, o que restava, Jerônimo de Albuquerque, parente do capitão, escapou a nado com três feridas, ficando o último estendido no forte, com duas, e assim caiu prisioneiro. O inimigo respeitou tanto valor. Conduziu-o ao Recife, donde, depois de são, foi mandado levar às Antilhas, e daí passou à Europa, onde permaneceu até ser nomeado governador-geral do Maranhão, de cujo conquistador era neto natural, vindo pouco depois a falecer no Pará em 1644.[62]

---

61 "O capitão, vendo-se tão inopinadamente assaltado, e achando-se só com vinte homens e sua pessoa, sem esperança de ser socorrido, resolveu-se a morrer ou defender-se. Conseguiu a primeira cousa, e não menos reputação do que se efetuasse a segunda; porquanto investindo o inimigo pelas duas partes, foi quatro vezes rechaçado pelos nossos com grande valor; mas, como eram tão poucos, de cada vez que o faziam, ficavam menos, até que, mortos dezenove, para os vinte restava um só, que era Jerônimo de Albuquerque, parente do capitão, o qual escapou a nado com três feridas, ficando o capitão com duas, um mosquetaço e uma chuçada, e assim entraram no reduto, prendendo-o, por ser o único que acharam ainda vivo", Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 53. – Os holandeses perderam nas quatro assaltadas que deram oitenta homens mortos, Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 70, ed. 1946. – (G.).

62 Pedro de Albuquerque bateu-se pela restauração de Portugal do domínio espanhol. Nomeado logo depois, por carta-patente de 4 de setembro de 1642, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, embarcou em Lisboa em 29 de abril do ano seguinte, e não podendo desembarcar em São Luís, então ocupada pelos holandeses, aportou ao Pará, onde, na altura da ilha do Sol, ou Colares, sofreu naufrágio o navio em que viajava na noite de 27 de junho. Em sua companhia vinham o padre Luís Figueira e mais quatorze jesuítas, dos quais se salvaram apenas três. O governador desembarcou do navio naufragado no dia 30 e foi transportado para a ilha do Sol e daí para a cidade de Belém. Em 13 de junho foi empossado de seu cargo, que exerceu até 6 de fevereiro de 1644, quando faleceu. Pedro de Albuquerque nasceu em Serinhaém, Pernambuco; era filho de Afonso de Albuquerque e neto de

A ocupação do Rio Formoso, a ideia de que ela devia ser seguida da de outros pontos, e principalmente a notícia dos tratos já entabulados com os índios, para os quais poderiam ser ao inimigo de muito auxílio as artes e astúcias do Calabar, obrigaram ao governador a capitular com a traição. Procurou pois, diz o donatário da capitania, "por todos os meios possíveis reduzi-lo; assegurando-lhe *não só o perdão de seu delito*, mas ainda mercês, se voltasse ao serviço d'el-rei; e esta diligência repetiu por muitas vezes"; mas nada conseguiu.

Compreende-se a repugnância e negativa do Calabar de voltar para o serviço dos seus patrícios, depois de haver-lhes causado tamanhos males. O general sustentaria a palavra dada, de acolhê-lo bem; o rei poderia enchê-lo de graças e mercês; mas o Calabar não ficaria tranquilo e seguro com isso. Em cada família maltratada em Igaraçu e Rio Formoso devia por certo contar alguns inimigos, da represália dos quais poderia sempre recear-se.

Com a partida de Waerdenburch, o mando das tropas ficou entregue ao velho Laurens van Rembach, seu companheiro na arriscada tentativa de Igaraçu, da qual saiu ferido, segundo vimos.

Chegado à Holanda, exibiu o mesmo Waerdenburch à Companhia[63] um relatório acerca dos assuntos da colônia, indicando a conveniência de serem mandados a ela mais três a quatro mil homens adestrados, a fim de ocuparem todos a ilha de Itamaracá,

---

Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Veja-se sua vida em Melo, *Biografias*, **1**, 149/161, Recife, 1856. – (G.).

63 Em 10 de julho de 1633. – (A.). – *Documentos holandeses*, **1**, fls. 227/230 v. – Impresso in *Documentos holandeses* citados, **I**, págs. 111/116. – (G.).

plano que por sua parte haviam apoiado[64] os mencionados dois governadores, que logo o fizeram extensivo aos portos do cabo de Santo Agostinho e Paraíba.

Enquanto, porém, não chegavam a esse respeito novas ordens e maiores reforços, foi resolvida a ocupação do posto dos Afogados, paragem importante, e que os nossos haviam descuidado de fortificar bem. Atacou o inimigo em tão grande força que conseguiu ocupá-lo, apesar de um pequeno reforço que Albuquerque mandou do Arraial. A perda desta posição foi de mui fatais consequências. O inimigo construiu um forte abaluartado de quatro frentes (a que depois deu o nome de *Príncipe Guilherme*), e desde logo o Arraial ficou exposto a ser flanqueado e sem os recursos que lhe ministravam os vizinhos moradores da Várzea, os quais todos julgaram mais prudente abandonar suas casas e sítios. O inimigo não tardou (21 de março de 1633) a surpreender o posto que havia num engenho na Várzea, logo além da ponte da Madalena e perto do Arraial. E três dias depois, em Quinta-Feira santa[65], guiado pelos conselhos do Calabar, empreendeu um ataque contra o próprio Arraial, às 11 do dia, hora em que fazia a todos na igreja. Avançou pela Várzea, passando o Capibaribe, junto ao riacho Paranamirim, então quase seco. O ataque foi rechaçado de modo que o inimigo sofreu grande perda, deixando quinze prisioneiros e tendo vários oficiais feridos, contando nesse número, e mortalmente, o seu chefe Rembach[66]. Os

---

64 Em ofício de 14 de fevereiro. – (A.).

65 Conf. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 55; Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 379/380. – (G.).

66 Morreu em 1º de maio, à noite, em consequência do ferimento recebido, e no dia seguinte foi sepultado com grandes honras no convento de Antônio Vaz. Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 383. – (G.).

nossos tiveram vinte e cinco mortos e quarenta feridos, incluindo os capitães Martim Soares e Estêvão de Távora.

Seguiram-se duas aquisições feitas pelos pernambucanos. A primeira foi a do valente capitão Francisco Rebelo; depois de haver permanecido quatro meses preso a bordo de uma nau, conseguiu escapar, lançando-se ao mar e seguindo a nado para terra[67]. A segunda foi a de um corpo de valentes pretos, mandados pelo bravo Henrique Dias, da mesma cor[68], e que logo daí a dois meses (15 de julho) começou a derramar seu sangue pela causa que abraçara, sendo ferido na Várzea de uma bala de mosquete.

Mas não podiam estas aquisições mudar a sorte da guerra que o Calabar havia feito pender para o inimigo, e que era sustentada pelos novos reforços e pela atividade dos dois comissários, interessados na prosperidade da companhia.

Resolveram esses apoderar-se de toda a ilha de Itamaracá, e com mui pouca perda saíram-se bem da empresa, rendendo-se-lhes a vila da Conceição, sua capital, que guarnecia com cento e tantos homens

---

67 Francisco Rebelo apresentou-se em 14 de abril de 1633 no arraial, onde foi bem recebido pelo reaparecimento de tão bom companheiro. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 58. Esse capitão era chamado por antonomásia *Rebelinho*. Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 15, como também é tratado pelos autores holandeses. O mesmo apelido dá-lhe a carta régia de 21 de julho de 1638, J. J. de Andrade e Silva, 68. *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 160/161. – (G.).

68 Henrique Dias foi nomeado "cabo e governador dos crioulos, negros e mulatos que servem e adiante serviram nesta guerra e em todo o Brasil", por provisão de d. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, dada na Bahia em 4 de setembro de 1639, Melo, *Biografias*, **2**, 230, Recife, 1858. Essa provisão lê-se também na *Revista do lnstituto Arqueológico Pernambucano*, **6**, n. 42, 301/302. – (G.).

Salvador Pinheiro, capitão e ouvidor do donatário, que então era o conde de Monsanto[69]. Essa insignificante vila situada em um monte do lado do sul do canal que cerca a ilha havia sido circundada por um extenso recinto que contornava toda a chapada do mesmo monte, recinto que necessitaria, para ser defendido, de uma guarnição dez vezes maior. Assim, ao ser acometida, teve de render-se. Em reconhecimento ao chefe, Sigismundo von Schkoppe[70], que dirigiu o ataque, os comissários deram à povoação o nome de vila de Schkoppe; e, para defendê-la, entrincheiraram a igreja, levantaram uma torre castrense.

A fim de evitar que da ilha se estendessem ao continente, Albuquerque mandou logo algumas tropas a Igaraçu, as quais, havendo contido o inimigo por esse lado, não puderam alcançar e defender a Goiana, onde foram pilhar o quanto puderam, queimando quatro engenhos.

Ao mesmo tempo os do Recife intentavam, do lado dos Afogados, duas surtidas a engenhos situados dali a uma légua de distância, tendo lugar, das duas vezes, pequenas escaramuças, saindo da primeira ferido o chefe preto Henrique Dias[71]. Pouco tempo depois propunha-se o inimigo atacar o Arraial de novo com grandes forças. Saindo do forte dos Afogados, aproximara-se pela margem direita do Capibaribe e se fortificara em três pontos, já diante do mesmo Arraial, e quase ao alcance da sua artilharia. Porém, havendo feito vir embarcada do Recife alguma artilharia e munições, ao subirem

---

69 Conf. nota 30 desta seção. – (G.).

70 *Scup* nas *Memórias diárias*, *Siegemundt von Schkoppe*, conforme a assinatura fac-similar, que traz Netscher, *Les Hollandais au Brésil* – (G.).

71 Deram-se essas surtidas em 8 de setembro de 1633. Henrique Dias ficou ferido com dois mosquetaços. – Conf. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 67. – (G.).

estas o Capibaribe, em um barco e três lanchões, foram estes atacados e tomados à viva força pelos nossos, que se apoderaram de seis canhões de bronze e cinco de ferro e de todas as munições e mantimentos. Com este revés o inimigo levantou campo e se retirou sem ser perseguido.

Albuquerque foi, por este sucesso, louvado e premiado com uma comenda lucrativa[72], e com tanta maior razão quanto esta vitória havia sido alcançada, apesar do voto de Bagnuolo mandado por escrito do cabo de Santo Agostinho. Opinava Bagnuolo, e talvez com razão, como a experiência veio a provar, que melhor fora concentrar todas as forças em outro arraial junto ao mesmo cabo, a fim de poderem, reunidas, prestar-se mútuo auxílio, e também defender aquele porto, então, da maior importância.

Do mencionado pequeno revés, o inimigo vingou-se intentando novas surtidas. Foi a principal a que fez contra Igaraçu o tenente-coronel Byma; logo auxiliado pelo coronel Sigismundo, com maior força, ao ter notícia das que contra Byma havia enviado Albuquerque, às ordens do Camarão, e depois de Luís Barbalho e Riba Aguero. Mandou Albuquerque novas forças, com outros cabos, incluindo Henrique Dias, que por esta ocasião foi outra vez ferido e com duas balas. Tanto Byma como Sigismundo, depois de pequenos encontros, recolheram-se do lado de Itamaracá, regressando por seu turno os nossos aos acampamentos.

Outras surtidas empreendeu o inimigo para o lado do sul; em uma delas, matou o antigo sargento-mor de milícias Rui Calaza

---

72 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 66. – (G.).

Borges, que vinha da Ipojuca (onde era casado), a apresentar-se[73]: saindo-se, porém, mui mal de outra empreendida pelo tenente-coronel Byma, em 21 de outubro, com cento e setenta homens[74] contra o engenho de Santo Amaro na Muribeca. A tempo foram mandadas forças nossas a persegui-lo. E marchando por um lado primeiro Barbalho, com cento e cinquenta, e obrigando-o a recolher-se, veio, já perto do posto dos Afogados, encontrar-se com o sargento-mor Pedro Correia da Gama, que, com duzentos homens, aí lhe embargou o passo, de modo que perdeu mais de setenta homens[75] e todo o produto do saque, conseguindo escapar-se, abandonando o cavalo que montava e escondendo-se, até se aproveitar da noite para se meter no forte; havendo capitulado em uma casa uns dezenove, com direito de regressar às suas próprias fileiras.

---

73 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 68. – Calaza recolhera-se com cinco camaradas que trazia a uma casa desabitada em um lugar chamado Guararapes, onde devia pernoitar. Ao amanhecer de 26 de setembro de 1633, o inimigo, com trezentos homens, deu naquela casa; Calaza pôde vender caro a vida, com os seus companheiros, resistindo até morrerem todos. Era natural da ilha da Madeira e fora quem desalojara os holandeses da ilha de Fernando de Noronha, como se viu. – (G.).

74 Não setecentos, como se lê nas *Memórias diárias*, 68. (Nota do A., na *História das lutas*, 95, Lisboa, 1872). – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, pág. 493, ed. 1946. – A 6 de outubro os capitães Domingos Correia e Antônio Cardoso, índio, à frente de noventa homens, haviam derrotado junto aos Guararapes um destacamento holandês, muito superior em número, Rio Branco, op. cit., 472. – (G.).

75 Não cento e oitenta, como está nas *Memórias diárias*, 69; Rio Branco, *Efemérides* citadas, 493, diz que a perda dos holandeses foi de oitenta e nove homens. – (G.).

Antes dessa última surtida havia deixado o Recife o Calabar, guiando o comissário Gijsselingh em uma invasão, por ele Calabar liderada, desde o Porto das Pedras até as duas Alagoas.

Embarcando-se com uns seiscentos homens, em alguns navios ao mando de Lichthardt, foram todos aportar na Barra Grande, aos 11 de outubro[76]; e, no dia seguinte, passaram ao Porto das Pedras, onde só chegaram à meia-noite. Depois de aí tomarem o açúcar que encontraram, incendiando os barcos que não lhes poderiam servir, passaram ao Camaragibe preando os gados e entregando às chamas o que não puderam conduzir consigo. Seguiram logo ao Porto dos Franceses, onde igualmente queimaram vários barcos fundeados e mais de cem caixas de açúcar; e daí tomaram até a Alagoa do Sul ou Manguaba, lançando fogo à vila de Nossa Senhora da Conceição (hoje cidade das Alagoas), que, apesar de recentemente fundada (desde 1611)[77], já contava, segundo a própria confissão dos invasores, edifícios de bonita arquitetura; e o mesmo pretenderam fazer à vila de Santa Luzia, na Alagoa do Norte; mas não o puderam realizar, em virtude da resistência que aí opôs o valente capitão Antônio Lopes Filgueiras, à custa da própria vida[78]. Por fim, regressaram ao Recife

---

76 Essa expedição deve ser a mesma que o autor das *Memórias diárias* [págs. 59 e 66] dá como sucedida em 14 de maio e 20 de agosto. Seguimos a mui circunstanciada parte escrita pelos comissários holandeses em 5 de janeiro de 1634 [*Documentos holandeses*, **I**, 244/267 v.]. O equívoco do autor das *Memórias diárias* procedeu naturalmente de haver, segundo parece, o próprio Calabar feito no mês de agosto do ano seguinte outra expedição à Barra Grande. (Nota do A. na *História das lutas*, 96, Lisboa, 1872). – Esse longo relatório está impresso in *Documentos holandeses*, citados, I. págs. 135/162. – (G.).

77 *História das lutas* citada, 96, nota 2. – (G.).

78 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias,* 66. Era capitão de milícias, genro de Gonçalo Velho e Maria de Sousa. – (G.).

em 9 de novembro, trazendo por despojos duzentas e cinquenta caixas de açúcar e noventa e oito toros de brasil.

No entanto, recebia Matias de Albuquerque algum socorro, que não deixava de ser de valia, no meio da penúria em que se achava. E ao mesmo tempo lhe chegavam reiteradas promessas de que outros novos socorros se ficavam aprontando, e a certeza de que, tanto em Madri como em Lisboa, se esmeravam os governantes em tomar providências para que os mesmos socorros se enviassem.[79]

Já antes de regressar Oquendo, havia a corte deliberado que, à custa dos dois reinos, se preparasse outra frota de cinquenta galeões, vinte e quatro dos quais deveriam ser armados por Portugal, consignando para isso um quinto das tenças e outro quinto dos bens da Coroa, o subsídio das câmaras, junto a um empréstimo forçado em Lisboa de quinhentos mil cruzados. Havendo encontrado muita oposição à ideia deste último empréstimo, foi na capital do Tejo criada uma junta[80], para reunir os fundos necessários, cobrando certos atrasados, fazendo composições com os devedores, etc. Ao mesmo tempo criou-se de novo[81] o estanco do sal, já efemeramen-

---

79 Conf. *Anais do Museu Paulista,* **3**, 2ª parte, 224/227. – (G.).

80 Regimento em vinte e seis artigos, de 26 de junho de 1631. – (A.). – Lê-se em J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **4**, 205/207 – O conde de Castelo-Novo era o presidente da Junta; membros Tomas de Híbio Calderón e os doutores Cid de Almeida e João Pinheiro; secretário Miguel de Vasconcelos e Brito. A Junta funcionava nos paços da Ribeira de Lisboa. No alvará de 4 de agosto de 1631, ibidem, 215/216, que estabeleceu o estanco do sal, há referência em dois lugares à projetada vinda do infante d. Carlos a Portugal. A carta régia de 19 de setembro de 1631, ibidem, 255, determinou que houvesse três secretários servidos por Gabriel de Almeida de Vasconcelos, Diogo Soares e Luís Falcão, para melhor e mais breve despacho das matérias junto à pessoa do rei. – (G.).

81 Alvará de 4 agosto de 1631. – (A.). – Conf. nota 80, supra. – (G.).

te[82] ensaiado no reinado de d. Sebastião e que desta vez ficou como imposto permanente, e se fez extensivo à Bahia[83] e a todo o Brasil.

Parece, porém, que, em virtude do mau humor em que estavam os povos, todas as providências mencionadas não produziram os efeitos prontos que se desejavam, de modo que, havendo a corte, ao regressar Oquendo, resolvido que com a maior brevidade partisse a nova armada, confiando o mando dela ao restaurador da Bahia, dirigiu no dia 1º de dezembro de 1631[84] uma carta régia, ordenando uma finta na quinta parte de todas as tenças, rendas da Coroa, comendas e quaisquer mercês redituais.

Esta carta régia foi seguida de outra, de 3 de outubro, requisitando que cada vila ou lugar de Portugal desse desde logo um ou dois recrutas para o Brasil. E, a fim de estimular mais a apresentação de voluntários para servirem neste Estado, se resolveu[85] que para as nomeações de seus ofícios seriam dali em diante preferidos os que servissem nesta guerra.

---

82 Revogada por alvará de 2 de setembro de 1578. – (A.). – A revogação vem expressa no alvará de 4 de agosto de 1631, referido. – (G.).

83 Provisão de 7 de maio de 1632. – (A.). – Lê-se em J. J. de Andrade Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **4**, 245. – (G.).

84 A carta régia de 1º dezembro de 1631 está na *Coleção cronológica* citada, **4**, 231/232. Transcrita integralmente na *História das lutas*, 98/101, Lisboa, 1872. Essa carta régia foi seguida de outra, ibidem, 101/105, dirigida a todas as câmaras do reino para que se ensaiasse outro expediente. A carta de 3 de outubro deve ser de 1633, como se depreende da *História das lutas*, 105, não de 1632, como do texto se infere. Sua íntegra é desconhecida. – (G.).

85 Carta régia de 2 de novembro de 1633. – (A.). – *Coleção cronológica* citada, **4**, 369. – (G.).

Repetidas instâncias para a partida de voluntários e coleta de socorros foram pela corte ainda feitas posteriormente, autorizando de novo o imposto do *real d'água*[86] e o acrescentamento da quarta parte do cabeção da sisa.

Independentemente, porém, dos reforços que, em maior escala se esmerava a corte de preparar, chegavam algumas tropas, alistadas na ilha da Madeira[87], em uma pequena frota de duas naus e cinco transportes, comandada por Francisco Vasconcelos da Cunha; mas viu-se perseguida pelos navios holandeses por forma tal que teve que pelejar, e uma das naus foi a pique, e a outra e os transportes viram-se obrigados a varar em terra para salvar a gente. Saíram a prestar socorro quatro sumacas, porém, com tão pouca felicidade que o inimigo conseguiu incendiar três. Tantos foram os contratempos passados que, de seiscentos homens que vinham, se extraviaram duzentos e vinte, e apenas chegaram ao Arraial cento e oitenta, havendo ficado na Paraíba duzentos. Pouco tempo depois chegou mais alguma gente em duas caravelas.

---

86 Carta régia de 26 de setembro de 1634; portaria de 17 de junho de 1635; carta régia de 12 de julho de 1635. – (A.). – *Coleção cronológica* citada, **5**, 51/52, 63, 64. O regimento do *real d'água*, com cinquenta artigos, foi dado em 31 de outubro de 1636, ibidem, 101/109. Veja nota 37 da seção precedente. – (G.).

87 Os socorros da ilha da Madeira chegaram em janeiro de 1633. O primeiro, do capitão João de Freitas e Silva, de noventa homens, chegou à Paraíba em 1º de janeiro, gastando muitos dias para vir ao arraial; o outro, do capitão Francisco de Bittencourt e Sá, de setenta soldados, chegou no dia 12 do mesmo mês ao Porto dos Franceses. Esse, dois dias antes de avistar aquele porto, teve encontro com uma nau inimiga, de trinta e oito peças, e bateu-se com ela valentemente Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 52. – O socorro de Francisco Vasconcelos da Cunha partiu de Lisboa em 29 de agosto e em 26 de outubro chegou à altura da Paraíba; dele trata minuciosamente Duarte de Albuquerque, op. cit. 69/72. – (G.).

Estes pequenos reforços que Matias de Albuquerque recebia, longe de fazer esmorecer o inimigo, parece que contribuíam a aumentar-lhe os brios. Desde que em 9 de novembro haviam voltado os navios idos às Alagoas, começou a preparar-se para empreender novos ataques do lado oposto. Julgou fácil o do Rio Grande, e assentou de começar por ele a conquista ao litoral além da ilha de Itamaracá.

No dia 5 de dezembro saiu do Recife o comissário Van Ceulen, com quatro companhias de fuzileiros e quatro de mosqueteiros, sob o mando superior ao tenente-coronel Byma, em uma esquadrilha dirigida por Lichthardt que, depois de deitar as tropas junto do cabo Negro, três léguas ao sul da foz do rio Grande, seguiu a forçar a barra, e a desembarcar pelo rio acima alguns marinheiros armados, os quais logo protegidos pela infantaria, que atravessava os médãos à marcha forçada, combinariam o ataque do forte dos Reis Magos. Aberta a brecha, e ferido o capitão Pedro Mendes de Gouveia, a guarnição veio a capitular, no dia 12 de dezembro, com as honras da guerra. A participação oficial do inimigo, que hoje conhecemos[88], não nos autoriza a crer que houvesse na entrega o menor assomo de traição. Ao forte dos Reis Magos passou o inimigo a denominar de *Ceulen*.

Bagnuolo achava-se na Paraíba, ativando a construção do forte ao norte da barra, e pôs-se em marcha, mas com tal lentidão que chegou tarde.

---

88 Oficio de Mathijs van Ceulen e Johan Gijsselingh à Companhia, em 5 de janeiro de 1634, *Documentos holandeses*, **1**, fls. 244/267 v. – Citado supra, nota 76. – (G.).

Os moradores dos campos recolheram a um engenho de Francisco Coelho, onde se dirigia para atacá-los o Calabar com alguma força, quando lhe armaram uma cilada e teve que retirar. Receando empreender outro ataque, mandou o mesmo Calabar novos convites ao poderoso chefe Janduí[89], que vivia nos sertões, a umas oitenta léguas, a fim de que viesse à costa, onde encontraria muito gado e tudo quanto pudesse desejar. Baixou Janduí com os seus índios e, caindo inesperadamente no engenho de Francisco Coelho, aí assassinaram a este, bem como à mulher e cinco filhos, e a uns sessenta moradores que se haviam reunido no mesmo engenho[90]. Depois, passou Janduí ao forte, onde foi mui agasalhado pelo Calabar, em pago de suas atrozes selvagerias. O terror e medo dos gentios começavam a fazer cada dia mais suportável a ideia do jugo dos hereges. Porém, o inimigo não conseguiu arrebanhar outros índios vizinhos, que já estavam de pazes com os moradores. Sem darmos inteiro crédito a todos os raciocínios acerca da fidelidade e constância que os nossos cronistas atribuem ao principal Simão Soares Jaguarari, depois de ter estado preso e cruelmente metido em ferros, é sem dúvida que ele e outros, apesar da proverbial volubilidade dos bárbaros, não se passaram aos holandeses; para o que não contribuiria pouco o fato de estar entre os nossos, e tão considerado, o seu sobrinho Poti ou Camarão, já agraciado com brasão d'armas, e quarenta mil reais de soldo, e feito capitão-mor, não só dos petiguares, de cuja nação era,

89 Era o nome do célebre principal do sertão do Rio Grande do Norte ao tempo da ocupação holandesa, *Johannes de Wy* em Barlaeus, *Jean Dory* no escrito do Roulox Baro, *Jandovi* em Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, e *João Duí*, nas *Memórias diárias*. – (G.)

90 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 76. – (G.).

mas de todos os índios do Brasil[91]. O Jaguarari veio, daí a poucos anos, a receber uma pensão de cento e cinquenta reais de soldo[92].

Engodados os holandeses com a fácil ocupação do Rio Grande, dispuseram-se a empreender a da Paraíba.

Fizeram os convenientes preparativos e, passados pouco mais de dois meses, se apresentavam diante do Cabedelo. Julgando, porém, mais prudente apoderarem-se primeiro do forte de Santo Antônio, na margem oposta, foram desembarcar uns mil homens na enseada de Lucena, os quais marcharam logo em direito ao forte; mas, quando menos o pensavam, encontraram-se no caminho com uma trincheira que acabavam de construir os da Paraíba. Atacada a trincheira, saiu logo do forte em seu auxílio o capitão Lourenço de Brito Correia, que, solto aí pouco antes pelo inimigo, preferira não seguir para a Europa no momento do perigo. Levantou então o agressor em frente outra trincheira, mas de tal sorte se viu nela inquietado, principalmente pelo flanco e retaguarda por uma partida de trezentos soldados e duzentos índios, com que acudiu o capitão-mor Antônio de Albuquerque, que preferiu levantar campo e ir tentar fortuna do lado do cabo de Santo Agostinho, havendo quem

---

91 Carta régia de 14 de maio de 1633. – (A.). – Foi determinado por essa carta régia que se dessem aos índios algumas mercadorias de fazendas, roupas e quinquilharias, para estarem quietos e trabalharem na guerra, fazendo--se, outrossim, mercê do hábito de Cristo ao índio Antônio Filipe Camarão, principal da nação petiguara, com a tença de quarenta mil-réis e patente de capitão-mor dos mesmos índios. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **4**, 312. – (G.).

92 Segundo Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 74, essa pensão, por sua morte, reverteria à sua mulher e filho. – (G.).

pretenda que este ataque à Paraíba tinha antes por fim provocar aí uma diversão de forças.[93]

Desta ausência de tantas tropas do Recife pensaram aproveitar-se os nossos, a fim de intentar um ataque contra esta praça, na noite do 1º de março (1634). Encarregou-se Martim Soares de dirigi-lo. Enquanto alguns davam rebate do lado do forte das Cinco Pontas, passavam outros o Beberibe a vau, entrando uns no Recife pelo lado fronteiro da ilha, onde havia uma simples estacada, e outros pela porta do lado do Brum. Chegaram muitos a passar o rio e a entrar nas trincheiras; mas, vendo-se em pequeno número, e o inimigo já advertido, e tocando por toda parte a rebate, apressaram-se a retirar, antes que os impossibilitasse a maré, e conduziram consigo os feridos.[94]

Daí a três dias, a esquadra holandesa que deixara a Paraíba chegava ao cabo de Santo Agostinho. Fora a defesa deste confiada ao sargento-mor Pedro Correia da Gama, com trezentos infantes. Porém, Matias de Albuquerque mandou logo aí algum socorro e seguiu em pessoa, levando consigo toda a gente disponível. De ordinário, nestas expedições para o sul e para o norte, os holandeses as levavam à execução, aproveitando favoráveis cordas de vento; de modo que chegavam sempre antes que os socorros mandados por terra, mas desta vez os defensores se apresentaram a tempo.

Os atacantes quiseram efetuar, com a primeira divisão, o desembarque na praia de Itapuã, ao norte do cabo; mas, encontrando

---

93 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 79, afirma positivamente o fato. – (G.).

94 Veja, sobre esse fato, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 78/79; Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 444. – (G.).

aí resistência, deliberaram ir fazê-lo um pouco mais ao norte. Foram, porém, seguidos ao longo da costa pelos defensores do cabo, ajudados de outros que vinham do Arraial, às ordens do capitão Riba Aguero; de modo que tiveram prudentemente que desistir do desembarque e mudar de plano. A segunda divisão, composta de onze navios (dos quais se perdeu um), forçou a barra e seguiu pelo lagamar, para onde era o porto dos navios, a ocupar o *Pontal*, não artilhado, nem guarnecido. A terceira divisão, confiada ao capitão Calabar, constava de todas as lanchas, com o maior das tropas de desembarque, em número de mil homens.

Ocupado o Pontal, era chegado o seu turno de obrar. Em vez de enfiar pela barra, defendida pela artilharia dos fortes, ordenou Calabar que as suas lanchas entrassem pela *barratinga* ou aberta, pouco ou nada frequentada, que, meia légua ao sul, havia no recife que aí se estende e forma o porto ao sul do cabo, e foi ocupar todo o terreno na ilha fronteira, entrincheirando-se em um forte que viemos apelidar ora com o nome de *Gijsselingh*, ora com o de *Thysson*, havendo-se dado o nome de *Duss* ao do Pontal.

Tendo o inimigo o pé já assim posto em terra, não parecia empresa fácil desalojá-lo. Tentou-o sem embargo Albuquerque, com o mau fado com que se lançava sempre ao ataque dos postos depois de fortificados. – Com perda de uns oitenta, entre mortos e feridos, compreendendo neste número o capitão de emboscadas Estêvão de Távora, a quem já tantas outras vezes anteriormente haviam procurado as balas, teve de retirar-se.[95]

---

95 Sobre os sucessos do cabo de Santo Agostinho, veja a minuciosa relação de Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 79/83; Laet, *Anais dos feitos da*

Escarmentado com este revés, e ainda com outro em um novo ataque contra o Pontal, que intentou dias depois, contentou-se Matias de Albuquerque de velar à defesa dos fortes de Nazaré e da Barra e de levantar um reduto na praia por onde ia o caminho para o Pontal.

Ocupada, porém, a ilha fronteira, então denominada do Borges, daí veio o inimigo a tentar surtidas contra o distrito da Ipojuca, no qual já havia quinze engenhos de açúcar. Para se opor a estas surtidas, Albuquerque deliberou criar também ali, com auxílio dos reforços que recebeu da Bahia e da Paraíba, companhias de emboscadas, à maneira das que de tanto proveito haviam sido antes.

Quando se soube no Recife que Matias de Albuquerque e muita da sua gente haviam ido para o Cabo, foi intentado um ataque ao Arraial[96]. Na madrugada do dia 30 de março se havia apresentado em frente deste, com uma trincheira feita, o tenente-coronel Byma, e daí começara o bombardeio. Dirigiu, porém, contra ele tão habilmente o comandante do Arraial uma surtida, que o obrigou a retirar-se, com perda de muita gente e munições. Neste acometimento Henrique Dias recebeu uma quarta ferida de bala.

Convencidos os dois comissários que, com mais dois mil homens de tropas, poderiam reduzir tudo à sua obediência, assentaram de passar à Holanda, a fim de aí agenciar pessoalmente esses reforços, por meio da convicção que não se consegue infundir senão de viva voz. Tão felizes foram, que já em fins de outubro estavam de regresso, trazendo consigo o dito reforço, ao mando do polaco

---

Companhia, **2**, 447/448. – (G.).

96 Conf. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 83/84. Henrique Dias ainda não estava de todo são dos mosquetaços recebidos na ação de 8 de setembro de 1633, e com esta eram já quatro vezes que havia sido ferido. – (G.).

Crestofle Arciszewsky, antigo comandante do forte d'Orange na ilha de Itamaracá.

Desde logo foi resolvida a ocupação da Paraíba. A expedição partiu do Recife no dia 25 de novembro, indo encarregado do mando das tropas Sigismundo von Schkoppe e o tenente-coronel Hinderson, e de almirante da esquadra o perseverante Lichthardt.

A Paraíba achava-se então mui bem fortificada[97]. Além de ter guarnecido o forte do Cabedelo, e o de Santo Antônio, do outro lado da barra, se havia levantado na ponta da Restinga, do lado da barra, e cruzando os seus fogos com os dos ditos dois fortes, uma bateria de sete peças, com bastantes munições e bastimentos. Além disso, da barra para o sul e para o norte, bem como no Varadouro e no alto da Capital, havia várias baterias; e para se opor ao ataque nada menos que oitocentos homens estavam sob as armas.

No dia 4 de dezembro se apresentou o inimigo com umas cinquenta barcaças, com uma tropa de desembarque diante do cabo Branco[98] e, ao sinal de içar uma bandeira vermelha, lançava a gente em terra na enseada de Jaguaribe vizinha, à vista do governador Antônio de Albuquerque; o qual, não podendo impedir o desembarque, pretendeu apresentar depois resistência, com forças muito menores

---

97 Em consulta do conselho de estado, em 5 de fevereiro de 1633, houve parecer de que merecia muitos agradecimentos o serviço que Antônio de Albuquerque e os moradores do Paraíba fizeram a Sua Majestade com as contribuições para as obras do forte que se fazia no Cabedelo, à entrada do porto. *Anais do Museu Paulista*, **3**, 2ª parte, 216/217. – (G.).

98 Os sucessos que se referem à tomada da Paraíba são desenvolvidamente tratados, do lado dos portugueses, por Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 88/98, e do lado contrário por Laet, *Anais das feitos da Companhia*, **2**, 437/440, 475/487. – (G.).

e sem auxiliar-se de nenhuma trincheira; mas foi desbaratado, perdendo quinze mortos e vinte e três feridos, e ficando, entre outros, em poder dos contrários Bento do Rego Bezerra. O inimigo se foi logo aproximando do forte do Cabedelo, e já passou a noite meio fortificado com uma guarda avançada mui junto dele.

Antônio de Albuquerque reconheceu que era na guarda dos mesmos fortes que podia pôr a maior confiança, e menos débil se houvera sentido para a defesa se a capital da Paraíba se encontrasse junto ao mesmo Cabedelo, como a Frutuoso Barbosa havia primitivamente sido ordenado pelo rei que a construísse, no regimento que lhe deu. Em uma península defensável, de melhor porto, não dependente das marés e lavada dos ares do mar, ainda em nossos dias seria esse local, onde se vão agrupando grande número de moradores, o preferido para a residência das autoridades e o estabelecimento da alfândega, muito facilmente fiscalizada, se à mudança não se opuserem os mesmos estorvos que Olinda opôs muito tempo à prosperidade do Recife.

Tratou, pois, Albuquerque de reforçar as guarnições dos fortes; a do Cabedelo já o não conseguiu senão de noite, e com grande perigo pela guarda que o inimigo tinha ali emboscada. Com este reforço foi mandado entrar no forte o engenheiro Diogo Pais para dirigir as obras durante o sítio, que se previa como inevitável.

Acudiu também o governador ao forte da ilha da Restinga, e ao de Santo Antônio, que logo assentou ser o mais a propósito para dele passar os socorros aos outros dois.

O inimigo foi avançando para o forte do Cabedelo por três partes, estabelecendo os competentes aproches[99] e baterias. Como do forte da Restinga lhe faziam muito fogo e o tomavam de flanco, resolveu primeiro apoderar-se dele, tarefa que foi incumbida ao major Hinderson, com algumas companhias, em sete barcos e várias barcaças, as quais entraram a barra de madrugada, desembarcaram na extremidade oeste da ilha que então pertencia aos beneditinos[100] e foram investir o mesmo forte da Restinga pela retaguarda, por onde era aberto. Como não havia nessa bateria mais de quarenta defensores, teve de render-se, morrendo vinte e seis, deitando-se alguns à água para escapar a nado. O comandante Pedro Ferreira de Barros, talvez por não saber nadar, tornou-se prisioneiro.

No dia seguinte o inimigo prosseguiu atirando fartamente contra o forte de Santa Catarina ou do Cabedelo, o que não impediu que durante a noite se continuasse mandando alguns socorros e tropas de refresco, conduzindo-se os feridos, para serem tratados no forte de Santo Antônio, onde não tardaram a ter por companheiro o comandante João de Matos Cardoso, ferido nos queixos.

O inimigo seguia com o sítio, arrojando muitas bombas, e a remessa de socorros continuava cada vez mais a custo introduzidos.

---

99 Existe gravada, impressa nessa época em Amsterdã por Claes Jansz Visscher, uma planta do porto e cidade da Paraíba, com todos os fortes e aproches, com o título de *Afbeelding der Stadt en Fortressen van Parayba*. – (A.).

100 A ilha da Restinga, chamada então da Conceição, fora doada em 11 de abril de 1596 por Feliciano Coelho de Carvalho a d. Isabel Caldeira, viúva de Manuel de Azevedo; por escritura *causa dotis* passou posteriormente a Manuel Homem da Silva e, em 22 de janeiro de 1610, por compra, aos beneditinos. – Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **27**, parte 1ª, 122, e tomo **I** desta História, seção XXI, nota 41. – (G.).

Entretanto, chegou à cidade da Paraíba o conde de Bagnuolo, e, convocando ali o governador para com ele conferenciar, foi assentado em que se mandariam, às ordens de Riba Aguero, duzentos e cinquenta homens, que ultimamente tinham chegado pela parte do Cabedelo para inquietar o inimigo pela retaguarda[101]. Quando Riba Aguero se aproximava do forte, no décimo quinto dia de sítio, viu-se já nele arvorada a bandeira holandesa; pois tivera que capitular, depois de cinco dias de privações, e dois sem ter já quem manobrasse a artilharia, desde que fora ferido o novo comandante Francisco Peres do Souto, com uma bala igualmente nos queixos, como o seu predecessor. A guarnição rendeu-se com todas as honras da guerra, saindo com as bagagens, bandeiras despregadas, morrões acesos, bala em boca e toque de caixa.[102]

O sítio do Cabedelo custou aos defensores oitenta e dois mortos e cento e três feridos. O fortim de Santo Antônio, na margem fronteira, resistiu apenas mais quatro dias. O seu comandante Luís de Magalhães, depois de tomado o Cabedelo, representou que lhe faltavam munições e que não contava com os artilheiros, que eram

101 A 10 de dezembro Antônio de Albuquerque teve o aviso do conde de Bagnuolo de que ia socorrê-lo; no dia 14 a tropa castelhana chegava ao mando de d. Fernando de la Riba Aguero, que o conde mandara adiante; no dia 17, Bagnuolo conferenciava na cidade com Antônio de Albuquerque; no dia 22, mandava os capitães Martim Muñoz e Pedro Palomo, com as suas companhias, os quais, antes de entrar no forte, quiseram ver seu estado, de cujo exame resultou não quererem encarregar-se da defesa dele, como se lhes tocasse outra causa senão obedecer. Esses capitães e suas forças eram castelhanas e napolitanas. – Conf. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 91, 93, 95. – (G.).

102 O forte de Cabedelo rendeu-se em 9 de dezembro, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 94; Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 484. – (G.).

ingleses e hamburgueses, e, intimando-lhe o inimigo a rendição, passou a consultar a este respeito ao governador. Quis este ainda aplicar-lhe o único remédio possível, que era tirar-lhe o mando e confiá-lo a outro; porém o novo chefe, achando já a guarnição desmoralizada, não pôde contê-la e foi obrigado a capitular, apenas se viu que o inimigo ia tentar um desembarque. Este forte se entregou com as mesmas cláusulas que o do Cabedelo.[103]

Rendidos os fortes, os moradores reconheceram que a capital não poderia apresentar nenhuma defesa e começaram a tratar de obter do inimigo salvo-condutos; servindo-lhes de intermediário o mencionado Bento do Rego Bezerra, que depois de prisioneiro havia entrado em acomodações com o invasor.

O próprio governador também reconheceu a impossibilidade de se defender na cidade e andou procurando um ponto mais apropriado para fixar um arraial do qual, com auxílio dos moradores, pudesse incomodar o inimigo. Porém, não demorou a reconhecer que nesse empenho não encontraria, entre aqueles, fiéis e decididos auxiliares. O venerável Duarte Gomes da Silveira, um dos companheiros de Feliciano Coelho, que tanto o ajudara contra os índios da Copaoba (atual serra da Raiz), para cujas bandas era dono de uma fazenda de gados, e que tantos serviços prestara no ataque anterior, em que até perdera seu único filho, foi apresentar-se ao inimigo, e vindo depois a Antônio de Albuquerque, este, sem lhe respeitar as cãs, o prendeu, e em ferros ia remetê-lo ao Arraial, quando deveu o ser libertado a

---

103 A 23 de dezembro, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 96; Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 487, – (G.).

uma força holandesa, disposta expressamente para esse fim[104]. Já a intolerância dos seus o fizera à força amigo dos contrários, que lhe deveram muitos serviços durante o seu domínio; felizmente não (como o Calabar) mortes e sofrimentos de compatriotas, mas pelo contrário de tolerância, de mansidão e de paz. Foi por esta ocasião que o jesuíta Manuel de Morais, já sacerdote e confessor, se bandeou com os holandeses[105], e tão deveras que, indo para a Holanda, se fez calvinista e se casou em Amsterdã (VII).

O governador Antônio de Albuquerque, já reconhecendo que de nada podia servir na Paraíba, foi apresentar-se a Matias de Albuquerque, com Bagnuolo e Martim Soares Moreno, que estava de guarnição no Cunhaú.

O inimigo tomou posse da capital da Paraíba e pretendeu mudar-lhe o nome de *Filipeia* no de *Frederica*, em honra do *Stathouder* da Holanda; mas tal nome ficou, do mesmo modo que o primeiro, só no papel. Logo, reconhecendo que lhe resultaria vantagem de não ver a terra desamparada e os engenhos abandonados, continuou a dar salvo-condutos a todos os que os pediam, e até se prestou a fazer uma espécie de pacto com os habitantes, pelo qual lhes assegurava as suas propriedades e o uso livre de sua religião, uma vez que eles se obrigassem a satisfazer os mesmos tributos que antes. Este pacto ou antes outorga, de que se lavrou um apontamento ou certidão em 13 de janeiro (1635), do concedido "aos senhores de engenho,

---

104 Laet, *Anais dos feitos da Campanhia*, **2**, 487, 515. – (G.).

105 É caso a apurar, porquanto o atestado dos serviços prestados pelo padre Manuel de Morais e outros jesuítas, passado por Matias de Albuquerque, tem a data de 25 de novembro de 1635. – Conf. nota 19 desta seção. – (G.).

lavradores e mais moradores da Paraíba" pelos governadores, em nome do Príncipe d'Orange, dos Estados Gerais e da Companhia, serviu como de norma às capitulações, com que se foram depois submetendo outros moradores.

Eis o resumo de cada um dos artigos:

1º Afiançamento da liberdade de consciência e do serviço de culto como anteriormente, com a devida proteção às imagens e sacerdotes.[106]

2º Garantia de paz e de justiça e de proteção contra quaisquer inimigos.

3º Segurança da propriedade, mediante a continuação da paga dos mesmos direitos e alcavalas, não se impondo novos tributos.

4º Concessão de toda proteção aos tratos e negócios.

5º Franquia de passaportes aos que para seus negócios se quisessem ausentar por mar ou por terra.

6º Isenção aos moradores e seus filhos de serem obrigados a tomar armas contra forças vindas da metrópole, permitindo

---

106 O bispo do Brasil ordenou a retirada dos párocos da Paraíba, procedimento que Matias de Albuquerque e Diogo Luís de Oliveira aprovaram, bem como o ouvidor-geral; mas, subindo a matéria à consulta da Mesa da Consciência e Ordens, esta foi de parecer contrário, opinando que o bispo e mais ministros faltaram muito à sua obrigação e deviam por todas as vias e pelos mesmos párocos, ou por outros, tratar de consolar e conservar aquela cristandade. A carta régia de 17 de outubro de 1635 confirmou o voto da Mesa da Consciência, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 67/68. – (G.).

retirarem-se a tempo os que não quisessem ficar na terra, se ela estivesse em risco de ser recuperada.

7º Direito de recorrerem aos tribunais do país contra os próprios governantes, nos casos contenciosos.

8º De terem juiz seu nas questões entre uns e outros, que sentenciasse s*egundo as ordenações e leis portuguesas*.

9º Finalmente de poderem trazer consigo armas, inclusivamente para se defenderem dos salteadores e levantados.[107]

Enquanto esses acontecimentos se passavam na Paraíba, Luís Barbalho repelia dois ataques dirigidos contra o Arraial, no segundo dos quais foi ferido (pela quinta vez) o valente Henrique Dias.[108]

---

107 O documento termina com estas palavras, que tiravam a tantas concessões muito valor: "Estas condições se hão de cumprir de parte a parte. E todos os que as quiserem aceitar serão obrigados de chegar diante dos ditos senhores do governo ou seus deputados a fazer juramento de lealdade e segurança. E os que não quiserem aceitar serão perseguidos e (declarados) rebeldes da paz e quietação". – Conf. *História das lutas*, 119, Lisboa, 1872. – Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 517/518, insere a circular dirigida aos habitantes da Paraíba pelos Estados Gerais, para ficarem sob seu domínio, datada de 26 de dezembro de 1634; consta de doze artigos, ou condições, que se encerram essencialmente nos nove transcritos no texto. – (G.).

108 O primeiro ataque foi no dia 6 e o segundo no dia 26 de dezembro. Luís Barbalho, na ausência de Matias de Albuquerque, governava o arraial. No primeiro, o capitão Pedro de Almeida Cabral, com duzentos homens, destroçou em Apipucos um corpo de quatrocentos holandeses; no segundo, Luís de Avelar, Antônio Bezerra, Henrique Dias e outros quatro capitães, saídos do arraial com suas companhias, derrotaram trezentos holandeses na campina do Brito (várzea do Beberibe). Os três primeiros capitães foram feridos. – Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 98; Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 573 e 614, ed. 1946. – Pedro de Almeida Cabral chegara a Pernambuco em 5 de fevereiro trazendo socorro, Rio Branco, op. cit., 65. – (G.).

Submetida a Paraíba, resolveram os holandeses ocupar todo o território intermédio até o Recife, e foi dessa tarefa incumbido o coronel Arciszewsky, entregando-lhe as forças disponíveis[109], com as quais marchou para o sul.

Foram encarregados por Albuquerque, se não de lhe fazer face, pelo menos de irem pouco a pouco retirando-se com os índios, destruindo quanto não pudessem transportar, primeiro Martim Soares[110], e depois Luís Barbalho, os quais ainda conseguiram apresentar resistência, mesmo que fraca, o primeiro em Muçurepe, e o segundo em São Lourenço e depois na Muribeca, retirando-se depois para junto de Albuquerque. Passou este chefe a entrincheirar-se em Serinhaém, a fim de tratar de conservar assim o único porto que lhe restava, próximo do Arraial. Ao mesmo tempo reforçou quanto pôde o mesmo Arraial, conservando no comando dele a Andrés Marin. Logo depois foi mandado Luís Barbalho a reforçar a fortaleza do Cabo, ficando nela como governador adjunto ao sargento-mor Pedro Correia da Gama, que já aí se achava.

Além destas três paragens, resolveu também Albuquerque fazer ocupar a de Porto Calvo, como chave dos distritos meridionais, donde julgava poder receber mantimentos e socorros. A situação

---

109 Eram três mil homens, segundo Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 99. – (G.).

110 A ordem era que, quando não pudesse pelejar frente a frente, não perdesse as ocasiões que se lhe oferecessem favoráveis e que incendiasse todos os canaviais e todo o pau-brasil, arrasasse todas as plantações que encontrasse, a fim de que o inimigo nada aproveitasse; e que em particular fizesse retirar os índios das aldeias para que se não bandeassem, a exemplo da Paraíba e Rio Grande. Tudo isso foi por Martim Soares e seus companheiros executado quanto possível. Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 99. Para os mais sucessos conexos, veja esse mesmo autor e Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 57, 61, 138, ed. 1946. – (G.).

de Porto Calvo, em uma espécie de península, entre dois rios que nas margens se alagam e empantanam, e cujo istmo se defende até por uma camboa ou esteiro, parecia além disso mui defensável, por meio de uma linha de fortes exteriores, mas necessitava de muitas forças para guarnecê-la. Albuquerque pôde, porém, apenas destacar para aí, às ordens de Bagnuolo, umas companhias do terço italiano, que unicamente serviram a chamar para essa paragem, pátria do Calabar, a atenção deste, e por consequência a do inimigo; de modo que das quatro paragens a que Albuquerque se propôs reduzir toda a defesa, foi justamente esta a primeira perdida.

O almirante Lichthardt, entrando na Barra Grande, soube que Bagnuolo ocupava Porto Calvo; e por sugestões do Calabar, propôs-se a atacá-lo naquela paragem, que o mesmo Calabar conhecia muito.

No dia 13 de março (1635) Lichthardt e Calabar partiram, levando às suas ordens duzentos e oitenta homens.[111]

Bagnuolo apenas fora informado de que barcos holandeses haviam entrado na Barra Grande, desembarcando tropas em terra, começou à pressa a entrincheirar-se na igreja velha da povoação; mas no dia 15, recebendo aviso de que o inimigo se aproximava, destacou, às ordens do capitão d. Fernando de la Riba Aguero, uns quarenta homens para ocuparem um pequeno cerro na vanguarda, mas à vista da povoação. Quase ao mesmo tempo chegava aí Lichthardt e o derrotava, obrigando Riba Aguero, para não cair prisioneiro, a meter-se por uns alagados, e depois por matos e desvios, a fim de ir aonde estava o general Matias de Albuquerque.

---

111 Ofício de Lichthardt e Ridder, de 19 de março de 1635. – (G.). – *Documentos holandeses*, **3**. fls. 128/131. – (G.).

Durante esta primeira escaramuça, o conde, que ficara a meia distância da povoação, com duzentos homens, em vez de ir com eles em auxílio da sua vanguarda, esperou a pé e imóvel para que o inimigo o viesse buscar. E ao começarem os primeiros tiros, o seu sargento-mor, Manchério, também napolitano, montado em um cavalo não costumado a eles, introduziu de tal sorte a desordem nas próprias fileiras que com ela apressou a derrota e fuga de todos e a entrada do inimigo em Porto Calvo, ao passo que Bagnuolo, com a gente que pôde reunir, seguiu para o rio das Pedras, e daí para a Alagoa do Norte.[112]

No Arraial, o inimigo, dirigido por Arciszewsky, começava a apertar o sítio tanto quanto podia. Primeiro se apoderara de um engenho (do Monteiro) que ficava à retaguarda do mesmo Arraial, além de mais dois postos, um na frente a tiro de canhão, e outro que assegurava a sua comunicação com o forte dos Afogados. Daí a dias conseguiu ocupar o outeiro que chamaram "do conde de Bagnuolo", que ficava a tiro de mosquete, e mui provavelmente seria o que está entre os riachos Paranamirim e Água Fria. Aí colocou três canhões, com os quais e com outros que já tinha assentado em um dos portos do Capibaribe começou a ferir vigorosamente.

Passado pouco mais de um mês, o inimigo, à custa de uma refrega, da qual saiu Arciszewsky ferido em um braço, ocupou uma paragem a tiro de pistola do forte, na qual assentou três morteiros,

---

112 Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 532, diz que Bagnuolo fugiu a cavalo na maior disparada e os outros capitães com ele; nem foram perseguidos, porque os contrários, tendo caminhado nesse dia à marcha forçada e combatido logo depois na maior força do calor, se encontravam exaustos. – (G.).

com que logo começou o bombardeio; de modo que foi necessário no forte do Arraial fazer o paiol e hospitais subterrâneos.

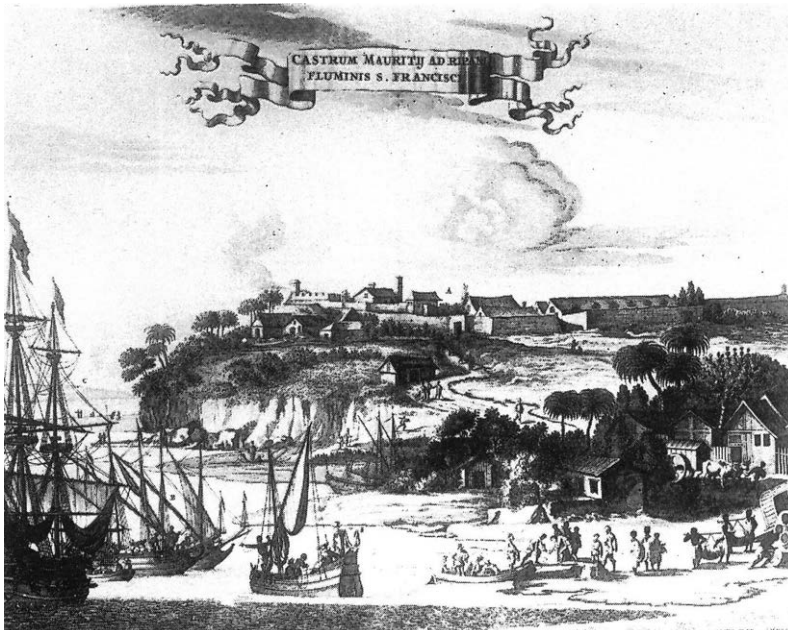
Dentro de pouco, o grande aperto do sítio trouxe aos defensores a inevitável escassez, e logo a completa falta de mantimentos. Para aliviar a fome começaram a fazer-se surtidas, cada vez com mais frequência e mais mortíferas. Por outro lado, dentro do forte, como sucede em todas as praças quando o sítio começa a apertar-se, não havia animal de que se não tirasse partido para alimento. Não só os cavalos, os cães e os gatos, mas até os próprios ratos se aproveitavam. As munições começaram a ficar escassas, e não tardou a faltar a pólvora. Era chegado o momento de propor capitulação. Teve esta lugar, ao cabo de mais de três meses de sítio, no dia 8 de junho, saindo a guarnição com as bagagens e todas as honras de guerra[113]. Além dos escravos e paisanos, eram quinhentos e quarenta e sete praças, que foram entregues à discrição do vencedor, o qual impôs barbaramente, a todos, preços para seu resgate mui superiores aos que eles poderiam satisfazer. O número dos feridos dos do Arraial, durante o sítio, passou de cento e quarenta. Entre os que capitularam encontraram-se o, ao depois famoso, madeirense João Fernandes Vieira e o bravo e fiel Henrique Dias.

A Companhia decretou em honra de Arciszewsky uma medalha de prata, da qual ainda se encontram exemplares na Holanda.[114]

---

113 O assento e condições da capitulação constam de Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 527/528. – (G.).

114 É possível que essa medalha fosse de ouro. A de prata é o exemplar que se encontra no medalheiro da Biblioteca Real de Haia, descrito por Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 189. Tem cerca de 0,07 m de diâmetro; em uma das faces, no primeiro plano, vê-se uma coluna monumental encimada por um troféu

Retrato do Conde Maurício de Nasau Siegen –
Cópia executada por Frans Post do quadro de Pieter Nason.

O forte Maurício de Nassau às margens do rio São Francisco.
Gravura de Frans Post.

Alcácer da Boa Vista (Choonzight) em Pernambuco. Gravura de A. F. Lemaitre.

Seguiu-se a rendição da fortaleza de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho. Dirigiu aí em pessoa o sítio o valente Sigismundo von Schkoppe, primeiro coronel e governador das armas opressoras, tendo o quartel-general no engenho dos Algodoais quase uma légua da mesma fortaleza. Nos dias 11 e 12 de março à noite intentara o inimigo apoderar-se de improviso desta fortaleza: havendo, porém, os defensores repelido os assaltos com denodo, começou a sitiá-la mais em regra, e não empreendeu novo ataque, senão daí a um mês e meio, acometendo um reduto feito nas casas de João Pais Barreto, então um dos mais ricos proprietários do Brasil. Repetiu quinze dias depois, infrutuosamente, outro ataque contra a trincheira d'Água, que ficava a tiro de mosquete da praça. Mas não tardaram os sitiados a ver os agressores forçados pela necessidade. Começaram a sentir falta de mantimentos, e a fome os obrigou ao recurso das surtidas, para buscar o necessário. Destarte pareciam mais fortes justamente quando se achavam nos últimos transes.

Afinal a rendição do Arraial veio precipitar a da fortaleza de Nazaré, que teve lugar perto de um mês depois. Não tanto por que influísse ela para diminuir a força moral dos defensores, como porque o inimigo, com grandes reforços que recebeu das tropas, que tinham sitiado o mesmo Arraial, conseguiu apertar muito mais o

---

e, ao fundo, a fortaleza do Arraial cercada por todos os lados das trincheiras dos sitiantes, tudo circundado por esta inscrição: *Hostibus Hispanis Profligatis Victricem Accipe Laurum*; na outra face vem uma longa dedicatória dirigida a Arciszewsky. Conf. van Loon, *Beschryving der Nederlandsche Historiepenningen*, **2**, 241, Haag, 1726. – (G.).

sítio, reduzindo os sitiados à escassez e à míngua. A capitulação foi assinada no dia 2 de julho[115] em dez artigos que aqui resumiremos:

1º A fortaleza e sua artilharia, vitualhas e munições seriam entregues a Von Schkoppe ou a seus deputados.

2º Os governadores, capitães e mais oficiais, soldados e pessoas de guerra poderiam sair com as insígnias, armas e bagagens, bandeiras tendidas, cordas e caixas temperadas. Vinte escravos se tirariam para se repartirem pelos oficiais, os outros se haviam de entregar.

3º Sairiam também os religiosos com suas mobílias.

4º A infantaria toda, e os religiosos, seriam embarcados para as Índias de Castela, e teriam no caminho bastimentos e ração, como soldados. O capitão de artilharia Lourenço Vaz, condestáveis e artilheiros sairiam como a infantaria.

5º O governador mandaria cinco companhias tomar a entrega de dois baluartes, antes de começar a sair a guarnição.

6º Com os moradores que entrariam na fortaleza antes cercada, não se entendiam estes artigos; e, com suas fazendas, ficariam à ordem do governador e dos conselheiros.

7º Dos seus escravos se trata no artigo segundo.

8º Os indivíduos a quem se achasse alguma fazenda ilícita, ou pertencente aos moradores presentes ou ausentes, não seriam compreendidos nestes artigos.

---

115 Veja Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 535/536. A capitulação foi assinada por Sigismundo von Schkoppe, Pedro Correia da Gama e Luís Barbalho. – (G.).

9º Estes não se entenderiam com os rendidos.

10º O capitão d. José de Soto Ponce de León ficaria por fiador do ajustado, e como em refém.

É de notar que, ainda que em vista da letra do artigo 4º parecia que Barbalho devia embarcar-se, com a guarnição que se rendera, para as Índias Ocidentais, os inimigos o levaram para a Holanda, segundo consta oficialmente por duas cartas régias[116]. A dita guarnição consistia de uns seiscentos homens.

Já não restava a Albuquerque outro recurso senão o de retirar-se de Vila Formosa, do melhor modo que lhe fosse possível. A firmeza com que procurou sustentar-se na fraca posição em que estava, só para com a sua retirada, que todos aconselhavam, não desmoralizar os defensores do Arraial e do Cabo, é para nós o ato desta campanha que mais nos excita por ele a nossa admiração e simpatia. Não abandonou esse posto senão justamente depois de lhe chegar a notícia que a fortaleza de Nazaré havia se rendido. E o mais é que durante os quatro meses que permaneceu em Vila Formosa não deixou de achar-se também a braços com o inimigo, que reunira uma grande força no vizinho engenho da Pindoba. O expediente das companhias de emboscada, que tanto lhe havia aproveitado em outras ocasiões, ainda lhe valeu nesta, prestando de novo mui valiosos serviços o herói índio Camarão. Uma dessas companhias

---

116 Melo, *Biografias*, **2**, 173/174, Recife 1858. – Em princípios de 1637 Barbalho encontrava-se em Portugal; em 31 de janeiro era elevado a mestre de campo, com o foro de fidalgo, hábito de Cristo (8 de maio) e promessa do governo do Rio de Janeiro (30 de maio), com uma comenda de lote de duzentos mil-réis. – Conf. *História das lutas*, 127, Lisboa, 1872. – (G.).

foi a dos Batistas, treze irmãos (de pai e mãe) deste apelido, de que era chefe o mais velho, Manuel[117] – sendo que quase todos se sacrificaram em defesa da pátria.

Albuquerque começou a retirada de Vila Formosa no dia 3 de julho[118]; tomando o mando do distrito Gaspar Van der Ley, que aí se casou e ficou estabelecido.

Agora era de ver aquela marcha de retirada militar: como uma emigração do pátrio lar, deixando abandonados bens, fazendas e parentes. Com efeito, acompanhavam a Matias de Albuquerque muitos dos moradores com suas mulheres e filhas, em quase todas as quais o valor se lhes redobrava no momento do perigo, como tantas vezes sucede às do seu sexo.

Rompiam a marcha, para descobrirem melhor o caminho e os matos vizinhos, somente índios armados que, em ambos os exércitos, exerciam a um tempo as funções de exploradores e de gastadores. Seguiam-se algumas companhias de tropa regular, e logo os moradores, com uns duzentos carros, acompanhados de outros das mesmas companhias. Cobriam a retaguarda, às ordens do Camarão, outros índios, em número de oitenta.

Todos se dirigiram a Porto Calvo, sabendo que esse passo se achava fortificado e guarnecido por uns trezentos e cinquenta defensores às ordens do major Alexandre Picard, que esperava a cada momento ser reforçado, quer de outros tantos, situados da Barra

117 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias,* 103. – (G.).

118 A retirada é descrita por testemunha presencial, como foi Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 113/114. – (G.).

Grande, quer da banda do Cabo, onde, desde que se entregara a fortaleza de Nazaré, deixara de ser necessária a presença de tanta tropa.

No décimo dia de marcha chegava todo o imenso comboio às imediações de Porto Calvo, cujo ataque estava decidido; pois por aí passava o caminho de carros, único que havia para as Alagoas. Talvez nesse lugar houvesse ficado sepultado Matias de Albuquerque, com todos os seus, a não lhe valer então o auxílio de um dos moradores, por nome Sebastião do Souto.

Souto, ao ter conhecimento da aproximação da nossa gente, veio falar com Albuquerque e informá-lo do que havia, oferecendo-se a ajudá-lo e dando-lhe um plano para atacar o inimigo. Souto, ao regressar a Porto Calvo, chegou com reforço de uns duzentos homens o Calabar; e Souto, para o fazer saber a Albuquerque, expôs-se aos tiros dos piquetes ou avançadas, às quais conseguiu atirar uma carta contendo o aviso.[119]

Guiada por Souto, a gente de Picard caiu nas ciladas que armara Albuquerque, o qual mandou sitiar e escalar a igreja velha de Porto Calvo, que o inimigo havia cingido de um parapeito de forma quadrilonga, com estacada e fosso e artilharia nos quatro ângulos.

A desesperação dos atacantes lhes ministrou valor mais que usual e, sem nenhuns auxílios usados nos sítios e escaladas, lançaram-se ao forte, e o galgaram, tomando prisioneiros quarenta e seis do inimigo; havendo conseguido retirar-se uns duzentos, deixando seis peças e muitas munições. Na embriaguez da vitória, os vencedores quiseram perseguir os inimigos, pretendendo também levar

---

119 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 114; Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 538. – (G.).

de assalto a igreja nova, a que se haviam recolhido; mas tiveram que retirar-se com alguma perda. Mais felizes foram, porém, no Varadouro, perto do vizinho rio das Pedras, onde havia um reduto guarnecido de vinte soldados, que logo o abandonaram, fugindo pelo rio abaixo, e depois em outros postos e casas a que o inimigo se recolhera. Foi então que o donatário da capitania, que ali também ia, resolveu mudar no de Bom Sucesso o nome da vila; mas o do Porto Calvo ficou prevalecendo sempre.

Matias de Albuquerque, fazendo logo seguir para as Alagoas os emigrados e os feridos e bagagens, assentou de expor-se ao risco de encontrar-se com forças superiores que o inimigo mandasse, mas não seguir, sem que primeiro capitulasse Picard, nos edifícios a que se refugiara com o Calabar.

No sexto dia de sítio (19 de julho), o inimigo mandou um tambor propondo capitulação[120]. Foi esta admitida, concedendo-se que os estrangeiros sairiam conduzidos à Holanda. O inimigo exigia que na capitulação fosse também compreendido o Calabar; mas, resistindo a isso Albuquerque, foram as condições aceitas, entregando-se, além do major Picard, vinte e cinco oficiais e oficiais inferiores, trezentos e sessenta e sete soldados armados, vinte e sete feridos e enfermos, não passando os sitiantes de cento e quarenta, fora os índios.

A entrega do Calabar haverá sido, sem dúvida, pouco generosa da parte de Picard; mas não foi o primeiro caso, nem será o último,

---

120 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 116; Laet, *Anais dos feitos da Companhia,* **2**, 541. Laet diz que Matias de Albuquerque concedeu quartel a Calabar, mas à espanhola, isto é, enforcando-o e esquartejando-o. – (G.).

de realizar-se o provérbio a respeito do diferente apreço que se dá à traição e ao traidor.

Se da parte dos holandeses teve tal paga, quando já lhes servia mais de carga que de proveito, da parte dos seus compatriotas tinha caído debaixo da espada da lei. Não faltou quem dissesse que o Calabar não fez muito empenho em não ser sacrificado, acreditando estar de Deus que viesse a morrer entre católicos e com todos os sacramentos. Não é, porém, impossível que ele confiasse na frase com que nas condições da entrega se conveio por fim a seu respeito de que "ficaria à mercê d'el-rei", esperançado talvez de ter algum meio de escapar, se em tempo de guerra andassem com ele, de uma parte para outra, à espera de ordens da metrópole.

Submetido a conselho de guerra, este foi de opinião que a única mercê que devia esperar era a de preparar-se a bem morrer, assistido pelo padre frei Manuel do Salvador, autor (com o nome de Calado) do livro intitulado *Valeroso Lucideno* (VIII); e no qual assegura haver-se o mesmo Calabar confessado "com muitas lágrimas e compunção, segundo demonstrava" e "com muito e verdadeiro arrependimento de seus pecados, segundo o que o juízo humano pôde alcançar". Desses pecados o Todo-Poderoso lhe tomaria contas, e com a sua imensa misericórdia poderá tê-los perdoado; porém, dos males que causou à pátria, a História, a inflexível História, lhe chamará infiel, desertor e traidor[121], por todos os séculos dos séculos.

---

121 O historiador do lado holandês, Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasília*, 37, Amsterdã, 1647], foi o primeiro a dar-lhe o justo pago, quando disse; "*Dominico Calabari qui Lusitanos cum à Reglis partibus ad nos descivisset, in arce captus, strangulatusque, jugulo defectionem explavit, et dissectos artus infidelitatis ac miseriae suae testis ad spectaculum reliquit*." Quando aqueles,

Matias de Albuquerque deixou no oratório ao Calabar, confiado aos da retaguarda, mandou enterrar os canhões encontrados no forte (e que não decidiu a levar) em certo sítio junto ao rio: promoveu ao posto de alferes a Sebastião do Souto e começou a marcha para as Alagoas.

Ao cabo do terceiro dia, em 22 de julho, a justiça tirou o Calabar do oratório e lhe deu morte de garrote, deixando o seu corpo esquartejado na povoação[122], que nesse momento abandonava aos holandeses, que já vinham chegando.

Apenas foi justiçado o Calabar, o restante das tropas seguiu para as Alagoas, ainda pelo caminho da costa. Pouco depois entrava o inimigo em Porto Calvo. O seu primeiro cuidado foi tributar as honras fúnebres ao Calabar. Depois publicou bandos convocando os moradores a seus lares; e por fim, à voz de Arciszewsky, seguiu também para o sul, chegando no dia 15 de agosto a Peripueira, dez léguas de distância da Alagoa do Norte, e aí fez alto e se entrincheirou, ocupando deste modo o caminho de Pernambuco para as Alagoas pela costa.

Em 29 de agosto os nossos tinham chegado à Alagoa do Norte, e daí, de acordo com Bagnuolo, haviam resolvido passar à do Sul, mais defensável e mais central para os três portos vizinhos, Jaraguá, dos Franceses e Alagoas.

---

a quem prestou serviços, assim o julgam, não pode julgá-lo menos severamente o historiador nacional – (A.).

122 Manuel de Castro foi igualmente condenado à morte, e o mandou o auditor-geral enforcar em cajueiro, fr. Manuel Calado *Valeroso Lucideno*, 21. Esse Manuel de Castro servia de aguazil ao inimigo em Porto Calvo, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 116. – (G.).

Durante tanto tempo decorrido, se haviam feito de todo prestes e partiam da Espanha as forças que dissemos ficarem-se aprontando. Eram apoiadas por uma esquadra combinada de vasos das duas coroas e da de Nápoles. Vimos onde o rei contava que seria desse novo reforço chefe o herói da restauração da Bahia em 1625, d. Fadrique de Toledo. Esse experto general, porém, declarou que não se comprometia a aceitar o mando, a menos que lhe dessem doze mil homens de tropa de desembarque. Houve então a ideia de nomear-se d. F. da Silva, português, que muito se distinguira nas guerras de Flandres; mas esse novo cabo declinou aceitar o mando, a pretexto de lhe ser estranho o exercício da guerra no aquém-mar. Foi então nomeado d. Antônio y Toledo, marquês de Velada, grande de Espanha, que dera de si boa conta governando Orã. Não podendo, porém, esse chefe partir imediatamente, foi o mando das tropas confiado ao seu imediato d. Luís de Rojas y Borja, que havia militado em Flandres e acabava de ser presidente em Panamá.[123]

Diminuto como era este reforço, se em fins de novembro, ao passar pelo Recife, ataca a esquadra inimiga, seguramente a bate; mas, em lugar de assim o praticar, foi até as Alagoas, a desembarcar em Jaraguá.

---

123 Era homem de alta linhagem, pois, pelo lado paterno, da família do duque de Lerma, tinha o apelido de Rojas e, pelo lado materno, Borgia; acrescentava o título de duque de Ganja e tinha quarenta e oito anos da idade; servira muito tempo em Flandres como capitão, sendo nomeado mestre de campo quando tomaram a ilha de São Martinho; viera agora como general. Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 573. Duarte de Albuquerque dá-lhe cinquenta e dois anos, *Memórias diárias*, 126. – (G.).

Os espanhóis que vinham ficaram aí, e marcharam depois para Porto Calvo; os portugueses, em número de setecentos, seguiram para a Bahia.

D. Luís de Rojas y Borja trazia o posto de mestre de campo general. O conde de Bagnuolo ficaria no de capitão-general da cavalaria (arma que não havia) e da artilharia, que toda se reduzia à que então chegava, isto é, a doze canhões de vários calibres e alguns artilheiros, mandados pelo tenente de mestre de campo general (tenente-coronel) Miguel Giberton, oficial que muito se distinguira nos sítios em Flandres. Vinham também alguns sapadores subordinados a um flamengo chamado André. Para o Camarão mandava o rei o título de Dom[124] que daqui em diante lhe daremos. A Duarte de Albuquerque vinham ordens para que tomasse a seu cargo o governo civil de Pernambuco, de que era donatário, e seu irmão Matias de Albuquerque era chamado à corte.[125]

Deixou este ilustre chefe o exército em 16 de dezembro de 1635, depois de haver militado com tanta constância e firmeza no Brasil, desta vez durante seis anos. O sentimento geral que observou na sua partida serviria de fazer-lhe esquecer alguns desgostos anteriores. Não cobrara jamais ordenados, e conquistava sempre

124 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 121. – (G.).

125 Heitor de la Calce, prisioneiro na batalha da Mata Redonda, interrogado pelos holandeses a respeito dos Albuquerques, se Matias ia preso para Portugal, e que fazia aqui Duarte, respondeu que Matias solicitara, havia ano e meio, dispensa do serviço e só agora obtivera licença; que Duarte não tinha autoridade alguma, a não ser como consultor, sendo todos de opinião que, se o rei se apoderasse da terra, havia de tomar-lhe a propriedade, dando-lhe em compensação alguma cousa em Portugal. Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 575. – (G.).

merecida reputação por sua honradez e prudência. Regressando à metrópole, não foi, porém, gozar de descanso, nem de dias felizes. A *Mesa da Consciência* lhe mandou tirar devassa por todo o seu procedimento como governador, incluindo a perda de Pernambuco, da qual já se achava mais que absolvido pela carta régia de 26 de janeiro de 1631[126]. Foi tirada a mesma devassa pelo doutor Francisco Leitão, agregando-se a ela depoimentos de testemunhas que não descobriam seus nomes, como na Inquisição.[127]

A esquadra em que vinha d. Luís de Rojas passou à vista do Recife, e os holandeses que aí se achavam recearam um desembarque[128]

---

126 Veja a *História das lutas*, 136, Lisboa, 1872. – (A.). – Transcrita nas *Memórias diárias*, 20. – (G.).

127 Da carta régia de 31 de julho de 1640 consta que Sua Majestade vira o sumário da devassa que em Lisboa tirara o Dr. Francisco Leitão das culpas que resultaram contra Matias de Albuquerque na perda de Pernambuco e em razão de outros particulares acerca do seu procedimento no governo daquela capitania, e resolvera que se lhe dessem cargos do que havia nos papéis, que deviam ser remetidos ao juiz dos Cavaleiros para o respectivo processo. Mandava, outrossim, fossem ouvidas testemunhas que assistam em Lisboa, juntando-se cópias dos juramentos de duas outras residentes em Madri, cujos nomes ficavam em segredo, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 237. Com a guerra da restauração, a Coroa portuguesa veio a necessitar da espada do volante general: todos os cargos se desvaneceram, e ele foi elevado a grande e feito conde de Alegrete. – Conf. *História das lutas*, 136, Lisboa, 1872. – (G.).

128 A esquadra espanhola passou em frente ao Recife em 26 de novembro, ao alvorecer; os navios holandeses estavam ancorados no porto e aprontavam-se para a defesa. O almirante da frota castelhana chegou até um tiro de columbina do navio *Fame* e fez sinal por um disparo de canhão; mas, porque encontrasse a maré vazante, não ousou aproximar-se com os grandes navios. "Foi um notável favor de Deus que o inimigo não tentasse mais nada naquela ocasião, pois tínhamos pouca gente e não estávamos preparados", confessa Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 546. – "As Armadas avistaram o Recife, e acharam os holandeses tão desapercebidos, que se o general de Castela

do qual não seria impossível que tivesse resultado o recobrar-se essa praça, então quase desguarnecida, visto que as forças se achavam no sul, na passagem da Peripueira; mas o general d. Lopo de Hozes y Córdova[129] preferiu prosseguir e efetuar com mais segurança nas Alagoas o desembarque dos socorros que trazia, e juntamente o novo governador do Brasil, d. Pedro da Silva, acompanhado de Filipe Bandeira de Melo, a quem, pelos serviços que prestou no desembarque em Jaraguá, nomeou capitão e ouvidor de Porto Seguro.

D. Luís de Rojas, desembarcando no porto de Jaraguá, começou desde logo a trabalhar com a maior atividade. Mandou para a vila de Santa Luzia a artilharia e bagagens que não queria conduzir consigo; dispôs a abertura de um novo caminho para marchar até Porto Calvo, sem passar pela costa, onde o inimigo ocupava o passo da Peripueira, ordenando que seguisse adiante, com vinte homens, a recolher notícias, o alferes Sebastião do Souto.

Antes de empreender a marcha, convocou os oficiais a conselho, e Bagnuolo se opôs a ela; prevaleceu, porém, o voto da maioria, com o qual se conformou. E, deixando a guarda da vila de Santa Luzia a Bagnuolo, com setecentos homens, empreendeu a marcha para

---

se resolvera, como d. Rodrigo Lobo e os mais lhe aconselharam, facilmente pudera, ganhando o Recife, desvanecer todo o dispendioso trabalho que os holandeses haviam feito nesta guerra". Ericeira, *História de Portugal restaurado*, **1**, 59 Lisboa, 1751. – (G.).

129 D. Lopo de Hozes y Córdova governava a armada de Castela e d. Rodrigo Lobo a de Portugal, Ericeira, ibidem, 59. – Veja a *Relación del felice sucesso que ha tenido e1 armada que llevó el socorro al Brasil el año passado de 1635 de que fué por general Don Lope de Hozes y Córdova*, Sevilla, 1636, 2 fls. in-4º, citada na *História das lutas*, 136, Lisboa, 1872. – (G.).

Porto Calvo, em janeiro de 1636, com o restante, que perfazia mil e quatrocentos, fora os índios.

Sigismundo von Schkoppe, que se encontrava em Porto Calvo, ao ter notícia da marcha de Rojas, abandonou às pressas essa paragem; e foi na Barra Grande embarcar para o Recife. Ao mesmo tempo Arciszewsky, informado da marcha de Rojas, vinha da Peripueira em auxílio de Schkoppe, que supunha em Porto Calvo. Se Rojas estava resolvido a empreender um ataque, os seus brios deviam com razão aumentar-se com a retirada de Schkoppe. Assim, pois, deixando quinhentos homens em Porto Calvo, e levando só consigo uns oitocentos, fora a tropa do capitão-mor d. Antônio Camarão, partiu, entendendo que ia tomar o inimigo pela retaguarda, julgando-o na Peripueira.

A instâncias de Martim Soares Moreno, mandou, à boca da noite, explorar os arredores por alguns índios; e o resultado foi saber, daí a pouco, que o inimigo já estava a seu lado e tinha realizado com ele, Rojas, o propósito que a seu respeito levava esse general. Logo ali houve um pequeno tiroteio em que caíram, de um e outro lado, vários mortos, feridos e prisioneiros.

Reconhecendo-se Rojas com forças menores que as do inimigo, julgou, contra a opinião de outros, que menos mal lhe resultava em arriscar uma ação que no empreender uma retirada. Deu, pois, as ordens para o ataque, no dia imediato, 18 de janeiro. O inimigo ocupava certa espessura junto a um bosque, e os nossos começaram o ataque, despedindo tropas para um e outro flanco. O inimigo sustentou vigorosamente as posições que ocupava, até que, notando desordem em nossas fileiras, carregou sobre elas e as pôs em debandada, não podendo contê-las o próprio general

Rojas, que, ao querer acudir-lhes, foi ferido em uma perna; e logo, quando o punham de novo a cavalo, recebia outra bala no peito e caía redondamente morto.[130]

A derrota dos nossos foi tão grande que muitos só deveram o escapar-se a um precipício pelo qual se arrojaram, sem por ele quererem igualmente precipitar-se os vencedores.

Não faltou quem acreditasse, e até escrevesse, que Rojas havia caído vítima de uma bala dos seus próprios soldados – acrescentando que ele assim o julgara ao expirar[131]; mas basta uma ligeira ideia do modo como se passou a ação para se tender a acreditar que as balas que recebeu viriam antes do campo inimigo. Pois ainda quando entre os seus houvesse algum queixoso capaz de vingar-se covardemente, não é provável que procurasse para cumprir seus desejos o momento em que já, como todos os demais, deveria antes cuidar

---

130 Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 33/34, conta que ele e Henrique Teles de Melo retiraram o corpo de Rojas para um mato e o meteram em uma quebrada, coberto de folhas secas para não ser achado; no segundo dia depois da batalha foram os mesmos, por ordem do tenente-general Manuel Dias de Andrada, acompanhados de negros, e transportaram em rede o mesmo corpo que foi piedosamente sepultado junto à casa de fr. Manuel, a uma légua da povoação. – (G.).

131 "...e tendo a cara para o inimigo, eis que vem uma bala de entre o nosso esquadrão, e lhe deu por as costas, e a passou de parte a parte; cahio elle em terra, e logo tornou a se levantar, dizendo: 'Não é nada, soldados, que o inimigo será vencido; me dê o meu cavalo'. E querendo pôr o pó no estribo para cavalgar, disse estas palavras: 'Es possible que esto se me haze estando entre fidalgos portugueses?' E logo caiu estendido em terra morto". – Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 33. – Fr. Rafael de Jesus, *Castrioto lusitano*, 128, Lisboa, 1679, vai nas mesmas águas do seu confrade, quando afirma, não de modo tão positivo, que foi uma bala traidora a que matou o general. – Veja Fernandes Gama, *Memórias históricas da Província de Pernambuco*, **2**, 9, Pernambuco, 1844. – (G.).

de salvar-se. Sabemos que dias antes, na marcha, o general havia feito matarem um índio a tiros de arcabuz, só pela falta de haver saído do caminho a uma roça; excesso de rigor que fora levado a mal por todos os outros índios; mas nem com esta consideração nos atrevemos a admitir, sem muitas provas, propósitos tão infamantes. Demais, a supor que tal assassinato viesse dos índios, não houvera a morte provindo de uma bala, mas sim de uma frecha.

Na referida ação, que se chamou de Mata Redonda, tivemos trinta e tantos mortos e igual número de feridos; contando-se entre os últimos os capitães João de Magalhães e João Lopes Barbalho: o sargento-mor dos italianos Heitor de la Calce virou prisioneiro[132]. Arciszewsky ficou como senhor do campo, e os nossos se retiraram à povoação sem ser perseguidos. Talvez o inimigo se via falto de munições, pois nem sequer voltou ao posto da Peripueira, mas sim à Vila Formosa, deixando entretanto naquele uma pequena guarnição.

Por morte de Rojas, as vias de sucessão que logo se abriram confiavam o mando ao conde de Bagnuolo. Imediatamente este foi avisado e se pôs em marcha, por um novo caminho que fez abrir, pelas cabeceiras dos rios Santo Antônio Grande, Camaragibe e Tatuamunha, mais para o sertão, porém muito mais seco e nivelado que o outro mais à costa, que seguira Rojas, tão cheio de pântanos

---

132 O número dos mortos de nossa parte, além do chefe e dos capitães Sebastião Rodrigues, José de Curt e Jerônimo de Faria, foi de trinta e três; os feridos trinta e oito, com os capitães João de Magalhães e João Lopes Barbalho, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 126. Segundo Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **1**, 573/574, os holandeses tiveram ao todo quarenta mortos, entre os quais o capitão Nicolaes van Velthen e o tenente Robucht de la Noy, e quarenta e um feridos gravemente, que tinham de ser transportados, e quarenta e um que podiam andar. – (G.).

e morros, que dia houve em que se haviam transposto sessenta e seis destes, tão íngremes que alguns cavalos os não subiam.

No dia 19 de março chegou a Porto Calvo; e imediatamente fez avançar alguma força para ocupar a linha do Una, dali dez léguas, com ordens de despachar para a frente pequenas escoltas que tivessem em contínuo alarma o inimigo. A Martim Ferreira, já sargento-mor, ordenou que fosse governar o depósito e quartel que deixara na Alagoa do Norte. Depois mandou a Francisco Rebelo, com quatrocentos e cinquenta homens, dos quais duzentos índios, que igualmente avançasse para arrebanhar os moradores que quisessem reunir-se e assolar e queimar tudo até onde lhe fosse possível. Chegou o Rebelo de improviso a um engenho de João Pais Barreto, no Cabo[133], e aí surpreendeu setenta soldados holandeses, dos quais foram trinta passados à espada, entregando-se quarenta. Em vez de enviá-los desde logo a Bagnuolo, prosseguiu com eles até São Lourenço, cinco léguas do Recife, onde, fazendo alto, se viu a seu turno atacado inesperadamente (no dia 25 de abril)[134], por uma força de oitocentos homens destacada do mesmo Recife e guiada pessoalmente pelo membro do conselho Jacob Stachower, que o bateu e conseguiu libertar os quarenta presos. Este Jacob Stachower[135] se

---

133 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 129; Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 579. – (G.).

134 Ofício de von Schkoppe, de 8 de junho de 1636. – (A.). – *Documentos holandeses*, **3**, fls. 136/138 – (G.).

135 Morava Stachower (Estacour, escreve Calado) no Recife, em umas casas na Rua da Cruz, n[os] 62-64, detrás do Campo Santo, casas que depois passaram a João Fernandes Vieira. Ainda na fachada se vê um busto de Santiago, por baixo do qual se lê (em holandês): "Chamo-me San-Tiago" (*S. Jacob ben ick genaent*). A imagem aludia sem dúvida ao dono primitivo da casa... – (Nota

fizera lavrador, associando a si João Fernandes Vieira, a quem muito favoreceu para chegar este a adquirir grandes cabedais e fazer-se notável na província, como veremos.

E Stachower mandava as tropas que atacavam porque, pouco antes, os cinco indivíduos do Conselho político haviam assentado, a fim de darem as providências com mais prontidão, de se derramarem, com todos os poderes, por toda a extensão que ocupavam, incumbindo-se o mesmo Stachower de seguir as tropas em operações; ficando Ippo Eyssens encarregado do mando desde Itamaracá para o norte; Schott do distrito do cabo de Santo Agostinho até o rio de Jangadas; e Baltasar Wintjes, com Elias Herckmans, do Recife.[136]

A expedição de Rebelo produziu, no entanto, entre outros favoráveis resultados, o de permitir que se lhe reunissem alguns que o desejavam; e neste número entrou Henrique Dias, com sua mulher, filhos e vários parentes; pois, havendo aquele chefe capitulado no Arraial, fora pelo inimigo conservado em liberdade, e aproveitava a ocasião para reunir-se às antigas bandeiras. Quase ao mesmo tempo que o Rebelo invadia até São Lourenço, eram os nossos atacados, sem importantes resultados, nas margens do Una, bem como os que se achavam na Alagoa do Norte o eram pela guarnição holandesa da Peripueira.

---

do autor, na *História das lutas*, 141, Lisboa, 1872). Com as demolições a que procederam para a remodelação do bairro do Recife, em 1911, desapareceram aquelas casas; o busto de Santiago encontra-se hoje no Instituto Arqueológico Pernambucano. – (G.).

136 Veja o relatório sobre a situação das conquistas do Brasil, apresentado aos Estados Gerais pelo conselheiro Servaes Carpentier, datado da Haia, 2 de julho de 1636, in *Documentos holandeses*, **3**, fls. 139/147, no Instituto Histórico. – (G.).

Pouco depois empreendiam-se novas correrias, que chegaram a pôr o inimigo em grandes cuidados e apuros.

Primeiro saiu, com trezentos e cinquenta homens, o capitão João da Silva e Azevedo; mas não foi muito longe, porque não era ele, nem a sua gente, a mais a propósito para semelhantes empresas, e regressaram imediatamente, em virtude de umas grandes chuvas que lhes impossibilitaram as marchas.

Partiram logo d. Antônio Camarão, com uns trezentos índios, e Henrique Dias, já condecorado com o título de "Governador dos pretos", os quais fizeram proezas, chegando até a Goiana; e, ao regressar, defenderam-se, durante dois dias (23 e 24 de agosto), contra mui superiores forças regulares, com que junto a São Lourenço os atacou Arciszewsky. Voltaram a Porto Calvo, daí a três meses e meio, com um grande número de moradores, que preferiram os sofrimentos de acompanhá-los às vexações e tiranias do jugo de um conquistador cobiçoso, as quais já haviam saboreado amargamente. Para tão feliz regresso não deixou de os favorecer outra excursão, que, para o lado donde vinham, ordenou Bagnuolo que fizesse o ajudante Sebastião do Souto, com oitenta homens.

Seguiu-se uma nova excursão de Francisco Rebelo, acompanhado de João Lopes Barbalho e outros.

Ainda que a princípio sofreu Rebelo falta de mantimentos, com maior razão quando dos que levava teve que ir distribuindo com muitos emigrados, vindos de Goiana com d. Antônio Camarão, e que tinham ido ficando exaustos pelos caminhos, não deixou de chegar à Paraíba, e fazer aí grandes avarias ao inimigo e seus engenhos e

roças, matando até a Ippo Eyssens, membro do Conselho que aí governava.[137]

Em auxílio de Rebelo mandou Bagnuolo a Sebastião do Souto, já feito capitão, e ao governador Henrique Dias, os quais, depois de reunidos, foram pelo inimigo encontrados em 17 de novembro, sendo derrotados ao cabo de duas horas de ação.

Recolhidos Sebastião do Souto e Henrique Dias, saíram a outra excursão os capitães Francisco Peres do Souto e Paulo de Parada[138]; mas não passaram da Goiana, onde queimaram vários engenhos.

Seguiu-se uma nova excursão confiada ao capitão pernambucano Estêvão de Távora, que enviou Henrique Dias, com cem homens, até uma légua ao sul do Recife; e outra empreendida pelo capitão Souto e o ajudante André Vidal, que chegaram até a Paraíba, pátria deste último, destruindo a ferro e fogo quanto encontraram, avaliando-se em quarenta mil arrobas o açúcar que incendiaram. Desta pasmosa excursão saíram feridos tanto o capitão Souto, de uma flechada em um braço, como o Vidal de uma chuçada no peito[139]. Este oficial, a quem mais tarde novos méritos chegaram a coroar com os

---

137 Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 595; Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 133. O sucesso deu-se em 16 de outubro. Havia justamente dois anos que chegara a Pernambuco o conselheiro político Ippo Eyssens, Laet, op. cit., 474. Conf. *Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande,* traduzido do holandês pelo dr. José Higino Duarte Pereira e publicado na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 159. – (G.).

138 Mais tarde general da frota do México e depois da artilharia na Catalunha. – (G.).

139 Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 136. – (G.).

louros da vitória e a adornar com a palma do civismo, orçaria então pelos trinta anos de idade, e contava já onze de serviços militares.

A sorte de Pernambuco dependia agora de quem primeiro, Espanha ou Holanda, mandasse uma forte armada com suficientes tropas, para fazer nesta conjuntura um esforço maior.

Bem a reconhecia a corte de Madri; mas todas as suas ordens e recomendações para a cobrança de impostos extraordinários (aliás, muito menores do que os que se votaram em cortes e se decretaram depois da aclamação de d. João IV) excitavam oposição e descontentamentos, e a Junta de Pernambuco (criada em 26 de junho de 1631) nada fazia[140].

Chegou o rei a conceder que vendessem hábitos e mercês[141] aos que prestassem socorros, mas nada valia para obtê-los. Foi

---

140 Por portaria de 5 de maio de 1636 mandou a princesa Margarida que, de preferência a qualquer outra despesa, se ultimasse a partida do socorro para o Brasil até o fim daquele mês, para a qual el-rei tinha mandado tomar os quartéis e ordenados. – J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico,* **II**, pág. 335. – (G.).

141 As cartas régias de 26 de dezembro de 1635, 17 de janeiro e 24 de dezembro de 1636 excogitam do assunto, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 70, 71, 111. A de 12 de novembro de 1636, ibidem, 109/110, deve ser transcrita: "Por parte de Manuel de Sousa da Silva se me deu petição, que irá neste despacho, em razão da dúvida que a Mesa da Consciência e Ordens tem de lhe passar os despachos do hábito de Avis, de que lhe fiz mercê, com obrigação de pagar dois homens por tempo de um ano, para me servirem na guerra de Pernambuco; e porque eu tenho já tomado resolução de que se vos avisou por cartas minhas de 26 de dezembro do ano passado e 17 de janeiro deste presente, acerca de semelhantes mercês que tiverem obrigação de soldados para a guerra de Pernambuco, ordenareis à Mesa da Consciência que nessa conformidade proceda nisso, sem dar lugar a que se dilate mais o efeito delas. Além de Manuel de Sousa e vários outros, cujos nomes não se declararam, obtiveram por esse preço despachos de comendas d. Diogo da Silveira e o desembargador Cid de

estranhado o conde de Miranda, pela irregularidade com que procedia nos preparativos de mar, e nomeado em seu lugar o marquês de Gouveia[142]; mas os descontentamentos cresciam e chegaram a converter-se em motins e em tumultos, entre os quais vieram a dar grandes apreensões os que tiveram lugar em 1637, principalmente em Évora e no Algarve[143], vindo tais tumultos a retardar pelo menos os preparativos de novas forças de socorro de Portugal e a desviar sobre a fronteira deste reino parte das que Castela dispunha para o Brasil.

No meio destas dificuldades foram indicados à corte dois arbítrios, um pelo povo de Lisboa e outro pelo conde do Prado; propondo este que el-rei deixasse a Portugal livre o direito de administrar a sua receita, na certeza de que deste modo o reino não poderia

---

Almeida; mas é de justiça que se diga que a Mesa da Consciência sempre ofereceu escrúpulos em passar tais despachos. O desembargador Cid de Almeida se comprometia a pagar quarenta soldados, *Coleção cronológica* citada, 131. – (G.).

142 A carta régia de 30 de maio de 1637 determinou que, para abreviar-se o apresto do socorro ao Brasil, ficasse o apresto do mar, na falta do conde de Miranda, a d. Francisco de Toledo, e a condução da gente ao marquês de Gouveia, aceitando ele a jornada, e correndo os efeitos da fazenda por uma junta para isso ereta, e ultimando no Conselho o Dr. Francisco Leitão o que a junta resolvesse. *Coleção cronológica* citada, 124. Em carta régia de 4 de agosto do mesmo ano, declarou-se el-rei mal servido pelo atrasamento do apresto para o socorro do Brasil, não se tendo cumprido as ordens dadas na carta antecedente, porque, ainda que o conde de Miranda se encarregasse desse negócio, mostrara desigualdades intoleráveis, pelo que mandou que o mesmo negócio passasse ao conselho, abstendo-se de ir a ele o conde de Miranda e tomando-se conta do negócio nas diversas repartições já nomeadas na carta de 30 de maio, não se perdendo um só minuto de tempo, ibidem, 129. – (G.).

143 A carta régia de 3 de dezembro da 1637 à princesa Margarida refere-se a esses motins, como também a descontentamentos que se pronunciavam no Porto, Santarém e Viana, *Coleção cronológica* citada, 134/138. – (G.).

queixar-se e seria o primeiro interessado a adiantar quanto fosse necessário à recuperação do Brasil, da qual resultaria grande aumento à receita do Reino.

Em 3 de dezembro escreveu o rei uma extensa carta[144] à princesa Margarida, governadora de Portugal, dando-lhe conta de tudo e recomendando-lhe que ouvisse, acerca dos arbítrios que se propunham, o parecer dos tribunais do reino.

Os tribunais foram ouvidos, começando pela Mesa da Consciência. Não vimos os seus pareceres, mas provavelmente seriam, como outros que costumam dar certas corporações que só devem à rotina a sua existência, mais de forma e de palavras banais que de substância e de responsabilidade, como pedia o caso; pois deviam começar por confessar à corte que a razão do descontentamento dos povos era a origem deles; e que os holandeses não os hostilizariam, se tivessem outro rei.

Além de que, no Reino nenhum dos tributos chegavam; porque havia muitos abusos e muitos desperdícios, de modo que, mais que novos tributos, se fazia necessária a instalação de um sistema econômico, começando-se a reforma pelos indivíduos dos próprios tribunais, cujos pareceres se pediam.

Os cargos, principalmente da Fazenda, se proviam mais pela qualidade e influência da parentela dos agraciados do que pela sua capacidade; e nas acumulações havia tanto abuso que alguns mal podiam desempenhar todos os cargos que reuniam; e neste

144 Veja nota anterior. Lê-se também na *História das lutas*, 145/160, Lisboa, 1872. – (G.).

número entrava o presidente da junta do socorro do Brasil, e vários dos seus membros.

Assim, pois, enquanto em Portugal se consultavam os pareceres de tribunais, e as sempre morosas juntas pouco adiantavam, porque de ordinário não fazem mais que assinar o trabalho de um só, que aliás o ativa e apura menos, por isso que não recebe íntegras para si, nem a responsabilidade, nem a glória, e enquanto os povos continuavam descontentes, atribuindo, como era razão, a origem de tantas calamidades à sua união com a coroa de Espanha, os holandeses se mostravam cada vez mais empenhados em que fosse protegida pelos Estados Gerais a nova conquista em Pernambuco; e como povo essencialmente prático, como todos os que são mais afeitos ao mar que à terra, aparelhavam uma esquadra, organizavam um pequeno exército auxiliar e modificavam o sistema de governo da mesma conquista, concentrando toda a autoridade em poder de um só chefe. E esse chefe era nada menos do que um príncipe que, aos mais qualificados dotes de capitão prestigioso, reunia os de prudente juiz e honrado administrador.[145]

NOTAS DA SEÇÃO XXVIII

(Pág. 1080)

A tomada de Pernambuco pelos holandeses foi relatada ao rei por Matias de Albuquerque, em duas cartas de 18 e 22 de fevereiro de 1630. Essas cartas, que ainda não foram devidamente aproveitadas por aqueles que se têm ocupado da guerra

145 João Maurício, conde de Nassau-Siegen. – (G.).

flamenga, copiou-as Capistrano de Abreu de um códice da Colecção Castelo-Melhor, da Biblioteca Nacional, e publicou-as na *Gazeta Literária*, do Rio de Janeiro, ano I, n. 1º, de 1º de outubro de 1883, págs. 17-19, de onde são para aqui trasladadas. A importância desses documentos é incontestável, disse, apresentando-os, o saudoso mestre – principalmente para quem quiser conhecer os sentimentos e o estado de espírito de Matias de Albuquerque naquela sombria crise da nossa história. Como anexo às cartas vem o auto de perguntas feitas a um holandês aprisionado nas primeiras emboscadas que o general português mandou sair.

– Carta de Matias de Albuquerque dirigida a Sua Majestade em 18 de fevereiro de 1630 sobre a perda de Pernambuco, recebida em 29 de abril:

"Em 14 deste mês chegaram sobre este porto setenta naus de holandeses de que as trinta e seis são de oitocentas até mil toneladas cada uma e com o aviso que tive do Cabo Verde, como dei logo conta a V. Majestade, tratei de ir metendo gente de fora, de repartir os postos, e de prover os fortes com toda a pressa a que este aviso obrigava e com a vista desta armada dei rebate, e tratei de assistir em todos os postos. E começando a bater-nos em 15 deste os fortes com cinquenta e quatro naus, e fazendo-se outra esquadra com 16 e algumas lanchas na volta do mar, voltaram logo sobre o rio Tapado, acudi ali com seis companhias de infanteria e três de cavalo. Ao meio-dia, e querendo o inimigo lançar gente em terra onde o não pôde fazer, e se tornaram destes 16 navios a fazer em outra volta em tempo que iam já algumas das naus de sobre a barra entrando por ela, e suposto que tinha encarregado aquela defesa ao sargento-mor deste Estado, Pedro Correia da Gama, como o porto do Recife era a principal cousa que convinha defender, deixei no rio Tapado as ditas seis companhias que aí tinha e duas de cavalo, encarregando esta gente para defensa da tenção das 16 naus que ali intentavam botar gente até o Pau Amarelo a André Dias de Franca, capitão-mor que foi desta capitania, e eu me parti com uma companhia de cavalo a toda a diligência ao Recife e me meti pessoalmente no forte São Jorge, que está na terra, por ser o mais fraco e que maior dano recebia. Com minha presença, se animou a gente de uma maneira que durou a bateria sete horas, afirmando-se que o inimigo tirava de quatro para cinco mil peças, sem em todo o dia poder entrar pela barra, antes recebendo muito dano, e vendo eu às oito da noite o intento do inimigo e a sua força, tratei de socorrer os fortes com mais munições e gente para o dia seguinte. E naquela mesma noite, às dez, me foi tratar de meter oito navios nossos no fundo da barra para que o inimigo a não pudesse entrar e de pôr sobre a barra da parte do norte uma nau para a artilharia defender que por ali não entrassem lanchas, e andando ocupado neste trabalho me chegou aviso de André Dias da Franca do rio Tapado, em que me avisava que o inimigo tinha desembarcado muita gente no Pau Amarelo. Com isto deixando já os navios no fundo da barra, me parti a uma hora depois da meia-noite e cheguei às duas às trincheiras da vila, uma légua do porto do Recife, e mandei juntar a infanteria, que havia vindo a rebate da cavalaria, e os capitães do rio Tapado, que eu amanheceria com eles, porque André Dias por estar velho e doente havia se recolhido; ajuntei mais duas companhias de infanteria, e duas de cavalos e uma tropa de índios e fui marchando na volta da nossa gente, do qual entendi que o inimigo vinha marchando e que convinha i-lo receber ao passar de um rio a que chamam o rio Doce: assim o fiz, formando as oito companhias de infanteria, três de presídio, e cinco da ordenança, quatro de cavalos com que somente me achava, e os índios, e chegando às oito da manhã ao dito rio Doce estava o inimigo da outra parte com quatro esquadrões formados, e 36 bandeiras de infanteria e quatro peças de artilheria. E seriam de quatro para cinco mil homens, e os nossos seriam até mil infantes e duzentos cavalos, e vendo eu a desigualdade

das forças, animei a nossa gente e a retirei de sobre o rio duzentos passos para que em o inimigo começando a passar o rio, lhe dar na sua vanguarda, assim o fiz, e, investindo a nossa infanteria com o inimigo a menos que quarto de hora se me foi a gente fugindo para o mato, e investi então pessoalmente com a cavalaria, a qual também me fugiu, e vendo isto assim, fui tornando a juntar alguma pouca gente que ficou com muito trabalho e persuadindo-os que se pelejássemos não foi possível acabá-lo com eles. Resolvendo-se em que a mais gente tinha fugido e que o inimigo era tão superior que não tinham remédio, mas que se veriam para a trincheira do rio Tapado, que é a meia légua para a vila, e que ali se defenderiam e não deixariam passar o inimigo, viemo-nos para ela e estando ali, começaram a meter-se e fugir para o mato, mandei-os alancear e o fiz a muitos pessoalmente, sendo tão grande o seu medo, e desacordo que antes se deixavam alancear que quererem pelejar, e vendo-me desamparado e só com alguns homens nobres e alguns capitães sem soldados, pareceu que nos recolhêssemos ao primeiro baluarte das trincheiras da Vila e nele nos pusemos a ter o encontro ao inimigo, de maneira que não pôde entrar-nos, e assim se retirou e foi cometendo por cima da Vila, mandei-lhe ao encontro os três capitães de presídios, que lhes resistiram bem com morte do capitão da vanguarda André Pereira Temudo, e enfim os venceu o inimigo, e foi lançando uma marcha de gente por entre os conventos dos padres da Companhia e São Francisco. Mandei-os rebater com uma companhia que havia, a qual também pelejou e foi logo desbaratada, com o que se apoderou o inimigo da Vila e nos foi batendo dela a trincheira, e no baluarte em que estávamos os poucos que éramos, a que passarei certidões, e não havendo já poder fazer-se mais resistência nos viemos ao porto deste Recife, onde eu tinha os dois fortes mui bem providos e o lugar mui bem entrincheirado, e em ele sete companhias reforçadas, e chegando a ele, e começando a animá-los que ali consistia toda a nossa defensão e que tínhamos tudo disposto para ela como convinha, começaram todos a fugir e a deitar-se a nado com tanto desacordo que lhe mandei tirar a artilharia e arcabuzeá-los, e nem isto bastou, afogando-se alguns dos que se lançaram ao rio, que tal era o seu medo, e vendo-me pela manhã sem nenhum soldado desta companhia, me pareceu que convinha pegar fogo a 24 navios em que havia mais de oito mil caixas de açúcar e muito pau de brasil, algodão e tabaco, e assim queimei todas as casas em que havia açúcares, em que haveria mais de outras oito mil caixas e muito pau e tabaco, que tudo valeria bem um milhão e seiscentos mil cruzados, para que o inimigo perdendo as esperanças de tão grande saco, pois era tudo o que havia nesta capitania, se desanimassem seus soldados que viessem cometê-lo e eu pudesse melhor acudir aos fortes, de que fico tratando, e buscando gente para o fazer, animando-os para que me assistam a poder defender e socorrer estes fortes e não deixar fazer saídas ao inimigo; os fortes não são a sustância para resistir como convinha, mas eu lhes assisto com todo o cuidado e trabalho que convém, e creio que todo o possível se há de fazer neles, permitirá Deus ajudar-nos e dar-me gente de ânimo que me assista, porque da presente inda me acho sem ela e empenhado junto aos ditos fortes. E V. Majestade por sua grandeza nos mande acudir com a força que tanto poder há mister, e com a brevidade que convém, e de tudo enquanto tiver vida irei dando conta a V. Majestade pela Paraíba. Guarde Nosso Senhor muitos anos à católica pessoa de V. Majestade como à cristandade há mister. Em 18 de fevereiro de 1630. – Depois desta feita mataram os capitães que trago nas emboscadas cinquenta e três holandeses e me trouxeram três vivos e a declaração de um que melhor se entendeu será com esta, munições, e armas e ferramentas: é mui importante."

– Outra carta de Matias de Albuquerque para Sua Majestade, em 22 de fevereiro de 1630:

"Ontem, quinta-feira, 21 deste mês, à meia-noite, baixaram os holandeses da Vila com 800 homens a escalar o forte da terra, em que se lhe resistiu valerosamente fugindo o inimigo e deixando ali 30 homens mortos, e seis que lhe tomaram feridos, e oitenta mosquetes, e oito escadas e alguns corpos de armas e ferramentas, que tudo lhes ficou; fui logo ao forte abraçar o capitão dele Antônio de Lima e aos mais, e os socorri com a gente que tinha e com o mais que achei, porque ainda estou sem gente. Mataram-nos alguns homens, feriram outros e me deram uma pelourada em um criado e me mataram outro; dos holandeses tomados consta que eles querem se fazer fortes e hão de se senhorear deste nosso Estado."

– *Perguntas que foram feitas neste Recife de Pernambuco a Teodoro, flamengo de nação, natural de Nostradam* [*sic*], *artilheiro do navio* Hormesfort, *preso nas emboscadas em 19 de fevereiro 1630*:

"Disse ele que saiu da Holanda nesta armada de que é de general Lomco (Lonck). Que saíram de Holanda há oito meses contando até hoje 18 [*sic*] de fevereiro, com 20 naus grandes e vieram a volta de S. Antão e de São Vicente, onde estiveram quatro meses, e dali foram ajuntando até soma de sessenta e sete naus que chegaram a esta vila de Pernambuco, sem contar as embarcações pequenas, e diz que na primeira desembarcação que deitaram no Pau Amarelo foram quatro mil soldados e depois desembarcaram outros dois mil mais, que ao todo são seis mil sem a gente do mar; também disse que esta armada é companhia nova que se fez de cinco anos a esta parte para as Índias de Castela e que já está mais rica que não a da Índia de Portugal pelas muitas presas que fizeram de poucos anos a esta parte de ouro e prata em quantidade e que agora não sabe o desígnio que o general tem e que se esperavam cinquenta naus mais." – (G.).

II
(Pág. 1098)

As providências tomadas pela corte constam da Carta régia de 11 de maio de 1630:

"No correio extraordinário, que despachastes em 30 do passado, se resolveu a consulta do Conselho d'Estado sobre o sucesso de Pernambuco; e havendo vista e considerado tudo o que nela se aponta e contêm os papéis que vieram com ela, tocantes a este negócio: em primeiro lugar me pareceu encomendar-vos, como o faço ordenardes que deem a Deus muitas graças pelo que se serve que suceda contra esta Monarquia, em todas as partes; e que se façam contínuas rogativas para que Nosso Senhor aplaque a rigorosa mão, que parece estes últimos anos há mostrado enojada, contra nossos pecados, tão justamente; e o mesmo hei ordenado se faça em todos os meus reinos, por este negócio do Brasil.

"E nem mais nem menos vos hei por mui encomendado velardes, e fazerdes que em todo o Reino se vele, sobre a administração da Justiça, e satisfação dos agravos, e reparo de danos de pobres, castigo de pecados públicos e secretos de assento.

"E ao Bispo Inquisidor-Geral e Conselho da Inquisição, mando também encarregar, por as minhas cartas que com esta vão para eles, que lhes fareis dar, velarem sobre o mantimento de nossa sagrada religião, e exemplar castigo contra os hereges infiéis, com o castigo devido à sua perfídia e o bom tratamento, reparação e favor com os inocentes e fiéis." – J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **4**, 173. – (G.).

III

(Pág. 1099)

Pela carta de 18 de maio de 1630 aos governadores de Portugal, o rei dizia que, sendo necessário procurar-se por todas as vias mandar gente de socorro a Pernambuco, vissem se seria conveniente que aos degredados para o Brasil e para quaisquer outras partes se comutassem os degredos em serviços na presente guerra, à própria custa, J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **4**, 176; por outra carta régia de 28 do mesmo mês e ano, participava-se à câmara de Torres Vedras, e é de supor a todas as demais câmaras do Reino, o projeto de empregar as armadas de ambas as coroas para a restauração e defesa do Brasil, e particularmente de Pernambuco, convocando a mesma câmara a concorrer para esse efeito com algum socorro, ibidem; por outra, de 1 de junho do mesmo ano, determinava-se sobre os prazos das letras que os homens de negócio da cidade de Lisboa pediram se lhes dilatasse, por respeito da perda de Pernambuco, e visto o que ordenaram na matéria os governadores de Portugal, nela se não excedesse o que se fez na ocasião da Bahia de Todos os Santos, ibidem, 177; em outra, de 13 do mesmo mês, ainda sobre comutar os degredos àqueles que os tiverem para algumas partes, e forem servir a Pernambuco, com a declaração que se não usaria desse meio senão quando, tendo-se assentado a gente que se havia de levar, houvesse falta dela, ibidem, 179; três outras de 30 do mesmo mês, sobre a imposição do *real d'água* para socorro de Pernambuco, ibidem, 185 e 186; outra de 16 de novembro, sobre a imposição por dez anos, à cidade do Porto, do *real d'água* para o mesmo fim, ibidem, 199; outra, de 21 de maio de 1631, sobre um empréstimo de quinhentos mil cruzados para a restauração de Pernambuco, ibidem, 202; outra, de 2 de agosto, dando providências sobre o empréstimo referido, ibidem, 214; duas outras, ambas de 19 de setembro, tratam de obstáculos postos ao apresto da armada, ibidem, 225 e 226. Uma refere-se a um motim que houve em Beja, por estar ali Antônio de Oliveira de Azevedo, por mandado da Junta de Fazenda, a fazer leva de gente para a armada do socorro do Brasil, e tendo já alguns soldados, um J. F. de Andrade, filho de Reimão Pereira, e um M. P. de Lacerda, movidos de inveja, ou de outra paixão particular, com outras pessoas, de propósito e assuada, por estorvarem fazer-se a dita leva pelo dito Antônio de Oliveira, saltaram com os soldados que ia levantando, e os feriram e acutilaram, sem a isso os soldados darem ocasião alguma. E não parando aí, um Luís de Melo, parente dos agressores, e que se entendeu fora quem os induzira àquele ato, com outras pessoas de sua parcialidade,

na praça da mesma cidade, sendo ido Antônio de Oliveira pela comarca, lhe deram matracas à sua casa, onde estava sua mulher, com palavras muito feias e de grande desonra, dizendo que não haviam de consentir levantar a dita gente. Aos culpados ordenou-se castigo exemplar. – (G.).

IV
(Pág. 1102)

Segundo Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 30, Martim Soares Moreno, do hábito de Santiago, chegara a Pernambuco em princípios de junho, trazendo do Ceará alguns índios e poucos soldados. Logo que chegou, agregou-se-lhe mais algumas pessoas e foi destacado para o posto que chamavam de Nossa Senhora da Vitória, perto do rio Capibaribe, pela parte que divide a ilha de Santo Antônio, com a frente para dois dos quatro redutos que fizera o inimigo. Brito Freire, *Nova Lusitânia*, 203 e 204, Lisboa, 1675, diz que, "havendo trazido com seus arcos duzentos índios, que eram daquela parte mais alarves, e ele deles o melhor língua, e amado singularmente, o mandaram cometer um reduto, na própria ilha de Santo Antônio, quase a um tiro de canhão deste novo quartel [de Nossa Senhora da Vitória]. Assistiam no reduto quarenta infantes e um sargento, a quem tomou prisioneiro, degolando doze homens, e fugindo os mais assombrados da vista dos índios; que nos primeiros encontros, por causar a novidade maior admiração, reputavam como selvagens, vendo tão ligeiros, e atrevidos, com gesto feroz, despedirem nus imensas flechas, estes horríveis bárbaros, sem mais couros de anta que as suas peles." – Conf. carta de Martim Soares, de 8 de janeiro de 1631, em que dá conta de seus preparativos para ir acudir Pernambuco, passando o governo do Ceará a seu sobrinho Domingos da Veiga, e dizendo que tanto que teve aviso do mal sucesso daquela terra, mandara o socorro de índios que pôde, e sabia que acudiam ao que se lhes encarregava com muita vontade, Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **2**, 258 e 259.

V
(Pág. 1105)

A lenda da morte heroica do almirante Pater é criação dos cronistas fr. Manuel Calado, Duarte de Albuquerque, Brito Freire, fr. Rafael de Jesus, fr. Giuseppe de S. Teresa e outros que os copiaram. Alphonse de Beauchamp, ampliando a frase que o cronista italiano pôs na boca do animoso almirante, inscreveu esta legenda na gravura do frontispício do vol. II de sua *Histoire du Brésil* (Paris, 1815): "*L'Océan est le seul tombeau digne d'un Amiral Batave*!"

Nenhum cronista holandês procurou romantizar o feito: todos o contaram singelamente, como naturalmente se passou. Laet, *Anais dos feitos da Companhia*, **2**, 289, escreveu:

"Travou-se uma renhidíssima peleja e outros galeões vieram em auxílio de sua capitânia *Nosso Senhor,* porém, quis punir os nossos, pois no meio do combate

ateou-se fogo na popa do navio do general Pater e, posto que se empregasse toda a diligência para apagar o incêndio, ele tomou tal incremento, que a guarnição teve de refugiar-se na parte dianteira do navio, e nenhum outro meio de salvação havia senão ser recolhida pelos outros navios.

"Nisto eles se houveram muito mal: não se aproximaram, e o general, tendo estado por muito tempo suspenso de um cabo diante da proa de seu navio, desfaleceu de cansaço e afogou-se. De seu navio salvaram-se poucos, e esses mesmos foram recolhidos pelos espanhóis."

Da *Relação da perda do almirante Pater*, escrita por Jacop Janssen Hes, tripulante da capitânia holandesa, sem data, mas encontrada entre as peças recebidas em abril de 1632, *Documentos holandeses*, **1**, fls. 206 e 207 v., no Instituto Histórico, consta o seguinte: "...abandonado a bordo do nosso navio em chamas, cercado de inimigos, lançamo-nos à mercê das ondas sobre tábuas e paveses, cada qual como melhor pôde; assim também o senhor general Pater postou-se sob o mastro de gurupés para se salvar; mas, estando este mastro ainda em parte ligado pela cordoalha, não era possível permanecer sentado nele por causa da agitação das vagas, e o senhor general afogou-se, e com ele a maior parte da equipagem". Na íntegra pode-se ler essa relação in *Documentos holandeses*, citados, **1**, págs. 81-83. O trecho final merece ser aqui transcrito: "O almirante de Portugal, vendo a maneira vergonhosa pela qual éramos abandonados, fez, então, flutuar uma bandeira branca, em sinal de trégua, e fomos tirados da água e salvos todos juntos, tantos quanto foi possível, e depois fomos tratados da mesma forma que a equipagem do inimigo." – Sobre a batalha naval de 1631, veja a *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 203-221; sobre a morte do almirante Pater, conf. Alfredo de Carvalho, *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **13**, 427-434. – (G.).

VI
(Pág. 1109)

A seguinte nota do autor figura no fim do vol. I da 2ª edição desta *História*, com remissão ao lugar em que vem indicada:

Na 1ª edição da *História das lutas* dissemos, por primeira vez, na pág. 58, como nesta obra repetimos, que os crimes do Calabar, segundo uma de duas testemunhas, que fora nada menos que o sacerdote que ouvira o réu de confissão na hora da morte, haviam sido "grandes furtos", em virtude dos quais o desertor receava ser perseguido "pelo provedor André d'Almeida".

Sem acusar o sacerdote de haver revelado os segredos da confissão, fizemos a devida justiça à consciência do padre, que publicou quanto sabia, doze anos depois de ter sido confessor. Ao cabo desses doze anos, o sacerdote tinha-se convertido em autor, narrava o que tinha por certo, e não cita como o soubera: nem talvez já se lembraria de distinguir o que sabia pelo confessionário de que soubera de outro modo. Mas o que é sem dúvida é que em 1648 o autor fr. Manuel Calado, que, com o nome de fr. Manuel do Salvador, havia sido o próprio confessor do Calabar

em 1635, incluiu estas linhas na pág. 14 do seu *Valeroso Lucideno*: "E a causa de se meter [o Calabar] com os inimigos foi o grande temor que teve de ser preso, e castigado asperamente pelo provedor André de Almeida por alguns furtos graves, que havia feito na fazenda d'el-Rei."

Nunca dissemos que o confessor do Calabar declarara *saber pelo confessionário* quanto nos revela; portanto devemos supor que não seja a nós que se refere o nosso colega Sr. Dr. Macedo, quando, em um seu livro recentemente publicado [*Ano biográfico brasileiro*, **1**, 493 e 494, Rio, 1876], diz: "É também absolutamente inexato que o confessor do Calabar declarara que este, na sua hora extrema de condenado em 1635, confessara ter sido perpetrador daquele crime de furto: é inexato; porque frei Manuel Calado nem o revelou, como se escreveu [quem?], e nem ousaria revelá-lo com escandaloso abuso do confessionário."

Da mesma cor do Calabar era o capitão Domingos Fagundes, a quem fizemos mais justiça que o nosso amigo, o qual nem o menciona no seu livro dos 365 Preferidos. – (A.).

– Calabar era natural de Porto Calvo, onde tinha mãe e parentes; chamava-se sua mãe Ângela Álvares, a quem fr. Manuel Calado entregou os apontamentos de seus haveres e dívidas, que de suas mãos recebera, quando o confessou; passou-se para o inimigo em 20 de abril de 1632, em breves dias aprendeu a língua flamenga e travou grande amizade com Sigismundo von Schkoppe, que foi o padrinho de um seu filho nascido da mameluca Bárbara, Calado, *Valeroso Lucideno*, **14**, 22; Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 116. Foi Calabar batizado a 15 de março de 1610, na ermida do Engenho Velho, no lugar Forno da Cal, em Olinda, o qual fora de Jerônimo de Albuquerque, o velho, sendo seus padrinhos Pedro Afonso Duro e sua filha d. Inês Barbosa, gente abastada, Melo Morais, *Crônica geral do Brasil*, **I**, 26, Rio, 1886; mas parece esse informe pouco fundamentado. – (G.).

VII
(Pág. 1138)

Manuel de Morais, natural da vila de São Paulo, devia ter nascido em 1596, para ter a idade de cinquenta anos que declarou em 25 de abril de 1646, *Processo do padre Manuel de Morais*, in *Revista do Instituto Histórico*, **70**, parte 1ª, 61. Estudou no colégio da Companhia de Jesus, na Bahia; em 1622 ou 1623 acompanhou o provincial do Brasil em uma visita a Pernambuco: em 1630 era superior de uma das aldeias de índios a cargo dos jesuítas. Ao rebentar a guerra, quatro dias depois da perda de Olinda, apresentava-se a Matias de Albuquerque e ia à frente de seus índios, fazendo o ofício de intérprete, ocupar a ermida de Santo Amaro, com ordem de percorrer sempre os matos próximos à vila, assegurando os caminhos que iam ter a ela; depois passou a outra aldeia na ilha de Itamaracá, onde ficou até 1633; esteve algum tempo no Rio Grande do Norte, seguindo daí para a Paraíba, onde em janeiro de 1635 foi aprisionado pelos holandeses. Seus serviços foram louvados na guerra, como já se viu. Remetido para o Recife, mudara o traje de jesuíta e andava vestido

de secular, com trancelim e chapéu, pelo que o provincial da Companhia o houve por despedido. Embarcado para a Holanda, saltou na Paraíba, foi admitido à mesa do governador e escandalizou o velho Duarte Gomes da Silveira por comer carne em Quinta-Feira Santa, enquanto os portugueses que ali estavam apenas comiam queijo e azeitonas. Na Holanda casou-se duas vezes e teve geração de ambos os matrimônios; em Amsterdã teve o encontro com Bernardo O'Brien, a que já se fez referência. Estava O'Brien na cidade, em companhia de um indiozinho que trouxera do Pará, quando deste se acercou um indivíduo, que lhe perguntou: – "A quem pertences?" – "A Bernardo del Carpio" – respondeu o índio. E logo o homem, aproximando-se de O'Brien, deu-lhe um abraço, pôs-se a falar em tupi, declarando seu nome e mostrando-se muito satisfeito pela fortuna de encontrá-la. O'Brien, falando também em tupi, lembrando-se que era domingo, perguntou se já dissera missa e, se ainda não, desejava ouvir a que rezasse. Respondeu-lhe o padre que o tempo de tais cousas já para ele passara, pois nunca mais diria missa. Tal resposta escandalizou o católico irlandês que, dissimulando o desgosto que lhe causara o encontro, ainda conversou algum tempo com Manuel de Morais, indagando das razões de sua estada na Holanda. Dias depois, a 1º de julho de 1635, O'Brien foi preso por ordem do Conselho de Amsterdã. Foi Manuel de Morais quem denunciou sua presença na cidade e o inculpou ao Conselho como a pessoa mais capaz das que se podiam encontrar, sabedora das cousas das Índias ocidentais. A denúncia trouxe ao irlandês os piores momentos, e ter-lhe-ia custado a vida, se o próprio Morais não interviesse.

Em 1639 Manuel de Morais foi denunciado ao Santo Ofício em Lisboa, processado à revelia e queimado em efígie, em auto de fé realizado a 6 de abril de 1642. Em dezembro de 1643 regressou a Pernambuco e pôs-se a negociar com pau-brasil. Ao saber da sublevação dos pernambucanos foi dos primeiros a aderir ao movimento; mas não tardou em ser preso pelo mestre de campo Martim Soares Moreno, que o remeteu ao governador-geral Antônio Teles da Silva, na Bahia, e daí foi enviado para Lisboa, onde respondeu novo processo perante o tribunal da Inquisição, de que conseguiu escapar. Nada mais se sabe a seu respeito desde o dia em que, maravilhosamente, recuperou a liberdade.

Manuel de Morais é figura de relevo nas letras seiscentistas, embora de sua obra extraviada só se conheçam fragmentos através de autores holandeses, e uma *Resposta que deu o licenciado Manuel de Morais a dizerem os holandeses que a paz era a todos útil, mas a Portugal necessária*, etc., impressa por Afonso d'E. Taunay, *Anais do Museu Paulista*, **1**, 119-133.

Sobre Manuel de Morais, veja Oliveira Lima, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, **12**, 331-346; Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 462; Afonso d'E. Taunay, *Anais do Museu Paulista*, **2**, 1ª parte, 7-49. O processo do padre Manuel de Morais, publicado na *Revista do Instituto Histórico*, **70**, 1-165, existe na Torre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, n. 4847, de onde fez extrair cópia Norival de Freitas, em sua sempre louvada missão nos arquivos portugueses. – (G.).

VIII
(Pág. 1153)

"*O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. – Primeira parte. Composta pelo p. mestre frei Manuel Calado, da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa, natural de Vilaviçosa. – Dedicada ao Sereníssimo Senhor Dom Teodósio, príncipe do Reino e Monarquia de Portugal. – Em Lisboa. Com licença da Santa Inquisição, Ordinário, & Mesa do Paço. – Por Paulo Craesbecck, impressor e livreiro das Ordens Militares. Ano do Senhor de 1648."

Publicado nesse ano, foi logo proibido, apesar de todas as licenças, por instâncias do vigário de Itamaracá, que se julgou infamado pelo autor. Vinte anos depois, em 1668, deu-se outra edição, que não é mais do que a primeira, com a simples alteração da folha de rosto e de algumas aprovações e licenças, além do nome do editor, que passou a ser Domingos Carneiro. Da segunda parte do *Valeroso Lucideno* não há notícia, apesar de afirmar-se que o autor a deixara preparada para a impressão. Um manuscrito da Biblioteca do Porto, cópia na Biblioteca Nacional, traz por título: Segunda Parte do *Valeroso Lucideno*; examinado por Capistrano de Abreu verificou o mestre que se tratava de capítulos da *História da guerra de Pernambuco*, por Diogo Lopes de Santiago, já publicada na *Revista do Instituto Histórico*, **38**, **39**, **40**, **41**, **42** e **43**, nas respectivas primeiras partes.

Fr. Manuel Calado, ou fr. Manuel do Salvador, era natural de Vila Viçosa, como declarou no pórtico de seu livro; teria nascido em 1584, para morrer aos setenta anos, em 12 de junho de 1654, segundo afirma Barbosa Machado. Depondo no processo do padre Manuel de Morais, em 26 de março de 1697, declarou-se a idade de quarenta e seis anos, *Revista do Instituto Histórico*, **70**, parte 1ª, 102; mas essa declaração discorda de outras que se encontram no seu próprio livro, principalmente a de ter-se graduado em mestre em artes no ano do casamento de d. Teodósio, duque de Bragança, com d. Ana de Velasco (1603), *Valeroso Lucideno*, 94. Estava em Pernambuco há pouco tempo quando chegaram os holandeses, e foi testemunha da maior parte dos acontecimentos daquela época. Veja Capistrano de Abreu, *Memórias de um frade*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, 47-83.

– As obras de frei Manuel Calado e de Diogo Lopes de Santiago tiveram novas edições pela Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, Recife, 1943-1944. – A primeira foi reeditada das Edições Cultura (Série Brasílica, 5) São Paulo, 1993. – (G.).

Seção XXIX

Governo de Nassau até levantar o sítio da Bahia.

Nomeação de Nassau. Três conselheiros secretos. Conselho Político. Regimento do Governo. Chegada de Nassau. Elogia o país. Como encontra o Recife. Organiza um exército de operações. Marcha para o sul. Bate a Bagnuolo junto a Porto Calvo. Toma esta paragem, capitulando Giberton. Segue até o rio de São Francisco. Erra em não haver prosseguido até a Bahia. Regressa ao Recife, mandando a frota cruzar para o sul. Lichthardt incendeia Camamu e desembarca em Ilhéus. Vota-se Nassau à administração. Falta ao capitulado com os moradores. Enérgico protesto de Duarte Gomes. Melhora Nassau o Recife. Duas pontes. Palácios. Fortificações. Pintores Post e Eckout. Literatos Plante e Barlaeus. Piso, Marcgrav e Ruiters. Escabinos. Escultetos. Brasões a quatro províncias. Ocupação da mina do Ceará. Defende Nassau a liberdade do comércio. Visita os territórios até o Rio Grande. Avança Schkoppe até Sergipe. Bagnuolo se retira à Torre de Garcia d'Avila. Schaap bloqueia na Bahia. Notícias que recolhe. Por elas decide Nassau o ataque da Bahia. Entra no porto. Desembarca. Acode Bagnuolo à cidade. Sítio desta. Ataques malogrados. É levantado o sítio. Recompensas. Considerações.

Alguns grandes inconvenientes que a metrópole holandesa havia notado, pela falta de unidade no governo da sua nova conquista

e a certeza de que tais inconvenientes se fariam mais sensíveis agora que a mesma conquista havia se estendido tanto e ia carecer de maior guarnição e de um maior número de empregados, fizeram nascer na mesma metrópole a ideia de confiar dela o mando a um chefe superior de prestígio, com a autoridade e título de "governador capitão-general e almirante de terra e mar", sendo auxiliado pelas luzes de três conselheiros supremos íntimos, cujas reuniões presidiria, com voto de qualidade em caso de empate. Além deste conselho supremo, haveria outro conselho político, de nove membros, que seriam empregados como auxiliares em vários ramos da administração. Ao pensamento desta nova organização se associou, desde logo, a ideia de que o chefe mais a propósito seria o conde de Nassau, João Maurício, primo do Stadthouder, príncipe d'Orange (I), e de que, como conselheiros secretos, deviam ficar, os dois que já estavam, Ceulen e Gijsselingh, agregando-lhes um novo, Adrian van der Dussen[1]. No dia 2 de agosto de 1636, foi a oferta feita a Nassau, para durar cinco anos[2], com a retribuição de mil e duzentos florins por mês e 2% de todas as presas; e sendo a mesma oferta por ele aceita, tratou-se de redigir, com sua aquiescência, um regulamento para o governo da colônia, constante de noventa e nove artigos, que leva a data de 23 desse mencionado mês de agosto.[3]

---

1 A missão dos conselheiros secretos era acompanhar o governador e, de concerto com os conselheiros políticos então no Brasil, formar o conselho de administração colonial. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 85. – (G.).

2 Ofício de Nassau, de 10 de janeiro de 1641, in fine. – (A.). – *Cartas Nassovianas*, traduzidas do holandês por Alfredo de Carvalho, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, n. **70**, 545/547; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, fls. 260/262. – (G.).

3 *Groot Placaat-Boek* de 1664 P. 2ª pág. 1247. – (A.). – Conf. nota III da seção XXVII. – O regulamento de 23 de agosto de 1636, que substituiu o regimento

Por esse regulamento Nassau foi autorizado a preencher os postos militares quando estivesse em campanha, devendo ser conferidos pela junta ou conselho, por ele presidido, os empregos civis não providos da metrópole.

O conde de Nassau chegou ao Recife em 23 de janeiro de 1637[4]. Alojou-se na ilha de Santo Antônio[5] ou Antônio Vaz; e dez dias depois daí escrevia que encontrara "o país dos mais belos do mundo", e a "situação daquela praça bastante forte e vantajosa".[6]

Ainda então o povoado do Recife, propriamente dito, era mui limitado; e em metade proximamente do seu solar, da banda meridional, não havia nenhuma casa. Estava, entretanto, bem defendido por uma trincheira levantada das últimas casas do lado do istmo,

---

de 13 de outubro de 1629, é o que se pode chamar a lei orgânica do Brasil neerlandês. Nesse se acharam definidas as atribuições do governo supremo colonial e dos mais colégios e autoridades civis e militares, assim como de tudo quanto dizia respeito às relações entre o governo e a Igreja reformada, às autoridades locais, à instrução primária, às terras devolutas, às minas e pedras preciosas, ao modo por que deviam ser tratados os indígenas e os moradores portugueses. Esse regulamento sofreu modificações depois, principalmente pelas instruções de 6 de novembro de 1645, baixadas para os novos governadores do Brasil, nomeados naquele ano. – (G.).

4 Havia embarcado na Inglaterra em 6 de dezembro de 1636, carta de Nassau, em francês, datada de Antônio Vaz, 3 de fevereiro de 1637, impressa por Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 86/87, traduzida e publicada por Alfredo de Carvalho, *Cartas Nassovianas in Revista* citada, **10**, n. 56, 23/24; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, 2. – (G.).

5 A partir de 1606 a ilha de Antônio Vaz passou a chamar-se de Santo Antônio; mas os holandeses, por espírito de seita, preferiam a primeira denominação. – (G.).

6 Carta já citada, de 3 de fevereiro, em francês: "*...j'arrivay icy le 23 suivant* [janeiro] *graces à Dieu, en bonne disposition et tous les autres avec moy, où je fu receu avec beaucoup d'onneur, trouvant le pais un de plus beaux du monde, les affaires et troupes laissés en garnison en estat bon. La situation de ce païs est extremement advantageuse et forte*". – (G.).

e mais adiante pelo forte triangular de São Jorge e pelo do Brum, com seu competente revelim, tendo por avançada o Buraco, então chamado Madame Bruyn. A ilha que hoje constitui o bairro de Santo Antônio tinha, por fora do convento dos capuchos, um recinto de três frentes, com dois baluartes e meio; e, para o lado do palácio atual, o forte Ernesto, abaluartado, com um reduto avançado, e mais adiante o forte ilhado de Waerdenburch, na Asseca. Para a banda da terra firme ou atual bairro da Boavista, estavam mais além de uns alagadiços, três redutos, dos quais o último ia cruzar seus fogos com o forte das Cinco Pontas, denominado de Frederico Henrique. Tinha este, assim como o seu revelim e hornaveque, os fossos aquáticos.

Tomando conta do governo, Nassau não tardou de organizar um corpo de tropas para à frente dele sair a campo. Esse corpo de tropas chegou a subir a três mil soldados, oitocentos marinheiros armados e seiscentos índios e pretos.

Com uma parte desta força, às ordens de Sigismundo von Schkoppe, marchou Nassau por terra até a foz do rio Una, seguindo outra, às ordens de Arciszewsky, embarcada até a Barra Grande. Chegou essa última ao dito porto no dia 12 de fevereiro, e aí esperou que Nassau passasse o Una, dali cinco léguas, no dia 16. No dia 17 as duas tropas, pondo-se de acordo, seguiam para Porto Calvo, onde Bagnuolo se achava em força que não chegava a quinhentos homens.

Soube Bagnuolo muito a tempo que as forças inimigas eram mui superiores[7], e que lhe seria impossível obter sobre elas vantagens

---

7 Nassau dispunha de quase cinco mil homens, ao passo que Bagnuolo não chegava a contar mil e quinhentos, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 138. – (G.).

em uma ação campal. Parecia, pois, natural que tratasse de evitar esta, destacando, como antes, guerrilhas, que fossem pelos sertões incomodar o inimigo e ameaçá-lo pelo flanco e retaguarda[8]. Em vez de seguir esse plano, Bagnuolo propôs-se a defender Porto Calvo, encurralando-se em dois redutos, ficando ele em um e confiando o outro ao comandante da artilharia Miguel Giberton. Por excesso de precaução começou a mandar retirar para as Alagoas alguma roupa e bagagem, com o que contribuiu desde logo a introduzir, entre os seus, certa desconfiança, princípio de desmoralização.

Constando-lhe que se aproximava Nassau com grande força, não se atreveu a esperá-lo com firmeza nas torres em que se entrincheirara; e, a pretexto de mandá-lo reconhecer, destacou a encontrá-lo, às ordens do seu imediato Afonso Ximenes de Almiron, um corpo de mais de oitocentos homens, incluindo os índios do Camarão, em número de trezentos, e a tropa de Henrique Dias, de oitenta. Deste modo nem ao menos atentava os seus, dando-lhes o exemplo de ser o primeiro a afrontar o perigo. Tão cauto se mostrou a esse respeito por vezes o mesmo Bagnuolo, que parecia ou temer as balas, ou julgar a sua vida muito essencial para o êxito da guerra, ou ter falta de valor para tomar sobre si, sem compartilhar com outro, a responsabilidade de qualquer revés.

Avançou Almiron para o lado de onde sabia vir o inimigo. Chegando à margem do Comandatuba, imaginou que ali o conteria, levantando uma estacada, com os flancos apoiados em dois semelhantes entrincheiramentos avançados.

---

8 Foi esse o parecer que deu Duarte de Albuquerque, por pedido de Bagnuolo, que, confiando em sua envelhecida experiência e crendo acertar melhor, fez tudo ao contrário, *Memórias diárias*, 138. – (G.).

À boca da noite apareceu o inimigo, coroando as alturas pela frente, e no dia seguinte, ao amanhecer, depois de observar bem todo o acompanhamento, dispôs-se ao ataque.

Ordenou que os seus muros fossem escondidos pelos matos, contornar os nossos pelos flancos, passando o rio acima e abaixo do acampamento. E, apenas notou que os mesmos índios haviam já introduzido confusão, ordenou ao seu regimento que atacasse pelo flanco esquerdo. A peleja durou muito pouco tempo. Os nossos começaram a fugir pelos montes que tinham à retaguarda e que conduziam à povoação ou ao caminho para as Alagoas, que alguns logo entraram. A maior parte das tropas do inimigo, incluindo todos os marinheiros, nem no fogo entraram; de modo que a sua perda não passou de seis mortos e trinta e cinco feridos[9], sendo a dos nossos muito maior, pois eram fuzilados quando corriam pelo monte acima. Almiron deveu o não perder-se ali de todo aos atos de bravura que praticaram alguns chefes subalternos, como Francisco Rebelo e Henrique Dias. Este último chefe foi nesta ocasião, por sexta vez nesta campanha, ferido de bala, que lhe acertou no punho esquerdo, ocasionando-lhe a perda da respectiva mão, que veio a ser amputada. Francisco Post, que acompanhava a Nassau, eternizou esta vitória do seu herói em um belo quadro, que foi gravado em 1644 e se acha na obra de Barlaeus.

Depois desta derrota, Bagnuolo, em vez de passar a apresentar de novo resistência nos dois postos que de antemão preparara em Porto Calvo, ficou tão acovardado, que resolveu empreender nessa

---

9 Em mais de cento e cinquenta homens avaliou Albuquerque [*Memórias diárias*, 112] a perda do inimigo. – (A.).

mesma noite uma vergonhosa fuga[10] para Alagoas, abandonando um dos ditos dois postos, sem dar nenhum aviso aos que guarneciam o outro, ao mando de Giberton.

Nassau, depois de mandar perseguir até duas léguas a retaguarda de Bagnuolo, fazendo ainda alguns prisioneiros, tomou posse do forte abandonado, cujos três canhões começaram logo a disparar contra o outro. Informado, porém, de que tinha diante de si no outro forte um soldado valente e experimentado, resolveu prosseguir com tento. Estabeleceu uma paralela do lado de leste do forte e, por meio da sapa, foi avançando até o sul dele, cometendo a Schkoppe que avançasse por dentro da povoação, e ao abrigo dela, desde a igreja paroquial, onde estabeleceram baterias de bater; e recomendando a Lichthardt que guardasse a retaguarda, ocupando o ponto de junção dos dois rios que cingem a Porto Calvo.

Ao cabo de treze dias de sítio[11], em 4 de março, Nassau escreveu a Giberton em francês: "Senhor: por saber que sois tão grande soldado, não vos quis render sem assestar primeiro baterias contra vós... Bem conheceis que vos não podeis sustentar... Vosso muito afeiçoado *João Maurício*" (II).

---

10 É a expressão usada por Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasília*, 42, Amsterdã, 1647]. – (A.).

11 Durante o sítio o Inimigo sofreu não poucas perdas. Entre elas foi muito sentida a morte de um filho natural do velho conde Maurício, sobrinho de Nassau, que estava presente, e com quem tinha vindo como capitão de duas companhias. Henrique de Nassau lhe chama Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*. 141; mas deve ser Carlos (Caraus Nassovius), como se vê em Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, 38, Amsterdã, 1647. – Conf. H. Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien*, 80, Haia, 1921. – (G.).

Julgou Giberton dever submeter-se à capitulação, e no dia 6 de março se entregou com as honras da guerra, juntamente com oito capitães, trezentos soldados espanhóis e cento e dez italianos, sem contar os doentes e feridos, os quais todos foram transportados para a ilha Terceira. Com a rendição do forte adquiriu o inimigo sete bandeiras, vinte e dois belos canhões de bronze, além de outros de ferro, quatro grandes morteiros e muitas munições, incluindo quinhentas toneladas de pólvora[12]; pois que nesse local havia Bagnuolo feito reunir todos os depósitos, julgando-o mais defensável, como o teria sido, se não se tivesse retirado, desmoralizando os que deixava sós em presença do inimigo.

Animado por tão fácil vitória, não podia Nassau dar férias a aproveitar-se da estrela para ele que tanto brilhava. Destacando para o sul por terra Sigismundo von Schkoppe, com alguma força, foi ele, com outras, embarcar-se na Barra Grande, de onde passou a desembarcar em Jaraguá[13]; e daí seguiu por terra até o rio de São Francisco, onde chegou em 27 de março.

Aí fez construir no morro que domina a povoação do Penedo (de São Pedro) um forte, a que deu o nome de Maurício, e pela mesma ocasião dispôs que, por meio de outros postos, fosse ocupada a margem do grande rio, que por então escolheu por fronteira das suas conquistas – e ideou colonizar em grande, de modo que, no

---

12 Carta de Nassau, escrita de Porto Calvo, em 8 de março de 1637. – (A.). – *Cartas Nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **10**, n. 56, 24/26, cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, 187/188. – (G.).

13 Em Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasília*. 42, Amsterdã, 1647] se lê erradamente *Sergoae*; porém, mais adiante, ao enumerar os portos, se escreve correto, dizendo-se (no acusativo) *Iaragoam* [ibidem, 122]. – (A.).

prosseguimento dessa ideia ainda, cinco anos depois, teve que voltar de novo a visitar este distrito.

Bagnuolo foi-se retirando ou antes fugindo até São Cristóvão de Sergipe, onde chegou no último de março; nem aí pararia, se Nassau não se houvesse proposto a não estender-se além do mesmo rio de São Francisco, do que muito se arrependeu depois, acusando-lhe mais tarde[14] a consciência que, se tem desta vez continuado a perseguição de Bagnuolo, houvera até chegado a assenhorear-se da Bahia. Em vez disso Nassau, ordenando a retirada para a Holanda do polaco Arciszewsky, ao parecer por não estar com ele em boa inteligência, confiou a Schkoppe a guarda da fronteira de São Francisco e dispondo, por dar alguma ocupação à esquadra, que Lichthardt fosse cruzar para o sul, regressou ao Recife a entregar-se a regularizar a administração do país.

Lichthardt, por sua parte, tratou de fazer aos nossos o mal que pôde. Fez avarias contra vários barcos do comércio da Bahia, passou a saquear e incendiar a Camamu e chegou a efetuar um desembarque na vila dos Ilhéus e a saqueá-la. Com o que, indignados, os habitantes se alçaram, fazendo no invasor atroz carnificina, e obrigando-o a recolher-se aos seus barcos.[15]

---

14 "*Le comte de Nassau après avoir pris Porto-Calvo se reproche de ne pas s'être, porté sur Bahia, comme Annibal à Cannes*", Aug. de Quelen, *Briève Relation de l'Etat Phernambucq,* etc., Amsterdã, 1640, cit., pelo autor, *História das lutas*, 170, Lisboa, 1872 – (G.).

15 Lichthardt desembarcou em Ilhéus em 27 de junho de 1637. No porto estava um navio mercante português, que foi tomado e incendiado. Querendo saquear a povoação sita meia légua acima, os moradores lhe estorvaram como puderam; nas escaramuças o almirante recebeu um mosquetaço em uma das pernas, do que resultou ficar coxo, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 145. – (G.).

Na capital dedicou-se Nassau com empenho aos assuntos do governo, e a fazer prosperar o estado. Conciliando a severidade com a prudência, conseguiu que todos os magistrados e empregados cumprissem com os seus deveres, premiando os bons, corrigindo e estimulando os tíbios e demitindo os incorrigíveis. Destarte restituiu à religião o devido acato, à lei e às autoridades o necessário respeito, e deu a todos tranquilidade e segurança; e procurou assentar as bases da organização de uma nova sociedade livre, formada de elementos diferentes, mas gozando todos de idênticas imunidades. Reorganizou os hospitais, atendeu aos órfãos e despediu os índios, para que fossem cultivar a terra. Igualmente mandou pôr em leilão os engenhos abandonados por seus senhores, alcançando por esse meio a dupla vantagem de serem os mesmos engenhos de novo restaurados, e de ficar ao fisco o valor das vendas.[16]

Aos antigos colonos que se haviam submetido, ou se quisessem submeter, assegurou o maior respeito à propriedade, tanto nos bens, como nos escravos, coibindo, porém, que usassem com estes de rigorosas sevícias.

Empenhado, entretanto, em criar certa homogeneidade no estado, ordenou que tudo se decidisse conforme as leis holandesas; introduziu os pesos e medidas de Amsterdã[17] e proibiu ao clero o

---

16 A venda dos engenhos confiscados rendeu à Companhia das Índias Ocidentais a enorme soma de dois milhões de florins. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 90. Os nomes desses engenhos, como os de seus antigos proprietários e dos compradores, dia, mês e ano das vendas e os preços em florins, constam de anexos ao *Discurso sumário sobre o estado das quatro Capitanias conquistadas de Pernambuco*, *Itamaracá*, *Paraíba e Rio Grande*, traduzido pelo Dr. José Higino Duarte Pereira e publicado na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 139/196. – (G.).

17 As leis holandesas que se referiam ao casamento tornaram-se extensivas e aplicáveis aos portugueses e aos índios. A diversidade de pesos e medidas

prestar obediência ao bispo da Bahia, exigindo que os moradores corressem com os gastos do respectivo culto. Foi então que o velho Duarte Gomes da Silveira (que na Paraíba tanto contribuíra a que os moradores se sujeitassem às capitulações, de quem em outra seção tratamos) levantou a voz, dirigindo, em data de 1º de junho, uma enérgica representação aos Estados Gerais, pedindo-lhes não fossem os moradores obrigados a mais contribuições que antes, e rogando-lhes dessem sacerdotes católicos pagos; pois sem eles não podiam cumprir os deveres religiosos nem gozar da liberdade que sobre isso lhes fora afiançada.[18]

As justas súplicas de Duarte Gomes não foram ouvidas, mas arquivaram-se: e arquivadas permaneceram até nossos dias, e serão por toda a eternidade um protesto contra os quebrantadores da fé pública; protesto ao qual nos associamos a gritos, ao notar que a constância do mesmo Duarte Gomes, de Arnau de Holanda, de Francisco Berenguer de Andrada, de Bernardim de Carvalho e de outros ilustres pernambucanos, em reagir contra a injusta violência, chegou a ser classificada de revolucionária, pelo que o primeiro foi, já octogenário, mandado encerrar no forte do Cabedelo[19] e os demais uns igualmente presos, e outros deportados.

---

dava lugar a grandes fraudes, que Nassau tratou de evitar, adotando definitivamente os pesos e medidas de Amsterdã, Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 89/90. – (G.).

18 Conf. *História das lutas*, 118, Lisboa. 1872. – (G.).

19 Duarte Gomes da Silveira, em carta a Nassau, de 9 de novembro de 1643, refere-se às duras perseguições que sofreu do diretor Ippo Eyssenz, à longa prisão de que só se livrou depois da chegada do conde; atribui tal rigor a querer Eyssens obrigá-lo a dar-lhe por mulher uma sobrinha sua, que pedira em casamento e ele negara, por estar em poder de seus pais, *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 63/66. – (G.).

Queriam os do Conselho que a capital batavo-pernambucana se transferisse para a ilha de Itamaracá, imaginando porventura que ali estaria mais segura contra qualquer ataque[20]. Predominou, porém, contra tal projeto o voto de Nassau, de deixar a sede do governo no mesmo lugar em que estava, na ilha de Santo Antônio, reforçando-a por novas fortificações, e unindo-a, por meio de pontes, ao Recife e ao continente, e construindo mais adiante os edifícios necessários.

Ainda que todas estas obras fossem sendo sucessivamente executadas durante os oito anos de seu governo, para não cortar mais ao diante o fio da narração, nos ocuparemos desde já por uma vez delas e de outros pormenores da administração.

A conclusão das duas pontes, uma da ilha para o Recife, onde ainda se acha, e outra da mesma ilha para o continente, um pouco mais acima do lugar em que hoje se vê a existente, ambas com capacidade para passarem até carros, apresentou na execução, em consequência da rapidez da corrente nas vazantes, dificuldades grandes, que não se houveram vencido a não ser muito ajudadas pelo empenho que nisso pôs Nassau, assistindo pessoalmente às obras e até adiantando fundos para seu acabamento (III).

A parte setentrional da ilha de Santo Antônio (no espaço que hoje ocupa o palácio do governo, o teatro e a praça) reservou Nassau para a sua residência, a que deu o nome de *Vrijburg*. Ficava, como uma espécie de cidadela, separada do resto da ilha por fossos

---

20 Conf. Netscher, *Les Hollandais au Brésil,* 91. Os diretores haviam sugerido a Nassau, quando este partiu para Pernambuco, a ideia da mudança da sede do governo para Itamaracá, mas deixaram-lhe plena liberdade para resolver o negócio como julgasse conveniente. – (G.).

aquáticos, defendida na frente pelo convento dos capuchos já bem fortificado. Todo o dito espaço era ocupado não só pelo palácio de residência, com duas altas torres como de igreja, com frente para o Recife, isto é, para o mar, donde se avistavam na distância de seis a sete milhas e serviam de baliza aos navegantes, como também por um espaçoso quintalão, com ruas de coqueiros ou palmeiras, trazidas já grandes, em número de setecentas, dos arredores; com viveiros para peixes, bananal, pomares de espinho e de outros frutos[21], etc.

Quando Nassau tomou posse do governo, havia na ponta do norte da ilha apenas um pequeno reduto, companheiro de outros três que para o lado de terra faziam como uma linha interrompida, cuja esquerda se apoiava no forte das Cinco Pontas, e ficavam além de uma esguia camboa (que vinha quase desde Palácio até o forte das Cinco Pontas) e vários charcos, que mediavam na ilha desde este último forte até dois grandes revelins, que haviam sido construídos no centro da mesma ilha, ao lado do forte Ernesto.

Nassau reduziu a uma só praça abaluartada todo o espaço desde o mesmo forte Ernesto ao das Cinco Pontas, convertendo em fossos aquáticos a camboa e os charcos que ali havia, aprofundando-os em uns lugares e entulhando em outros, etc.

Além disso, prolongou esse fosso até os Afogados, aproveitando as suas terras para um marachão ou aterro, do lado do mar, que servia ao mesmo tempo de estrada ou caminho público.

---

21 Segundo Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasilia*, 143/144, Amsterdã, 1647], que dá também o número das árvores. – Veja também Calado, *Valeroso Lucideno*, 53 – (A.).

Além do palácio de *Vrijburg*, com frente para o mar e um cais para essa banda, fez Nassau construir outro, com o nome de *Boavista*, com a frente para o continente, e situado à direita do encontro da ponte que para o mesmo continente comunicava. Era um edifício quadrado, com seis janelas por frente, tendo em cada canto um pavilhão que rematava em coruchéu. No centro deste edifício se elevava outro, também quadrado, de mais dois andares, com três janelas de frente em cada andar.

Destarte se viu, como por encanto, durante o governo de Nassau, levantar-se na ilha de Santo Antônio um novo bairro, tendo pessoalmente o mesmo Nassau o cuidado de traçar e alinhar as ruas.[22]

Por todo o Brasil não houvera anteriormente obras tão consideráveis, e tão habilmente executadas; nem podiam encontrar-se para as obras melhores engenheiros do que na Holanda, que à ciência hidráulica deve a existência de algumas de suas províncias. As obras públicas empreendidas levavam em si mesmas o cunho da boa administração; e essas páginas do livro da civilização de um país que primeiro lê o forasteiro eram em Pernambuco todas em abono do chefe holandês.[23]

E não só a arquitetura foi protegida por Nassau, como também a pintura; e de seu tempo são talvez os primeiros quadros a óleo, que do natural se fizeram acerca de assuntos do Brasil, e talvez da América. Francisco Post, irmão do arquiteto Pedro Post, e ambos

---

22 Calado, *Valeroso Lucideno*, 52. – (A.).

23 "A capital do Brasil neerlandês esteve a ponto de vir a ser a rainha do Ocidente, assim como, sob a administração de Koen e seus sucessores, a Batávia chegou a ser a rainha do Oriente", dr. Ludwig Driesen, *Leben des Fürten Johann Moritz von Nassau-Siegen,* 97, Berlim, 1849. – (G.).

filhos do pintor de vidraças João Post, de Harlem, fora um dos que acompanharam a Maurício de Nassau[24]. A ele se devem muitos desenhos de paisagens e marinhas que ornam as obras holandesas contemporâneas, e nas estampas da obra de Barlaeus se vê algumas vezes sua firma. Nos museus da Holanda e nos de Hamburgo, Berlim e Praga, se conservam ainda quadros que pintou, dois dos quais passaram à Baviera e aí se guardam; e naturalmente outras paisagens e esboços se veem na preciosa coleção de uns mil quatrocentos e sessenta desenhos originais do Brasil, que (em quatro volumes) existem na biblioteca real de Berlim, por haverem sido cedidos por Nassau ao Grande Eleitor Frederico Guilherme de Brandenburgo (IV). Também esteve com o mesmo Nassau em Pernambuco de 1641 a 1643 o pintor A. Eckout, irmão do discípulo de Rembrandt. Dele ainda hoje existem vários grandes quadros, dos mais antigos pintados na América, no museu etnográfico de Copenhague.[25]

Da literatura era cultor (não falando de Barlaeus [V], que nunca foi ao Brasil), Francisco Plante, capelão de Nassau e autor de um poema em latim a este dedicado, que depois se publicou.[26]

---

24 Da comitiva de Nassau devia fazer parte Pieter de Groot, filho do ilustre Hugo Grotius, o qual mais tarde se tornou célebre como embaixador das Províncias Unidas nas cortes da Suécia e de Luís XIV. Deixou de partir para o Brasil porque, antes de sua nomeação definitiva, obteve cargo mais importante. – Conf. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 188. – (G.).

25 Citaremos os dois n.123, o 124 e 125, e os n.123 e 140 por ele assinados. Veja o nosso folheto *Em serviço ao Norte da Europa*, impresso em Estocolmo em 1874, pág. 6. – (A.). – No Instituto Histórico existem cópias a óleo de seis quadros de A. Eckout em tamanho reduzido. – (G.).

26 *Mauritiados Livri XII. Hoc est: Rerum ab Ilustríssimo Heroe Joanne Mauritio Comite Nassaviae & in Occidentali India gestarum Descriptio Poetica.* – Lugduni Batavorum [Leyden], Joannes Maire, 1647. – (G.).

Foi, porém, nas ciências que se fizeram mais recomendáveis os serviços prestados pela influência de Maurício de Nassau no Brasil. O seu sábio médico Willem Piso angariara para o acompanharem dois jovens alemães: um matemático, H. Cralitz, e outro botânico, G. Marcgrav. Infelizmente Cralitz faleceu pouco depois de chegar a Pernambuco, e a geografia ficou privada de seus auxílios (VI). É certo que não poucos recebera antes (1630) do cosmógrafo Ruiters, de quem vimos[27] cartas hidrográficas originais em Amsterdã.

Em lugar das nossas câmaras municipais, com seus juízes e vereadores, se instalaram, desde 1636, em todas as vilas, com analogia ao que tinha lugar na província de Holanda, câmaras de escabinos[28]. O número destes parece que variava, segundo a importância das povoações, de três a nove, e cada uma das duas nacionalidades portuguesa ou holandesa, em separado, tinha igual número, sendo, porém, ordinariamente holandês o esculteto que presidia; o que dava sempre a maioria em favor dos dominadores. O esculteto era

---

27 Em 2 de setembro de 1853. – (A.).

28 As câmaras de escabinos eram eleitas anualmente por eleição de três graus. O consenso de justiça elegia os eleitores, estes organizaram as listas dos indivíduos aptos para serem membros das Câmaras, e sobre essas listas o conselho supremo escolhia os escabinos. Segundo fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 68, essas câmaras deviam conter quatro juízes portugueses e quatro flamengos. Das atas da assembleia-geral convocada por Nassau, *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 31, 173/238, constam os nomes dos escabinos por câmara ou jurisdição que representavam. A assembleia reuniu-se de 27 de agosto a 4 de setembro de 1640 e era constituída não só dos escabinos mas também dos moradores de todas as freguesias. Compareceram cinquenta e cinco portugueses dos mais nobres e graves. As proposições que aprovassem seriam havidas por lei e inviolavelmente guardadas. Foi a primeira assembleia legislativa que funcionou neste hemisfério. Trechos do relatório do Dr. José Higino Duarte Pereira, in *Revista do Instituto Histórico*, **49**, parte 2ª, 196. – (G.).

a autoridade executiva, ou delegado da administração, promotor público do lugar e ao mesmo tempo exator da fazenda.

Fiel às tradições da Europa, em que tinham tomado tanta parte os seus antepassados, deu Nassau brasões d'armas a todas as províncias dependentes do seu governo, como antes praticara a Espanha com todas as capitanias e províncias da América, que colonizara. A província de Pernambuco era representada por uma donzela, com uma cana-de-açúcar na mão direita, vendo-se em um espelho, que sustinha a mão esquerda. Itamaracá, terra proverbial de boas uvas no Brasil, tinha três cachos delas; a Paraíba, já famosa pela bondade de seu açúcar, contava dele seis pães; e as campinas do Rio Grande do Norte eram simbolizadas por uma ema[29]. Estas concessões, cujo alcance não pode ser porventura apreciado pelo vulgo, tinham origem em pensamentos elevados, de representar também o país na arte heráldica, a qual se reduz a uma linguagem hieroglífica e simbólica, que fala ao coração e que por todos os homens civilizados é entendida, qualquer que seja a sua língua.[30]

Entregue se achava Nassau a fazer prosperar a capital, e tinha já reconhecido a vantagem de ter para todas as obras grande número de

---

29 Complete-se esta notícia com a que escreveu Alfredo de Carvalho na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **11**, n. 63, 574/586, sob o título *Os Brasões d'Armas do Brasil Holandês*, com as respectivas estampas. Além dos brasões das quatro capitanias, Nassau instituiu um outro para uso do conselho supremo, compreendendo aquele em quartéis e encimado pelo brasão das Províncias Unidas, tendo no centro o símbolo da Companhia das Índias Ocidentais. – (G.).

30 Sem mostrar nenhumas saudades de que se votassem ao esquecimento esses brasões impostos pelo domínio estrangeiro, não podemos deixar de sentir ver abandonados os da pomba da *Arca e flechas do martírio*, concedidos por decretos às nossas duas primeiras cidades, substituídos até nas obras de arte pelas prosaicas palavras: BAHIA e RIO DE JANEIRO. – (A.).

africanos, quando recebeu um aviso de Nicolau Van Ipern[31], comandante da colônia holandesa Nassau, na costa da Mina, prevenindo-o da facilidade com que, mediante alguma força que fosse de Pernambuco, poderiam fazer-se donos do castelo de São Jorge da Mina.

Resolveu-se Nassau a tentar esta conquista, e cometeu o êxito dela ao coronel van Koin, confiando-lhe o mando de oitocentos soldados e quatrocentos marinheiros, em nove barcos, que se fizeram de vela em 25 de junho de 1637.[32]

Fica a fortaleza da Mina em um pontal, entre o mar e um rio que se mete pela terra dentro. Dirigiu-se van Koin contra a fortaleza[33], apresentando-se do lado do norte além do rio, ocupando aí um cerro, chamado de Santiago, donde fez disparar alguns tiros, e logo intimou ao governador que capitulasse.

---

31 Assim se lê este nome na trad. alemã de Barlaeus. No original latino se lê *Iprensis.* – (A.).

32 Com o coronel van Koin ia o sargento-mor Johan Goodlat, chamado *Bongarçon*, como se lê no *Discurso sumário sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 178. – *Buen Garçon* é o nome do sargento-mor, segundo Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 146, onde se veem também as nomes dos capitães Balet e Malbur (Malburgh), que acompanharam a expedição. – (G.).

33 Havendo desembarcado perto do castelo, encontrou van Koin forte resistência oposta por negros armados, que atacaram furiosamente suas tropas, chegando a cortar as cabeças a um tenente e aos cinquenta escopeteiros que marchavam à frente; carta de Nassau, de 15 de novembro de 1637, in *Cartas Nassovianas*, na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **10**, n. 56, 26/28: Studart, *Documentos para a História do Brasil,* **3**, 54/56; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, fls. 190/191 v. – Conf. Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia,* 59, Amsterdã, 1647; Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 91. – (G.).

A praça era fortíssima e tinha os fossos abertos em rocha; mas o covarde governador não apresentou nela a menor resistência e logo capitulou, esquecendo-se do exemplo que lhe havia dado, no fim do século anterior, o seu predecessor d. Cristóvão de Melo, quando com só oitenta praças havia resistido a quinhentos holandeses. "Se em vez disso", diz Nassau, "ele se houvesse deitado a dormir, a praça não seria tomada, e os sitiantes, obrigados pelas doenças, se haveriam retirado em paz!"[34]

Não conhecemos o nome do comandante, nem nos interessa averiguá-lo. Os que o cheguem a conhecer o estigmatizarão como convém para opróbrio de tanta covardia. A capitulação efetuou-se no dia 29 de agosto do ano supramencionado.

Um resultado tão feliz, e tão facilmente alcançado, provocou em Nassau estímulos a aventurar-se a uma nova conquista: a do Ceará. Deram azo a ela os oferecimentos que dali lhe mandou fazer, por emissários, um principal por nome Algodão, naturalmente a isso reduzido por vários índios que, levados da baía da Traição[35]

---

34 Carta de Nassau, de 15 de novembro de 1637, citada. – "Foi grande ali a perda da reputação de nossas armas, que tão gloriosas floresceram nos tempos em que ganharam com incrível valor o que nossa desdita agora deslustra e perde", comenta com eloquência Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 146. Por esse autor a data da partida da expedição é 8 de julho, o que não está certo, e o nome de seu comandante vem deturpado em João. – (G.).

35 Refere-se ao desembarque naquela baía de cerca de seiscentos homens da esquadra do almirante Boudewijn Hendrikszoon, com os quais entraram em relações os índios da Paraíba. Matias de Albuquerque mandou forças de Pernambuco para desalojar os holandeses, que à sua aproximação reembarcaram; os índios comprometidos foram acossados por Francisco Coelho de Carvalho, ajudado por Antônio de Albuquerque e Francisco Gomes de Melo, capitães da Paraíba e do Rio Grande. – Conf. seção XXVII, pág. 327. – (G.).

à Holanda em 1625, haviam sido, já com essas miras, deixados em terra (no Ceará) em 1636. Para com a Companhia, pretextou Nassau as vantagens que dessa conquista resultariam, fornecendo não só âmbar como sal, gênero este que tinham de ir buscar a uma das ilhas de Cabo Verde.[36]

Reduzia-se então o Ceará a uma pequena colônia, à margem direita do rio do mesmo nome, não longe de sua foz (no local ainda chamado *Vila Velha*, quase duas léguas ao poente da capital de hoje) assente em um campo à borda do mato. Não passava de uma igreja, e, além dos índios, uns vinte soldados, que faziam guarnição[37] de um forte quadrado, com quartéis e armazéns dentro, flanqueado por dois pequenos baluartes, também quadrados, nos dois ângulos diametralmente opostos.

Foi confiada esta nova expedição ao major Joris (Jorge) Garstman, levando consigo unicamente duzentos homens, força por certo mais que suficiente.[38]

---

36 Na carta, já referida, de 16 de novembro de 1637, in fine, Nassau apontava tais vantagens para justificar a conquista do Ceará perante os diretores da Companhia. "É um lugar", escrevia, "onde se encontra o âmbar gris, e também grande quantidade de sal, de sorte que, se Deus nos der esta praça, os nossos navios não terão que ir carregar sal nas Índias Ocidentais, mas encontrá-lo-ão no nosso país". Aliás, na Holanda já devia ser conhecido o proveito que podiam esperar do Ceará pelo relatório de Gedeon Morris de Jonge, entregue em Middelburg em 22 de outubro de 1637, *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 241/242; Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **3**, 45. – (G.).

37 "*Paucorum incolorum, qui arcem ipsam tenebant*", Barlaeus. – (A.). – *Rerum per octennium in Brasilia*, 67, Amsterdã, 1647. – O forte de São Sebastião, que ali existia, era comandado por Bartolomeu de Brito e defendido por trinta e três homens, Studart, *Datas para a História do Ceará no século XVII,* 14. – (G.).

38 Garstman levava consigo o capitão Hendrik Huss com cento e vinte e seis homens e mais vinte e cinco índios do Ceará, todos embarcados nos navios *Brack e Camphaen*, Studart, op, et loc.cit. – (G.).

Partiu Garstman do Recife em 14 de outubro, e a 25 e 26 chegou ao seu destino. Depois de haver dado aviso ao principal Algodão (a quem os seus apelidariam provavelmente *Maniú*) e reunindo-se--lhe este, com duzentos dos seus, depois de vigorosa resistência e perdendo alguns, deu o assalto, fazendo prisioneira a guarnição.

Em 1637 resolveu a Companhia reassumir a si, por monopólio, todo o comércio do Brasil.

Empenhou-se Nassau quanto pôde para que o mesmo comércio se declarasse livre, a fim de que melhor se fomentasse o crescimento da população, sem prejuízo notável imediato da mesma Companhia, que para o futuro poderia solidamente indenizar-se de tudo, quando Pernambuco já estivesse mais rico e robustecido[39]. Nesse empenho fez-se apoiar em representações dos moradores, sendo mui notável uma (de 5 de dezembro) da Câmara de Olinda; porque nela se insiste não só nas vantagens para a Companhia de conceder ela a dita liberdade de comércio como todas as demais liberdades, exceto só a de receberem mais judeus, aos quais preferiam que não se lhes concedesse na colônia, como sucedia, mais larguezas e direitos do que gozavam na própria Holanda. A questão foi resolvida definitivamente em 1639, sendo o comércio declarado livre e ficando somente à Companhia o monopólio do pau e dos escravos e munições.

39 Nesse sentido é a longa carta de Nassau, datada de Antônio Vaz de Pernambuco, 16 de janeiro de 1638, *Cartas Nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **10**, n. 28/34; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, fls. 192/198. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 93, cita outra de 7 de março de 1638, que não se encontra naquelas coletâneas. – (G.).

Para melhor convalescer, depois de uma violenta doença[40], empreendeu Nassau uma viagem para o norte e foi visitar a Paraíba e o Rio Grande. Aqui recebeu a vários enviados dos índios, que o mimosearam com um presente de suas armas e ornamentos de penas. Na Paraíba, onde pusera de governador o ilustrado Elias Herckmans, conhecido na república das letras[41], e que depois (1641) viajou o sertão chegando a terras da comarca atual do Brejo d'Areia, mandou reparar o forte do Cabedelo, ordenando que, em honra do nome de sua mãe, se ficasse chamando Forte Margarida.[42]

Entretanto, não deixavam de passar algumas novidades pelo sul, além do rio de São Francisco.

Como Bagnuolo, durante sete meses que permaneceu na capital de Sergipe, não deixava de mandar por capitães de emboscadas

---

40 Durante mais de três meses esteve Nassau seriamente doente das febres do país, Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 94. – (G.).

41 Sobre Elias Herckmans veja *Um poeta aventureiro* – Elias Herckmans (1596-1644) por Alfredo de Carvalho, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, 356/364. É autor da utilíssima *Descrição geral da Capitania da Paraíba*, escrita em junho de 1639, publicada primeiro na *Kronich van het Historich Genooststchap Gevestigd te Utrecht,* 1869, traduzida e impressa pelo dr. José Higino Duarte Pereira na *Revista do Instituto Arqueológico*, **5**, n. 31, 239/288. Contém essa memória valiosas informações sobre a topografia, riquezas naturais e populações indígenas daquela capitania. Suas etimologias tupis foram estudadas por Teodoro Sampaio, na *Revista* citada, **11**, n. 60, 30/36. – (G.).

42 Não de sua irmã (à *sororis nomine*), como diz Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasilia*, 74], seguido por Southey [*History of Brazil*, **1**, 548 Londres, 1810]. – (A.). – *Da descrição* de Elias Herckmans, ubi supra, 240, é o seguinte trecho: "O rio Paraíba tem na entrada sobre a margem meridional ou à mão esquerda uma ponta chamada *Cabedelo*, onde existia no tempo do rei um fortim com o nome de Santa Catarina; mas, depois da nossa conquista, fez-se dele um grande forte, a que se deu o nome de *Margaretha*" (Margarida). – (G.).

inquietar de contínuo por essa banda os holandeses, resolveu Schkoppe reunir as forças que tinha dispersas e, à frente delas, em número de mais de três mil, começou a avançar para Sergipe. Bagnuolo, que apenas teria então uns dois mil homens às suas ordens, julgou preferível retirar-se precipitadamente, e não foi parar, com as suas tropas, senão na Torre de Garcia d'Ávila. E pouco depois, seguiu com todas as tropas para a mesma Bahia, a fim de defendê-la contra a agressão que se lhe preparava.

Pelo mesmo tempo[43], o valente capitão de mar Schaap, que com vários navios vigiava a costa, encontrou alguns barcos espanhóis, pela altura da mesma torre, um pouco mais ao sul, e conseguiu capturar um, no qual apreendeu importantes correspondências em que se relatava o estado em que ficava Portugal, a oposição aos novos tributos, os tumultos de Évora, o descontentamento de todo o Alentejo[44] e Algarve, as apreensões da corte, em guerra com a França, e até se dizia que havia temores de favorecer-se muito o Brasil, para que com isso Portugal não se enriquecesse e se tornasse forte, e que, estando já preparada uma esquadra, que devia ser comandada pelo conde de Linhares, havia este sido envenenado, etc.

De todas essas notícias era Nassau informado apenas regressava ao Recife. Logo soube que Schkoppe havia entrado em São Cristóvão, capital de Sergipe, no dia 17 de novembro, e que a retirada

43 Fevereiro de 1638, Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 94. – (G.).

44 *Alantael et Algarucensium* escreve Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasilia*, 75]. A adulteração na primeira destas palavras, que se refere à província transtagana, obrigou ao intérprete alemão a pôr Antlea, sem ligar a esta palavra nenhuma ideia. – (A.). – Sobre os tumultos em vários lugares de Portugal, por causa das imposições, veja a nota 143 da seção anterior. – (G.).

de Bagnuolo havia sido censurada pelo governador da Bahia, de modo que esses dois chefes estavam em completa desinteligência.[45]

Em presença de tantas circunstâncias favoráveis, Nassau, que já sentia sobre a consciência como um peso de não haver desde princípio perseguido Bagnuolo até tomar a Bahia, assentou que a sua boa estrela o não desampararia na ocasião, ao parecer ainda mais propícia que agora se lhe apresentava.[46]

Convenientemente preparadas as tropas e a esquadra, fez-se de vela das águas do Recife no dia 8 de abril, e tão favoráveis lhe sopraram os ventos que, daí a seis dias, se achavam todos os seus navios em frente da Bahia.[47]

---

45 Confessa Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 150, que, com a chegada de Bagnuolo à Vila Velha, começou a haver alguma confusão sobre as ordens e guardas que os da Bahia faziam fora da cidade; mas logo acomodou-se isso, de modo que alternavam de quinze em quinze dias o serviço a uma e duas léguas junto ao mar, para a parte de Itapuã, ao norte da Barra. O santo para toda a guarnição era dado uma noite por Pedro da Silva, outra por Bagnuolo. Apesar disto, não faltaram motivos para alterar a ordem e ocasionar desgostos, o que Duarte de Albuquerque aplanava com a boa inteligência que mantinha com os dois generais. – (G.).

46 Por uma carta que o capitão Sebastião do Souto tomou da algibeira de um capitão holandês, que degolou, veio a saber-se que Nassau estava desembarcado no Recife com toda a sua gente para vir assistir a Bahia. Souto enviou essa carta a Bagnuolo, que a recebeu justamente em 8 de abril, dia em que a esquadra de Nassau se fazia de vela. – *Memórias diárias*, 151. – (G.).

47 Os sucessos da expedição de Nassau, desde a partida do Recife, em 8 de abril, à retirada da Bahia, em 25 de maio, vêm minuciosamente relatados por Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 151/162, do lado português, e pelo próprio Nassau, em sua relação de 29 de junho de 1638, *Cartas Nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **10**, n. 56. 34/42, cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, fls. 199/206, do lado contrário. Não é preciso lembrar que ambos foram testemunhas presenciais do primeiro plano. – Ainda do lado português, outra testemunha presencial

Antes de entrar, seguiu levado pelos ventos e correntes, ou porventura de intento, mais para o norte, até a altura da foz do rio Vermelho. Em todo caso isso que parecia contrariedade redundou em seu benefício; porquanto as tropas que já ocupavam os subúrbios da Bahia, acreditando que para essa banda ia ter lugar o desembarque, tiveram que efetuar a toda a pressa uma inútil marcha, para terem de regressar no dia seguinte.

No dia 16, com vento e maré a favor, entrava pela Bahia toda a esquadra de Nassau e, velejando a distância suficiente da cidade para nada ter que recear dos tiros que lhe eram dirigidos, se meteu pelo Recôncavo; e às quatro da tarde foi fundear, além de Itapagipe,

---

foi Pedro Cadena de Vilasanti, provedor-mor da fazenda real do Estado do Brasil, que em sua *Relação diária do cerco da Bahia em 1638*, adiante descrita, deixou depoimento de insigne valia para a história daqueles sucessos. Essa *Relação* jazia ignorada no antigo Arquivo da Marinha e Ultramar, atual Arquivo Histórico Colonial, instalado no Palácio da Ega, à Junqueira, Lisboa, inteligentemente dirigido pelo ilustre historiador português dr. Manuel Múrias. Consta a mesma *Relação* de trinta e oito cartas escritas ao rei, de 22 de abril a 29 de maio (duas do dia 13 desse mês, sendo a mais longa a do dia 18). Em outra, datada de 12 de junho, Pedro Cadena escreve: "Senhor. – Tenho dado conta a Vossa Majestade de tudo quanto se tem oferecido neste sítio, que nos puseram os holandeses, por *Relação* diária desde 16 de abril até 29 de maio, que o inimigo desapareceu desta Costa, em carta particular de cada dia, tirados os de 18 e 19 de abril, que as ocupações não deram lugar a fazê-lo."

Dessas cartas quem primeiro ministrou alguma notícia foi o sábio autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, dr. Serafim Leite, S. I. na revista *Etnos*, volume **I** págs. 41/47 (Lisboa, 1935), onde saíram as duas referidas cartas de 18 e 19 de maio, que são das mais importantes. Em conjunto tiveram as cartas publicação, com outros documentos relativos ao sítio posta por Nassau à Capital do Brasil português, na Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, sob o títuto de *Relação diária do cerco da Bahia* em 1638 (Lisboa, 1941), pelo dr. Manuel Múrias, que lhes fez eruditas anotações, e com magistral prefácio do dr. Serafim Leite. Foi serviço relevante à *História do Brasil* a divulgação desses documentos. – (G.).

defronte das praias entre as ermidas de São Brás e da Escada, nas quais desde logo começou o desembarque das tropas, de modo que, já nessa mesma noite, puderam estas acantonar nos cerros vizinhos, sem lhes faltar lenha, nem boa água. O dia imediato foi destinado ao descanso e à necessária distribuição das munições e etapas de marcha. Entretanto, não deixou Nassau de ordenar ao capitão das suas guardas, Carlos Tourlon, que fosse, com trezentos homens, explorar o terreno por onde devia romper a marcha para a cidade. Regressou o mencionado explorador, informando de como as tropas baianas ocupavam, não longe, uma espécie de desfiladeiro, de difícil ataque, que já guarneciam com aparências de o quererem defender.[48]

Então lembrou-se Nassau de fingir que ia efetuar um novo desembarque junto da cidade; e ordenou ao comandante da frota, o vice-almirante João Mast, que, com quatorze dos navios, se dirigisse para essa banda.[49]

Esse ardil não foi para Nassau de tanta vantagem como imaginara. Fez, sim, pensar na possibilidade de um ataque contra a cidade, então quase desguarnecida, mas deu lugar a que se reunisse no Pirajá um conselho, a que assistiu Luís Barbalho (que da Europa, onde fora ter, depois da capitulação do forte de Nazaré, regressara à Bahia no ano anterior, já feito mestre de campo) e do qual resultou a resolução a que talvez deveu a cidade o salvar-se. Triunfou nesse conselho a opinião de Bagnuolo que, escarmentado com a perda de Porto Calvo, sustentou que seria menos prudente expor a defesa da cidade ao revés que podia resultar de uma batalha, na qual toda

---

48 *Cartas Nassovianas,* citadas, 36. – (G.).

49 Ibidem.

a vantagem estaria a favor do inimigo, com tropas mais aguerridas; ao passo que, para a defesa da cidade, poderiam ajudar os seus próprios moradores.[50]

Quando, porém, as tropas se retiravam, deixando livre a Nassau os passos difíceis, em terras de um engenho que havia em Itapagipe, de um Diogo Moniz Teles[51] alborotava-se em massa o povo da Bahia, tocando os sinos a rebate e protestando contra os que assim mais uma vez voltavam caras ao inimigo.

Acudiram a sossegar os alborotados, entre outros, o bispo e Duarte de Albuquerque. "A muito custo finalmente calmou-se a explosão e cederam às satisfações e às esperanças do que se lhes prometia obrar."[52]

Para melhor os conter, saíram várias partidas a encontrar o inimigo, as quais serviram igualmente a encaminhá-lo onde os nossos os esperavam mais preparados: a uma obra córnea que se havia levantado diante do convento do Carmo e onde hoje se vê o forte de Santo Antônio.

De caminho para a cidade, pôs o inimigo cerco ao forte de São Bartolomeu, do qual logo depois se apoderou[53], bem como dos de

---

50 "Não faltou quem contrariasse o parecer do conde; porém o governador conformou-se com ele, e resolveram retirar-se", Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*; 152. – (G.).

51 Isso foi na madrugada de 17 de abril, *Memórias diárias*, 152; *Cartas Nassovianas*, citadas, 36. – (G.).

52 *Memórias diárias*, 152. – (G.).

53 O forte de São Bartolomeu era comandado pelo capitão Luís de Vedoya, que se rendeu ao inimigo; em 26 de maio estava desaparecido esse Capitão e

São Filipe[54] e Santo Alberto, que haviam sido abandonados e que estavam votados a ter essa triste sorte, desde a sua construção, segundo os homens mais entendidos do tempo.[55]

Apresentou-se Nassau diante das nossas trincheiras no dia 20 e foi logo saudado por alguns tiros de bala. Tratou de assestar duas baterias nas alturas fronteiras ao forte de Santo Antônio, que se melhorava cada dia e cuja defesa cresceu consideravelmente com a proteção que lhe subministrou um reduto lateral, mais terra dentro, a construção e defesa do qual tomou a si o valoroso Luís Barbalho, cujo nome se perpetua na fortaleza muralhada e de cantaria, que mais tarde veio a substituir o mesmo reduto.

Para que os trabalhos nestas trincheiras pudessem prosseguir com toda a confiança, se dispuseram na frente, ao lado dos caminhos, várias companhias emboscadas, que vieram a prestar relevante serviço.

Logo no dia 21, às oito horas da noite, acometeu o inimigo a mesma trincheira de Santo Antônio, e cumpre confessar que tudo estava ainda então em tanta desordem que, se houvesse trazido maior força, poderia até haver-se metido na cidade pela porta do Carmo, que nem se pôde fechar, não só pelo seu mau estado como

---

constava a notícia de que os holandeses o tinham enforcado. *Relação diária* citada, pág. 83; a 28 foi preso pelos nossos "e infalivelmente se enforcara pela fraqueza com que se rendeu, porque me parece que não tem nenhuma defesa", ibidem, pág. 87. – (G.).

54 Do forte de São Bartolomeu de Itagipe era capitão Pedro Arias de Aguirre, que foi preso por motivo da entrega dessa posição ao inimigo. – *Relação diária*, citada, pág. 83. – Veja nota VIII da seção XXIV. – (G.).

55 Veja Augusto Fausto de Sousa, *Fortificações no Brasil*, in *Revista do Instituto Histórico*, **48**, parte 2ª, 94. – (G.).

porque por ela era a única serventia com que se podia socorrer a paragem atacada. Entretanto, o ataque haver sido intentado com pouca força permitiu que o repelissem as companhias emboscadas, distinguindo-se então por seu valor o capitão pernambucano Estêvão de Távora, que, ferido gravemente no peito, morreu dali a poucos dias[56], legando à pátria um nome heroico, com a notável circunstância de lhe haver sido dado por sucessor no mando da companhia que lhe estava confiada o paraibano André Vidal, cujos grandes serviços e dedicação iremos comemorando.

Contido o inimigo com este revés, começaram os nossos a tomar a ofensiva, empreendendo surtida para capturar prisioneiros e arrebanhar gados[57], dos quais, com este recurso houve sempre na cidade grande abundância, ao passo que os sitiantes sofriam às vezes míngua de carnes verdes. Nestas surtidas se distinguiram muito, além do mesmo André Vidal, os capitães Francisco Rebelo (Rebelinho), Ascenso da Silva e Sebastião do Souto, o do ardil de Porto Calvo, que pouco depois, no grande ataque deste sítio, acabou, como Távora, gloriosamente seus dias, ferido de uma bala no peito.[58]

---

56 Estêvão de Távora foi sete vezes ferido em suas campanhas contra os holandeses, *Memórias diárias*, 154. – Pedro Cadena, *Relação diária*, citada, pág. 18, entre os feridos no ataque de 21 de abril, assinala o capitão Estêvão de Távora, que "não está fora de perigo, porque passou a bala por uma ilharga". Em 28 do mesmo mês escreve: "...hoje morreu o capitão Estêvão de Távora, com grande sentimento de todos, que era grande soldado", ibidem, pág. 34. – Outro capitão morto naquele ataque foi João da Silva de Azevedo, "muito valente soldado". O alferes Gonçalo do Vale, ferido na mesma ocasião, morreu no dia 28, ibidem, pág. 35. – (G.).

57 Só de uma feita, em 23 de abril, João Barbosa arrebanhou duzentas e cinquenta cabeças de vaca; de outra, dias depois, Rebelinho trouxe duzentas, e mais mil em 20 de maio, *Memórias diárias*, 156, 161. – (G.).

58 Calado [*Valeroso Lucideno*], 43. – (A.).

Vendo Nassau que não podia prolongar muito o sítio, resolveu fazer um grande esforço para penetrar na cidade, e o empreendeu, entrada a noite, aos 18 de maio[59]. Mas de novo encontrou grande resistência nas guardas avançadas que estavam emboscadas e que lhe fizeram muitos prisioneiros. Favorecido pelo luar, voltou de novo o inimigo ao ataque, pelas oito horas da noite. Simulando primeiro querer acometer o reduto de Barbalho, lançou-se, logo com toda a força, contra a trincheira de Santo Antônio; e muitos chegaram a entrincheirar-se numa parte do seu fosso que não podia ser batida pelos tiros dos parapeitos. E já daí lançavam para dentro granadas, e se propunham a subir, quando se viram atacados pelos nossos que saíram das trincheiras. Acudiram novas tropas a reforçá-los. Mas contra eles saiu do seu reduto, com toda a gente disponível, o valente Luís Barbalho, que, atacando o inimigo pela retaguarda, o desmoralizou e o fez retirar com tanta precipitação como desordem, havendo perdido o engenheiro Berchen, bem como o capitão

---

59 O capitão Sebastião do Souto, não foi ferido no ataque de 21 de abril, mas na dura peleja da noite de 18 de maio, de acordo com Pedro Cadena, *Relação diária*, pág. 68, carta daquela data: "saíram feridos o capitão Sebastião do Souto, passado de parte pela barriga, duvido muito que viva...". Na carta de 20 de maio dá conta da morte do capitão, "com grande sentimento de todo este exército e povo por seu grande valor", ibidem, pág. 72.

O bispo do Brasil, d. Pedro da Silva, atestando os serviços dos jesuítas naquela ocasião (Documento do arquivo do dr. Alberto Lamego, já publicado em jornal), disse que "em sua casa 'o Colégio da Companhia' se recolheu aquele esforçado capitão Sebastião do Souto passado de parte à parte na peleja da ditosa noite de 18 de maio, em que Deus foi servido dar-nos a insigne vitória contra o inimigo, tratando eles 'os jesuítas' de sua cura como se fora irmão de cada um, e eu o vi por vir na dita noite de onze para doze horas, chamado do dito Capitão, que quis se confessar comigo, posto que estava rodeado de padres do dito Colégio de tantas letras e virtudes, que parecia não tinha necessidade de outro confessor; e ali faleceu, e dali foi a enterrar à Sé, aonde lhe demos a sepultura como seu esforço merecia...". – (G.).

Houwyn, que caiu traspassado de uma lança. Além destes oficiais perdeu o inimigo mais oito, tendo igual número de oficiais feridos, incluindo entre estes, em uma perna, o major Hinderson; elevando--se o dos soldados, segundo o seu cômputo, a duzentos e vinte e dois[60]. Caíram em poder dos nossos cinquenta e dois prisioneiros, os quais se devem porventura compreender no número dos noventa e cinco soldados que o inimigo contou como havendo ficado mortos no campo. De nossa parte a perda não seria menor, pela própria confusão do ataque efetuado de noite.

O dia imediato foi de tréguas e de luto, e destinado para o enterro dos mortos.

Na noite de 25, Nassau mandava retirar todas as suas tropas, sem que disso tivessem os nossos a menor notícia; de modo que, ainda pela manhã, disparavam balas e bombas para o campo inimigo como se ele estivesse ocupado.[61]

Nassau encontrou-se como vexado ao dar conta[62], depois de chegar ao Recife, de todo o desastre; e confessa ter empreendido o ataque por lhe constar que Bagnuolo e o governador se achavam desavindos, mas que encontrara justamente o contrário: "pela mesma razão", acrescenta, "que noutro tempo Herodes e Pilatos se tinham

---

60 *Cartas nassovianas*, citadas, 38. – (G.).

61 Nassau teve da conservar-se ainda o dia 26 ancorado dentro da Bahia, a fim de melhor distribuir a gente pelos navios; mandou à terra o seu clarim, pedindo a entrega de sessenta prisioneiros, que não foi atendida, *Cartas nassovianas*, 41. Segundo as *Memórias diárias*, 162, só por noite de 28 foi que se fez de vela para Pernambuco. – (G.).

62 *Cartas nassovianas*, citadas, a de 29 de junho, 34/42. – (G.).

mostrado muito amigos" – rasgo de erudição que não aquilata muito bom gosto.[63]

E a verdade é que, se efetivamente existira alguma rivalidade entre os dois chefes, ela desapareceu de todo na hora do perigo, havendo o governador chegado ao extremo de delegar em Bagnuolo o poder supremo que lhe confiara o rei, ou por verdadeira abnegação e patriotismo, ou por descarregar-se de toda responsabilidade, se os resultados fossem desastrosos. É certo, entretanto, que outra houvera sido a sorte da Bahia, e o inimigo, antes de atacá-la, não lhe houvesse mandado os melhores defensores, expulsando de Sergipe para aí as tropas de Bagnuolo, que, se tivessem ficado em Sergipe, não poderiam, ainda a marchas forçadas, acudir a tempo na hora do perigo.

Em Lisboa e em Madri foi muito bem recebida a notícia deste primeiro revés de Nassau[64], e, a mãos largas, foram recompensados

---

63 Justificando-se do desastre, Nassau o atribui em parte à falta do auxílio prometido. Em carta de 29 de junho, citada, escreveu: "Não duvidamos também do prometido auxílio vindo da Pátria, a qual esperamos antes da nossa expedição, mas receando com a espera perdermos a ocasião e o tempo, seguimos sem duvidar inteiramente de que ele nos fosse enviado em paz, o que porém não sucedeu, e não pouco nos desconcertou." A resposta dos diretores foi muito honrosa para ele: desculpavam-se da falta de remessa de reforços, e não tiveram a menor palavra de censura para o governador. Entretanto, para Netscher, apoiado em conceito do historiador d. Veegens, o desastre da Bahia foi o primeiro germe da desinteligência que se manifestou mais tarde entre os diretores e o conde, *Les Hollandais au Brésil*, 97. – (G.).

64 Para a Espanha foram logo despachadas três caravelas com avisos do governador Pedro da Silva e do conde de Bagnuolo. Na primeira iam o capitão Pedro Carrera de Arenas e o tenente de artilharia Francisco Peres do Souto, aquele com as cartas do governador, este com as de Bagnuolo; na segunda iam os capitães Sebastião de Lucena e d. Gregório Cadena, com cartas daqueles generais na disposição acima; na terceira ia apenas o licenciado Gregório Gomes Madeira, que acabava de servir o cargo de auditor-geral

todos os que para ele concorreram. Contentar-nos-emos com fazer menção dos principais. O governador foi feito conde de São Lourenço[65], Bagnuolo príncipe em Nápoles; a d. Antônio Filipe Camarão foi concedida (carta régia de 4 de setembro de 1636), na ordem de Cristo, uma comenda lucrativa (dos Moinhos de Soure em Portugal) que lhe fora antes prometida, e a Luís Barbalho foi conferida (carta de 15 de fevereiro de 1640) outra comenda, igualmente antes prometida.[66]

---

da gente de Pernambuco, agora substituído pelo licenciado Simão Álvares de la Penha, *Memórias diárias*, 162. – Gregório Cadena Bandeira de Melo era filho de Pedro Cadena de Vilasanti e de sua mulher d. Beatriz Bandeira de Melo; nasceu na Paraíba, como suas irmãs d. Ângela Cadena de Vilasanti e a d. Lourença de Melo e Lima. – Conf. *Algumas notas genealógicas sobre os Cadena*, por Nuno Lomelino da Câmara, in *Relação diária*, citada, pág. 354. – (G.).

65 Livro 37, de Filipe III, fls. 65 e 88. – (A.).

66 A carta régia de 4 de setembro de 1636 dava a Camarão aquela comenda; mas, por lhe faltarem serviços em África, ocorreram dúvidas e foi necessário dispensa da Cúria, de modo que a comenda só se tornou efetiva em 3 de março de 1641. – Conf. *História das lutas*, 190, Lisboa, 1872. Em Acióli, *Memórias históricas*, 2ª edição, págs. 80/81, aparece uma carta da princesa Margarida, governadora de Portugal, que se refere a essa comenda, bem como a uma cadeia de ouro de dois mil reales, com uma medalha sua, que em agradecimento enviava a Camarão. Por data desse diploma está 14 de setembro de 1738, mas é evidente lapso tipográfico, que escapou ao revisor descuidado, devendo ler-se 1638. – A carta régia de 21 de julho desse mesmo ano fez mercê aos capitães Francisco Rebelo e Sebastião do Souto, e ao governador dos negros Henrique Dias, em atenção aos serviços feitos na guerra do Brasil, do hábito de uma das três Ordens, que escolhessem, com promessa de uma comenda, quarenta cruzados de soldo mensais, e o foro de fidalgo, J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa*, **4**, 215/216, Lisboa, 1807. – Conf. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 160/161 e 190. – Outros agraciados pelo sucesso da Bahia foram os mestres de campo Heitor de la Calce e Fernando de Lodena, uma comenda a cada um; os tenentes de mestre de campo general Afonso Ximenes de Almiron e Martim de Freitas, um hábito, ao primeiro com 2.250 reales de pensão e ao segundo com 2.000 reales; o tenente-coronel Pedro Correia da Gama teve foro de fidalgo;

O revés que recebeu Nassau no ataque da Bahia não deixou de influir bastante no seu ânimo, e pelo modo como dele procura justificar-se, nas correspondências posteriores, se vê que sobre isso lhe pesava a consciência, e os que de perto o trataram dizem que assim se lhe notava, por mais que ele pretendesse disfarçá-lo[67]. Na Bahia perdeu não só prestígio mas muito boa parte de seu exército, que veio a fazer-lhe falta; pois, ao regressar ao Recife, em vez de reforços, recebeu ordens de entregar ao almirante Cornelis Corneliszoon Jol as forças que pudesse, para uma expedição (que se malogrou) às Antilhas; e teve que privar-se da melhor parte da sua esquadra e de seiscentos soldados.

---

os sargentos-mores Pedro Martins, Antônio da Freitas e Silva, d. Lodo de Estrada e Paulo Vernola tiveram hábitos com as respectivas pensões; o capitão Lourenço de Brito Correia obteve o cumprimento da promessa de uma comenda e seu filho teve hábito; o capitão d. Gregório Cadena e Pedro Cadena de Vilasanti tiveram foro de fidalgo e comendas; e os camaristas da cidade tiveram novos e mais amplos privilégios, *Memórias diárias*, 162/163. – O sargento-mor Antônio de Freitas e Silva foi um dos aventureiros embarcados na armada de d. Manuel de Meneses, que sofreu naufrágio nas costas da França, em 1627. – d. Francisco Manuel de Melo, *Epanáforas de vária história*, pág. 150, Coimbra, 1931. – Esse oficial, que pertencia ao terço de Portugal, recebeu um ferimento de pouca consideração no ataque de 18 de maio, *Relação diária*, citada, pág. 68. – A relação dos ministros superiores da primeira e segunda e mais oficiais e soldados que estiveram presentes no sítio que o inimigo pôs à cidade da Bahia em 16 de abril de 1636, e aos quais Sua Majestade deve mandar agradecer, fazendo-lhes as mercês que houver por seu serviço, consta do relatório do governador Pedro da Silva, que é uma súmula da folha de serviços dos combatentes. Esse relatório, datado da Bahia, 12 de junho de 1636, vem incluído na *Relação diária*, citada, págs. 178/183. – (G.).

67 "Estomagado do mau sucesso, ainda que quanto podia, encobria o sentimento...", escreveu seu comensal fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 51. – (G.).

NOTAS DA SEÇÃO XXIX

I
(Pág. 1180)

João Maurício, conde de Nassau-Siegen, a quem seus contemporâneos, para distingui-lo dos outros membros da família, deram o sobrenome de Americano, era filho de João, conde de Nassau-Siegen, e de Margarida de Sleswig-Holstein, e neto de Guilherme, o Taciturno. Nasceu em 17 de junho de 1604, no castelo de Dillenburgo. Em sua mocidade frequentou as universidades de Herborn, de Basileia e de Genebra. Rebentando na Alemanha a guerra dos Trinta Anos, renunciou aos estudos para tomar o partido dos protestantes, alistando-se aos dezesseis anos como voluntário ao serviço da república dos Países Baixos. Fez a campanha de 1620 sob as ordens do grande Maurício, Stadhouder das Províncias Unidas; distinguiu-se gloriosamente na tomada de Gral, em 1627, e na de Bois-le-Duc, em 1629. Como prêmio de sua bravura em Bois-le-Duc, foi nomeado coronel de um regimento ao serviço dos Estados, e nessa qualidade tomou parte no cerco de Maestricht, sob as ordens de Frederico Henrique, em 1632. Pela primeira vez assumiu as funções de general, e repeliu com intrepidez a tentativa de Pappenheim para libertar a cidade. Distinguiu-se em seguida em 1635 durante a campanha empreendida nos Países Baixos meridionais, e a ele foi sobretudo que se deveu a tomada do forte de Schenkenschans, em abril de 1636. Esse último feito deu-lhe grande popularidade na Holanda, e a ele se atribui a oferta que ao conde fez a Companhia das Índias Ocidentais para governar o Brasil holandês. Em 4 de agosto de 1636 comparecia João Maurício perante a assembleia dos XIX, que lhe propunha as seguintes condições: seria nomeado, provisoriamente por cinco anos, governador-geral do Brasil; nessa qualidade presidiria o conselho de administração colonial, com duplo voto, e dirigiria as operações militares; seria autorizado a nomear em campanha todos os empregados militares e, em guarnição, escolheria em lista tríplice, que seria apresentada pelo Conselho; a nomeação dos funcionários civis lhe competiria igualmente, de acordo com o Conselho, salvo a aprovação da assembleia dos XIX. Para cobrir as primeiras despesas de equipamento, dar-lhe-iam a soma de 6.000 florins, com 1.500 florins mensais para tratamento e mesa; sobre as presas dos inimigos caber-lhe-iam 2%. Poderia trazer consigo um ministro protestante, que seria pago pela Companhia, um doutor em medicina e um secretário: seus criados teriam o mesmo tratamento que os soldados e seriam inscritos na guarda do conde, que conservaria sua classe e o tratamento de coronel ao serviço dos Estados. Essas condições foram aceitas e assinadas pelo conde. Em sua patente recebeu ele o título de "governador, capitão e almirante-general das localidades conquistadas ou por conquistar pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, assim como de todas as forças de terra e mar que a Companhia aí tiver". Em 23 de agosto sua nomeação era confirmada pelos Estados Gerais. – Conf. Driesen, *Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen,* 31 e 32: Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 84: H. Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*, 76 e 77. – (G.).

II
(Pág. 1185)

Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*, 141 e 142, dá na íntegra a carta de Nassau a Giberton e a resposta deste:

"Para fazer justiça e honra à vossa grande reputação militar não quis render-vos sem que primeiro vos pusesse baterias, pois bem sabeis que esse forte será meu logo que o queira, à vista dos poucos meios de defesa que tendes; e assim folgaria muito de servir-vos, o que depois não será com tanta comodidade. Sabeis bem que não vos podeis sustentar, mormente por ter-se ausentado o conde de Bagnuolo, de quem não deveis esperar socorro. Deste sítio de Porto Calvo, 4 de março de 1637. – Vosso muito afeiçoado, João Maurício, conde de Nassau."

A resposta de Giberton é a seguinte:

"Exmo. Senhor. – Tendo em muito apreço a mercê que V. Ex. me faz, e esperava em consequência do muito que me obsequiou o Sr. conde de Nassau, irmão de V. Ex. Mas quanto à entrega deste forte, bem sabe V. Ex. que o não posso fazer sem ordem do conde de Bagnuolo, ou, pelo menos, sem prévio aviso. E assim suplico a V. Ex. a concessão de vinte e cinco dias para isto, findos os quais servirei a V. Ex. se não vier socorro. V. Ex. sabe que assim se costuma praticar, como sucedeu no cerco de Bredá, dando-se tempo aos sitiados para avisar e pedir socorro. – Guarde Deus a V. Ex. – Deste forte de Porto Calvo, em 4 de março de 1637. – Humilde criado de V. Ex. – Miguel Giberton."

No dia seguinte veio um trombeta com a intimação para que o forte se rendesse dentro de vinte e quatro horas. Na manhã de 6 de março era assinada a capitulação, e a 7, Giberton entregava as chaves do forte ao inimigo. O sítio durara treze dias. Nassau quis que Giberton e os capitães jantassem com ele antes de saírem. Na carta de Nassau, de 8 de março de 1637, diz ele que a rendição se deu em 3 de março, e esta data foi aceita por Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 88, sem mais exame; mas das *Memórias diárias*, loc. cit., se conclui que foi a 6. Repare-se que a intimação de Nassau e a resposta de Giberton têm a data de 4, que os do forte tiveram vinte e quatro horas para se entregar. – As duas cartas acima transcritas leem-se também em Fernandes Gama, *Memórias históricas da Província de Pernambuco*, **2**, 28 e 29, Pernambuco, 1844. – (G.).

III
(Pág. 1190)

Da primeira ponte, segundo fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 131, foi arquiteto Baltasar de Afonseca, judeu natural de Portugal, que logo que teve "feita a metade com muita perfeição pediu pagamento aos do Conselho, eles lhe armaram tantas tramoias, que foi o pleito a Holanda, e não está ainda resolvido". Diz Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, 151, que o arquiteto se encarregara da obra pela soma de 240.000 florins. A metade da ponte, que faltava, mandou Nassau fazer de madeira, com boa pregaria e tabuados. "E para o primeiro dia que a gente havia de passar por a ponte grande para o Arrecife [continua Calado, loc. cit.] ordenou o Príncipe uma festa, e convidou aos do Conselho Supremo a comer; e a festa foi que mandou esfolar um boi inteiro, e encheu-lhe a pele de erva seca, e o pôs encoberto no alto de uma galaria que tinha edificada no seu jardim; e logo pediu a Belchior Álvares emprestado um boi muito manso, que tinha, o qual como se fora um cachorro andava entrando por as casas, e o fez subir ao alto da galaria, e depois de visto do grande concurso de gente que ali se ajuntou, o mandou meter dentro de um aposento, e dali tiraram o outro couro de boi cheio de palha, o fizeram vir voando por umas cordas com um engenho, a gente rude ficou admirada, e muito mais a prudente, vendo que com aquela traça ajuntara ali o Conde de Nassau tanta gente para a fazer passar por a ponte, tirar aquela tarde grande ganância, e tanta gente passou de uma para outra parte, que naquela tarde rendeu a ponte mil e oitocentos florins, não pagando cada pessoa mais de duas placas à ida, e duas à vinda." A ponte tinha dois arcos, um na ilha de Antônio Vaz, outro no Recife; no primeiro havia esta inscrição, que subsistiu até princípios do século passado:

"*Fundabat me Illustrissimus heros Joannes Mauricius, Comes Nassaviae & c. Dum in Brasilia terra supremum Principatum, Imperiumque teneret. Anno MDCXXXX*". A essa ponte, que tem passado por muitas modificações, deram ultimamente o nome de Maurício de Nassau em substituição ao de Sete de Setembro... Os arcos desapareceram há poucos anos por conveniência do trânsito público.

A segunda ponte, toda de madeira, que ligava a ilha ao continente, isto é, à Boavista, foi, a acreditar em Barlaeus, op. cit., 151, construída sob as vistas do próprio conde no espaço de sete semanas. Partia da rua depois chamada da Ponte Velha e ia terminar nos terrenos em que hoje assenta a Casa de Detenção do Recife. – Conf. Fernandes Gama, *Memórias históricas da Província de Pernambuco*, **2**, 109 e 110, Pernambuco, 1844; F. P. do Amaral, *Fatos da História de Pernambuco*, 267-273, Pernambuco, 1884. – (G.).

IV

(Pág. 1193)

Sobre a obra artística de Francisco ou Franz Post compendiou boas informações o Dr. Pedro Souto Maior, em sua conferência *A arte holandesa no Brasil*, publicada na *Revista do Instituto Histórico,* **83**, 101-131. Nassau, em carta ao marquês de Pomponne, ministro de Luís XIV, de 21 de dezembro de 1678, *Revista citada*, **49**, parte 2ª, 231, disse que teve ao seu serviço, durante o tempo que viveu no Brasil, seis pintores, cada um dos quais pintava aquilo que era mais apto. Desses, além de Franz Post, são conhecidos os nomes de A. Eckout e de Zacharias Wagner. Os quadros de Post estão espalhados pelos principais museus da Europa; o de Louvre possui a grande coleção cedida, para não dizer vendida, em 1679, por Nassau a Luís XIV, cuja descrição publicou o Dr. José Higino Duarte Pereira na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 33, 167-177. Ao grande eleitor de Brandenburgo vendeu Nassau em 1652, por 50.000 táleres, parte considerável das cousas notáveis que levou do Brasil. Das peças adquiridas menciona relatório publicado por Driesen, *Leben des Fürsten Moritz von Nassau-Siegen*, citada, págs. 356-359, os números seguintes: "14 – Um livro grande, in-fólio real, outro menor, onde se encontra artisticamente reproduzido do natural em miniatura, tudo quanto há para ver no Brasil: homens, quadrúpedes, aves, répteis, peixes, árvores, ervas, flores, juntamente com os seus nomes, qualidades e propriedades. – 15 – Mais de cem outras pinturas, a óleo, em papel grosso e em folhas avulsas." Driesen, op. cit., pág. 109, informa que essa coleção foi ordenada de 1661 a 1664 pelo médico real Christian Menzel, que lhe deu o título de *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, em quatro grossos tomos, compreendendo o primeiro os moluscos, crustáceos e peixes; o segundo as aves; o terceiro outros vertebrados, e o quarto as plantas, contendo ao todo 1.460 figuras. Essa preciosa iconografia encontra-se na Biblioteca de Berlim. Foi Martin Lichtenstein o primeiro naturalista que se utilizou desse material, de que deu notícia em sua monografia *Die Werke von Marcgrav und Piso über die Naturgeschichte Bresiliens, erläntert ans den wieder auf gefundenen Originalzeichmungen,* – S. 1. n. d. (1814). Mais tarde Martius veio a ocupar-se das plantas, segundo o último tomo do *Theatrum*, nas Dissertações da Classe de Ciências matemáticas e físicas da Real Academia de Munique, VII volume, 1855.

Sobre A. Eckout, veja o estudo *Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos*, de Paul Ehrenreich, traduzido do alemão por M. de Oliveira Lima, publicado com dez estampas na *Revista da Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, 18-46; e sobre Zacarias Wagner e seu *Zoobiblion*, é muito para ler o artigo de Alfredo de Carvalho, na mesma *Revista*, **11**, n. 60, 181-195. Na revista berlinense *Velhagen & Klasings* de fevereiro de 1928, o Prof. Dr. Ludwig Darmstaedter publicou sob a epígrafe *Georg Marcgrav und Wilhelm Piso*, *die ersten Erforscher Brasiliens*, uma erudita notícia, acompanhada de finas ilustrações tiradas do *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. – (G.).

V
(Pág. 1193)

Gaspar van Baerle, mais conhecido sob o nome latinizado de Barlaeus, é o autor do suntuoso livro, tantas vezes referido nesta *História*, texto e notas – *Rerum per octenium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub prcefectura Illustrissimi Comitis I. Mauritii Nassoviae & c. Comitis nunc Vessalie Gubernatoris & Equitatus Faederatorum Belgii Ordd. Aurico Ductoris historia*. – Amstelodami: Ex Typographeio Iannis Blaeu. MDC.XLVII (1647).

Esse livro, de suma importância para o Brasil, não somente sob o ponto de vista histórico como etnográfico e econômico, foi escrito por encomenda do próprio Nassau, após seu regresso do Brasil, e por interferência provada de Gaspar Dias Ferreira, judeu português riquíssimo, que acompanhou o conde à Holanda. Uma carta desse indivíduo a Nassau, em latim, sem data, mas conjeturalmente de 1644 ou 1645, achada pelo Dr. José Higino Duarte Pereira no Arquivo particular do Rei da Holanda (Het Huisarchief), diz in fine: "Depois da partida de V. Ex. [da Haia] fui a Amsterdã para falar a Barlaeus, como V. Ex. me ordenara, e Barlaeus me respondeu que ainda estava meditando, e ordenando o assunto e o plano da sua obra, e quando lhe fosse necessária alguma informação mandar-me-ia chamar por um próprio para entender-me com ele, o que prometi fazer, como V. Ex. me recomendou, etc." – *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **4**, n. 36, 64 e 65.

Há da obra de Barlaeus tradução alemã, resumida, Cléves, Tobias Silberling, 1659, e segunda edição do mesmo editor e no mesmo lugar, 1660. Uma tradução holandesa, por S. P. L'Honoré Naber, acrescida de vários documentos originais e de mapas, entre os quais o de Marcgrav aqui reproduzido, editou Martinus Nijhoff, Haia, 1923.

A obra de Barlaeus, feliz iniciativa do culto ministro Dr. Gustavo Capanema, foi publicada em versão portuguesa do professor Cláudio Brandão, insigne latinista, pelo Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940, em edição monumental que é um primor de arte tipográfica, devido à alta competência do saudoso Manuel Alves de Sousa, que ao tempo dirigia aquele serviço e que, além de tipógrafo perfeito, era o paleógrafo consumado, a quem se devem a dedicação e publicação de quase cem volumes-documentos paulistas e a série de mais de cinquenta tomos dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Da tradução portuguesa de Barlaeus há outra tiragem feita pela Imprensa Nacional, no mesmo ano, e mais uma edição popular, de menor formato. Barlaeus foi preclaro poeta nas línguas holandesa e latina. – (G.).

VI
(Pág. 1194)

Willem Pies, mais conhecido sob o nome latinizado de Piso, não acompanhou Nassau na travessia do Atlântico. Quem veio, com as funções de arquiatra do conde, que depois passaram a Piso, foi Willem van Milaenen, médico desconhecido, que logo faleceu ao chegar ao Brasil. Em carta datada de 25 de agosto de 1637, o conselho administrativo em Pernambuco pedia que lhe fosse enviado, o mais breve possível, outro médico "hábil e experimentado". Em consequência desse pedido é que foi Piso nomeado, mas não se apurou ainda quando partiu da Holanda e quando chegou ao seu destino. Projetada uma expedição científica para explorar as terras conquistadas, de sua chefia foi investido Piso e designados para compô-la George Marcgrav e Henrich Cralitz. Marcgrav embarcou na Holanda em 1º de janeiro de 1638 e com dois meses de navegação aportou à Bahia, de onde, após restabelecer-se de doença grave de que foi acometido, passou a Pernambuco depois de maio do mesmo ano. De Cralitz sabe-se apenas que era saxão, estudante de Medicina em Leyden, e que não chegou ao seu destino, morrendo em viagem aos trinta anos de idade. – Sobre os trabalhos de Piso e Marcgrav no Brasil, leia-se o erudito estudo do Dr. Juliano Moreira, *Revista do Instituto Histórico*, **82**, 791-807; Rodolfo Garcia, *História das explorações científicas no Brasil*, in *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, **1**, 863.866. – (G.).

– Em tempo: Não deve passar sem especial referência a edição monumental da *História Natural do Brasil*, de Marcgrav, levada a efeito pelo Museu Paulista por iniciativa de seu benemérito Diretor Dr. Afonso d'E. Taunay, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1942, in-fol.

A versão da *História* do latim para o português pertence ao ilustrado Monsenhor Dr. José Procópio de Magalhães; o escorço biográfico de Marcgrav, magistral e completo, é da operosa lavra de Taunay; nas matérias de suas especialidades contribuem com anotações diversos naturalistas ilustres; a iconografia da edição original vem reproduzida em admirável nitidez. É, em suma, uma obra que faz honra à Ciência brasileira.

Do livro de Piso é esperada da mesma fonte uma reprodução, que deve ter a mesma magnificência. – (G.).

Seção XXX

Desde o sítio da Bahia até a partida de Nassau.

Rendimentos cobrados pelos holandeses. Esquadra do conde da Torre. Demora-se na Bahia. Fundeia nas Alagoas. Pretende desembarcar em Pau Amarelo. Quatro batalhas navais. Desembarque no porto dos Touros. Prodigiosa marcha até a Bahia. Bloqueia-se o inimigo. Ataca Itaparica e o Recôncavo. Em Sergipe sai derrotado. Koin pilha e incendeia Camamu. Ataca Espírito Santo. Vice-rei Montalvão. Castigo do conde da Torre. Expulsa Nassau os religiosos. Pactua tréguas com Montalvão. Reféns. Cidade Maurícia. Revolução de 1640 em Portugal. É deposto Montalvão. Junta de governo. Embaixador português na Haia. Consequente suspensão. Falta Nassau aleivosamente a ela. Manda ocupar Sergipe, Luanda e ilha de São Tomé. Tratado de tréguas. É ocupado o Maranhão. Morte de Bento Maciel. Represálias. Plano para restaurar-se Pernambuco e o Maranhão. Juízo acerca de Fernandes Vieira. Serviços superiores de Vidal. Revolução no Maranhão. Socorro do Pará. Recebe também reforços o inimigo e empreende uma surtida, Morre heroicamente Antônio Moniz. Sucede-lhe A. Teixeira. Levanta o sítio. Derrota a Evers. Passa a Alcântara. Volve à ilha. Embarca-se o inimigo. Vidal é nomeado governador pelo rei. Miséria do donatário de Tapuitapera contra Teixeira de Melo. Retira-se Nassau para a Europa. Triunvirato no Recife.

O revés experimentado por Nassau na Bahia não chegou quase a ser sentido entre os povos dos distritos do norte sujeitos ao seu domínio. O número dos engenhos de açúcar aumentava a olhos vistos; em Pernambuco já moíam cento e vinte e um; em Itamaracá e Goiana vinte e três, e na Paraíba vinte e um, em vez de dezoito

que pouco antes aí se contavam. – Os rendimentos públicos anuais, procedentes dos tributos que pagavam os habitantes, iam crescendo. O produto das décimas, e do tributo dos engenhos e meunças arrematados em hasta pública, perfazia duzentos e setenta e seis mil e quatrocentos florins; mas calculava-se dever subir a trezentos e cinquenta mil florins. O rendimento das alfândegas se orçava em setecentos mil florins[1], sendo quatrocentos equivalentes aos direitos da importação, e trezentos aos da exportação dos açúcares. Os tributos dos escravos importados subiam a seiscentos mil florins; o valor das presas e despojos a trezentos mil, e finalmente o produto dos bens e engenhos vendidos a dois milhões e quatrocentos mil.[2]

---

1 Nota do A. na *História das lutas dos holandeses no Brasil*, pág. 194, Lisboa, 1872: "Southey, e com ele Warden, seguindo Barlaeus, dá 4.500 florins mais, contando indevidamente a dobro nas pensões de Itamaracá e Goiana, que foram arrematados em 9.000 florins, mas durante dois anos. A soma 276.400 florins se compunha das parcelas seguintes; Décimas de Pernambuco 148.500 florins; de Itamaracá e Goiana 19.000 florins; da Paraíba 54.000 florins; pensões dos engenhos de Pernambuco (sendo arrematante J. F. Vieira) 26.000 florins: de Itamaracá e Goiana 1.700 florins; da Paraíba 3.000 florins; de São Lourenço, Igaraçu e Patatibe 4.800 florins; da Várzea, Santo Amaro e Moribeca 3.700 florins; do Cabo, Ipojuca e Serinhaém 4.300 florins; de Una, Porto Calvo e Camaragibe 2.700 florins; das Alagoas até o rio de São Francisco 4.200 florins". – Confere o total: 276.400 florins. – (G.).

2 Sobre a situação econômica do Brasil holandês em 1639 é para considerar o documento que Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 192/199, transcreve em grande parte. Os cálculos, dados estatísticos e outros informes, que esse documento encerra, denotam para o divulgador que devia estar quem as coligiu intimamente relacionado com os negócios do governo. Não menos elucidativas são as notícias que acerca da colônia holandesa naquele tempo subministra M. Tomás Alves Nogueira, *O Príncipe de Nassau – Ensaio biográfico*, 131/134 (Altenburg) 1900. – Com relação aos engenhos, veja o *Discurso sumário sobre o estado das quatro capitanias conquistadas* in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 142/157. – Conf. H. Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien*, 267/285, Haia, 1921. – (G.).

A não terem chegado à Espanha as notícias dos apuros em que ficava a Bahia, quando sitiada por Nassau, nenhum grande esforço se houvera ali feito para mandar ao Brasil uma forte armada de socorro; mas houve um momento em que as notícias idas foram tão aterradoras que, dentro de poucas semanas, se improvisou uma esquadra, e se reuniram para ela suficientes forças. Havendo, porém, chegado logo, antes de partir a esquadra, notícia de que o sítio da Bahia havia sido levantado, retirando-se envergonhado o inimigo, chegou a discutir-se em Madri o mandar a Fuenterrabia, contra os franceses, a mesma esquadra; mas por fim triunfou o pensamento de enviá-la antes ao Brasil para tentar, por meio dela, expulsar de todo de Pernambuco os intrusos.

Criou-se uma junta para ultimar os aprestos, e propôs-se o governo a fazer um contrato com certo capitalista, que pouco depois se comprometeu a prover o Brasil com a soma de um milhão, contribuindo para o resgate os bens eclesiásticos e os das ordens militares[3]. Para opor ao conde Maurício de Nassau outro chefe altamente

---

3 A carta régia, que criou em Lisboa uma junta para ultimar o socorro de J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 194, traz a data de 11 de agosto de 1639, que não pode estar certa, desde que a 7 de setembro de 1638 a armada do conde da Torre deixava a porta daquela cidade. O contrato com Jorge Fernandes de Oliveira e seus sócios Francisco Botelho Chacon, Duarte da Silva e Álvaro de Silveira foi feito em virtude da carta régia de 23 de novembro de 1639, *Coleção* citada, **5**, 202. Devia começar em 1º de janeiro de 1640 e acabar por fim de 1642, ibidem, 204/211. Estipulava-se que, pela renda do consulado, os contratantes deviam dar cinquenta contos de réis cada ano, aumentando-se de sete contos no caso que fosse restaurado Pernambuco com toda a capitania; havendo juntamente pazes ou tréguas com a Holanda, sessenta e seis contos cada ano, e havendo pazes com a França, mais quatro mil cruzados cada ano. No regimento do conde da Torre, de 13 de agosto de 1638 (veja nota 1 desta seção), os contratantes do rendimento do consulado são outros: Pedro de Baissa e Jorge Gomes Alcino. – (G.).

condecorado, resolveu a corte conferir ao da esquadra de socorro o título de "Capitão-general de mar e terra". E havendo recusado este posto o conde de Linhares, que voltava de ser vice-rei na Índia portuguesa, foi o cargo oferecido a outro conde, o da Torre, militar de prestígio e conselheiro de estado.

Destas últimas resoluções não havia, porém, sido completamente informado Nassau; o qual, pelo contrário, sabendo como a Espanha se achava então a braços com a França, que fazia pelo grande Condé sitiar Fuenterrabia, não julgava possível que ela pudesse ao mesmo tempo atender ao Brasil. Apesar desta crença, não deixava de solicitar socorros da Holanda, para suprir as baixas que iam tendo lugar. E representava que a não ter a Companhia em Pernambuco uma força de quatro mil homens para cima, não poderia ele afiançar ali a paz, a fim de que os moradores se entregassem com alguma confiança às suas indústrias. Além das forças de terra opinava que devia haver sempre na costa uma frota de dezoito bons vasos de guerra.

Em meio destas representações, foi com verdadeira surpresa que Nassau recebeu a notícia de que uma poderosa esquadra, composta de vinte e cinco baixéis de Portugal, e oito de Castela, partira de Lisboa aos 7 de setembro (1638) e velejava para o Brasil, notícia que, no dia 23 de janeiro de 1639, viu por seus próprios olhos confirmada, ao descobrir nas águas do Recife nada menos que trinta e três vasos de guerra[4]. Tão desprevenido se achava então, que não falta quem

4 George Edmundson, *History of Holland*, pág. 175, citada, eleva o número de navios a oitenta e seis, e a doze mil homens o total de marinheiros e soldados. – (G.).

pretenda que, se o conde da Torre intenta nessa ocasião um ataque contra o Recife, o houvera tomado, capitulando o mesmo Nassau.[5]

Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno,* 70, diz que o conde da Torre passou à vista da terra com a sua grossa armada, "de sorte que as sentinelas que o inimigo holandês trazia no mar tiveram vista dela; foi passando para a Bahia, sendo que se investira com o porto de Olinda, tinha a terra ganhada com pouco trabalho, porquanto os holandeses estavam descuidados, sem provisão de mantimentos, com pouca gente de guerra, e essa espalhada por toda a Capitania, as fortalezas desmanteladas com as paliçadas caídas por terra, poucas munições, e menos aparelho de guerra, e somente com cinco naus no porto do Arrecife, e essas postas à carga, em véspera de partirem para Holanda". Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, in *Revista do Instituto Histórico*, **39**, parte 1ª, 150, copiou as próprias palavras de fr. Manuel Calado, juntando apenas de seu: "Assim que se perdeu esta tão grande ocasião, por Justo Juízo de Deus que governa todas as cousas." – Conf. Pedro Taques, *Revista* citada, **54**, parte 2ª, 172/173. – (G.).

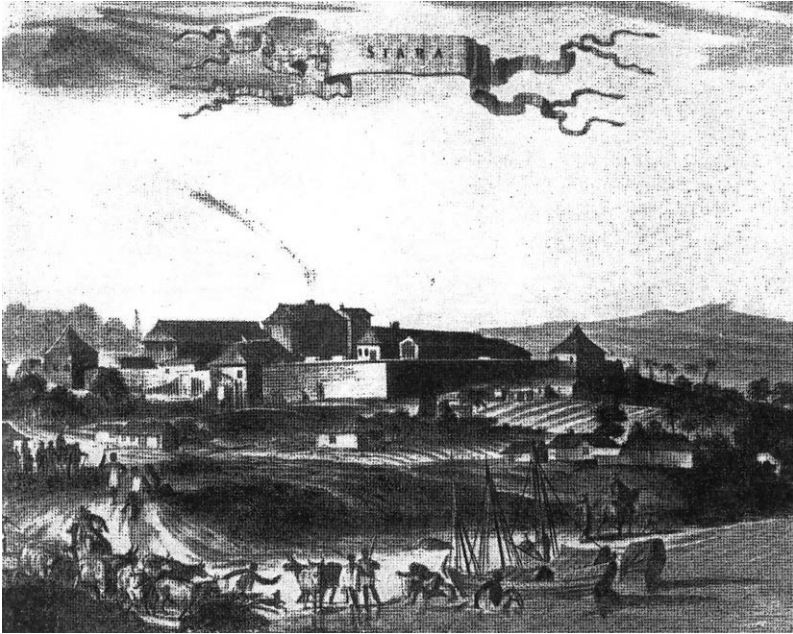
Porém, por obedecer às suas instruções (I), o conde da Torre, como já antes praticara com igual infelicidade d. Luís de Rojas, não

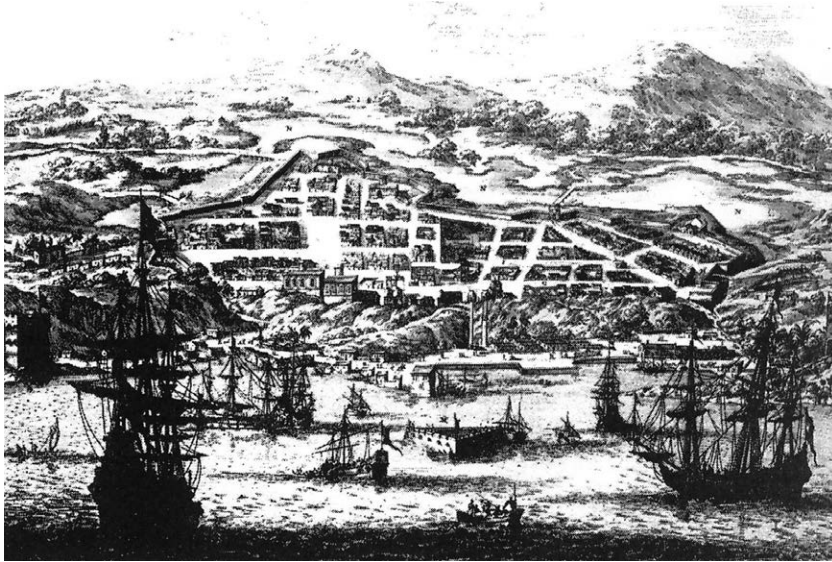
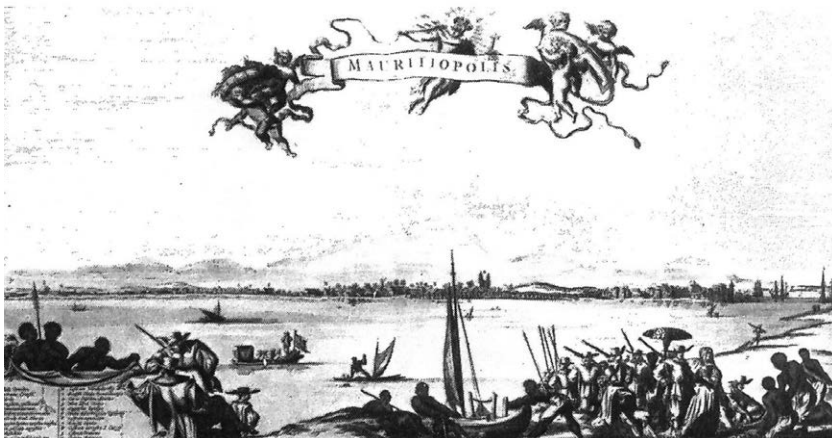
---

5 Em carta do Conselho Supremo do Recife aos diretores da Companhia, de 2 de março de 1640, lê-se: "...Se a armada espanhola desse seguimento à referida ordem [de desembarcar em Pau Amarelo] em 10 de janeiro de 1639, data em que se apresentou diante do Recife, por muito enfraquecido que o inimigo se achasse, nós não tínhamos forças suficientes para impedir o desembarque, ou para resistir-lhe em parte alguma: demonstram-no razões de Vs. Ss. bem conhecidas, que anteriormente tanto lamentamos e ainda devemos lamentar." – *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 22. – Os conselheiros consideraram esse erro do almirante como um dos sinais de proteção divina a favor dos holandeses.

se atreveu a intentar nenhum ataque, e seguiu para o sul, a entrar primeiro na Bahia. Ao receber disso a certeza, Nassau respirou. Já havia pouco antes despachado um barco veleiro para dar de tudo aviso a doze barcos que tinha bloqueando a Bahia, com o que não só os salvou como pôde, com a vinda deles, preparar no Recife uma esquadra a fim de fazer face à que se apresentava. A tudo deu lugar a longa demora do conde da Torre na Bahia, provinda em parte da escassez que aí foi encontrar de mantimentos e tudo[6]. Quem lesse as cartas (II) de lamúrias que escrevia da Bahia e visse um generalíssimo tão pai de necessidades, ao passo que os inimigos se mostravam tão hábeis em criar recursos, daria desde logo pouco pelo êxito da causa que lhe fora confiada.

Entretanto, os intentos do conde da Torre, de atacar a Pernambuco por terra e por mar, se descobrem nas disposições que tomou. Ordenou desde logo a André Vidal que, com alguma força, avançasse pelos sertões até a Paraíba, a fim de lhe dar notícias do que se passava em terra, em um ponto da costa em que se conveio de chegarem a fala. Logo depois, em princípios de agosto, despachou igualmente o Camarão, com os seus índios, ordenando-lhe, nas instruções que lhe deu em 31 de julho, que, passando o rio de São Francisco, e reunindo-se à gente que encontraria na aldeia que

6 Na carta de 2 de março de 1640, citada, do Conselho Supremo do Recife, lê-se que Pedro Cadena, provedor-mor da Fazenda, asseverara em carta ao rei que na Bahia havia víveres para mantença de dez mil homens, e isto durante alguns anos; fiado nesta asserção, o conde da Torre trouxe víveres insuficientes, e chegando ali verificou que tudo faltava e o povo se queixava de penúria; comprava-se aos soldados e marinheiros o pão da ração. Foi necessário mandar vir socorro do Rio de Janeiro e do Rio da Prata, o que levou muito tempo. – *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 22/23. Sobre o socorro do Rio de Janeiro, veja nota IV desta seção. – (G.).

Ceará em 1647. Pintura de Frans Post.

Vista de Olinda – Pintura a óleo sobre madeira, de Frans Post.

A cidade de São Salvador no tempo dos holandeses.
Gravura segundo um desenho da época.

Mauritiópolis (Cidade Maurícia). Gravura da obra de Barlaeus.

sabia, e provido aí de bastimentos, fosse procurar entender-se com o chefe índio Rodela, e com ele a sua gente seguisse, pelos sertões, até a Ipojuca, Cabo, São Lourenço e Várzea a reunir gente e a inquietar o inimigo, sem jamais expor-se a ficar cercado. Devia também tratar de conservar-se em inteligência com Vidal, já mandado até a Paraíba, e ter espias para saber do seguimento da armada, a fim de servir a esta quando necessitasse comunicar com a terra.[7]

Nos momentos de ir deixar a Bahia, achando-se até já embarcado em 17 de novembro, enviava o conde ao Camarão, por João Lopes Barbalho, que ora mandava também a Pernambuco, por terra, novas instruções[8], insistindo nas recomendações anteriores e acrescentando que não desse quartel, que incendiasse tudo quanto não lhe aproveitasse e que tratasse de guerrear só à maneira índia, por meio de assaltos e emboscadas. Para governo de João Lopes Barbalho, que ia marchar à frente de cem infantes, entregava-lhe por essa ocasião seu tio Luís Barbalho umas recomendações[9], escritas no dia 16, em que lhe dizia que, na importante comissão em que ia, "uma das maiores até então feitas na guerra", não se fiasse nem de si mesmo, que obrasse em tudo com a possível segurança, etc.

A marcha destes caudilhos, através do território sujeito aos holandeses, bem como o desembarque de munições que depois efetuou o conde da Torre nas costas das Alagoas, não deixaram de dar lugar a perseguições contra alguns, dos moradores[10], acusados

---

7 *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 34/34. – (G.).

8 Ibidem, 36/37. – (G.).

9 Ibidem, 33/34. – (G.).

10 Nota do A. na *História das lutas*, citada, pág. 198: "Gabriel Soares, senhor de engenho; Francisco Vaz e Gonçalo Fernandes, da Alagoa do Sul; e Simão

de haverem fornecido mantimentos e comunicado com os nossos. O esculteto das Alagoas Arnout van Liebergen foi o autor dessas perseguições, não sem nascerem contra ele suspeitas de menos desinteressado, pelo que foi mandado para a Holanda, onde tratou de justificar-se dando à luz em 1643, em Amsterdã, uma extensa *Apologia*, com muitos documentos.[11]

Enquanto o conde da Torre na Bahia se preparava para passar a investir Pernambuco[12], não estava Nassau por sua parte ocioso no Recife. Equipava alguns navios, disciplinava a milícia e instava por novos reforços da sua metrópole, de onde, felizmente para ele, chegavam já alguns, às ordens do polaco Arciszewsky, que por terceira vez vinha ao

---

Fernandes, Rui de Sousa, Pedro Marcos e Domingos Pinto e seu filho João, da do Norte... Calado diz erradamente Miguel e Manuel Pinto e Sebastião Ferreira, e Barlaeus chama ao 2º Franciscus Vastus, ao 5º Ruys de Sousa; ao 6º Petrus *Marci* e ao último Antonius Braisilianus". – Conf. nota seguinte. – (G.).

11 *Apolgie, ofte vvaerachtiahe veranivvordingle van Arnout van Liebergen. Over de Enorme ende noyt gehoorde Procedueren, tegens zijnen person gebruyckt, by the gewesene ciscus Vas, cum Socis, ende het vervolg van dien; dienende tat een Claer-lichtende Fackel: VVaerin, als in eenen klaren Spigel gesien kan worden, tgeene in Brasil gepasseert is, soo weghen de bovengenoemde verraders, als de onwettige Procedueren tegens hem Liebergen gehouden. Al doet de loogen wat zy mach, De waerheyt brenght het aen den dach. Amsterdam, Ghedruyckt voor den Autheur, woonende op het Rockin, aldernaest de vergulde Leeuw, Ano 1643, 4º* (XXXII +182 págs.). – Asher, *A Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets,* n. 183. – A *Apologie* encerra muitos documentos, alguns até em português mais ou menos estropiado. De um consta que Gabriel Soares, a poder de dinheiro, conseguiu ser sentenciado somente a perder um terço de sua fazenda e a dez anos de degredo para o Rio Grande. – Conf. *História das lutas,* 199, Lisboa, 1872. – (G.).

12 *Vidalium et Magalhainstun duces cum modico agmine n pagos Brasilianorum immisit, sparsis litteris, etc.* – Barlaeus. – (A.). – *Rerum per octennium in Brasilia,* 140, Amsterdã, 1647. – (G.).

Brasil[13], e por se conduzir, segundo o mesmo Nassau, menos circunspectamente, ele conseguiu que os do Conselho anuíssem a fazê-lo regressar, embarcando-se, pela Paraíba, em fins de maio (1639).[14]

Ainda em 9 de julho instava Nassau por mais reforços, ao enviar para a Holanda notícia individuada das forças dos nossos, acrescentando que, pela correspondência oficial que apresara, viera ao conhecimento de que o conde da Torre trazia ordens, que não havia cumprido, de deixar as tropas de desembarque na Bahia, e que novas ordens lhe chegavam para, em todo caso, conservar-se com a esquadra nas costas do Brasil durante dois anos. Dizia mais que na Bahia era, como em Pernambuco, mui grande a escassez dos mantimentos; e que por esse motivo não havia o conde podido seguir viagem[15]. Afinal, em princípios de outubro, recebeu Nassau a ainda ilusória notícia de que o conde da Torre havia deixado a Bahia no dia 15 de setembro; e no dia 8 acrescentava que, havendo já passados vinte e três dias sem ele aparecer, propendia a crer que se haveria retirado para a Espanha comboiando a carga dos açúcares. Provavelmente a saída a 15 de setembro teria sido parcial de alguns navios, unicamente para cruzar; pois a frota não partiu definitivamente da Bahia senão aos 19 de novembro[16]. Eram umas oitenta e seis velas que

---

13 Barlaeus, op. cit., 103. – (G.).

14 Carta de Nassau, de 25 de maio de 1639, *Cartas nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, 533/537; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, 2, fls. 221/233 v. – (G.).

15 *Cartas nassovianas,* in *Revista* citada, 537/540; *Documentos holandeses*, **2**, fls. 234/236 v., no Instituto Histórico. – (G.).

16 Na carta de 2 de março de 1640, já citada, os do Conselho Supremo do Recife escreviam aos diretores da Companhia: "A 13 de novembro (1639) chegou o pequeno iate *Ceará*, trazendo um pescador que tomara em uma

conduziam uns onze a doze mil homens, dos quais, porém, apenas uns dois mil eram de desembarque.[17]

Apenas Nassau foi da mesma partida informado, pela chegada ao Recife no dia 29 do mesmo mês de Willem Corneliszoon Loos com treze navios, tratou de guarnecê-los de tropas, e a outros barcos mercantes mais que aí então tinham chegado, e que fez artilhar. E conseguindo ver prontos e bem equipados quarenta e um vasos, deu ordem a que eles fossem, a quatro milhas ao mar de Olinda, esperar a esquadra do conde da Torre, dupla em força.

Este último chefe, depois de haver corrido a princípio com os ventos para o sul, veio a apresentar-se diante do porto das Alagoas no dia 13 de dezembro[18], com intento de comunicar com a terra a

---

jangada diante da Bahia; por ele e pelas cartas da nossa esquadra, que ali cruzava, soubemos ter chegado à Bahia em 8 de outubro o socorro da Ilha Terceira, que constava de dezesseis navios (nenhum deles galeão) com doze mil soldados [?] e grande provisão de víveres, bem como que toda a frota, contando agora mais de oitenta velas e onze mil soldados estava pronta para zarpar no primevo dia do mês de novembro." – *Revista do Instituto Histórico*, **58**, Parte 1ª, 2. – (G.).

17 Por esse tempo, 1 de dezembro de 1639 chegavam ao porto do Recife os navios *Akmaer* e *Malance*, que cruzavam nas costas da Bahia, e em um deles vinham os despojos mortais do conde Johan Ernestus de Nassau, irmão do governador, o qual se achava com a sua companhia de soldados a cruzar aquelas paragens e depois de ter feito uma presa caiu doente e ao cabo de cinco dias faleceu. – *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 40. – As cerimônias que então se praticaram por ordem de Nassau, descreve fr. Rafael de Jesus, *Castrioto lusitano*, 168, Lisboa, 1679. – Conf. Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, 168. – (G.).

18 A 14, diz a *Narração autêntica do que mais notável aconteceu no Brasil entre o almirante holandês Guilherme Cornelisz e a frota espanhola,* etc., *Revista do Instituto Histórico*, **92**, 173. – O lugar dessa abordada foi o Porto dos Franceses, *Allago Fransios*, na mesma *Narração*. – (G.).

fim de alcançar notícias do inimigo e de deixar algumas munições para os que haviam seguido por terra. Soube o almirante inimigo que estavam ali alguns navios, e para aí se dirigiu, pensando surpreendê-los com vantagem, encontrando-os ancorados. Haviam-se já, porém, feito de vela a maior parte dos mesmos, e só haviam ficado quatro, efetuando a descarga projetada, os quais, para salvar-se a gente, tiveram que dar à costa.

Nessa conjuntura, a esquadra holandesa, acudindo a todas as partes, partiu logo para o Recife, em cujo fundeadouro já se achava no dia 10 de janeiro (1640)[19]. Nesse mesmo dia chegou aí a notícia de que o conde da Torre se aproximava da banda do norte. Como justamente dessa banda soprava o vento, a esquadra holandesa teve que fazer-se ao largo. Rodando, porém, o vento para o sul no dia 12, pôde logo aproximar-se da costa, e viu, pelas sete da manhã, que os nossos se achavam diante das praias de Pau Amarelo[20], com a pretensão de efetuar um desembarque de tropa, parte da qual já se achava em lanchas (III).

Ao avistar a inesperada esquadra holandesa, a nossa, que se havia dispersado um tanto, não teve outro partido senão deixar-se ir com o vento, correndo a costa para o norte e evitando combater. Animaram-se os holandeses e foram-lhe na alheta com todo o pano, e em frente da ilha de Itamaracá a encontraram, às três da tarde, por serem os nossos galeões mais alterosos e ronceiros. O almirante

---

19 Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 13. – (G.).

20 A 12, Nassau com a sua guarda seguiu do Recife para Olinda, a fim de auxiliar e socorrer a tropa holandesa que estava de vigia no Pau Amarelo, se os luso-espanhóis ali pretendessem desembarcar, *Revista* citada, **14**. – (G.).

holandês, atravessando valentemente pelo meio da nossa esquadra, foi, como fizera o malogrado Pater contra Oquendo, em busca da nau almiranta do conde da Torre, e combateu com ela e com quatro galeões, que vieram em seu socorro, durante três horas; mas, não havendo tido de perda mais que quatro feridos e três mortos, teve a infelicidade de entrar ele no número destes.[21]

Esta primeira ação, que cessou pela noite, teve lugar um pouco ao norte da ilha de Itamaracá, defronte da Ponta de Pedras, paragem mais oriental de todo o Brasil.

Na manhã seguinte o pavilhão almirante holandês foi arvorado pelo vice-almirante Jacob Huygens[22], o qual, observando ainda que a nossa esquadra evitava o combate, se dirigiu para ela e a encontrou às dez horas da manhã, entre a Goiana e o cabo Branco. Esta nova ação foi mais renhida que a primeira, e durou até a noite. Uma das naus inimigas (*Geele Sonne*)[23] foi a pique, afogando-se o comandante e quarenta e quatro soldados.[24]

---

21 "Aprouve... a Deus levar o nosso virtuoso e bravo almirante Willem Cornelis-zoon, que morreu logo na segunda descarga (*chargie*) de uma grossa bala (*groff yser*) que lhe arrebatou a cabeça e os ombros. O corpo foi levado sem alteração para baixo e depositado na câmara (*cajute*). Apesar deste aconte-cimento, nada se descurou para que o combate continuasse com o mesmo esforço." – *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 15. – (G.).

22 No navio *Faen*, que era a capitânia, para onde se passou Huygens, eleito pelos oficiais superiores para substituir o almirante, na qualidade do *commandeur*. – *Revista* citada, **16**. – (G.).

23 *Navis Solis flavi*, traduz Barlaeus. – (A.). – *Rerum per octennium in Brasilia,* 166, Amsterdã, 1647. – (G.).

24 Segundo a carta do Conselho Supremo, de 2 de março de 1640, a perda da *Geele Sonne*, foi de cerca de cento e quarenta e cinco homens, quase todos

Ao terceiro dia as duas esquadras, decaindo sempre para o norte levadas pelo vento e as correntes, se achavam defronte, a duas milhas de distância, do forte do Cabedelo ou de *Margarida*, como Nassau quis nomeá-lo. A almirante holandesa começou por meter-se entre as almirantes de Castela e de Portugal, que lhe fizeram fogo muito vivo, do qual resultou mais estragos ao velame e mastreação que à guarnição.

Entretanto, a nau *Swaen*, do vice-almirante holandês Alderiksen, vendo-se desmastreada, teve que alçar ferro. Acometeram-na logo vários de nossos navios, quatro dos quais conseguiram dar-lhe abordagem, e dentro dela se achavam duzentos ou trezentos dos nossos, quando o chefe inimigo se lembrou de mandar picar as amarras para escorrer com as águas e dar à costa.

Apenas o notaram os atacantes, se foram desatracando. Só não fez outro tanto Antônio da Cunha d'Andrada, do socorro das Ilhas, e comandante da nau *Chagas*, de vinte e um canhões; pois, não havendo notado que a *Swaen* já havia encalhado, encalhou também, e veio a ser levado prisioneiro para terra, com duzentos homens, incluindo quatro frades e quatro oficiais. Na *Chagas* encontraram os inimigos bastantes valores.

Seguiram-se dois dias sem hostilidades; porém, no outro, aos 17 de janeiro, resolveu-se Huygens a atacar, quando as duas esquadras estavam na altura de Cunhaú. O conde da Torre, acometido violentamente, viu-se obrigado a se retirar da ação e fazer-se ao

---

soldados; o capitão Hendrick Christiaensen não morreu em combate; mas teve uma das pernas despedaçada. – *Revista* citada, **18**. – (G.).

largo, sendo substituído por outros galeões, que trataram de fazer vigorosa resistência às duas vice-almirantes inimigas.[25]

Os holandeses cantaram vitória, e com razão. A sua perda, sem incluir o navio que foi a pique, há sido quase insensível em comparação da nossa, pois tiveram apenas 22 mortos e 82 feridos. O pintor Francisco Post encarregou-se anos depois de comemorar estas quatro ações navais, e as quatro gravuras delas, com a sua assinatura, adornam a magnífica edição in-fólio da obra de Barlaeus.

---

25 Cabe aqui referência ao castigo dos oficiais que se portaram covardemente nas três batalhas navais. Consta da carta dos conselheiros do Recife aos diretores da Companhia: "Vários capitães de mar e outros oficiais são acusados de que em nenhuma das batalhas [com a armada espanhola] se comportaram com bravura e de acordo com o seu juramento, e, pelo contrário, se conservaram fora do aperto e do perigo, servindo à Companhia como poltrões e deixando escapar-lhe das mãos uma esplêndida vitória, pois, se se tivessem batido valorosamente, como outros o fizeram, a armada espanhola seria, com o auxílio de Deus, de todo aniquilada; pelo que resolvemos submeter a processo as pessoas assim arguidas de terem procedido contra a sua fé e juramento, e como quase todos são capitães de navio, não nos pareceu conveniente que fossem julgados somente por capitães de navio, e entendemos dever nomear juízes acima de toda suspeição. Os juízes nomeados são: S. Ex. (o conde de Nassau), os conselheiros políticos van de Voorde e P. de Linge, o sargento-mor Cornelis Bayer, Pierre le Grand, Cornelis Cracy, o diretor da equipagem (*esquipage-meester*) Cornelis Direxsen Moen, o *commandeur* Jacob Huygens e o vice-commandeur Jacob Albertsen. Estão ainda ocupados com a causa; a decisão será comunicada a Vs Ss. na primeira ocasião." – *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 38.

Da correspondência subsequente não consta o resultado daquele júri; mas fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 73, sem falar em julgamento pelos conselheiros, diz que foi Nassau quem mandou enforcar a cinco capitães e a dois pilotos, e "ao almirante do mar mandou degolar em teatro no meio da praça do Arrecife, e o degolaram por detrás por pusilânime, e covarde, e lhe fizeram em público a espada em pedaços, em sinal de ignomínia e afronta. Segundo Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 115, foram dois os oficiais decapitados, Ricke e Tolck, e três outros expulsos e declarados infames – (G.).

A nossa perda foi imensa; não tanto pela nau *Chagas*, que foi tomada, nem pelos mortos e feridos nos quatro combates, mas pelas consequências. Pernambuco não foi restaurado, como pudera havê-lo sido, se desembarcam convenientemente as tropas que para isso vinham; e toda a esquadra se desmantelou vergonhosamente. Dois galeões e um navio mercante tinham naufragado nos baixos do cabo de São Roque. Uns navios faltos de água e de mantimentos, por seu próprio arbítrio, foram parar às Antilhas; outros buscaram com os doentes e feridos refrigério no Maranhão, e algum houve em que a guarnição sucumbiu. O grande almirante e generalíssimo conde da Torre só com um bergantim que montava dez peças se atreveu, fazendo-se ao largo, a refugiar-se à Bahia, onde já se achava em fins de abril[26] quando aí se apresentou de novo o inimigo com a sua esquadra, levando tropas de desembarque, como veremos. Outros navios mais com tropas puderam ainda entrar na Bahia, e depois daí passaram à Europa.

Com toda a razão, pois, não só Maurício de Nassau cantou a vitória, como foi ela perpetuada em uma medalha, em que ainda hoje se lê em holandês a seguinte modesta inscrição: "Deus abateu o orgulho do inimigo aos 12, 13, 14 e 17 de janeiro de 1640".[27]

---

26 Por esse tempo devia ter chegado à Bahia o mestre de campo general príncipe de Bagnuolo, que também embarcara na armada do conde da Torre. Bagnuolo veio a falecer poucos meses depois, a 26 de agosto de 1640, e foi sepultado na igreja do Convento do Carmo, Mirales, *História militar do Brasil*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **21**, 143; Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 123, nota. – (G.).

27 "*God sloeg's vijands hoogmoed den 12, 13, 14 en 17 Januarij 1640*". – Netscher [*Les Hollandais au Brésil* 112]. – (A.).

Os navios da desbaratada esquadra de socorro que traziam ainda tropas de desembarque conseguiram lançá-las em terra no porto dos Touros, que fica na paragem em que a nossa costa começa a tomar de um modo mais pronunciado para oeste. Esse desembarque, porém, parece ter provindo mais das necessidades que as mesmas tropas sofriam nos navios, porventura de água e mantimentos, que de nenhum propósito de empreender com eles vantajosamente qualquer ataque. Eram umas mil e trezentas praças, e à sua frente se achou, por fortuna, para as comandar, o ativo e destemido pernambucano Luís Barbalho, tendo às suas ordens, entre outros valentes oficiais, a Francisco Barreto, poucos anos depois por duas vezes vencedor nos Guararapes (IV).

Bem sabia Luís Barbalho qual era a missão que a Providência lhe reservava, depois de tão grandes desastres, no retiro em que o haviam deixado com tantos dos seus compatriotas. Permanecer aí defendendo esse posto era-lhe impossível. Em poucos dias pereceriam todos por falta de alimentos. Não lhe restava, pois, mais recurso que retirar-se por terra à Bahia, dali mais de quatrocentas léguas, abrindo-se o passo a ferro e fogo[28] entre os inimigos, e resolveu pô-lo em prática. Com valor e constância se arrostou a essa retirada, comparável à dos dez mil gregos, ao regressar da Pérsia; sendo, porém, para sentir que o Xenofonte pernambucano nos não deixasse, como o ateniense, a narração dos serviços que então lhe deveu a pátria. Sabemos contudo que, no decurso dessa jornada, teve muitos recontros e pelejas, primeiro logo no rio Grande, investindo cem

---

28 *Viangue sibi ferro inveniret,* diz Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasilia,* 183, Amsterdã, 1647]. – (A.).

soldados e tapuias que estavam de emboscada, e dos quais ficaram mortos trinta, sendo os mais postos em fugida depois no assalto do engenho de Goiana, em que foram mortos mais de quatrocentos[29], com o sargento-mor Picard e o capitão Lochmann, recolhendo-se os mais a uma casa-forte, contra a qual pelejou durante três horas; seguindo-se outras refregas até o rio de São Francisco, com as tropas que Nassau, apenas teve dolorosamente notícia do desastre da Goiana, procurou reunir onde pôde. Para isso fez desembarcar da esquadra, com o capitão Jacob Alard, mil e duzentos homens, entre soldados e marinheiros; ordenou aos majores Mansfeldt e Hoogstraeten que fossem para São Lourenço, ao capitão Haus que levantasse gente na Muribeca, a Koin que fosse a Serinhaém, ao capitão Eins que de Igaraçu se lhes unisse, com a sua companhia. O comandante das guardas Tourlon chegou a fazer, com as suas tropas, dezessete léguas em doze horas, mas, não podendo alcançar a Barbalho, que se havia metido ao mato, contentou-se de fazer assassinar, sem quartel, aos estropiados que prendia.[30]

Segundo encontramos em várias patentes de prêmios e recompensas concedidos aos que acompanharam a Barbalho nesta prodigiosa jornada, os outros recontros tiveram lugar em Serinhaém, no engenho do Salgado, nas Alagoas, além de mais duas ações "a

---

29 Cem soldados de linha (*gregarius ordinis centum*), confessa Barlaeus [ibidem, 187]. – (A.).

30 "Fizemos toda a diligência possível para cortar-lhes o passo e dar-lhes o trágico fim que merecia o seu cruel propósito de matar tudo, como o mostram as difíceis marchas dos Srs. coronéis Koin e Doncker e do capitão da guarda Charles de Tourlon". – (carta do Conselho Supremo do Recife aos diretores da Companhia, de 7 de maio de 1640, *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª – (G.).

peito descoberto" nos campos de Unhaú. Em 9 de maio já participava Nassau que o mesmo Luís Barbalho, com todas as tropas que reunira, havia conseguido passar ao sul do rio de São Francisco, acrescentando que na marcha havia, como era natural, sofrido fomes, sedes e miséria, sendo acossado de perto pelas tropas holandesas, que nessa perseguição tinham perdido, além dos dois oficiais já mencionados, mais outros três, e haviam aprisionado, aos nossos, onze oficiais e poucos soldados, porque, em geral, a estes não se dava quartel. Barbalho tinha incendiado nas Alagoas os dois únicos engenhos que ainda aí permaneciam em pé.[31]

Temos por mais que provável que em sua retirada fosse Barbalho agregando a si os diferentes destacamentos que, às ordens do Henrique Dias, André Vidal, d. Antônio Camarão e João Lopes Barbalho, se acharam disseminados por toda a extensão do território dominado pelo inimigo.[32]

A gente que desembarcara com Henrique Dias havia sido encontrada, à borda de um mato, pelo capitão das guardas de Nassau, Carlos de Tourlon, que com setecentos homens fora buscá-la, e lhe fizera um grande número de prisioneiros, ficando no campo oitenta e sete mortos, e constando que havia sido ferido o próprio Henrique Dias.[33]

---

31 Carta de Nassau, de 9 de maio de 1640, ibidem, 57. – (G.).

32 A carta de Nassau, supracitada, transcrita em parte na nota IV desta seção, confirma tal parecer. – (A.).

33 Chegou mesmo a correr então que Henrique Dias tinha morrido, *Revista* citada, **27**. – (G.).

Quanto a Vidal sabemos que na Paraíba angariara aos senhores de engenho, a fim de que tivessem preparado farinhas e mais alimentos para quando chegasse a esquadra, e que então se alçassem contra os dominadores, e que conseguira hostilizar a muitos proprietários, queimando engenhos e canaviais[34]; pelo que Nassau resolvera pôr a sua cabeça a preço, oferecendo por ela dois mil florins, ao que respondera Vidal com editais em que prometia seis mil cruzados "pela cabeça de João Maurício, conde de Nassau"[35]. Esse último chegou a acreditar e a participar[36] que Vidal havia sido feito prisioneiro; mas o seu panegirista, escrevendo anos depois, contenta-se em afirmar[37] que o mesmo Nassau oferecera sobre isso prêmios aos soldados.

Do Camarão sabemos que se achava às margens do Una, com os seus guerreiros, quando, ao aproximar-se-lhe o coronel Koin, com mil soldados, se retirou mui a tempo pelos matos e sertões[38], evitando combate, segundo lhe fora recomendado.

---

34 "*Vidalius... homo audax, callidus et prout animum intendisset, pravus aut industrius in Parayba terris populationibus incendiisque grassatus, maximus damnis afflixerat Lusitanorum molas, agrosque cannis passim sachareis consitos.*" – Barlaeus [*Rerum per octennium in Brasilia*, 183, Amsterdã, 1647]. – (A.). – Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 17. – (G.).

35 Calado, *Valeroso Lucideno*, 117. – (G.).

36 André Fidal escreve ele (pronunciando provavelmente à alemã o v). – Carta de 28 de fevereiro. – (A.). – *Cartas nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, 12, 542/543; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, 2, fls. 242/252 v. – (G.).

37 "*In ejusdem Vidalii et Magalheinsi praedatorum capta, praemiis ingentibus excitii fuere circumquaque praesidiarii.*" – (A.). – Barlaeus. op. cit., 184. – (G.).

38 Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 16. – (G.).

João Lopes Barbalho havia sido primeiro encontrado pelo capitão Tack, com duas companhias de atiradores, em um desfiladeiro da Ipojuca[39]. Aí resistira por meia hora, deixando alguns mortos; e, causando aos holandeses a perda de oito mortos e dezesseis feridos, conseguira retirar-se para o sertão de São Lourenço. Havendo, porém, ido a persegui-lo o major Mansfeldt, logo à primeira carga se retirou com a sua gente para o mato, atirando esta fora até as armas e tambores, para se escapar melhor. O próprio João Barbalho chegou a perder o chapéu, em cuja copa levava não só muitas cartas dos moradores, que assim ficaram comprometidos, como as instruções que lhe dera seu tio, e as que trouxera para o Camarão; a qual circunstância devemos o ter tido delas conhecimento, pois que, havendo sido enviadas à Holanda, aí foram arquivadas e conservadas até o presente.[40]

Cumpre-nos acrescentar que entre essas cartas, perdidas na fuga por Lopes Barbalho, havia algumas contra o Camarão, a quem Nassau julgou oportuno enviá-las, a ver se com isso abalava-lhe a lealdade. Não sabemos se foi nesta ou em outra ocasião que o mencionado major Mansfeldt, perseguindo a nossa gente, foi encontrando pelo caminho um grande número de embornais, que

39 Ibidem, 25. – (G.).

40 Entre os documentos perdidos por João Lopes Barbalho nas cercanias de Meçurepe, *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 26, estavam as instruções que foram dadas a ele e a Camarão pelo conde da Torre, assim como as recomendações de seu tio Luís Barbalho Bezerra. Esses documentos foram publicados pelo dr. José Higino Duarte Pereira na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 33/38; cópias no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **8**, 2759/2763, dos originais conservados no Arquivo do Rei da Holanda. – (G.).

estavam cheios de açúcar, à falta da farinha, e que botavam fora os que se retiravam para melhor poderem correr.

Não contente, porém, Nassau com o destroço da armada do conde da Torre, e com a perseguição das tropas do Camarão, Henrique Dias e Barbalho, vendo-se favorecido por um reforço da Europa de vinte e oito barcos de guerra, com dois mil e quinhentos homens, assentou de mandar prosseguir em toda sorte de hostilidades contra os portos do sul, e principalmente contra a Bahia, já que, com as forças de que dispunha, não julgou prudente seguir a opinião dos do Conselho de acometê-la de novo.

Em primeiro lugar tinha feito partir para o rio de São Francisco com oito navios, levando setecentos soldados e duzentos índios, o almirante Cornelis Jol, o *Perna de Pau*, a ver se ainda aí encontrava em sua marcha a divisão do Barbalho, ou pelo menos alguns restos dela; parece, porém, que já chegou tarde.

Pouco depois fez partir para a Bahia o vice-almirante Lichthardt, com os restantes vinte navios, levando consigo dois mil e quinhentos homens de tropas, às ordens do coronel Carlos de Tourlon, com instruções de levar tudo a ferro e fogo, em represália das que o conde da Torre havia dado ao Camarão, e que Nassau vira de seus olhos.[41]

Lichthardt apresentou-se na Bahia em fins de abril, e foram sem conta os destroços e mortes que causou na ilha de Itaparica e no Recôncavo, dos quais o próprio inimigo fez alarde; só engenhos,

---

41 A ordem de represálias dada por Nassau tem a data de 24 de fevereiro de 1640 e lê-se na *Revista do Instituto Arqueológico* citada, 40/41. – (G.).

foram queimados vinte e sete[42]. A própria cidade da Bahia esteve ameaçada, e talvez não deixaria de ser atacada e tomada, se mui a tempo aí não chega Luís Barbalho, com os seus cansados mil e duzentos homens, vindos prodigiosamente pelos sertões desde o porto dos Touros, no Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo chegou ordem a Lichthardt para regressar com a esquadra a Pernambuco, a fim de ir com Jol a outra diligência das bandas da ilha de Cuba, para onde prosseguiu no mês de julho, e onde não foi por certo mui afortunado, mas cujos pormenores nos não importam relatar.

A essa esquadra se reuniram alguns dos navios que tinham ido ao rio de São Francisco, ficando outros às ordens do coronel Koin, que foi mandado, com mais trezentos homens, invadir para as bandas do rio Real, o que ele executou destruindo quanto pôde, sem que lhe ousassem oferecer resistência as forças aí deixadas por Barbalho às ordens do capitão Magalhães e do Camarão. Foram, porém, estas, reforçadas por João Lopes Barbalho[43] e depois pelas do general d. Francisco de Moura[44] e pelas do próprio mestre de

---

42 Nassau, em carta de 11 de setembro de 1640, *Cartas nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico*, **12**, 543/544, e *Documentos holandeses*, **2**, fls. 258/259, no Instituto Histórico, escreveu: "...realizamos um assalto à Bahia, com vinte navios e dois mil e quinhentos soldados, a fim de tomarmos vingança dos danos que Luís Barbalho ocasionou nas regiões por nós ocupadas, e incendiamos e destruímos para sempre vinte e sete engenhos, além de povoações e casas particulares, de sorte que na Bahia só restam oito engenhos... A nossa gente matou ali todos os que lhe caíram nas mãos, do mesmo modo por que eles pretendiam nos tratar, exceto as mulheres e crianças". – (G.).

43 Carta do conde da Torre, de 20 de junho de 1640. – (A.).

44 Melo, *Biografias*, **2**, 152. – (A.).

campo d. João de Sousa, desalojar os holandeses aí fortificados[45]; sendo talvez então que caiu prisioneiro o major Van den Brande, que ao depois, como coronel, morreu nos Guararapes.

Koin viu-se, pois, obrigado a partir com os navios que consigo tinha, no dia 1 de outubro, e passou às águas da Bahia, informado, por uns pescadores que tomou, como seria imprudente entrar, ou conservar-se por ali, resolveu acometer a Camamu, que invadiu e incendiou, no dia 17, seguindo viagem depois de ter feito aguada[46]. Dirigiu-se ao Espírito Santo, e logo aí se apoderou (no dia 27) de quatrocentas e cinquenta e umas caixas de açúcar.

A guarnição e alguns habitantes haviam-se recolhido ao castelo, situado em um alto; e Koin, julgando-o mais acessível, resolveu atacá-lo com quatrocentos homens, no dia seguinte; porém, manobrando bem cinco pequenos canhões que nele havia, os defensores rechaçaram vigorosamente o inimigo, que aí teve sessenta soldados mortos e oitenta feridos, entrando neste número o major Haus[47],

---

45 Uma dessas vitórias teve lugar a 1 de agosto. Veja Melo, *Biografias*, **1**, 143. – (A.).

46 O coronel Koin, em carta de 6 de dezembro de 1640 a Nassau, *Cartas nassovianas*, *in Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, 547/548, diz: "...e como também os navios já se ressentissem de falta d'água, nos vimos obrigados a ir a Camamu a fim de fazermos aguada; ali chegados, dirigi-me com duzentos homens para a povoação onde a nossa gente ainda não tinha estado, e conquistamo-la depois de curta resistência por parte dos habitantes, e incendiamo-la, bem como uma barca e uma caravela, ambas sem carga, e algumas casas situadas nas vizinhas...". – (G.).

47 Esses sucessos deram-se em 29 e 30 de outubro de 1640, Rio Branco, *Le Brésil en 1889,* 124. O ataque ao castelo foi no dia 28; a peleja durou três horas e meia, depois das quais o inimigo se viu obrigado a abandonar a cidade e a esperança dos despojos que ali havia. O coronel Koin, em sua carta de 6 de

ao depois derrotado nas Tabocas, feito prisioneiro na casa-forte, e morto na primeira batalha dos Guararapes.

Depois de tentar incendiar a povoação sem o conseguir, por serem as casas de pedra e cal, Koin se fez ao mar no dia 13 de novembro, dia em que se viu no Brasil um notável eclipse do sol[48], e para seu maior castigo deu daí a pouco o escorbuto a bordo, e tiveram que se recolher.

No entanto havia chegado à Bahia, feito "vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil empresa e restauração de Pernambuco", o marquês de Montalvão, d. Jorge Mascarenhas,

---

dezembro de 1640, já citada, atribui o insucesso a serem recrutas os seus soldados; confessa que mandou incendiar a cidade em dois ou três pontos, mas, como as casas eram de pedra e cal e havia perfeita calmaria, o fogo não pegou. Os mortos e feridos, segundo a mesma carta, foram os seguintes: major Haus e os capitães Tack e Debitz, feridos; capitães Wolff e la Main, mortos em consequência de ferimentos; o capitão-tenente do coronel Koin e os tenentes dos majores Mansfeldt e Haus, feridos; o tenente do capitão Debitz, morto; o tenente do capitão Tack e o alferes do capitão Wolf, feridos; o alferes do capitão Tack e o do coronel Koin, mortos em consequência de ferimentos. Os oficiais feridos, à data da carta, achavam-se quase todos restabelecidos, exceto o alferes do capitão Wolff, que seguia para o Recife. – (G.).

48 O eclipse solar de 13 de novembro de 1640, visível no Brasil e paragens próximas, foi observado por Marcgrav, no observatório astronômico que Nassau fizera instalar em seu próprio palácio de Vryburg. Ordenara o conde, com algumas semanas de antecedência, que os capitães que se fizessem ao mar naqueles dias notassem rigorosamente o fenômeno, registrassem o seu aspecto e enviassem o resultado a Marcgrav. No *Tractatus Topographicus et Meteorologicus Brasiliae cum observatione Eclipsis Solalis,* publicado com a obra de Piso, *De India utriusque re naturari et medica,* Amsterdã, 1559, Marcgrav consignou as suas observações, já compendiadas por Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, 196/198. – Amsterdã, 1647. – Driesen, *Leben des Fürsten Johann Moritz von NassauSiegen*, 103, Berlim, 1849, refere-se a esse eclipse e às circunstâncias de sua observação no Brasil; ali, em vez de 1640 está 1630 por engano. – (G.).

e tomara posse em 5 de junho[49]. Havia-o nomeado a corte apenas informada dos primeiros reveses sofridos pelo conde da Torre, a fim de prosseguir na ideia de opor ao prestígio do chefe holandês outro chefe de prestígio e alta categoria. Só, porém, aos 22 de julho (1640) é que veio a ser assinado pelo rei o decreto desautorando completamente o mesmo conde da Torre, privando-o do título, das comendas lucrativas e cargos que desfrutava e mandando-o preso para a Torre de São Julião, na barra do Tejo (V), onde permaneceu mui pouco tempo, por ocorrer, logo depois de aí entrar, a restauração do 1º de dezembro e haver o mesmo conde tido ocasião de prestar a esta o serviço de fazer com que se rendesse o comandante da mesma Torre, não obstante ser castelhano.[50]

Do lado dos holandeses eram por esse tempo os conselheiros e diretores Mathijs van Ceulen e Jo. Gijsselingh rendidos por Hendrik Hamel e Direk Kodd van der Burgh, e Adrian van Bullestrate.

Entre os efeitos lamentáveis, produzidos no Brasil pelos reveses da desastrada frota do conde da Torre, devemos ainda mencionar dois, a saber: o novo alento e ensoberbecimento que eles foram dar aos índios inimigos, e o pretexto a Nassau para expulsar do território conquistado a maior parte dos frades, que ainda nele residiam. Uns três mil índios, com suas famílias, entrando no número

---

49 Essa data precisa de correção para 21 de junho, quando chegou à Bahia, com setenta e quatro dias de navegação, a esquadra comandada pelo marquês de Montalvão, primeiro vice-rei nomeado para o Brasil. – Conf. Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 124; *Efemérides brasileiras*, 294, ed. 1946. – (G.).

50 Fr. Antônio Seyner, *Historia del levantamiento de Portugal*, 96/97, Saragosa, 1644. – (A.). – Ericeira, *História de Portugal restaurado*, **1**, 118/119, Lisboa, 1751. – (G.).

o Janduí, desceram até o Rio Grande, Goiana e Itamaracá, a reforçar as fileiras dos já arregimentados por Nassau, sob o mando do coronel Guilherme Doncker. Quanto aos frades, Nassau alegou que eles haviam se pronunciado, auxiliando os da frota, senão sempre com mantimentos, pelo menos com informações. Assim, pois, fez reunir os beneditinos, carmelitas e franciscanos, em número de sessenta[51], na ilha de Itamaracá, e os embarcou a todos para as Antilhas, o que não deixou de causar muita sensação no povo.

Nassau não tardou em reconhecer o mau efeito que produzira essa resolução; pois às justas queixas dos moradores de nada poderem empreender por falta de segurança individual, e com receios continuados das invasões dos *campanhistas* vindos da Bahia, se agregava agora o não terem número suficiente de ministros para a celebração do culto divino. Tratou, pois, de acudir ao primeiro mal, induzindo aos poucos eclesiásticos que haviam ficado a fazerem-lhe uma representação, pedindo-lhe que usasse para com os prisioneiros a maior tolerância e moderação. Deferiu Nassau, dizendo que quando o governo da Bahia ordenasse que os campanhistas se retirassem e não fossem incendiar os canaviais e os engenhos, ele resolveria favoravelmente. Pediram os eclesiásticos licença para mandarem com essa resolução um corneta à Bahia; e, sendo isso concedido por Nassau, foi a mencionada cláusula aceita por Montalvão. Desta forma se havia insensivelmente chegado a entabular uma trégua, que se tratava de formalizar enviando-se reféns de parte a parte, conforme foi exigido por Montalvão. Foram escolhidos para reféns por Nassau

51 "*Numero sexaginta, ob clandestina cum hoste consilia*", etc. – Barlaeus [*Rerum per octennium*, 188. Amsterdã, 1647]. – Veja também Calado [*Valeroso Lucideno*, 51]. – (A.).

o tenente-coronel Hinderson e o major Day[52] e por Montalvão o já mestre de campo Martim Ferreira e o sargento-mor Pedro Arenas.[53]

Ao dar Nassau conta deste arranjo aos Estados Gerais, em carta de 10 de janeiro de 1641[54], data já esta carta não da ilha de Santo Antônio ou Antônio Vaz, mas sim da *Cidade Maurícia* (Mauritzstad), nome este que os conselheiros políticos e a câmara haviam deliberado que passasse a ter[55], de então em diante, a cidade atualmente chamada do Recife.

E nessas negociações de tréguas provisórias, precedidas de trocas de reféns e de prisioneiros, se achavam, tendo sido aplanadas todas as dificuldades pelo espírito conciliador de Montalvão, quando veio inopinadamente surpreendê-los, em fevereiro desse mesmo ano de 1641, a notícia da revolução que se efetuara em Lisboa no 1º de dezembro de 1640, e comunicara, como chama elétrica, a

---

52 O major Day era capitão em 1631 e já se encontrava então no Recife. Richshoffer, *Diário de um soldado*, 113. – As instruções dadas por Nassau ao tenente-coronel Hinderson e ao major Day, enviados à Bahia como reféns, leem-se na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **6**, n. 35, 70/72. – (G.).

53 O sargento-mor Pedro de Arenas não retornou para a Bahia porque morreu em Pernambuco, "e o príncipe [Nassau] o mandou levar no seu bergantim por mar até o varadouro da vila de Olinda, acompanhado de todos os seus familiares, de onde vieram buscar o Vigairo e mais Sacerdotes, que na vila se acharam com toda a capela de música, e as cruzes das confrarias, e com toda a pompa e aparato lhe deram sepultura na igreja de São Bento". Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 67. – (G.).

54 *Cartas nassovianas*, in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **12**, 545/547; *Documentos holandeses*, **2**, fls. 260/271, no *Instituto Histórico*. – (G.).

55 A 2 de março de 1640 já vigorava a nova denominação, conforme se infere da carta daquela data do Conselho Supremo aos diretores da Companhia, *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 9. – (G.).

todo o reino; em virtude da qual ficava aclamado rei, com o título de d. João IV, o duque de Bragança, descendente dos reis avoengos portugueses e sucessor legítimo do afortunado d. Manuel, por sua avó a senhora d. Catarina, neta desse rei em cujo reinado o Brasil se patenteara ao mundo civilizado.

Ao receber a notícia, por uma caravela entrada na Bahia no dia 15 de fevereiro[56], o vice-rei procedeu com a maior circunspeção e prudência. Mandou pô-la incomunicável; e esmerou-se em tomar providências para que se fizesse pacificamente a transformação que devia operar-se. Como faziam parte da guarnição umas seiscentas praças de tropas espanholas e napolitanas[57], tratou antes de tudo de mandar que somente estivessem em armas as demais. Ordenou a seu filho d. Fernando que com o seu terço ocupasse o terreiro da Companhia, e a João Mendes de Vasconcelos[58], que estava de guarda, que com outras tropas fosse postar-se na praça do palácio.

---

56 Jaboatão, *Novo orbe seráfico,* parte segunda, **1**, 125, Rio, 1859, diz que a notícia da aclamação chegou à Bahia em 2 de março; mas a data de 15 de fevereiro, que dá Gregório de Almeida, *Restauração de Portugal prodigiosa*, 69, Lisboa, 1752, é a que deve ser aceita, porque melhor se concilia com os acontecimentos subsequentes. – (G.).

57 As tropas espanholas e napolitanas conservaram-se em seus quartéis, pedindo apenas transporte para a Europa, o que se lhes concedeu meses depois. A urca que as conduzia viu-se obrigada a arribar à Paraíba, e aí os holandeses detiveram como prisioneiros o mestre de campo Heitor de la Calce e todos os oficiais. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 85, ed. 1946. – (G.).

58 Joanne Mendes de Vasconcelos... foi valente soldado e hábil capitão. Distinguiu-se na restauração da Bahia em 1625, onde depois influiu para o reconhecimento de d. João IV, a quem veio servir no reino, A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, **1**, 194, Lisboa, 1899. – Havia substituído no emprego de mestre de campo general ao príncipe de Bagnuolo. Mirales, *História militar do Brasil*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **22**, 143. – (G.).

Apoiado por estes preparativos, mandou pouco a pouco chamar o bispo, o capitão-general de artilharia d. Francisco de Moura, os mestres de campo, o ouvidor-geral, o provedor-mor da fazenda e os prelados das religiões; e, fazendo entrar um por um no seu gabinete, lhe lia em particular a carta régia que recebera; e logo o fazia passar a outra sala, a esperar aí, sem comunicar com os que ainda não o haviam visto. Depois de ter seguro o voto de todos, os reuniu aí mesmo em conselho pleno; no qual se votou que se procedesse imediatamente à aclamação do novo rei[59]; partindo desde logo todos daí para a Sé, a assistir ao competente *Te Deum* de ação de graças.

Para felicitar o rei aclamado e dar conta do ocorrido, ordenou desde logo Montalvão que, no dia 26, partisse o seu filho d. Fernando, indo em sua companhia os dois ilustres jesuítas escritores Simão de Vasconcelos e Antônio Vieira.[60]

---

59 *Restauração de Portugal prodigiosa,* por Gregório de Almeida, parte **II**, cap. 14, tol. 129 v. e segs. – (A.).

60 O padre Antônio Vieira e seus companheiros partiram da Bahia em 27 de fevereiro de 1641 e chegaram a Peniche em 26 de abril. Em 23 de fevereiro seguiu da Bahia para o Rio o padre Manuel Fernandes, provincial da Companhia de Jesus, com provisões do vice-rei para o governador Salvador Correia de Sá e Benevides proceder à aclamação de d. João IV na capitania do Rio de Janeiro e nas outras do sul, e trazia poderes para fazer outro governador, caso aquele, meio castelhano e casado com castelhana, não quisesse tomar a voz d'el-rei d. João IV, mas Salvador Correia fez quanto se podia desejar, aclamando Sua Majestade com extraordinárias festas, e fazendo aclamar nas outras capitanias, do que logo mandou aviso a Sua Majestade, por seu sobrinho homônimo, o qual, com o padre Francisco Fernandes, da Companhia de Jesus, chegou a Lisboa, a lhe beijar a mão, aos 12 de junho. O marquês de Montalvão, preso e mandado para a corte, aí chegou no quarto domingo de agosto, que caiu a 25. Conf. Gregório de Almeida, *Restauração de Portugal prodigiosa*, 69/71, Lisboa, 1752. – A Relação da aclamação que se fez na Capitania do Rio de Janeiro, do Estado do Brasil, e nas mais do sul, ao Senhor Rei d. João IV, por verdadeiro Rei e Senhor do seu Reino de Portugal,

A aclamação de d. João IV fez-se com felicidade análoga por toda a extensão do Brasil, não submetido aos holandeses. No Rio de Janeiro parece haver hesitado Salvador Correia[61], mas viu-se obrigado pelos jesuítas a proclamá-la. Em São Paulo seguiu o povo com igual bom senso, graças, segundo a tradição, à abnegação de Amador Bueno.

O grande acontecimento da restauração de Portugal prometia fazer mudar a situação do Brasil. A guerra dos holandeses lhe proviera de ser parte da Espanha; e a Portugal e à Holanda interessava o aliarem-se para guerrear o inimigo comum. Levado por esses instintos, escreveu Montalvão a Nassau em 2 de março uma atenciosa carta, dizendo-lhe que esperava começaria entre Portugal e os Estados Gerais "aquela paz e união com que sempre se trataram".

Respondeu Nassau[62] mui cortesmente no dia 12, abundando no interesse que tinha pela paz entre a sua nação e a portuguesa,

---

etc., impressa na época, lê-se na *Revista do Instituto Histórico*, **5**, 343/352. – Em São Paulo, o juramento de d. João IV realizou-se em 3 de abril de 1641, *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, **7** (Suplemento), 203/205, São Paulo, 1919. – Conf. Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **3**, 127/136, São Paulo, 1927. – (G.).

61 Fr. Antônio Seyner, *História* citada, 46. – (A.).

62 Veja o teor dessa correspondência na nossa *História das lutas*, 218/221, Lisboa, 1872 – (A.). – Foi publicada em holandês sob o título: *Copien van drie Missiven*, etc., Amsterdã, 1641. Conf. Asher, *Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets*, n. 174. Ali se lê *Montuval* por Montalvão. Em português foi também publicada primeiro a *Carta do Conde de Nassau general dos Olandeses em Pernambuco*, Lisboa, 1641, 3 págs. in-4º. Essa carta é datada da Bahia, 2 de março de 1691. Logo depois foram publicadas as Cartas que escreveu o marquês de Montalvão sendo viso-rei do Estado do Brasil, ao conde de Nassau, que governava as armas em Pernambuco dando-lhe aviso da felice aclamação de S. M. o Senhor Rei Dom João IV... e resposta do conde de Nassau, Lisboa, 1642, 8 págs., in-4º. – (G.).

dando os parabéns e acrescentando que, pela sua parte, ia ajudar a festejar a nova; e que, além dos seus delegados, que partiriam, mandava onze prisioneiros que ali tinha.

As ordens para se efetuar na Bahia a aclamação de d. João IV haviam sido acompanhadas de outras, confiadas pessoalmente ao jesuíta Francisco de Vilhena, providenciando no caso de que o vice-rei do Estado se mostrasse contrário a ela. Efetuada, porém, sem novidade a mesma aclamação, parecia natural que se considerassem essas ordens nulas e sem valor.

Não o entendeu, porém, assim o jesuíta[63]. Já haviam partido para Portugal os emissários encarregados de cumprimentar o novo soberano da parte do vice-rei e do povo, quando Vilhena, porventura em virtude de algum despeito ou ressentimento por ambição de domínio malograda, resolveu-se a exibir em câmara essas ordens. Em obediência a elas, o governador foi logo deposto e preso e enviado a Lisboa[64], sendo proclamada em seu lugar uma Junta de Governo, composta do bispo, de Luís Barbalho e de Lourenço de Brito Correia, que estava servindo de provedor-mor.

---

63 Sobre a caráter de Vilhena, veja fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 112/113. – Depois de muitas tranquibérnias, foi de Pernambuco para o reino em uma caravela, e chegando à ilha da Madeira a salvamento, por assegurar a muita riqueza que levava, largou a caravela e se meteu em uma nau que estava de partida para Lisboa; mas permitiu Deus que a nau fosse tomada pelos turcos e levada a Argel, onde Vilhena acabou a vida em miserável cativeiro, ibidem, 144. Antes, nos primeiros tempos da invasão de Pernambuco, o padre Francisco de Vilhena prestou relevantes serviços a Matias de Albuquerque na resistência oposta aos holandeses, conforme atestado que possui em original o dr. Alberto Lamego. – (G.).

64 Veja Ericeira, *História de Portugal restaurado*, **1**, 146/148, Lisboa, 1751. – (G.).

Nas mãos deste triunvirato se achava o governo-geral do Estado, quando chegou à Bahia a notícia de que havia sido recebido na Haia como embaixador de Portugal Tristão de Mendonça Furtado[65], e que ficava negociando pazes e até uma aliança ofensivo-defensiva com os Estados Gerais.

A simples recepção do embaixador era um ato público, em virtude do qual por direito de gentes, entre os dois Estados, as hostilidades se deviam considerar pelo menos suspensas. Porém os dois governos quiseram a este respeito deixar um ao outro bem manifestos os seus intentos. Os Estados Gerais ordenaram, em 13 de fevereiro de 1641, que os portugueses fossem considerados como amigos; e por sua parte Portugal correspondeu imediatamente a essa declaração, por meio da carta régia de 20 de março, dispondo outro tanto com respeito aos holandeses.[66]

Para fixar melhor, durante a suspensão das hostilidades, os direitos de ambas as partes, resolveu o governo provisório que desde logo passasse ao Recife o tenente-coronel Pedro Correia da Gama, acompanhado do licenciado Simão Álvares de la Penha, restituindo desde logo uns trinta prisioneiros, ficando ainda na Bahia presos

---

65 Ibidem, 164/169. – (G.).

66 Da carta régia, aliás carta-patente, de 20 de março de 1641, mandando que os habitantes das Províncias Unidas fossem tratados com todo o favor e amizade, em correspondência do que os Estados Gerais delas tinham decretado acerca dos moradores dos reinos de Portugal em 13 de fevereiro do mesmo ano, lê-se a ementa em J. Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa,* **3**, 3/4, Lisboa, 1807. – A 12 de junho era assinado em Haia um armistício de dez anos entre a República e Portugal e uma aliança ofensiva e defensiva contra a Espanha. Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 124. – Veja infra nota 70. – (G.).

os majores van den Brande e Garstman[67]. Ao mesmo tempo levou Pedro Correia da Gama autorização para poder mandar recolher todos os guerrilheiros e campanhistas que não deixavam de infestar o território de Pernambuco; sendo que, ainda em maio, o Camarão se achava no rio de São Francisco, e em abril haviam pelos ditos campanhistas sido queimados três engenhos, e até um grande número de carros, estes na própria Várzea do Recife. Admitida a suspensão das hostilidades, não tardou a apresentar-se no Recife, munido do competente salvo-conduto que recebera, o tenente Paulo da Cunha Souto Maior, que pouco antes havia oferecido dois mil cruzados pela cabeça de Nassau, em represália da oferta de quinhentos florins que este chefe fizera pela dele Paulo da Cunha. Para se entenderem com os mencionados emissários da Bahia acerca dos direitos de cada qual durante a suspensão das hostilidades, nomeou Nassau os conselheiros Teodoro Kodd van der Burgh e Nunin Olfers, dando-lhes por intérprete o secretário do Conselho Abraão Tapper, com recomendação de redigirem em latim quanto se pactuasse. A Paulo da Cunha, antes de seguir para a Bahia, convidou à sua mesa, praticando com desenfado acerca das ameaças que se haviam mutuamente feito, quando inimigos.

Quem diria, em presença deste proceder de Nassau, das expressões da sua carta a Montalvão, da nobreza de seu sangue e dos seus precedentes, que ele obrava com duplicidade e que necessitava da suspensão das hostilidades para, com fé púnica, abusar dela! Entretanto, o fato passou-se, e não nos é hoje possível duvidar dele, quando é cinicamente confessado pelo próprio Nassau, em carta

---

67 Conf. nota IV desta seção. – (G.).

aos Estados Gerais do 1º de junho de 1641[68]. Escreve o dito chefe que, antes de receber as ordens (de 28 de março) que lhe mandava a Assembleia dos XIX, prevendo que a revolução de Portugal deveria necessariamente conduzir às pazes, e aproveitando-se do que pactuara e da retirada dos nossos guerrilheiros das fronteiras, havia ele disposto que, das forças até aí destinadas a fazer-lhes frente, passassem umas a ocupar Sergipe, e se embarcassem outras contra Luanda; justificando esta última ordem com a vantagem de ter, para os engenhos de Pernambuco, escravos mais baratos.

Em presença da própria confissão de Nassau, não podemos pôr em dúvida este fato da sua vida que nada o honra e que veio a fazer diminuir em nós o respeito e quase estima que tínhamos por esse chefe inimigo. A história, mestra da vida e conselheira dos povos e príncipes no porvir, não pode deixar de reprovar tão feio proceder, que veio a dar motivo para justas represálias.

Foi, pois, por ordem espontânea de Nassau, abusando dos ajustes para a mútua cessação das hostilidades, e antes de receber sobre isso, segundo ele próprio diz, as sugestões que não tardaram a chegar-lhe da Holanda, que o comandante das tropas no rio de São Francisco, Andreas, auxiliado de um reforço, que o mesmo Nassau lhe mandou em quatro barcos, passou a tomar aos nossos o território de Sergipe até o rio Real, fazendo aí entrincheiramentos. E foi igualmente por deliberação de Nassau que se preparou a expedição contra Angola, às ordens do almirante Cornelis Jol, o *Perna de Pau*, assegurando-se mentirosamente aos nossos comissários que viam

---

68 Dessa carta há cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **2**, fls. 272/274 v. – (G.).

partir a frota que ela era destinada a ir atacar, nas Índias ocidentais, o inimigo comum.

Sergipe foi logo ocupado, não havendo aí tropas para apresentar resistência.

Outro tanto sucedeu a Luanda, e ilha de São Tomé. Partiu Jol do Recife aos 30 de maio, e no dia 25 de agosto, com perda apenas de três mortos e oito feridos, se assenhoreou daquela cidade e, no dia 11 de outubro seguinte, conseguiu igualmente tomar a povoação da ilha de São Tomé, onde nesta ocasião deixou o mesmo Jol a vida, atacado das carneiradas da terra[69]. Outro tanto sucedia a vários dos seus oficiais e a mais de duzentos índios, de trezentos que levara do Brasil.

Apenas inteirado o governador da Bahia da ocupação de Sergipe, e depois da de Luanda, mandou ordens, para representar e protestar em Pernambuco contra elas, ao licenciado Simão Álvares de la Penha: mas Nassau eximiu-se de lhe dar nenhuma resposta por escrito; alegando de palavra, quanto a Luanda, não estar Angola na sua jurisdição, o que não era verdade. A notícia dessas aleivosas ocupações, feitas pelos holandeses, haviam também em todo o Portugal causado a maior consternação, e foi ordem para contra elas protestar na Holanda o embaixador português. Entretanto, o marquês de Montalvão, que, depois de chegar à corte, fora pelo rei premiado, chamando-o aos seus conselhos, reconhecendo que Nassau melhor que ninguém podia desenredar, querendo, estas

69 "Carneiradas... são certas moléstias epidêmicas que grassam regularmente na costa da África, em determinada época do ano" – escreveu o dr. Bernardino Antônio Gomes na resposta que deu ao programa da Câmara do Rio de Janeiro, publicada por Melo Morais, *Corografia histórica*, **5**, 441, Rio, 1863. – (G.).

últimas complicações, resolvera dirigir-lhe, mui habilmente, em 12 de março de 1642, uma carta (VI) em que o pretendia angariar com ofertas para que se mostrasse favorável aos portugueses.

Em abono da verdade, cumpre acrescentar que Nassau não se deixou seduzir pelas promessas que lhe eram feitas. Enviou lealmente cópia dessa carta aos Estados Gerais; e com tanta maior razão quando, ao recebê-la, não era só Luanda que por seu influxo se havia perdido, mas também já o Maranhão. Correra, porém, que de Lisboa se lhe havia oferecido para captá-lo o marquesado de Vila Real.

A mandar ocupar o Maranhão Nassau havia se decidido, de acordo com outras novas ordens da Holanda, ao experimentar com quanta facilidade e vantagem, à sombra da boa-fé dos nossos, lhe era dado fazer a guerra, e depois de haver recebido o texto do tratado que em 12 de junho (1641) fora assinado na Haia[70], estipulando a cessação das hostilidades por dez anos; as quais (pelo art. 8º) "nas terras e mares pertencentes ao distrito da jurisdição concedida pelos Senhores das Ordens Gerais à Companhia da Índia Ocidental" (isto é, no Brasil e na África) só deveriam começar a contar em cada lugar desde que aí fosse apresentada a ratificação do tratado. Deste modo, tão mal concebido foi o mesmo tratado, e tal demora houve da parte de Portugal em ratificá-lo, que mais justificada veio a ficar a conquista do Maranhão, empreendida depois de receber-se o teor dele, que a de Sergipe e de Luanda, efetuadas antes de ser

---

70 O tratado de tréguas e cessação de hostilidades entre d. João IV e os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, assinado em Haia a 12 de junho de 1641 e ratificado em 18 de novembro do mesmo ano, lê-se em latim e português em Borges de Castro, *Coleção de tratados*, **I**, 24/49, Lisboa, 1856. – (G.).

ele conhecido. A expedição contra o Maranhão partiu do Recife no dia 30 de outubro e chegou ao seu destino a 25 de novembro, data em que ainda em nenhuma paragem do Brasil podia haver notícia da ratificação, que, por parte de Portugal, só foi assinada aos 18 do mesmo mês de novembro.

O tratado constava de trinta e cinco artigos. Pelo 34º foram reciprocamente admitidos os cônsules nos portos de uma e outra nação. O 26º estipulou a liberdade religiosa. Pelo 21º foi reconhecido, ao governo holandês, o domínio adquirido pela conquista; assim como pelo 22º o foi, aos súditos holandeses, o direito às propriedades e engenhos de que estavam de posse. O artigo 17º estipulava que nenhum súdito português poderia fretar nem comprar navio, para a navegação do Brasil, que não fosse holandês. Finalmente, vários artigos tratavam da Índia Oriental, e outros eram relativos a uma frota de vinte navios com que a Holanda devia desde logo socorrer Portugal.

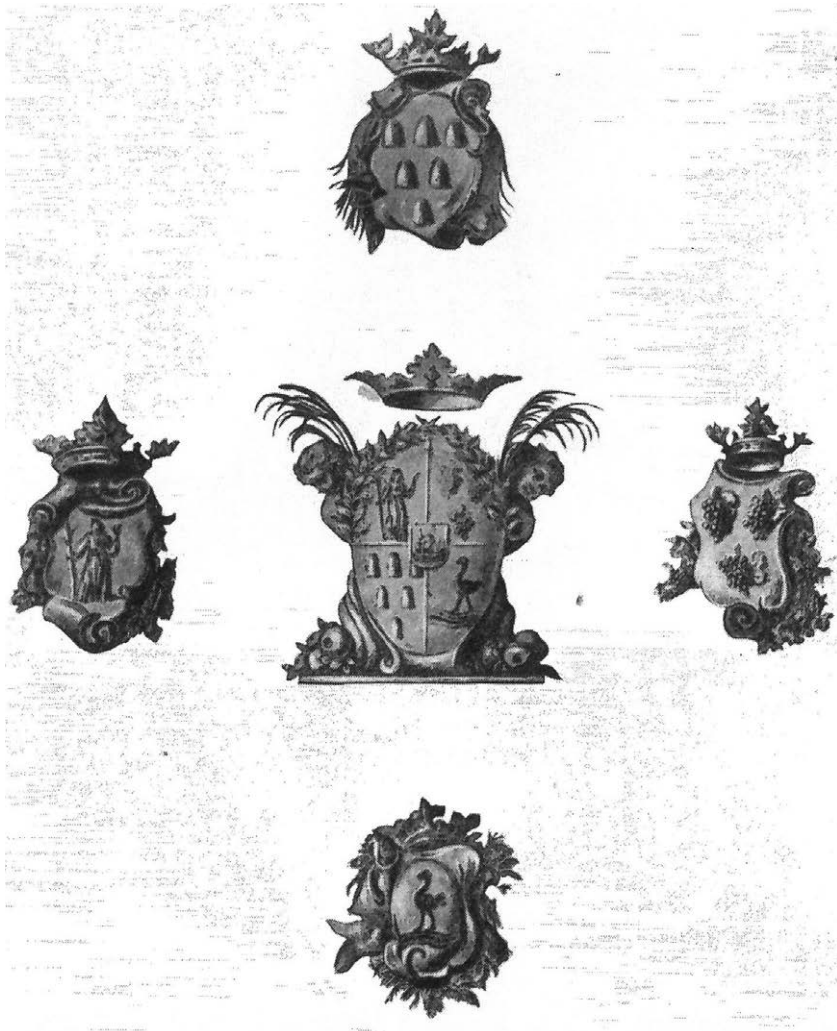
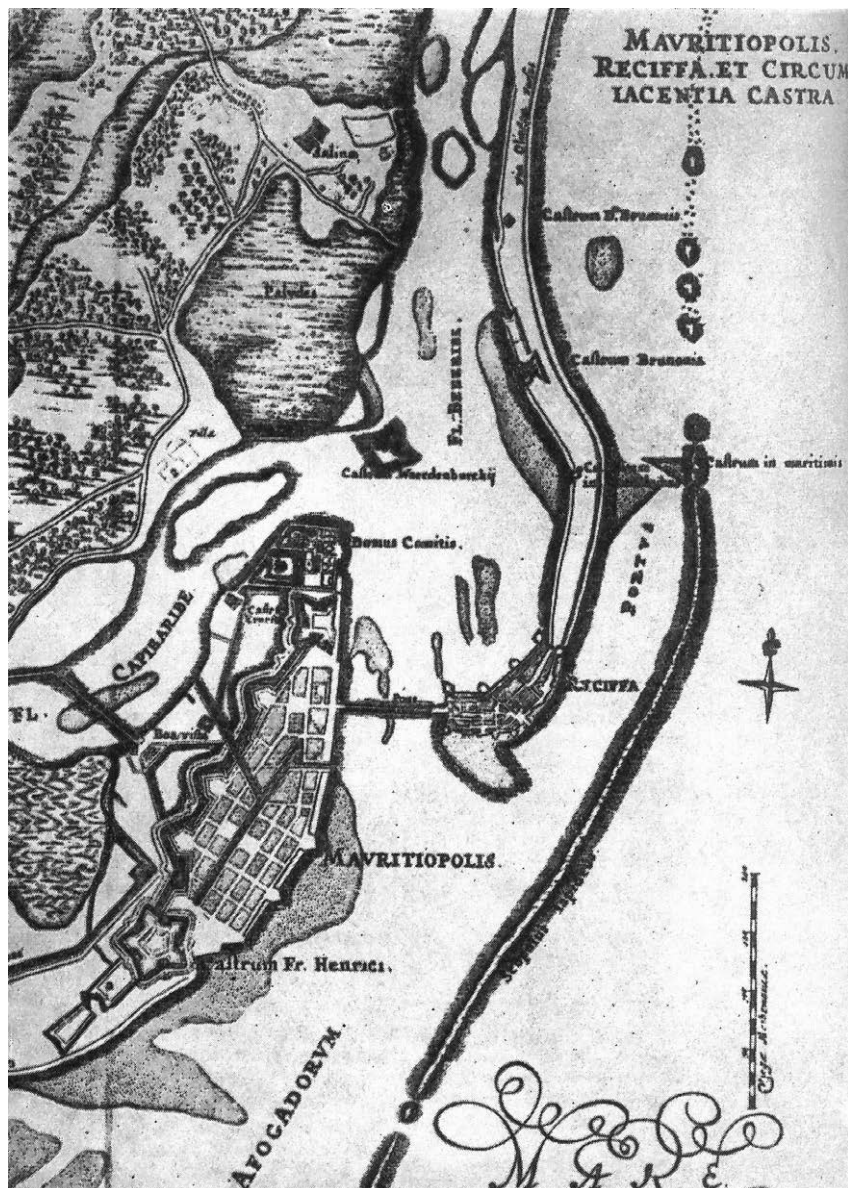
Ocupemo-nos, porém, do Maranhão. A esquadra destinada a assenhorear-se do porto e da cidade compunha-se de treze navios de guerra, três bergantins e outros três barcos menores (VII). Era dela vice-almirante o conhecido Lichthardt, e ia por chefe da tropa, que consistia de uns mil soldados, o coronel Koin; tudo subordinado ao conselheiro político Pedro Jansen Bas[71]. Fundearam primeiro todos no Pereá, aquém do Maranhão, e daí mandaram explorar o que se passava, para seguirem com mais confiança.

---

71 Berredo, *Anais históricos do Maranhão*, § 780, tomou o qualificativo político como antonomásia desse conselheiro; Baena, *Compêndio das eras*, 54, Pará, 1838, navegou nas mesmas águas. – (G.).

Aos 25 de novembro se apresentou a esquadra, sem bandeira, diante do porto[72]. Foram de terra disparados primeiro alguns tiros de pólvora seca. Porém, não sendo içada ainda nenhuma insígnia, e continuando os barcos a aproximar-se do ancoradouro, começou o forte da cidade a disparar com bala, e logo se travou o fogo de parte a parte; mas os navios passaram avante, havendo unicamente perdido dois homens, e foram fundear para a banda de dentro da ponta do Desterro, onde a terra volta para o *Portinho*, que fica além da cidade.

O governador Bento Maciel Parente, na presença de um ataque tão estranho como por ele inesperado, encarregou ao provedor-mor Inácio do Rego Barreto que, em companhia do jesuíta Lopo do Couto, fosse avistar-se com o comandante da esquadra. Quando, porém, esses dois emissários chegaram a bordo, foi-lhes dito que o chefe se achava em terra, com a força, que já aí se formava, para marchar contra a cidade. Dirigiram-se, pois, para a paragem do desembarque e ao que se lhes apresentou como chefe disseram, de parte do governador, haverem ali sido recebidas ordens régias anunciando as tréguas celebradas na Haia havia mais de cinco meses. Bem conheceria o chefe inimigo o tratado, e o direito às hostilidades que lhes dava o artigo 8º dele, se ali não houvesse chegado ainda a notícia da ratificação, como bem presumia. Pediu pois para ver essas ordens; e com a maior boa-fé saiu o governador da fortaleza, levando-as na mão, pensando que, com isso, ia poupar muito sangue e cumprir os seus deveres como leal cavalheiro e bom cristão. Examinou o chefe

72 A armada holandesa, que foi tomar o Maranhão, saiu do Recife de Pernambuco em 28 ou 29 de outubro de 1641 – Certidão do provedor-mor que foi da Fazenda Inácio do Rego Barreto, em Cândido Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão*, **2**, 437. – (G.).

Brasões d'armas do Brasil holandês.
Figura central: Brasão do Brasil holandês, para uso do Conselho Supremo. Centro, à esquerda: Brasão da Província de Pernambuco. Centro, à direita: Brasão da Capitania de Itamaracá. Em cima: Brasão da Capitania de Paraíba. Embaixo: Brasão da Capitania do Rio Grande do Norte.

Mauritiópolis, o Recife e os fortes. Gravado segundo um desenho da época.

inimigo as tais ordens, e desde logo se tranquilizou, ao ver que ainda nelas se não falava da ratificação, a qual, como ora sabemos, apenas havia sido assinada por Portugal na semana anterior. Duvidou, ao que parece, Maciel Parente, pouco ao corrente das formas diplomáticas, de seus argumentos, e resistindo-se a acreditar que o governo da metrópole havia andado com pouca previsão e bastante negligência. Viu-se, porém, obrigado a ceder ao número das forças desembarcadas, mediante uns simulacros de concessões, que lhe foram feitas, de que as hostilidades não prosseguiriam, enquanto cada um dos chefes passava a pedir ordens à sua respectiva metrópole; lavrando-se disso um termo, que foi assinado pelo governador e por Lichthardt e pelo diretor Bas. Os holandeses entraram logo no forte e na cidade e, arriando as bandeiras, içaram as suas; e no dia seguinte foram apresentar ao governador para assinar um novo termo, rasgando o anterior, que diziam estava menos bem redigido.

O velho Bento Maciel foi logo embarcado e conduzido para o Rio Grande, donde, preso, o levavam por terra até o Recife, quando faleceu, antes de chegar a Goiana (VIII). A guarnição que havia na praça, apenas de cento e trinta soldados, foi embarcada, dizendo-se a todos que para a ilha da Madeira; mas partiram em uns barcos tão maus que deram graças a Deus quando se viram chegados, uns à ilha de São Cristóvão das Antilhas, e outros (uns quarenta), com o capitão Pedro Maciel, às águas do Pará, levados por um barco, a que se passaram no mar, pelo mau estado do em que iam.

Apoderaram-se os holandeses não só da artilharia dos fortes, que consistia em cinquenta e cinco canhões, e juntamente de muitas munições, como de quanto havia pertencente ao fisco e de toda a riqueza das igrejas.

Existiam então, no distrito da cidade, cinco engenhos e três engenhocas, que todos forneciam por ano umas seiscentas caixas de açúcar. O conquistador multou aos moradores no valor de umas seis mil arrobas, valor que foi sem demora pago. Em cada um dos engenhos mandou pôr guardas, convertendo os donos deles em verdadeiros feitores seus.

O provedor-mor esteve retido em custódia até ser embarcado para a Holanda[73]; onde, em 2 de agosto de 1642, apresentou ao embaixador extraordinário de Portugal Francisco de Andrade Leitão uma certidão[74], de que temos cópia presente, de cujas informações se serviria o dito embaixador para a nota[75] que, em 13 de maio, dirigiu aos Estados Gerais reclamando contra esta nova violência.

As três aldeias da ilha, bem como os moradores de Tapuitapera (Alcântara), prestaram homenagem ao vencedor.

Apenas constaram na Holanda as notícias da ocupação do Maranhão, apressaram-se os Estados a enviar ordens às suas autoridades no Brasil, em datas de 22 de fevereiro e 15 de março (1642), para que cumprissem e fizessem cumprir à risca o tratado de tréguas.

Era, porém, chegada para os nossos a hora das represálias. Os holandeses, fiados na validade do pactuado, em virtude das

---

73 Foi motivo de escândalo para Gedeon Morris que se deixasse embarcar para as Índias o provedor-mor da fazenda Inácio de Rego Barreto, levando cem caixas de açúcar. – Conf. nota VII desta seção. – (G.).

74 A certidão do provedor-mor da fazenda Inácio do Rego sobre a perda do Maranhão, datada de Haia, 2 de agosto de 1642, lê-se em Cândido Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão*, **2**, 437/442; cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **8**, 2 287/2 2892. – (G.).

75 Dada à luz nesse mesmo ano, em Lisboa, no folheto *Discurso político*, etc. – (A.).

ratificações, iam dormir o mesmo letargo da confiança em que os nossos haviam jazido, fiados na honra de Nassau; e da mesma sorte que eles tinham abusado da boa-fé, iam ser vítimas da sua confiança nela. A eles, que haviam ensinado o caminho, cabe toda a responsabilidade. E graças a Deus: porque a não haverem procedido tão mal, porventura o norte do Brasil seria senão ainda colônia deles, como Batávia, pelo menos mui provavelmente de nacionalidade diferente da do sul. Ainda assim, tão amortecido se achava o espírito público, ou tão pequenos eram os recursos que tinham os povos submetidos para sacudir o jugo, que foi necessário ajudá-los das capitanias vizinhas.

Os primeiros planos para se levar isso a cabo em Pernambuco, pelos esforços dos seus próprios habitantes, haviam tido lugar antes de ser ocupado o Maranhão, e até já antes das entrevistas de tréguas entre Nassau e Montalvão. Se não foi André Vidal o autor da ideia, desde que no tempo do conde da Torre chegou, com um punhado de homens, quase a dominar em toda a capitania da Paraíba e a ameaçar e aterrorizar as vizinhas, ele veio depois a patrocinar de tal forma a mesma ideia que podemos dizer que a perfilhou, que a fez familiar na Bahia, e veio a ser, por assim dizer, a alma do plano que foi posto em execução, depois de abraçado pelo governador Antônio Teles, que tudo sacrificou para esse fim, e a quem talvez algum dia Pernambuco honrará com uma estátua.

Em Vidal obravam (como diz o grande panegirista de Vieira, fr. Manuel Calado) não só os impulsos do patriotismo como também os da religião. Nos distritos de seu domínio iam os holandeses, de dia em dia, reduzindo as igrejas católicas e criando em seu lugar outras, protestantes.

A preferência com que os nossos procuravam captar a João Fernandes Vieira não tinha outra origem mais que o ser ele, de todos os moradores de Pernambuco, o que gozava de mais favor entre os dominadores, e um dos que aí, em seu nome e do seu comitente Jacob Stachower, mais fundos manejava.

Sabemos, por documentos oficiais, que no dia 23 de maio de 1642, achando-se Vidal em Lisboa, e ao que parece já para regressar ao Brasil, donde tinha vindo, o rei d. João lhe fez pessoalmente promessa de lhe dar, quando se restaurasse, o governo do Maranhão, ainda então sob o domínio holandês. Era ministro da coroa Montalvão, o qual, com a notícia de haver sido ocupado o mesmo Maranhão, devia ter perdido toda esperança de poder contar com Nassau, e haveria já reconhecido que não tinha outro remédio senão usar do recurso de autorizar as insurreições. Vidal, favorecido com a mencionada promessa, feita porventura na própria hora da despedida, embarcou-se para o Brasil, acompanhando a Antônio Teles da Silva, nomeado para suceder no governo-geral a Montalvão, como "capitão-geral de mar e terra". Chegado com esse governador à Bahia no princípio da última quadra do mês de agosto, foi logo Vidal pelo mesmo governador encarregado de passar ao Recife, a pretexto de entender-se com o conde de Nassau acerca dos assuntos de Angola, a respeito dos quais lhe escrevera Montalvão; mas com o verdadeiro intuito de tratar de fomentar aí a insurreição, mostrando secretamente documentos para prova de como os serviços nela feitos seriam bem aceitos e recompensados pelo rei, e vindo já autorizado, pelo próprio rei, para distribuir para esse fim em Pernambuco até seis hábitos de Cristo. Conseguiu Vidal conversar não só com João Fernandes Vieira, a quem foi procurar em companhia do beneditino fr. Inácio, mas também com outros moradores, e de tal modo

contava já com a revolução no Maranhão (que aliás só rebentou no último dia desse mês de setembro), que parece ter dado dela notícia como cousa assentada, o que não deixou de alarmar muito o povo, que falava de insurreição, chegando a acreditar-se que estava entre os conjurados o próprio comandante da guarda de Nassau, Carlos de Tourlon, casado com a bela pernambucana d. Ana Pais, viúva de Pedro Correia da Silva.[76]

No Maranhão o jugo dos opressores era mais forte que o espírito público, por isso mesmo que esse jugo havia durado menos, não estava tão amortecido, e a conspiração teve a fortuna de encontrar à sua frente nobres caracteres, como foram os senhores de engenho Antônio Barreiros e Antônio Teixeira de Melo.

Que essa insurreição no Maranhão foi realizada com prévio assentimento da corte, o deduzimos nós, não tanto do fato da promessa

---

76 D. Ana Pais já estava casada com Tourlon em 1637. Em 27 de agosto desse ano dirigia-se em carta ao Conselho da Zelândia, dizendo que Tourlon, por ter incorrido no desagrado de Nassau, fora enviado para a Holanda, ficando ela em Pernambuco muito aflita pela ausência do marido e pedindo lho restituíssem a sua casa e fazenda. O Conselho resolveu atender à súplica, para que Tourlon voltasse a Pernambuco como particular, a fim da tratar de seus negócios. – Da ata do Conselho Supremo do Brasil, de 20 de março de 1637, consta que Nassau comunicara ao mesmo Conselho as razões que tivera para pôr Tourlon em segurança. – Conf. *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 59/60.

Os serviços militares de Tourlon, como se vê do texto, foram depois aproveitados pelo próprio Nassau, que veio de novo a persegui-lo e "impondo-lhe culpa de que ele tratava de entregar esta capitania aos portugueses, o prendeu com grande rigor e vitupério, e o embarcou para Holanda, aonde morreu com morte apressada; e d. Ana Pais ficou prenha dele e pariu uma criança, que ainda é viva, e vendo-se viúva deste segundo marido, se tornou a casar terceira vez com Gilberto de Bitt [Witt] um dos do Conselho político...", fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, 61/62. – (G.).

do governo desse Estado, feita quatro meses antes a Vidal, e do pensamento que chegou a haver, segundo parece, de secundá-la em Pernambuco e de se dar aí dela notícia antes de rebentar, como principalmente do fato de haver sido socorrida do Pará de gente e de munições, apenas aí chegou a notícia do seu rompimento; sendo que as autoridades se não haveriam atrevido a tomar a responsabilidade de mandar tais socorros, se a esse respeito não houvessem já recebido ordens. E essa foi também a opinião do inimigo; pois Nieuhoff diz mui expressamente que a perda do Maranhão em 1644, "para confessar a verdade, foi devida à combinação dos portugueses, com os habitantes do Grão-Pará e os naturais da terra"[77]. Sigamos, porém, narrando como se operou essa insurreição no Maranhão.

Haviam aí os holandeses imposto aos senhores de engenho exações tão arbitrárias que maliciaram não seriam elas cumpridas sem que em cada engenho houvesse uma escolta. Estavam, porém, os soldados destas mal armados, mal pagos e alguns até sofrendo de febres e outras moléstias. Fácil era obter sobre eles, com toda a segurança, uma primeira vitória. Planizaram, pois, os conspiradores um levantamento geral, e desde logo elegeram por chefe a Antônio Moniz Barreiros, um dos senhores de engenho da terra e que já havia sido antes capitão-mor do mesmo Maranhão, a pedido de seu pai, do mesmo nome, habitante de Pernambuco, e que, no governo de Diogo de Mendonça, fora feito provedor-mor da Fazenda, com a condição de que faria construir no Maranhão por sua conta dois engenhos de açúcar, encargo que ele cometera ao dito seu filho.

77 Johan Nieuhoff, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize,* 41 (bis), Amsterdã, 1682. – (G.).

Aprazou-se o rompimento, segundo dissemos, para a noite de 30 de setembro. Nessa noite foram a um tempo surpreendidas e feitas prisioneiras ou degoladas as guarnições dos cinco engenhos, e de madrugada se foram todos reunir diante do forte do Calvário, do Itapicuru, que conseguiram surpreender, aprisionando o seu comandante, que dormia, segundo costumava, em uma casa fora do forte, e passando a apoderar-se do mesmo forte, matando simplesmente algumas sentinelas. A uns cinquenta ao todo das guarnições dos holandeses foi pelos nossos dado quartel, e neste número entrou o dito comandante do Calvário, Maximiliano Schade, o seu imediato e um soldado por nome Cornelis Jansen, que foi pelos nossos considerado de toda a confiança. A Schade somos devedores de uma exposição[78], apresentada em Amsterdã em 4 de novembro de 1644, em que, contando quanto lhe passou, subministra vários dados que hoje servem à história.

A não ter sido tão habilmente combinada e feita de surpresa a ocupação do forte do Calvário, não se houvera a sua posse alcançado facilmente. Era situado em um cotovelo ou pontal à margem do rio. Sobre o mesmo, tinha uma frente flanqueada por dois orelhões que formavam como dois baluartes. Para a banda da terra, seguia o mesmo forte estreitando e afocinhando, sempre com flanqueamento mútuo, terminando em uma espécie de revelim; o que constituía três recintos que os atacantes teriam que tomar para dele se apoderar, se antes não fossem socorridos da cidade, como era natural.

---

78 Um sumário desta exposição foi impresso em 1646, no folheto *Extract ende Gopye, etc;* mas foi do próprio original que tomamos as notas de que aqui nos valemos. – (A.). – Essa exposição ou relatório publicou Cândido Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão*, **2**, 449/454. Lê-se também na *Revista do Instituto Histórico,* **92**, 202/205. – Cópia no Instituto Histórico, *Documentos holandeses*, **3**, fls. 175/178. – (G.).

Os sublevados passaram sem demora à ilha, acometendo e levando à degola a primeira guarda dos holandeses que nela encontraram. Logo foram assentar campo a três léguas da cidade, com avançadas junto do rio Cutim, certos de que o inimigo não deixaria de vir atacá-los, e de terem desta forma, quando ainda não eram mais de duzentos a seu favor, a escolha do sítio para a ação. Assim sucedeu. Moniz foi a tempo avisado de que, no dia seguinte, uma força inimiga, de cento e vinte homens, iria atacá-lo no lugar em que se achava. Preferiu, pois, desde logo levantar campo e ir ao encontro do inimigo, armando-lhe junto ao mesmo rio Cutim, uma cilada, onde ela fosse menos esperada.

Foi o plano tão bem executado que dos holandeses apenas escaparam seis, perecendo todos os mais, e com eles o seu comandante.

Com esta vitória, que ministrou aos sublevados armas e munições, animou-se Moniz a ir sitiar a cidade. Com a pouca gente que lhe restava, limitaram-se os holandeses a guarnecer a parte alta da mesma cidade, entrincheirando-se nas imediações do atual palácio do governo, e, deixando de fora várias casas e igrejas, ocupou logo uma o Moniz, ordenando que outros se postassem em um edifício no canto da rua que vai para Santo Antônio.

Seguiram-se alguns tiroteios sem nenhuns resultados até que, no dia 3 de janeiro, chegaram do Pará, em auxílio dos maranhenses, os capitães Pedro da Costa Favela, Bento Rodrigues de Oliveira[79] e Aires de

79 Conf. Rio Branco, *Frontières entre le Brèsil et la Guyane française*, **1**, 89, Berna, 1899. – Costa Favela era natural de Pernambuco e Bento Rodrigues do Rio de Janeiro. – (G.).

Sousa Chichorro, em cinquenta e quatro canoas, conduzindo cento e treze soldados, setecentos índios, alguma artilharia e poucas munições. A chegada desse socorro fazia honra aos do Pará; pois, para enviá-lo, se haviam suspendido as rivalidades existentes entre a Câmara e o capitão Pedro Maciel, apoiado por seu irmão João Velho do Vale, capitão-mor do Cabo do Norte. Todos se alojaram no quartel do Carmo, passando o Moniz com os seus para o outro posto, com avançadas onde hoje estão a igreja do Rosário e o recolhimento da Anunciação.

No dia de Reis, 6 de janeiro, arvorava-se nos nossos parapeitos a bandeira portuguesa, trazida pelos do Pará, e era saudada com alguns tiros contra a praça, gritando os sitiantes que eram *recados* que mandava o rei de Portugal.

Se, então, Moniz efetua um assalto, é mais que provável que os holandeses teriam capitulado. Deixou, porém, passar mais de uma semana sem nada intentar, pensando, talvez, que pouparia muitas vidas e que os holandeses seriam obrigados a render-se. Porém, em lugar disso, viu, no dia 15 desse mês, receberem eles reforços trazidos em sete barcos, e bastante se arrependeria de não haver antes intentado o ataque. Chegavam de reforço (aos holandeses) trezentos soldados e duzentos índios, ao mando do tenente-coronel Hinderson, que fora ferido no sítio da Bahia e que, depois de haver estado na mesma cidade de refém, em 1641, tinha sido mandado à conquista de Luanda, de onde acabava de regressar.

Logo no dia seguinte, saiu Hinderson, à frente de quatrocentos soldados e cento e cinquenta índios, contra o quartel do Carmo, onde, como vimos, se achavam as forças vindas do Pará. Esse posto foi tomado sem grande dificuldade, sendo passados à espada todos os que o defendiam.

Seguiu-se o ataque do outro posto. Aí se defenderam os maranhenses energicamente, de modo que obrigaram os holandeses a retirar-se, com perda de não poucos mortos e de sessenta a setenta feridos. A perda da nossa parte foi proporcionalmente menor em número; mas muito maior moralmente, porque nesta heroica defesa sucumbia o capitão-mor Antônio Moniz.

O mando foi logo confiado a outro senhor de engenho respeitável, o madeirense Antônio Teixeira de Melo[80], que nessa guerra perdeu um filho, porventura morto igualmente no mencionado ataque.

Durante nove dias se mantiveram as duas forças em quase muda expectativa, até que, na noite de 25, os nossos resolveram retirar-se. Nessa noite, ordenando o chefe holandês que um sargento, com doze soldados e dez índios, fosse apoderar-se de um posto dos nossos, em chegando a ele, reconheceram que havia sido abandonado, bem como todos os demais.

Nessa mesma noite, se havia retirado Antônio Teixeira para dali a meia légua, a "uma posição bastante forte, além de um desfiladeiro, tão estreito que não podia passar por ele mais que um homem de cada vez". Era às cabeceiras do Cutim, lugar onde haviam conseguido a primeira vitória.

---

80 Antônio Teixeira de Melo, natural da ilha da Madeira, filho de Pedro Gonçalves Ferreira, foi para o Maranhão em 1614, achou-se no socorro do Pará, na tomada de uma lancha de holandeses e do forte que os ingleses tinham na boca do Amazonas, perdeu um filho na luta contra os holandeses no Maranhão. Em 1 de setembro de 1654 teve a capitania do Pará por seis anos, ficando sem despacho o hábito de Santiago com 12$000 de pensão, que lhe fora concedido em 1644. – Conf. *Revista do Instituto Histórico,* **39**, 411/412; Studart, *Documentos para a História do Brasil,* **3**, 122/136. – (G.).

No dia 26, mandou aí o holandês explorar o terreno cento e cinquenta índios às ordens do capitão Jacob Evers[81], mas, chegados ao desfiladeiro, aí foram todos acometidos e mortos.

Antônio Teixeira ainda se conservou na ilha[82] por espaço de três meses, durante os quais raro era o dia em que os holandeses não tinham que recolher alguns mortos ou feridos; e o mais triste para eles era que se encontravam sem medicamentos. Por fim, escassos de munições e de víveres, os nossos se viram obrigados a passar a Tapuitapera (hoje Alcântara) do outro lado da baía, em princípios de maio. Daí partiram para o Pará a solicitar munições de guerra os chefes do socorro que de lá viera. Graças a um navio que com elas chegara da Bahia[83] ao Pará, essas provisões não se fizeram esperar; e, já com elas, não tardou Teixeira de Melo a aproximar-se da ilha; colocando-se provavelmente na Estiva, junto ao rio do Mosquito, donde continuava a inquietar o inimigo, por terra e por água, muito ajudado nestas incursões pela intrepidez de Manuel de Carvalho Barreiros, irmão do falecido capitão-mor. Depois passaram os nossos à ilha, e provavelmente foi desta vez que se estabeleceram no chamado *Arraial,* em frente do Itapicuru, donde podiam desse rio ser facilmente socorridos de mantimentos.

---

81 Não João Lucas, como diz o p. José de Morais. – (A.). – Veja *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*, in *Memórias do Maranhão*, **1**, 168. – (G.).

82 Em Moruapi, que segundo um mapa antigo era no centro da ilha, junto às cabeceiras do Tibiri. Seria o mesmo sítio em que haviam estado antes. – (A.).

83 Schade, *Representação* citada. – (A.). – *Memórias do Maranhão*, **2**, 452; *Revista do Instituto Histórico,* **92**, 204. – (G.).

Afinal o inimigo, enfadado de tanto sofrer[84], vendo que não lhe chegavam os socorros, que pedira mais de uma vez, achando-se com mui poucos recursos de mantimentos e munições, julgou que devia, enquanto era tempo, aproveitar-se dos poucos que lhe restavam para empreender a viagem de retirada.

E, encravando toda a artilharia do forte, partiu no dia 28 de fevereiro de 1644 em uns[85] xavecos velhos, que estavam no porto, a desembarcar no Ceará; donde seguiram todos por terra até o Rio Grande, ficando no mesmo Ceará uma guarnição mui diminuta, às ordens de um chefe, Gedeon Morris, que pouco depois foi toda vítima de uma invasão dos bárbaros revoltados, que igualmente arrasaram todas as obras feitas nas salinas vizinhas de Ipanema (IX).

Ao chegar a notícia da restauração à Bahia, Vidal escrevia para Lisboa recordando a promessa do rei, o qual, ao receber a sua súplica, lhe mandava passar a carta-patente de 11 de agosto de 1644, nomeando-o governador e capitão-general do Maranhão, em conformidade da promessa que fizera em 23 de maio de 1642.

Cumpre-nos dizer que, logo depois que o Maranhão foi libertado pelo esforço dos seus bravos habitantes, e do dos seus vizinhos do Pará, e apenas disso teve notícia o miserável donatário de Tapuitapera, que nenhuma ajuda havia dado aos que assim combatiam por arrancar das mãos dos holandeses a sua capitania,

---

84 Em mais de oitocentas pessoas calculou Antônio Teixeira de Melo a perda dos holandeses durante a guerra do Maranhão, Studart, *Documentos para a História* do *Brasil,* **3**, 123. – (G.).

85 Quatro, segundo Baena [*Compêndio das eras*], 65, e outros dizem dois. – (A.). – Dos relatórios e cartas de Gedeon Morris se conclui que foram dois iates, *Hasewint* e *Brack* chamados. *Revista do Instituto Histórico,* **58**, parte 1ª, 318. – (G.).

a estes subordinada, em vez de enviar presentes e recompensas ao seu libertador Antônio Teixeira de Melo, passou a acusá-lo ante os tribunais, fazendo-o responsável por quatro mil cruzados de danos e prejuízos, em consequência de haver obrigado os seus colonos aos trabalhos da guerra! E o mais é que houve em Portugal um tribunal que (por sentença de 12 de dezembro de 1646) o condenou a realizar semelhante pagamento. E o miserável donatário era nada menos que um desembargador, cujo nome deve a história deixar gravado, para memória e escarmento. Chamava-se Antônio Coelho de Carvalho. A doação havia-lhe sido feita por um irmão e, a influxo seu, confirmada pela coroa.

Talvez, como tênue indenização de tanta injustiça, o rei, depois de restaurado Pernambuco, vendo Antônio Teixeira de Melo reduzido à pobreza, lhe fez mercê (por carta do 1º de setembro de 1654) da capitania do Pará[86], por seis anos, anulando, nesta mesma data, o "despacho do hábito de Santiago e doze mil-réis de pensão, com que a instâncias da Cidade de São Luís estava respondido".

Quando a notícia da rendição do Maranhão chegou a Pernambuco, achava-se em vésperas de partida o conde de Nassau, que, depois de se despedir dos principais do Recife, convocados para isso no dia 6 de maio (X), seguiu por terra até a Paraíba, e aí se embarcou para a Europa a 22 de maio desse mesmo ano de 1644.

O governo da colônia escravizada ficou em mãos de três conselheiros secretos: Hendrik Hamel, antigo negociante de Amsterdã, A. van Bullestrate, outrora carpinteiro em Middelburgo, e Kodd van der

---

86 Portanto não faleceu em 1646, como disse Berredo, *Anais históricos do Maranhão*, § 929. – (G.).

Burgh, que logo se ausentou, deixando em seu lugar o mesmo Pedro J.[87] Bas, já de regresso do Maranhão. Era secretário J. van Walbeeck.

Na Holanda agitava-se por esse tempo a questão de refundir em uma só as duas companhias, oriental e ocidental; a pretexto de que se aquela tinha grandes lucros é porque esta lhe aparava os golpes no caminho. Afinal vingou a ideia de se prorrogarem os prazos das duas companhias separadas, pagando, porém, a oriental, pela concessão, um milhão e quinhentos mil florins, soma que serviu a descarregar o estado de uma parte da que devia à mesma companhia ocidental.

NOTAS DA SEÇÃO XXX

I
(Pág. 1223)

O conde da Torre trouxe regimento, que lhe foi dado em Lisboa, a 13 de agosto de 1638, cópia na Biblioteca Nacional do registro feito na Bahia, *Livro 1º dos Regimentos* (1548-1725), fls. 154-163 v.

"Eu, el-Rei: Faço saber aos que este Regimento virem, que querendo eu ora prover acerca das coisas que por conta da minha Fazenda se mandam ao Estado do Brasil para provimento da gente de guerra, e boa arrecadação e cobro delas, e pagamento dos Soldados, para que se faça como convém a meu serviço, precedendo as informações que me pareceram necessárias das pessoas de experiência do dito Estado, e guerra, e do Regimento, e modo de que até agora se usou, e por ser necessário ordenarem-se de novo algumas cousas com parecer dos do meu Conselho, precedendo consulta do Conselho de minha Fazenda, aonde mandei ver, e considerar a matéria:

---

87 Tal é a inicial do seu sobrenome Jansen, que se lê em um ofício por ele assinado, a que foi tomada por S., por um copista, em virtude de menos atenta leitura. – (A.).

"Hei por bem, e mando que daqui em diante se tenha a Ordem seguinte:

"1 – Considerando eu a grande importância de que é lançar os rebeldes holandeses dos lugares que têm ocupados no Estado do Brasil, e conservar e defender os demais, e que para uma, e outra coisa são necessárias grandes despesas de minha Fazenda para pagamento da gente de guerra do dito Estado, e que as rendas dele nem as novas imposições são bastantes para fazer os ditos pagamentos; resolvi socorrer o dito Estado com duzentos mil cruzados, para o que mandei fazer arrendamento do Consulado deste Reino a Pedro de Baissa, e Jorge Gomes Alcino, na forma que se contém no contrato, que fizeram com minha Fazenda, os quais duzentos mil cruzados se entregaram, e despenderam no dito Estado do Brasil pela maneira abaixo e ao diante declarada.

"2 – E porque confirmo o dito Contrato do Consulado, que os ditos Pedro de Baissa e Jorge Gomes Alcino têm feito com minha Fazenda, são obrigados a entregar os ditos duzentos mil cruzados, metade em fazendas nos meus Armazéns, e a outra metade em dinheiro de contado na Cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos e havendo-se inteirado a quantia dos ditos cem mil cruzados nesta Cidade de Lisboa, assim as fazendas, que entregaram os ditos contratadores nos Armazéns com intervenção dos ministros, que mandei assistir ao recebimento, e aprovação e avaliação delas com os mais que por conta de minha Fazenda Real mandei comprar, e embarcar para suprir a parte, que os ditos Contratadores deixaram de entregar em fazenda por haverem dado, conforme ao que da minha parte se lhes ordenou, o que eles deviam importar em dinheiro, o qual se gastou em provimentos da Armada, que se envia; ordenei, e mandei que os Oficiais dos Armazéns entregassem todas as ditas fazendas aos Mestres dos melhores navios da Armada, e mais seguros, e tomassem conhecimento das entregas por vias, com declaração da quantidade, e sortes das fazendas de que foram entregues; as quais irão dirigidas com todos os papéis necessários, que a elas tocarem, ao provedor-mor da fazenda daquele Estado, e logo em sua presença se fará entrega das ditas fazendas ao tesoureiro-geral, que juntamente será pagador-geral, sendo contadas, e vistas diante do dito provedor--mor e do escrivão da Fazenda, e do almoxarife como escrivão do Almoxarifado; serão da mesma maneira entregues os mantimentos, e mais coisas que lhe tocam, conforme as minhas ordens e os Regimentos, fazendo-se autos do estado em que todas as ditas fazendas, e mais coisas chegarão, e logo os fará carregar em receita nos livros dela, com toda a distinção, e clareza, ao tesoureiro-geral, ou Almoxarife, conforme a cada um deles pertencer por seus Regimentos e fará passar conhecimento em forma por vias aos ditos Mestres para os trazerem aos Armazéns e se lhes descarregarem das entregas, que nelas lhes forem feitas, e enviará a este Reino Cópia dos Autos da entrega, com as declarações das sortes, e qualidades delas para se conferir com os assentos dos livros dos Armazéns: os quais autos virão por vias, remetidas uma ao Conselho de minha Fazenda para nele ser presente e a outra aos Armazéns, dirigida ao Provedor e Oficiais deles.

"3 – E os ditos cem mil cruzados, que os Contratadores referidos são obrigados a entregar na forma dos seus Contratos, cobrará o tesoureiro, e pagador-geral, logo

tanto que os preços limitados no dito Contrato forem cumpridos em dinheiro efetiva e realmente; e o provedor-mor dará a isto toda a ajuda, e favor, e assistência, de sorte que por falta, ou omissão do dito tesoureiro, ou dos devedores, e pessoas obrigadas, não deixe de se cobrar todo o dinheiro quando for devido, procedendo-se na arrecadação dele, via executiva, e da maneira que se cobram minha Fazenda Real, e o dito Provedor fará logo, sem dilação alguma, carregar todos os dinheiros, que se cobrarem, em receita sobre o dito tesoureiro, e pagador-geral, em livro apartado, que para esse efeito terá, numerado, e rubricado, e encerrado pelo dito provedor-mor, e se meterão os tais dinheiros em uma Arca de três chaves, a qual estará em parte segura, e conveniente de consentimento do mesmo tesoureiro, e uma das chaves terá o capitão-geral, outra o provedor-mor da Fazenda e a outra o dito tesoureiro, e pagador-geral, e nela estará fechado o livro da Receita e Despesa, que se for fazendo dos ditos dinheiros, e não se abrirá sem ser presente o dito capitão-geral, ou no caso em que ele pessoalmente não possa assistir, nomeará pessoa da Sua satisfação, e de toda a confiança, o que lhe hei por mui encarregado, e bem assim os ditos provedor-mor e tesoureiro-geral, quando se houver de tirar, e meter algum dinheiro, e o dito tesoureiro, e pagador-geral não receberá, nem despenderá dinheiro algum, fora da dita Casa da Arca, nem sem acharem presentes as ditas três pessoas na forma referida, nem dará escritos alguns de receita, antes na dita Casa com assistência das tais pessoas se fará o que dito é, e do livro se darão os conhecimentos em forma, e certidões que convier, sob pena de perdimento de seu ofício, e das mais impostas por meus Regimentos, e o sobredito haverá lugar em todos, e quaisquer dinheiro que houver de receber o dito tesoureiro-geral, ainda que não sejam dos cem mil cruzados, que os ditos contratadores são obrigados a entregar.

"4 – E das receitas que se fizerem ao tesoureiro, e pagador-geral das quantias, que por conta dos ditos contratadores, e do dito seu contrato se pagarem, fará o provedor-mor passar logo conhecimento em forma para descarga dos ditos contratadores.

"5 – E para a despesa que se há de fazer das ditas fazendas, dando-se em pagamento a gente de guerra, se tomará informação de pessoas bem entendidas, e bem intencionadas dos preços, e estado presente da terra, dando-se-lhe juramento pelo provedor-mor, de que se fará assento no livro da despesa da dita fazenda, e esta mesma ordem e forma se guardará nas mais fazendas que desse Reino se enviarem por conta da minha, para provimento da guerra daquele Estado, para o que se mandaram nas carregações que deste Reino hão de ir os preços que custarão.

"6 – E porque minha tenção é que os soldados que me andam servindo em guerra viva naquele Estado, sejam favorecidos e pagos de seus soldos inteiramente sem diminuição alguma; ordeno e mando, que as fazendas que se lhe houverem de dar em pagamento delas sejam aquelas que lhe servem para seu uso, e que indo outras por conta de minha Fazenda, que não sejam desta qualidade, se vendam pelos oficiais dela a que tocar, para que do dinheiro, que delas proceder se lhes façam os pagamentos, e conforme as ordens, que para isso tenho dado.

"7 – E, porém, se as fazendas que se houverem de vender, não tiverem saída, e for precisamente necessário fazer-se pagamento a gente de guerra, neste caso, o provedor-mor da Fazenda, com intervenção do capitão-geral procurará buscar pessoas, que por meu serviço queiram fazer empréstimos para as ditas necessidades; dando-lhe em caução e penhor, fazendas bastantes para segurança dos empréstimos que fizerem, que as terão em seu poder, até que haja tempo de se venderem em preços acomodados, por ordem do provedor-mor das Fazendas, e delas haverem seus pagamentos, ou pelo tempo, em que se acordarem, e quando nem por este modo se achar quem faça os ditos empréstimos, em tal caso se farão pagamentos aos ditos soldados com as mesmas fazendas em preços acomodados, e naquelas a que eles mais se acomodarem.

"8 – E porquanto em tempo de guerra viva, que há no Estado do Brasil, em consideração das muitas coisas a que é necessário que atenda o tesoureiro e pagador-geral, e o almoxarife das munições e mantimentos, cuja ordinária assistência é na Cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos, mormente havendo-se de enviar, como agora com efeito mandei fazer muitas fazendas, materiais, armas e munições a fim de se intimar a guerra, e de sustentarem os oficiais delas e soldados: hei por bem que o dito tesoureiro e pagador-geral tenha um oficial seu subordinado, que continuamente sirva nas coisas de seu ofício, e o dito Almoxarife, outro da mesma maneira, os quais ambos serão pessoas de toda a satisfação e confiança, quais se requerem para ocupação de tanta importância que serão nomeados por cada um destes, e aprovadas pelo governador daquele Estado no que os ditos tesoureiro pagador-geral e almoxarife se haverão com a tenção a que quaisquer culpas que cometerem os oficiais que cada um deles nomear hão de fazer também por sua conta, e o governador do Estado do Brasil limitará a cada um dos ditos oficiais o ordenado que lhe parecer justo, o qual se há de pagar do dinheiro pertencente à minha Real Fazenda, que entrar em poder do dito tesoureiro-geral, com certidão do dito provedor-mor de como serviu cada um dos ditos oficiais atualmente, e cumpriu com sua obrigação, e na constituição do dito ordenado se advertirá, que nem minha Fazenda fique agravada indevidamente, nem pela tenuidade dele, cuidem os ditos ofícios que podem ter escusa alguma em seus excessos, e logo depois de assinado o dito ordenado se me dará conta, para mandar o que me parecer; e quando for necessário fazer provimento de dinheiro, fazendas, mantimentos, munições, e outras coisas para a gente de Guerra que por minha ordem, ou do meu capitão-geral, ou outra pessoa em seu lugar, que governar as Armas, irão em lugar do dito tesoureiro pagador-geral e almoxarife ambos os ditos ofícios ou um deles, senão se houve de fazer mais do que tocar a um dos ofícios e os tais oficiais farão todas as despesas que haviam de fazer os ditos tesoureiros pagador-geral, e almoxarife se presentes fossem, cumprindo em tudo o que está disposto neste Regimento, e para este efeito nomeará o governador do Brasil a cada um dos ditos oficiais uma pessoa que com ele haja de servir de escrivão, e se lhe dará juramento na forma ordinária de que se fará termo para se levar em tudo boa conta, e razão com a legalidade que convém.

"9 – E porque as embarcações que vão em direitura à Bahia, onde está o tesoureiro, pagador-geral, a quem os mestres delas hão de entregar as fazendas que levam por conta da minha, por alguns casos fortuitos, ou do tempo, ou de inimigos não poderão tomar o porto da Bahia, lhe seja forçado tomar qualquer outro do Estado do Brasil; ordeno e mando que o provedor da Fazenda da Capitania onde aportar (havendo-o) e não havendo, os oficiais da Fazenda, e em sua falta, os de justiça, que nela houver, tomem entrega das ditas fazendas, pelo modo e maneira, que fica dito no capítulo segundo deste Regimento, que dá forma à entrega que se há de fazer da que forem em direitura à Bahia, e de em satisfação aos Mestres, que as entregarem; as quais fazendas terão em guarda, e não disporão delas, sem expressa ordem do capitão-geral, e se a ela, e ao provedor-mor da Fazenda parecer os mandará conduzir à Bahia, ou onde o Arraial estiver de que o tesoureiro e pagador-geral sobre quem hão de carregar lhe dará conhecimento em forma para descarga da pessoa a que forem entregues.

"10 – E porque deste Reino vão muitas embarcações providas de bastimentos para a viagem por minha conta por tempo certo e acontece ordinariamente chegarem aos portos aonde vão em direitura antes de lhe ser acabado o tempo por que foram providas de mantimentos, por cuja causa, e por algumas pessoas se não embarcarem, ou por morrerem deve crescer muitos dos ditos mantimentos, mando ao provedor dos armazéns, que em todas embarcações que forem providas por conta de minha Fazenda mande relação especificada, e dirigida aos oficiais de minha Fazenda, do dito estado da quantidade, e qualidade de mantimentos, que levam, de despesa que lhes ordenado que façam, e do tempo por que vão providas as embarcações, e para quanta gente, porque conforme a isso os ditos oficiais do Estado do Brasil lhe tomem conta aos mestres, e mais pessoas que as levarem a seu cargo, do que despenderam na viagem, e dos crescimentos que restarem, os quais crescimentos cobrarão, e farão carregar em receita sobre os oficiais, a que pertencer a entrega, fazendo de tudo autos, que enviará outrossim por duas vias, uma ao Conselho de minha Fazenda, e a outra aos armazéns, como fica declarado no capítulo segundo deste Regimento, e os mestres, ou pessoas que levarem os ditos mantimentos a seu cargo, e oficiais da Fazenda, que assim não cumprirem, pagarão em três dobras para minha Fazenda tudo o que por se não fazer a dita diligência se deixou de pôr em cobro.

"11 – E para que haja boa ordem na despesa que de minha fazenda se há de fazer com a gente de guerra do dito Estado; ordeno, e mando, que se faça nos Armazéns desta Cidade de Lisboa um livro numerado e rubricado, como os mais dos Armazéns, em o qual estarão matriculados os generais, mestres de campo, sargentos maiores, e mais oficiais de guerra e soldados, nomeados por seus nomes e de seus pais, Pátria, e sinais, que se embarcarem nesta, e nas mais Armadas para o Brasil, com títulos apartados de cada Terço, e Companhia, e ao pé de cada um dos ditos títulos se declarará o soldo que há de haver cada mês e o dia, mês e ano em que começou a vencer, e as pagas que levou adiantadas deste Reino com espaço de

papel bastante para nele se fazer conhecimento em forma, por um dos escrivães dos Armazéns do que tem recebido, com declaração do dia em que partiu a Armada, e isto se fará com todos os Oficiais de Guerra da primeira Plana com muita distinção, e clareza, o qual livro se tresladará por duas vias, e uma irá na capitânia e outra na almiranta, entregues aos mestres delas, com obrigação de trazerem certidão do escrivão da Fazenda do Estado do Brasil, assinada pelo provedor-mor dela, de como lhe entregaram os ditos traslados.

"12 – Para se poder saber com certeza se alguns dos oficiais, soldados, ou gente do mar, matriculados nesta Armada, deixaram de se embarcar, o capitão-geral dela, e das mais, que forem para aquele Estado, tanto que sair pela barra fora, no primeiro dia que houver de bonança ordenará, que se faça mostra geral de toda gente da Armada, assim de mar, como de guerra pelo caderno da matrícula, que levará, dando todas as ordens necessárias para que se possa averiguar com certeza a gente que nela falta, da que se assentou nos Armazéns para a dita Armada, e fazendo assentos dos que faltarem, em caderno particular que enviará ao Conselho de minha Fazenda, nas primeiras embarcações para se ordenar o que se dispõe no capítulo seguinte, e logo mandará pôr verbas nos assentos de cada um, e fazer baixas nas reções, que se lhe havia de dar assim dos que se não embarcaram, como dos que morreram depois de embarcados.

"13 – E tanto que chegarem os ditos Oficiais de Guerra, ao dito Estado, e o provedor-mor da Fazenda receber os treslados do livro da matrícula, que se lhe há de enviar dos armazéns, como se refere no undécimo capítulo deste Regimento, o dito provedor-mor ordenará logo outro livro, assinado e numerado por ele, em o qual mandará lançar pelo escrivão da Fazenda, os ditos treslados, pela mesma ordem, que dos armazéns forem feitos, e para se poder saber os que faleceram no mar, até a chegada da Armada, se fará mostra geral de todos os ditos oficiais e soldados, que o capitão-geral mandará fazer assistindo a ela pessoalmente, e dos que faltarem, se fará nos seus títulos declaração do dia, mês, e ano em que faleceram, e do que venceram, e receberam; e para se saber com certeza, manda ao capitão, que for do galeão, ou de qualquer outra embarcação, que tanto que algum dos ditos oficiais, e soldados falecer faça logo um assento do dia, mês, e ano em que faleceu, e sendo caso, que na mostra geral falta algum dos ditos oficiais, ou soldados matriculados no dito livro do Armazém, por se não haver embarcado e ficar neste Reino, o dito provedor-mor mandará Certidões por vias, dirigidas ao Conselho de minha Fazenda, para deles mandarem aos Armazéns, e se cobrar de sua fazenda, e de seus Fiadores o Soldo que lhe for entregue, e se lhe dar o castigo que conforme as leis deste Reino merecerem, para o que conferirá a mostra geral que se fizer depois da chegada da Armada com a que se fez no mar.

"14 – Nos mesmos livros da matrícula aonde no Brasil se lançarem os treslados que forem dos armazéns, serão também matriculados todos os oficiais da primeira plana, e os mais soldados, que houver naquele Estado, que recebem soldo de minha Fazenda, o que será pela maneira seguinte:

"15 – De cada uma nas Capitanias do Estado do Brasil, em que houver oficiais de guerra, e soldados que vençam soldo à custa de minha Fazenda se fará títulos apartados com declaração dos oficiais e das companhias, e dos soldados, que há em cada uma delas, que se escreveram, no título de cada um dos capitães.

"16 – E porque eu tenho ordenado, que se formem terços naquele Estado, de gente de guerra, que enviei a ele, e da que vai nesta Armada, e nomeados mestres de campo, para os ditos terços; ordeno, e mando, que depois de os ditos terços formados, com os oficiais de guerra, a eles ordenados, que nos livros da matrícula, em que se lhe houver de pagar seu soldo, se façam títulos apartados de cada um dos terços, e logo sucessivamente dos capitães, alferes, e mais oficiais, e soldados que houver em cada uma das companhias, de baixo do título de seus capitães.

"17 – E o escrivão da matrícula será obrigado a dar ao mestre de campo um caderno de todos os oficiais, e soldados de seu terço com os nomes dos tais Oficiais e Soldados somente sem mais declaração, e a cada um dos capitães, outra da sua Companhia, da mesma maneira, o qual capitão terá particular cuidado de dar conta ao mestre de campo do dia, mês, e ano em que cada um dos soldados faleceu, ou se ausentou de sua companhia, e da mesma maneira fará também saber ao provedor da Fazenda, para lhe mandar por verba a margem do título de cada um dos ditos oficiais, ou soldados, do dia em que morreu, ou se ausentou, para não vencer soldo, com a brevidade possível, terá o procurador-mor um livro de Ementas em que lançarão os nomes dos oficiais, ou soldados que falecerem ou se ausentarem em cada uma das companhias, com títulos apartados; e o capitão que não cumprir o que por este capítulo se lhe ordena, pagará em três dobros o soldo que indevidamente se pagar.

"18 – E nos tempos em que se houverem de fazer os pagamentos à gente de guerra, mandará o capitão-geral vir diante de si o provedor-mor da Fazenda, e tesoureiro pagador-geral, e o escrivão com os livros e a matrícula, e o mestre de campo, com o caderno do seu terço, e a cada um dos capitães, com os das suas companhias, e junto todo o terço em uma igreja, ou lugar mais capaz pondo-se às portas deles pessoas de confiança, para que vigiem, e não consintam, que as pessoas que saírem do dito lugar possam outra vez tornar a entrar nele, e receber com isso duplicadas pagas, e tomará o capitão o caderno, que tem dos oficiais, e soldados da sua companhia, e irá chamando cada um deles por seus nomes, pela ordem com que estiverem escritos, e no mesmo tempo o provedor-mor da Fazenda terá diante de si o livro da matrícula, e o título do capitão, e irá conferindo com ele os nomes dos oficiais e soldados da dita companhia, tendo tão bem na mesa o livro da Ementa dos mortos, e ausentes, a mesma conferência fará o mestre de campo pelo seu caderno; e por este modo se fará pagamento a todo o terço e feito o pagamento de um terço se fará ao outro separadamente, pela mesma maneira, o que tudo será feito no mesmo dia sem o deferir para outro, por se evitarem as fraudes que podem resultar de se não acabar nele, e dos que faltarem, ou forem mortos, em cada mostra geral se fará assentos a caixa de morto ou ausente nos livros de matrícula, e ementa pondo-se as verbas necessárias.

"19 – E porque sou informado que de se fazerem pagamentos por livranças aos oficiais e soldados de guerra, se segue grande dano à minha Fazenda, e prejuízo aos ditos soldados, para evitar estes e outros inconvenientes, ordeno e mando que daqui em diante se não pague por um uma via por livranças, soldo, nem ordenado algum aos sobreditos senão aos doentes de tal enfermidade não possam vir pessoalmente à mostra, apresentando certidão jurada do médico, ou do cirurgião da guerra se não ferido, de seu impedimento, ou sendo alguns dos sobreditos ausentes por causa justa e necessária de licença do seu legítimo superior com certidão que dela apresentará, e nestes casos somente se poderá fazer pagamentos por livranças, e estas licenças para se ausentarem com justas causas, poderá dar o capitão muitos breves, e o mestre de campo, até oito, e dez dias, e havendo de passar deles, se pedirá ao general, ou a quem governar as armas, a quem encarrego, que as dê com toda a consideração, e moderação.

"20 – E no fim da mostra se fará pé de lista do número dos que apareceram, e faltarem, e do que montou o soldo dos que foram presentes, e da quantia que montar em cada terço se fará folha por ser papel necessário, para se levar em conta a despesa do pagamento de cada um deles, que será revista pelo provedor-mor, que porá ao pé dela despacho da quantia do dinheiro, que é necessário para pagamento do que importaram as ditas folhas, e conforme a elas mandará o capitão-geral passar mandado, com vista do provedor-mor para se levarem em conta ao tesoureiro pagador geral a quantia das ditas folhas com conhecimento feito pelo escrivão do cargo dos pagamentos que se fizeram, descontando-se os socorros que à conta deles se haviam recebido com que se vai acudindo cada dia a gente para seu mantimento, na forma que se faz naquele estado, e a necessidade dele requererá conforme as ocasiões, e necessidades do tempo, e o soldado que faltar nas ditas mostras não sendo ausente de licença do superior, impedido pela maneira referida, perderá o soldo que se lhe dever naquele pagamento.

"21 – E quando nas mostras se acharem que alguns soldados ou oficiais são mortos tendo já vencido algum soldo ou ordenado com justificação da pessoa a quem pertencer se lhe mandará pagar a que assim tiverem vencido, a seus herdeiros, com declaração que não dispondo o dito soldado de seus bens por alguma via, e morrendo *ab intestado*, possa o Mestre de Campo, ou o que governar o terço, mandar-lhe dizer em missas o soldo de um mês e do dinheiro, que se lhe dever o se não poderá fazer remate sem expressa ordem minha, e da mesma maneira se não poderá fazer remate aos vivos, senão com tal Ordem.

"22 – E mando ao governador e capitão-geral do Estado do Brasil que não mande, nem consinta fazer pagamentos de soldos aos oficiais de guerra, ou aos soldados, contra a forma do que fica disposto neste Regimento, e não a cumprindo assim, além de lho estranhar muito, e dar em culpa, se haverá por sua fazenda, a perda e dano que a minha receber, e o provedor-mor da Fazenda não porá vista nos mandados da despesa, que não forem passados em conformidade deste regimento, sob pena de privação de seus ofícios, e de pagar as perdas e danos, que minha Fazenda receber como fica dito; e o tesoureiro pagador geral daquele Estado, e mais

tesoureiro e almoxarifes, pelo que a cada um tocar, não pagarão os mandados que contra forma deste Regimento forem passados, e pagando-os além de incorrerem em privação de seus ofícios, lhe não serão levados em conta nas que derem de seus recebimentos nem pelo contador-geral daquele Estado, nem nos mais Contos do Reino, sob as mesmas penas, e ao presidente, e conselheiro do Conselho de minha Fazenda, encarrego, que tenham particular cuidado, fazer vir as contas dos tesoureiros, e almoxarifes da gente de guerra daquele Estado para fazerem executar as penas conteúdas neste regimento para o que verão os traslados delas, dirigidos ao Conselho de minha Fazenda, para nele serem vistos, e se remeterão aos Contos, e mando que este Capítulo se traslade no princípio do livro da receita e despesa de cada tesoureiro, pagador, e almoxarife para dele terem notícia, e conforme ao que nele se dispõem fazerem os ditos pagamentos.

"23 – E porque conforme aos Regimentos de minha Fazenda, todos os tesoureiros, almoxarifes, e mais oficiais do recebimento dela, têm obrigação de vir recensear cada ano suas contas ao Conselho de minha Fazenda, e no Estado do Brasil há contador-geral, e provedor dela, que tomam, e reveem as contas dos oficiais de recebimento daquele Estado, e com obrigação de mandarem os traslados delas aos meus Contos do Reino por neles se verem, e eu mandar passar suas quitações; Ordeno, e mando ao dito contador geral, e provedor-mor da Fazenda que todos os anos enviem os recenseamentos que os oficiais de recebimento fizerem por duas vias ao Conselho de minha Fazenda, para nele se prover como cumprir a meu Serviço; e não consentirão que nenhum dos ditos oficiais sirvam os ditos ofícios mais de um ano, sem fazerem primeiro recenseamento deles, o que o dito provedor-mor, e contador-geral, cumprirão e farão cumprir muito inteiramente, e guardará, sob pena de se haver por suas fazendas, toda a perda, e dano, que à minha resultar, e de mandar proceder contra eles conforme aos regimentos dela. E como forem acabados três anos de recebimento se tomarão no Brasil as contas de pé na forma do Regimento dos Contos e todos os autos e papéis deles traslados, e concertados em forma pública se enviaram por duas vias, dirigidas ao Conselho de minha Fazenda, para dele se remeterem aos Contos, onde serão revistas as tais contas, e papéis na forma do dito regimento.

"24 – E porque sou informado que os governadores e capitães-gerais das ditas partes tomam fazendas aos mariantes e passageiros quando chegam àquele Estado, com pretexto de serem necessários para pagar toda gente de guerra, de que se seguem grandes inconvenientes, e dano à minha Real Fazenda, carregando-a de dívidas dos navegantes, o que se não pagam as ditas fazendas, de que tem havido grande clamor, com que deixam de navegar para as ditas partes a que levam o necessário, querendo atalhar ao sobredito. Ordeno e mando que, por nenhuma via, se tomem as ditas fazendas, aos ditos passageiros, e navegantes, e se tomarem serão somente em caso de tão urgente e precisa necessidade, que seja isto inescusável, de tal maneira, que com esta consideração lho haja eu de ter mais para serviço, que por excesso e em tal caso lhas fará logo pagar com pena que não lhas pagando logo,

poderão sempre, e em qualquer tempo de mandar aos ditos generais, e ministros que assim lhas tomarem, e não pagarem, para que lhes paguem de sua própria fazenda, para o que terão ação contra eles, e suas pessoas nem se poderem escusar de que as tomaram para minha Fazenda, e Serviço.

"25 – E porque sou informado, que servem alguns oficiais e soldados de guerra do Brasil, a este Reino, com o pretexto de requerer satisfação de seus serviços desordenadamente, e contra minhas ordens, e convém muito para conservação da guerra daquele Estado, que se evitem semelhantes desordens tão prejudiciais a ela e a meu serviço como se deixa ver. Ordeno, e mando, que daqui em diante se guardem inviolavelmente as ditas ordens, e que nenhum oficial ou soldado daquela guerra venha a este Reino, sem licença especial do capitão-geral daquele Estado, ou da pessoa que governar as armas na parte donde partir: as quais licenças lhes encarrego muito, não deem senão com muito justas causas, sob pena de lho estranhar muito, e as ditas licenças serão registradas nos livros da Provedoria, ou no que tiver consigo o oficial que assistir a quem governar as armas fora do lugar onde assistir o provedor-mor, ficando inválidas, se não trouxerem certidão de seus registros nas costas dela; e pelas tais certidões serão obrigados os oficiais a lhas passarem, sob pena da suspensão de seus ofícios, sem por isso levarem coisa alguma, e os sobreditos que vierem sem as tais licenças, não serão admitidos a requerimento de seus serviços, nem deles se lhe tomará petição em nenhum tribunal, além de lhe mandar dar o castigo, que conforme as leis merecerem; e porque de todo se evite este abuso, mando aos capitães, e mestres de navios que vierem daquele Estado os não tragam neles, sem lhes mostrarem as sobreditas licenças, sob pena de duzentos cruzados, aplicados para o socorro daquela guerra, e de dois anos de degredo para África.

"26 – E os oficiais ou soldados, que vierem com licenças concedidas na forma que no capítulo precedente fica ordenado, trarão certidão do tempo que serviram naquele Estado, dos soldos que venceram, e que lhes foram pagos, ou ficaram por pagar, os quais lhes passaram os oficiais a que tocar, e as presentearam ao provedor dos armazéns deste Reino, que as mandará registrar em livro separado, sendo primeiro justificadas no juízo das justificações de minha Fazenda, que para isso haverá assinado, e rubricado na forma dos regimentos dela, para que por este modo se possa a todo tempo saber com certeza dos soldos que receberam, ou lhe ficaram por pagar naquele Estado e não serão admitidos no Conselho de minha Fazenda, a requerer pagamento dele sem certidão dos oficiais da Fazenda do Brasil a que toca em que declarem a razão por que não puderam haver nele pagamento de seus soldos, para assim se evitarem as desordens que pode haver em se poderem pagar os soldados duas vezes, e que se não peçam neste Reino os que eu tenho mandado, que se paguem naquele Estado, e aplicados, e feitos para isso; e o provedor-mor de minha Fazenda terá cuidado de enviar todos os anos aos meus Armazéns, um traslado da matrícula dos soldados, que militam naquele Estado.

"27 – Em tudo o que neste Regimento não for declarado; Hei por bem, que se cumpram e guardem todos os mais regimentos de minha Fazenda, ordens e

provisões, que sobre a despesa deles forem passados para aquele Estado, no que não forem contra este.

"Pelo que mando ao presidente, e conselheiros de minha Fazenda, e ao governador, e capitão-geral do Estado do Brasil, e mais ministros, oficiais de minha Fazenda, e Justiça, e da Guerra do dito Estado, cumpram e guardem este Regimento, inteiramente como nele se contém e o farão cumprir, e guardar ao provedor-mor, e mais provedores, contador-geral, tesoureiro, e pagador-geral, tesoureiros, e almoxarifes e mais oficiais de minha Fazenda do dito Estado, e capitães-mores das capitanias dele, e todos os mais regimentos, provisões, cartas, alvarás assinados por mim, passados para os oficiais do dito Estado, que encontrarem o que neste Regimento se contém, derrogo e hei por derrogados, porque deste somente quero que se use, por assim convir a meu serviço, e bem de minha Fazenda, e sustentação da gente de guerra daquele Estado; e por este me praz, que tenha força e vigor, como se fosse Carta passada em meu nome, por mim assinada, e passada pela Chancelaria, posto que por ela não passe, sem embargo das Ordenações em contrário, Livro segundo, título trinta e nove; quarenta e quarenta e quatro, em que ordeno, que se não faça obra por Carta ou Alvará que não for passado pela Chancelaria, e que as causas cujo efeito houver de durar mais de um ano, passem por cartas, e não Alvarás, e que não se entenda Ordenação derrogada, se da sustância dela não se fizer expressa menção; e este Regimento se registrará nos livros dos registros de minha Fazenda e nas Casas dos Armazéns, e Contos, e o presidente, e conselheiros o mandem ao Estado do Brasil, aonde o provedor-mor da Fazenda o fará registrar nos livros da Provedoria-mor da Cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos, e enviará o traslado dele às mais capitanias do dito Estado, aonde tão bem se registrará nos livros das Provedorias da Fazenda delas e para este efeito, Ordeno, e mando, que se enviem por duas vias ao dito Estado, e aos traslados feitos pelo Escrivão da Fazenda do dito Estado, concertados com o próprio, rubricados em cada uma das páginas pelo provedor-mor para as mais capitanias, se dará tanta fé, e crédito, como ao Original. Bertolomeu de Araújo, o fez em, Lisboa a treze de agosto de seiscentos e trinta e oito. Afonso de Barros Caminha o fez escrever – *Margarida* – Regimento de que se há de usar, e guardar na despesa da Fazenda Real no Estado do Brasil, com a gente de guerra daquele Estado, como nele se declara – para Vossa Majestade ver – Francisco Leitão – Antônio das Póvoas – Registrado no livro dos Regimentos da Fazenda de El-Rei Nosso Senhor, a folhas cento e oito – Caminha –. Registrado no livro dourado que serve de Registro de Regimento da Fazenda de Sua Majestade, Forais, e outras Ordens de Sua Majestade, gerais de folhas trezentas setenta e duas até folhas trezentas e oitenta e duas. Bahia, nove de maio de mil seiscentos trinta e nove, se mandaram Cópias às Capitanias do Sul, Gonçalo Pinto de Freitas – As emendas do Capítulo oito dizem, a primeira Tesoureiro, e a segunda diz ambos os ditos, o qual traslado de regimento, assinado pela mão da infanta Margarida, duquesa de Mântua, que a este Estado trouxe dom Fernando Mascarenhas, conde da Torre, general das armadas das Coroas vindas do mar Oceano, quando nelas passou a governar este Estado; eu Miguel Pinto de Freitas, escrivão da Fazenda Real deste

Estado do Brasil, por Sua Alteza, aqui trasladei do próprio, a que me reporto, que está em meu poder, para o pedir o provedor da Coroa, e Fazenda Real, e requerer se lhe desse este traslado, que concertei, subscrevi, e assinei, na Bahia em treze de abril de mil seiscentos setenta e três. Miguel Pinto de Freitas. – Despacho do provedor: Registre-se este Regimento, visto não aparecer o próprio. Bahia, em fevereiro, cinco de mil seiscentos setenta e seis anos. – De Ulhoa. – Logo se registrou em o mesmo dia décimo de fevereiro do dito ano, e se tornou ao procurador da Fazenda Real, que o deu ao provedor-mor dela."

– Este regimento nunca foi publicado. – (G.).

II

(Pág. 1224)

Carta do conde da Torre, escrita da Bahia a Sua Majestade, em 26 de maio de 1639:

"Senhor. – Pelos avisos que despachei a Vossa Majestade, a cargo de d. Filipe de Moura e de Jorge de Mesquita, e por todos os navios que depois saíram deste porto, tenho dado conta a Vossa Majestade do estado desta praça e de haver entrado neste porto, obrigado das faltas que referi, em conformidade do que pareceu às pessoas com quem Vossa Majestade me mandou aconselhar, e do aperto em que achei esta terra, saída de um sítio e entrada em outro com quatorze navios, de que a livrei, sem haver bastimentos, nem em depósito nem a comprar, e nada do que a Vossa Majestade se tinha avisado, pertencente ao seu real serviço; antes, os soldados descontentes e por pagar, a fazenda real consumida e endividada em mais de cento e cinquenta mil cruzados, sem ter consignação de que me aproveitar, os armazéns sem armas, as fortificações danificadas e caídas.

"Nas mesmas ocasiões informei a Vossa Majestade do que se havia obrado para a prevenção do que nesta terra não achava para ir a dar cumprimento às reais ordens de Vossa Majestade, resolvendo-me por consultas com os ministros de Vossa Majestade, que para este efeito foi servido nomear-me, mandando a Buenos Aires buscar mantimentos, pedindo-os às capitanias do Sul, levantando gente, formando os terços, concertando as munições e armas, preparando as fortificações e começando as querenas da armada, dispondo as coisas à maior brevidade, para que quando antes me fosse possível sair a tomar posto na campanha, esperando que Vossa Majestade me socorra, como de sua grandeza o devo esperar e pede a importância desta empresa a que foi servido mandar-me, com infalível certeza de que, se Vossa Majestade não acudir, se não poderá alcançar nada do que me tem mandado, nem conservar-se esta praça com o encargo da gente que está nela, a que a Fazenda real não basta.

“Suposto o referido, o que de novo se me oferece a dizer a Vossa Majestade é que as querenas dos navios da armada se vão continuando na forma que dou conta a Vossa Majestade por este mesmo conselho, e fico procurando bastimentos com o trabalho e cuidado que Vossa Majestade mandará ver da cópia de uma carta de d. Francisco de Moura, que vai com esta, esperando que venham os navios de Buenos Aires e das capitanias do Sul, e os que Vossa Majestade deve haver mandado das ilhas, para, em juntando-se bastimentos com que possa sustentar quatro meses a Armada, e dois o exército em terra, sair a tomar posto, e segundo os tempos em que estes navios se podem esperar deve ser nos fins de agosto.

“Com esta resolução, que infalivelmente fico executando, devo também dizer a Vossa Majestade, com o zelo e verdade que professo em seu real serviço, que, quando Vossa Majestade resolveu dispor os intentos desta facção, se tomou assento que esta armada havia de andar no mar para impedir o socorro do inimigo e o obrigar a não sair de suas fortificações, para que em campanha se pudesse empreender mais facilmente o que o tempo mostrasse que convinha.

“Também se entendeu que, para se sustentar esta armada, nem Vossa Majestade tem rendas bastantes no Brasil, nem há gêneros com que acudir a suas querenas, e para uma e outra coisa Vossa Majestade havia de socorrê-la, como espero da grandeza de Vossa Majestade se faça sem descuido; se isto há de ser assim, senhor, não há dúvida que poderemos empreender e esperar os bons sucessos à medida do poder que Vossa Majestade for servido dar-me; porém, se Vossa Majestade me faltar com o que espero, é necessário que Vossa Majestade tenha entendido que não se poderá intentar coisa considerável, e que será força que este empenho que Vossa Majestade fez e a reputação de suas armas se percam, forçadas da necessidade e do desamparo.

“Porque enquanto a intentar, conhecida coisa é que se obra em conformidade do que se pode e do que se deve temer, e o poder que o inimigo tem são trinta navios e cinco mil e novecentos homens, assim o mandará Vossa Majestade ver da relação que faz João de Magalhães, que ora chegou da campanha com as notícias do que nela havia, do que com esta envio a Vossa Majestade as cópias; a gente com que eu me acho são dois mil e quinhentos homens, destes hei de deixar guarnecida esta praça, e os que me ficam para levar fará ainda menos a enfermidade e a assistência de tão trabalhosa campanha, em que eles entram bisonhos e famintos, e os moradores da terra que se me poderão agregar verá Vossa Majestade pelas declarações de João de Magalhães, que, ou por pouco leais, ou por muito afligidos do inimigo, nenhum ousará tomar armas contra ele, se não vir o poder de Vossa Majestade tão superior que tenham por certo não tornar a cair em poder do inimigo, pois é certa a tirania com que os há de tratar.

“Isto é, senhor, enquanto a empreender e enquanto a sustentar; também é geralmente sabido que não duram mais as empresas que enquanto duram os bastecimentos; os que posso alcançar e os que espero levar são ao mais quatro meses para a armada e dois para o exército; destes pode a armada andar no mar pouco

mais de dois meses, porque para ir e voltar há mister o tempo que resta para os quatro. Em terra de força hei mister, os dois primeiros, que me aproveite da campanha para me situar e fortificar, e sem esperança de achar bastimento considerável nela, porque, como declara João de Magalhães, as partes onde estão plantados são as mais remotas dos portos e da marinha, e se o inimigo os faz conservar na terra sem querer que se colham é só a fim de com mais presteza e mais facilidade os destruir, tanto que souber que vão.

"Eu não tenho outra parte donde poder socorrer a armada mais do que Vossa Majestade me mandar, porque na Bahia não há bastimentos, como já digo a Vossa Majestade, nem se podem esperar das plantas que há senão passado um ano, e se a armada se recolher tão brevemente, uma de duas é força fazer: ou recolher-me com ela tão desairosamente, como Vossa Majestade o pode considerar, animando a minha retirada aos inimigos, e desesperando de remédio os vassalos de Vossa Majestade; ou ficar na campanha e sair o inimigo de suas fortificações com todo o poder que tem, e seguirem-se as mesmas desgraças que até agora têm sucedido perdendo os postos e consumindo a gente, e faltando a autoridade e reputação das armas de Vossa Majestade; e não espero eu da grandeza de Vossa Majestade que, havendo-me feito tanta honra e mercê, permita que, estando a meu cargo esta empresa, tenha tão desiguais os fins das esperanças com que se intentou.

"E resolvendo, senhor, tudo o que posso dizer a Vossa Majestade em consideração do que convém a seu serviço, como o alcança seu discurso e mo mostra a experiência, é: que, se Vossa Majestade me socorre, e se pode conservar esta armada no mar, como Vossa Majestade o determinou, esperaremos da mão de Deus muitos bons sucessos, procurando-os com todo o cuidado sem perdoar risco nem trabalho, e, se se falta com o cuidado e brevidade que convém, tudo se perderá e a reputação; os navios por não haver com que acudir-lhes, esta terra com o encargo com que não pode, pondo-a em miserável sítio, o que Vossa Majestade intentou para seu remédio, e eu percebendo na campanha ou recolhendo-me, com o pesar que Vossa Majestade pode considerar, exposto a todos os mais prognósticos que se podem fazer das coisas deste Estado; e prouvera a Deus, senhor, que pudessem elas remediar-se só com o perigo de minha vida, que Deus sabe que foram menos cuidadosas as instâncias que faço a Vossa Majestade, e que a entregará de mui boa vontade por seu real serviço; com este zelo, peço a Vossa Majestade, humildemente prostrado a seus reais pés, não permita que pereça às mãos do desamparo um Estado tão importante à sua monarquia, nem se perca em tempo de Vossa Majestade (católico e poderoso monarca, coluna da Igreja) esta vinha, que plantaram a Deus os senhores reis passados, de gloriosa memória, avós de Vossa Majestade, deixando-a em mãos de hereges, que tão lastimosamente a destroem, e vão arrancando as plantas dele e da fé católica; nem que um vassalo que há servido tantos anos a Vossa Majestade, à sua satisfação, e que tem recebido tantas honras de sua mão real, veja sua opinião exposta às censuras das gentes, seus desejos malogrados e o serviço de Vossa Majestade perdido.

"Por tudo o que confio de sua real clemência, não se há de esquecer de socorrer-me e dar-me com que granjear felizes vitórias e exaltar seu nome como merece, para remédio dos seus vassalos e amparo da cristandade.

"Guarde Deus a católica pessoa de Vossa Majestade como a cristandade deseja e seus vassalos havemos mister.

"Bahia, 26 de maio de 1639. – Dom Fernando Mascarenhas, conde da Torre."

– Publicada por Melo Morais, *Brasil histórico,* 2ª série, **1**, **15** e **16**, Rio, 1866.

– A Biblioteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), por diligência de seu ilustrado diretor, dr. Luís Camilo de Oliveira Neto, adquiriu dos livreiros Maggs Bros., de Londres, a correspondência de d. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, primeiro capitão-general, nomeado por carta-patente de 25 de julho de 1638, posse na Bahia a 23 de janeiro de 1639, governando o Estado até 31 de outubro desse ano, em que saiu com a armada para libertar Pernambuco – José de Mirales, *História militar do Brasil*, pág. 142.

Essa correspondência abrange os anos de 1638 a 1640, em 3 volumes fólio, com o total de 1551 págs. de texto e 431 despachos em línguas espanhola e portuguesa, assinados por Filipe IV, de Espanha, pela princesa Margarida, pelo próprio conde, pelo conde-duque de Olivares, pelo bispo do Brasil, general d. Francisco de Moura, general d. Juan de Vega Bazán, almirante Rodrigo Lobo, almirante Cosme do Couto Barbosa, conde de Óbidos, conde de Miranda, e outros; são documentos, na maior parte, inéditos e desconhecidos, de suma importância para o conhecimento do interessante período histórico a que se referem. – (G.).

III
(Pág. 1231)

As quatro batalhas navais de janeiro de 1640 entre a frota holandesa ao mando de Willem Corneliszoon Loos e, depois de sua morte, de Jacob Huygens e a armada espanhola do conde da Torre foram minuciosamente relatadas em carta de 2 de março daquele ano, dirigida pelo Conselho Supremo do Brasil aos diretores da Companhia e assinada pelo conde de Nassau e mais membros do mesmo Conselho. Esse notável documento, que faz parte da coleção do Arquivo da Companhia, denominada *Brieven en papieren uit Brazilie (Cartas e mais papéis procedentes do Brasil*), foi traduzido do holandês pelo Dr. José Higino Duarte Pereira, publicado primeiro no *Jornal do Comércio,* do Rio, de 30 de março, 8 e 20 de abril, 3 e 29 de maio de 1894, e em boa hora recolhido às páginas da *Revista do Instituto Histórico,* **58**, parte 1ª, 2-56.

Os missivistas dão conta da difícil organização da defesa, em vista dos deficientes recursos que lhes proporcionava a Companhia, das providências tomadas com

relação às forças de terra e mar, e por fim das peripécias da formidável luta em que se empenharam as duas esquadras. Outro documento importante sobre o mesmo assunto, ainda de fonte holandesa, é a *Auctentyck Verhael van 't remarcquabelste is voorgevallen in Brasil, tusschen den Hollandschin Admirael Willem Cornelisz, ende de Spaenshe Vloot*, etc., impressa em Amsterdã, 1640, traduzida por fr. Zacarias van der Hoeven, O. F. M., e publicada com um erudito estudo de Afonso de Taunay e notas de quem escreve estas linhas, na *Revista do Instituto Histórico,* **92**, 161-179.

Do lado português, os cronistas fr. Manuel Calado e fr. Rafael de Jesus apenas afloraram o assunto; versaram-no também por alto Pedro Taques, *Revista do Instituto*, **34**, parte 2ª, 177 e 178, e Diogo Lopes de Santiago, *Guerra de Pernambuco*, in *Revista* citada, **39**, parte 1ª, 153 e 154. – (G.).

IV
(Pág. 1236)

Sobre a expedição de Luís Barbalho Bezerra, por terra, do porto dos Touros à Bahia, veja Pedro Taques, *Revista do Instituto Histórico*, **34**, parte 2ª, 178-184. Segundo o linhagista, "o infeliz sucesso da nossa armada fez acordar aos capitães do terço do mestre de campo Luís Barbalho Bezerra, a vigilante cautela com que agora o conde de Nassau poderia intentar ir sobre a Bahia, reconhecendo a falta das forças militares, que se desgarrava na armada, que seguiu para Índias a necessária providência e socorro, que devia deixar em terra em qualquer dos portos daquela costa, de onde pudessem marchar pelo sertão para a Bahia. Instava a importância desta resolução; e no porto do Touro, 14 léguas do Rio Grande para o norte deixou a armada ao mestre de campo Barbalho com mil e trezentos infantes, em que estavam os capitães, oficiais e soldados paulistas, e os governadores d. Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias com seus pretos; este dos crioulos e minas, e aquele dos índios". A marcha iniciou-se no dia 7 de fevereiro de 1640; a 7 de maio os do Conselho Supremo do Brasil informavam aos diretores da Companhia de que Barbalho, depois de atravessar os sertões da Paraíba e Pernambuco, demandava o rio São Francisco. *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 56. Com mais um mês havia de penetrar na Bahia, para gastar quatro na jornada, segundo querem os autores, que não assinalam a data exata de sua chegada.

Alguns particulares da expedição ocorrem na patente do capitão Francisco Pereira Guimarães: "...embarcando-se no ano seguinte [1639] na armada com que o conde da Torre passou a Pernambuco, e derrotando nos baixos de São Roque saltou em terra, e a acompanhar pela campanha do inimigo até a Bahia ao mestre de campo Luís Barbalho Bezerra; achando-se no recontro que houve com os holandeses no Rio Grande, no assalto que se lhes deu no engenho de Goiana, em que foram mortos mais de quatrocentos, e o seu sargento-mor, capitães e pessoas de

conta; na peleja que se teve com uma casa-forte, de que saiu ferido com pelourada na coxa da perna direita; nos recontros que houve no engenho do Salgado, e nas Alagoas com mil e quatrocentos holandeses; nas duas batalhas nos campos de Unhaú..." – Melo, *Biografias*, **2**, 159, Recife, 1858. Na patente do mestre de campo Zenóbio Acióli de Vasconcelos, ibidem, 165, lê-se também: "...e indo de socorro a Pernambuco na armada de que era general o conde da Torre, se achar nas quatro batalhas que teve com a dos holandeses; e derrotando nos baixos de São Roque, acompanhar a Luís Barbalho Bezerra na jornada que fez por terra até a Bahia; e proceder nos encontros que no caminho houve com muito valor; e continuando naquela praça o serviço, se achar nos encontros que houve junto à capitania do Rio Grande; na investida que se deu ao inimigo no engenho de Goiana, e no Salgado, no sítio das Alagoas, e nos campos de Unhaú..." Na carta de padrão de Domingos Rodrigues Carneiro faz-se menção dos serviços de Fernão de Sousa, homem preto, natural de Angola, na marcha do Rio Grande e rendimento da casa-forte de Garaíras e Unhaú, ibidem, 240. – Do Arquivo de Ultramar, cópias na Biblioteca Nacional, *Inventário dos documentos relativos ao Brasil*, **6**, 712-717, consta o seguinte sobre Antônio Botelho de Melo: "...e ordenando o mestre de campo Luís Barbalho, que desembarcassem em terra 25 léguas ao norte do Rio Grande, com 1400 homens para socorrer a Bahia, foi o suplicante em sua companhia e em quatro meses que durou a jornada, padeceu grande trabalho andando 400 léguas a pé, com fome e sede, comendo ervas e carne de cavalo, tendo cinco encontros com o inimigo, como foi o que tiveram na capitania do Rio Grande, em que o inimigo esperou o dito mestre de campo. Na peleja que tiveram no engenho da Goiana com 800 holandeses e 400 índios, onde foram mortos muitos dos inimigos; e na que tiveram na Mata de Santo Antão, aonde obrigaram ao inimigo a se retirar com muita perda; na que tiveram no engenho do Salgado com 1400 holandeses, que vieram a impedir-lhes o passo, aos quais fizeram retirar com perda de mortos e feridos; e no encontro que se teve com 1800 holandeses, nos campos de Unhaú, aos quais fizeram retirar por duas vezes, pelejando das 8 da manhã até às 6 da tarde... e em todas as ocasiões em que o suplicante se achou procedeu com satisfação."

Segundo Pedro Taques, *Revista do Instituto Histórico* citada, 173 e 174, na expedição de Luís Barbalho entraram os capitães, oficiais e soldados paulistas, do auxílio que Salvador Correia de Sá e Benevides mandou ao conde da Torre. A provisão de 3 de fevereiro de 1639, na qual o conde da Torre ordenou que Salvador Correia levantasse nas capitanias de baixo gente de guerra para a empresa que intentava, lê-se no *Registro Geral da Câmara de São Paulo,* **2**, 79 e 80. Em virtude dessa provisão, Salvador Correia, por outra de 18 de março do mesmo ano, ibidem, 80 e 81, ordenou ao capitão d. Francisco Rendon de Quebedo fizesse leva de gente que fosse possível, para que, trazendo-a ao Rio de Janeiro, se enviasse para a Bahia, juntamente com a que ficava alistando. d. Francisco de Quebedo conseguiu alistar apenas vinte e dois infantes e cinquenta e quatro índios, que levou a Salvador Correia, ibidem, 90. Nesse ínterim, veio outra provisão do conde da Torre, de 8 de junho, ibidem, 93 e 94, ordenando que, para aumentar a leva, fossem perdoados todos os crimes que

lhe parecesse aos moradores das capitanias de São Vicente e São Paulo, principalmente os crimes de entrada do sertão, podendo nomear a cada oitenta homens um capitão, e passar-lhes patentes de capitães de infantaria espanhola, com quarenta escudos de soldo. Salvador Correia, dando cumprimento a essa provisão, fez voltar d. Francisco de Quebedo a São Paulo para que fizesse a recruta de que necessitava o conde da Torre, nomeando ao dito d. Francisco de Quebedo capitão de infantaria de picas espanholas, com o soldo estipulado. Pedro Taques, *Revista do Instituto,* citada, 176. O linhagista lastima não haver descoberto documentos que certificassem de todos os capitães que tomaram parte na leva; apenas encontrou a certeza de que do corpo militar paulistano foram capitães de infantaria Valentim de Barros e seu irmão Luís Pedroso de Barros, Antônio Raposo Tavares e seu irmão Diogo da Costa Tavares, Manuel Fernandes de Abreu e João Pais Florião, além do ajudante João Martins Esturiano. No porto de Santos, sob o comando de d. Francisco de Quebedo, embarcaram para a Bahia esses capitães, seus oficiais e soldados, com grande número de índios frecheiros e arcabuzeiros, ficando as companhias incorporadas ao terço do mestre de campo Luís Barbalho. Do Rio de Janeiro regressou a São Paulo d. Francisco de Quebedo. Washington Luís, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, **9**, 493, assegura, firmado em documento, que Antônio Raposo Tavares fora também encarregado de levantar soldados nas capitanias do sul; teria sido, portanto, esse paulista quem conduziu seus patrícios à Bahia. Àquele ilustre historiógrafo parece provável que somente parte dos soldados paulistas tivesse, após as batalhas navais de janeiro de 1640, desembocado com Luís Barbalho e feito a memorável retirada, e que a outra parte seguisse na divisão comandada por Vega de Bazan e desembarcasse em 1641 em Cartagena das Índias, *Revista do Instituto de São Paulo*, citada, 494. Quanto a Raposo Tavares, é certo que não seguiu para Cartagena, porque no período assinalado para a viagem e desembarque naquela cidade estava ele nas capitanias do sul, a levantar soldados por ordem do marquês de Montalvão. Valentim de Barros e seu irmão Luís Pedroso de Barros serviram algum tempo na Bahia e só posteriormente regressaram a São Paulo, casados com as irmãs Siqueira de Góis de Araújo, de nobre família baiana. – Conf. Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **3**, 231-236, 243-277, onde se encontram compendiadas úteis informações sobre o período de que se ocupa a presente nota.

Taques, *Revista do Instituto Histórico* citada, 179-182, faz menção dos sucessos que constam da patente do ajudante João Martins Esturiano, registrada no cartório da provedoria de Santos, que Washington Luís não conseguiu descobrir: no distrito do Rio Grande acharam (Luís Barbalho e sua gente) ao governador holandês Gusmão (Garstman), e destruídas as suas armas o levaram cativo com muitos flamengos e índios seus confederados para a Bahia; na vila de Goiana, onde chegaram pelas duas horas depois de meia-noite, deram um assalto ao inimigo e lhe degolaram quinhentos e trinta holandeses, que tinha o presídio, entrando o seu governador Alexandre Ricardo (Picard) e outros oficiais de estimação; chegando à mata do Brasil, onde se alojaram e tocando arma na retaguarda o inimigo, foi investido de uma companhia volante que matando a muitos, escaparam outros com vergonhosa

fugida; em outras partes encontraram inimigos em desigual número, que em todas destruíram com igual sorte.

Garstman, em outubro de 1640, ainda estava preso na Bahia. Nassau, em carta de 20 daquele mês e ano, pedia a sua liberdade ao marquês de Montalvão, porque a mulher do prisioneiro, que era portuguesa, o importunava com petições, representando-lhe a falta que fazia seu marido na administração de sua fazenda e aos filhos que tinha dela, *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **5**, n. 34, 48.

De fonte holandesa, as informações sobre a retirada de Luís Barbalho encontram-se na carta do Conselho Supremo aos diretores da Companhia, de 7 de maio de 1640, e na de Nassau, de 9 do mesmo mês, *Revista do Instituto Histórico*, **59**, parte 1ª, 56 e 57. – "A nossa carta geral (refere-se à de 2 de março, ibidem, 2-26) dá as necessárias informações sobre o que aqui se passou, e por ela Vs. Ss. verão como Deus Onipotente nos livrou dos inimigos que vieram por terra da Bahia em número de 2 000 homens, aos quais se juntou Luís Barbalho com 1 500 homens, forçados a desembarcar 13 léguas abaixo do rio Grande por míngua e falta d'água. Por diversas vezes e em diferentes lugares o atacamos e destruímos muitos dos seus, bem como muitos pereceram de fome. Antes de poderem passar o rio de São Francisco perderam quase metade, segundo todos os prisioneiros declaram, contando-se entre mortos nove capitães, quatro tenentes e três alferes; o número de soldados não é conhecido. Para haver notícias apreendemos três capitães, três tenentes e cinco alferes e poucos soldados, visto como não se deu quartel e todos os apreendidos foram mortos... De nosso lado perdemos o major Picard, o capitão Lochmann, dois tenentes, quatro alferes, cerca de 160 soldados e mais 30 índios."

Na abordada da esquadra espanhola ao Rio Grande do Norte, foi abandonada uma caravela, que os holandeses encontraram, e nos baixos da costa naufragou um navio grande, achado em pedaços, tendo tido carga de açúcar, carta de 2 de março, in *Revista do Instituto* citada, 27. – (G.).

V
(Pág. 1245)

A carta régia de 28 de junho de 1640 ordenou que se fizessem averiguações para saber-se a verdade e causa do mau sucesso que teve a armada que saiu da Bahia a cargo do conde da Torre, e os desacertos e culpas que houve em caso tão lamentável e desacreditado. Para tirar devassa foi nomeado o desembargador da Relação e Casa do Porto Gaspar Cardoso, que devia vir ao Brasil, já com posse tomada de um lugar da Casa da Suplicação e com mercê do hábito de Cristo, por isso que algumas das pessoas incluídas na sindicância eram de hábito, e para conhecer de suas culpas era necessário tê-lo também. Gaspar Cardoso trazia ordem para

sindicar dos governadores e ouvidores imediatos do Brasil, a quem se não tivesse tomado residência, e especialmente do conde da Torre e de Pero Cadena. Antes de proceder-se às averiguações, outra carta régia, de 22 de julho, à vista das relações, cartas e mais papéis acerca dos sucessos da armada, resolveu que se pusessem logo verbas nas mercês que tinham sido feitas ao conde da Torre, assim nas da fazenda, compreendendo-se comendas, como nas honoríficas, na do título de conde e assentamento dele, e do Conselho de Estado, para que não pudesse usar de nenhuma destas cousas; "porque, havendo eu já resolvido parte destas cousas, por d. Fernando não guardar minhas ordens, e se ir meter na Bahia, com toda a armada, sendo-lhe presente por alguns votos os inconvenientes que isto tinha, como depois se experimentaram; acrescentando-se a isto dilatar tanto o apresto da armada na Bahia, sair já fora da monção, com tão pouca água e abastecimentos, que se não podia ignorar o dano que disto devia resultar; correndo a costa de Pernambuco, e podendo deitar o exército em terra, em muitas partes, não fazer, até que, derrotando-se a armada, uns foram à Índia, e outros a outras partes; e d. Fernando se tornar à Bahia, sem fazer nada; com outras circunstâncias que constam, e de que se infere o prejuízo com que se obrou contra meu serviço; confessando d. Fernando, e todos os demais da armada, ser bastante o poder para se restaurar Pernambuco, – são cousas, que, cada uma delas, e todas juntas, merecem todo o rigor de castigo".

A 27 de julho, a princesa Margarida mandou que pela Mesa da Consciência e Ordens, na parte que lhe tocasse, tivesse execução o que aquela carta régia resolvia. – Conf. J. J. de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, **5**, 234 e 235. – (G.).

VI
(Pág. 1256)

Eis o teor da carta do marquês de Montalvão ao conde de Nassau, de 12 de março de 1642, publicada pelo A., na *História das lutas*, citada, págs. 228-230:

"Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Estou tão penhorado do procedimento tido por V. E, para comigo, quando eu me achava de Vice-rei do Brasil, que não posso consentir que esta caravela passe diante do Recife, sem que aí toque, para informar a V. E. que cheguei a Lisboa de perfeita saúde, e que S. Majestade q. d. G. se dignou conceder-me o favor e benevolência, a que meus títulos e serviços podiam apenas dar-me direito, empregando-me na administração de assuntos importantes do seu serviço, como a das rendas da Coroa, equipo e organização do exército, e governo das conquistas, com entrada no governo e conselho d'estado. Mas a maior honra que me fez S. Majestade foi a de ter feito o Príncipe, meu Amo, coronel, e a mim tenente da nobreza do Reino.

"Como sei que V. E. terá satisfação de saber que estou deste modo no serviço de S. M., me aprouve participar-lho, pensando que será isso do agrado de V. E., a quem asseguro que, se tivesse ocasião de poder-lhe fazer algum serviço, V. E. poderá estar persuadido que a isso me prestaria com fervor e o mais vivo prazer. Por esta ocasião devo inteirar a V. E. da mágoa que S. M., como todo este Reino, experimentou ao saber que no momento em que, por causas urgentíssimas, Portugal se esforçava por estabelecer de novo a antiga amizade com os ilustres senhores Estados Gerais da Holanda, e quando era tão necessário que as armadas destes dois países e as de França se reunissem para ajudar a proteger e manter o reino de Portugal, – que nesse momento, digo, se lhe tomasse uma de suas possessões. Persuado-me que V. E. nenhuma parte teria em um ato que tanto tem escandalizado o mundo, e não duvido que considerará como um dever o empregar todos os esforços para levar os senhores Estados Gerais a reparar prontamente esse ato injusto e iníquo cometido contra Portugal.

"Sua Majestade nutre por V. E., posso assegurar-lhe, a mais profunda estima; e o seu mais vivo desejo seria encarregá-lo em grande parte do comando de seus exércitos; e a S. M. ia ocupar-se desta negociação, quando se recebeu a notícia da expedição empreendida contra Angola pelo tenente-coronel Hinderson. V. E. terá a bondade de me fazer saber se lhe seria agradável que eu desse seguimento a este negócio, que em meu entender é da maior importância, tanto para V. E., como para os que houvessem de servir às suas ordens:

"Portugal possui um forte exército bem organizado, nossas praças das fronteiras estão conveniente aprovisionadas de suficientes guarnições, e estou pondo a marinha no melhor pé.

"Eis quanto se me oferece a comunicar a V. E.: e hoje, que a paz está assinada por dez anos, rogo a V. E. que escreva ao coronel Hinderson que arranje este assunto de modo que sejamos obrigados a não levar à execução o que já se tinha começado a fazer em particular.

"Espero também que em tudo quanto respeite ao Brasil, V. E. obrará de modo que faça sentir os efeitos do crédito de que goza de modo que S. M, e o Reino todo lhe devam ainda maiores obrigações. Deus guarde a V. S. muitos anos."

Essa carta foi publicada por Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia,* págs. 236-239, Amsterdã, 1647, mas a versão é pouco fiel. – (G.).

VII
(Pág. 1257)

Para a conquista do Maranhão influíram precipuamente as informações prestadas aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais por Gedeon Morris de Jonge, aventureiro flamengo, feito prisioneiro no Amazonas em 1628 e detido no Maranhão durante oito anos. Logrando repatriar-se, em 22 de outubro de 1637, apresentava àqueles diretores o seu primeiro relatório, para o fim declarado de movê-los a ocupar o Maranhão e o Pará. A conquista, alegava, traria à Companhia a aquisição de mais de quatrocentas léguas de costa, ocupadas apenas por mil e quatrocentos a mil e quinhentos portugueses e quarenta mil índios; os índios estavam sujeitos mais por medo do que por afeição, os portugueses com as forças disseminadas, os soldados descontentes e rebeldes pelo desgoverno e falta de pagamento, os fortes pouco defensáveis; os índios considerariam os holandeses como libertadores. A Companhia apossar-se-ia de belos açúcares, fumos, algodão, laranjas, anil, tintas, óleos e bálsamos. Poderia vender escravos para Pernambuco, "como os portugueses faziam outrora, antes de começar a guerra naquela capitania, e este era o seu maior negócio".

Tais eram, no lúcido resumo que fez Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial,* 161, Rio, 1928, as informações entregues por Gedeon Morris, em Middelburg, a 22 de outubro de 1637. Em carta de 19 de março de 1638, o Conselho Supremo do Brasil acusou a recepção da carta dos diretores da Companhia, de 15 de dezembro do ano anterior, na qual lhe recomendavam Gedeon Morris, que, tendo habitado por muito tempo no Maranhão e observado atentamente a sua situação, podia aí prestar serviço. "Nós o examinaremos sobretudo", diz o Conselho, "e em tempo oportuno [que agora não é] dele nos serviremos; entretanto, empregá-lo-emos aqui em outra cousa." Foi efetivamente empregado no serviço da Companhia. A 3 de fevereiro de 1640 apresentava com Johanes Maxvell, que também estivera prisioneiro no Maranhão, outro relatório em que, procurando avivar a memória dos diretores, instava pela solução do negócio com argumentos ainda mais ponderosos. A 23 de novembro do mesmo ano, Gedeon Morris partia do Recife para estacionar no Ceará, como *commandeur*; no Ceará devia descobrir as salinas de Ipanema, a que o texto se refere.

Resolvida a ocupação, nas instruções dadas a 28 de outubro de 1641 leem-se as seguintes recomendações:

"Artigo 9º – Na execução do que fica dito ouvirão [os chefes da expedição] particularmente o parecer do *commandeur* do Ceará, Gedeon Morris, que, tendo frequentado durante muito tempo todas essas regiões, é nelas muito versado, e como conhece a língua dos índios, à força mantidos na escravidão dos portugueses, os moverá a vir em nossa assistência. E para ainda mais predispô-lo a isso,

conferimos-lhe o comando de todos os índios por um ato expresso, e se lhe dará assento no conselho ao lado dos capitães.

"Artigo 28º – Como o *commandeur* Gedeon Morris conhece a situação do Maranhão e dos lugares vizinhos, mandamos que ele lá fique até ordem nossa ulterior para assistir o senhor diretor com seus conselhos e pareceres, e terá o comando dos índios; mas os índios que forem levados do Ceará serão enviados para as suas aldeias."

Gedeon Morris prometera auxiliar a expedição com grande número de índios, como ainda prestar informações seguras com relação à topografia do Maranhão. Dessa vez seus atos não corresponderam às palavras: nem apresentou índios na quantidade que se esperava, nem pôde ministrar as informações desejadas. Uma carta de Lichthardt e seus companheiros Koin e Bas, dirigida do forte de São Luís ao Conselho Supremo, em 3 de dezembro de 1641, comunicando o sucesso da expedição, trata desses portos:

"À tarde de 5 [de novembro] a galeota *Amsterdam* veio do Ceará ter conosco, trazendo Gedeon Morris, *commandeur* dos índios. Chegando à fala, disseram que, havia muito, tínhamos passado o Ceará, e que estávamos seguramente a trinta léguas a oeste desse lugar. Morris, vindo a bordo, declarou, depois de algumas considerações, que não podia fornecer o número determinado de índios, tanto por causa das bexigas que os assolavam, como porque as suas salinas, então bonitas, segundo a sua expressão, tinham necessidade de muitos índios, e até de 150, e não os podiam dispensar sem prejuízo da Companhia; entretanto, trazia 70 e mais alguns tapuias e tupis *(Brasilianen)* obtidos em caminho de uma aldeia que fica perto de Comestry (Camucim). Assim Morris nos trouxe, quando muito, 80 homens, número muito inferior ao que fora fixado. Sobre a situação do Maranhão, o melhor modo de entrar no canal e penetrar no rio, os baixos e as profundezas e o melhor lugar para desembarque da tropa, pouca ou nenhuma informação Morris podia dar, pois ele mesmo nunca aí estivera; alguma cousa sabia por ouvir dizer, mas não fazia nisso fundamento, de sorte que nós não podíamos absolutamente confiar em tais informações."

Os do Conselho Supremo, respondendo a essa carta em 21 de janeiro de 1642, não deram ouvidos ao que ela continha, com evidente má vontade, em desabono de Gedeon Morris.

"Resolvemos [escreveram] enviar para aí, como *commandeur* dos índios do Maranhão e suas Vizinhanças, Johanes Maxwell, que nos prestou bons serviços na expedição de Angola e São Tomé, e confiamos que aí particularmente nos servirá por ter anteriormente frequentado esses lugares, e por ser conhecedor de línguas; na sua ausência comandará os índios Jacob Crynis, que por isso ordenamos aí fique. Vs. Ss. deixarão que o *commandeur* Gedeon Morris volte ao Ceará, a fim de que administre essa capitania, na expectativa que dela tem, e a bem do serviço da Companhia, porque receamos que, indo outrem que não conheça toda a situação da mesma capitania, possa ser cometido algum erro."

A 7 de abril de 1642 Gedeon Morris ainda estava no Maranhão, e dali escrevia à Câmara da Zelândia, explicando os motivos por que a conquista do Maranhão não correspondia às esperanças por ele dadas. Duas razões principais alegava: primeira, não se efetuara a empresa como ele representara, pois por conquista do Maranhão se entendiam o Grão-Pará e o rio Amazonas, que pertenciam ao mesmo governo, e tão necessários eram entre si que um não podia subsistir sem o outro; segunda, deixaram aos portugueses o gozo de demasiada liberdade, ficando eles completamente na posse e ocupação de todos os seus bens, e não era de admirar que, tendo-se-lhe deixado quase tudo, pouco tivesse cabido à Companhia. – "Pois onde se viu em todo o Brasil – indaga ele – que um português, tendo sido a terra tomada havia apenas quatro meses embarcasse por sua conta cem caixas de açúcar, como fez o provedor-mor Inácio do Rego, que passara para as Índias." – Se houvesse prevalecido a sua opinião, ter-se-ia feito uma conquista absoluta das posses dos portugueses para a Companhia; seriam expulsos da terra os mais ricos e nas posses deles pôr-se-iam como feitores os pobres, que perceberiam todos os anos uma certa quantia pelo seu trabalho, e por esse meio a Companhia reservaria para si todas as posses e lograria anualmente todos os frutos que ali se obtinham.

Os relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge, traduzidos do holandês pelo Dr. José Higino Duarte Pereira, foram publicados na *Revista do Instituto Histórico,* **58**, parte 1ª, 237-318. – (G.).

VIII
(pág. 1261)

Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno,* 118, escreve: "...o governador Bento Maciel foi mandado vir por terra, pobre, & miserável, & veio a falecer entre o Rio Grande, & Guaiana...". – Diogo Lopes de Santiago, *Guerra de Pernambuco,* in *Revista do Instituto Histórico,* **39**, parte 1ª, 167, segue aquele cronista, dizendo que Bento Maciel Parente foi mandado vir por terra e no caminho morreu. – Berredo, *Anais históricos do Maranhão,* § 780, afirma que Nassau mandou logo o ex-governador para a fortaleza do Rio Grande, onde morreu dentro de poucos dias, na idade avançada de setenta e cinco anos. – Baena, *Compêndio das eras,* 54, endossa o texto de Berredo, acrescentando que a morte se deu em princípio de fevereiro de 1642.

O que se apura dessas desencontradas versões é que Bento Maciel devia ter vindo prisioneiro do Maranhão na armada de Lichthardt, logo depois de tomada a cidade, e, chegando ao Recife, Nassau o mandou recolher à fortaleza do Rio Grande; em viagem por terra faleceu antes de chegar a Goiana, como quer o texto, ou depois de passar essa vila, como entende Rio Branco, *Efemérides brasileiras,* 552, ed. 1946.

Bento Maciel Parente era natural de Viana do Castelo, Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno,* **10**, 432, Lisboa, 1882; devia ter nascido em 1567 para ter atingido a idade

de setenta e cinco anos quando morreu, em 1642, segundo Berredo, op. et loc. cit.; criara-se desde a infância em Pernambuco, onde tinha muitos parentes, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias,* 24; ali, em 1595, batera-se contra ingleses, que deviam ser os de James Lancaster – alega ele próprio em seu memorial, nota VI da seção XXVII, que contém o rol de seus serviços no Brasil até 1630. Outras notícias sobre esse famoso capitão encontram-se no texto e notas deste volume.

Teve ele dois filhos naturais: um, de nome idêntico, que o sucedeu na capitania do Cabo do Norte, confirmado por carta-patente de d. João IV, em 9 de junho de 1645; morrendo sem geração, sucedeu-o na mesma capitania o outro, de nome Vital Maciel Parente, que também morreu sem geração. Foi então que a capitania reverteu à Coroa. – (G.).

IX
(Pág. 1272)

Das atas (*Notulen*) do Conselho Supremo e Secreto do Brasil, conta o seguinte com relação à revolta dos índios do Ceará:

"20 de março de 1644 – Chegou do Maranhão o iate *Brack* de Nova Zelândia, com carta do *commandeur* Wiltschut, de 18 de novembro [1643], dizendo que então tinham apenas alimento para oito semanas. Esse iate tocou no Ceará, e indo o bote a terra, na ignorância de inimizade, foi atacado pelos índios e mortos Lubbert Dircks, capitão do iate, o capitão Ghim, o tenente Gras, tenente Hockgtien, o alferes Pyron, e mais cinco pessoas. Dos que foram à terra escaparam somente três, e estes, voltando a bordo, referiram que o nosso bote foi saqueado pelos índios e estava vazio. Os índios tentaram também saquear o iate, indo a bordo sob a capa de amizade, e mataram aí quatro homens; mas foram repelidos, deixando dois mortos. Os barcos de Gedeon Morris e do mestre de equipagem Emor de Bonte estavam destroçados na praia, donde se deve inferir que toda a gente fora morta.

"Segunda-feira, 21 de março de 1644 – Como de todas as circunstâncias (conhecidas) não podemos outra cousa inferir senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação se originaram do mau tratamento que lhes deram, e sobretudo de não terem sido devidamente pagos os seus serviços no trabalho das salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes, conquanto tivéssemos enviado de quando em quando para esse fim panos e outras mercadorias, bem como recomendado que mantivessem os índios em boas disposições, tratando-os cortesmente e pagando-lhes os serviços, resolvemos remeter para o Maranhão 4000 varas de pano de Osenburg, com que sejam plenamente pagos e satisfeitos os índios do Ceará, que estão de guarnição no Maranhão, e que, se quiserem sair daí, sejam todos

licenciados, a ver se por esse meio podem mover à paz os ânimos irritados dos seus amigos e compatriotas, e de novo aquietar toda a nação, porquanto pouco se pode fazer empregando a força contra uma nação tão selvagem e em tão ampla região."

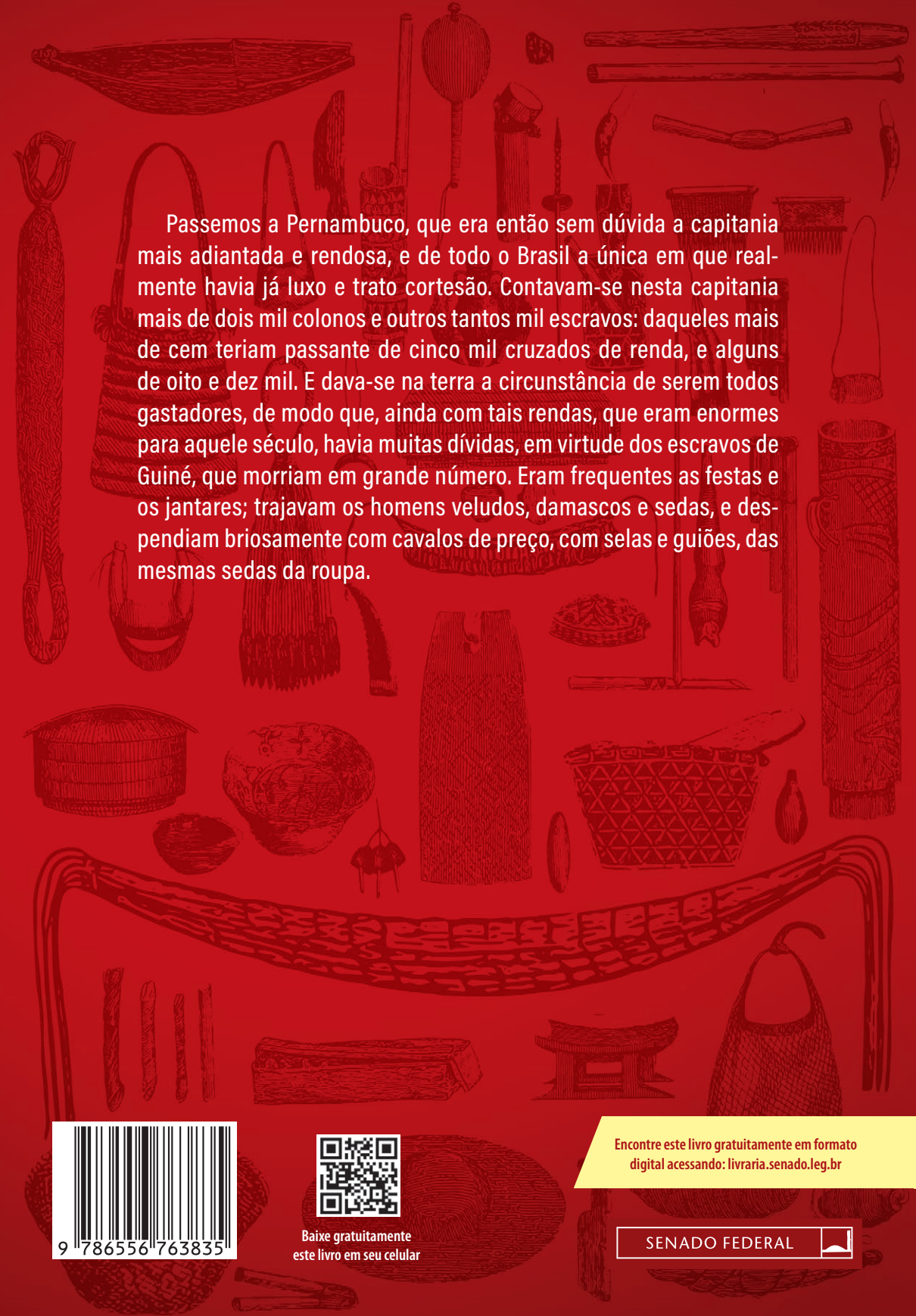
Da carta do Conselho Supremo aos diretores da Companhia, de 5 de abril de 1644, consta que o capitão do iate *Hasewint*, saltando em terra três léguas ao norte do Ceará, fora assaltado e morto pelos índios. Dessa mesma carta são os seguintes trechos:

"Como nenhum proveito podemos tirar, fazendo guerra a uma nação tão selvagem, que se recolhe imediatamente aos matos, resolvemos escrever ao *commandeur* Wiltschut, recomendando-lhe que pagasse plenamente com o pano de Osenburg, que lhe remetemos, os índios do Ceará então em guarnição no Maranhão, pelos seus serviços, e que se eles pedissem os deixasse partir daí satisfeitos e ir ter com os seus amigos, a ver se por esse meio se pode obter que essa nação volte à paz e à reconciliação.

"A propósito desse caso dos índios do Ceará, não podemos deixar de advertir a Vs. Ss. acerca dos índios desta capitania (os quais são da mesma natureza e condição), que pouca confiança se pode depositar nas suas disposições para com este Estado, porque de ordinário eles não têm outro fito e intuito senão viver em liberdade, não servilmente, isto é, podendo levar a vida ociosa e indolente, consumindo o resto de suas roças ou trabalho em aguardente, sem por isso serem castigados. Quem nisso mais gosto lhes dá, pode fazê-los partidários seus.

"Pouca inclinação têm a que separem deles os filhos e os mandem à escola, segundo propôs a Assembleia Sinodal, para ensinar-se-lhes a religião cristã e artes e ofícios; e para não terem aversão a este Estado, é melhor deixá-los ficar no mesmo teor de vida e mandar que os ministros e os enfermeiros empreguem seus esforços nas aldeias para o fim de instruí-los na religião e na vida civil tanto quanto for possível." – Conf. *Revista do Instituto Histórico*, 58, parte 1ª, 317-518; Studart, *Documentos para a História do Brasil*, **3**, 88-91. – Segundo Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 132, Gedeon Morris, com toda a guarnição do forte do Ceará, foi degolado pelos índios em janeiro de 1644. – (G.).

X
(Pág. 1273)

No final da extensa carta, datada de 10 de maio de 1644 e dirigida aos diretores da Companhia, os membros do Conselho Supremo relataram assim a cerimônia da transmissão do governo:

"Para esse fim S. Ex. [o conde João Maurício de Nassau] chamou à antessala do nosso Paço primeiramente o Conselho de Justiça, depois o esculteto, os escabinos,

os comissários e curadores de órfãos (*weesmeeters*) da cidade Maurícia, os ministros e o Conselho Eclesiástico, os oficiais de terra e mar, os comissários da Companhia, os oficiais da burguesia e os principais judeus, e declarou-lhes que, tendo residido aqui oito anos, obteve permissão de Suas Altas Potências (os Senhores Estados Gerais), de Sua Alteza (o príncipe de Orange) e de Vs. Ss. para voltar à Pátria; pelo que se demitia do governo desde aquele momento, e em nome dos ditos Senhores mandava e ordenava a todos os presentes que nos guardassem, em virtude das nossas comissões, a mesma submissão, respeito e fidelidade que até então tinham guardado a S. Ex.; agradeceu os serviços que cada um, conforme a sua posição e emprego, prestara à Companhia e à coletividade, e a obediência, fidelidade e respeito que deles recebera durante o tempo do seu governo. S. Ex. despediu-se na mesma ocasião dos ditos colégios, assim como de nós na câmara do Conselho, porque não compareceria mais aí, agradecendo-nos igualmente a assistência que em todos os trabalhos recebera de nós como colegas seus; ao que respondemos, desejando a S. Ex. boa e próspera viagem e feliz êxito em todos os seus negócios, e lhe pedimos que se dignasse de cogitar do bem e prosperidade deste Estado em todas as ocasiões em que fosse útil e necessário. S. Ex. deixou-nos também uma *memória* por ele escrita para nos servir de instrução, por onde modelássemos o nosso bom governo, mostrando-se pronto a conferenciar conosco a tal respeito, se o julgássemos necessário. Sumamente agradecemos a S. Ex. e nos tivemos por muito obrigados."

A *memória*, a que alude a carta acima extratada, encontrou o Dr. José Higino Duarte Pereira no Arquivo Real da Haia e, traduzindo-a do holandês, publicou-a na *Revista do Instituto Histórico*, **58**, parte 1ª, 224-235, sob o título de *Testamento político do conde João Maurício de Nassau*. É um documento de suma importância, em que o ex-governador do Brasil holandês transmite a seus sucessores os conselhos de sua longa experiência. "Se nesse seu *testamento* [conclui o diligente investigador pernambucano] Maurício de Nassau preconiza a política de espionagem e de dissimulação, aliás no gosto da época e necessitada pelas condições excepcionais da colônia, ele nos dá também testemunho de seu natural bondoso, sempre propenso a aliar o rigor com a clemência, da lucidez de seu espírito e do seu tino como administrador, recomendando como únicas normas adaptadas a conservar em obediência ao elemento português – a cortesia, a justiça e a tolerância." A carta dos membros do Conselho Supremo, de 10 de maio de 1644, em sua parte final, lê-se na *Revista do Instituto* citada, 223 e 224. – Conf. A. Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*, 130.

Nassau, ao chegar à Holanda, apresentou aos Estados Gerais dois minuciosos relatórios sobre os negócios da Companhia no Brasil, lidos na Assembleia dos XIX, respectivamente, a 12 de agosto e 27 de setembro de 1644. Desses relatórios há cópias no Instituto Histórico, *Documentos holandeses,* **2**, fls. 318-340. – (G.).

Passemos a Pernambuco, que era então sem dúvida a capitania mais adiantada e rendosa, e de todo o Brasil a única em que realmente havia já luxo e trato cortesão. Contavam-se nesta capitania mais de dois mil colonos e outros tantos mil escravos: daqueles mais de cem teriam passante de cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito e dez mil. E dava-se na terra a circunstância de serem todos gastadores, de modo que, ainda com tais rendas, que eram enormes para aquele século, havia muitas dívidas, em virtude dos escravos de Guiné, que morriam em grande número. Eram frequentes as festas e os jantares; trajavam os homens veludos, damascos e sedas, e despendiam briosamente com cavalos de preço, com selas e guiões, das mesmas sedas da roupa.

9 786556 763835